

REVISTA

(TRIMESTRAL)

DO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

FUNDADO NO RIO DE JANEIRO EM 1838

VOLUME 220

JULHO - SETEMBRO

1953

Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos
Et possint sera posteritate frui.

COMISSÃO DIRETORA

GENERAL ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO
CLAUDIO GANNS
FEIJÓ BITTENCOURT



DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
RIO DE JANEIRO — BRASIL — 1954

**IMPLORAÇÃO À SUA SANTIDADE
O PAPA PIO XII**

REPRODUÇÃO FOTOGRAFICA DO IMPRESSO

EM QUE O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO
DIRIGIU-SE À SUA SANTIDADE O SANTO PADRE, COMO FOI
APROVADO EM SESSÃO DE 25 DE ABRIL DE 1950.

Beatissimo Padre

Aproximando-se a data do IV Centenário (1500-1900) da fundação da cidade de São Paulo (Brasil) todos os brasileiros requeem os olhos para os altares de suas Igrejas em busca do Apóstolo do Brasil. E absolutamente uniforme em nosso país a certeza de que o Venerável José de Anchieta, da gloriosa Companhia de Jesus, pelos seus admiráveis feitos na terra brasileira, continua no Céu, zelando por todos os que vivem nas plagas em que ele tão trabalhosamente pastoreou.

Apreciando devidamente a vida gloriosa de José de Anchieta o Santo Padre Clemente XII declarou, aos 10 de Agosto de 1766 que o Venerável Servo de Deus tinha exercitado todas as virtudes em grau heróico. Em seguida não caminhou o processo de canonização.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, instituição centenária fundada em 1838, e que reúne em seu corpo social as mais ilustres personalidades de Cultura nacional, por voto unânime de seu plenário, resolveu dirigir-se ao Papa gloriosamente reinante, implorando-lhe que, por ato do Sumo Pontífice, seja solicitado de todos os excellentíssimos prelados e virtuosos sacerdotes, de todas as respeitáveis comunidades religiosas masculinas e femininas e de todos os católicos de nossa extensa Pátria, orações constantes e fervorosas para que o Venerável José de Anchieta nos beneficie com dois milagres de primeira classe a fim de que a continuação do processo de canonização permita a Beatificação do Apóstolo do Brasil.

Pedindo a Deus conserve por largos anos a vida de Vossa Santidade para felicidade do mundo, glória da civilização e triunfo da Santa Igreja, pedindo a preciosa bênção, apresentamos a Vossa Paternidade a mais atenciosa homenagem de veneração.

Rio de Janeiro, 30 de Maio de 1952

João Carlos de Oliveira Souza
Presidente



Digitized by the Internet Archive
in 2024

FONTES DA HISTÓRIA DA IGREJA CATÓLICA NO BRASIL (*)

JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

SÚMULA

Pour bien savoir les choses, il en faut savoir le détail; et comme il est presque infini, nos connaissances sont toujours superficielles et imparfaites.

La Rochefoucauld, MAXIMES.

ANTELÓQUIO

- I — *Heurística da história da Igreja Católica no Brasil.*
 - II — *Fontes no direito eclesiástico.*
 - III — *Fontes na legislação de Portugal e do Brasil.*
 - IV — *Fontes nos arquivos e bibliotecas da Santa Sé.*
 - V — *Fontes nos arquivos e bibliotecas de Portugal.*
 - VI — *Fontes nos arquivos e bibliotecas da Europa.*
 - VII — *Fontes nos arquivos e bibliotecas da América.*
 - VIII — *Fontes nos arquivos e bibliotecas do Brasil.*
- Conclusões

(*) Tese apresentada ao Congresso Interamericano de Historia y Arte Religiosos, em Buenos Aires.

ANTELÓQUIO

A história da Igreja Católica no Brasil ainda está por ser escrita. Não existe na bibliografia nacional sequer um manual ou um breve compêndio de história eclesiástica brasileira, mesmo para uso dos estudantes de seminário.

Existem, é certo, algumas páginas, muito poucas, em histórias gerais da Igreja; diversas monografias sobre assuntos especializados; vários trabalhos que abrangem a história da Igreja em algumas das unidades políticas brasileiras; catálogos de bispos e biografias de prelados ou relativas à vida de ordens religiosas, como a notável *História da Companhia de Jesus no Brasil*, do Padre Serafim Leite. Muitos deles são de real valor, mas nenhum abrange a história da Igreja Católica no Brasil.

Sabe-se quão deficiente é o arrolamento da bibliografia religiosa da grande exposição de História do Brasil em 1881, organizada pelo Barão de Ramiz Galvão, Meneses Bruno, Vale Cabral, Capistrano de Abreu e outros, e cujo catálogo é considerado ainda hoje a melhor fonte bibliográfica brasileira.

A inexistência de tão necessária obra é devida a inúmeros fatores. Dêles talvez o mais importante decorre do fato de os arquivos das cúrias e dos conventos, dos arquivos públicos e privados se acharem muitíssimo desfalcados pela destruição de documentos produzida por insetos bibliófagos, por incêndios, por terremotos, por revoluções civis e guerras, pela inclemência do clima quente e úmido e, não raramente, pelo descaso dos que deveriam ser os seus principais defensores.

Em defesa dos prelados e sacerdotes do Brasil, em face do apoucamento dos arquivos eclesiásticos durante todo o regime colonial (1500-1822), e mesmo no Império (1822-1889), devemos recordar que, em nosso país, a enorme extensão territorial e as invencíveis dificuldades de transporte e comunicações das dioceses e paróquias não permitiram a manutenção de arquivos organizados. No regime republicano (1889-1953), a multiplicação das dioceses não tem consentido a muitos prelados manterem

atualizados os seus arquivos comuns e arquivos secretos como o determina o Direito Canônico (cânones 375 e 378 e 379 a 382). (*Codex Juris Canonici*, Romae. Tipis Polyglottis Vaticanis, 1918).

— Estudando os principais insetos bibliófagos existentes no Brasil, Monsenhor Joaquim Nabuco lembra em seu livro — *A Conservação das Nossas Bibliotecas e Arquivos* — Rio, 1943, que a «Igreja Católica foi sempre uma grande bibliotecária. Nossos arquivos são também de suma importância — bibliotecas e arquivos vêm sendo, neste século de ciência e de progresso, arruinados por vorazes bibliófagos» (pág. 15). Lembra ainda monsenhor Nabuco que são quatro os principais inimigos dos nossos arquivos e bibliotecas: a traça (*Thysanura*, Fam. *Lepismatidae*), a barata (*Blattarinae* Fam. *Blattidae*), a térmita ou cupim (*Isop-tera*, Fam. *Rhinotermitidae*) e a broca (*Coleoptera*, Fam. *Anobideos*).

Não é só no Brasil que os insetos bibliófagos tanto mal fazem às bibliotecas. A bibliografia universal indica numerosas obras que tratam especialmente d'este assunto. Harry B. Weiss e Ralph H. Carruthers, no livro *Insect enemies of books* (publicação da The New York Public Library, 1937), relacionaram 493 publicações acêrca dos insetos bibliófagos. Na Inglaterra, W. Blades escreveu *The enemies of Books*, Londres, 1897. Na França, C. Houbert publicou *Les insects ennemis des livres*, Paris, 1903. (Êsses últimos sãc encontrados na Biblioteca Municipal de São Paulo).

Na publicação oficial *Subsídios para a História do Arquivo Nacional na Comemoração do seu Primeiro Centenário* (1838 a 1938), o seu autor, Bacharel Pandiá H. de T. Castelo Branco, relata: «A ação destruidora do cupim com auxílio do emprêgo condenado de estantes de madeira causou enormes prejuízos a valiosíssimos documentos da história do país». (Vol. I, pág. 238). Nessa ocasião foi verificada a perda total de 15 volumes dos 31 contendo manuscritos dos processos da Revolução Pernambucana de 1817, e de cinco volumes do Tribunal da Junta do Comércio.

Felizmente, hoje, graças aos esforços dos seus diretores, notadamente do atual, o eminente brasileiro Dr. Vilhena de Moraes, o Arquivo Nacional está muito bem cuidado em todos os sentidos.

— Incêndios têm destruído, no todo ou em parte substancial, várias bibliotecas e arquivos brasileiros, como os que atingiram a Cúria Episcopal de São Paulo, a Biblioteca Pública de Salvador, as Bibliotecas da Faculdade de Direito de São Paulo e a da Faculdade de Medicina da Bahia, o Instituto Júlio de Castilhos, de Pôrto Alegre, e o pequeno arquivo de Itanhaem (São Paulo).

Um incêndio no Senado da Câmara (Rio de Janeiro) em 1790 destruiu inúmeros documentos (Roberto Macedo: *Notas históricas*, em *Correio da Manhã*, Rio, 15 de março de 1953).

Quando foi reformado o Palácio do Governo de Pernambuco, em 1922, foi jogada no Rio Capibaribe a maior parte do material do arquivo público, iniciado na administração do Conde de Boa Vista, em 1842 (*Revista do Arquivo Público*, 1^o semestre, 1946. Recife, Pernambuco, pág. XV).

O Cartório da Câmara de São Vicente foi saqueado quando do assalto dos ingleses pelos anos de 1589 a 1591 (Azevedo Marques: *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo*, 2^a edição, Livraria Martins, 1952, Tomo I, pág. 172). O mesmo Cartório da Câmara de São Vicente foi, em fins do século XVI, incendiado por um demente Manuel Colaça. O grande linhagista Pedro Taques muito lamentou a perda daquele «monumento para a posteridade». «Nunca se consolaria da perda do livro grande chamado o *Tombo* porque nêle se achava escrito, com pureza de verdade, o dia, mês e ano da fundação da Cidade de São Vicente, a chegada do seu fundador o donatário Martim Afonso de Souza, com as forças que trouxera do reino, o número de navios em que com eles tinham passado os primeiros e nobres povoadores fazendo a descrição dos nascimentos e qualidades de cada um». (Pedro Taques de Almeida Paes Leme: *Informação sobre as Minas de São Paulo*, Ed. da Companhia Melhoramentos, de São Paulo, pág. 34).

Em 1747 o Corregedor Dr. Antônio Pires da Silva Melo Pôrto Carreiro, visitando o cartório da Vila de Cananéia, encontrou muitos volumes atacados pelo cupim e não teve dúvida em mandar queimá-los (*Livro da Vereança* — 1746-1762, fls. 71-73, existente no Arquivo do Estado de São Paulo).

O prejuízo para os historiadores com a queima de tantos documentos decorre sobretudo por ter sido Cananéia fundada no principio do Século XVI. (Antônio Paulino de Almeida: *Fundação de Cananéia*, em *Revista do Arquivo Municipal*, de São Paulo, vol. CLIII, outubro de 1952, págs. 3 e seguintes).

— Os males decorrentes do calor e da umidade nas cidades do centro para o norte do Brasil são revelados pelo mofa, pelos efeitos do ar salitrado do litoral, pelo descorar da tinta, em virtude do emprêgo de substâncias corrosivas do papel, etc.

— Outro óbice para o conhecimento dos estudos eclesiásticos no Brasil decorre do fato de que *cronistas* só existiam os dos reis

de Portugal e dos reis de Espanha, bem como os das congregações religiosas, notadamente dos jesuítas, franciscanos e beneditinos. As cúrias não possuíam historiógrafos, e, em consequência, é muito mais fácil escrever-se no Brasil sobre a vida das congregações religiosas do que sobre a ação, comumente benemerita, dos prelados e dos padres seculares.

— Em 1755 um tremor de terra trouxe consequências lamentáveis para os estudiosos da história da Igreja Católica no Brasil. É o que nas palavras seguintes nos recorda mestre Capistrano de Abreu: *O desbarato dos arquivos portugueses, devido ao terremoto de Lisboa, tornou impossível o conhecimento preciso dos primeiros tempos de nossos anais.* (Frei Vicente do Salvador: *História do Brasil*, nova edição, revista por Capistrano de Abreu, São Paulo, 1918, pág. 70).

Frei Cláudio da Conceição relaciona em o tomo XIII de seu *Gabinete Histórico* as numerosas bibliotecas e arquivos consumidos pelo fogo após o terremoto de Lisboa, em 1 de novembro de 1755. Entre elles, a Biblioteca Real, a do Marquês de Loureço, a do Convento de São Domingos, a Mariana, a do Conde Espirito Santo e muitas outras. (*Op. cit.*, tomo XIII, págs. 64 e seguintes).

José Silvestre Ribeiro, em *Apontamentos Históricos sobre Bibliotecas Portuguezas* (Coimbra, 1914, pág. 119) cita, entre as bibliotecas queimadas, as dos conventos do Carmo, de São Francisco da Trindade e da Boa Hora.

— Quanto à irreflexão dos guardas dos arquivos, vem de molde citar a carta que o criador da *Diplomática* em Portugal, João Pedro Ribeiro, escreveu ao Bispo D. Fr. Manuel do Cenáculo em 20 de novembro de 1797:

«Exmo. eRevmo. Senhor. — Como pertende ainda V. Ex^a se ache nos cartórios de Braga essa preciosidade, depois da procriação q praticou no principio deste sec. o Conego Fabriqueiro Bento Macil, vendendo a Livreiros, e Bate folhas todos os codices q encontrou de letra *rabuda*, como inintelligiveis, e consta eram Biblias, Misaes, Breviarios, codices de Concilios e de Padres? No Cartório do Cabido do Porto existe o libelo contra um Cartorario por ter dado o mesmo fim a arrobas de Pergaminhos. Outro da mesma Sé cortou os sellos todos para poder encadernar es Pergaminhos, e os juntou em huma gaveta. Outro Cartorario do Cabido de Vizeu levou para caza todos os q achou q não servião, por serem de letra emperrada, e fez Auto de Fé no seu

quintal; de forma que as Doações de D. Fernando de Leão àquella Sé, e outros Documentos coevos, e anteriores à nossa Monarchia em vão se lá procurão».

— Sérios obstáculos que tolhem os estudiosos da história da Igreja Católica no Brasil são os lembrados pelo ilustre Professor José Honório Rodrigues: «A situação da pesquisa histórica brasileira continua à mercê da iniciativa e do esforço pessoal de cada estudioso, que deve por si só, sem ajuda, examinar milhares de documentos, alguns de nenhum interesse para a sua tarefa».

«Um catálogo elimina este esforço, porque registra e indica tudo o que possa interessar ao estudioso; um índice mostra os trabalhos impressos nesta ou naquela revista; uma bibliografia indica os trabalhos anteriores. Não há historiografia amadurecida sem pesquisa, mas também não há pesquisas sem os seus instrumentos de trabalho, porque só elles permitem o amplo conhecimento das fontes e do material bibliográfico. De outro modo, a tendência é eliminar a pesquisa, sempre árdua, e limitar-se o estudioso a compilar o material impresso mais acessível». (José Honório Rodrigues: *A Pesquisa Histórica no Brasil*, Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro, 1952, págs. 155 e 156).

Em uma conferência no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Professor Mozart Monteiro lembrou que Calógeras costumava dizer que, diante das «dificuldades que um historiador tinha de enfrentar em nosso país para fazer pesquisas, só encontrava menos obstáculos, porque dispunham de mais tempo: os diplomatas (como Oliveira Lima), os ricos (como Tobias Monteiro) e os pobres filósofos (como Capistrano de Abreu)». (*Jornal*, Rio de Janeiro, 20 de julho de 1952).

Na verdade, no Brasil o estudioso precisa dispor de muito tempo, porque elle não é auxiliado pelos elementos indispensáveis para as suas pesquisas. A propósito, lembro as palavras de Langlois no livro que escreveu em colaboração, com Seignobos (*Introduction aux études historiques*, Paris, Hachette, pág. 13):

«Nous avons dit: pas de documents, pas d'histoire. Mais pas de bons inventaires, descriptifs des dépôts de documents, celà équivaut, en pratique, à l'impossibilité de connaître l'existence des documents autrement que par hasard».

★ ★ ★

Cumpre-me lembrar aos que quizerem iniciar seus estudos de história da Igreja Católica Apostólica Romana que é indis-

pensável para isso o conhecimento da Teologia Moral, Liturgia, Direito Eclesiástico e, especialmente, da Dogmática.

O historiador da Igreja Católica terá também de recorrer constantemente ao auxílio de inúmeras ciências e artes, e entre elas, além da História Universal, a *Geografia*, que lhe proporciona o conhecimento do ambiente em que se desenrolaram certos acontecimentos religiosos; a *Toponímia*, que trata do nome dos lugares; a *Cartografia*, tão necessária para a fixação das divisas das dioceses e paróquias; a *Estatística*, que lhe dá os elementos numéricos dos fatos eclesiásticos; a *Diplomática*, que lhe propicia a verificação dos documentos; a *Paleografia*, que ensina a ler os documentos antigos; a *Epigrafia*, que lhe facilita a observação e interpretação das inscrições; a *Numismática*, para o estudo das moedas e medalhas; a *Esfragística*, que lhe permite o conhecimento da autenticidade das bulas, sinetes e selos; a *Papirologia*, que se ocupa da leitura e interpretação dos manuscritos em papiro, notadamente os papiros do velho e novo Testamento e outros contendo doutrina cristã. (Professor Aristide Calderini : «Papyri», Guida allo studio della Papirologia Antiga Greca e Romana — Milano, 1944); a *Missionologia* (*Missionologia*, dos italianos e espanhóis; *Missiologie*, dos franceses e belgas; *Missionswissenschaft*, dos alemães) que é a recentíssima ciência que estuda a difusão da fé e a expansão da doutrina da Igreja Católica; a história das missões desde os primeiros tempos da Igreja; o direito missionário nos países católicos e não católicos; e ação missionária em todo o mundo (P. Pio M. de Montreganes : *Manual de Missionologia*, Madrid, 1951; S. Paventi, *La Chiesa Missionaria, Manuale de Missionologia*, 2 volumes, 1949-1950; Pierre Charles, S. J. : *Les Dossiers de l'action missionnaire, Manuel de Missiologie*, Louvain, 1938); a *Filologia*, pela qual se conhece o sentido exato dos textos; a *Cronologia*, que trata das datas dos documentos e dos acontecimentos; a *Arqueologia Cristã*, que estuda os monumentos antigos da história e da arte cristã (*Enciclopédia Católica*, vol. I. C., 1803); a *Sociologia*, que analisa os fenômenos sociais; a *Etnologia*, que faz conhecer a cultura dos povos; a *Hagiografia*, que instrui sobre a vida dos santos; a *Patrologia*, que tem por objeto a vida, os escritos e doutrina dos padres da Igreja; a *Iconografia*, que descreve as imagens e os retratos; a *Heráldica*, que se ocupa dos brasões; a *Genealogia*, que estuda as séries dos antepassados e as linhagens, expondo as origens, a formação, a procedência e as ramificações das famílias; a *Musicologia*, que ensina a fazer investigações na arte da música; tendo em vista o seu aproveitamento nas cerimônias religiosas; a *Museologia*, que estuda cientificamente tudo o que se refere aos museus (Gustavo Barroso : *Introdução à Técnica de Museus*,

Rio de Janeiro, 1944, vol. I, pág. 6); a *Arquivística*, que ensina a arte de organizar e utilizar os arquivos; a *Bibliografia* em geral, e em especial a *bibliografia religiosa*.

Para o estudo da história da Igreja Católica no Brasil é, ainda, indispensável o conhecimento de vários ramos da História do Brasil, dado o entrelaçamento de ambas em consequência da preponderância do clero na vida espiritual, intelectual, política e material do Brasil. Muito relacionadas com a história da Igreja Católica se acham a história política do Brasil, a história militar, a história do direito, a história econômica, a história das comunicações, a história das instituições, a história diplomática, a das belas letras e das belas artes.

Nem tôdas as ciências e artes acima enumeradas se acham devidamente trabalhadas entre nós, tendo-se em mira o seu aproveitamento para o estudo da história da Igreja Católica no Brasil.

Até agora, nenhum historiador teve oportunidade nem elementos para fazer estudos sistemáticos como os aconselhados por Goblet d'Aviella e pelo Padre Pinard de La Boullaye, que preconizavam estudos escalonados de *Hierografia*, observação dos fatos religiosos; de *Hierologia*, generalização dos fenômenos religiosos; e de *Hierosofia*, interpretação dos fenômenos religiosos através da metafísica.

Do que sumariamente manifestei neste apoucado antelóquio decorre a explicação do fato de, até agora, não ter sido possível escrever-se a história geral da Igreja Católica no Brasil; entretanto, é lícito perfilhar em relação ao Brasil, as palavras de Fortunato de Almeida (*História da Igreja em Portugal*, Coimbra, 1910):

«Seria supérfluo encarecer a necessidade de uma obra em que se estudasse a história da Igreja em Portugal, quando tôdas as manifestações da vida coletiva do país se encontravam quase sempre e profundamente influenciadas pelas idéias religiosas e pelo espírito das instituições eclesiásticas». (Tomo I, prefácio, pág. V).

A D E N D A

Das tentativas para a história da Igreja Católica no Brasil, sem a preocupação de fazer bibliografia, citarei, entre outras, as de :

1. D. JAIME DE BARROS CÂMARA, em *Apontamentos de História Eclesiástica*, Vozes, 1942. Estuda no § 214 (pág. 310) a Igreja nos primórdios do Brasil colonial; no § 215, a Igreja no Brasil colonial, págs. 311 a 313; no § 216, a Igreja no Império

brasileiro, págs. 313 a 317; e no § 217, a Igreja na República brasileira, págs. 317 a 320.

2. MONSENHOR PIZARRO (José de Souza Azevedo Pizarro de Araújo), juntou estudos parciais da história de várias dioceses brasileiras em suas *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*. (nove volumes publicados de 1820 a 1822. O Instituto Nacional do Livro tirou nova edição em nove volumes, Rio de Janeiro, 1945-1948, com prefácio de Rubens Borba de Moraes). Pizarro, no vol. VIII, tomo I, estudou a Bahia (págs. 60 a 87), Pernambuco (págs. 120 a 132), São Paulo (págs. 299 a 305). No vol. VIII, tomo II, estudou Minas Gerais (págs. 224 a 229). O IX volume começa com estudo sobre Mato Grosso e a prelaia de Goiás (págs. 218 a 232). Não se trata, porém, de uma história geral da Igreja Católica no Brasil.

3. JOSÉ DE SOUZA AMADO: *História da Igreja Católica em Portugal, no Brasil e nas Possessões Portuguesas*, Lisboa, 1870, em nove volumes. No tomo VII, 2ª parte, êle estuda as missões franciscanas desde a pág. 144 até a 176, e as missões dos jesuítas nas págs. 190 a 207 e 245 a 248.

4. FORTUNATO DE ALMEIDA, em sua notável *História da Igreja em Portugal* (Coimbra, tomo I, 1910, tomo II, 1910; tomo III, 1ª parte, 1915, e 2ª parte, 1916; tomo IV, 1ª parte, 1917, e 2ª parte, 1922) faz várias referências a assuntos da história eclesiástica brasileira nos tomos III e IV. Na 1ª parte do tomo III dá breves notícias dos bispados da Bahia (págs. 47 e 49), Rio de Janeiro (pág. 95) e São Paulo (pág. 96). Estuda também as Missões no Brasil (pág. 661). Dá notícias na pág. II do tomo III, sobre os bispos do Brasil: Bahia, pág. 965; Maranhão, pág. 1.033; Mariana, pág. 1.035; Olinda, pág. 1.045; Pará pág. 1.047; Rio de Janeiro, pág. 1.050; São Paulo, pág. 1.053. Trata ainda, no § 124, págs. 361 e seguintes, as ordens religiosas do Brasil. No tomo IV, pág. II, estuda a expansão religiosa no ultramar. Ainda nesta 2ª parte, pág. 254, trata da natureza das relações entre Portugal e a Santa Sé, desde 1760 até 1770.

5. PADRE ANTELMO GOUD: *História Eclesiástica*, Rio de Janeiro, Garnier, 1873, págs. 411 a 419. No apêndice III estuda a Diocese de São Sebastião do Rio de Janeiro, págs. 552 a 558.

6. FREI DAGOBERTO ROMAG, D. F. M.: *Compêndio de História da Igreja*, editora Vozes, 1941. No II vol., a propósito das Missões, escreveu 34 páginas (127 a 161) sobre a Igreja Católica no Brasil. No mesmo volume escreveu mais dois parágrafos: 178 — *A Igreja no Brasil desde os últimos anos colo-*

niais até a queda da monarquia, págs. 270 e 279; e 179 — *Queda da monarquia e reflorescimento da Igreja*, págs. 279 a 287.

7. MONSENHOR RENSING : *História da Igreja*, traduzida por U. Feyth, Centro da Boa Imprensa, Porto Alegre, 1936. Da pág. 64 a 73, trata ligeiramente da Igreja no Brasil.

8. MIGUEL DE OLIVEIRA, na *História Eclesiástica de Portugal*, Lisboa, 1940, estuda as Missões no Brasil, desde a página 183 até 186.

9. PADRE JÚLIO MARIA : *A Religião, Ordens Religiosas, Instituições Pias e Beneficente no Brasil*, inserta no I volume do *Livro de Centenário*, Rio de Janeiro, 1900. Este ensaio apolo-gético da Igreja Católica foi editado novamente pela Livraria «Agir» com o título *O Catolicismo no Brasil*, porém não se trata propriamente de uma história eclesiástica brasileira.

10. PADRE MAURÍLIO CÉSAR DE LIMA, doutor pela Faculdade de História Eclesiástica da Pontifícia Universidade Gregoriana, o qual escreveu uma breve notícia, muito bem feita, acêrca da história eclesiástica brasileira para a monumental *Enciclopêdia Católica*, ainda em publicação (vol. III, quatro colunas, da página 32 a 35).

11. MONSENHOR MANUEL BARBOSA : *A Igreja no Brasil. Notas para a sua História*. São documentadas monografias, não, todavia, um estudo sistemático.

12. PADRE HELIODORO PIRES, que publicou uma bibliografia da história da Igreja, sob o título : *Os Construtores da História Eclesiástica no Brasil* na *Revista Eclesiástica Brasileira*, março de 1943, fasc. I do vol. 3º, págs. 79 e seguintes. Esse trabalho foi publicado com pequeno acréscimo em *Nas Galerias da Arte e da História*, editora Vozes, 1944, págs. 40 e seguintes.

Padre Heliodoro Pires já havia publicado uma coletânea de estudos históricos sob a epigrafe *Temas de História Eclesiástica do Brasil*, São Paulo, 1946.

13. *Anuário Católico do Brasil* para 1925, organizado pelo grupo Jackson de Figueiredo, Perilo Gomes, Jônatas Serrano, Alceu Amoroso Lima, Berilo Neves e outros, no qual há breve capítulo epigrafado *História da Igreja no Brasil* a págs. 177 a 180.

14. PADRE GUILHERME SCHUBERT : *A História da Igreja no Brasil*, na *Revista Eclesiástica Brasileira*, vol. II, fasc. III, setembro de 1951, págs. 655 a 660.

15. ZAÍRA CANTANHEDE DE ALMEIDA : *Pequena História da Igreja*, editora Vozes, 1945, págs. 94 a 97.

16. CÔNEGO ANTÔNIO LEME MACHADO, ilustre professor no Seminário Central do Ipiranga (São Paulo), o qual mandou mimeografar as aulas que deu naquela conceituada casa de ensino religioso. Ele próprio diz : «Estas fôlhas não constituem um curso completo de história da Igreja no Brasil. São mais um resumo e um plano de nossa história religiosa». Considerando a escassez de fontes com que contou o proficiente mestre, é digno de ser apreciado o esforço que ele envidou para escrever as apostilas destinadas aos estudantes do afamado Seminário Maior de São Paulo.

17. JÔNATAS SERRANO, a quem coube escrever o capítulo *Brésil, Histoire* para o *Dictionnaire d'Histoire et de Géographie Ecclésiastique*, editado pela Livraria Letousey de Paris, 1938, Tomo X, págs. 566 a 589.

É apenas uma sùmula, mas, bem feita.

18. APOLÔNIO NÓBREGA, que, a propósito do prefácio de Dom Helder Câmara ao livro *Um Bispo Missionário*, de D. Maria Stella Novais, publicou no *Jornal do Brasil* (Rio de Janeiro, 22-3-52) valiosa bibliografia sôbre os mais variados temas da história da Igreja Católica no Brasil. O escritor paraibano está ultimando a publicação que vem fazendo em *A Cruz* sôbre os bispos do Brasil (*Dicionário Biográfico do Episcopado Brasileiro*).

19. FREI CLÁUDIO DA CONCEIÇÃO : *Gabinete Histórico*, 17 volumes, Tomo I, Lisboa, 1818, Tomo XVII, 1831. No correr de suas dissertações Fr. Cláudio refere-se muitas vêzes a acontecimentos religiosos brasileiros, porém não estuda a história da Igreja Católica no Brasil. Veja-se o tomo X, pág. 187, sôbre a morte do 1º bispo de São Paulo, Dom Bernardo Nogueira. Estuda no tomo XV a ruptura de relações entre a Santa Sé e o reino de Portugal (1760-1770).

20. PROF. FERNANDO DE AZEVEDO, que em sua substancial obra *A Cultura Brasileira* abre a parte II com um estudo sôbre as instituições e crenças, em que trata de vários capítulos da nossa vida religiosa, mas não faz a história da Igreja Católica no Brasil (*A Cultura Brasileira*, tomo I do volume I, introdução. Da Série Nacional das publicações do Recenseamento Geral do Brasil, realizado em 1 de setembro de 1940. I.B.G.E., parte II, págs. 126 e seguintes).

21. JOSÉ CARLOS RODRIGUES, que no seu notável *Catálogo Anotado dos Livros sôbre o Brasil* (Rio de Janeiro, 1907) relaciona obras sôbre jesuítas, beneditinos, franciscanos e carmelitas, e acêrca de breves pontifícios, bispos, sermões, pastorais, sem

menção, entretanto, nenhuma história da Igreja Católica no Brasil.

22. DR. B. F. RAMIZ GALVÃO, com a colaboração de Capistrano de Abreu, Vale Cabral, João Saldanha da Gama e outros, quando da Exposição da História do Brasil, realizada em 1881 na Biblioteca Nacional, de que resultou o mais notável repositório bibliográfico da história do Brasil que até hoje se conseguiu fazer, nas págs. 749 a 810 do Catálogo e nas páginas 1.677 a 1.678 do suplemento, só há referência à história Eclesiástica, não se indicando nenhuma obra sobre a história da Igreja Católica no Brasil. (*Catálogo da Exposição de História do Brasil*, em *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, e separata do volume IX dos Anais; I, 1881; II, 1881, e suplemento, 1883).

23. PADRE JOÃO BAPTISTA LEHMANN, da Congregação do Verbo Divino, que publicou *O Brasil Católico*, Juiz de Fora, Estado de Minas, nº 1, 1933; nº 2, 1936; nº 3, 1938; nº 4, 1943; nº 5, 1947. Trata-se, como diz o mesmo Padre Lehmann em *Duas Palavras de Apresentação*, «de uma sinopse de todo o episcopado do Brasil, do clero secular e regular e das ordens e congregações religiosas existentes no país. O Padre Lehmann faz preceder de breves, mas substanciais anotações históricas cada um dos estudos das dioceses.

24. Apesar de ser muito rica a bibliografia religiosa de Afonso d'Escragnole Taunay, o eminente mestre não escreveu ainda uma história da Igreja Católica no Brasil. Entre os trabalhos do ilustre historiador relativos à Igreja podemos citar :

- São Paulo no século XVI.
- São Paulo nos primeiros anos.
- História seiscentista da vida de São Paulo.
- História da vila de São Paulo no século XVIII.
- História da cidade de São Paulo no século XVIII.

Non ducor duco (alguns informes).

25. CÔNEGO RAIMUNDO TRINDADE, ex-diretor do Arquivo Diocesano de Mariana, e hoje diretor do Museu da Inconfidência, de Ouro Preto, escreveu uma documentada história da «Arquidiocese de Mariana», em três volumes (I, em 1928; II, em 1929; III, em 1929. São Paulo, Tip. Liceu do Coração de Jesus). O ilustre historiador publicou vários outros trabalhos, mas não uma história da Igreja Católica no Brasil.

26. DR. JOSÉ PEDRO LEITE CORDEIRO, 1º orador do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e professor de História na Universidade Pontifícia de São Paulo, o qual já publicou vários estudos a respeito de assuntos eclesiásticos, notadamente acêrca da «Criação da Diocese de São Paulo» e sôbre a «Vida e as Realizações do 1º Bispo de São Paulo, Dom Bernardo Rodrigues Nogueira». Não tentou ainda o seguro historiador escrever a história eclesiástica brasileira.

27. MONSENHOR PAULO FLORÊNCIO DA SILVEIRA CAMARGO, pode ser considerado um dos mais ilustres escritores de história eclesiástica do Brasil. Tem escrito vários trabalhos e, ainda agora, publicou o primeiro volume da *A Igreja na História de São Paulo, 1530-1624* (São Paulo, 1952), porém não se dedicou à história da Igreja Católica no Brasil.

28. RUBENS BORBA DE MORAIS, subdiretor dos serviços bibliotecários da O.N.U., e William Berrien, professor da Universidade de Harvard, estamparam no *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiro* (Rio de Janeiro, 1949) um belo trabalho que vai da página 330 a 333, dos números 4.408 a 4.432; quando tratam da Igreja, do clero, de ordens religiosas, citam 44 monografias sôbre assuntos eclesiásticos, porém não se ocupam da história da Igreja Católica no Brasil.

29. MONSENHOR DR. FELÍCIO MAGALDI, que dirigiu a publicação do *Album do Clero do Brasil*, com abundante matéria de real interesse, mas que não se pode considerar uma história da Igreja Católica no Brasil.

30. FREI FRANCISCO, O. F. M., no final da sua pequena *História da Igreja*, Bahia, 1945, se ocupa da Igreja no Brasil desde a página 120 até 137.

31. SALVADOR DE MOYA — *Bispados do Brasil e Bispos que tem tido*, em *Revista Genealógica Brasileira*, nº 3, 1951, São Paulo, págs. 13 e seguintes. Trata-se de um dicionário com a indicação da sede episcopal, data da criação, e nomes dos prelados que a ocuparam. Há falhas a corrigir. O prestimoso genealogista Salvador de Moya não cuidou, porém, da história da Igreja no Brasil.

32. FREI ODULFO VAN DER VAT, O. F. M., resumiu em volume sob o título *Princípios da Igreja no Brasil* (Vozes, Petrópolis, 1952) os trabalhos que publicou em diversas revistas sôbre assuntos relativos à história eclesiástica do Brasil quinhentista. Não se trata de uma história da Igreja Católica no Brasil.

33. LUIZ AMARAL, em seu *Repertório Americanista* (1948), no capítulo X estuda *Religião e Mitologia*. Indicando 258 livros

sobre o assunto, não cita nenhuma história da Igreja Católica no Brasil.

34. Poderíamos citar ainda muitos historiadores que se ocuparam de assuntos religiosos, mas que não escreveram a história da Igreja Católica no Brasil.

Desejo lembrar três dentre êles: o grande arcebispo de São Paulo, o historiador Dom Duarte Leopoldo e Silva, que publicou várias monografias além do livro clássico: *O Clero na Independência Nacional*; o jesuíta João Batista Hafkmeyer, professor do Ginásio de São Leopoldo, que escreveu vários trabalhos entre os quais: *Victimas da Calúnia — O Tratado de 1750 e os jesuitas, Vozes*, 1912 e *A primitiva Igreja do Rio Grande do Sul* em *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, 3º trimestre de 1929; e o ilustre escritor Salomão de Vasconcelos, que tem publicado excelentes monografias sobre assuntos da história da Igreja Católica no Brasil.

I

HEURÍSTICA DA HISTÓRIA DA IGREJA CATÓLICA NO BRASIL

Na *Carta aos Três Cardeais*, Leão XIII traçou a rota dos historiadores ao dizer :

«A primeira lei da História é não falsear a verdade, em seguida proclamá-la, sem receio de ser suspeitado de ter escrito com animosidade ou lisonjaria».

«Primam esse historiae legem ne quid falsi dicere audeat : deinde, ne quid veri non audeat, ne qua suspicio gratiae sit in scribendo, ne qua simultatis». (Leo P. P. XIII, «Saepe numero Considerantes», 18 de agosto de 1883).

O *Código de Direito Canônico* (18-V-1918), entre as matérias que deverão ser ensinadas no curso teológico, exige o estudo da Teologia Dogmática e Moral, da Sagrada Escritura e, logo em seguida, indica a História Eclesiástica, antes mesmo do Direito Canônico e da Liturgia. (Cânon 1365, § 2º).

Pio XI na Constituição Apostólica *Deus Scientiarum Dominus* (26 de maio de 1931) regulou o ensino em as Universidades e Faculdades Católicas, e no Regulamento respectivo (*Ordinationes*) classificou a História Eclesiástica entre as matérias importantes (*Disciplinas principales*). *Acta Apostolicae Sedis*, 1-7-1931, vol. 23, nº 7, pág. 271.

Pio XII, gloriosamente reinante, logo no início de seu pontificado, falando no dia 24 de junho de 1939 aos alunos dos Institutos Romanos de um e outro clero, expôs, com meridiana clareza, o como deve ser tratada a História Eclesiástica :

«O ensino das matérias históricas, enquanto são tratadas nas escolas, não se apegue só às questões críticas e puramente apologéticas, embora tenham estas sua importância; mas antes vise sempre a expor com evidência a vida operosa da Igreja : quanto a Igreja trabalhou; quanto sofreu; com que métodos ela realiza sua missão; como exerceu praticamente a caridade; indique onde es-

tenham escondidos os perigos que prejudiquem o seu estado de prosperidade, mercê dos quais as condições foram menos boas; demonstre até que ponto a Igreja pode ceder ao poder político, e em que circunstâncias deve ela ficar inflexível.

Finalmente, uma noção completa da condição da Igreja e um sincero amor para com a Igreja, eis o que o ensino da História Eclesiástica deve infundir e estimular aos alunos; e especialmente em vós, caríssimos filhos, que vos achais nesta cidade (de Roma), na qual os antigos monumentos, as mais ricas bibliotecas, os arquivos abertos para o estudo e as pesquisas põem diante dos olhos a vida da Igreja através dos séculos».

«*Disciplinae historicae*, quatenus in scholis tractantur, non tam in quaestionibus criticis et mere apologeticis haereant, quamvis hae quoque suum momentum habeant, sed potius semper id spectent, ut actuosam Ecclesiae vitam demonstrent: quantum videlicet Ecclesia laboraverit; quanta passa sit; quibus viis et quo felici exitu sui muneris mandato satisfecerit; quomodo caritatem opere expleverit; ubinam pericula lateant, quae florescenti Ecclesiae statui obstant; qua in conditione publicae rationes inter Ecclesiam et Civitates intercedentes se bene habuerint, in qua vero minus bene; quantum Ecclesia politicae potestati cedere possit, quibusnam autem in adiunctis immobilis stare debeat: maturum denique de Ecclesiae conditione indicium et sincerum erga Ecclesiam amorem — ecce quae schola historiae ecclesiasticae in alumno praestare et fovere debet, ac praesertim in vobis, dilectissimi filii, qui hac in Urbe versamini, in qua antiqua-monumenta, bibliothecae instructissimae, ac patentia studio et conquisitioni tabularia, Ecclesiae catholicae vitam per decurrentia saecula velut ob oculos ponunt». *Acta Apostolicae Sedis*, 15-7-1939, volume XXXI, nº 8, pág. 248.

Em carta ao Professor Pedro Leturia, decano da Faculdade de História Eclesiástica da Pontifícia Universidade Gregoriana, o Santo Padre Pio XII reafirmou as diretrizes das disciplinas históricas. (*Acta Apostolicae Sedis*, XXXVI, nº 4, de 20-IV-1944, pág. 101).

Está, pois, delineado o pensamento dos Sumos Pontífices quanto à exposição da História, enquanto formadora da mentalidade dos estudantes da História da Igreja. Cabe aos historiadores, apoiados nas ciências afins, e tão superiormente norteados

pela lição dos Santos Padres, interpretar o sentido do desenvolvimento religioso-social da Igreja Católica no Brasil.

* * *

Ch. V. Langlois, no excelente livro que escreveu em colaboração com Ch. Seignobos, *Introduction aux études historiques* (Paris, Hachette), bem adverte: «Se pretendo ocupar-me de qualquer ponto de história, devo informar-me preliminarmente do lugar ou dos lugares em que se encontram os documentos necessários para tratá-lo, supondo que eles existam. Procurar e reunir os documentos é, pois, uma das principais partes do trabalho do historiador — a primeira, sem dúvida, do ponto de vista lógico. Na Alemanha, deram-lhe o nome de *heurística* (*Heuristik*)». (C. V. Langlois e Ch. Seignobos: *Introdução aos Estudos Históricos*, ed. Renascença, São Paulo, 1946, tradução do Professor Laerte de Almeida Morais, págs. 15 e 16). Com uma pontinha de ironia tão característica nos escritores franceses, Langlois comentou o nome *heurística*, usado pelos historiadores alemães: «Commode force qu'il est bref». (Pág. 2, da edição original de Hachette).

O substantivo *heurística* (do grego *heuristike*, do verbo *heurisko*, achar, descobrir, inventar) designa a pesquisa dos documentos. (André Lalande: *Vocabulaire technique et critique de la Philosophie*, vol. I, pág. 300. Armand Cuvillier: *Petit Vocabulaire de la langue philosophique*. Paris, 1951, 12ª ed., pág. 55).

Não se pode mais escrever sobre os acontecimentos históricos sem as pesquisas nas fontes. A *heurística* é o primeiro passo do historiador: «Rien ne supplée aux documents: pas de documents, pas d'histoire». (Langlois: *Introduction aux études historiques*, pág. 2).

Marcel Raymond, de Lausanne, no IV Congresso das Sociedades de Filosofia da língua francesa, reunido em Strasburgo, em setembro de 1952, afirmou: «La connaissance historique part, non des faits, considérés comme «tout faits», donnés d'avance, mais des documents et des monuments du moyens desquels précisément elle cherche à établir les faits». *L'Homme et l'Histoire*, Presses Universitaires de France, Paris, 1952, pág. 87.

Ninguém tem mais o direito de escrever sobre história, compilando autores precedentes. O eminente mestre Afonso Taunay condena vivamente os autores que, «tendo horror aos papéis velhos das fontes documentais, desperdiçam montanhas dos de imprensa que divulgam suas lucubrações conjecturais ou a repetição contínua de erros iniciais, jamais corrigidos». (Afonso d'Escragnoille Taunay: *Terra Bandeirante*, São Paulo, 1931, pág. 87).

Os historiadores nossos contemporâneos estão para isso altamente favorecidos com o progresso das ciências e das artes:

o avião facilita as comunicações e transportes, permitindo que se façam rapidamente visitas aos arquivos e bibliotecas de todo o mundo; a fotografia; a fonografia; a fotocópia; a fotocarta; a microfotografia, que permite o microfilme e as microfichas; os processos modernos das artes gráficas, tudo, enfim, facilita as pesquisas nas fontes.

Os progressos da moderníssima *Documentologia* estão criando «remédios à confusão das línguas» na frase de Suzanne Briet (*Qu'est-ce que la Documentation?*, Paris, 1951 pág. 43).

Realmente a classificação alfanumérica, a codificação internacional aplicada à mecanografia; a fotocópia; o uso generalizado do microfilme de 35 mm.; a cinematografia e a televisão documentárias; a normalização da ficha internacional de 75 x 125, são elementos preciosos da Heurística.

Descoberto um documento que interesse ao historiador, deve este fazer-lhe a crítica-origem, época, autoria, autenticidade, credibilidade — em seguida, a interpretação e por fim a exposição. Assim, completa-se a investigação histórica (Professor José Pedro Leite Cordeiro : *Apostilas*. Da Universidade Pontifícia de São Paulo, 1951.

«A Metodologia da História compreende quatro fases — 1ª) Pesquisa da fonte; 2ª) Exame crítico da fonte; 3ª) Interpretação da fonte. Estas três primeiras constituem a Heurística. Vem, finalmente, a quarta : a exposição, oral ou escrita, dos acontecimentos passados. Inicialmente, portanto, no seu trabalho, o historiador deve determinar onde se encontram as fontes. Delas, o mais vasto manancial existe, em regra, nos arquivos públicos ou particulares, onde é tal, por vezes, a quantidade de documentos existentes e não catalogados, que o pesquisador, se não desanima logo de início, não os verifica por completo ou leva uma existência a procurá-los e selecioná-los. Urge, pois, que o material existente nos arquivos seja catalogado».

(Dr. José Pedro Leite Cordeiro — «Nota Explicativa», em *Catálogo dos Documentos sobre São Paulo existentes no Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, pág. 3).

«El documento auténtico force inestimables ventajas sobre las obras de segunda mano. La fuente original proporciona el dato bajo una forma todavía próxima al acontecimiento o a su autor; a veces, es obra misma de éste». (Jacobo Burckhardt : *Reflexiones sobre la Historia del Mundo*, ed. de El Ateneo, de Buenos Aires, 1945, pág. 33).

Quem desejar iniciar estudos históricos deve ler, entre outros, dois livros essenciais : a *Introdução aos Estudos Históricos*, de Ch. V. Langlois e Ch. Seignobos e *Introducción al estudio de*

la Historia, de Ernst Bernheim, traduzido para o espanhol por Pascual S. Romero, e publicado pelo Editorial Labor, 1937.

Um excelente guia bibliográfico sôbre metodologia histórica encontra-se em *Apendice*, na tradução citada de Bernheim, editada pela Labor, e de autoria de Rafael Martínez.

Outro livro clássico é a *Introdução ao estudo da história*, de Bauer, onde se encontra riquíssima bibliografia (Wilhelm Bauer — *Einführung in das Studium der Geschichte*, Tübingen, 1921).

Lembro também a leitura de dois opúsculos: *Comment on écrit l'Histoire*, 2ª ed. de Paris, 1936, de Paul Harsin; e *Introduction à l'Histoire*, de Louis Halphen, Presses Universitaires de France, Paris, 1948.

* * *

Fonte em História Eclesiástica é tudo o que, transmitido oralmente, por escrito ou por meio de representação plástica, serve para a reconstituição do passado religioso.

O Professor Guilherme Bauer nos ensina em sua *Introducción al estudio de la Historia* (tradução do Professor Luís S. de Valdeavellano, Barcelona, 1944, pág. 218) que «puede ser fuente de la Historia, e nel sentido mas amplio de la palabra, todo lo que nos proporciona el material para la reconstrucción de la vida histórica».

Para o estudo da história da Igreja Católica no Brasil são fontes principais os *documentos*, as *testemunhas* e os *monumentos*.

A palavra *documento* derivada de *docere*, que quer dizer ensinar, é aqui empregada em acepção restrita, abrangendo apenas os escritos vulgarmente chamados *textos*.

Para a história da Igreja, são documentos da maior importância os Pontifícios, os dos Concílios, os das Congregações Romanas e dos Tribunais do Vaticano, bem como os oriundos das personagens da própria Igreja, notadamente os dignitários das dioceses.

São também essenciais para a história da Igreja Católica no Brasil os documentos emanados da Ordem de Cristo, que exercia a jurisdição espiritual nas conquistas, portanto no Brasil, desde o seu descobrimento, e prolongou-se pela união do Grão-mestrado com a Realidade; os procedentes dos reis de Portugal e dos reis de Espanha (1580-1640), bem como os dos imperadores do Brasil (1822-1889), em virtude do padroado.

* * *

A história do Brasil e a história da Igreja Católica no Brasil estão por tal forma entrelaçadas, que terão de ser escritas paralelamente. (V. a *adenda* deste capítulo).

Os acontecimentos eclesiásticos do Brasil precisam ser examinados à luz das razões que levaram a metrópole ou o Império

a agir. Não basta ao historiador saber que foi nomeado um bispo. É preciso investigar porque foi êle escolhido; quais as indicações feitas pelo Conselho Ultramarino; quais as instruções que o novo prelado trouxe para o Brasil ou recebeu do Govêrno imperial; e sobretudo conhecer, em cada época, o panorama religioso, social, político e econômico da Santa Sé, de Portugal, da Espanha e de nosso país.

* * *

— O estudo da formação territorial do Brasil, que tanto interessa ao conhecimento das divisões eclesiásticas, terá de ser feito à luz da *cartografia histórica*. A cartografia do litoral brasileiro e a da penetração do território da colônia, quer seja a de sertanistas, quer de bandeirantes ou fluviais, esclarecem muito a história da Igreja Católica do Brasil.

No Alvará de 18 de novembro de 1729, pelo qual Dom João recomendou ao vice-rei e aos governadores da Capitania os dois «padres matemáticos», os jesuítas Diogo Soares e Domingos Capassi, é dito que os mapas a serem feitos é «para que melhor se assinalem e conheçam os distritos de cada bispado», etc.

Poderão ser visitadas com muito proveito a Mapoteca do Itamaraty (Cassius Berlink — *A Mappotheca do Itamaraty*, Rio de Janeiro, 1936); as coleções da Biblioteca Nacional (*Ensaio de Chartographia Brasileira*, extrahido do Catalogo da Exposição da História do Brazil, Rio de Janeiro, 1883, edição de cem exemplares); e a mapoteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (*Catálogo das Cartas Geographicas e Hydrographicas, Atlas, Planos e Vistas existentes na Biblioteca do Instituto Histórico e Geographico e Etnographico*. Rio de Janeiro, 1885, organizado pelo grande historiador Vieira Fazenda.

Desejo lembrar entre os nossos contemporâneos, dois grandes mestres da cartografia histórica brasileira: Afonso d'Escragnole Taunay e Jaime Cortesão.

Jaime Cortesão dirigiu, auxiliado pelo diplomata Murilo de Miranda Basto, o curso de História da Cartografia, realizado, no Itamaraty, em 1944 e entre muitas outras obras é autor da notável publicação: *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*.

Mestre Afonso de Taunay, além de numerosos estudos, publicou em 1922 uma *Collectanea de Mappas de Cartographia Paulista Antiga*, e *Ensaio de Carta Geral das Bandeiras Paulistas*, já em terceira edição da Editora Melhoramentos de São Paulo, e que acompanha a monumental *História Geral das Bandeiras Paulistas*, do grande historiador.

* * *

— Nos textos referentes aos primeiros séculos da história da Igreja Católica no Brasil, encontram-se comumente vocábulos

que se tornaram obsoletos. Daí a necessidade de se recorrer a dicionários da antiga linguagem portuguesa, como os dois famosos de Bluteau e de Viterbo. O *Vocabulário Português e Latino*, do Padre Rafael Bluteau foi publicado em Coimbra, no começo do século XVIII, de 1712 a 1721, sendo que o 1º suplemento apareceu em 1727, e o 2º em 1728. E o de Viterbo (Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo) — *Elucidário das Palavras, Têrmos e Frases que em Portugal antigamente Se Usaram e Que hoje regularmente Se Ignoram*, Lisboa, tomo I, 1798; tomo II e suplemento, 1799. Nova edição, Lisboa, 1865. Modernamente foi publicado o *Dicionário da Antiga Linguagem Portuguesa*, Lisboa, 1910, de H. Brunswick.

Escrevendo em 1792, D. Fr. Tomás Caetano de Bem, lembra a utilidade de um dicionário das palavras antigas de sentido hoje obscuro ou já não usadas, e diz textualmente : «O Monge Beneditino Cornélio Margarino no tomo II do seu *Bullario Cassinense* nos deu hum vocabulário de semelhantes vozes, muito digno de ser estimado pelos eruditos. O Senhor de Cange, Carlos Duchesne, em seu *Glossario* nos pode neste gênero de literatura dar hum grande socorro» (*Memórias Históricas, Cronológicas da Sagrada Religião dos Clérigos Regulares em Portugal e Suas Conquistas na Índia Oriental*, Lisboa, 1792, tomo I, pág. XI).

Aconselho também a consulta à toponímia antiga. Serve de modelo para êste objetivo a *Nomenclatura Geográfica e Subsídios para a Restauração da Toponímia em Lingua Portuguesa*, de Fortunato de Almeida (Coimbra, Imprensa da Universidade, 1908).

Sôbre a toponímia, além dos eruditos trabalhos do saudoso Professor Bernardino J. de Sousa, existe um excelente estudo do Engenheiro Valdemar Paranhos de Mendonça : *A Toponímia Brasileira*, em *Revista Municipal de Engenharia*, nº 2, vol. XIX, 1952. Dêle existe uma separata.

O historiador da Igreja no Brasil precisa ler o capítulo relativo aos ciclos toponímicos muito bem estudados por Valdemar Paranhos de Mendonça.

Salvador de Moya, no seu *Anuário Genealógico Brasileiro*, publicou relativamente à divisão eclesiástica brasileira duas listas que se completam : «Nomes antigos de localidades brasileiras com seus nomes atuais» (*Anuário Genealógico Brasileiro*, vol. X, 1948, pág. 64) e «Localidades atuais do Brasil com os nomes que tinham antigamente» (*Anuário Genealógico Brasileiro*, vol. VIII, 1946, pág. 6).

— A expansão geográfica do Brasil poderá ser estudada no admirável livro que sob tal título escreveu o ilustre Professor Basílio de Magalhães, e publicado pela Editora Epasa, Rio, 1944.

— Outra dificuldade que se antolha a quem inicia seus estudos históricos é a que consiste em serem os mesmos acidentes geográficos, segundo as regiões brasileiras em que se acham, muitas vezes designados de maneiras diferentes. Deve, portanto, o estudante ter cuidado com a nomenclatura geográfica. Para exemplificar, lembro que a origem dos cursos de água é denominada conforme a zona, *cabeceira, fonte, vertente, mina, lacrimal, minadouro, nascente, minadeiro, manancial* e outros termos. O sambaqui, nome dado aos montículos de Conchas de mariscos ajuntados pelos indígenas, e que se encontram ao longo da costa, à margem dos rios e, até, em pontos mais afastados de águas, *sambaquis marinhos, fluviais e centrais* —, no Sul e Centro do país são denominados *sambaquis, casqueiros, ostreiras, concheiras, caieiras*, etc.; no norte são chamados *cernambis* ou *minas cernambis*.

— Deve também o que inicia estudos históricos brasileiros ter presente que, como lembrou o eminente Dr. Teodoro Sampaio (*O Tupi na Geografia Nacional*, 3ª edição, Bahia, 1928, pág. 3), «quando o desbravamento dos sertões apenas começava e as expedições para o interior se sucediam, o tupi era deveras a língua dominante, a língua da colônia. Todos a falavam ou a compreendiam. Parecia mesmo haver certa predileção por ela. Saudavam-se no tupi, dizendo: «Enecoema», que equivale a dizer *bom dia*, e respondia o interlocutor, repetindo a mesma saudação ou dizendo simplesmente «Yauê».

Realmente, nos séculos XVI e XVII a grande massa da população era composta pelos indígenas. Os portugueses representavam minoria mesmo nas cidades do litoral. Era, pois, natural que o tupi-guarani fôsse naqueles dois primeiros séculos da existência do Brasil a língua mais falada entre nós. O gênio da raça lusitana garantiu, porém, a predominância da língua portuguesa.

O *tupi-guarani* é a denominação genérica do *nheengatu*, do norte do Brasil, e do *abanheenga*, do sul. Citando os que melhor estudaram no berço da nacionalidade a língua dos aborígenes do Brasil, o ilustre Professor Plínio Airosa escreveu no jornal *O Estado de São Paulo*, edição de 17 de fevereiro de 1937: «Aos jesuítas ilustres José de Anchieta, Luís Figueira e Antônio Ruiz de Montoya devemos, incontestavelmente, o melhor e o mais precioso acervo lingüístico relativo à língua formosa e rica que vulgarmente chamamos tupi-guarani. Do primeiro recebemos a interessantíssima *Arte de Gramática da Língua mais Usada na Costa do Brasil*, escrita na segunda metade do século XVI e impressa em Coimbra por Antônio de Mariz, em 1595; do Padre Luís Figueira, como um dos documentos mais valiosos do falar

indígena do extremo norte do nosso país, recebemos também a *Arte de Gramática da Língua Brasileira*, editada provavelmente em 1621, em Lisboa; e de Montoya, além do inestimável *Te-souro*, herdamos a *Arte e Vocabulário de la Lengua Guarani*, dados à estampa em Madrid por Juan Sánchez, no ano de 1640».

Além dos trabalhos citados de Teodoro Sampaio e Plínio Airoso, recomendo os de Carlos von Martius, Baptista Caetano de Almeida Nogueira, Antônio Joaquim de Macedo Soares, Francisco Freire Alemão, Cândido Mendes de Almeida, João Mendes de Almeida, Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia, Afonso d'E. Taunay, Basílio de Magalhães e vários outros, como recomendo também o *Pequeno Vocabulário Tupi-Português* do competente Padre A. Lemos Barbosa, Rio de Janeiro, Livraria São José, 1951. Um estudo publicado recentemente pelo ilustre Professor José de Sá Nunes, sob o título *Toponímia Brasileira*, na *Revista Brasileira de Geografia*, ano XIII, nº I, 1951, pág. 102, serviu de base para a *Toponímia de Cidades e Vilas Paulistas*, setembro de 1952, do escritor João Carlos de Almeida, um dos melhores colaboradores do ilustre Dr. Djalma Forjaz, Diretor-Geral do Departamento de Estatística do Estado de São Paulo.

Recomendo ainda a *Nomenclatura Geográfica Peculiar ao Brasil* do eminente mestre Dr. Bernardino J. de Sousa, Bahia, 1917.

Em se tratando da língua tupi não podemos esquecer o grande Imperador Dom Pedro II que foi sempre um animador de tais estudos. Ele próprio escreveu : *Quelques notes sur la langue tupi*, que E. Levasseur publicou em *Le Brésil* (Paris, 1889).

Rodolfo Garcia chegou a dizer : «O Imperador Dom Pedro II foi o patrono dos que dedicaram sua atividade intelectual a investigações sobre as línguas indígenas do Brasil» (Rodolfo Garcia em *Anuário do Museu Imperial*, Petrópolis, 1943, pág. 10).

— Duas outras grandes obras precisam, outrossim, ser compulsadas : *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*, publicado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como contribuição para a comemoração do primeiro centenário da Independência, Rio de Janeiro, 1922, dois volumes publicados; e o ainda hoje notável livro do Professor Alfredo Moreira Pinto : *Apontamentos para o Dicionário Geográfico do Brasil*, Rio de Janeiro, vol. I, A-E, 1894; vol. II, F-O, 1896; vol. III, P-Z, 1899, e Suplemento, A-Z, 1935.

— Ch. V. Langlois, em seu *Manuel de Bibliographie Historique* (Paris, Hachette, 1896), ensina-nos :

«De toutes les sciences auxiliaires des études historiques, la Bibliographie est en contredit, la plus généralement utile et la plus négligée», (Pág. V).

La Bibliographie est la science des livres. Par opposition à la *Bibliothéconomie*, qui traite de la classification, de la description extrinsèque des livres, de l'organisation, et de l'histoire des bibliothèques; par opposition à le *Bibliographie*, que traite de l'Histoire des Livres, au point de vue de sa publication matériel (Imprimerie, reliure, librairie), la *Bibliographie*, au sens étroit de l'expression, est cette partie spéciale de la science des livres qui traite des répertoires, et que prouvait les moyens de se procurer aussi promptement et aussi complètement que possible des renseignements sur les sources». (Pág. VI).

— A UNESCO (United Nations Education, Scientific and Cultural Organization) que sucedeu ao Instituto Internacional de Cooperação Intelectual, da Sociedade das Nações, é um dos mais importantes centros de informações bibliográficas do Mundo. O seu «Bulletin à l'intention des Bibliothèques» (Paris, 19, Avenue Kleber) é um excelente repositório de informações sobre todo o movimento intelectual do orbe. A Biblioteca da Unesco prepara, a pedido dos interessados, listas de referências bibliográficas sobre todos os assuntos.

Os historiadores devem acompanhar os trabalhos das organizações anexas à Unesco, especialmente a *FID* (Fédération Internationale de Documentation) e a *IOS* (International Organization for Standardization).

— Para o conhecimento em geral dos livros de referências (bibliografias, enciclopédias, dicionários, anuários, repertórios, etc.), convém ler as lições de A. D. Roberts: *Introduction to reference books*, Londres, The Library Association, 1951.

Quem precisar de determinado livro e não o encontrar no Brasil, poderá dirigir-se a USBE (United States Book Exchange, Inc.), que se encarrega de trocá-lo por outros livros, para o que fornece listas de trocas.

— Para conhecimento dos termos mais usados nas bibliotecas e seus correspondentes nas línguas mais correntes, existem vários livros, entre os quais: *Vocabulário Bibliográfico*, do Dr. Domingos Buonacore, Santa Fé, Argentina, 1952; *Librarian's Glossary*, de Harold; *Glossary of Library terms*, publicado pela American Library Association; e a recente publicação da Unesco *Glossorium Bibliothecarii*.

— Quem escrever sobre a história da Igreja Católica no Brasil precisa compulsar o *Guia das Bibliotecas Brasileiras*, editado pelo Instituto Nacional do Livro (Rio de Janeiro, 1941, 2ª edição, 1944; suplemento, 1946) e a *Bibliografia das Bibliografias Brasileiras*, por Antônio Simões dos Reis, Rio de Janeiro, 1942 — Instituto Nacional do Livro.

— Os dicionários biobibliográficos muito auxiliam aos pesquisadores da história eclesiástica.

Sobre o assunto existem na língua portuguesa algumas obras preciosas. A mais antiga e, ainda hoje, das mais úteis é a *Biblioteca Lusitana*, de Barbosa Machado (Diogo), em quatro volumes, publicados em 1741, 1747, 1752 e 1759. Dessa monumental obra disse o Barão de Ramiz Galvão, diretor da Biblioteca Nacional, no 1º número dos *Anais*: «Barbosa realizou uma das mais gigantescas emprêsas que naquela época se puderam planejar. Com a sua *Biblioteca Lusitana* ficaram assentados os fundamentos da bibliografia portuguesa; antes dela nada merecera este nome». (*Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, I, pág. 16). A 2ª edição dessa obra foi tirada em Lisboa, também em quatro volumes, 1930-1935. José Carlos Rodrigues conta que Barbosa Machado «gastou 43 anos na composição dos seus quatro volumes». (José Carlos Rodrigues: *Catálogo Anotado dos Livros sobre o Brasil*, Rio de Janeiro, 1907, pág. 81).

O ilustre historiador Luís Amaral publicou em 1948 um excelente roteiro bibliográfico: *Repertório Americanista*.

Inocêncio Francisco da Silva deu-nos o *Dicionário Bibliográfico Português*. O autor dirigiu a publicação de nove volumes, aparecendo o primeiro em 1858. Pedro V. de Brito Aranha continuou a publicação desde o tomo X (3º do suplemento) até o tomo 22. Martinho da Fonseca acrescentou os *Aditamentos*, Coimbra, 1927; e José Soares de Sousa enriqueceu a obra com um *Índice Alfabético*, São Paulo, 1938.

Uma terceira obra, também muito útil, é de Blake (Augusto Vitorino Alves Sacramento Blake), cuja publicação, em sete volumes, exigiu dezenove anos. (*Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, vol. I, Rio de Janeiro, 1883, vol. VII e apêndice, 1902). Jango Fischer publicou um *Índice Alfabético* do dicionário de Blake — Rio de Janeiro, 1937.

A. L. Garraux, que foi livreiro em São Paulo (Brasil), publicou em Paris, em 1898, uma *Bibliographie Brésilienne — Catalogue des ouvrages français et latins relatifs au Brésil (1500-1898)*.

Existem ainda dois dicionários biobibliográficos brasileiros cujo manuseio será útil aos que encetam seus estudos: J. F. Velho Sobrinho — *Dicionário Biobibliográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, vol. I, 1937; vol. II, 1940 e Argeu Guimarães — *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1938.

* * *

— O estudioso da história, quando encontrar obra assinada por pseudônimo ou criptônimo, ou inteiramente anônima, terá de identificar o seu autor para aquilatar-lhe o merecimento. Barbier

dá-nos as seguintes definições : «Obra anônima é aquela em cujo frontispício o autor não é indicado». — «Obra pseudônima é a em que no frontispício figura um nome que não é o do autor». (Ant. Alex. Barbier : *Dictionnaire des ouvrages anonymes*, Paris, 1872, 4 tomos e um suplemento, 1879, e supl., 1889, páginas XXIX e XXX).

Há obras *poliônimas* a que se atribui mais de um autor, como a *Imitação de Cristo* e a *Arte de Furtar*; e há obras de autores *homônimos*, como as do ilustre Virgílio Correia Filho, de Portugal, e as do não menos ilustre Engenheiro Virgílio Corrêa Filho, Secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Alberto d'Oliveira, poeta português, e Alberto de Oliveira, nosso parnasiano.

Não raro alguns autores se escondem sob um criptônimo e, até, sob um estigmônimo.

A primeira edição da mui justamente apreciada *História Geral do Brasil* de Francisco Adolfo Varnhagen, Visconde de Pôrto Seguro, apareceu em 1854, como sendo da autoria de *Um sócio do Instituto Histórico do Brasil*, natural de Sorocaba». Edição de Madrid. O autor só se revelou na dedicatória ao Imperador. Na 2ª edição, ostentando o título de Visconde de Pôrto Seguro que lhe conferiu D. Pedro II, ainda acrescentou a nota bairrista : *natural de Sorocaba*. A 3ª edição, revista por Capistrano de Abreu, foi impressa no Rio de Janeiro em 1907. Trazia, além do título *Visconde de Pôrto Seguro*, o nome do autor entre parênteses — F. A. de Varnhagen. A 4ª edição, chamada imprópriamente (com perdão de Mestre Garcia) «3ª edição integral», foi editada pela Companhia Melhoramentos de São Paulo, sem data, e continha, além do título *Visconde de Pôrto Seguro*, a citada nota bairrista : *natural de Sorocaba*. O quinto volume da 3ª edição integral, indicava, além do título, o nome entre parênteses — Francisco Adolfo de Varnhagen, sempre acompanhado da nota : *natural de Sorocaba*. Esta é a magistral edição anotada pelo grande e saudoso historiador Rodolfo Garcia.

Entre nós existem algumas obras sobre pseudônimos, como a do ilustre bibliógrafo Tancredo de Barros Paiva, *Achegas a um Dicionário de Pseudônimos*, iniciais, abreviaturas e obras anônimas de autores brasileiros e de estrangeiros sobre o Brasil ou no mesmo impresso», Rio de Janeiro, 1929; e a de Antônio Simões dos Reis — *Pseudônimos Brasileiros — Pequenos Verbetes para um Dicionário*, Rio de Janeiro, 1941.

Em Portugal foi publicado um bom estudo por Martinho Augusto da Fonseca : *Subsídios para um Dicionário de Pseudônimos, Iniciais e Obras Anônimas de Escritores Portugêses*, Lisboa, 1896.

Além dos livros citados, convém ter à mão um Dicionário Litúrgico, como o que Frei Basílio Rower publicou na editora Vozes, 7ª edição em 1947.

Sobre a Diplomática aconselhamos a leitura de alguns livros clássicos, tais como : Giry, *Manuel de Diplomatie*, Paris, 1925; Bouard, *Manuel de Diplomatie Française et Pontificale*, Paris, 1929; Bresslau, *Diplomata centum in usum scholae diplomaticae*, Berlim, 1872, nova edição muito melhorada de 1931; Pauli, C., *Diplomatica*, Firenze, 1942; e Giacomo C. Bascapè, *Sommario di Diplomatica*, Milano, s. d. Na *Encyclopédia*, de Migne, há um dicionário de Diplomática (série I, vol. 49).

TESTEMUNHA

O vocábulo *testemunha*, para os historiadores da Igreja, indica os que presenciaram o fato ou os que o ouviram de pessoa qualificada como verdadeira. As testemunhas transmitem o que viram ou o que ouviram, de primeira ou de segunda mão, oralmente ou por escrito : cartas, memórias, relatórios, etc. Constitui a testemunha valiosa fonte para o estudo dos acontecimentos religiosos. Grande parte dos processos de canonizações é feito mediante o depoimento de testemunhas.

MONUMENTOS

Os *monumentos*, de *monere*, lembrar, que etimologicamente se deveria equiparar aos documentos, são os objetos materiais que recordam fatos históricos. Entre eles, a começar pelas próprias igrejas, os monumentos artísticos ou históricos, estátuas, vasos, medalhas, moedas, sinetes, retratos, altares, pias batismais, sinos, túmulos, etc.

L. Battissier, em *Histoire de l'Art Monumental*, Paris, 1845, pág. I, lembra que pelos monumentos podemos conhecer os costumes, os usos e as instituições religiosas dos povos.

A palavra *monumento* tem sido empregada como conjunto de textos: *Monumenta Germaniae Historica*, Hanôver, 1826; *Monumenta Hungariae Historica*, Budapest, 1857; *Monumenta Historica Societatis Jesu*; *Portugaliae Monumenta Historica*, publicado pela Academia das Ciências de Lisboa, revisto e prefaciado por Alexandre Herculano.

★ ★ ★

Os documentos e monumentos encontram-se hoje, nos países civilizados, reunidos quase todos em arquivos, bibliotecas e museus.

Os arquivos públicos no Brasil agrupam especialmente os documentos oficiais, como decisões e correspondências de autoridades, cartas de sesmarias, testamentos, inventários, escrituras

públicas, relatórios, registros de nascimentos, de casamentos, de óbitos, etc. Os arquivos privados, em regra, guardam os documentos da família, correspondência, autógrafos, títulos de propriedade, títulos honoríficos, etc.

Nos arquivos do Vaticano, de Portugal, do Brasil, de Espanha e de outros países da Europa e da América, existem numerosíssimos documentos que interessam à história da Igreja Católica no Brasil, em grande parte não publicados e, em geral, ainda não examinados devidamente.

ADENDA

Para se aquilatar o entrelaçamento da História do Brasil e da história da Igreja Católica em o nosso país, basta citar as cartas de 24 de novembro de 1722, de Vasco Fernandes César de Meneses aos governadores das capitanias, transmitindo a ordem do rei para que lhe fossem enviados os traslados do que se achasse nos arquivos e cartórios, a fim de a Academia Real escrever a *História Eclesiástica e Secular do Reino de Portugal e Suas Conquistas*. O vol. LXXI dos *Documentos Históricos*, da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (1946), nas págs. 194 a 196, trás na íntegra as cartas dirigidas ao capitão-mor da capitania do Espírito Santo, aos governadores do Rio de Janeiro e das capitanias de São Paulo e Pernambuco. (Vide também *Documentos Interessantes para a História e os costumes de São Paulo*, volume XVI, pág. 83).

O *Boletim do Departamento do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, no vol. 1 (1942), exhibe a ata da Câmara de Sorocaba, acusando o recebimento da ordem neste sentido mandada pelo governador de São Paulo, Rodrigues César de Meneses (pág. 32), e também da Câmara de Itu (pág. 40).

Como se vê, já no século XVIII a Academia Real de História Portuguesa projetava escrever em conjunto a *História Eclesiástica e a História Secular de Portugal*.

«Sistema de História Eclesiástica e Secular de Portugal que há de escrever a Academia Real da História Portuguesa» em «Coleção dos Documentos, Estatutos e Memórias da Academia Real da História Portuguesa», Lisboa, 1721, vol. MDCCXXI. (Existe na Biblioteca do Real Gabinete Português de Leitura, no Rio de Janeiro, Prateleira «U», obra nº 1.029, vol. nº 9).

FONTES NO DIREITO ECLESIAÍSTICO

Quando o Brasil foi descoberto, ocupava o trono pontifício Alexandre VI, o famoso Rodrigo Lançol y Borgia, que deveria ser Alexandre V, «non potendo considerarsi legittimo Papa l'Alessandro V del Concilio di Piza (anni 1409-1410) (*Annuario Pontificio*, Città del Vaticano, 1953, pág. 20). Depois do reinado de 10 dias de Pio III, tivemos em seguida os pontífices mecenas Júlio II e Leão X. Coube ao antigo Cardeal Giuliano della Rovere atrair à Roma grandes astros da Renascença: Bramante, Miguel Ângelo, Rafael. O Cardeal João de Médicis, uma vez Papa, protegeu as artes e as letras e embelezou o Vaticano de tal forma, que o século XVI, em sua face cultural, recebeu o seu nome: Século de Leão X.

O austero Adriano VI e Clemente VII (Médicis também, mas sem a grandeza de Leão X) não puderam reformar os costumes eclesiásticos, que estavam dando azo a muitas apostasias.

Quando Alexandre Farnese, aos 3 de novembro de 1534, foi eleito Papa, tomando o nome de Paulo III, o panorama católico era singularmente impressionante pela decadência do poder pontifício. A Inglaterra separara-se de Roma; a Alemanha, as Províncias Bálticas, a Suíça e a Escandinávia apostataram; os Turcos destruíram o reino de Santo Estêvão; Florença e outras regiões da Itália perderam a independência.

Nesta época o Papa, a fim de assegurar a autonomia da Santa Sé, — grande espiritualmente, mas fraquíssima temporalmente —, era obrigado a fazer concessões ora a uns, ora a outros dos senhores do Norte e do Sul da Península, no intuito de manter o equilíbrio internacional, tão necessário ao Estado pontifício. Era preciso ainda satisfazer aos grandes soberanos da Europa, a fim de conjugar esforços para deter o avanço turco a sudeste da Europa.

Mesmo na vida privada de alguns dos pontífices, a fraqueza de atitudes desmoralizava a ação deles.

O luxo descomedido dos Papas, dos Cardeais e dos Prelados nos dois primeiros séculos de existência do Brasil, notadamente

nos pontificados de Júlio II (1503-1513) e Leão X (1513-1521), é descrito com minúcias, por E. Rodocanachi em seu livro *Rome aux temps de Jules II et de Léon X*, Paris, 1912, especialmente no capítulo II, da primeira parte: «Luxe et richesses des Cardinaux» (págs. 9 e seguintes).

Leão X, grande apreciador de jóias e objetos raros, não tinha medida nas despesas, e por isso era obrigado a recorrer constantemente aos banqueiros, tais como Francesco de La Fonte, Belanti e Companhia, a Casa Bancária Strozzi, e outros, pagando juros altos e concedendo graças, como aconteceu com o banqueiro Bini, que lhe emprestou 156 mil cruzados, prometendo o Papa conceder-lhe, quando vagassem, vários cargos rendosos. (Archivio di Stato, Atti Apocello, Prot. 409, carti 240-241).

No Vaticano existe um documento sobre o resgate de jóias empenhadas por Leão X ao Banco Altoviti. (Arquivo Secreto do Vaticano, Divers. Camer., vol. 73, fls. 91).

Nepotismo escandaloso nos séculos XVI e XVII foi regra para criação de Cardeais. Raffael Riario, sobrinho de Sixto IV, foi purpurado aos 17 anos de idade; Alexandre Farneze, sobrinho de Paulo III, aos 14 anos; Afonso Carafa, sobrinho de Paulo IV, aos 17 anos; Antônio Della Noce, sobrinho de Inocêncio IX, aos 18 anos; Francisco Bomcompagni, sobrinho de Gregório XV, aos 20 anos; Antônio Barberini, sobrinho de Urbano VIII, aos 20 anos; Francesco Maidaschini, sobrinho de Inocêncio X, aos 17 anos. Leão X foi feito Cardeal aos 14 anos e Papa aos 38 anos. O Papa Sixto V (1585-1590) pela Bula «Postquam verus ille», fixou em 22 anos o limite mínimo de idade para criação de um cardeal, mas êle próprio concedeu a púrpura a Alexandre Peretti, que contava apenas 14 anos (Moreri — *Dicionário Histórico*, trad. espanhola, Paris, 1753, tit. C., pág. 224).

Membros de dinastias poderosas, no tempo em que os Papas delas necessitavam para a defesa dos Estados Pontifícios, foram, muitos jovens, criados cardeais. Alberto da Áustria, filho de Maximiliano III, recebeu a púrpura aos 18 anos. João de Aragão, filho de Fernando, Rei de Nápoles, foi cardeal aos 15 anos. Com 10 anos, recebeu o chapéu, Fernando, filho de Felipe III, da Espanha; com 8 anos, Luís de Bourbon, filho de Felipe V, da Espanha; e com 7 anos apenas, Afonso, infante de Portugal.

A vida faustosa dos cardeais e prelados indignava a todos, ante os exemplos dos primeiros tempos da Igreja.

Foi nesse ambiente que se formaram as consciências de muitos sacerdotes aventureiros que partiram para o Brasil, e aqui viveram amargurando as autoridades eclesiásticas.

Só um grande acontecimento poderia melhorar tão grave situação da Igreja. Paulo III consegue convocar o Concílio de

Trento. Nêle foram fixados pontos de doutrina contra os êrros de Lutero, Zwinglio e Calvino, e estabelecida a reforma da disciplina e dos costumes, abrindo assim novos horizontes à Igreja de Cristo. (Pe. André d'Avallon: *Histoire chronologique et dogmatique des Conciles de la Chrétienté*, Paris, 1855, pág. 618).

* * *

Quem enveredar no campo do Direito Eclesiástico deve lembrar-se de que o Direito para a Igreja visou sempre o respeito à personalidade humana e à caridade em relação ao próximo.

O Direito Eclesiástico, começado na antigüidade clássica, desdobrando-se na Idade Média, constituiu-se, nos tempos modernos, aos poucos, paralelamente ao Direito Estatal.

Foi São Tomás de Aquino, o imortal doutrinador, quem esclareceu o aparente antagonismo entre os pontos de vista da Igreja e os do Estado. A noção do «bem comum», admiravelmente exposta pelo Doutor Angélico, afirmava os direitos primaciais do homem, mas reconhecia a necessidade de uma autoridade pública, sem a qual a vida em sociedade seria inexequível. O estudioso da história da Igreja precisa ter sempre diante da vista que não são idênticos os objetivos da Igreja e os do Estado, ao constituírem-se os direitos dêste e daquela. (Dr. Lacerda de Almeida — *A Igreja e o Estado, suas relações no Direito Brasileiro* — Rio de Janeiro, 1924).

* * *

Os cânones ou leis da Igreja Católica Apostólica Romana emanam de Deus ou de fontes humanas. Daí a sua classificação em *Direito Divino* e *Direito Eclesiástico*, embora êste provenha imediatamente daquele.

«Tôda sociedade forma-se para conseguir um fim comum aos membros que a integram. Direitos e deveres de governantes e súditos regem-se todos em função dessa meta. O princípio gerador do direito eclesiástico será, pois, o fim sobrenatural perseguido pela Igreja, ou seja: a *santificação dos fiéis*.

«Deus êle mesmo, para nos dirigir os passos, revelou leis supremas prescrevendo certos atos e proscrevendo outros. O conjunto dessas normas reveladas constitui o *direito divino*.

«Enfeixadas no direito divino as regras gerais e imutáveis do comportamento cristão, restará ainda ao poder pastoral aplicá-las nos casos particulares. Daí uma série de normas — morais umas, meramente disciplinares outras — que são outras tantas deduções, aplicações, particularizações, mais ou menos imediatas — estritas ou frouxas, próximas ou longínquas — do direito divino.

«Tal conjunto recebe a denominação de *direito eclesiástico*, por isso que a autoridade que o funda não é mais, imediatamente, a autoridade de Deus, senão a da Igreja». Padre Dr. M. Teixeira Leite Penido : *O Mistério da Igreja*, Editora Vozes de Petrópolis, 1952, págs. 341 e 342).

— O *Código do Direito Canônico* várias vezes refere-se à divisão do Direito da Igreja em Direito Divino e Direito Eclesiástico. (*Codex Juris Canonici*, Romae, 1918: C. 27, § 1º, página 5; C. 727, §§ 1º e 2º, pág. 207; C. 1.139, §§ 1º e 2º, pág. 325; C. 1.513, pág. 439; C. 1.926, pág. 518; e C. 2.364, pág. 647).

O *Direito Divino* é o conjunto das verdades reveladas por Deus. O *Direito Eclesiástico* abrange as prescrições oriundas do Sumo Pontífice, dos concílios, dos bispos, dos sinodos, das congregações, dos tribunais e do direito consuetudinário.

O *Código do Direito Canônico* chama o *Direito Divino*, não raramente, *Direito Natural*. O *Direito Eclesiástico*, antes do *Código*, chamava-se *jus sacrum*, *jus pontificium*, *jus divinum*, *jus decretalium* e, mais modernamente, em França : *Droit Public Ecclésiastique*; na Alemanha : *Staatskirchenrecht*; na Itália : *Diritto Ecclesiastico*; na Suíça italiana : *Diritto Ecclesiastico*. No Brasil, o grande Cândido Mendes de Almeida usou a expressão *Direito Civil Eclesiástico Brasileiro*. Em Portugal é empregado vulgarmente a expressão *Direito Eclesiástico* (Amaro Schenki — *Instituições do Direito Eclesiástico*, Coimbra, 1888; Bernardino Joaquim da Silva Carneiro — *Direito Eclesiástico Português*, Coimbra, 1888; Antônio Xavier de Sousa Monteiro — *Manual de Direito Eclesiástico*, Coimbra, 1874).

Nos países americanos de origem espanhola é corrente a expressão *Direito Público Eclesiástico* (Dalmacio Velez Sarsfield — *Derecho Público Eclesiástico*, Buenos Aires (Argentina), 1889; Rafael Fernandez Goncha — *Derecho Público Eclesiástico*, Santiago (Chile), 1872).

— Para facilitar o estudo das fontes da história da Igreja Católica no Brasil que se encontram no *Direito Eclesiástico*, convém admitir sua divisão em três ramos :

a) *Direito Canônico* (na sua ampla extensão anterior e posterior ao *Código*), que estabelece as regras para a disciplina da Igreja, ou, como definiu o Professor Claude du Pasquier : «Le Droit canon est la réglementation organique d'Eglise Catholique». (*Introduction à la théorie générale et à la philosophie du Droit*, Paris, 1948, pág. 296);

b) *Direito Litúrgico*, que tem por objeto o culto na Igreja;

c) o *Direito Público da Igreja*, que regula as relações da Igreja e dos Estados.

O próprio Código de Direito Canônico admite implicitamente a divisão triplíce do Direito Eclesiástico. Com efeito, o cânon 2 declara : «Normalmente o código nada determina sôbre os ritos e cerimônias que os livros litúrgicos aprovados pela Igreja Latina mandam observar na celebração do santo sacrificio da Missa, na administração dos sacramentos e sacramentais e noutras funções sagradas.

Por consequência, tôdas as leis litúrgicas conservam a sua força, exceto as que forem expressamente corrigidas pelo Código».

Em relação ao Direito Público Eclesiástico, o cânon 3 estabelece : «Os cânones do Código não revogam em nada os pactos celebrados pela Santa Sé com diversas nações; por consequência, todos os pactos continuam em vigor, como presentemente, ainda que lhes sejam contrárias quaisquer prescrições dêste código».

— Para se conhecer a Cúria Romana ou melhor os diferentes institutos de que se serve o Sumo Pontífice para o seu ministério apostólico, recomendo a leitura do livro de Nicollo del Re — *La Curia Romana — Lineamenti storico — giuridici*, Roma, 1952. Nêle são estudadas minuciosamente tôdas as Congregações, Tribunais e Ofícios que constituem a grandiosa organização das atividades humanas da Igreja Católica Apostólica Romana.

Mário Escobar escreveu *Ordini e Congregazioni Religiose*, prefaciado pelo Cardeal Giovanni Prazza, que facilita o conhecimento das origens das Ordens e Congregações que se estabeleceram no Brasil (Società Editrice Internazionale — Torino, 1951).

a) DIREITO CANÔNICO

A palavra *Canon*, que deu nome ao Direito Canônico, significa entre os gregos e latinos *regra* ou *norma de costume*. A Igreja adotou-a para distingui-la da *lei*, que era a regra emanada do poder secular.

Durante quatro séculos e quase duas décadas da existência do Brasil (1500 — 17 de maio de 1918), o Direito Canônico era constituído por «uma variedade de preceitos dispersos e de fontes procedentes de todos os séculos da Igreja». (Dr. E. Scheing : *Derecho Canónico*, Barcelona, 1933, pág. 34).

O Decreto de Graciano, de 1140 : «Concordia discordantia canonum» — acôrdo dos cânones em desacôrdo; As *Decretais* de Gregório IX e de S. Raimundo Penafort, de 1234; o *Liber sextus* de Bonifácio VIII, de 1298; as *Clementinas* de Clemente V, publicadas por seu sucessor, João XXII, em 1317; a opulenta legislação pontifícia de Bento XIV; as *Extravagantes*; e não poucos *Decretos dos Concílios*, constituíam um emaranhado de atos pontifícios, de decisões dos concílios, dos tribunais, das con-

gregações e dos prelados, pelos quais se deveriam orientar as autoridades eclesiásticas.

A igreja, como sociedade perfeita, além do poder de definir dogmas de fé e de impor censuras, pode instituir tribunais para julgar causas eclesiásticas, civis ou criminais em processo regular, até a sentença e sua execução.

A justiça eclesiástica foi criada paulatinamente. O seu processo só passou a ser escrito pela *Quoniam contra*, de Inocêncio III. Esse grande Papa imprimiu, no século XIII, ao Direito e aos processos eclesiásticos um cunho bastante liberal, que se coadunava bem com a regra *Ecclesia abhorret sanguinem*.

Convém aos que estudam a história da Igreja conhecer as linhas gerais do direito processual canônico.

O juiz supremo para todo o orbe é o Pontífice Romano (Código de Direito Canônico, Cânones 1569 e 1597).

O juiz de primeira instância em cada diocese para tôdas as causas, excetuadas as expressamente indicadas no Direito (Código, cânion 1.557) é o Ordinário local (Código, cânones 1572 e seguinte).

O Tribunal de Segunda Instância é o Metropolitano (Código, cânones 1.594, 1.596, 1.620).

O Tribunal ordinário para receber as apelações de primeira e segunda instâncias é a Sagrada Rota Romana, *Sacra Romana Rota* (Código, cânones 1598 e seguintes). Sobre o nome Rota dado a este Tribunal, veja-se: «F. Ehrle — *Historia Bibliothecae Romanorum Pontificum, tum Bonifatianae, tum Avenionensis, Romae*, 1890, vol. I, pág. 694.

O Supremo Tribunal da Assinatura Apostólica (*Supremum Tribunal Signaturae Apostolicae*), além de certas atribuições próprias, julga os recursos de sentenças da Rota (Cânion 160).

O Tribunal do Santo Ofício (*Tribunal Congregationis S. Officii*) procedendo segundo práticas e estatutos peculiares (Cânion 1555) julga as causas relativas à fé e aos costumes (Cânones 247 e 249).

Descrição minuciosa da organização de cada um desses tribunais encontra-se nas *Instituciones de Derecho Processal Canónico* do Dr. Fernando Della Rocca, Professor da Universidade de Roma, e advogado da Rota Romana, tradução castelhana da Editora Desclee, de Buenos Aires, 1950 (págs. 121, 134, 138 e 141), e em *Comment le Pape gouverne l'Église*, de Edward L. Hestou, Paris, Fides, 1950.

Já no século XV a luta contra os Mouros e os Judeus levou os reis de Espanha e de Portugal, e também os Papas, à criação dos tribunais do Santo Ofício. A alçada da Inquisição abrangia, a princípio, a matéria espiritual e a disciplina eclesiástica, e, mais

tarde, as causas cíveis e crimes dos clérigos e, até, dos simples tonsurados. O Santo Ofício estendeu ao Brasil os seus tribunais.

Francisco Adolfo de Varnhagen, em carta de 17 de fevereiro de 1844, dirigida ao Cônego Januário da Cunha Barbosa, publicada na *Revista do Instituto Histórico*, noticia que, desde o ano de 1711 ao de 1767, foram condenados pela Inquisição de Lisboa mais de duzentos brasileiros ou colonos estabelecidos no Brasil. «Dêstes, mais de metade brasileiros natos de um e outro sexo». (*Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo sexto, nº 21, abril de 1844, págs. 330 a 333).

(Heitor Furtado de Mendonça : «Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil», *Confissões na Baía*, Introdução de Capistrano de Abreu, São Paulo, série Eduardo Prado, 1922;

H. F. de Mendonça : *idem*. «Denúncias na Bahia», Introdução de Capistrano de Abreu, São Paulo, 1925;

H. F. de Mendonça : *Ibidem*. «Denúncias de Pernambuco», Introdução de Rodolfo Garcia, São Paulo, 1929).

A Igreja, nos últimos tempos da Idade Média e princípios da moderna, uma vez que a sua jurisdição provém de Deus, avocou para a sua justiça todos os crimes que, direta ou indiretamente, podiam interessar à fé religiosa, bem como os delitos imputados aos clérigos. Assim, eram de sua alçada as causas puramente espirituais e que tinham por objeto a administração dos sacramentos, os votos religiosos, a celebração dos ofícios, a disciplina eclesiástica e os delitos eclesiásticos, que eram os que podiam ferir os interesses da fé e da disciplina.

No século do descobrimento do Brasil, a mais poderosa arma do clero era a censura eclesiástica.

«No princípio do século XVI, ainda eram tão frequentes os interditos, às vèzes impostos por causas tão leves, que D. Manuel suplicou e alcançou de Leão X que, nos lugares onde el-rei e a rainha estivessem, se não pudessem publicar interditos novos, e se suspendessem os existentes durante a sua permanência em qualquer lugar».

(Fortunato de Almeida : *História da Igreja em Portugal*, tomo III, P. I, pág. 578).

Tal o poder do clero em Portugal naquela época, que os reis foram obrigados a celebrar *Concordias* (concordatas) relativamente à jurisdição, às imunidades, aos privilégios eclesiásticos, etc.

Os conflitos entre a justiça real e as justiças senhoriais do regime feudal, a eclesiástica e a territorial, determinaram a classificação dos crimes em *privilegiados*, a cargo dos oficiais eclesiásticos; e os *crimes comuns*, a cargo dos juizes locais.

As imunidades das igrejas, definidas pelas Ordenações, criaram o direito de asilo nas igrejas, que tantos incidentes provocaram no Brasil com a justiça real.

Havia os crimes que podiam ser julgados *mixti fori*, pela jurisdição eclesiástica ou pela civil, e eram os crimes de heresia, blasfêmia, sacrilégio, simonia, usura, perjuro, rapto, concubinato, adultério, incesto, bigamia, etc. «Da determinação dos crimes *comuns às duas jurisdições*, e dos crimes *próprios de cada uma delas*, surgiam grandes lutas». (Vide Sousa e Sampaio : «Preleções» do Direito Pátrio Público, Coimbra, 1793, pág. 39, da 3ª parte).

Voltando ao campo da sua jurisdição, a justiça eclesiástica tornou a abranger apenas a alçada espiritual. Desde êsse momento, os privilégios e imunidades dos clérigos reduziram-se em Portugal a três categorias: a) privilégio de foro; b) isenção de impostos; c) isenção de serviço militar. (Antônio Godinho e Francisco Caeiro : *História do Direito Português*, Coimbra, 1915, 2ª edição, pág. 429).

* * *

No Governo de D. João I, por influência talvez do famoso João das Regras, o douto legista, começou o Direito Romano a influir na legislação lusitana.

Foi D. João I quem aboliu a *era de César* e mandou contar os anos pelo *nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo*. Começou então na cronologia lusitana a *era de Cristo*.

Não se pode negar o influxo do direito canônico no direito luso-brasileiro.

A propósito Rui Barbosa disse : «...no direito canônico, cuja influência histórica na legislação pátria não podem ocultar os mais decididos romanistas, a que tantas vezes se referem as Ordenações, e que durante séculos desfrutou a autoridade de subsidiário ao civil...» (Rui Barbosa : *Coletânea Jurídica — Posse de Direitos Pessoais*, São Paulo, 1928, pág. 355).

* * *

No Brasil colonial os bispos exerciam severa vigilância sobre a observância dos preceitos da Igreja. As penas eclesiásticas tinham por objetivo a emenda e o aperfeiçoamento do clero e dos fiéis, e consistiam em penitências, mais ou menos severas, chegando mesmo à exclusão dos refratários.

As Constituições do Arcebispado da Bahia definem as funções do *provisor*, de jurisdição graciosa, e as do *vigário-geral*, de jurisdição contenciosa.

Os bispos no Brasil, dada a extensão de suas dioceses, eram obrigados a nomear *vigários foraneos* ou da *vara*, os quais exerciam jurisdição graciosa e contenciosa.

Tinham êles poderes equivalentes aos dos *bispos de anel* que eram os titulares *in partibus infidelium*, sufragantes dos metropolitas. (João Pedro Ribeiro : *Dissertações Cronológicas e*

críticas sobre a história e jurisprudência eclesiástica e civil de Portugal, Lisboa, 1836, pág. 145). Seus poderes foram fixados também pelas referidas Constituições do Arcebispado da Bahia e pela Pastoral Coletiva dos Senhores Arcebispos e Bispos da Província Eclesiástica de São Sebastião do Rio de Janeiro, Mariana, São Paulo, Cuiabá e Pôrto Alegre, realizada de 12 a 17 de janeiro de 1915. (Rio de Janeiro, 1915). Nova edição da Pastoral Coletiva de 1915, adaptada ao Código de Direito Canônico, ao Concílio Plenário Brasileiro e às recentes decisões das Sagradas Congregações Romanas foi publicada na Tipografia La Salle, Canoas, Rio Grande do Sul, 1950.

Sua Eminência o Cardeal Arcoverde publicou em 1918 uma pastoral, em que indicou as modificações e os aditamentos feitos pelo Código de Direito Canônico às Constituições da Província Eclesiástica Meridional do Brasil.

★ ★ ★

Os primeiros bispos do Brasil solicitaram concessões pontifícias para acomodações às circunstâncias peculiaríssimas de suas dioceses.

Assim, o Breve de Pio IV, de 28 de janeiro de 1561, concedeu ao bispo do Brasil várias faculdades. (*Vide* Cândido Mendes : *Direito Civil Eclesiástico Brasileiro*, tomo primeiro, terceira parte, pág. 1.011). Bento XIII concedeu aos bispos brasileiros as faculdades denominadas *Decenais* aos 22 de fevereiro de 1725. As faculdades delegadas pelo Santo Padre aos bispos do Brasil justificavam-se pela grande distância e dificuldade de transporte nas dioceses brasileiras. Pelas decenais podiam os bispos, entre outras faculdades, conferir poderes até o presbiterato *extra tempora et non servatis intertitiis*; dispensar um ano de idade para o sacerdócio; conceder três vezes ao ano indulgência plenária; delegar ao simples sacerdote o poder de benzer paramentos e outros utensílios para o sacrifício da Missa; conceder aos sacerdotes a faculdade de crismar, etc.

Aos 26 de janeiro de 1796, Pio VI estendeu por 25 anos o prazo de algumas das faculdades decenais de 1725, notadamente as matrimoniais e a delegação para administração do sacramento da Confirmação e outras faculdades. (*Vide* texto, na íntegra, em Cândido Mendes de Almeida : *Direito Civil Eclesiástico Brasileiro*, tomo I, parte III, pág. 1.025).

Esse Breve foi renovado em 4 de outubro de 1822 por Pio VII, e mais uma vez em 17 de março de 1848 pelo Papa Pio IX, então com muitas ampliações, acrescidas ainda pelo Breve de 15 de março de 1859 do mesmo Papa.

OS BULÁRIOS

A palavra *bula* significa o sêlo ou sigilo de metal apôsto a um documento pontifício, e, por extensão, indica o próprio documento. Em regra, as bulas eram de chumbo, mas existiam de prata, de prata dourada e de ouro. O Arquivo Vaticano conserva 78 exemplares de bulas de ouro (P. Sella: «Le bulle d'oro dell' Archivio Vaticano», Città del Vaticano, 1934).

Os breves recebem sêlo de cêra, e alguns documentos pontifícios, como os quirógrafos e os motos próprios, não contêm selos.

Os documentos pontifícios são oficialmente denominados *Apostolicae sub plumbo litterae*, mas vulgarmente chamados *bulas*. Começam com o nome do Papa seguido do título *episcopus, servus servorum Dei*, usado por todos os pontífices a partir de Gregório Magno.

As bulas distinguem-se pela primeiras palavras.

Para se escrever a história da Igreja Católica no Brasil, é necessário o manuseio constante dos bulários, a saber, das coleções dos documentos pontifícios.

O primeiro bulário conhecido foi publicado em Roma, em 1550, e compreendia 60 bulas. Em 1579 apareceu outro com 163 bulas. Nesse mesmo ano, e também em Roma, Cesare Mazzutelli publicou uma coleção de 723 bulas.

A coleção de Cherubine (1586), continuada por seu irmão A. M. Cherubine, e depois por Ângelo de Lantusca e Giovanni Paula da Rome, foi acrescida por Gerolano Mainardo e, depois, por A. M. Cherubini, donde surgiu a grande coleção de 32 volumes chamada *Magnum Bullarium Romanum* (1634).

O Cardeal F. Gaude e A. Tomassetti publicaram um bulário alcunhado *Taurinense*, em 25 volumes, dos quais 20 foram impressos em Turim (daí a alcunha) de 1857 a 1872, e cinco impressos em Nápoles, de 1867 a 1885.

Em Portugal, Levi Maria Jordão publicou um bulário que muito interessa à história eclesiástica do Brasil: *Bullarium Patronatus Portugaliae Regum*, Olissipone, Typographia National.

I volume publicado em 1864, abrangendo diplomas pontifícios de 1171 a 1600.

II volume publicado em 1870, contendo documentos de 1601 a 1700.

III volume publicado em 1873, contendo documentos de 1701 a 1720, e mais o Suplemento.

Várias publicações contêm numerosas bulas interessando a História da Igreja Católica no Brasil, entre elas podemos citar :

O «Corpo Diplomático Português», publicação da Academia Real das Sciencias de Lisboa.

O «Quadro Elementar das Relações Diplomáticas de Portugal, etc.», do Visconde de Santarém.

A «História dos Arcebispos de Braga», de D. Rodrigo da Cunha.

«Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa», de D. Antônio Caetano de Souza.

A coleção de Bulas do Arquivo Público Nacional, do Rio de Janeiro.

A Coleção de Bulas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Na Biblioteca d'Ajuda está guardada a famosa coleção de documentos manuscritos existentes nas bibliotecas e arquivos de Roma e que interessam a Portugal, feita por ordem de D. João V pelo diplomata Comendador Manuel Pereira de Sampaio. Compreende 226 volumes, sendo os três últimos o Índice Geral. Êste notável repertório veio para o Brasil em 1811 e voltou para Portugal. Dêle disse Joaquim dos Santos Abranches, em seu livro *Fontes do Direito Eclesiástico Português*, Coimbra, 1895, página XIII : «A nossa História e o nosso Direito eclesiástico não têm por certo outra fonte mais completa, mais rica e mais autorizada».

O Cônego Joaquim dos Santos Abranches escreveu uma «Suma do Bulário Português», sob o título *Fontes do Direito Eclesiástico Português*, Coimbra, 1895.

O *Direito Civil Eclesiástico Brasileiro* do ínclito Cândido Mendes de Almeida (Rio de Janeiro, Garnier, 1866, quatro volumes) pode ser considerado o bulário brasileiro, tal o número de bulas e breves que interessam ao Brasil, e que foram transcritos em sua notável obra.

O volume 62, parte 1ª, pág. 158 da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* publicou um índice cronológico das bulas e outros documentos semelhantes existentes no Real Arquivo da Torre do Tombo, que interessam ao Govêrno do Brasil e à Igreja Brasileira, copiados pelo Dr. J. J. Medeiros de Albuquerque em missão do Govêrno do Império e do Instituto Histórico.

O Professor Funk, no *Compêndio de História Eclesiástica*, edição brasileira, traduzido pelo Dr. Salvador Pena (Rio de Janeiro, 1924), alerta os consulentes das bulas, dizendo «*Bullarium Romanum* : Há diferentes edições, porém nenhuma completa ou segura».

— Pio X, pela Constituição de 28-9-1908, criou o órgão oficial da publicação dos atos pontifícios, *Acta Apostolicae Sedis, Commentarium Officiales*, leitura indispensável para quem quiser conhecer os documentos oficiais da Igreja. (Vide o C. J. C., tit. I, 9).

Quem desejar estudar com segurança as bulas que interessam à História Eclesiástica do Brasil, deve pesquisar nos Arquivos do Vaticano, colhendo cópias dos documentos originais.

— Para o conhecimento exato das datas das bulas, convém saber que, por ocasião do descobrimento do Brasil, e durante quase todo o século XVI, vigorava o *calendário juliano*, em vigência desde o ano 46 antes de Cristo, por determinação do Imperador Caio Júlio César.

Com a reforma introduzida pelo Papa Gregório XIII, em 24 de fevereiro de 1581, entrou a vigorar em Portugal e nas províncias ultramarinas o *calendário gregoriano*, em virtude da lei de 20 de setembro de 1582, de el-Rei Filipe I.

— Convém advertir ainda os estudiosos de que os tabeliães e escrivães, nos séculos XVI e XVII, contavam o «Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo» a partir do dia 25 de dezembro, e os restantes dias dêsse mês eram considerados como do ano seguinte. Não raro, acrescentavam na data dêstes últimos dias de dezembro a expressão «do ano que em boa hora virá», ou «por ser já passado o Natal do Senhor», ou outra equivalente, (José Anastácio de Figueiredo : *Synopsis Chronologica*, Lisboa, 1790, pág. 135).

b) DIREITO LITÚRGICO

A Igreja de Cristo tem um triplice poder : o do *magistério*, para instruir as almas; o de *ministério* para as santificar; e o de *governo* para as dirigir. Êstes três poderes a Igreja os exerce especialmente pela liturgia (Dom Gaspar Lefebvre O. S. B. : *Liturgia*, Brasil, 1939, pág. 41).

A palavra Liturgia não é um neologismo e sim um vocábulo de data antiga (Luciano Bartoli : *L'Arte nella Casa di Dio*, Torino, 1950, pág. 6). Liturgia, de origem grega, vem de *Leitos*, publico, e *ergon*, serviço. Significava no princípio serviço de interesse do Estado. Passou logo a designar o culto divino (Robert Lesage : *Dictionnaire Pratique de Liturgie Romaine*, Paris, Bonne Presse, 1952, pág. 591).

Pode ser aceita como definição de Liturgia a proposta na *Initiation Théologique*, Ed. du Cerf, 1952, pág. 101, por I. H. Dalmais : «L'ensemble des rites et de formules pour lesquels s'exerce dans l'Eglise le ministère sacerdotal du Christ, médiateur entre Dieu et les Hommes, pour l'accomplissement du mystere

de salut». Ou mais simplesmente Direito Litúrgico é o conjunto de normas que regem os ritos e as cerimônias do culto público da Igreja.

Como disse, o *Codex Juris Canonici* declarou no cânon 2 não cogitar dos ritos e cerimônias já regulamentados pelos livros litúrgicos aprovados para a Igreja Latina. O Código determina em vários cânones que sejam observadas as leis litúrgicas : Cânon 2, Cânon 733, Cânon 818; mas não raro legisla sôbre matéria litúrgica como : óleos sagrados (Cânones 734 e 735); custódia e culto da Santíssima Eucaristia (Cânones 1.265 a 1.275); as procissões (Cânones 1.290 a 1.295); os Vasos sagrados (Cânones 1.296 a 1.306) etc.

As fontes do Direito Litúrgico são : a) «fons essendi seu existendi»; b) «fons cognoscendi seu indicandi». Veja-se Monsenhor Vicente M. Zioni : *Noções do Direito Litúrgico*, em R. E. B., vol. 3, fasc. 4, págs. 898 e seguintes).

Talvez a melhor súpula sôbre a Liturgia está contida na magistral Encíclica do Santo Padre Pio XII sôbre a sagrada Liturgia : «Mediator Dei et hominem», de 20 de novembro de 1947. Depois de uma Introdução, o Papa, gloriosamente reinante, estuda a natureza, origem e progresso da Liturgia; na segunda parte é estudado o culto eucarístico, na terceira o ofício divino e o ano litúrgico, e na quarta dá diretrizes pastorais.

Em admirável resumo Pio XII traça em poucos períodos a História da Liturgia.

Disse o grande Pontífice :

«A ação litúrgica teve princípio quando a Igreja foi divinamente criada. Os cristãos dos primeiros tempos, com efeito, «eram assíduos à pregação dos Apóstolos e à comum fração do pão e às orações». Sempre que os Pastores podiam reunir os fiéis, aí erigiam um altar, sôbre o qual ofereciam o Sacrifício. Em volta do altar realizam-se os demais ritos, pelos quais possam os homens santificar-se e a Deus prestar a glória devida. Entre êsses ritos os Sacramentos ocupam o primeiro lugar, são as sete principais fontes da salvação. Vem em seguida a celebração do louvor divino por onde os fiéis também em comunidade obedecem à exortação do Apóstolo Paulo : «Em tôda sabedoria ensinando e advertindo-vos a vós, mesmos, por salmos, hinos, e cânticos espirituais, na graça cantando em vossos corações a Deus». Segue então a lição da lei, dos profetas, do Evangelho, e das epístolas dos Apóstolos, e por último a homília ou a pregação sacra pela qual o presidente da reunião recorda e explica, para utilidade de todos, os mandamentos do Divino Mestre, comemora os momentos e fatos principais da vida de Cristo e a todos os presentes anima com exortações e exemplos oportunos.

«O culto organiza-se segundo as circunstâncias e necessidades dos cristãos, desenvolve-se e se enriquece com novos ritos, cerimônias e fórmulas, mas sempre com o mesmo fim «para que com aquêles sinais das coisas externas nos advirtamos a nós mesmos... vejamos quanto havemos progredido e nos excitemos enêrgicamente para mais nos adiantarmos. Mais digno decerto seguirá o efeito a que tenha precedido mais fervoroso afeto». Dêsse modo a alma se eleva para Deus mais intensa e mais praticamente, ao passo que o sacerdócio de Jesus Cristo sempre continua a agir, através do desenrolar dos séculos, sendo a sagrada Liturgia nada mais que o exercício dêsse mesmo sacerdócio. (Encíclica *Mediator Dei et hominem*, 20 de novembro de 1947, ed. da Tipografia Beneditina da Bahia, 1948, trad. de D. Gabriel Beltrão, O.S.B., págs. 24 e 25).

* * *

Os ritos são as palavras e orações, e as cerimônias os gestos e ações na realização das funções sagradas.

O Código de Direito Canônico declara expressamente no cânon 1.257 que «unicamente à Sé Apostólica incumbe ordenar a sagrada Liturgia, bem como aprovar os livros litúrgicos».

«Sixto V, em defesa dos legítimos ritos da Igreja, e para dêles expurgar qualquer escória que se houvesse introduzido, criou no ano de 1538 a Sagrada Congregação dos Ritos (Const. *Immensa*, de 22 de janeiro de 1538), órgão a que ainda em nossos dias compete o ofício privativo de ordenar e resolver cuidadosamente o que diz respeito à Sagrada Liturgia».

São palavras do Papa reinante em sua Encíclica *Mediator Dei* (edição brasileira, Bahia, 1938), pág. 47.

Os livros litúrgicos aprovados são :

1º O *pontifical romano*, reservado e usado para as funções litúrgicas em que os bispos oficiam. Publicado em 1597 por Clemente VIII, reeditado em 1888.

2º O *cerimonial* dos bispos, para a ordem e as cerimônias mais solenes. Publicado por Clemente VIII em 1600, reeditado em 1886.

3º O *breviário romano* para a recitação das horas canônicas. Publicado por Pio V em 1568, reformado por Pio X em 1911 e por Pio XII em 1945, com a admissão do novo texto dos salmos, obtido pela tradução direta do hebraico.

4º O *ritual romano* para os ritos que devem ser observados na administração dos sacramentos e sacramentais, publicado por Paulo V em 1614, reformado em 1925, e recentemente modificado por Pio XII.

5º O *missal romano* para a celebração da santa Missa, publicado por Bento XV em 1923, e ultimamente acrescido por Pio XII, com a nova cerimônia da vigília pascal.

6º O *pequeno ritual* para as principais cerimônias ou funções religiosas que devem ser celebradas nas igrejas paroquiais. Publicado em Roma por Bento XIII em 1725; para o Universo, por Pio VII em 1821.

7º O *martirólogo romano*, publicado por Gregório XIII em 1584, modificado por Bento XV em 1922.

8º Os *decretos* autênticos da Sagrada Congregação dos Ritos, cinco volumes. Roma 1908-1911. Apêndices de 1912 e de 1927.

9º As *constituições dos papas* referentes às matérias litúrgicas.

10. Os *livros litúrgicos* aprovados pela Igreja em favor de certas ordens ou congregações religiosas, como os *benedictinos*, os *cartuxos*, os *carmelitas*, os *premonstratenses* e *dominicanos*, ou os privilégios que têm certas igrejas.

11. A *Instrução clementina* (1705-1736) referente à devoção das 40 horas.

(*Traité de Droit Canonique*, de Raul Naz, tomo 1º, pág. 70).

É proibido pela Santa Sé a publicação de qualquer livro litúrgico sem a autorização expressa da Congregação dos Ritos ou do Bispo Diocesano em alguns casos. Há duas espécies de edição dos livros litúrgicos : a *Tipica* (*Typicae*) que sai da tipografia pontificia ou outras expressamente autorizadas pela Santa Sé. As revistas pela Congregação dos Ritos devem declarar o decreto declarando-a tipica. E as edições que reproduzem as típicas (juxta *Typicas*) devem ser aprovadas pelos Antistites, que além do *Imprimatur* devem fazer a declaração : *Concordat cum originali*. (Roberto Lesage : *Dictionnaire Pratique de Liturgie Romaine*, Bone Presse, Paris, 1952, pág. 594).

c) DIREITO PÚBLICO DA IGREJA

O *Direito Público da Igreja* — *Jus Publicum Ecclesiasticum* — regula as relações entre a Igreja e os Estados e é constituído : 1º, pela legislação dos Estados sobre assuntos de interesse da Igreja; 2º, pelos atos da Sede Apostólica (considerada a expressão nos termos do cânon 7 do Código de Direito Canônico, abrangendo os atos do Sumo Pontífice, das congregações, dos tribunais e dos ofícios, por meio dos quais o Papa resolve os assuntos da Igreja), de interesse universal, ou de determinados Estados; c) os atos internacionais mistos oriundos de concordatas

entre a Igreja e os Estados, e que formam o Direito Concordatário, que vamos apreciar em seguida.

Em Portugal nos séculos XIV e XV as concordatas (*concordatum, concordata, pactum, concordias*) eram os acordos estabelecidos entre a Santa Sé e os Reis lusos ou entre êstes e os Prelados do reino.

Modernamente a palavra *concordata* tem um significado técnico, de uso corrente, que se aplica aos acordos entre a Santa Sé e os Estados, até com governos infiéis (Cardeal Tarquini, *Direito Público Eclesiástico*, Recife, 1897, § 84).

Os canonistas, os juristas e os teólogos discutem a natureza jurídica das concordatas (ver Nicolas Lung : *Le Droit Public de l'Eglise*, Paris, 1948, pág. 139). Duffo (François — Albert) em *Les concordats en Droit International* (Toulouse, 1910), logo na página 11 define as concordatas como sendo : «tratados públicos concluídos entre a Santa Sé e um Estado Católico para regulamentar a organização do culto nesse Estado, ou pôr fim a conflitos que podem surgir entre o poder espiritual da Santa Sé e o governo temporal da nação». No mesmo livro o mesmo autor chama à concordata «Convenção» e não tratado como anteriormente (pág. 53).

Kemmel *Étude sur le Concordat*, Lille, 1921, pág. 7, ensina : «Un concordat, en matière religieuse, est un traité conclu entre le Pape, agissant comme chef spirituel de l'Eglise catholique, et le gouvernement d'une nation, pour régler les rapports réciproques de l'Eglise et de l'État».

Depois do Tratado de Latrão e da soberania do Santo Padre sobre um território, exiguo não há dúvida, não pode mais haver dúvida sobre a posição da *Cidade do Vaticano* entre os Estados soberanos de todo o mundo.

A melhor definição de *Concordata* foi dada por Leão XIII na encíclica *Immortale Dei* : «A concordata é um pacto que assegura a paz e a liberdade entre a Igreja e o Estado» (nº 20).

O Professor Giovanni Lo Grasso, da Pontificia Universidade Gregoriana de Roma, fez um estudo bastante atualizado sobre as concordatas na *Enciclopedia Cattolica*, tomo IV, pág. 186.

A propósito da separação da Igreja e do Estado feita em França por ato unilateral, Pio X lançou a encíclica *Vehemente Nos*, de 11 de fevereiro de 1906, na qual disse : «A Concordata firmada entre o Sumo Pontífice e o Governo francês, como aliás todos os tratados do mesmo gênero que os Estados concluem entre si, era um contrato bilateral que obrigava os dois lados».

«Daí resultava que a Concordata tinha como regra a regra de todos os tratados internacionais, isto é, o direito das gentes.

e que de maneira alguma podia ela ser anulada por iniciativa de uma só das partes contratantes. A Santa Sé sempre observou com fidelidade escrupulosa os compromissos por ela subscritos, e em todos os tempos reclamou que o Estado desse prova da mesma fidelidade». (Pio X : *Sôbre as relações entre a Igreja e os Estado*, editora Vozes, de Petrópolis, 1952, pág. 8).

Como tive ocasião de lembrar, obedecendo ao axioma jurídico *pacta sunt servanda*, (o contratado deve ser cumprido), o Código do Direito Canônico deu ao Direito Concordatário toda a força prescrevendo no cânon 3 que o Código não revogou em nada os pactos celebrados pela Santa Sé com diversas nações, desde que em vigor, ainda mesmo que tenham adotado prescrições contrárias ao próprio Código.

O *Codex Juris Canonici* dá vários nomes às *concordatas* : cânon 1471, *Concordatas*; cânon 3, *Convenções*; cânon 255, *Pacta Conventa*.

Mercati publicou o texto das 133 concordatas realizadas desde o ano de 1098 até 24 de junho de 1914 («*Raccolta di Concordati su materie ecclesiastica tra la Santa Sede e le autorità civili*». Roma, 1919).

As concordatas posteriores à Grande Guerra de 1914-1918 foram reunidas por A. Giannini («*I Concordatti posbellici*», Milão, 1919).

A moderna concordata entre Portugal e a Santa Sé, de 7 de maio de 1940, foi publicada na *Acta Apostolicae Sedis*, tomo XXXII, pág. 217. Pela Convenção de 18 de junho de 1950 Portugal renunciou o direito do padroado sôbre as dioceses de Cochim, Meliapor, Bombay, Mangalore, Uilon e Trichinopoly (A. A. S., 42, 1950, págs. 811-814).

De 1870 até 1929 o Sumo Pontífice não exerceu o poder temporal, pelo que passou a ser discutida a sua personalidade internacional.

A *lei chamada das garantias*, de 13 de maio de 1871, sancionada pelo Rei Vitor Emanuel II, mas não reconhecida pela Santa Sé, concedia ao Papa todas as prerrogativas de Chefe de Estado, inclusive o direito de fazer concordatas e o direito ativo e passivo de legação.

Hildebrando Accioly, eminente mestre de Direito Internacional, em seu notável *Tratado*, tomo I, pág. 75, ensina : «Entre os Estados, deve ser incluída a Cidade do Vaticano, tal como resultou dos acordos de Latrão, de 1929. Antes dêsses acordos, porém, já o Papa era tratado, embora em condições especialíssimas, como pessoa de direito internacional. E com razão, porque êle nunca deixou de possuir soberania, embora de ordem espi-

ritual, nunca deixou de ser completamente independente de qualquer potência temporal, nunca deixou de possuir personalidade internacional, reconhecida, desta ou daquela maneira, por todos os povos civilizados».

* * *

No Brasil, durante o regime colonial e, depois, no império, os soberanos se arrogavam o direito de conceder ou negar *beneficium* aos atos pontifícios e dos concílios. Baseavam o seu direito nas concordatas de D. Pedro I de Portugal, art. 32, e de Dom João I, art. 87, bem como na *Lei Extravagante*, de 18 de dezembro de 1516. (Dr. Jerônimo Vilela de Castro Tavares : *Compendio de Direito Eclesiástico*, Recife, 1853, pág. 269).

Pela *Constituição* do Império, de 1824, em seu art. 102, § 14, era atribuição do Imperador : «Conceder ou negar o *beneficium* aos decretos dos Concílios e Mitras Apostólicas e quaisquer outras constituições eclesiásticas».

O Código Penal de 1830 punia com a pena de prisão quem recorresse à autoridade estrangeira sem legítima licença para impetração de graças espirituais, distinções ou privilégios na jerarquia eclesiástica.

— Havia em Portugal e, depois, no Brasil, o *direito do padroado*.

O direito do padroado foi concedido por vários documentos pontifícios, notadamente pela bula de Leão X — *Deum fidei constantiam*, de 6 de junho de 1514, declarando expressamente que concedia a el-rei D. Manuel e a todos os seus sucessores o direito do padroado, podendo apresentar pessoas idôneas para quaisquer benefícios eclesiásticos. (Nicola Kowalsky, O.M.I., assistente da Pontificia Biblioteca Missionária, Roma, «Padroado», em *Enciclopédia Cattolica*, IX, 1952, c. 528 a c. 533).

Cândido Mendes de Almeida no prefácio do seu magistral livro dá-nos notável lição sobre o Padroado (*Direito Civil Ecclesiastico Brasileiro*, Tomo primeiro, Primeira parte, Introdução, pág. CCXXXIX e seguintes. Rio de Janeiro, Garnier, 1866). Vide : *Direito do Padroado no Brasil ou Reflexões sobre os Pareceres do Procurador da Coroa*, Rio de Janeiro, 1858.

Apoiado no padroado os reis de Portugal e, depois, os imperadores do Brasil, nomeavam os bispos. Uma vez feito o processo de habilitação, era remetida à Cúria Romana a carta de apresentação. Examinado o assunto na Sagrada Congregação Consistorial, o Santo Padre, em Consistório Secreto, aprovava, ou não, a nomeação, e eram expedidas as bulas necessárias.

Tal processo explica a diferença de datas das Cartas Régias que nomeavam os bispos e as das bulas de confirmação.

O direito do padroado para a nomeação dos bispos do Brasil baseou-se em disposição expressa da Constituição do Império, de 25 de março de 1824, que em seu art. 102 definia as atribuições do imperador, e no seu parágrafo rezava: «Nomear bispos, e prover os benefícios eclesiásticos».

As relações entre Portugal e a Santa Sé, a despeito do exercício do direito padroado, que ocasionou alguns incidentes, foram em regra boas, e a prova foi o título de *Rei Fidelissimo* com que o Papa Bento XIV galardoou Dom João V e todos os seus sucessores, pelo «motuproprio» *Maxima Actam praeclara*, de 23-12-1748. (Col. Borges de Castro, vol. II, pág. 328; Cardoso de Oliveira: *Actos Diplomáticos do Brasil*, Rio de Janeiro, 1912, vol. I, pág. 35).

D. Maria I fez com o Papa Pio VI uma concordata regulamentando novamente a nomeação dos beneficiados dos Reinos de Portugal e Algarves, assinada em Lisboa aos 20 de julho de 1778. (Borges de Castro: *Coleção de Tractados, Convenções, Contractos e Actos Públicos celebrados entre a Coroa de Portugal e as reais Potências*, Lisboa, 1856, tomo III, pág. 300).

O Brasil em 1862, aos 28 de outubro, assinou com a Santa Sé uma *Convenção* organizando as Missões Apostólicas. (Cardoso de Oliveira: *Actos Diplomáticos do Brasil*, Rio de Janeiro, 1912, vol. I, pág. 310).

Na República, logo depois da separação da Igreja e do Estado, o Parlamento cortou no Orçamento para 1892 a verba destinada à Legação da Santa Sé. (Lei nº 26, de 30 de dezembro de 1891). No ano seguinte a Lei nº 126-B, de 21 de novembro de 1892, que sancionou o Orçamento da República para o exercício de 1893, restabeleceu como Legação de 1ª classe a da Santa Sé.

Em seguida as relações entre a Santa Sé e o Governo brasileiro tem sido das mais felizes, permitindo um notável progresso na expansão Católica Apostólica Romana em nosso país. Basta lembrar que três eminentes brasileiros fazem hoje parte do Sacro Colégio Cardinalício.

Nenhum incidente grave perturbou nestes sessenta e três anos da vida republicana as boas relações entre o Vaticano e o Brasil, e durante todo êsse período só se tornou necessário um acôrdo administrativo para a troca de correspondência diplomática, em malas especiais, concluído no Rio de Janeiro, aos 2 de dezembro de 1935.

III

FONTES NA LEGISLAÇÃO DE PORTUGAL E DO BRASIL

Para se estudar a história da Igreja Católica no Brasil é indispensável, dado o íntimo entrelaçamento entre a ação espiritual e a ação temporal (*vide* Adenda), o conhecimento da legislação e da organização administrativa e a da justiça, quer civil, quer eclesiástica, nas suas diferentes fases, desde o descobrimento até os nossos dias.

O egrégio desembargador Vieira Ferreira reuniu em ordem cronológica, dividindo-a por séculos, a legislação portuguesa referente ao Brasil, desde o descobrimento até a vinda da família real para o Rio de Janeiro, em 1808. Esse magnífico repertório foi publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (vol. 159, pág. 199 e seguintes), e constitui fonte preciosa para o conhecimento das relações entre a metrópole e a colônia, e precisa ser compulsado pelos que quiserem conhecer a história da Igreja Católica no Brasil.

* * *

Quando o Brasil foi descoberto, vigoravam em Portugal e, portanto, em todos os seus domínios as Ordenações Afonsinas, cuja elaboração teve início no govêrno de D. João I, atravessou o reinado de D. Duarte e só foram concluídas nos últimos anos da quinta década do século XV, quando reinava D. Afonso V, «dito de huns o Africano, e chamado d'outros: Melhor home do mudo» (Frey Pedro Correa em *Triumphos ecclesiasticos*, Lisboa, 1617, Ao Leitor).

Morto el-Rei D. Fernando em 1385, surgiu o mestre de Avis, «a quem a dialética do doutor João das Regras e a espada do condestável Nuno Álvares — o Direito Romano e Aljubarrota — asseguraram a Coroa». (Martins Júnior: *História do Direito Nacional*, Pernambuco, 1941, pág. 86).

D. João I encarregou João Mendes, corregedor da Côrte, de codificar as cartas de foral, as leis gerais, os estilos, usos e costumes antigos, admitindo como fontes de valor o Direito Romano e o Direito Canônico. (*Ordenações do Reino*, Lisboa, 1747,

livro 3º, tit. 64, pág. 82). Morto o famoso legista, el-Rei Dom Duarte nomeou, para que terminasse o exaustivo trabalho, o Dr. Rui Fernandes, dando-lhe auxiliares de grande saber. A codificação foi ultimada em 1446, já no reinado de D. Afonso V, que mandou entrasse em vigor com o título de *Ordenações Afonsinas*. Esse código só foi impresso em 1792. Convém notar que naquele tempo ainda não era obrigatória a impressão das leis; elas tornavam-se conhecidas por meio de cópias que se pediam aos oficiais da Coroa ou, às vezes, pelo registro e mediante a leitura feita pelos tabeliães nos tribunais dos conselhos. (Pontes de Miranda : *Fontes e Evolução do Direito Civil Brasileiro*, Rio, 1928, pág. 62).

Mestre Cândido Mendes assim apreciou a famosa consolidação das leis que vigoravam em Portugal, quando o Brasil foi descoberto : «Considerando a época em que foi promulgado o *Código Afonsino*, este trabalho é um verdadeiro monumento. Como Código completo, dispondo sobre quase todas as matérias da administração de um Estado, foi evidentemente o primeiro que se publicou na Europa, e assinala uma época importante. Neste código restringiu-se a legislação feudal, a consuetudinária; revogou-se a lei chamada da Avoenga, e deu-se ganho de causa à legislação do *Corpus Juris*, que foi equiparado à Canônica, que aliás só podia prevalecer nas matérias em que houvesse pecado». (*Código Philipino*, Rio de Janeiro, 1870, pág. XX).

O livro II das Ordenações Afonsinas trata dos eclesiásticos.

El-Rei D. Manuel, pela carta régia de 9 de fevereiro de 1506, encarregou três juristas de procederem à revisão das Ordenações Afonsinas. Já em 1513 o trabalho estava pronto, porém foi logo modificado em 1514, e só publicado oficialmente aos 11 de março de 1521, como as «Ordenações Manuelinas», que deveriam substituir as Afonsinas.

As Ordenações Manuelinas estiveram em vigor até 1603, quando el-Rei D. Filipe II mandou publicar o código que seu pai mandara fazer para reformar e codificar a legislação portuguesa.

Por ordem de D. João V, foram novamente impressas as Ordenações Filipinas, confirmadas e estabelecidas por D. João IV, pela Lei de 29 de janeiro de 1643, e acrescentadas com as leis extravagantes, os decretos e cartas e os assentos da Casa de Suplicação e Relação do Pôrto. (Edição do Mosteiro de São Vicente de Fora, Lisboa, 1747, cinco livros em três volumes).

A 14ª edição do Código Filipino é brasileira : foi preparada pelo ilustre jurista Cândido Mendes de Almeida, e data de 1870.

As Ordenações do Reino, embora modificadas por várias leis posteriores, vigoraram em Portugal por mais de dois séculos e

meio, e no Brasil, em matéria civil, até 1 de janeiro de 1917, quando entrou em vigor o Código Civil Brasileiro.

O ilustre Professor J. C. de Ataliba Nogueira, da Faculdade de Direito de São Paulo, sustentou brilhantemente que há matérias nas ordenações do Reino ainda vigentes no Brasil. (Discurso de saudação ao Ministro Costa Manso — *Revista da Faculdade de Direito de São Paulo*, 1953).

* * *

A legislação portuguêsã emanava do poder real — el-rei e seus mandatários — e revestia-se de diversas formas e diferentes nomes. Além das Ordenações do Reino, existiam as *cartas de lei*, os *alvarás*, as *provisões*, os *decretos*, as *resoluções*, as *cartas régias*, os *avisos* e as *portarias*. (Manuel Borges Carneiro, *Direito Civil de Portugal*, Lisboa, 1851, tomo I, págs. 5 e seguintes).

Quase todos êles interessam aos que estudam a história da Igreja Católica no Brasil, pois muito comumente se referem a negócios eclesiásticos.

As *cartas de lei*, às vêzes chamadas simplesmente *cartas* outras vêzes *leis* ou *cartas patentes*, deveriam começar pelo nome do rei : «Dom João... etc.», e seus efeitos deviam ser perpétuos.

Os *alvarás* «não hajam de durar mais de um ano», na expressão das *Ordenações do Reino* (ed. de 1747, liv. II, tit. 40, pág. 44) e deveriam começar por — «Eu, El-Rei...». Na prática, ensina o eminente jurista João Mendes Júnior (*Direito Judiciário Brasileiro*, Rio, 1940, pág. 11, nota), nem sempre se observam tais diferenças, havendo alvarás cujo efeito devia durar mais de um ano e que terminam com a cláusula «Este me praz que valha como Carta de Lei, sem embargo da Ord., L. II, Tit. 40», ou outra frase equivalente.

As *provisões* eram resoluções gerais assinadas pelo rei e tinham força de lei.

Os *decretos* eram empregados não para disposições genéricas, mas para certas pessoas, ou para ampliar ou restringir a lei. Terminavam com a fórmula «E. Ministro e Secretario d'Estado, assim o tenha entendido e faça executar», e eram assinados com a rubrica «Príncipe».

As *resoluções* diziam respeito às soluções específicas de casos administrativos.

As *cartas régias* eram, em regra, utilizadas para casos particulares e principiavam com o nome da pessoa a quem eram dirigidas, terminando com a assinatura *Rei*.

Os *avisos*, dando ordens ou tomando providências, eram assinados pelos ministros em nome do monarca.

As *portarias*, que não se dirigiam a determinada pessoa e eram também assinadas pelos ministros, estabeleciam regras e

por isso começavam pela fórmula : «Manda El-Rei Nosso Senhor que...». Os avisos e as portarias, regulando apenas os casos de que tratavam, não podiam alterar ou revogar leis.

Os atos do poder político, quanto à sua matéria, classificavam-se em *regulamentos*, *regimentos*, *estatutos*, *instruções*, *pragmáticas*, *forais*, *concordatas* e *privilégios*.

Os *regulamentos* continham providências gerais e permanentes para a boa execução das leis.

Os *regimentos* regulavam o serviço das repartições públicas.

Os *estatutos* regiam as corporações.

As *instruções* eram regras para a realização de serviços públicos.

As *pragmáticas* eram leis destinadas a reprimir abusos, como o luxo exagerado.

Os *forais* eram concessões às cidades, vilas, etc. Os donatários das capitanias do Brasil podiam concedê-los às cidades e vilas que fundassem.

As *concordatas* eram os convênios com a Santa Sé.

Os *privilégios* concediam vantagens a individuos ou a coletividades.

(Dr. Antônio Joaquim Ribas : *Curso de Direito Civil Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1915, págs. 73 e seguintes; Desembargador Vieira Ferreira : *Legislação Portuguesa relativa ao Brasil*, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 159, ano 1929, págs. 199 e seguintes).

Quem estuda a história da igreja precisa prestar atenção às diferentes emanações do poder monárquico absoluto, pois, não raramente, o mesmo assunto é tratado em várias das modalidades acima indicadas. Assim, a *carta régia* de 7 de junho de 1784 decidiu que o espólio dos bispos que pertenceram a ordens religiosas, falecidos sem testamento, pertença à sua igreja, isto é, ao bispo sucessor, para o despendar nas suas precisões e nas da catedral, paróquias e com o clero. Tratando do mesmo assunto e decidindo de maneira igual, existem a *resolução* de 17 de abril de 1793, a *portaria* de 14 de junho de 1795 e as *provisões* de 25 de janeiro de 1800 e 6 de abril de 1815.

* * *

Convém lembrar que os titulos dos reis de Portugal variavam muito. D. Manuel adotou a fórmula : *Rey de Portugal e dos Algarves daquém e dalém mar em Africa, Principe de Castela, de Leão, de Aragão, de Cezilia, de Granada e Senhor de Guiné*. Depois da morte de sua primeira espôsa, D. Isabel, filha dos Reis Católicos, e da viagem triunfal de Vasco da Gama, omitindo as referências castelhanas, acrescentou : *e da Conquista, Navegação e Commercio da Ethiopia, Arabia, Persia e India*. D. João II e seus sucessores adotaram o titulo : «Rey de Portugal e dos

Algarves, daquém e dalém mar em Africa, Senhor de Guiné e da conquista, navegação e commercio da Ethiopia, Arabia, Persia e da India».

É de notar que não há referência ao Brasil nos pomposos títulos dos monarcas lusitanos.

* * *

Para a explicação de certos acontecimentos é bom conhecer as atenções e precedências dos bispos no Brasil durante o regime colonial.

Na sua entrada e posse a Câmara mandava que os moradores iluminassem as suas casas. (Carta Régia de 8 de janeiro de 1611).

Os bispos tinham precedência sobre qualquer autoridade, mesmo os governadores e capitães gerais (Alvará de 30 de junho de 1588, Carta Régia de 29 de janeiro de 1742).

Nas suas respectivas Dioceses os Bispos tinham direito às cortesias militares devidas ao rei. (Carta Régia de 27 de fevereiro de 1743).

Os bispos são Grandes do Reino pela Lei de 29 de janeiro de 1739.

Todos os eclesiásticos no regime colonial gozavam de certos privilégios e isenções. Eram equiparados aos Cavalheiros, isentos de tortura e a injúria a eles feita era reputada feita a pessoa nobre. O sacerdote estando em celebração dos officios divinos não podia ser citado, nem tão pouco os leigos que aí estivessem assistindo a eles.

As isenções concedidas aos clérigos eram relativas à sua pessoa ou aos seus bens.

Borges Carneiro em seu *Direito Civil de Portugal* enumera as proibições e exclusões próprias dos eclesiásticos vigentes em Portugal e seus domínios.

Era proibido aos eclesiásticos trazer armas defesas; jogar; caçar com frequência; assistir aos teatros e espetáculos; a bebedice; ingerir-se em negócios seculares; comprar para revender, etc. (*Op. cit.*, tomo I, págs. 175 e seguintes).

Os que iniciam os seus estudos de história da Igreja Católica no Brasil precisam prestar atenção à numeração das datas, que eram feitas em algarismos romano-góticos, romano-lusitanos e em algarismos arábicos. (João Pedro Ribeiro : *Dissertações Cronológicas e Críticas sobre a História e Jurisprudência Eclesiástica e Civil de Portugal*, tomo III, págs. 118 e seguintes).

Coube a Martim Afonso de Sousa realizar os primeiros atos jurídicos no Brasil, como mandatário que era de el-rei de Portugal. Realmente a carta régia que recebeu em 1530 lhe conferia o título de «Capitão-Mor e Governador das terras do Brasil», com poderes tais, que todos deveriam prestar-lhe obediência, «como

se por mim em pessoa fosse mandado e sob as penas que ele impuser». Em São Vicente concedeu as primeiras sesmarias, que couberam a Pêro Góis, em outubro de 1532, e a Rui Pinto, em 10 de fevereiro de 1533. (César Tripoli: *História do Direito Brasileiro*, vol. I, *Época Colonial*, São Paulo, 1936, pág. 203). Obtiveram sesmarias naquela época Braz Cubas, Suzana Rodrigues e outros.

Ao tempo da colônia, no período de 1534 a 1549, na fase das capitanias, tivemos um regime semelhante ao feudal. (Vide Professor Waldemar Ferreira: *História do Direito Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1951, tomo I, págs. 48 e seguintes).

«Para que os donatários aceitassem a dádiva régia, lembra o eminente historiador Augusto Tavares de Lira, era necessário que se lhes concedessem regalias e vantagens excepcionais. Tiveram-nas nas *cartas régias* e nos *forais*, os quais consagravam, sob certos aspectos a revivescência do *feudalismo*, que agonizara e morrera lentamente na Europa havia dezenas de anos». (*Organização política e administrativa do Brasil*, em *Anais do Terceiro Congresso de História Nacional*, segundo volume, pág. 48).

«As cartas, por que se instituíram as capitanias, se continham doações, eram, ao mesmo passo, de forais. Melhor, pela *carta de doação*, fazia el-rei mercê de determinada porção territorial, nela envolvendo a outorga de atributos verdadeiramente soberanos. Seguia-se, e dava-se à capitania, a *carta de foral*, em que se determinavam os direitos, foros, tributos e coisas que se pagariam ao rei e ao capitão e governador. O foral, portanto, presunha a carta de doação; e os dois diplomas, completando-se, formavam o estatuto da capitania». (Professor Waldemar Martins Ferreira: *História do Direito Brasileiro*, Rio de Janeiro, São Paulo, 1951, tomo I, pág. 40).

Os donatários tinham alçada, sem apelação nem agravo, em causas crimes, até morte natural para os peões, escravos e índios, dez anos de degredo e cem cruzados de pena às pessoas de maior qualidade; e nas causas cíveis, sem apelação nem agravo, até cem mil réis. Tinham ainda alçada sobre os juizes ordinários, vereadores, juizes almotacés e os de órfãos e mais oficiais dos conselhos, que eles criavam, e de cujas decisões conheciam por apelação ou agravo. O alvará de 5 de março de 1557 determinava que houvesse apelação sempre nos casos de condenação à morte natural de peões cristãos. (João Mendes de Almeida Júnior: *Direito Judiciário Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1918, pág. 76).

Os donatários recebiam sempre o *foral*, onde se especificavam os *foros*, *direitos* e *tributos* dos colonos para com el-rei e para com o donatário. A Coroa reservou para si o direito de cunhar moeda; o monopólio do pau-brasil e das drogas e especiarias; o

quinto dos metais e pedras preciosas; e o *dizimo* de todos os produtos, porque a terra dada pertencia à Ordem de Cristo, que custeava as despesas das viagens de exploração e conquista. Êstes impostos eram arrecadados pelos almoxarifes, feitores e escrivães. (Augusto Tavares de Lira : *Organização Política e Administrativa do Brasil*, op. cit., pág. 49).

«O colono, quer português ou estrangeiro, podia possuir terras de sesmaria, com a única condição de professar a religião católica». (Waldemar Martins Ferreira : *História do Direito Brasileiro*, Rio de Janeiro, São Paulo, 1951, tomo I, pág. 46).

* * *

Na vigência dos governos gerais, de 1549 até 1767, e na dos vice-reis, de 1767 a 1808, a organização judiciária foi plasmada pelo livro I das Ordenações do Reino e por algumas leis extravagantes.

Dom João III criou em 1549 o govêrno geral com um governador-geral, chefe do govêrno e centro da administração; um *provedor-geral*, que dirigia a fazenda; um *capitão-mor* da costa, encarregado da defesa do litoral; mais tarde, um *alcaide-mor*, que assumia o comando das armas; e um *Ouvidor-geral*, que presidia à justiça. O regimento dos ouvidores-gerais define as suas atribuições nas respectivas jurisdições. (*Vide* João Francisco Lisboa: *Obras*, vol. III; e João Mendes de Almeida Júnior: *O Processo Criminal Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1920, vol. I, pág. 152).

No reinado de D. Sebastião, em 1573, o Brasil foi dividido em dois governos gerais : o da Bahia, que compreendia tôdas as capitanias do Norte, a partir de Pôrto Seguro; e o do Rio de Janeiro, a que ficaram sujeitas as capitanias do Sul, a partir do Espírito Santo.

Quem desejar estudar as atribuições de cada autoridade e a vida administrativa do Brasil nos regimes coloniais e imperial, deverá ler a *História Administrativa do Brasil* do insigne historiador, o Dr. Max Fleiuss (São Paulo, 1925, 2ª edição) e o livro citado do ilustre Professor Waldemar Ferreira, notadamente na seção II.

Pelo regimento de 26 de julho de 1604 foi criado o *Conselho da Índia*, que deveria ocupar-se dos negócios dos domínios e conquistas. Em 1642, aos 14 de julho, foi o Conselho da Índia substituído pelo *Conselho Ultramarino*, cujo arquivo é de muita importância para a história da Igreja no Brasil e se encontra no Arquivo Ultramarino, em Lisboa.

* * *

Para a independência do poder judiciário no Brasil colonial teve real importância a declaração de D. João V, em 1712, de

que o poder judiciário não dependeria mais dos governadores-gerais, ficando os *ouvidores* das capitânias sujeitos à Relação da Bahia, excetuadas as do Maranhão e do Pará, que estavam sujeitas aos tribunais de Lisboa.

A organização judiciária dos tempos coloniais, a partir da segunda metade do século XVI, além do Tribunal ou Mesa do Desembargo do Paço, de jurisdição mais graciosa do que contenciosa, compreendia a Casa da Suplicação de Lisboa e, muito posteriormente, a Casa da Suplicação do Rio de Janeiro, criada em 1808, após a vinda da família real para o Brasil. Abrangia a Relação da Bahia, cujo regimento é de 7 de março de 1609 (transcrito no *Auxiliar Jurídico* de Cândido Mendes de Almeida, págs. 5 e seguintes); e, mais tarde, a Relação do Rio de Janeiro, alvará de 13 de outubro de 1751 (*op. cit.*, págs. 19 e seguintes); a de São Luís do Maranhão, alvará de 13 de maio de 1812 (*op. cit.*, págs. 20 e seguintes); a de Pernambuco, alvará de 6 de fevereiro de 1821 (*op. cit.*, págs. 42 e 43).

É preciso não esquecer que nos tempos coloniais havia distinção entre a *Alta Justiça*, exercida pelos reis e juizes de eleição dos povos, nos casos de morte natural ou civil, cortamento de membro ou confisco; e a *Baixa Justiça*, que só impunha penas de prisão e outras menores.

«Outrora, no regime absoluto, porque não havia divisão de poderes, bem se sabe quanto contribuíram os juizes para a elaboração das leis; aliás, fôrça é reconhecer que o direito existiu antes da lei positiva, que o reconheceu e firmou, de sorte que o juiz precedeu ao legislador; daí se depreende que os *exemplos*, os *casos julgados* foram originariamente as regras para casos idênticos ou análogos. (João Mendes de Almeida Júnior: *As Formas da Praxe Forense*, São Paulo, 1904, pág. 9).

Para estudar a história eclesiástica brasileira é preciso, portanto, não só conhecer a legislação vigente em cada época, mas também acompanhar as decisões judiciárias que interessam à Igreja no Brasil.

* * *

Quando o Príncipe Regente D. João veio para o Brasil, a distribuição da Justiça era cometida à jurisdição assim organizada: Relações da Bahia e do Rio de Janeiro; corregedores de comarca, ouvidores-gerais, ouvidores de comarca, chanceleres de comarca, provedores, contadores de comarca, juizes ordinários e de órfãos eleitos, juizes de fora, vereadores, almotacês, juizes de vintena, tendo como auxiliares além dos tabeliães, inquiridores, meirinhos e outros oficiais de justiça, os alcaides pequenos e, como oficiais de polícia, os *quadrilheiros*.

Chegando ao Brasil, D. João criou o Supremo Conselho Militar e de Justiça, o Tribunal da Mesa do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens e a Intendência Geral da Polícia.

A Relação do Rio de Janeiro deu a categoria de Casa da Suplicação, constituindo-a em *Supremo Tribunal de Justiça* (alvará de 10 de maio de 1808).

O príncipe regente criou a Relação de São Luis do Maranhão pelo Alvará de 13 de maio de 1812; e a de Pernambuco pelo Alvará de 6 de fevereiro de 1821.

A Assembléia Geral Constituinte, aos 20 de outubro de 1823, dispôs : 1º) Que as Ordenações, leis, regimentos, alvarás, decretos e resoluções promulgados pelos reis de Portugal, e pelos quais o Brasil se governava até o dia 25 de abril de 1821, em que el-Rei D. João VI se ausentara, e todos os que foram promulgados daquela data em diante pelo regente do Brasil e como imperador constitucional, desde que se erigiu o Império, ficassem, na parte em que não foram revogados, em inteiro vigor, para se regularem por êles os negócios do interior do Império, enquanto se não organizasse o novo Código ou não fôsse especialmente alterados.

* * *

A Constituição política do império do Brasil, de 25 de março de 1824, criou os três poderes — legislativo, executivo e judiciário e mais o poder moderador, cujo objetivo era permitir ao imperador velar «sobre a manutenção da independência, equilibrio e harmonia dos mais poderes políticos». (Carta Constitucional do Império, 1824, art. 98).

A clássica divisão tripartida do poder político, mantida sempre nas constituições votadas ou outorgadas no Brasil, estabelece a completa independência do poder judiciário.

Assim, cabe ao poder legislativo fazer as leis (*jus dare*); ao executivo, executar as leis (*jus exsequi*); e ao judiciário, decidir sobre a aplicação das leis nas relações entre os indivíduos (*jus dicere*).

No seu art. 5º a Carta Constitucional do Império declarou : «A religião católica, apostólica, romana continuará a ser a religião do Império».

A evolução jurídica do Brasil no segundo reinado foi muito bem traçada pelo excelso mestre Clóvis Bevilacqua em *Linhas e Perfis Jurídicos*, Rio de Janeiro, 1930, págs. 63 e seguintes.

Os negócios eclesiásticos corriam no regime imperial pelo Ministério da Justiça até fevereiro de 1861, quando passaram,

em virtude do art. 3º do Decreto nº 2.747, de 16 de fevereiro de 1861, para o Ministério do Império.

A êles se referem, portanto, especialmente, os relatórios da Justiça até 1861 e do Império, desta por diante até a proclamação da República.

CAPELÃES MILITARES

Desde os tempos coloniais existiu no Brasil um serviço eclesiástico no Exército.

Em virtude do Aviso de 24 de março de 1741 os capelães do Exército tinham patente de oficiais, mas eram sujeitos aos bispos.

O Príncipe Regente D. João, ao chegar ao Brasil, por várias cartas régias regulou as funções dos capelães, o mesmo fazendo o Imperador D. Pedro I, em fevereiro de 1823.

Até 1850 os capelães não formavam um corpo especial. O Decreto nº 542, de 21 de março de 1850 criou a Repartição Eclesiástica do Exército. Em 1856 foi alterado para quarenta o número de capelães. Pela Lei nº 2.261, de 24 de maio de 1873, a Repartição passou a denominar-se *Corpo Eclesiástico do Exército* com maior quadro, chefiado pelo capelão-mor.

No regime republicano pela Lei nº 39-A, de 30 de janeiro de 1892, o Corpo Eclesiástico do Exército foi extinto, sendo mais tarde restabelecido.

O Sr. General de Exército Estêvão Leitão de Carvalho preparou para a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, «Apontamentos sôbre o serviço eclesiástico no Exército durante a colônia e a monarquia», onde inseriu completa sinopse da legislação a respeito dos capelães militares no Brasil.

No Estado de São Paulo depois da iniciativa do saudoso Arcebispo Dom José Gaspar de Afonseca e Silva, criando a Capelania de Nossa Senhora da Conceição dos Militares para «assistência religiosa proficua que permita aos militares o cumprimento dos sagrados deveres para com Deus» (Boletim Geral nº 133, de 17 de junho de 1942), foi pelo Interventor Federal Fernando Costa criado o cargo de Capelão Militar da Fôrça Pública (Decreto nº 14.274, de 9 de novembro de 1944) e nomeado Capelão o Padre Paulo Aurisol Cavalheiro Freire.

Na Interventoria Macedo Soares, por Decreto nº 16.347, de 26 de novembro de 1946, foi criada a Capelania Militar da Fôrça Policial do Estado de São Paulo, com o fim de proporcionar assistência religiosa, moral e material aos elementos da Corporação e respectivas famílias.

O ilustre Padre Paulo Freire, hoje monsenhor e tenente-coronel da Fôrça Pública, desenvolveu notavelmente a assistência

aos componentes da Polícia paulista. A Capelania Militar de São Paulo compreende oito departamentos: Religioso Moral; Jurídico; de Saúde, de Ensino; Intelectual; Assistência aos Psicopatas; de Costuras; e de Viveres.

A Sagrada Congregação Consistorial, por Decreto de 6 de novembro de 1950, erigiu o Vicariato Castrense, na República Brasileira.

O Vicariato consta do Vigário Castrense, capelão-mor e capelães militares.

Foi nomeado vigário castrense no Brasil, «*pró tempore existens*», o arcebispo do Rio de Janeiro, o eminentíssimo Senhor Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara.

REGISTROS PAROQUIAIS

No regime colonial e também no imperial as instituições civis se aproveitaram e muito do sólido instituto eclesiástico. Da organização da Igreja se valia o Estado para certificar os nascimentos, casamentos, óbitos e as posses de terras. Até as portas da República não havendo um registro civil provava-se a idade, o casamento e a morte das pessoas pelas certidões de batismo, casamento e óbito extraídas dos Livros Eclesiásticos (Constituição do Arcebispado da Bahia, 8 de julho de 1707; Lei de 24 de setembro de 1829; Decreto de 13 de julho de 1833 e de 11 de julho de 1838; Consolidação das Leis Civis de Teixeira de Freitas, art. 2 e notas).

Só em 1888 pelo Decreto nº 9.866, de 7 de março, que mandou executar o art. 2º da Lei nº 1.829, de 9 de dezembro de 1890, é que foi criado o registro civil. A tentativa do registro civil de 1851 havia fracassado.

Portanto durante quase quatro séculos de existência do Brasil estavam nas mãos dos párocos os assentamentos para certificar o nascimento, o casamento e a morte da quase totalidade dos brasileiros, por que era quase unânimemente católica a população do Brasil.

É nos livros paroquiais e nos arquivos das Dioceses que devemos encontrar subsídios para identificação do nascimento, casamento e morte dos protagonistas dos acontecimentos eclesiásticos.

Nos tempos coloniais a aquisição de terras se fazia ou por ocupação pura e simples ou melhor baseado na posse, ou então por concessão do Rei de Portugal ou seus mandatários autorizados. Daí as capitanias e depois as *sesmarias*, conterem exten-

sões de terras de superfície muito variada. (*Vide* Macedo Soares (Antonio Joaquim : *Tratado Jurídico-prático de medição e demarcação das terras*. Rio de Janeiro, 1882, págs. 373 e seguintes).

No Brasil independente as sesmarias caíram em desuso, e a posse continuou a ser a maneira de aquisição de terras ainda sem proprietários legítimos.

A chamada Lei das Terras, nº 601, de 18 de setembro de 1850, regulamentada pelo Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1845, criou os registros paroquiais, para registro das terras possuídas, sendo a eles obrigados todos os possuidores de terras, qualquer que seja o título de sua propriedade, ou posse. (A. Teixeira de Freitas : *Prontuário das Leis Civis*, Rio de Janeiro, 1876, pág. 515). Estes registros de posse eram feitos perante os vigários das freguesias dos imóveis (daí o serem conhecidos : «Registros do Vigário»), mediante simples declaração dos possuidores. (*Vide* Dr. Francisco Morato : *Da prescrição nas ações divisórias*, Dissertação para concurso na Faculdade de Direito de São Paulo, 1917, págs. 140 e seguintes; e 2ª edição, 1944, págs. 145 e seguintes).

Os Registros dos Vigários prestaram bons serviços, embora não conferissem «*jus in re*, nem direito nenhum» (Morato, citado, pág. 140).

Os pesquisadores, para estudarem questões decorrentes da posse de terras, precisam ter presente a precariedade desses registros porque o vigário lançava textualmente, em livro especial, os dizeres da declaração apresentada, não lhes cabendo verificar da procedência ou falsidade das declarações.

* * *

A primeira Constituição da República (24-2-1891) separou a Igreja e o Estado (§ 7º do art. 72). Estabeleceu, ainda, no § 3º do art. 72 : «Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para êsse fim, e adquirir bens, observadas as disposições do Direito».

A atual Constituição, de 1946, estabelece em seu art. 141, § 7º : «É inviolável a liberdade de consciência e de crença e assegurado o livre exercício dos cultos religiosos, salvo o dos que contrariem a ordem pública ou os bons costumes. As associações religiosas adquirirão personalidade jurídica na forma da lei civil».

O art. 31 da Constituição de 1946 declara : «À União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios é vedado :

n.º III : «ter relação de aliança ou dependência com qualquer culto ou igreja, sem prejuízo da colaboração recíproca em prol do interesse coletivo». Portanto, impio não é o atual regime constitucional brasileiro, pois admite o trabalho em comum entre o Estado e a Igreja, a ajuda mesmo, quando em benefício do interesse coletivo. É a lição, aliás, do eminente Professor José Carlos de Ataliba Nogueira. (Apostilas de *Teoria Geral do Estado*, na Faculdade de Direito de São Paulo).

* * *

Para se compreender as questões relativas à personalidade jurídica das Igrejas e Ordens Religiosas brasileiras, sobretudo no tempo do império, convém lembrar o que ensinou o advogado Prudente José de Moraes Barros, depois que deixou a Presidência da República :

«A antiga legislação portuguesa, transplantada para o direito pátrio, instituiu a tutela do poder público sobre as corporações de mão-morta, salientando-se entre essas corporações as Ordens regulares pelo vigor das prescrições a que eram submetidas e que instituíram minuciosa fiscalização acêrca de tudo o que se referisse à economia das mesmas.

«Assim, sem prévia autorização do governo, não podiam ser fundadas, admitir noviços, fazer quaisquer contratos onerosos sobre as suas propriedades, adquirir bens de raiz, e os bens desta natureza que possuissem deviam ser convertidos em apólices intransferíveis da dívida pública no prazo de seis meses, sob pena de comisso, excetuados os destinados à edificação de igrejas, capelas, cemitérios, hospitais, casas de instrução e quaisquer outros estabelecimentos públicos. Tal era o que dispunham, entre outros atos, as provisões de 26 de junho e de 22 de agosto de 1768, a lei de 9 de dezembro de 1830, a lei de 28 de setembro de 1849, o decreto legislativo n.º 1.225, de 20 de agosto de 1864 e o decreto n.º 4.453, de 12 de janeiro de 1870.

«De sorte que — limitada no tempo a existência das Ordens regulares pela proibição do noviciado e instituída a mais severa fiscalização sobre a administração de seus bens, — no decurso de um prazo mais ou menos longo, reverteria para o Estado o patrimônio daquelas Ordens, cuja sucessão adiria como herdeiro dos bens vagos.

«Tal era, em seus lineamentos gerais, o caráter das leis de amortização.

«O Govêrno Provisório, pelo Decreto nº 119-A, de 7 de janeiro de 1890, separou o Estado da Igreja, estabeleceu a plena liberdade de culto e de associação para fins religiosos, aboliu o padroado com tôdas as suas instituições e prerrogativas, reconheceu a tôdas as Igrejas e Confissões religiosas a personalidade jurídica para adquirirem e administrarem bens, mantendo-se a cada uma o domínio de seus haveres atuais, sob os limites postos pelas leis concernentes à propriedade de mão-morta». (Prudente de Moraes : Parecer de 4 de julho de 1900, em *Os antigos conventos e seus bens*, São Paulo, 1911, págs. 14 e 15).

Rui Barbosa em parecer sôbre a matéria ensina o que é «mão-morta»:

«Mão-morta, definiremos nós, é o sistema de instituições de excepção a que a lei civil submette, especialmente quanto ao direito de propriedade, sua aquisição, seu exercicio e sua transmissão, as entidades collectivas, cujo patrimonio, por interesses da ordem política, se quer limitar.

«Ella está ligada, entre nós, ás leis de amortização, cuja origem se acha no acto promulgado por D. Diniz em 21 de Março de 1329, incorporado, em 1521, nas Ordenações Manuelinas (§ II, t. 8, depois ás Filipinas (§ II, t. 18), modificando-se e desenvolvendo-se successivamente com o decreto de 16 de setembro de 1817, a Lei nº 262, de 22 de setembro de 1828, a lei de 9 de dezembro de 1830, a lei de 12 de agosto de 1845, a Lei nº 369, de 18 de setembro de 1845, o Decreto nº 665, de 28 de novembro de 1849, o Decreto nº 834, de 2 de outubro de 1851, a Lei nº 939, de 26 de setembro de 1857, o decreto legislativo nº 1.225, de 20 de agosto de 1864, o Decreto Executivo nº 4.453, de 12 de janeiro de 1870, a Lei nº 1.764, de 28 de junho de 1870 (art. 18) e o Regulamento nº 9.194, de 22 de dezembro de 1883.

«Essa legislação, contrária ao desenvolvimento das associações religiosas, irmandades, ordens terceiras, asylos, capellas, hospitaes, seminarios, fabricas de egrejas, communidades acatholicas, ordens regulares ou monasticas», feriu-as na liberdade, na vida, na prosperidade, pondo-as, a todos esses respeito, mais ou menos estrictamente fóra do direito commum. Com relação ás Ordens religiosas, particularmente, a idéia dominante era a da sua supressão gradual, «adoptando-se, para ir ter a esse fim, um plano, que abrangia todo um systema de medidas indirectas, observado até aos nossos dias com uma persistência realmente notavel em um paiz sujeito ao regimen fluctuante das maiorias parlamentares». (Ruy Barbosa : Parecer do Senador Ruy Barbosa, em *Os antigos Conventos e seus bens*, São Paulo, 1911, pág. 34).

IV

FONTES NA SANTA SÉ

ARQUIVO SECRETO VATICANO

Biblioteca Apostólica Vaticana

As fontes mais ricas para a história da Igreja Católica no Brasil estão em Roma, na Santa Sé.

O desfalque dos arquivos religiosos do Brasil, verificado pela ação do tempo, dos insetos bibliófagos, de incêndios, do calor e umidade, pelo desinteresse de seus responsáveis e por outras causas, só pode ser ressarcido pelos documentos originais existentes nas coleções pontificias. Dai a necessidade imprescindível de o historiador pesquisar na biblioteca e nos arquivos do Vaticano, onde encontrará, quase sempre, recursos para preencher as lacunas dos arquivos brasileiros.

* * *

A palavra *arquivo* deriva remotamente do grego *archeion*, e diretamente do latim *archivum* ou *archium*, significando lugar onde se guarda documentos. Os romanos usavam outros termos diferentes: *Cícero*, *tabularium*, *Plínio*, *tablium*, *Pomponius Mela*, *archium* e *Tertuliano*, *archivum*. Encontramos ainda para os arquivos várias denominações, como *chartarium*, *sacrarium* e *scriinium*. «*Pomponius Mela* parece ter sido um dos primeiros a adotarem a palavra *archium* no sentido de arquivo». (P. J. Hayes, *The Catholic Encyclopaedia*, New York, 1907, vol. I, pág. 696).

Pode-se definir *arquivo*, consoante o que ensina a monumental *Enciclopedia Católica*, ainda em publicação (vol. II, c. 1830), «una raccolta di atti concernenti un individuo o una collettività, ordinata allo scopo di tutelare interessi amministrativi, politici e giuridici o anche allo scopo di pura documentazione storica». (Benedito XIII — Constituição «*Maxima Vigilantia*», 1727).

BIBLIOTECA APOSTÓLICA VATICANA

Não cabe aqui um histórico da Biblioteca e do Arquivo Vaticano. Lembrarei apenas que o autor do *Liber pontificalis* (514-530) já mencionava o *Archivum Ecclesiae Romanae*. (Goyau — Pératé-Fabre: *Le Vatican*, Paris, 1895, pág. 650).

«Con Nicolás V. el humanista Tommaso Parentucelli», escreveu Ângelo Mercati, «sube à la cátedra de San Pedro (1447-1455) un bibliófilo inteligente, apasionado y cuidadoso, el verdadero fundador de la Biblioteca Vaticana, la cual a su muerte contaba con 1209 códices, de ellos 414 griegos y 795 latinos, superando así a todas las demás bibliotecas de su tiempo, cuando los príncipes competían entre si favoreciendo los estudios y coleccionando códices». (Ângelo Mercati: *La Biblioteca Apostólica y el Archivo Secreto Vaticano*, en *Vaticano*, Barcelona, 1949, págs. 428 e 429).

«On doit regarder Nicolas V comme le véritable fondateur de cette bibliothèque; en effect, il transféra au Vatican tous les manuscrits conservés autrefois au palais de Latran; il envoya des savants en Grèce, en Allemagne et dans d'autres pays pour acquérir des livres rares, et il réunit ainsi 9.000 manuscrits». (Chanoine de Bleser: *Rome et ses Monuments*, Lovaina, 1870, pág. 458).

Embora existente desde os primeiros tempos da Igreja uma *Biblioteca Pontificia*, Nicolau V (1447-1455) foi como acima está dito, quem fundou a verdadeira Biblioteca Vaticana.

Leão X enriqueceu-a com inumeráveis manuscritos, colhidos em todos os países civilizados por doutos enviados seus. No correr dos tempos várias coleções foram incorporadas à Biblioteca Pontificia, entre elas a do Cardeal Antônio Carafa, em 1591; a de Fúlvio Orsini, em 1602; a do Eleitor de Heidelberg, em 1622; a Urbinata, do Duque de Urbino, em 1658; a da Rainha Cristina, da Suécia, em 1690; a de Pio II, em 1705; a Capponiana, doada em testamento pelo Marquês Capponi, em 1764; a Ottobiana, em 1748; a Cicognara, e muitas outras, doadas ou adquiridas nos últimos séculos.

No pontificado de Pio XI, o papa-bibliotecário, que tantos anos viveu na Ambrosiana, de Milão, e também dirigiu a Vaticana, foram numerosíssimas as dádivas recebidas pela biblioteca.

O governo italiano ofereceu ao Papa a famosa coleção Chigi, começada por Alexandre VII, acrescida com as de três cardeais da família Chigi e largamente aumentada com as bibliotecas de dois Papas Piccolomini — Pio II e Pio III.

Pio XI incorporou à biblioteca muitas coleções, algumas das quais obtidas com seus recursos pessoais.

A Biblioteca Apostólica Vaticana possui atualmente, em números redondos, 50.000 manuscritos, 100.000 gravuras, 7.000 incunábulos, 70.000 impressos e mais 700.000 impressos nos fundos reservados. (Ângelo Mercati : *La Biblioteca Apostolica i el Archivio Secreto Vaticano* em Vaticano, Barcelona, 1949, página 430).

Neste momento, uma comissão internacional está ultimando um catálogo geral dos livros da Biblioteca Apostólica Vaticana. Dela fazem parte Monsenhor Eurico Benedetti, Revmo. Professor Carmelo Scalia, Dr. Igmo Giordani e Dr. Gerardo Bruni, e mais a missão norte-americana composta de William W. Bishop, bibliotecário da Universidade de Michigan, James C. Hauson, bibliotecário da Universidade de Chicago, e Carlos Martel, chefe da Divisão de Catálogos da Library of Congress, de Washington.

Como anexos à Biblioteca Vaticana figuram os *Museus Sacro, Profano e Numismático*.

O Professor C. R. Morey, da Universidade de Princeton (U.S.A.), organizou um excelente catálogo dos objetos de marfim e de osso do *Museo Sacro* da Biblioteca Apostólica Città del Vaticano (Biblioteca Apostólica Vaticana, 1936).

O ARQUIVO SECRETO VATICANO

— Quanto ao *Arquivo Pontifício*, as primeiras notícias de sua existência remontam ao Papa Dâmaso, do século IV, pode ser considerado seu fundador o Papa Paulo V em 1612, embora o criador do primeiro Arquivo Geral tenha sido o Papa Xisto V, em 1587.

Separado da Biblioteca, o Arquivo Secreto foi sendo enriquecido por quase todos os papas. Foram-lhe anexadas as bulas e breves registrados *per vias secretas* e os documentos do Concílio de Trento, que se achavam no Castelo de Santo Ângelo. Gregório XV recebeu do Duque da Baviera (como presente e em compensação do auxílio em dinheiro que aceitara) a famosa Biblioteca da Universidade de Heidelberg. Clemente XI, Bento XIII e Bento XIV ocuparam-se especialmente com a Biblioteca e o Arquivo Vaticano.

No correr dos séculos XVII e XVIII até aos nossos dias, inúmeras coleções foram aumentar o valor dos arquivos pontifícios. Em 1657 o Papa Alexandre VII incorporou-lhe a Biblioteca dos Duques de Urbino, notável para o estudo da Renascença. Alexandre VIII incorporou à Vaticana, em 1690, o fundo *Reginense*, assim denominado em honra da Rainha Cristina, da Suécia, que foi quem iniciou tão preciosa coleção.

Data de 1907 a entrada no Arquivo Secreto dos importantes documentos da Consistorial, que constituem a mais preciosa fonte para a biografia dos cardeais, arcebispos e bispos brasileiros.

Pio XI, bibliógrafo exímio, cuidou não só da biblioteca, mas também do arquivo pontifício, instalando novas salas, como o atual salão de estudos, amplamente iluminado pelas gigantescas janelas que dão para o pátio da biblioteca. As modernas estantes metálicas que guardam os volumes da documentação do arquivo estendem-se por 13 quilômetros. (Leonard von Matt : *Roma, Barcelona, 1951, vol. I, pág. 234*).

A beleza da decoração das salas em que se acha o arquivo é descrita minuciosamente no livro *Mondo Vaticano*, de Arturo Lancellotti, ed. de Corbaccio, Milão :

«El Archivo no ha sido examinado por completo; pero hoy ya puede evaluarse en unos cuarenta mil tomos y cincuenta mil legajos, sin contar los documentos sueltos. Los índices, listas de inventarios, llamados también Repertorios, que significan una colección de fuentes, dan cuenta del material ordenado hasta ahora». (Leonard von Matt, *op. cit.*, pág. 235).

O Cardeal Pitra, em *Lettres des Papes*, narra circunstanciadamente a história dos arquivos do Vaticano; e Monsenhor Gisbert Brom, em *Guide aux archives du Vatican*, Rome, 1910, descreve com minúcias tôdas as seções que compõem o arquivo da Santa Sé.

Bruno Katterbach, alto funcionário do Arquivo Secreto do Vaticano, fêz para a *Enciclopedia Italiana* de Treccani, minuciosa descrição do material existente no arquivo pontifício, indicando tôdas as seções, número de volumes e sua colocação nos armários. (vol. IV, págs. 88 a 93).

Os *fundos* que mais interessam à história da Igreja no Brasil são, entre outros, o Arquivo Secreto, que está guardado em 78 armários, dos quais 28 encerram os *Regesta*, com 2.048 tomos; os *Consistoriais*, com mais de mil volumes referentes aos consistórios, eleições de cardeais e bispos, modificações territoriais das dioceses e outras matérias, e compreendem três seções : *Acta Camerarii*, *Acta Cancellarii* (*Vice-Cancellarii*) e *Acta Miscellanea*; o da Secretaria de Estado, em que se guarda a correspondência das nunciaturas e legações, com mais de seis mil volumes, as cartas de cardeais, com 189 volumes, as dos bispos, com 380 volumes; e os documentos da Congregação do Concílio, que recebe os relatórios dos bispos. (*The Catholic Encyclopaedia*, New York, 1913, vol. XV, pág. 287).

Apesar de existirem nos arquivos do Vaticano, sob o título geral de *Indice*, 681 grandes volumes com inventários e repertórios, não é fácil a consulta nos arquivos pontifícios. Basta lembrar que a nomenclatura tem variado muito. É comum o uso, para o

mesmo assunto, de termos latinos diferentes : *Regestra, Regesta, Regista*. (G. Brom : *Guide aux Archives du Vatican*, Rome, 1910).

Nos *fundos* mais importantes, não é raro faltarem volumes. A nunciatura de Portugal, por exemplo, conta 204 volumes, e que datam de 1535 a 1808, e mais 19 volumes que a estes se seguem. Pois bem : faltam na coleção, preciosa evidentemente para a história da Igreja Católica no Brasil, os volumes 13, 132, 337, 338 e 339. (*Sussidi*, vol. I, pág. 39).

Também se acham extraviados os volumes do arquivo da Sagrada Congregação do Concílio que têm os seguintes números : 1603 a 1618; 1645 a 1648; 1652 a 1657; 1668 a 1681. (Informação do Padre Engénio de Andrade Veiga, da Bahia).

As consultas livres no Arquivo Secreto podiam em 1952 ser feitas até o comêço do pontificado de Pio IX. Licença especial poderá permitir a investigação de documentos relativos a anos posteriores.

Para a consulta do Arquivo Vaticano está sendo publicado um excelente trabalho realizado pelo seu diretor e arquivista. Já apareceram três volumes sob o título geral de *Sussidi per le consultazione dell'Archivio Vaticano*, Roma, Biblioteca Apostólica Vaticana, 1º vol., 1926; 2º, 1937; 3º, 1947.

Convém lembrar que atualmente só existe um órgão oficial da Santa Sé, que é *Acta Apostolicae Sedis*, boletim oficial da Santa Sé. Foi criado por Pio X, pela Constituição *Sapienti Concilio*, de 29 de setembro de 1908.

O *Osservatore Romano*, importante diário, com tiragem maior de 300.000 exemplares, é jornal oficioso, bem como a revista *Ecclesia*.

A partir de 1924, foi considerada publicação oficial do Vaticano o *Annuario Pontificio*, que é hoje dirigido em dependências da Secretaria de Estado.

Existe no Arquivo Secreto um *Laboratório de restauração de códices*. Foi fundado no pontificado de Leão XIII pelo padre, depois Cardeal Eberle. Os serviços prestados por esse laboratório são relevantíssimos, sobretudo no Pontificado de Pio XI, que pessoalmente dêle se ocupou, promovendo a restauração de documentos de vários arquivos, entre os quais o das Índias, de Madrid, de Bérghamo, Milão e Ravena.

Por curiosidade, vamos transcrever a descrição que José Gomes Branco fez da maneira como trabalha um pesquisador na Biblioteca Vaticana :

«Na seção administrativa da biblioteca apresenta o seu pedido de inscrição e dá uma garantia de idoneidade : nota duma

legação, da escola que frequenta ou do professor com quem trabalha. Concedida a autorização, é entregue um bilhete de identidade, que permite a entrada livre na Cidade do Vaticano pela porta de Santa Ana. E o leitor, depois de cumprimentar, ao transpor as fronteiras do Vaticano, a vistosa guarda suíça, segue em direção ao pátio do Belvedere, gozando no trajeto o maravilhoso espetáculo arquitetônico da mole do palácio pontifício detrás do qual se ergue a conhecidíssima cúpula da basilica de São Pedro. Chegado ao edificio da biblioteca, entrega o bilhete de identidade e recebe a chave dum armário, onde deixa os seus abafos. Segue para a sala de trabalho, que escolheu, — a dos manuscritos ou a dos impressos —, registrando a hora da entrada, como depois registrará a da saída. Entregue a chave do armário, escolhe um lugar e faz a requisição das obras ou manuscritos de que necessita. E não espera muito, o que é importantíssimo.

Para se orientar nos trabalhos, estão à sua disposição completíssimos fichários dos impressos: fichários, por autores, por assuntos e ainda um pelo sistema decimal. Na seção dos manuscritos, também há fichários de vários tipos. Na sala de leitura, encontram-se livremente à disposição do leitor nada menos de 70.000 volumes, devidamente catalogados e, além disso, metódicamente distribuídos por assuntos. Cada leitor pode, à parte os livros requisitados do depósito, trazer da sala de trabalho para o seu lugar cinco volumes dêsses livros, tendo, porém, a obrigação de deixar em substituição do livro um cartão, com o número do lugar ocupado pelo consultor (e assim se vai ao encontro da necessidade que outro leitor possa ter de consultar a mesma obra) e, terminada a leitura, não arrumar o livro, para evitar que um possível êrro de arrumação deixe o volume extraviado. Ao cabo de cada sessão de estudo, o leitor pode deixar a indicação de *reservado* nos livros que lhe sejam necessários no dia seguinte. Então, encontra-los-á no seu lugar, o que lhe proporciona a grande vantagem de não perder tempo. Grande é a confiança que se deposita no leitor: por isso, pode trazer consigo os livros e papéis que quizer, e escrever à tinta ou a lápis. Mas, à saída, deverá mostrar a sua pasta aberta ao porteiro. Terminada a leitura e entregues os livros que requisitou, caso dêles não necessite mais, receberá a chave do seu armário e o bilhete de identidade, e sairá contente por ter encontrado um magnífico ambiente de trabalho, a que não falta, no inverno, um acolhedor aquecimento. Dois sacrificios, porém, há que fazer: primeiro, levantar-se cedo, pois a biblioteca se abre às 8,30 e se fecha às 12,30; no entanto,

em casos singulares, autoriza-se o estudo à tarde. Segundo sacrificio : abster-se de fumar em qualquer local da biblioteca, sob pena de exclusão imediata e definitiva. Há, todavia, não longe da sala de trabalho, um pátio onde se pode fumar à vontade». (José Gomes Branco : *As Bibliotecas de Roma e o Ambiente Cultural da Cidade*, em *Estudos Italianos em Portugal*, Lisboa, 1950, pág. 22).

ABERTURA DOS ARQUIVOS SECRETOS

Até o pontificado de Leão XIII, os arquivos do Vaticano estiveram quase totalmente fechados aos historiadores.

Coube ao Papa a quem correspondeu a legenda «Lumen in Coelo», na «Profecia de São Malaquias», dar acesso aos estudiosos da História a tão precioso manancial.

Na verdade, embora até então rigorosamente reservados, vários escritores obtiveram licença para pesquisar nos Arquivos Secretos antes da medida liberal de Leão XIII. Assim Rinaldi para seus *Annales ecclesiastici*, Alciati de Pallavicini para a *Storia del Concilio di Trento*, Wadding para os *Annales Minorum*.

É bom lembrar que nem todos os arquivos pontifícios se acham no «Archivio Pontificio Vaticano». As Sagradas Congregações da Propaganda e do Santo Ofício mantêm arquivos próprios.

Explicando a feliz iniciativa de Leão XIII, um de seus mais famosos biógrafos, Monsenhor Carlos T'Serclaes, em «Le Pape Leon XIII», Paris, 1894, escreveu : «Mais les Papes n'ont pas seulement *fait l'histoire*, pour ainsi dire, ils sont encore les gardiens du plus précieux des trésors historiques : les archives vaticanes, dont les richesses sont demeurées inexplorées pendant une longue suite de siècles».

Monsenhor Bernardo O'Reilly, o biógrafo autorizado do grande pontifice, assim se refere à abertura dos arquivos da Santa Sé em seu livro *Vida de Leão XIII*, que foi editado simultaneamente em sete países : «Es sabido que por mucho tiempo han sido muy pocos los que han podido penetrar en ciertos recintos de la Biblioteca Vaticana, donde se guardan riquezas literarias de altíssimo valor. Las razones que ha habido para tal reserva san notorias a todo el mundo». «En el estado en que se hallan hoy los estudios históricos, León XIII, en su alta sabiduría, ha creído que no debía continuar la reserva hasta ahora tenida,

y así ha concedido las mayores facilidades a todos los aficionados a cosas de erudición para que puedan beneficiar la mina confiada a sua cuidado». (O'Reilly : *Vida de León XIII*, edição espanhola de Espasa y Compañía, pág. 612).

Os arquivos pontifícios não foram abertos repentinamente. Leão XIII, depois de reformar a Biblioteca Vaticana, entregou o Pontifício Archivio Vaticano a um purpurado, o ilustre Cardeal José Hergenrother. Pela Carta *Saepernumero considerantes*, de 18 de agosto de 1883, apelidada «Carta aos Três Cardeais», por ter sido dirigida aos Cardeais Antonino de Luca, Juan B. Pitra e José Hergenrother, foi criada a *Comissão Cardinalícia para os estudos históricos*, tendo em vista a coordenação dos estudos que se faziam no Vaticano sobre os *Registri cartacci* do epistolário dos papas. (Vide «S.S.D.N. Leonis Papae XIII, Breve de Studiis Historiae», em *Actes de Leon XIII*. (Edição de La Bonne Presse), tomo I, págs. 197 e seguintes).

Pelo *Motu proprio* de 1 de maio de 1884 foi expedido um regulamento para a direção do arquivo e sala de estudos. Fundou ainda Leão XIII uma Escola de Paleografia e de História Comparada, hoje denominada «Scuola Pontificia di Paleografia, Diplomatica e Archivistica».

É sabido que no próprio Vaticano Leão XIII encontrou certa resistência para abrir os arquivos da Santa Sé.

O famoso pontífice na *Saepernumero Considerantes* preconizou: «É preciso que homens probos, eruditamente versados neste gênero de estudos, se devam a escrever a História, de sorte que ela seja o espelho da verdade e da sinceridade». E aconselha a pesquisa nas fontes: «A primeira lei da História é não falsear temerariamente a verdade, proclamando-a sempre sem receio de ser suspeitado de ter escrito com animosidade ou lisonjaria».

Nas palavras dirigidas ao *Círculo Alemão de História*, aos 24 de fevereiro de 1884, Leão XIII confirmou a sua orientação: «Pesquisai o melhor possível nas fontes. É para isso que eu vos abro os arquivos do Vaticano. Não receamos inundá-lo de luz: *Non abbiamo paura della pubblicità dei documenti*».

Sua Eminência o Senhor Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara, quando arcebispo de Belém do Pará, publicou *Apontamentos de História Eclesiástica*, (Petrópolis, Vozes, 1942), em que repete a doutrina de Leão XIII: «A história da Igreja, mesmo sucintamente analisada ou estudada em seu todo harmônico, oferece aos bem intencionados, aos que procuram a verdade, seara imensa de ensinamentos úteis e agradáveis».

«Há nela sombras? — São tão poucas que só podem salientar as partes luminosas do quadro».

«Demais, que há de estranhável em tais sombras, se produzidas pela fraqueza do elemento humano componente dessa mesma Igreja? Não será, antes, para admiração sua trajetória luminosa através de tôdas as idades, lutando com todos os obstáculos, sempre perseguida e sempre vitoriosa?»

Dentro em pouco, a Comissão Cardinalícia para os estudos históricos acima citada, foi aumentada e provida de um secretário permanente, passando a se ocupar de todos os assuntos históricos.

Cêrca de cinqüenta anos depois, o Papa Pio XI, em 6 de fevereiro de 1930, resolveu criar na Sagrada Congregação dos Ritos uma terceira seção destinada aos estudos históricos, nela incluindo a «Comissão Cardinalícia para os estudos históricos».

Leão XIII, abrindo lealmente os arquivos do Vaticano aos estudiosos da História, amigos ou desafetos da Igreja, sem ter feito previamente nenhuma seleção de assuntos, sabia que «os incorruptíveis monumentos da História, examinados com ânimo sereno e sem preconceitos, constituem por si espontânea e magnífica defesa da Igreja e do pontificado». Foi o que disse o próprio Leão XIII na «Carta aos Três Cardeais», de 18 de agosto de 1883.

No prefácio da monumental *História do Concílio Vaticano*, começada por T. Granderath, S. J. e terminada por C. Kirch, S. J., podem ser lidas as palavras de Leão XIII quando autorizou o jesuíta a consultar os arquivos pontifícios, até pouco antes secretos: «Todos os documentos estão à vossa disposição; não vos será negado nenhum; fazei conhecer os trabalhos do Concílio como se realizaram efetivamente».

Escreveu Ludovico Pastor, o famoso autor da *História dos Papas*: «El Papa León XIII, al ordenar la apertura del Archivo Vaticano, se ha granjeado respecto de la ciencia histórica un mérito immortal». (Prólogo de 4ª ed., trad. espanhola do Padre Ramón R. Amado, e ed. Gili, Buenos Aires, 1948, vol. I, página 66).

O arquivo Vaticano, embora aberto a todos os pesquisadores, conservou o seu antigo epíteto de *Arquivo Secreto*.

Para gáudio dos historiadores, está à disposição dos pesquisadores o valiosíssimo *Pontifício Arquivo Vaticano*, graças à visão e perspicácia de Leão XIII, que teve a coragem de afirmar uma grande verdade: «A Igreja Católica Apostólica Romana não tem receio que seus arquivos sejam pesquisados mesmo por seus piores adversários».

FONTES NOS ARQUIVOS E BIBLIOTECAS
DE PORTUGAL

«Os livros são amigos silenciosos e fiéis, junto dos quais se aprende a lição da vida. São ensinamentos, e em muitos casos a prova da época que se deseja descrever; aquêles que são coevos dêsses tempos podem certamente considerá-lo como a melhor documentação — excetuando os manuscritos originais — para essas pesquisas».

Esta apologia do livro foi feita por el-rei D. Manuel II, de Portugal, na introdução (pág. XV) da sua obra admirável — *Livros Antigos Portugueses*, 1489-1600, da Biblioteca de Sua Majestade Fidelíssima. (Londres, Imprensa da Universidade de Cambridge, vol. I, 1929; II, 1932; e III, 1935).

Nessa formosa obra o rei destronado, que passou patriôticamente os últimos anos de sua trágica existência juntando livros impressos nos séculos XV e XVI, que atestassem as glórias imorredouras de Portugal, — inventariou 414 livros com a minúcia só alcançada pelos mestres em bibliotecnia. Nada lhe passou despercebido: examinou cuidadosamente o papel, as margens, os tipos de impressão, as gravuras, a encadernação e tudo o que a página de rosto dizia.

Abrindo êste capítulo com uma referência a tão notável obra, desejo render homenagem a um dos mais devotados amigos do livro em Portugal el-rei Dom Manuel II. (Joaquim de Carvalho — *Livros de D. Manuel II*), Coimbra, 1950).

* * *

Os arquivos e bibliotecas portuguesas, embora já tenham sido pesquisados por muitos brasileiros eminentes, contêm ainda grande cópia de material inédito a serviço da história da Igreja Católica no Brasil.

O Professor Pedro Calmon, reitor da Universidade do Brasil e um dos mais brilhantes expoentes da nossa cultura, em sessão

do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de que é um dos mais dedicados diretores, ao comunicar os resultados de sua visita aos arquivos e bibliotecas portuguesas, afirmou: «Diga-se que só uma parte exígua dos arquivos portugueses é conhecida no Brasil, e o resto, o imenso resto, ali — nos velhos cartórios — aguarda a visita, o interesse, a curiosidade, o senso histórico dos pesquisadores ávidos de verdade, será repetir o que todos imaginam. Mas não é menos certo que os escritores brasileiros em geral ignoram não só as possibilidades, como a localização e a exata importância daqueles arquivos. Sem exagero poderá afirmar-se que a História do Brasil continuará incompleta, sensivelmente omissa, sem a revisão geral que os documentos portugueses aí nos estão a sugerir — principalmente para os séculos II e III da nossa formação». (Pedro Calmon: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 192, ano de 1946, página 134).

Um insigne historiador português, Eduardo Brazão, membro da Academia Portuguesa da História, em seu estudo *Alguns Documentos da Biblioteca da Ajuda sobre a Restauração* (Lisboa, 1940, pág. 6), asseverou, em concordância com o nosso eminente Pedro Calmon: «A falta de catalogação dos manuscritos, o que não se chega a compreender, e até mesmo a falta de identificação duma parte importante dos documentos, dificulta extraordinariamente o trabalho do historiador. Quanto mais nos enfronhamos neste trabalho árduo da investigação, mais nos parece impossível por enquanto, a realização duma História de Portugal, que ainda não possuímos».

O eminente Sr. Júlio Dantas — tão querido e admirado no Brasil —, quando exerceu com inegualável eficiência o cargo de Inspetor das Bibliotecas Eruditas e Arquivos de Portugal, escreveu as linhas seguintes, tão oportunas ainda hoje:

«Incorporar nas bibliotecas e arquivos do Estado os monumentos paleográficos e o patrimônio da livraria nacional, não é apenas salvá-los duma eventual destruição, reunindo-os, instalando-os e conservando-os, é colocá-los em condições de os tornar úteis, facilitando a sua consulta, promovendo a sua catalogação, inventariando, sumariando, vulgarizando documentos pela publicação de índices, de repertórios, de coleções».

Está claro que razões existem, e muitas, que explicam não estarem ainda os arquivos portugueses inteiramente organizados. Desde o reinado de D. João VI, o Regulamento do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (decreto de 30 de abril de 1823) já dizia no art. 2º: «Para facilitar as buscas a bem do serviço público, ou do interesse das partes, deve (o guarda-mor) mandar fazer ou concluir um índice geral cronológico de todos os do-

cumentos do arquivo, com remissão aos corpos em que se acharem incluídos, segundo a ordem e arranjo atual do mesmo arquivo, que se não deve alterar : e, além dêste, mais três índices alfabéticos de pessoas, terras e matérias, que todos serão impressos».

Isso quer dizer que, há mais de século que os portugueses estão bem orientados em matéria de heurística. O que lhes tem faltado são recursos, pelo que mais uma vez se desmente o prolóquio — «querer é poder».

* * *

Os portugueses, que tanto cultuam as suas tradições, não podiam deixar de conservar carinhosamente a opulenta documentação relativa às suas gloriosas façanhas.

Os reis de Portugal tiveram sempre a preocupação da cultura. Entretanto as livrarias reais eram inicialmente bens pessoais dos monarcas que as destinavam livremente como aconteceu com D. Diniz que em seu testamento, 1321, doou seus livros ao filho D. Afonso.

Foi com a dinastia de Aviz que a biblioteca real passou a ser patrimônio nacional. O eminente Sr. Joaquim de Carvalho, da Academia das Ciências de Lisboa, e lente da Universidade de Coimbra, escrevendo sobre os *Livros de D. Manuel II* (Coimbra, 1850) lembra que «tudo concorre para indicar que foi em tempos de D. João I que se constituiu o fundo inicial da livraria da coroa, que D. Duarte e D. Afonso V conservaram e aumentaram» (*op. cit.*, pág. 14).

«Menos policiada que as livrarias monásticas, aberta a outros ventos do espírito, a livraria real assinala então uma avançada na marcha da secularização intelectual e torna-se um instrumento eficaz e renovador de alguns setores da cultura pátria». (Joaquim de Carvalho, *op. cit.*, pág. VII).

Inúmeros arquivos e bibliotecas espalhadas em toda a Lusitânia guardam um documentário valiosíssimo para a história da Igreja Católica no Brasil. Arquivos públicos nacionais, arquivos distritais e muitas coleções particulares, ainda não foram devidamente pesquisados. Entre eles — o Arquivo Nacional da Torre do Tombo; o Arquivo Histórico Ultramarino, até há pouco Arquivo Histórico Colonial; a Biblioteca Nacional de Lisboa e as bibliotecas da Ajuda e da Academia das Ciências de Lisboa; as do Porto, de Braga e de Évora; a da Universidade de Coimbra; várias bibliotecas e arquivos privados, todos de consulta obrigatória, por conterem não raro documentos referentes à vida e às obras de eclesiásticos e sobre acontecimentos religiosos de monta que se passaram no Brasil.

Não sei qual dos dois principais arquivos de Portugal seja o mais útil para a história da Igreja Católica no Brasil. Realmente,

se o novo Arquivo Nacional Ultramarino guarda, entre outros, os papéis e códices do Conselho Ultramarino, de tanto valor para a História do Brasil, a Torre do Tombo conserva, inédito ainda, precioso acervo em vários de seus fundos, como Coleção de Bulas, Gavetas, Chancelaria da Ordem de Cristo, Mesa de Consciência e Ordens, Chancelarias Régias, Corpo Cronológico, Manuscritos da Livraria e muitos outros.

O ARQUIVO NACIONAL DA TÔRRE DO TOMBO

Os primeiros reis de Portugal, como quase todos os soberanos europeus seus contemporâneos, vivendo constantemente em expedições militares, conservavam seus arquivos em arcas, que eram conduzidas entre as suas bagagens.

«Meo repositório» chama-lhe em seu testamento el-rei Dom Sancho I (ano de 1188). Para maior segurança, era costume naquele tempo copiarem-se os documentos mais importantes. As cópias eram depositadas nos conventos, como os de Santa Cruz, Alcobaça, São João de Tarouca, São Vicente de Fora e outros. Às vezes, eram confiados aos grão-mestres das Ordens ou aos prelados principais, como os de Lisboa, Braga, Évora e Pôrto. (*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. III, pág. 306).

A partir do século XIII os arquivos passaram a ser guardados por autoridades reais, o chanceler, o mordomo, etc.

Na segunda metade do século XIV o arquivo real, por determinação de D. Fernando, recebeu pouso certo numa das torres do muro externo de Lisboa, justamente na «Torre Albarrã», que, por ser a mais forte, guardava o cofre de dinheiro da arrecadação dos impostos e rendas, e, como a palavra *tombo* significa *inventário de bens, terras, direitos*, etc., foi o arquivo cognominado — *Torre do Tombo*.

No reinado de D. Manuel, que muito enriqueceu o arquivo, um incêndio muito o danificou. El-rei o transferiu para uma das torres do Castelo de São Jorge, que fazia parte da cêrca interior que isolava a antiga cidadela mourisca.

No terremoto de 1755 foi o Castelo de São Jorge bastante prejudicado, e D. José I ordenou que se instalasse o arquivo no convento de São Bento da Saúde, onde se encontra ainda hoje, ao lado do parlamento lusitano. (J. de Vilhena Barbosa: «*Estudos Históricos e Arqueológicos*», Lisboa, 1874, pág. I).

São numerosos os códices e documentos acumulados na Torre do Tombo. O *fundo* mais importante para o estudo da história da Igreja Católica no Brasil é o da Chancelaria da Ordem de Cristo. Outros *fundos* são também de valor para o pesquisador: a coleção das gavetas, constituída pelos pergaminhos de núcleo privativo do Arquivo Nacional; a coleção do *Bullarium*, de que

são conhecidos do público apenas as bulas, breves e restritos pontifícios que se publicaram nos 14 volumes do *Corpo Diplomático e Relações com a Cúria*; a coleção do *Corpo Cronológico*; o *fundo da Consciência e Ordens*, onde estão guardados os documentos da «Mesa de Consciência e ordens», o famoso Tribunal instituído por D. João III. Lá se encontram os registros de provisões desde 1592, os de consultas desde 1589, o de cartas e alvarás desde 1587, e o das portarias desde 1624.

Na Tôrre do Tombo se acham também milhares de processos das três inquisições de Évora, Lisboa e Coimbra. São cêrca de 40.000 processos, numerados e alfabetizados segundo os nomes dos réus. (Antônio Baião : «O Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo», 1929; João Martins da Silva Marques : «Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo», Lisboa, 1935; A. Mesquita de Figueiredo : «Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo, Roteiro Prático», Lisboa, 1922; P. A. de Azevedo e A. Baião : «O Arquivo da Tôrre do Tombo. Sua História, Cargos que o Compõem e Organização», Lisboa, 1905).

O Professor José Honório Rodrigues dá notícias do importante trabalho que, por iniciativa do «Instituto para a Alta Cultura», de que é presidente o Professor Cordeiro Ramos e Secretário Geral o Dr. Medeiros de Gouveia, está sendo realizado agora para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pelo ilustre Professor Dr. J. M. da Silva Marques, auxiliado pelas Senhoras Emilia Félix, Evangelina Santos e Albina de Oliveira. Cêrca de 10.000 documentos relativos ao Brasil já foram copiados. (Professor José Honório Rodrigues : *Fontes de História do Brasil na Europa*, pág. II).

A *Revista* do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, os *Anais* da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e o Arquivo Público Nacional já publicaram numerosos documentos, bem como alguns índices dos existentes na Tôrre do Tombo e outros arquivos portugueses.

O arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro possui valioso acervo histórico; mandado copiar pelo Imperador Dom Pedro II nos arquivos portugueses, notadamente na Tôrre do Tombo, ou copiado por enviados diretos daquela instituição. O tomo LXVII da *Revista* publicou 2.300 documentos, copiados por José Maria do Amaral, Antônio Meneses Vasconcelos Drummond e Francisco Adolfo de Varnhagen. Existem ainda nos arquivos do Instituto Histórico e da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, grande número de documentos copiados por Antônio Gonçalves Dias, João Francisco Lisboa e, mais tarde, Henrique Leal, Dr. Pedro Souto Maior, Ramiz Galvão, Norival de Freitas, Rodolfo R. Schuller, Medeiros e Albuquerque, Luís Camilo de Oliveira Neto, Joaquim Caetano da Silva e outros.

O ilustre historiador Dr. Virgílio Corrêa Filho, secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, enviou para a «Comission de História», do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, uma excelente monografia — *Missões Brasileiras nos Arquivos Europeus* (México, D.F., 1952), em que são estudadas várias missões de pesquisadores brasileiros, notadamente na Torre do Tombo.

Pena é que não tenham ainda sido publicados os numerosos catálogos e índices existentes na Torre do Tombo. Impressos, apenas conhecemos o *Índice Geral dos Documentos Contidos no Corpo Cronológico Existente no Real Arquivo da Torre do Tombo*, Lisboa, 1843, tomo I, e único publicado; o *Índice Geral dos Documentos Registrados nos Livros das Chancelarias Existentes no Real Arquivo da Torre do Tombo*, Lisboa, 1841, tomo único; o *Inventário dos Livros das Portarias do Reino*, vol. I, 1639-1653, Lisboa, 1909; vol. II, 1912; o *Inventário dos Livros de Matrícula dos Moradores da Casa Real*, vol. I, 1641-1681, Lisboa, 1911; vol. II, 1640-1744; Lisboa, 1917 (no 1º vol., «Casa real»; no 2º, *Casa rial*); *Índice abreviado das genealogias manuscritas da Biblioteca da Ajuda*, por Carlos Alberto Ferreira.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO

O Arquivo Histórico Ultramarino foi criado com o nome de Arquivo Histórico Colonial por decreto de 9 de junho de 1931, e instalado no Palácio da Ega, na calçada da Boa Hora, à Junqueira, para guardar, inventariar e catalogar os documentos que interessassem ao estudo e conhecimento da história política, administrativa, missionária, militar, econômica e financeira da colonização portuguesa.

Para o estudo da história da Igreja Católica no Brasil tem capital importância a pesquisa no Arquivo Histórico Ultramarino. É que ele herdou as preciosas coleções do Ministério das Colônias, os documentos do extinto Conselho Ultramarino e do Arquivo da Marinha e Ultramar, até então confiados à Biblioteca Nacional de Lisboa.

A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro publicou vários índices de documentos relativos ao Brasil, contribuição feita pelo próprio Arquivo Histórico Ultramarino. (*Anais*, vol. LXI, páginas 61 e seguintes).

Quando o *fundo* do Conselho Ultramarino ainda se achava na Biblioteca Nacional de Lisboa, o Dr. Castro e Almeida e, por fim, o Professor Ernesto Ennes organizaram um inventário dos documentos relativos ao Brasil, que foram publicados nos *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, volumes XXXI, XXXII, XXXIV, XXXVI, XXXVII, XXXIX, XLVI e L.

Os *Documentos Históricos*, publicação da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (92 volumes publicados até 1952), fiel ao programa de seus diretores entre os quais o atual Dr. Eugênio Gomes e do Dr. José Honório Rodrigues, diretor da Divisão de Obras Raras e Publicações, está divulgando índices de códices do Conselho Ultramarino e outros documentos extraídos da Torre do Tombo e do Arquivo Histórico Ultramarino.

Nos *Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia*, no volume II, foi publicado o *Índice Abreviado dos Documentos do Século XVII* existentes no Arquivo Histórico Ultramarino, feito pela arquivista Sra. Luísa da Fonseca. Contém referências a 4.384 peças.

O Arquivo Histórico Ultramarino recebeu como dissemos, o cartório do extinto Conselho Ultramarino, que é um precioso manancial heurístico para a História do Brasil.

No IV Congresso de História Nacional (21-28 de abril de 1949) promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o consciencioso catalogador do Arquivo Histórico Ultramarino, Dr. Alfredo Mendes de Gouveia apresentou uma interessante relação dos compromissos de irmandades, confrarias e misericórdias do Brasil, existentes no hoje mais rico arquivo de Portugal para os assuntos da história da Igreja no Brasil. (*Anais do IV Congresso de História Nacional*, vol. VII, págs. 199 e seguintes).

Pode qualquer pesquisador contar com a ação inteligente e operosa do Diretor do Arquivo Histórico Ultramarino, Dr. Alberto Iria. Foi ele quem conseguiu relacionar muitos milhares de documentos existentes no arquivo, embora ainda não tenha podido reduzi-los a verbetes, nem catalogá-los.

BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA

Quando, em 1775, foi extinta a «Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros», foi com os seus *fundos* manuscritos e impressos criada a Biblioteca Nacional de Lisboa. Em 1901 foi essa livraria enriquecida pela incorporação, em suas galerias, do Arquivo de Marinha e Ultramar e do Conselho Ultramarino, este criado em 1642 e extinto em 1833.

Enriqueceram-na ainda mais os manuscritos e livros que pertenceram a D. Fr. Manuel do Cenáculo, Bispo de Beja, e de D. Tomás Caetano do Bem, além de muitas outras doações, bem como as coleções dos conventos depois da extinção das ordens religiosas.

Embora a Biblioteca Nacional de Lisboa tenha sido muito desfalcada pela incorporação em outros arquivos, notadamente

no Arquivo Histórico Ultramarino, de boa cópia de documentos, possui ainda valiosíssimo acervo.

Entre os seus 350.000 volumes, dos quais 1.200 incunábulos, guarda a famosa *Bula de Mogúncia*, também chamada *Bula de Gutenberg*.

Existem ainda hoje na Biblioteca Nacional alguns *fundos* preciosos, e entre êles a Coleção Pombalina, da qual Antônio Ferrão disse :

«Foi esta incorporada na Biblioteca Nacional em 1888. Tem o seu *Inventário* completo, o qual está muito bem elaborado, constando êsse volume, publicado em 1891, da análise de 758 códices. Termina êsse *Inventário* por dois *índices* remissivos : um por assuntos e outro por autores. Tanto êste como o volume publicado do *Inventário do fundo geral* são devidos à bem provada competência e grande zêlo do primeiro bibliotecário José Antônio Moniz». (Antônio Ferrão : *Os Arquivos e as Bibliotecas em Portugal*, Coimbra, 1920, pág. 131).

Em 1931 foi publicado o catálogo *Biblioteca Nacional de Lisboa*, Coleção Pombalina — Índice das notas de vários tabeliães de Lisboa entre os anos de 1580 e 1747». A propósito dêsse *Índice*, A. Botelho da Costa Veiga, diretor da Biblioteca Nacional, escreveu no prefácio : «As escrituras extratadas forneceram valiosos e numerosíssimos subsídios, quer para a identificação de indivíduos e propriedades, quer ainda para o conhecimento da evolução da vida social e seus múltiplos aspectos».

Possui também a Biblioteca Nacional de Lisboa a famosa coleção de códices de Alcobaça. Compreende ela 456 códices, na sua maioria em pergaminho e com suas antigas encadernações.

Dessa coleção chamada dos monges de Alcobaça, existe vasta bibliografia : *Index codium bibliotheca Alcobatial*, Olisipone, tip. Régia, 1774; Fr. Joaquim de Santo Agostinho : *Memórias sôbre os Códices Manuscritos*, e *Cartório do Real Mosteiro de Alcobaça*, no tomo V das *Memórias de Literatura Portuguesa*, da Academia das Ciências de Lisboa, 1793, págs. 297 e seguintes. Antônio Anselmo escreveu para os *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, vol. V, pág. 54, um estudo sôbre *Os Códices Alcobacenses da Biblioteca Nacional de Lisboa*.

A Biblioteca publicou em 1930-32 o *Inventário dos Códices Alcobacenses*, em cinco tomos. Na introdução Ataíde e Melo escreveu : «Ao Brasil interessam especialmente as obras *Dissertações Acadêmicas e Históricas das Coisas do Brasil*; *Guerra Brasileira*, de Inácio Barbosa Machado; e a *Dissertação da História Eclesiástica do Brasil*, pelo Padre Gonçalo Soares da França.

São riquíssimas as suas coleções de *Incunábulos*, dos *Iluminados*, das estampas e outras.

Embora ainda não satisfatórios, muitos têm sido os catálogos parciais publicados, entre êles o da *Coleção Bodoni* e a primeira parte da coleção *Religiões, Literatura e História*.

Além dos índices publicados nos *Anais* da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, e na *Revista* do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, existe o *Catálogo Bibliográfico das Obras Estrangeiras sobre Portugal Existentes na Biblioteca Nacional de Lisboa*, publicado nos *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, vol. I, nº 3, pág. 200, e os dois inventários dos documentos sobre a Madeira e Pôrto Santo.

Em 1928 a Biblioteca Nacional de Lisboa publicou *A Seção Ultramarina da Biblioteca Nacional*, que contém três inventários : I. Códices do extinto Conselho Ultramarino, estudo e notas pela Sra. M. A. Hedwig Fitzler; II. Códices vindos de Moçambique por iniciativa de Antônio Ennes; III. Códices do Arquivo da Marinha, publicados, anotados e prefaciados por Ernesto Ennes. São êsses os corpos que principalmente constituem o atual Arquivo Histórico Ultramarino.

BIBLIOTECA DA AJUDA

Depois do terremoto de Lisboa, em 1755, diante da destruição da biblioteca do Paço da Ribeira, el-Rei D. José determinou que fôsse instalada no Palácio da Ajuda a livreria do rei, bastante acrescida por D. João V.

Entre as numerosas coleções que entraram para essa biblioteca, consta a do famoso bibliógrafo Diogo Barbosa Machado, Abade de Séver, que o príncipe D. João (D. João VI) trouxe para o Rio de Janeiro, e aqui ficou na Biblioteca Nacional.

Os principais *fundos* de interêsse para a história da Igreja Católica no Brasil são : *Chancelaria de Filipe II, Embaixador em Roma, Notícias do Govêrno do Brasil*, etc.

Na Biblioteca da Ajuda podemos pesquisar ainda muitos documentos inéditos, notadamente a correspondência do Embaixador de Roma, Manuel Pereira de Sampaio, com o jesuíta Carbone, considerado no Govêrno de D. João V a *eminence grise*. Também lá está a correspondência do Embaixador D. Fr. José Maria da Fonseca.

É nesse refúgio famoso que se encontra o *Cancioneiro da Ajuda*, que a insigne Professôra Dra. Carolina Michaëlis de Vasconcelos estudou tão meticulosamente.

Da Biblioteca vieram para o Brasil com a família real os seis mil códices dos *manuscritos da Coroa* que não foram incor-

porados à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, e voltaram para a da Ajuda. (José Silvestre Ribeiro : *História dos Estabelecimentos Científicos*, tomo IV, pág. 272).

O distinto Sr. Carlos Alberto Ferreira, que tantos serviços prestou ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo e à Real Biblioteca da Ajuda, publicou dois preciosos catálogos : *Inventário dos Manuscritos da Biblioteca da Ajuda Referentes à América do Sul*, Coimbra, 1946, e *Índice Abreviado das Genealogias Manuscritas da Biblioteca da Ajuda*, Lisboa, 1937.

ARQUIVO E BIBLIOTECA DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

A Academia das Ciências de Lisboa, fundada no século XVIII, sempre se preocupou com a documentação histórica, e a prova são as valiosas publicações que fez, desde os seus primeiros dias.

Criação do Duque de Lafões e de Correia da Serra, foi reconhecida oficialmente pelo aviso régio de 24 de dezembro de 1779. Dela foi secretário o patriarca da Independência, José Bonifácio de Andrada e Silva.

A biblioteca, que principiou a ser formada em 1781, recebeu importante contribuição quando lhe foi adjudicada a livraria dos frades franciscanos da terceira ordem da penitência, os frades de Jesus, cujo convento foi estabelecido em 1582. Antônio Fernão : *Os Arquivos e as Bibliotecas em Portugal*, Coimbra, 1920, página 179).

Sua biblioteca, com mais de 130.000 volumes, dos quais 63 incunábulos, seu arquivo, com muitos milhares de manuscritos, representam inexaurível manancial para o estudo da história da Igreja Católica no Brasil.

SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA

Fundada em 1876, a Sociedade de Geografia de Lisboa em pouco tempo firmou sua gloriosa existência em bases sólidas.

Biblioteca e arquivo especializados em assuntos geográficos e afins, a Sociedade constitui riquíssima fonte de pesquisas a serem feitas nos manuscritos, cartas, incunábulos e na já vultosa livraria.

Estão publicados muitos catálogos, entre os quais :

Sociedade de Geografia de Lisboa — Índices e Catálogos — A Biblioteca, por A. C. Borges de Figueiredo — I Obra impressa, Lisboa, 1890 — 1º, 2º e 3º anexos.

Sociedade de Geografia de Lisboa — Catálogos e Índices — As publicações, por Luciano Cordeiro, Secretário Perpétuo — Lisboa, 1889.

Sociedade de Geografia de Lisboa — Índices e Catálogos — A Biblioteca, por A. C. Borges de Figueiredo — II Mapas — Lisboa, 1891.

Sociedade de Geografia de Lisboa — Índices Iniciais para Catalogação — Lisboa, 1896.

ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR

O Arquivo Histórico Militar, que teve por vários anos como diretor o saudoso e ilustrado Coronel Henrique de Campos Ferreira Lima, foi fundado em 1911, como dependência do Estado Maior do Exército. Compreende três grandes divisões: na primeira se encontram os documentos relativos às campanhas do exército português na metrópole e na Europa; na segunda são conservados os documentos relativos ao Brasil, desde o século XVI até 1824, e os relativos às campanhas nas colônias de Cabo Verde, Angola, São Tomé, Moçambique, Guiné, Índia e Macau, desde 1815 até 1918; a terceira guarda todos os documentos relativos a assuntos militares gerais. O arquivo tem como órgão de publicidade o *Boletim do Arquivo Histórico Militar*.

O Coronel Henrique de Campos Ferreira Lima publicou os *Documentos Manuscritos e Cartográficos Relativos ao Brasil que existem no Arquivo Histórico Militar*, Lisboa, 1942.

Na opinião do eminente mestre Damião Peres, manifestada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, é esse o arquivo atualmente melhor catalogado existente em Portugal, seguindo-se-lhe o Arquivo Histórico Ultramarino, ainda em trabalhos de catalogação.

BIBLIOTECAS DO PORTO E DE BRAGA

O Arquivo e a Biblioteca da Câmara Municipal do Porto são considerados entre os mais ricos das províncias portuguesas. Foram fundados por D. Pedro IV (Dom Pedro I, do Brasil) em 9 de junho de 1833. Um índice dos documentos antigos, composto por José Pedro Ribeiro, o fundador da *Diplomática Portuguesa*, foi publicado no *Boletim* da Biblioteca da Universidade de Coimbra (vol. IX, pág. 351; vol. X, pág. 322; e vol. XII, pág. 97). Além de catálogos, a Biblioteca do Porto está publicando a *Colecção dos Inéditos da Biblioteca Portuense*.

A essa biblioteca foi incorporada a famosa livraria do Bispo do Porto, Dom João de Magalhães e Avelar, «a melhor livraria

particular que havia em Portugal no seu tempo» — disse José Silvestre Ribeiro em *Apontamentos Históricos sobre Bibliotecas Portuguesas* (Coimbra, 1914, pág. 93). Recebeu ainda muitas outras coleções importantes, entre as quais a do mosteiro da Santa Cruz de Coimbra e a excelente livreria do 2º Visconde de Balsemão, que, segundo informa Magalhães Basto, «forneceu quase toda a curiosa e inestimável coleção de códices relativos à história do Brasil no tempo colonial, que hoje se guardam na Biblioteca do Pôrto», (Pág. 21 da «Nota Preliminar» do Catálogo da Biblioteca do Pôrto).

José Gaspar de Almeida, conservador do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, organizou quando conservador do Arquivo Distrital, do Pôrto, um «Inventário do Cartório do Cabido da Sé do Pôrto e dos Cartórios Anexos» (Pôrto, 1935) e um «Índice-roteiro dos chamados Livros dos originais (Coleção de pergaminhos) do Cartório do Cabido da Sé do Pôrto». (Pôrto, 1936).

A. de Magalhães Basto, quando diretor do Gabinete de História da Cidade do Pôrto, organizou um «Catálogo dos Manuscritos Ultramarinos da Biblioteca Pública Municipal do Pôrto», Lisboa, 1938, no qual ocupa o Brasil as páginas 99 e 304. (Biblioteca Pública Municipal do Pôrto — Documentos para a sua história — Pôrto, 1933).

O Arquivo Público de Braga é um manancial importante para a história da Igreja Católica no Brasil, porque a ela foram incorporados os arquivos e bibliotecas de várias ordens religiosas, entre as quais as dos conventos do Carmo, de São Domingos, de São Francisco, do Colégio de São Bento, dos Jesuítas e outros. Mais tarde, foram-lhe incorporados os arquivos do arcebispado e do seminário de Braga, bem como os cartórios do cabido bracaraense, da Sé e os da Câmara Eclesiástica.

O arquivo do cabido conserva três cartulários de grande importância: o *Lider fidei*, em pergaminho, feito provavelmente em fins do século XII, em gótico, onde estão transcritos inúmeros documentos, em regra relativos às propriedades; o *Livro das Cadeias*, assim denominado por estar preso à estante por uma cadeia de ferro, como se usava nas bibliotecas da Idade Média; e o *Livro dos Testamentos e das Capelas* mais recentes (Antônio Ferrão: *Os Arquivos e as Bibliotecas em Portugal*, Coimbra, 1920, pág. 213).

ARQUIVO DISTRITAL E BIBLIOTECA DE ÉVORA

O Arquivo da Câmara Municipal de Évora, um dos mais ricos de Portugal, foi já trabalhado pelo Padre José Lopes de Mira, bem como pelo Dr. Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara,

que publicou o *Catálogo dos Manuscritos da Biblioteca Pública Eborense*, Lisboa, 1850, 4 tomos. O 1º tomo, de páginas 1 a 208, dá notícia de códices referentes ao Brasil.

Numerosos documentos de Évora foram copiados por pesquisadores brasileiros e publicados na *Revista* do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ou existem nos arquivos do centenário sodalício.

À Biblioteca de Évora foram incorporadas as valiosas coleções do Arcebispo D. Joaquim Xavier Botelho e Lima e do sábio D. Fr. Manuel do Cenáculo. (F. M. Trigoso de Aragão Morato: «*Elogio Histórico do Exmo. e Revmo. D. Fr. Manuel do Cenáculo, Arcebispo de Évora*», Lisboa, 1815).

Entre outros códices estimados, lá se encontra o *Esmeraldo de situ orbis*, de Duarte Pacheco Pereira.

No Arquivo Distrital e no da Sé, ultimamente a êle incorporado, existem muitos documentos para nós inéditos e que interessam à história da Igreja Católica no Brasil.

BIBLIOTECA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Criada no século XVI, tem sido sempre enriquecida a Biblioteca da Universidade de Coimbra, bem como o seu arquivo.

Dela escreveu um viajante ilustre: «La Bibliotèque de l'Université de Coimbra, la plus belle, la plus richement ornée que j'ai jamais visitée». (Conde de Racksinsky: «Les Arts en Portugal»).

Quando o arquivo do seminário de Coimbra foi incorporado ao Arquivo e Museu de Arte da Universidade, foi êste enriquecido com cerca de 32.000 processos *de genere, de vita et moribus*.

A coleção de manuscritos da Biblioteca da Universidade de Coimbra é uma das mais importantes de Portugal. Documentos valiosos para os pesquisadores, embora tenham sido publicados muitos dêles na *Biblioteca Lusitana*, na *História Genealógica* e suas «Provas», no *Corpo Diplomático Português* e outras obras.

A Universidade de Coimbra está publicando uma série de «Catálogos de Manuscritos». O relativo aos códices ns. 1.709 a 1833 mereceu um prefácio do egrégio mestre Damião Peres, (*Universidade de Coimbra — Catálogo de Manuscritos*, códices ns. 1.709 a 1833, organizado por César Pregado. Prefácio de Damião Peres. Coimbra, 1941).

Sobre a história da Universidade de Coimbra, além do livro de Teófilo Braga, foi publicado *A Universidade de Coimbra, Esboço de uma História*, por Mário Brandão e M. Lopes de Almeida, por ordem da Universidade, 1937.

Gabriel Pereira publicou um *Catálogo dos Pergaminhos da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1881; e Mário Brandão : *Alguns Documentos respeitantes à Universidade de Coimbra na Época de Dom João III*, Coimbra, 1937.

Francisco Morais, conservador do Instituto de Estudos Brasileiros, organizou um «Catálogo dos Manuscritos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra Relativos ao Brasil», Coimbra, 1941. No prefácio desse catálogo o notável mestre Rebelo Gonçalves escreveu : «O valor dos manuscritos relativos ao Brasil que se guardam na Biblioteca da Universidade de Coimbra sugere e recomenda que, depois de publicado o seu catálogo, metódicamente se publiquem e amplamente se divulguem os seus textos, ao menos os mais importantes».

Em Coimbra existe uma pequena biblioteca denominada a «Monástica do Liceu de Coimbra», instalada no antigo convento de São Bento, a qual recebeu parte do riquíssimo conjunto do mosteiro de Santa Cruz, de Coimbra. Possui ela a mais bela coleção de biblias existente em Portugal. (Antônio Gomes da Rocha Medail : «A Biblioteca da Universidade de Coimbra e Suas Massas Bibliográficas»).

BIBLIOTECAS PARTICULARES

São muitas as bibliotecas e arquivos de famílias nobres portuguesas até hoje não dispersadas, algumas das quais possuem importante documentação, ainda inédita. Entre elas poderemos citar as das Casas de Palmela, do Duque de Cadaval, do Marquês de Rio Maior, dos Arcos, de Sabugosa, do Morgado de Mateus, de Torre, do Lavradio, de Asseca, de Alegrete, do Marquês de Assecati e outros, sendo que a de Sucena tem notáveis Camoniana e Cervantina.

É lamentável que inúmeras bibliotecas e arquivos se tenham dispersado em Portugal, vendidos em leilão. Citaremos vários dentre êles, para cuja venda foram organizados catálogos : o da biblioteca do Dr. Luís M. da Cunha Lobo (de Viana do Castelo), redigido por José dos Santos e com apreciação do Dr. Teófilo Braga (Pôrto, 1912); Catálogo dos livros dos Condes de Azevedo e de Samodães, organizado por José dos Santos (Pôrto, 1921); o da livraria do Conde de Ameal (Pôrto, 1924); Escriptório bibliográfico do Dr. Rodrigo Veloso (Pôrto, 1918); Catálogo da Bibliografia do Sir G... (Lisboa, 1867); da biblioteca de José Fernandes de Sousa (Lisboa, 1892); o Catálogo Bibliográfico da biblioteca do Bispo do Pôrto, organizado por Manuel dos Santos (Lisboa, 1916); o da biblioteca de Rodrigo José de Lima Felner, organizado por Francisco Artur da Silva (Lisboa, 1878).

A biblioteca do Conde Ficalho foi dispersada em leilão, realizado em Lisboa no dia 8 de abril de 1946. Alguns dos catálogos elaborados para a venda dos livros, são verdadeiras bibliografias, e não raramente especializadas como o organizado por Arnaldo Henrique de Oliveira, para a biblioteca do Dr. Luís Xavier da Costa. No prefácio dêste catálogo o Coronel Henrique de Campos Ferreira Lima, disse «constitui uma preciosa bibliografia das belas artes em Portugal». (*Bibliografia Artística Portuguesa — Descrição bibliográfica de Xavier da Costa*, Lisboa, 1944).

A biblioteca que pertenceu a Afonso de Dornelas, membro da Academia das Ciências de Lisboa e da Academia Portuguesa de História, foi vendida em leilão, em novembro de 1947, e era uma valiosa coleção de genealogia e heráldica. (Catálogo, Lisboa, 1947).

A biblioteca de J. J. Gomes de Brito, o continuador do Dicionário Bibliográfico de Inocêncio, foi dispersada em leilão realizado pelo livreiro Augusto Sá da Costa, em dezembro de 1924. Os livros do Professor Ruy Ennes Ulrich, Embaixador de Portugal em Londres foram vendidos em leilão, em novembro de 1934.

Também no Brasil foram leiloadas, como se diz em Portugal, bibliotecas importantíssimas. Em leilão foram espalhados os livros do Visconde de Rio Branco, em 24 de maio de 1881. O mesmo sucedeu à livraria de Joaquim Nabuco, vendida por Virgílio Lopes Rodrigues, em 13 de agosto de 1928; e com os livros de Lúcio de Azevedo, espalhados no leilão de J. Leite e Cia., realizado em 10 de outubro de 1923.

A biblioteca de Eduardo Prado foi catalogada para leilão e oferecida em um só lote por cinquenta contos de réis, e a retalho pelos preços marcados no catálogo («Catalogue de la Bibliothèque Eduardo Prado», São Paulo, Tip. Brasil, 1916).

VI

FONTES NOS ARQUIVOS E BIBLIOTECAS DA EUROPA

Não cabe nesta despretensiosa dissertação o histórico e a descrição completa dos arquivos e bibliotecas da Europa. Desejo apenas dar algumas informações, para que o historiador da Igreja Católica no Brasil saiba onde poderá encontrar material para os seus estudos, além dos arquivos de Roma e de Portugal.

Começarei pela Espanha, que nos interessa especialmente, pois o Brasil dela dependeu de 1580 a 1640, e muito entrelaçada é a história das duas nobres nações da península ibérica.

ESPAÑHA

Há muito que pesquisar ainda nos arquivos e bibliotecas da Espanha. Já o fizeram Varnhagen, Oliveira Lima, Pedro Souto Maior, Rio Branco, Nabuco e seus auxiliares, além de outros historiadores brasileiros.

São em número de seis os principais arquivos e bibliotecas espanholas que interessam à história da Igreja Católica no Brasil:

1. Archivo General de Indias, em Sevilha.
2. Archivo General de Simancas, em Valladolid.
3. Archivo Histórico Nacional, de Madrid.
4. Archivo y Biblioteca de la Real Academia de la Historia.
5. Biblioteca Nacional de Madrid.
6. Archivo de la Corona de Aragón, de Barcelona.

Hoje o mais rico arquivo de Espanha é o *Geral das Índias*, instalado em Sevilha e enriquecido com grande número de documentos transportados de Simancas.

O «Archivo General de Indias» foi fundado em 1785, para «custodia y catalogación de España en América y cuantas actividades faciliten las investigaciones históricas en este campo».

(Torre Revello — «El Archivo General de Indias. Historia y clasificación de sus Fondos» — Buenos Aires, 1929).

É, sem dúvida, básico para a História da América. Dêle disse recentemente Enrique Ortesa Ricaurte : «Los investigadores que acuden al Archivo General de Indias son en tal cantidad que últimamente las salas destinadas a la lectura son ya insuficientes para albergar a todos ellos, ya sean particulares o comisionados por entidades oficiales, creandose serias dificultades a la administración del Archivo para el servicio de legajos, copistas, fotógrafos, etc.» (Misiones Colombianas en los Archivos Europeos», México, 1951, pág. 15).

No *Archivo General de Indias* está concentrada a melhor documentação histórica existente na Espanha. São inúmeros os seus *fundos* e coleções. Entre êles os que mais podem interessar à história da Igreja Católica no Brasil, notadamente entre os anos de 1580 a 1640, são os seguintes : Ministério de Ultramar; Papeles de Estado; Audiencias e Consejos; Patronato Real; La Casa de Contratación; Cartas de Eclesiásticos e outros.

Referindo-se aos catálogos do Archivo de Sevilha, escreveu, em 20 de março de 1950, ao presidente da Academia Colombiana de História o pesquisador Juan Friede : «A pesar de la catalogación por materias que existe en el Archivo de Indias (Patronato, Justicia, Contratación, etc.), muchos documentos que tratan de los mismos asuntos, épocas y regiones, están dispersos en los más variados legajos. Basta indicar que las 42 cartas escritas desde Santa Marta durante los cinco años de gobierno de García de Lerma, están extraídas de 15 distintos legajos que pertenecen a 3 diferentes secciones». — «Desgraciadamente no existe en el Archivo General de Indias un registro de los documentos ya publicados o copiados. Esta circunstancia imposibilita afirmar rotundamente que los documentos que componen la colección, son inéditos». (*Boletín de Historia y Antigüedades*, órgão da Academia Colombiana de História, vol. XXXVIII, 1951, págs. 515 e 516).

Só no século XIX foi possível aos americanos pesquisarem nos arquivos de Espanha. O primeiro a conseguí-lo foi Washington Irving em 1828, e o segundo foi o nosso grande Francisco Adolfo Varnhagen (Visconde de Pôrto Seguro) em 1846. (José Torre Revello : «Prohibiciones y licencias para imprimir libros referentes à América, 1737-1807», em *Boletín del Instituto de Investigaciones Históricas*, tomo XIV, pág. 26. Buenos Aires, 1932).

A Secretaria de Relaciones Exteriores da República do México publicou em quatro volumes os «Índices de Documentos de Nueva

España existentes en el Archivo de Indias, de Sevilla. Introducción de Genaro Estrada». («Catálogo de los fondos americanos del Archivo de Protocolo de Sevilla», Madrid, Compañía Ibero-Americana de Publicaciones, 1929-1930).

— Embora desfalcado com a entrega de inúmeros documentos para os Arquivos de Índias e Histórico Nacional de Madrid, ainda possui o *Archivo de Simancas* um acervo importantíssimo. Há quem afirme que lá se acham 79.278 legajos (maços), «contendo milhões de documentos ainda inéditos». (Antônio Ferrão: *Os Arquivos e as Bibliotecas em Portugal*, Coimbra, 1920, pág. 255).

Os principais *fundos* para nós são : *Papeles de Estado*; *Secretaria de Estado* (séculos XVI a XVII); *Secretaria de Guerra y Marina*; *Antiguo Consejo*; *Patronato Real*, *Consejo y Tribunales de la Inquisición* e outros.

Sobre o *Archivo de Simancas* existem impressos dois catálogos de documentos que interessam à História de Portugal e do Brasil, feitos por pesquisadores portugueses:

Dr. Queirós Veloso : «Arquivo Geral de Simancas», Coimbra, 1923.

Padre Francisco Manuel Alves : «Catálogo dos Manuscritos de Simancas respeitantes à História Portuguesa», Coimbra, 1933.

— O Archivo Histórico Nacional está instalado no palácio das bibliotecas e museus desde 1896.

São seus principais *fundos* : *Papeles de Estado*; *Enbajadas y Legaciones*; *Vicerreinato de Portugal*. Guarda preciosa coleção de mapas.

Há um catálogo impresso: *Inventario de los fondos e procedencias del Archivo Histórico Nacional*.

— A Real Academia de la Historia, fundada no século XVIII é o mais importante centro de estudos históricos em Espanha.

O Seminário de Problemas Hispanoamericanos e a Real Academia Hispano-Americana de Ciencias y Artes se propõem a investigar e juntar documentação para os assuntos históricos.

— A Biblioteca Nacional de Madrid, muito enriquecida quando foram suprimidos os mosteiros e conventos, possui cerca de 1.400.000 volumes e mais 20.000 manuscritos.

— Os arquivos dos velhos Estados da Península — Aragão, Castela, Navarra — foram por D. Pedro III reunidos no *Archivo de la Corona de Aragón*, no Palacio de los Condes, em Barcelona. «Fu, si può dire, il primo Archivio spagnuolo e forse

europeo che si aprisse agli studiosi», na opinião de Pio Pecchiai. (*Manuale pratico per gli Archivisti*, Milão, 1928, pág. 79).

Vide José Maria de Eguren: *Memoria descriptiva de los codices notables conservados en los Archivos ecclesiasticos de España*, Madrid, 1859.

Para atender às necessidades dos pesquisadores dos importantes arquivos de Espanha, o govêrno espanhol criou um Archivo Central de Microfilmes junto ao Departamento de Arquivos e Bibliotecas. (*Boletim Oficial del Estado*, 31 de julho de 1950 pág. 3.344).

INGLATERRA

«La Gran Bretagna é stata la maggior accentratrice di Archivi. Si può dire che le carte di tutto lo Stato inglese siano raccolte nel *Public Records Office*, di Londre, come quelli della Scozia lo sono nel *General Register House*, e quelle dell'Irlanda nel *Public Record Office*, de Dublino». É o que nos diz Pio Pecchiai em *Manuale Pratico per gli Archivisti*, Milão, 1928, pág. 83.

Tendo em mira a história eclesiástica, não consta que alguém tenha pesquisado nos arquivos e bibliotecas da Inglaterra. E, no entanto, quer no *British Museum Library*, quer no *Public Records Office*, quer no *Roman Catholic Diocesis of Westminster* e em outros arquivos mais, poderão ser encontrados documentos de real importância para a história da Igreja no Brasil.

Para se aquilatar o valor do *British Museum Library* de Londres, basta dizer que êle possui cêrca de quatro milhões de livros, guardados em estantes que se desenvolvem em 118 quilômetros de extensão. (*Enciclopedia Católica*, vol. II, c. 1615).

«O material do *Public Records Office* é imenso e praticamente permanece inexplorado. Pouquíssimos estudiosos o tem aproveitado, apesar de sua extraordinária importância. Só a respeito do comércio escravo, por exemplo, possui o *Public Records Office* 2.276 volumes de peças manuscritas, e em relação ao Brasil 865 volumes». (José Honório Rodrigues: *As Fontes da História do Brasil na Europa*, pág. 17).

Quem desejar aprofundar seus estudos sôbre arquitetura brasileira, no regime colonial, deverá visitar na Inglaterra a secular Biblioteca do Real Instituto de Arquitetos Ingêses. Contém ela cêrca de 50.000 volumes especializados e muitos milhares de impressos e desenhos.

* * *

Frederico F. de La Figanière, a pedido do conde do Lavradio, ministro de Portugal em Londres, publicou um *Catálogo dos*

Manuscritos Portuguezes Existentes no Museu Britânico, que havia preparado para seu uso pessoal. (Lisboa, Imprensa Nacional, 1853).

O mais operoso dos historiadores brasileiros, Varnhagen, fez um aditamento ao catálogo de La Fignière, que foi impresso em Havana.

Eduardo Prado, o historiador paulista falecido tão prematuramente, e quando começava a difundir as luzes de sua invulgar cultura, obteve do nosso ministro em Londres, o eminente Dr. Manuel de Oliveira Lima, a organização, para completar La Fignière, de uma *Relação de Manuscritos Portuguezes e Estrangeiros de Interêsse para o Brasil, Existentes no Museu Britânico de Londres*. Foi publicado êsse trabalho na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 65, parte II, págs. 7 e seguintes, e tirada à parte pela Companhia Tipográfica do Brasil, Rio de Janeiro, 1903.

Êsse catálogo está sendo atualizado pela professora paulista Maria da Conceição Martins Ribeiro.

Para a utilização das bibliotecas inglêsas, veja-se W. Megill: *Making the most of your public Library: a concise guide*, Londres, 1949.

HOLANDA

Há na Holanda dois arquivos que podem interessar à história eclesiástica brasileira: o Arquivo Real de Haia (Allgemeen Rijksarchief) e o Antigo Arquivo de Amsterdão (Oud Archief).

O primeiro foi pesquisado por três brasileiros ilustres: Joaquim Caetano da Silva, José Higino Duarte Pereira e Pedro Souto Maior. O Professor José Honório Rodrigues visitou demoradamente êsse arquivo, e dêle fez minuciosa descrição em *As Fontes da História do Brasil na Europa*, págs. 22 a 24.

O Arquivo de Amsterdão foi também visitado pelo ilustre diretor das Obras Raras da Biblioteca Nacional, que informa existirem ali «aproximadamente 5.000.000 de documentos em excelente estado de conservação». (*Op. cit.*, pág. 20). Conta o Professor José Honório que, pelos cálculos do diretor do Arquivo W. F. H. Oldewelt e do funcionário Hoboken, «existem, com certeza, 433 volumes e maços que tratam do Brasil, e 544 volumes e maços que provavelmente contêm matéria referente aos holandeses no Brasil durante os séculos XVI e XVII».

Diz ainda José Honório Rodrigues que no Arquivo de Rotterdam — *Archief der Gemeente Rotterdam* —, existe boa documentação sobre o Brasil e ainda não examinada pelos brasileiros.

A Biblioteca Real de Haia — *Koninklijke Bibliotheek*, fundada em 1878, possui cêrca de um milhão de volumes e boa cópia de manuscritos, onde possivelmente serão encontrados documentos acêrca do Brasil.

O Museu Real de Pintura instalado no «Maurits Huis», residência do príncipe João Maurício de Nassau e que foi construído por Pieter Post, interessa para o estudo dos acontecimentos durante a invasão holandesa.

FRANÇA

A Biblioteca Nacional de Paris é das mais antigas do mundo. Vem do século XIV, e sempre acrescida de valiosas coleções, como a famosa do cardeal Mazarino. Ela possui atualmente quatro milhões e duzentos mil livros, 125 mil manuscritos, 42.000 jornais e mais de 3 milhões de gravuras e estampas. (Guide Leroy: *Guide pratique des Bibliothèques de Paris*, Paris, 1937).

Moral Fatio publicou em 1892 um *Catalogue des manuscrits espagnoles et portugais*, e George A. Barringer é o autor do *Catalogue de l'Histoire de l'Amérique: Histoire religieuse*, vol. I, págs. 154 e seguintes, e vol. IV, *Brésil*, págs. 512 e 699.

Além da Biblioteca Nacional e do Arquivo do Ministério das Relações Exteriores, ambos já visitados por vários pesquisadores brasileiros, embora superficialmente, existem em Paris outros arquivos e bibliotecas onde poderão ser encontrados documentos de valor para a história da Igreja Católica no Brasil, como sejam o Arquivo Nacional, a Biblioteca do Instituto de França, a da Universidade de Paris (Sorbona), a Biblioteca Victor Cousin (Sorbona), a Biblioteca Saint Geneviève, a Biblioteca do Senado e a da Câmara dos Deputados, além de outras.

O Arquivo Nacional na era napoleônica chegou a possuir boa parte dos arquivos do Vaticano, da Espanha (Simarcas), de Viena e outros. Com a queda da águia, êsses arquivos voltaram a seus países, mas, infelizmente, não raramente desfalcados. (Ver C. Langlois e V. Stein: *Les archives de l'Histoire de France*, Paris, 1893).

Para a consulta nos Arquivos e Bibliotecas de Paris: Camille Bloch et Pierre Renouvin — *Guide de l'Étudiant en Histoire Moderne et Contemporaine*, Paris, 1949, págs. 139 e seguintes.

A «Société d'histoire ecclésiastique de la France» publica a *Revue d'histoire de l'Église de France*.

BÉLGICA

A Bélgica possui um notável centro de cultura eclesiástica que é a famosa Universidade de Louvain, que publica a *Revue d'histoire ecclésiastique*.

A Sociedade para o progresso dos filológicos e históricos publica a *Revue belge de philologie et d'histoire*.

São mui valiosos os Archives Générales du Royaume de Bruxelas.

ALEMANHA

No Arquivo de Estado da Alemanha (*Geheime Staatsarchiv*), de Berlim, existe documentação abundante, ainda não pesquisada. O mesmo acontece nos arquivos da Prússia (Berlim), Munique, Brunsvique, Hanôver, Bremen, Conisberga e outros.

A Biblioteca do Estado Prussiano — *Preussische Staatsbibliothek* —, antigamente denominado *Kaiserlich-königliche Bibliothek*, de Berlim, é uma das maiores do Mundo: possui 3.000.000 de volumes e 63.000 manuscritos.

Na Biblioteca de Berlim existem muitos documentos relativos à ocupação holandesa em o Norte do nosso país. Entre eles, cerca de mil desenhos feitos por George Marcgrave, que acompanhou Maurício de Nassau na sua vinda para o Brasil. (*Provincia de São Pedro*, revista editada pela Livraria do Globo, nº 5, Porto Alegre, 1946, pág. 157).

O Dr. Marion Dexter Lerherd visitou os arquivos alemães e publicou o *Guide to the Manuscript Materials Relating to American History in the German State Archives* (Washington, 1912).

Sobre a história e organização dos arquivos da Alemanha o Dr. Victor Loewe escreveu *Das Deutsche Archivwesen Seine Geschichte und organisation*, Breslau, 1921.

Para o estudo das bibliografias alemãs, Hans Widmann publicou *Deutsche Bibliographien von 1939-1949*, Tübingen, 1950.

Em Berlim, fundou-se em 1930 a Biblioteca Latino-Americana. Foi constituída inicialmente pela junção de três livrarias: a do professor e magistrado argentino Ernesto Quesada; uma doação do governo do México; e as coleções do Instituto de Pesquisas Ibero-Americanas da Universidade de Bona. Apesar das vicissitudes havidas durante a guerra, mal de que sofreram quase todas as bibliotecas e arquivos da Alemanha, os quais ficaram desfalcados de dezenas de milhares de livros, a Biblioteca Latino-Americana ao revés, cresceu sempre, notadamente quando recebeu a preciosa biblioteca que pertenceu ao professor norte-americano

Walter Lehmann. Ernesto Feder, em artigo recente, calculou em 220.000 volumes o seu acervo. (Ernesto Feder: *Biblioteca Latino-Americana*, em *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1952).

Especializada em assuntos do nosso continente, a Biblioteca Ibero-Americana está fadada a ser importante centro de estudos sobre as Américas.

ÁUSTRIA

Em Viena existe a National Bibliothek, antiga *Kaiserlich-königliche Hofbibliothek*, onde o grande historiador Varnhagen muito pesquisou; possui cerca de 100.000 manuscritos e autógrafos. Viena possui também o antigo Arquivo Imperial.

Em Viena funciona um Museu de Ecologia e de História instalado em secular edifício, que foi largamente atingido, como aliás as próprias coleções, na grande guerra, nos anos de 1944-1945.

Rintersbacher escrevendo sobre êle em *Museum*, publicação da UNESCO, lembrou um dístico que existe na entrada: «The aim of this Museum is to depict the natural features, history and art of the Federal Province of Lower Austria. May it awaken an understanding and love for nature, people and homeland». O mesmo autor afirmou que o «Niederösterreichisches Landes Museum», de Viena não cuida apenas de ensinar, êle quer também educar, sem que o visitante tenha consciência de um esforço pedagógico. (Rintersbacher — *A Museum of Ecology and History — Niederösterreichisches Landes Museum*, Viena, em *Museum*, vol. V, nº 3, 1952, págs. 171 e 172).

ITÁLIA

Não são só os arquivos e a Biblioteca do Vaticano que nos interessam, entre os inúmeros da Península, descritos no *Gli Archivi di Stato Italiano*, Bolonha, 1944; vários outros são de capital importância para o nosso intento.

Mesmo em Roma existe o Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores, com dez volumes do catálogo publicados.

A Biblioteca Nacional Central, de Roma, é uma das mais ricas da Itália. A ela foram incorporadas, a partir de 1873, por ocasião da supressão das ordens e congregações religiosas, cerca de sessenta bibliotecas pertencentes a mosteiros e conventos. Na Biblioteca de Roma há um Centro de Informações Bibliográficas que se encarrega de fazer pesquisas para assinalar a existência de uma obra rara em qualquer biblioteca da Itália, mandar buscá-la e entregá-la, por empréstimo, ao consulente.

Fornece também informações sôbre quaisquer assuntos bibliográficos.

Em Roma existem ainda várias bibliotecas importantes, como a *Angélica* (1614); a do Instituto de Archeologia e História di Arti; a de História Moderna e Contemporânea e a do Instituto de Archeologia Cristã.

A Biblioteca *Marciana* (Biblioteca Nazionale di S. Marco), de Veneza, teve início com a doação de cêrca de um milheiro de manuscritos feita pelo cardeal Bessarione à República de Veneza (1468). Enriquecida muitas vêzes por donativos de famílias nobres, ocupa, com as preciosidades que possui, o famoso palácio de Zecca.

— Uma das mais importantes bibliotecas européias é, sem dúvida, a *Ambrosiana*, de Milão, fundada pelo Cardeal Frederico Borromeu e aberta ao público em 1609. Dela disse Alfonso Gallo na recente e monumental obra *Enciclopédia Católica*, vol. II, c. 1607: «Insigne istituzione nella quale si perpetuò una nobile tradizione di studi. Dopo la Vaticana è la più ricca raccolta di manoscritti, pregevoli per antichità, per provenienza e per contenuto».

Sôbre tão valiosa livreria A. Saba escreveu *La Biblioteca Ambrosiana*, Milão, 1932. Giovanni Sabbati publicou em 1951 o *Itinerario per il visitatore della Biblioteca Ambrosiana*, lindamente ilustrado.

— Na Itália existem inúmeras bibliotecas eclesiásticas, algumas das quais possuem riquíssimo acervo. Entre elas ressaem as das ordens religiosas e, sobretudo, as das universidades e institutos católicos, sobrelevando, talvez, a tôdas a da Universidade Gregoriana, dos jesuítas.

— Na Biblioteca Nacional Central de Florença, embora preciosa pela grande quantidade de manuscritos, não consta a existência de documentos com respeito ao Brasil.

Em Florença existem outras importantes bibliotecas, tais como a *Marcelliana*, a *Mediceo Laurensiana* e a *Riccardiana*.

— O Archivio di Stato, de Turim, conserva boa parte de documentação anterior a 1860 do Ministério das Relações Exteriores.

— A Biblioteca Braidense, de Milão, e a de Bolonha devem ser visitadas pelos pesquisadores de nossa história eclesiástica.

— A Biblioteca Nacional de Nápoles, aberta ao público há cêrca de 150 anos, contém onze mil manuscritos e mais de um milhão de livros.

— A Biblioteca Nacional de Palermo foi constituída pela Biblioteca do Colégio Máximo dos Jesuitas, confiscada por Fernando I, depois entregue ao público em 1778.

INSTITUIÇÕES CULTURAIS EUROPÉIAS

Existem na Europa inúmeras instituições culturais para o estudo da História.

Entre elas poderemos contar o *Instituto para a Alta Cultura*, de Portugal, que está realizando a pesquisa de documentos que interessam ao Brasil.

Na Inglaterra: *Royal Institute of International Affairs*; *Institute of Historical Research*; *Royal Commission on Historical Manuscripts*; *National Maritime Museum*.

Na Holanda, a *International Institut voon Soziale Geschiedenis*.

Na Itália, o *Instituto Italiano per Gli Studi Storici* e a *Giunta Centrale per gli Studi Storici*.

Em Roma, depois da abertura dos arquivos pontifícios por Leão XIII, foram instalados centros de estudos históricos de vários países.

VII

FONTES NOS ARQUIVOS E BIBLIOTECAS DA AMÉRICA

Não pretendo fazer a história ou dissertar sobre a organização nem sobre o recheio (como dizem os portugueses) dos arquivos e bibliotecas da América. Desejo apenas dar algumas indicações aos que se iniciam no estudo da história da Igreja Católica no Brasil.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Hoje é possível pesquisar boa parte dos arquivos da Europa, visitando as grandes bibliotecas dos Estados Unidos da América. É que as missões enviadas aos arquivos europeus coletaram tão grande quantidade de documentos relativos ao USA e às outras repúblicas americanas, quase todos já classificados, estudados e muitos publicados, que qualquer pesquisador lá encontrará material abundante para seus estudos. (C. H. Van Tyne and Waldo G. Leland: *Guide to the Archives of the Government of the United States in Washington*, 1907).

Contém indicações valiosas: Paul J. Foik — *Catholic Archives of America*, 1915; William L. Lallou — *The Archives of the American Catholic Historical Society*, Philadelphia, 1915; Henry Tutney Beers — *Bibliographies in American History (Guide to materials for research*, New York, 1942).

É sabido que nos Estados Unidos da América algumas décadas antes da grande guerra já estavam os historiadores na boa via estudando a História à luz das fontes originais. Os acontecimentos de 1914 atrasaram por alguns anos tão importante movimento. O Professor James Harvey Robinson e seus ilustres colaboradores levaram longe seus trabalhos heurísticos. Para facilitar aos estudiosos que não conheciam outras línguas que não o inglês, publicaram antes e depois da guerra, uma série de manuais intitulados: *Translations and Reprints from the Original Sources of European History* (traduções e reimpressões das fontes originais da história européia), seguidos das coleções: *Records of*

Civilization: Sources and Studies (Arquivos da Civilização: fontes e estudos).

Está bastante generalizada em todos os centros de estudos históricos norte-americanos a moderna diretriz pesquisadora nas fontes originais da História.

O centro bibliográfico mais importante dos Estados Unidos é a *Library of Congress*, de Washington, fundado em 1800, par servir de biblioteca ao Senado e à Câmara dos Deputados, donde o seu nome de «Biblioteca do Congresso».

Anexa à *Library of Congress* existe a *American Historical Association*, fundada em 1884, cujo fim é fomentar os estudos históricos, colecionar e conservar manuscritos históricos. Publica trimestralmentê a *American Historical Review*.

A *Library of Congress* publicou em 1942 (2ª edição) uma *Bibliography of Latin American Bibliographies* do Professor C. K. Jones. Da pág. 99 a 125 trata das publicações brasileiras.

É a maior biblioteca do mundo, com mais de sete milhões de livros.

— A *New York Public Library* é também das maiores, pois tem 3.500.000 volumes.

— As grandes universidades norte-americanas possuem bibliotecas e arquivos de valor inestimável. Algumas delas estão realizando pesquisas na Europa, copiando e microfilmando os documentos mais importantes para a História das Américas.

A *Harvard University Library* possui 2.000.000 de volumes; a *Yale University Library*, 2.500.000; a *Columbia University Library*, 1.300.000; a *Boston Public Library*, 1.700.000 livros.

O material relativo ao Brasil existente na Universidade de Califórnia foi estudado pelo Professor Gwendolin Cobb, segundo informou o professor J. Honório Rodrigues (*op. cit.*, pág. 13).

A Universidade de Harward publicou um estudo bibliográfico que nos interessa:

A tentative bibliography of Brazilian Belles-Letters by Jeremiah D. M. Ford, Arthur F. Whitten, Maxwell F. Raphael. Harward University, 1931.

Graças ao «Department of Historical Research», da Fundação Carnegie, existe hoje, além dos catálogos franceses das bibliotecas de França, um repositório feito pela missão Leland, que permaneceu longos anos em Paris. O Dr. Waldo G. Leland publicou em 1932 o *Guide to Materials of American History in the Libraries and Archives of Paris*, I vol., Washington, 1932,

XIII, 343 págs. O segundo volume dêsse guia foi publicado em 1943, vol. II, Archives of the Ministry of Foreign Affairs — Washington, 1943. Seu principal autor foi o Dr. John J. Meng, da Catholic University, seguindo-se-lhe o Dr. Waldo G. Leland com o seu assistente Abel Doysie.

José Honório Rodrigues informa que em 1944, na «Biblioteca do Congresso» de Washington, teve oportunidade de reproduzir vários documentos franceses relativos ao Brasil, dos séculos XVI e XVII, copiados na Biblioteca Nacional de Paris e no Instituto de França, documentos êsses tirados dos que foram microfilmados pelas missões americanas.

Alfred Hassel, diretor da Biblioteca da Universidade de Gotinga, publicou uma história das bibliotecas, que Renhen Peiss traduziu, com o título *A history of Libraries*, Washington, 1950.

— A famosa Universidade Católica de Washington recebeu em 1924 doação da preciosa biblioteca que pertenceu ao grande historiador brasileiro Manuel de Oliveira Lima, a qual recebeu o nome de seu eminente doador. A *Biblioteca Oliveira Lima* contém cerca de 40.000 volumes, selecionados cuidadosamente pelo saudoso diplomata. (Ruth E. V. Holmes — *Bibliographical and Historical Description of the Rarest Books in the Oliveira Lima collection at the Catholic University of America*, Washington, 1926).

— Nos Estados Unidos existem várias associações que visam privativamente o estudo da história da Igreja. São elas: *The American Catholic Historical Association*, anexa à Catholic University of America, de Washington, D.C., fundada em 1912, que publica duas revistas: *The American Ecclesiastical Review* e *The Catholic Historical Review*; a *American Catholic Historical Society of Philadelphia*; a *United States Catholic Historical Society of New York*, etc.

Sobre as pesquisas realizadas por norte-americanos na Europa, escreveu Roscoe R. Hill um excelente trabalho: *American Missions in European Archives*, I.P.A.G.H., México, 1951.

CANADÁ

Os Archives Publiques du Canadá (Public Archives of Canada) fundado em 1872, que conserva os arquivos nacionais, abrange as seguintes divisões: manuscritos, mapas, coleções iconográficas, biblioteca, museu histórico e serviço de informações.

A Canadian Catholic Historical Association tem por objeto incrementar os estudos de história católica no Canadá, e The

Canadian Historical Association, fundada em 1922, é de origem oficial e anexa ao *Public Archives of Canadá*.

OUTRAS REPÚBLICAS AMERICANAS

Quase tôdas as repúblicas americanas possuem arquivos e bibliotecas que oferecem interêsse aos estudiosos da história eclesiástica brasileira e em muitas delas a História da Igreja Católica já teve cultores ilustres, e entre êles: na Argentina, os Doutores Carbia e Legon; no Chile, Monsenhor Catopos e José Toribio Medina; no México, o jesuíta Cuevas e Monsenhor Barregas; na Venezuela, Monsenhor Nicolas E. Navarro.

Para a bibliografia dos países da América Latina é conveniente consultar o *Handbook of Latin-American Studies*, do American Council of Learned Societies, em colaboração com a Harvard University Press e a Revista de História da América, do I.P.A.G.H.

ARGENTINA

A Biblioteca Nacional de Buenos Aires, com meio milhão de manuscritos e muitas centenas de milhares de livros, é das mais importantes da América do Sul.

— No ano de 1892 o General Bartolomeu Mitre e um grupo de amigos, entre os quais Dom Alexandre Rosa, Angel J. Carranja, Alfredo Meabe e José Marco del Ponte, fundaram a *Junta de Historia y Numismática Americana*, transformada em 1938 na *Academia Nacional de la Historia* (Antonio Dellepiane: *Una fundación de Mitre, la Junta de Historia y Numismática Americana*, artigo em la *Nación*, de Buenos Aires, edição de 20 de agosto de 1917).

Quando morreu o grande prócer argentino, o Congresso Nacional votou a lei nº 4.943, de 26 de junho de 1906, que mandou adquirir a casa nº 336 da Calle de San Martin, em que habitou o eminente cidadão, para formar com a biblioteca, as coleções, o arquivo e os móveis o *Museu Mitre*. E assim numa das últimas casas de estilo colonial do centro da cidade, foi instalado um importante sodalício de estudos históricos. A biblioteca, que contém cerca de 50 mil volumes, tem toda a sua III Sección dedicada ao Brasil. No arquivo, que possui mais de 150.000 peças, o que mais nos interessa é a coleção colonial. A respeito dela existem duas publicações:

1ª — *Museu Mitre, Catálogo de los documentos de su Archivo Colonial, 1514-1810, Buenos Aires, 1909.*

2ª — Museu Mitre, Archivo Colonial, Tomo I, 1514-1545, Buenos Aires, 1914. Tomo II, 1545-1571, Buenos Aires, 1915. (José Torre Revello: *Museu Mitre*, na *Revista de História da América*, nº 6, agosto de 1939, México, págs. 97 e seguintes).

— A Academia Nacional de la Historia, da Argentina, possui repositório precioso de documentos. Seu presidente, o preclaro Sr. Dr. Ricardo Levene, projeta-se, cercado de admiração em toda a América.

— O Museu Histórico Nacional da Argentina, fundado em 1890, acaba de publicar um importante *Catálogo* em 2 volumes (tomo I, com 565 págs., e tomo II, com 668 págs. Buenos Aires, 1951). Esses dois primeiros volumes tratam do que constitui a seção *Relíquias*. É de esperar da atividade do seu zeloso diretor, Dom José Luis Trenti Rocamora, a publicação, para breve, dos catálogos das três outras seções: *Numismática*, *Arquivo* e *Biblioteca*.

Na República Argentina está bastante desenvolvido o gosto pelos estudos históricos. Já muito têm trabalhado o *Instituto de Investigaciones Historicas*, de Buenos Aires e o sodalício congênere de La Plata. Nas províncias existem o *Instituto Histórico y Disciplinas Auxiliares*, de Mendoza, a *Junta de Historia*, de San Juan; a de *La Rioja* e a de *Corrientes*.

MÉXICO

Além do Archivo General de la Nación, o México possui a importante Biblioteca Nacional, que contém mais de 500.000 volumes, e guarda preciosos manuscritos, oriundos sobretudo da Biblioteca da Catedral e dos conventos desapropriados. Só o convento de São Francisco forneceu 16 mil volumes, e o dos jesuítas, 11.600 livros. Conta a Biblioteca Nacional do México mais de 160 incunábulo e uma opulenta coleção de Biblias. (Juan B. Iguiniz: *La Biblioteca Nacional de México*, na *Revista de Historia da America*, nº 8, abril de 1940, págs. 57-86).

O Archivo General de la Nación, rico em documentos, publica um *Boletim*.

A segunda Universidade da América foi fundada no México pela Real Cédula de 21 de setembro de 1551. A primeira é a de São Marcos, de Lima, de 12 de maio de 1551.

— A cidade do México é sede do notável Instituto Pan-Americano de Geografia e História, que é atualmente um dos mais ativos centros de estudos históricos do Mundo.

A Academia Nacional de História y Geografia, fundada em 1925, com sede na cidade do México, publica um *Boletim*.

Especialmente dedicada a assuntos de história e antropologia é a Biblioteca Central del Instituto Nacional de Antropología y Historia.

Em 1946 foi fundado o «Comité de Historia del Instituto Panamericano de Geografía y Historia», tendo por fim estimular os estudos que se referiam à história das idéias, pensamento e filosofia. Trata-se de um centro cultural de história que poderá muito contribuir para facilitar as investigações que interessam a história da Igreja na América.

Decrição minuciosa das investigações feitas por pesquisadores mexicanos nos arquivos da Europa, deu-no-la Manuel Correa Stampa em *Missiones Mexicanas en Archivos Europeus*, México, D.F., 1949.

URUGUAI

A República Oriental del Uruguay cuida com desvêlo dos assuntos históricos.

O Archivo General de la Nación, fundado em 1888, conserva tôda a documentação oficial em três seções: Colonial (1631-1811); Independência (1811-1839); e Constitucional (1830-1852). Publica a *Revista del Archivo General de la Nacion*.

O Museu Histórico Nacional mantém uma Biblioteca especializada.

A Biblioteca Nacional, de Montevidéu, fundada em 1816 contém cêrca de 300.000 volumes.

O Instituto de Investigaciones Históricas, da Faculdade de Humanidades e Ciências da Universidade da República Uruguiaia, fundado em 1947, dedica-se ao estudo dos problemas históricos do Uruguai e da América. Possui uma Biblioteca especializada em história.

O Instituto Historico y Geografico del Uruguay, que já comemorou o seu centenário, foi fundado em 1843, e publica uma excelente revista.

O Ministério das Relações Exteriores está publicando um *Archivo Histórico Diplomático del Uruguay*, com «Advertencias y notas» de Juan E. Pivel Devoto.

CHILE

Para demonstrar o interêsse dos chilenos pelos estudos históricos, é bastante recordar a figura de D. José Toribio Medina e o apreciado *Boletim de la Academia Chilena de Historia*. Guilherme Monckeberg Barros escreveu um *Ensayo de una Biblio-*

grafia de Historia Eclesiástica de Chile (*Boletín de la Academia Chilena de la Historia*, nº 35, 1946, págs. 95 e seguintes).

O Archivo Nacional de Chile, em Santiago, conserva os documentos oficiais e não oficiais. Foi fundado em 1887. Sobre ele escreveu Ricardo Donoso, na *Revista de História da América*, nº II, págs. 47-78.

— A Biblioteca Nacional de Chile conta cerca de 400.000 volumes e apreciável coleção de manuscritos.

— O Museu Histórico Nacional de Chile possui biblioteca de assuntos históricos, e a Universidade Católica do Chile, dispõe de importante livreria sobre assuntos eclesiásticos.

Ramón A. Laval publicou em 1915 uma *Bibliografía de Bibliógrafos Chilenos*, que foi atualizada em 1930 por Herminio E. de Ochseniög.

EQUADOR

A Academia Nacional de la Historia del Ecuador anteriormente Sociedad Ecuatoriana de Estudios Históricos Americanos, publica um excelente *Boletín*.

O Archivo Nacional de História, de Quito, Equador, compreende 3 seções: Colonial, Gran Colombiana e Republicana. Cada uma delas tem uma subseção relativa aos assuntos religiosos.

Bem classificado e bem catalogado é o Museo Histórico de la Ciudad de Quito.

O Museu de Arte Colonial, que está instalado na antiga residência do Marquês de Villacis, construído no século XVIII, possui, entre outras obras de arte, vários quadros representando Nossa Senhora, do pintor Manuel de Samaniego, uma bela Santa Rosa, do notável artista Bernardo de Legarda e muitos outros quadros e objetos religiosos antigos e modernos.

Do Museu de Arte Colonial, de Quito, o escritor Nicolas Delgado disse: «There can be no doubt about the educational value of this Museum, whether as an instrument of general culture or as aid to the understanding of history and the arts». (Nicolas Delgado — *A Museum of Colonial Art and Historic House* — Museo de Arte Colonial, Quito», em revista *Museum*, vol. V, nº 3, 1952, pág. 167).

COLÔMBIA

A Academia Colombiana de la Historia, fundada em 1902, como instituição oficial já publicou na sua famosa *Biblioteca de História Nacional* 82 volumes, compreendendo: *Memórias histórico-políticas*, de Joaquim Posada Guttierrez; *las Crônicas de Bogotá*, de Pedro Maria Ibáñez; *las Memorias de la vida del Libertador*, de Tomás Cipriano de Mosquera; *el Epistolario de Rufino*

Cuervo, de Luis Augusto Cuervo; los *Gobernadores de Antioquia*, por José Maria Restrepo Sáenz; la *Crónica del magnífico Capitán don Gonzalo Suárez Rendóci*, de Nicolás García Samudio; la *Vida del Mariscal Robledo*, de Emilo Robledo e outros.

A Academia Colombiana de la Historia, que publica o *Boletín de Historia y antigüedades*, além de ser órgão consultivo do Govêrno em assuntos históricos, está encarregada da fiscalização dos textos históricos e da supervisão do ensino da história na Colômbia.

O Archivo Histórico Nacional de Bogotá mantém revista com mais de 68 volumes publicados.

A Colômbia tem-se preocupado em guardar a documentação sôbre a sua história e a da América. Em quase tôdas as províncias há «Centros de Estudios». A respeito das pesquisas realizadas na Europa, dá-nos notícias Enrique Orteja Ricarte em *Misiones Colombianas en los Archivos Europeos*, México, D.F., 1951.

VENEZUELA

É digno de menção o Archivo General de la Nación, de Caracas, que abrange quatro seções: Colonia, Revolución, Gran Colombia e República da Venezuela. Mantém um *Boletín*. A Academia Nacional de la Historia é um ativo centro de estudos. Possui em custódia vários arquivos importantes e entre êles os de Miranda, de Soubllette, de Fermin Toro, e outros.

Manuel Secondo Sanchez escreveu *Bibliografía Venezolanista*. Caracas, 1914; *Contribución al conocimiento de los libros extranjeros relativos a Venezuela y sus grandes hombres*.

PERU

Em Lima existe, no convento dos frades franciscanos, uma coleção de manuscritos sôbre as atividades dos franciscanos na Amazônia. Mais de quarenta *legajos* (maços) guardam material inédito para nós, os quais poderão esclarecer muitos fatos de nossa história eclesiástica.

São conhecidos os trabalhos do Instituto de la Pontificia Universidad Católica del Perú. A chamada *Coleção jesuítica* da Biblioteca da Universidade de Cusco, creio não foi ainda pesquisada por historiadores brasileiros.

Do incêndio que destruiu a Biblioteca Nacional de Lima no dia 10 de maio de 1943, salvou-se milagrosamente o Arquivo Nacional, situado no mesmo prédio. Sôbre êsse importante arquivo escreve o Dr. Horácio H. Arteaga uma notícia, muito minuciosa, no tomo XVI (1944), págs. 180 e seguintes da *Revista del Archivo Nacional del Perú*.

O Instituto Historico del Perú publica uma *Revista Histórica*.

Em Lima está a mais antiga universidade da América: a Universidade Mayor de San Marcos, fundada pela Real Cédula de 12 de maio de 1551. Luis Alberto Sanches: *Revista Nacional de Cultura*, nº 86, 1951, págs. 46 e seguintes).

Roberto Levillier escreveu: *Organization de la Iglesia y ordenes religiosas en el Virreinato del Perú en Siglo XVI*.

PARAGUAI

«É sabido que o elemento étnico principal do povo paraguaio era, e ainda hoje é, o elemento indígena guarani, e pode afirmar-se que o único estado realmente americano, pelos predicados da raça e língua, é a república do Paraguai». São palavras do Visconde de San Januário, em *Missão nas Repúblicas da América do Sul*, Lisboa, 1880, pág. 89.

E, acrescenta o escritor português: «Foi êste povo que o poder jesuítico, com admirável tacto e perseverança, soube amoldar a um estado de civilização relativamente superior, tomando-se por base e núcleo da sua dominação na América do Sul».

Talvez pelas razões acima o Paraguai manteve-se sempre muito isolado do convívio internacional, e foi vítima das ditaduras do Dr. Francia e dos dois Lopes.

«O único govêrno que o Paraguai admitia relação desde 1816 era o Brasil», lembrou o ilustre Embaixador Helio Lobo em *Cousas Diplomáticas*, Rio, 1918, pág. 32. É sabido que foi o Brasil o primeiro Estado que reconheceu a independência do Paraguai. O Paraguai sempre teve um grupo dirigente muito culto. Poderei citar alguns nomes de altas personalidades com os quais tive ocasião de puzar pessoalmente, tais como o Presidente Eusebio Ayala, Luiz A. Riart, que como ministro das Relações Exteriores negociou a paz com a Bolívia, o General José Estigarribia, Justio Pastor Benitez, Juan Stefanich. Desejo lembrar ainda alguns historiadores: Professor Juan Emiliano O' Leary, Manuel Dominguez, Fulgencio R. Moreno, J. Natalicio Gonzalez, Antonio Ramos, Blas Garaz, etc.

Em Assunção está sediado o Archivo Nacional e a Biblioteca Nacional del Paraguay.

O Instituto Paraguayo publica uma *Revista*.

O ilustre escritor José P. Sanchez Labrador, escreveu *El Paraguay Catolico*, Buenos Aires, 1910, 3 volumes.

Um Instituto Paraguayo de Investigaciones Historicas reúne um grupo de estudiosos historiadores que pode bem informar sobre assuntos de História da Igreja Católica no Brasil, especialmente quanto ao capítulo das Missões Jesuíticas.

AMÉRICA CENTRAL

É bastante conhecido o labor intelectual dos povos da América Central. Todos eles têm brilhantes centros de cultura e de investigação histórica. Inúmeros pesquisadores visitaram os arquivos europeus, e estão sendo publicados nas revistas de tôdas aquelas repúblicas valiosos documentos trazidos da Europa, os quais interessam à história da América.

CUBA

Cuba tem um importante Archivo Nacional com 112 anos de existência, o qual publica um excelente *Boletín*.

A Academia de la Historia de Cuba, mantém *Anales*.

No Museo Nacional (História y Bellas Artes) são conservadas preciosas reliquias históricas.

A Hispanic Foundation, da Library of Congress, publicou *Bibliografías Cubanas* de Fivencio Pergo y Sarausa (Washington, 1945). Carlos M. Trelles é o autor da *Bibliografía Cubana del siglo XX*, 2 volumes, 1916.

GUATEMALA

Guatemala tem uma Sociedade de Geografia e História, que publica *Anales*; a Biblioteca Nacional de Guatemala, e o Archivo General del Gobierno que imprime *Revista*.

HONDURAS

O govêrno de Honduras publica em Tegucigalpa a *Revista* do Archivo y Biblioteca Nacionales. O Archivo Nacional, existe desde 1880.

Duas associações se dedicam a estudos históricos: Sociedad de Geografia e História de Honduras e o Instituto Hondureño de História.

COSTA RICA

Costa Rica publica *Revista* dos Archivos Nacionales de Costa Rica. É muito ativa a Academia de Geografia e História de Costa Rica.

NICARAGUA

Nicarágua possui em Manágua o Archivo Nacional que foi muito prejudicado por um incêndio em 1931. A Academia de Geografia e Historia de Nicarágua, publica uma *Revista*.

SÃO SALVADOR

São Salvador mantém um *Boletín* da Biblioteca Nacional. A Academia Salvadoreña de la Historia difunde os conhecimentos históricos.

REPÚBLICA DOMINICANA

A República Dominicana publica um *Boletim* do Archivo General de la Nación e uma «Revista de Academia Dominicana de la História». Luís Floreu Losano escreveu a *Bibliografía de la Bibliographie Dominicaine*, Ciudad Trujillo, 1948.

PÔRTO RICO

Porto Rico possui um Seminário de História e um «Museo de Antropologia, História y Arte anexos à Universidade de Puerto Rico.

A Universidade de Santo Tomas de Aquino, em Santo Domingo de la Isla Española, foi a primeira criada na América, aos 28 de outubro de 1538. A que se instalou em primeiro lugar foi a Real e Pontificia Universidad de México, fundada em 21 de setembro de 1551. A que funcionou ininterruptamente foi a de São Marcos de Lima, fundada pela Real Cédula expedida em Valladolid, em 12 de maio de 1551. (José Almoina — *Revista de História da América*, nº 24, diciembre de 1947, págs. 432 e 437; Luis Alberto Sanchez — *La Universidad Mayor de San Marcos en el cuarto centenario de su fundación*, em *Revista Nacional de Cultura*, nº 86, 1951, págs. 46 e seguintes).

HAITI

Haiti já tem o seu bibliógrafo: Max Bissainthe — *Dictionnaire de Bibliographie Haitienne*, Washington, 1951. Possui Archives Nationales e em Port-au-Prince a Société Haitienne d'Histoire et Géographie.

PANAMÁ

A República de Panamá tem uma Academia Panameña de la Historia, que publica um *Boletín*, e desde 1885 um Archivo Nacional com três seções: História, Administrativa e Judicial.

CENTROS CULTURAIS NA AMÉRICA

Em vários países das Américas têm sido estabelecidos centros culturais com bibliotecas e arquivos, e nêles são estudados os assuntos mais variados da história regional ou continental da América.

Entre outros, além dos citados, a Academy of American Franciscan History; o Instituto Paraguayo de Investigaciones Históricas; o Centro de Investigaciones Históricas de Guaiaquil (Ecuador); o Instituto de Investigaciones Históricas de Trujillo (Rep. Dominicana); o Instituto de la Literatura Argentina, de que é diretor Ricardo Rojas, e que tem publicado muitos trabalhos

sobre folclore; a Junta Mexicana de Investigaciones Históricas do México; o Instituto de Investigaciones Históricas da Argentina; o Centro de Estudos Históricos e a Sociedade Ecuatoriana de Estudos Americanos, de Quito; a Sociedade Patriótica dos Amigos del País de Cuba; o Instituto de Investigaciones Históricas de la Pontificia Universidad Católica del Perú; o Instituto de Investigaciones Históricas, de Montevideu — Uruguai; o Centro de estudios históricos de la Universidad de La Plata.

O Instituto Panamericano de Geografía e História publicou, em 1951, um *Guia de personas que cultivan la historia de América*. Trata-se de um bom guia bibliográfico de historiadores de toda a América. Publicou recentemente, 1953, *O Ensino da História no Brasil*.

Para demonstrar o interesse que os escritores brasileiros têm tido pela cultura das repúblicas americanas, não é preciso mais do que ler o estudo bibliográfico de Daniel S. Wogan — *A Literatura Hispano-Americana no Brasil*, Louisiana State University Press.

VIII

FONTES NOS ARQUIVOS, BIBLIOTECAS E MUSEUS BRASILEIROS

O presente capítulo não tem por objetivo historiar e descrever minuciosamente as bibliotecas, arquivos e museus brasileiros, mas apenas indicar aos que se quiserem dedicar aos estudos da história da Igreja Católica no Brasil os lugares onde poderão encontrar documentação adequada.

I — Os Institutos Históricos

a) INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Fundado a 21 de outubro de 1838, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro assinalou, em primeiro lugar, como um dos objetivos principais de suas atividades futuras:

Coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a História e a Geografia do Brasil.

Acorde com a obrigação estatutária, assim definida, o primeiro secretário de então apressou-se em obter o apoio do Governo Imperial, indispensável às investigações nos arquivos europeus. Não tardaram as providências oficiais. Achava-se, em 1839, adido à Legação Imperial de Washington o diplomata José Maria do Amaral, que decreto da Regência transferiu para Lisboa. «O fim principal de tal remoção», afirmara êle em carta de 15 de agosto de 1840 ao Cônego Januário da Cunha Barbosa, secretário do Instituto, que a promovera, «é encarregar-me de coligir documentos que possam interessar à História do Brasil, na conformidade das instruções que me enviar o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com o qual deverei corresponder-me diretamente».

Uma vez iniciada a colaboração da diplomacia patrícia continuaria por longo prazo a opulentar as coleções do Instituto, mercê dos esforços de competentes pesquisadores, do porte de Francisco Adolfo Varnhagen, mais tarde Visconde de Porto Seguro, que se imortalizou como autor da primeira *História Geral do Brasil*, escrita por brasileiro; de Antônio de Meneses Vasconcelos Drumond, ministro plenipotenciário em Portugal; João Francisco Lisboa, escritor de renome; Antônio Gonçalves Dias, poeta laureado; Joaquim Caetano da Silva, de vasto saber, que não se contentou com a documentação portuguesa, e foi esquadriñar o Arquivo Real de Haia, donde tornou com oito volumes de cópias preciosas; J. Franklin Massena, em 1864; Medeiros e Albuquerque, em 1880; Oliveira Lima, sobretudo quando ministro em Londres; Norival de Freitas; Pedro Souto Mayor, etc., todos pesquisadores ilustres, muito enriqueceram os Arquivos do Instituto Histórico.

Atuavam todos eles a serviço do Instituto Histórico, embora por incumbência do Imperador D. Pedro II, que lhes conferia encargos diplomáticos, ou os subvencionava do seu bolso particular.

Max Fleiuss, o saudoso secretário perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sobre o assunto, escreveu para o *Boletim* da Academia Nacional de la História da República Argentina, um excelente relato: *Instituto Histórico y Geográfico Brasileño — Cien años bien vividos*, vol. XI, 1938, págs. 281 e seguintes.

Virgílio Corrêa Filho, em *Missões Brasileiras nos Arquivos da Europa*, México, D.F., 1952, estudou as iniciativas do Instituto Histórico na realização de pesquisas nos Arquivos europeus. Já em 1949, em *Revista de História de América*, nº 21, págs. 45 e seguintes, este historiador escreveu sobre *O Desenvolvimento dos Estudos Históricos no Brasil*. Na mesma *Revista*, nº 31 de junho de 1951, Virgílio Corrêa Filho publicou um excelente estudo sobre as *Atividades Brasileiras nos domínios da História*.

O Professor José Honório Rodrigues tratou do assunto em dois dos seus excelentes trabalhos: *As Fontes da História do Brasil na Europa*, Imprensa Nacional, 1950; e *A Pesquisa Histórica no Brasil*, Imprensa Nacional, 1952.

Da produção dos pesquisadores enviados à Europa pelo Instituto Histórico, resultou o aumento continuo de suas coleções com os «documentos mandados copiar pelo Sr. Pedro II», cujo catálogo se refere aos originais encontrados na Torre do Tombo, na Academia Real das Ciências, na Biblioteca de Évora e no Conselho Ultramarino. A publicação de parte dos índices no tomo LXII da *Revista* do Instituto Histórico alonga-se por 185

páginas e há de conter mais de dois mil e trezentos documentos desde simples carta de uma fôlha até memoriais a respeito de assuntos relevantes.

A coleção da Revista do Instituto Histórico é um manancial precioso para a história da Igreja Católica no Brasil. Algumas indicações: A correspondência oficial trocada entre as autoridades de Lisboa e os encarregados do Governo regional se juntam as cartas e escritos vários dos próprios religiosos, que dão o seu depoimento acêrca dos problemas formulados. Desavenças entre o bispo e o ouvidor (tomo 6º); apreciação do caráter do bispo do Maranhão e cônica dos bispos da América Portuguesa (tomo 2º) não são as únicas referências à chefia episcopal, versada, demais a mais, em outros capítulos.

Aos religiosos de menor hierarquia se aplicam inúmeros escritores, que tratam do concurso dos frades das Mercês, dos Carmelitas calçados (tomo 3º), da Piedade, da Conceição (tomo 2º).

Mais vultosa, naturalmente, será a parte relativa aos jesuítas, que maior influência exerceram na evolução do Brasil, desde a carta do Padre Nóbrega a el-rei, de 14 de setembro de 1551, até a expulsão da companhia, de que se occupam o tomo 3º, do Conselho Ultramarino e o tomo 11 da Torre do Tombo. Notícias a respeito dos jesuítas presos, dos bens sequestrados, dos rendimentos e despesas das fazendas que lhes pertenceram, pela estimativa de 28 de julho de 1765; do catálogo dos missionários. Índices dos papéis dos cartórios dos jesuítas, encontram-se no vol. I — Maranhão. O tomo 10 da Torre do Tombo, após as informações acêrca do arcebispado da Bahia, transcreve os papéis relativos ao Padre Antônio Vieira, desde o breve do Papa Clemente a seu favor até o parecer conhecido pela denominação de «Papel Forte». Outros volumes trazem o histórico da Companhia de Jesus, que o marquês de Pombal forcejou por aniquilar de todo. O tomo LVII, na parte 1ª publica um manuscrito eborense. o Códice CXVI: *Trabalhos dos primeiros Jesuítas no Brasil*; e na parte 2ª o estudo de José Luiz Alves: *Os claustros e o clero do Brasil*. Escreveram-lhe a crônica os Padres José de Moraes (tomos 3º, 4º e 5º), Jacinto de Carvalho (tomo 8º), Domingos de Brás (tomo 13). O tomo LXIII, parte 1ª contém a correspondência do Bispo do Rio de Janeiro, Dom Frei Antônio do Desterro com os governadores da Metrópole — 1754 a 1800.

Há, pois, abundância documental que interessa à história religiosa do Brasil, como igualmente nas cópias obtidas em Haia por J. Caetano da Silva para o estudo do período correspondente ao domínio holandês. Daí se poderá talvez apreciar a attitude do bispo da Bahia, Dom Marcos Teixeira, que, tendo assumido o

govêrno, vago por terem os holandeses prendido o Governador Diogo de Mendonça, achando-se ausente Matias de Albuquerque, indicado como sucessor na via de sucessão, organizou a defesa e lutou bravamente contra os invasores.

Especialmente aos jesuítas se referem os documentos enumerados por J. Franklin Massena, por volta de 1864, nos arquivos da Companhia em Roma, e cujas cópias doou ao Instituto.

Ulteriormente, em Portugal, por volta de 1880, o Dr. Campos Medeiros (José Joaquim de Campos da Costa Medeiros e Albuquerque), incumbido pelo ministro do Império de «consultar na Torre do Tombo os originaes das *bulas e breves pontificios* que interessassem à Igreja brasileira», compôs o catálogo respectivo, oferecido por seu enteado Max Fleiuss ao Instituto Histórico, que o estampou no tomo 62 da sua *Revista*.

Com o apoio do Instituto foi à Holanda o Porfessor José Higino Duarte Pereira, que de Haia, em carta de 22 de outubro de 1885, lhe respondeu à interpelação:

«Sim, no arquivo público de Haia, além dos documentos que o finado Dr. J. C. da Silva fez copiar para o Instituto do Rio de Janeiro, e que são pouco mais ou menos os mesmos do que se serviu Netscher para escrever a sua *História dos Holandeses no Brasil*, existe uma enorme quantidade de outros que não foram ainda aproveitados, nem sequer examinados.

«Os documentos consultados por J. C. da Silva são os que pertenciam ao arquivo dos Estados Gerais, e as peças a que me refiro são as que pertenciam ao arquivo das Índias Ocidentais, o qual sômente em 1859 foi recolhido ao arquivo de Haia, e portanto muitos anos depois da visita de J. C. da Silva a êste estabelecimento e da publicação do livro de Netscher. Atualmente o Arquivo Público de Haia possui em documentos concernentes ao Brasil dez vêzes mais do que continha em 1854, e êsses documentos são do maior valor histórico, atentos a sua origem e natureza».

Como, porém, ao Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano devera a inciativa da sua comissão, para lá destinou José Higino as cópias obtidas e o relatório das pesquisas realizadas em Haia, que a sua *Revista* divulgou pelo tomo 30.

Mais tarde, ainda conseguiu o Instituto enviar a Portugal, em 1907, o Dr. Norival de Freitas, com o fim de «visitar os principais arquivos e bibliotecas daquele país, quer públicas, quer particulares, de Lisboa, Porto, Coimbra, e Évora».

Na Torre do Tombo, promoveu a cópia do «volumoso processo do Padre Manuel de Moraes, teólogo paulista que foi en-

carcerado pela Inquisição, além de regimentos que norteariam a atuação de autoridades nomeadas para o Brasil.

Propósitos análogos levaram o Dr. Pedro Souto Maior a Sevilha, como delegado do Instituto perante o Congresso de História Hispano-Americana, em abril de 1914. Ultimadas as sessões, permaneceu ainda na capital andaluza, a «colher documentos referentes ao Brasil no arquivo das Índias», conforme indica a relação estampada no tomo 80 da *Revista*.

Ao Imperador Dom Pedro II, seu imortal protetor, que assistiu a 506 sessões do Instituto Histórico, deve o centenário sodalício boa parte das iniciativas para as pesquisas nos arquivos da Europa. Graças à munificência do imperador, a *Revista* do Instituto pôde então publicar numerosos documentos, inúmeras cartas dos jesuítas, dos séculos XVI e XVII, e que tanto esclareceram fatos relacionados com a Igreja no Brasil. Entre elas o tomo 4º, págs. 111 e seguintes, publicou a carta que o Padre Antônio Vieira escreveu a el-rei sobre as Missões jesuíticas do Ceará, do Maranhão, do Pará e do Amazonas.

O arquivo do Instituto, porém, não se limitou às cópias conseguidas pelos pesquisadores, que se esforçaram por dotá-lo de peças informativas derivadas das melhores fontes.

Possui também, avulsas ou em coleções feitas por quem lhes deu o nome, preciosos documentos de Amaro Cavalcante, Barão de Cotegipe, Barão de Loreto, Barão de São Borja, Cândido de Oliveira, Conde de Afonso Celso, Conde d'Eu, Conselheiro Azambuja, Conselheiro Francisco Belisário, Conselheiro T. de Alencar Araripe, Conselheiro Saraiva, D. Antônio de Macedo Costa, Desembargador Sousa Pitanga, Duque de Caxias, General Bormann, General Osório, José Bonifácio, José Tomás de Porciúncula, Lima Drummond, Luís Aleixo Boulanger, Luís Rodolfo Cavalcanti de Albuquerque, A. J. Macedo Soares, Manuel Barata, Marechal Andreia, Marechal Solon, Marquês de Olinda, Marquês de Paranaguá, Martins Francisco, Max Fleiuss, Padre Gay, Ramiz Galvão, Senador Nabuco, Varnhagen, Vautier, Werneck, Vieira da Silva, Visconde de Caravelas, Visconde de Maracaju, Visconde de Ourém, Visconde de Ouro Preto, etc.

Abrangem tais coleções cópias e originais esclarecedores de fatos de que participaram os colecionadores, muitos dos quais exerceram posições de relêvo na política e administração do país. Acondicionados em latas, que os poupam de maior deterioração, acham-se definidos por fichas, que modernamente os vão classificando por assunto, por autor e pelo título, quando o possuam. Simples e rápida análise do fichário bastará, desta maneira, para

orientar a escolha das peças apropriadas à pesquisa em andamento.

A catalogação já abrange cerca de 35.000 documentos, guardados em 464 latas, e permite prontamente ao interessado ter à mão o papel de que necessita para suas investigações.

A escassez de recursos tem impedido o Instituto Histórico de completar os índices de muitos milhares de documentos existentes em seus arquivos.

A biblioteca especializada em assuntos históricos possui mais de 120.000 volumes, entre os quais se encontram raridades inestimáveis.

Foram publicados até 1953 duzentos e quinze volumes da *Revista*.

— Existe no Instituto Histórico uma *Arca de Sigilo*, onde são guardadas «as notícias históricas contemporâneas que alguém queira enviar ao mesmo Instituto, notícias que virão lacradas em cartas e só serão abertas no tempo que seu autor o determinar». As palavras entre aspas são as que usou o sócio Dr. Francisco Freire Alemão, propondo, em sessão de 9 de dezembro de 1847, a criação da *Arca de Sigilo*.

O Regulamento do precioso cofre foi aprovado na sessão de 30 de agosto de 1850.

Últimamente foram abertos os quatro volumes das memórias do Visconde de Taunay, guardados na *Arca de Sigilo* desde 26 de agosto de 1892.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro promoveu vários Congressos de História Nacional, publicando os respectivos Anais que contêm material valioso para a História da Igreja Católica no Brasil.

O I Congresso de História Nacional realizou-se em 1914; o 2º certame promovido pelo Instituto Histórico foi internacional, em comemoração da independência do Brasil e é de 1922; o 3º foi o II Congresso de História Nacional, realizado em 1931; o 4º foi o Congresso Pan-Americano de Geografia e História, de 1932; o III Congresso de História Nacional realizou-se em 1938; e o IV, em 1949.

Dona Bertha Leite, conceituada paleógrafa lusitana, enviou para o IV Congresso de História Nacional, excelente estudo sobre o primeiro bispo do Brasil, Dom Pedro Fernandes Sardinha. A documentação reunida por Dona Bertha Leite é «o monumento mais completo até agora levantado à memória de Dom Pedro Fernandes Sardinha» afirmou o historiador lusitano Luís Silveira, relatando a tese no aludido certame.

É muito valiosa a bibliografia sôbre o primeiro bispo do Brasil apresentada pela autora no final da dissertação e publicada na página 601 e seguintes do sétimo volume dos Anais do IV Congresso de História Nacional.

Em *Páginas Brasileiras*, do ilustre historiador Max Fleiuss, encontra-se um estudo minucioso sôbre as pesquisas históricas feitas por historiadores na Europa. (Max Fleiuss — *Páginas Brasileiras*, Rio de Janeiro, 1919, págs. 215 e seguintes).

No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, um valoroso grupo de historiadores cultiva com ardor a História do Brasil, pesquisando constantemente em seus valiosos arquivos e transmitindo em sessão ou na *Revista* o resultado de seus estudos. É, aliás, a tradição do nobre sodalício. Em todos os tempos houve sempre um pugilo de sócios dedicados que faziam seus trabalhos orientados pelos métodos que hoje constituem a heurística. Basta lembrar um tópico de um parecer assinado em 19 de junho de 1874, pelo Barão Homem de Melo: «Está de uma vez condemnado o systema de escrever a historia pela simples tradição, sem provas, sem justificação dos fatos à luz dos monumentos do passado» (*Revista trimestral*, do Instituto Histórico, tomo XXXVII, parte segunda, 1874, pág. 398).

O ilustre historiador Dr. José Vieira Fazenda, que foi bibliotecário do Instituto Histórico, escreveu um excelente estudo sôbre o velho sodalício, que êle intitulou: *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — Subsidios para a sua Historia*, 1838-1911, e foi publicado na *Revista do Instituto*, no tomo LXXIV, parte II, págs. 277 a 439.

b) INSTITUTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS DOS ESTADOS

Todos os Estados brasileiros possuem Institutos Históricos e Geográficos, e alguns dêles além do sodalício sediado na Capital contam outras associações de cultura histórica em cidades do interior. Além da Biblioteca e do Arquivo, não raro possuem pequenos museus históricos e etnográficos.

As Revistas publicadas pelos Institutos Históricos contêm importante material para a história da Igreja Católica no Brasil, notadamente as dos Institutos de São Paulo, Bahia, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Sul, etc.

Em seguida damos a lista dos Institutos Históricos existentes nos Estados da Federação:

Instituto Hist. e Geog. do Amazonas	Manaus — Amazonas
Instituto Hist. e Geog. do Pará	Belém — Pará
Instituto Hist. e Geog. do Maranhão	São Luís — Maranhão

Instituto Hist. e Geog. do Ceará	Fortaleza — Ceará
Instituto Hist. e Geog. do Rio Grande do Norte	Natal — Rio Grande do Norte
Instituto Hist. e Geog. Paraibano ..	João Pessoa — Paraíba
Instituto Hist. e Geog. de Alagoas ..	Maceió — Alagoas
Instituto Archeológico, Hist. e Geog. de Pernambuco	Recife — Pernambuco
Instituto Hist. e Geog. de Sergipe ..	Aracaju — Sergipe
Instituto Geog. e Hist. da Bahia	Salvador — Bahia
Instituto Hist. e Geog. do Espírito Santo	Vitória — Espírito Santo
Instituto Hist. e Geog. de São Paulo	São Paulo
Instituto Hist. e Geog. de Santos ..	Santos — Estado de São Paulo
Instituto Hist. e Geog. de M. Gerais	Belo Horizonte — Minas Gerais
Instituto Hist. e Geog. Paranaense ..	Curitiba — Paraná
Instituto Hist. e Geog. de Paranaguá	Paranaguá — Estado do Paraná
Instituto Hist. e Geog. de Santa Catarina	Florianópolis — Santa Catarina
Instituto Hist. e Geog. de M. Grosso	Cuiabá — Mato Grosso
Instituto Hist. e Geog. do Rio Grande do Sul	Porto Alegre — Rio Grande do Sul
Instituto Hist. e Geog. de Goiás	Goiânia — Goiás
Instituto Hist. de Petrópolis	Petrópolis — Estado do Rio
Instituto Hist. e Geog. Acreano	Rio Branco — Território do Acre
Instituto Hist. e Geog. de Campina Grande	Campina Grande — Paraíba
Instituto Geog. e Hist. Piauiense	Terezina — Piauí
Instituto Hist. e Geog. do Rio de Janeiro	Niterói — Estado do Rio
Instituto Hist. e Geog. de Ouro Preto	Ouro Preto — Est. de Minas Gerais
Instituto Hist. e Geog. de Goiana ..	Goiana — Estado de Pernambuco
Instituto de Geografia e História Militar do Brasil	Rio de Janeiro

Desejo prestar aqui uma homenagem especial a três grandes animadores de estudos históricos: o Dr. Guilherme Studart, Barão de Studart, fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará; o Dr. Max Fleiuss, por quarenta e cinco anos secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e o Dr. Bernardino J. de Souza, do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

II — Arquivos Públicos

a) ARQUIVO NACIONAL DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Foi na regência do Império, a 2 de janeiro de 1838, que Pedro de Araujo Lima e Bernardo Pereira de Vasconcelos baixaram o decreto, criando o Arquivo Público. Teve assim início uma das instituições mais importantes da vida cultural do país.

Inicialmente subordinado à secretaria do Império, passou o Arquivo Público a ter existência própria em 1840, quando a sua direção foi entregue interinamente a Ciro de Brito, que, efetivado no cargo, o exerceu de 1840 a 1857.

O enriquecimento dêste arquivo processou-se lentamente. Em primeiro lugar, foram colecionadas as cópias de documentos procedentes das diversas secretarias de Estado. Em seguida, a direção do Arquivo, por meio do Ministério do Império, pediu a colaboração dos Presidentes das Províncias a fim de reunir as peças mais importantes relativas à história do Brasil.

Tal empreendimento deveria alargar-se, indo além de nossas fronteiras. O Brasil, durante trezentos anos, vivera sob o domínio de Portugal. Era justo que o Arquivo Público tivesse cópias de importantíssimos documentos existentes na Torre do Tombo, que muito interessavam os nossos historiadores. Neste sentido, foram tomadas as providências mais necessárias que as circunstâncias exigiam.

O Arquivo Nacional, pelas preciosíssimas coleções de documentos que possui, constitui uma das fontes mais importantes para a história da Igreja Católica no Brasil.

Descrevendo o acervo documental do Arquivo Nacional, o ilustre Diretor Alcides Bezerra disse: «As bulas, breves e letras apostólicas expedidas pela Santa Sé; grande cópia de outros documentos eclesiásticos, guardados em cerca de 70 caixas de folha de Flandres, sem o exame metucioso dessa rica documentação, é impossível escrever-se a história das relações entre a Igreja e o Estado no país». (*O Arquivo Nacional — Breve notícia histórica*, por Alcides Bezerra, Diretor — Rio de Janeiro, 1938, página XXVIII).

É justo recordar que, entre os diretores do Arquivo Nacional, todos êles brasileiros eminentes, destacam-se Joaquim Caetano da Silva que foi, sem dúvida, um dos grandes eruditos de nossa Pátria, Alcides Bezerra, consagrado historiador, e o atual diretor, Dr. Eugênio Vilhena de Moraes, que pela sua inteireza moral, cultura e operosidade tem eficientemente dirigido a notável instituição.

O Arquivo Público Nacional possui importante biblioteca, cujo catálogo foi publicado em 1911.

(Alcides Bezerra — *Breve notícia histórica do Arquivo Nacional*, 1838-1938 — Rio de Janeiro. MCMXXXVIII).

Graças à boa vontade do ilustre Dr. Vilhena de Moraes, podemos publicar em seguida uma resenha de documentos de assuntos eclesiásticos e que podem interessar a quem desejar escrever sobre a história da Igreja Católica no Brasil.

ARQUIVO PÚBLICO NACIONAL

VERBETES DOCUMENTAIS INÉDITOS

Coleção Eclesiástica

- 1 — Vol. 1 — DIOCESE DA BAHIA — 8.363 docs. — Informações, comunicações, nomeações, provimentos, provisões, participações de casamentos, falecimentos, apresentações de vigários, licenças, colações, processos de oposições, denúncias, permutas de freguesias, concursos e nomeações de cônegos, orçamentos de despesas e melhoria de ordenados.
1827-1887.
- 2 — Vol. 2 — CORPO ECLESIASTICO DO EXÉRCITO — Nomeações, promoções, demissões, reformas e reversões.
1841-1889.
- PARÁ — Impedimento de pagamentos, pagamentos de cõnguas, propostas para Lente de Canto Gregoriano, desistências de cargos, propostas de cônegos, processos de oposições, denúncias, renúncias, transuntos de Bulas Apostólicas de Confirmação Canônica, provimentos de igrejas, efetividade no magistério, propostas, permutas de freguesias.
1811-1886.
- MINAS GERAIS — 1.513 docs. — Apresentação de padres, processos de oposições, acontecimentos ocorridos nas Igrejas católicas promovidos pelos maçons, procedimentos de párocos, falecimentos, provimentos, beneplácitos e breves, aumento de vencimentos, nomeações, Instituto dos meninos surdos, cegos e mudos, provimentos, informações, renúncias, propostas, concursos, aposentadorias.
1824-1889.
- 3 — Vol. 3 — DIOCESES DE MARANHÃO — 1.521 docs. — Ceará — Alagoas — Paraíba — Sergipe — Espírito Santo — Mato Grosso — Goiás — Pernambuco e Província do Rio Grande do Norte.
- 1.º — Propostas de apresentações de padres para diversas Freguesias;
2.º — Processos de oposição;
3.º — Licenças para casamentos.
1825-1888.
- 4 — Vol. 4 — DIOCESE DE SÃO PAULO — Licenças, requerimentos, informações, apresentações, ofícios, nomeações, prorrogações de provimentos, processos.
1869-1880.

PERNAMBUCO — 2.587 docs. — Telegramas, apresentações, processos de oposições, atestado de conduta, relação nominal de Vigários e Freguesias.

1842-1889.

- 5 — Vol. 5 — DIOCESE DO RIO DE JANEIRO — 1.112 docs. — Pedidos de remoções de Bispos, aprovação da criação de Bispados, mapas circunstanciados de batizados e casamentos, licenças, nomeações de cônegos, referência e conflitos de jurisdição entre bispos, informações referentes a emolumentos.

1830-1877.

- 6 — Vol. 6 — DIOCESE DO ESTADO DO RIO — 2.769 docs. — Beneplácitos e breves de casamentos, idades, licenças diversas, perpétua Secularização e Habilitação, nomeações, dispensas de ilegitimidades. Impedimentos de consanguinidade, isenção de jurisdição, dispensas, aprovação de estatutos e distintivos.

1828-1872.

- 7 — Vol. 7 — DIOCESE DE SÃO PAULO — 612 docs. — Registro de apresentações, nomeações, petições e promoções de Coadjuutores e Vigários, para diversas Freguesias.

1809-1825.

- 8 — Vol. 8 — BISPADOS DO RIO DE JANEIRO — 1.294 docs. — Bula de apresentação de Bispos, renúncia de Coadjuutores, pensões de Padres, breves de secularização, dispensa de certos casos de casamento, de diversas Freguesias.

1810-1876.

- 9 — Vol. 9 — DIOCESES DE SÃO PAULO — 1.686 docs. — Minas Gerais — Rio de Janeiro — Paraná — Espírito Santo — Rio Grande do Sul.

Batizados, casamentos, missas, provisões diversas, provisões de sacerdotes estrangeiros, promoções e nomeações de vigários e professores, cartas de cônegos e monsenhor, nomeações da capela Imperial.

1842-1889.

- 10 — Vol. 10 — DIOCESES DE MATO GROSSO — 1.666 docs. — Goiás — Bahia — Rio de Janeiro — Rio Grande do Sul — São Paulo e Minas Gerais.

Pedidos de permutas e transferências de Freguesias — Apresentações de Paróquias — concedendo honras de cônego e permutas de Freguesias. — Dec. de mercê a dignidade de Deão — apresentando cadeiras de cônego. 1608-1873.

TOTAL : 24.123 docs.

Documentos Eclesiásticos da Col. de Portugal

- 11 — Vol. 11 — Consciência e Ordens — Beneficiados, Capelas, Bispos (Bragança Elvas Algarves); Negócios Eclesiásticos, Vínculos e Capelas (Doações Legitimações); Domínios; Catedrais; Cabidos e Irmandades; Vigararias; Recursos. 1419-1878.
- 12 — Vol. 12 — Domínios, Consciência e Ordens; Beneficiados. 1793-1820.
- 13 — Vol. 14 — Domínios — Recursos — Conventos. 1810-1815.

Documentos Eclesiásticos da Col. Desembargo do Paço

- 14 — Vol. 17 — Vigararias — Rio de Janeiro; Minas Gerais, São Paulo; Arcebispado de São Paulo, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo; Criação de Freguesias; Ceará, Alagoas, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraíba do Norte, São Paulo, Município Neutro, Espírito Santo, Bahia; Irmandades: Alagoas, Rio de Janeiro, Pernambuco, Piauí, São Paulo, Rio Grande do Sul, Sergipe; Documentos de natureza jurídica, referentes a Irmandades; Irmandades e Confrarias: Minas Gerais, Mato Grosso, Ceará, Bahia, Pará, Paraíba do Norte; Docs. diversos: Bahia, provedores: Bahia, Pernambuco, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Piauí, Rio de Janeiro, Alagoas, Paraíba do Norte, São Paulo, Santa Catarina, Sergipe. Provedores — Objetos. Rio Grande do Sul, Ceará, Rio Grande do Norte. 1803-1922.
- 15 — Vol. 19 — Catedrais; Maranhão, Mariana, Goiás, Mato Grosso, Bahia, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Vigararias, etc. 1809-1879.
- 16 — Vol. 21 — Consciência e Ordens (Beneficiados, Conventos e Capelas). 1808-1829.
- 17 — Vol. 35 — Pastoral do Bispo do Rio de Janeiro, D. Francisco de S. Jerônimo. 1719.

Documentos Eclesiásticos da Col. Cartas Régias

- 18 — Vol. 47 — Nomeações e Provisões de Capelães. 1762-1781.

- 19 — Vol. 48 — Nomeações e Provisões de Capelães.
1723-1793.
- 20 — Vol. 49 — Nomeações e Provisões de Capelães.
1752-1790.
- 21 — Vol. 50 — Nomeações e Patentes de Capelães.
1771-1786.

Bulas e Cartas Pontifícias dos Papas

Pios P. P. IX — Gregorius P. P. XVI — Pios P. P. VII
S. P. Leão XII — Clemente XII — Anos de: 1798 a 1866.
99 bulas e cartas.

* * *

- 1 — Compromisso da Santa Casa de Misericórdia de São João del Rei.
2 — Idem de Nossa Senhora do Terço da mesma cidade. 1809.
3 — Idem da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos, em Minas.
4 — Idem do Santíssimo Sacramento do arraial do Desembarque, em Minas.
5 — Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento de N. S. da
Conceição de Santarém, na Bahia.
6 — Idem da Irmandade do Santíssimo Sacramento de N. S. da Abadia
do Rio Real da Prata, na Bahia. Anos de: 1809 e 1919.

ARQUIVO PÚBLICO NACIONAL

ASSUNTOS ECLESIÁSTICOS

Códices existentes na Seção Histórica do Arquivo Nacional

Extr. do catálogo dos livros da mesma Seção, in vol. XIII das Publicações
Ano 1913

	Volumes
1 — Beneficiados	120
2 — Beneplácitos	272
3 — Bens de Corporações Religiosas	246
4 — Bispados	f. 13
5 — Bispo do Rio de Janeiro (Atos do)	94
6 — Bispo (Rio de Janeiro)	60
7 — Breves. F. 13 e Ns. 225 e	272
8 — Bulas	f. 13
9 — Bulas (Pará)	101
10 — Campos de Goitacazes (Bens de Corporações Religiosas e Do- natários da Coroa) ..	246
11 — Capelas	117
12 — Capelas dadas	241
13 — Capelas (Criação e ereção de)	120
14 — Cativos (Ordem de Redenção dos)	231
15 — Caridade (Casas de)	120
16 — Casas Pias	117
17 — Catedrais	120

18 — Colégio Patriarcal da Igreja de Lisboa	256
19 — Congregação Camararia da Santa Igreja de Lisboa	256
20 — Congregação Camararia de Lisboa	262
21 — Côngruas	64
22 — Constituições Eclesiásticas	f. 13
23 — Consultas (Junta da Bula da Cruzada)	227
24 — Conventos	120
25 — Correspondência entre o Patriarca e Monsenhor Horta	301
26 — Cruzada (Junta da Bula da) F. 19, Ns. 227 e	256
27 — Eclesiásticas (Dignidades)	127
28 — Eclesiásticos (Assuntos)	271
29 — Eclesiásticos (Licenças a)	225
30 — Graças Honoríficas	14
31 — Horta (Monsenhor). Correspondência com o Patriarca	301
32 — Igreja da Casa de Bragança	269
33 — Igreja de Lisboa (Colégio Patriarcal da)	256
34 — Igreja de Lisboa (Congresso Camararia da Santa)	256
35 — Igrejas (Consciência e Ordens). Ns. 120 e	193
36 — Igrejas dadas	240
37 — Irmandade dos Passos de N. S. Jesus Cristo. Ns. 201 e ..	229
38 — Irmandade. Ns. 117 e	120
39 — Letras apostólicas	f. 13
40 — Mercenários do Pará (Bulas sobre os)	101
41 — Mercenários (Ordem dos)	231
42 — Nomeações de Ministros, Conselheiros, Arcebispos, Bispos, Senadores, Presidente, etc.	f. 12
43 — Nunciatura	271
44 — Ordens Terceiras. Ns. 117 e	120
45 — Ordinária Eclesiástica	60
46 — Papa (Correspondência, etc.)	271
47 — Patriarca (Correspondência do ... com Monsenhor Horta) ..	301
48 — Prelazias	f. 13
49 — Religiosa (Evolução)	f. 10
50 — Religiosos Mercenários. Pará	102
51 — São Paulo (Mapa do Bispado de)	136
52 — Vigararias	120
53 — Vigário Geral do Bispado	60
54 — Vínculos	117

ARQUIVO NACIONAL DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

ASSUNTOS ECLESIASTICOS

1.^o parte do Catálogo

Consciência e Ordens (Arquivo do Tribunal da Mesa de) —
Índices diversos. 3 volumes.

1.^o volume — Ordens militares. Provedoria de bens de De-
funtos e Ausentes. Serventias de Offícios. Empregados do
Tribunal. Recursos. Catedrais. Vigararias. Registro de Con-
sultas (Livros 1 a 13).

2.^o volume — Registro de Provisões. Irmandades. Registro,
Cartas e Alvarás (I: livros 1 a 13; II: Criações de Fre-

guesias e Capelas; Criações e desmembrações de Freguesias e Capelas, e outros objetos diversos; Irmandades, Ordens Terceiras e Casas de Caridade; Beneficiados e Conventos.	
3.º volume — Registro de Provisões (Objetos gerais). Ereções de Capelas.	
Vide mais os índices dos volumes ns. 186 a 195.	
Registro de Beneplácitos a Breves. Com índice. Livro 2.º, 1ª Seção	1851-1856
Livro de Lançamentos de Décimas e Quintos dos Bens das Corporações Religiosas e Donatários da Coroa, de São Salvador dos Campos de Goitacazes	1799-1800
Colônia do Sacramento (Nova). 7 volumes	1739-1777
(Registros de Cartas; Têrmos; Ordens; Passaportes; Portarias e Provisões do Bispo do Rio de Janeiro; Patentes e Provisões Régias; Registro de Nomeações, Bandos Patentes, e Ordens, pelo Governador; Numbramentos pelos Mestres de Campo dos Têrços; Requerimentos e Despachos; Passaportes pelo Ministro da Marinha; Alvarás; Registro e originais de Patentes Régias e do Governador; Provisões pelo Governador; Bandos, Nombramentos, etc., pelo Governador; Datas de terra; Atos do Vice-Rei; Editais; Portarias; Registro e Originais de Cartas Régias; Pregões; Instruções; Ordens do Vice-Rei; Provisões pela Junta da Fazenda e Conselho Ultramarino; Leis; etc.).	
Provedoria da Fazenda. (Registro de original da). Volumes 5.º a 45.º	1645-1788
Livro 5.º — (Registro das Provisões, Alvarás, etc., com pagamento da ordinária eclesiástica ou ordenados, e das fôlhas de pagamento da Provedoria Mor da Bahia, registradas pelo Escrivão da Fazenda Real. Com um esboço de índice no começo)	
Livro 12.º —; Provisões do Vigário Geral do Bispado: Condições de contratos, etc.	1685-1689
Livro 18.º — Registro de Alvarás, Patentes Provisões, Régias e do Bispo e Governador; Nomeações pelo Conselho Ultramarino; Numbramentos; Cartas Regias; Portarias, Bancos e Ordens do Governador; Sesmarias; Fôlhas Eclesiásticas e Seculares de pagamentos; Cartas de propriedade; Petições; Têrmos de homenagem; Autos de posse, etc.	1710-1718
Livro 20.º —; Provisões do Cabido e Bispo; Numbramentos; Autos; Formulários; Fôlhas de pagamento, etc. ..	1720-1726
Licenças para Eclesiásticos requererem Breves	1823-1840
Registro de Beneplácitos a Breves. Com índice. Livro 2.º, 1ª Seção	1851-1856
Pará (Grão), Registro de Cartas Régias, Provisões, Ordens Régias, Decretos e Atos relativos ao Pará. 2 volumes	1769-1799
Livro 1.º —; Bulas sôbre os Mercenários, etc.	1769-1798
Livro de Lançamentos de Décimas e Quintos dos Bens das Corporações Religiosas e Donatários da Coroa, de São Salvador dos Campos de Goitacazes	1799-1800
Desembargo do Paço (Mesa do) e Consciência e Ordens. Índices. 4 volumes.	

4.^o volume — Recolhimentos, Casas Pias, Irmandades, Ordens Terceiras e Compromissos. Vínculos e Capelas. Doações. Cadeiras de Instrução Pública, primária e secundária. Objectos gerais. Empregados do Tribunal do Desembargo do Paço e Consciência e Ordens. Representações. Licenças para vários objetos.

Consciência e Ordens (Arquivo do Tribunal da Mesa de). Índices diversos. 3 volumes.

1.^o volume —; Catedrais. Vigararias. Registro de Consultas (Livro 1 a 13).

2.^o volume — Registro de Provisões. Irmandades. Registro de Cartas e Alvarás (I: livros 1 a 13; II: Criações de Freguesias e Capelas; Criações, desmembrações de Freguesias e Capelas, e outros obietos diversos; Irmandades, Ordens Terceiras e Casas de Caridade; Beneficiados e Conventos.

3.^o volume —; Ereções de Capelas.

Offícios de Portugal e Brasil, e Capelas, dados 1815-1821

Mesa de Consciência e Ordens. Mercenários (Real e Militar Ordem de N. S. das Mercês Redenção de Cativos). Maranhão e Pará.

1 — (Assentos dos Atos e Determinações dos Capítulos da) 1749-1794

2 — (Constituições. Ordens e Patentes da Congregação) 1743-1794

3 — (Atas, Alvarás, Breves, Cartas, Fundações, Patentes, Petições, Provisões, etc.) 1679-1748

Consciência e Ordens (Arquivo do Tribunal da Mesa de). Índices diversos. 3 volumes.

2.^o volume — e Casas de Caridade; Beneficiados e Conventos.

Desembargo do Paço (Mesa do) e Consciência e Ordens. Índices. 4 volumes.

4.^o volume — Recolhimentos, Casas Pias, Irmandades, Ordens Terceiras e Compromissos. Vínculos e Capelas. Doações, Cadeiras de Instrução Pública, primária e secundária. Objectos gerais. Empregados do Tribunal do Desembargo do Paço e Consciência e Ordens. Representações. Licenças para vários objetos.

Consciência e Ordens (Arquivo do Tribunal da Mesa de). Índices diversos. 3 volumes.

1.^o volume —; Catedrais Vigararias. Registro de Consultas (Livros 1 a 13).

Consultas de Lisboa (de vários tribunais, etc.; Colégio Patriarcal da Santa Igreja de Lisboa, Conselho Geral do Santo Officio, Santa Casa de Misericórdia, etc.). 2 volumes.

Consultas de Lisboa (de vários tribunais, etc.: Congregação Camararia da Santa Igreja de Lisboa, Colégio Patriarcal da Santa Igreja de Lisboa, Conselho Geral do Santo Officio. Santa Casa de Misericórdia, etc.). Dois volumes.

Congregação Camararia de Lisboa. Consulta da. Livro 1.º	1812-1820
Ordens Régias. (Registro Geral de) 38 volumes. (Sesmarias)	
Ajudas de custo: Cóngruas; etc.	1688-1808
Junta da Bula da Cruzada. Consultas da	1808-1827
Consciência e Ordens (Arquivo do Tribunal da Mesa de).	
Índices diversos. 3 volumes.	
1.º volume :	} Beneficiados e Conventos
2.º volume :	
3.º volume :	
Audiências dos Governadores (Correspondência entre o Patriarca e Monsenhor Horta)	1819
Consultas de Lisboa (de vários tribunais, etc.: da Mesa do Desembargo do Paço; Junta da Bula da Cruzada). Dois volumes.	
Arquivo do Vice-Reinado: Provedoria da Fazenda. Índices. 1 volume. (Dignidades Eclesiásticas, Governadores, Vice-Reis, Secretários, Objetos gerais).	
Roma e Nunciatura. (Cartas e Ordens Régias e Avisos, ao Papa e a várias autoridades, sobre assuntos eclesiásticos)	1809-1817
Licenças para Eclesiásticos requererem Breves	1823-1840
Ordens Honoríficas (Condecorações). 58 volumes (sendo 22 de índices), numerados de 26 a 83.	
Livro 26 — Condecorações das Ordens de Cristo, São Bento de Aviz e Santiago	1821-1887
Livro 27 — Condecorações das Ordens Imperial do Cruzeiro, de Pedro I e da Rosa desde a sua fundação	1847-1890
Livro 28 — Livro 1.º de Decretos das Ordens do Cruzeiro e Aviz.	
Livro 29 — Ordem do Cruzeiro: Decretos.	
Livro 30 — Ordens de Aviz: Decretos.	
Livro 31 — Livro 1.º de Decretos da Ordem de Pedro I.	
Livros 32 a 36 — Livros 1.º a 4.º de Decretos da Ordem da Rosa. (1829 a 1846; 1845-1866; 1867 a 1875; e 1875)	1829-1875
Livros 37 e 38 — Livros 1.º e 2.º de Registro de Diplomas da Ordem Imperial do Cruzeiro. (1823-1846; 1846-1890)	1823-1890
Livros 39 a 44 — Livros 2.º a 7.º de Diplomas da Ordem da Rosa.	
Livros 45 e 46 — Livros 1.º e 2.º de Diplomas da Ordem de São Bento de Aviz.	
Livro 47 — Livro de Matrículas dos Agraciados com a Ordem Imperial do Cruzeiro	1822-1897
Livro 48 — Livro de Juramentos da Ordem Imperial do Cruzeiro	1842-1881
Livro 49 — Livro de Juramentos da Ordem de São Bento de Aviz	1843-1876
Livro 50 — Livro de Juramentos da Ordem de São Bento de Aviz	1877-1889
Livros 51 a 54 — Livros 2.º a 5.º (1884) de Juramentos da Ordem da Rosa.	

Livro 55 — Livro 1.º de Condecorações a estrangeiros.	
Livro 56 — Livro 1.º de Portarias da 3ª Diretoria.	
Livro 57 — Índice do Livro 1.º de Diplomas da Ordem de São Bento de Aviz.	
Livro 58 — Livro 2.º de Recibos das Cartas de Condecoração que não pagam direitos.	
Livro 59 — Índice alfabético de Agraciados nas diversas Ordens.	
Livro 60 — Condecorações Brasileiras	1808-1869
Livros 61 a 83 — Índice alfabético de A a Z.	
Audiência dos Governadores. (Correspondência entre o Patriarca e Monsenhor Horta)	1819
Ap. de Igreja da Casa de Bragança. (Cartas e Provisões Régias, etc., sobre provimentos de Cargos Eclesiásticos) ..	1810-1821
Consultas de Lisboa (de vários tribunais, etc.: da Mesa do Desembargo do Paço, Junta do Comércio, Conselho de Fazenda e Estado, Colégio Patriarcal da Santa Igreja de Lisboa, etc.). 2 volumes.	
Consultas de Lisboa (de vários tribunais, etc.: da Mesa do Desembargo do Paço, Junta do Comércio, Congregação Camararia da Santa Igreja de Lisboa, etc.). 2 volumes.	
Mesa de Consciência e Ordens. Igrejas e Benefícios. Livro 43 antigo	1819
Igrejas e Benefícios, dados	1820-1828
Irmandade dos Passos de N. S. Jesus Cristo. Lançamento de Contas de 1871, e Entradas de Irmãos de 1811-1831. 1 volume	1811-1831
Consciência e Ordens (Arquivo do Tribunal da Mesa de). Índices diversos. 3 volumes.	
1.º volume :	
2.º volume — Registro de Provisões, Irmandades. Registro, Cartas e Alvarás (I: livros 1 a 13; II: Criações de Freguesias e Capelas; Criações e desmembrações de Freguesias e Capelas, e outros objetos diversos; Irmandades, Ordens Terceiras e Casas de Caridade; Beneficiados e Conventos).	
Pará (Grão). Registro de Cartas Régias, Provisões, Alvarás, Ordens Régias, Decretos e Atos relativos ao Pará. Dois volumes	1769-1799
Livro 1.º — Avisos do Secretário de Estado: Bandos, Nomeações, Provisões e Portarias do Governador; Papéis diversos: Instrumentos, Requerimentos, Planos de regulação, Offícios, Cartas, Relações, Bulas sobre os Mercenários, etc.	1769-1798
Mesa de Consciência e Ordens. Mercenários. (Real e Militar Ordem de Nossa Senhora das Mercês Redenção de Cativos). Maranhão e Pará	
1 — Assentos dos Actos e Determinações dos Capítulos da	1749-1794
2 — (Constituições, Ordens e Patentes da Congregação)	1743-1794
3 — (Atas, Alvarás, Breves, Cartas, Fundações, Patentes, Petições, Provisões, etc.)	1679-1748

- Roma e Nunciatura. (Cartas e Ordens Régias e Avisos, ao Papa e a várias autoridades, sobre assuntos eclesiásticos) 1809-1817
- Consciência e Ordens (Arquivo do Tribunal da Mesa de). Índices diversos. 3 volumes.
- 1.º volume —
- 2.º volume — Registro de Provisões. Irmandades. Ordens Terceiras e Casas de Caridade; Beneficiados e Conventos.
- 3.º volume —
- Provedoria da Fazenda. (Registro original da...). Volumes 5.º a 45.º. Com um índice geral.
- Livro 5.º* — (Registro das Provisões, Alvarás, etc., com pagamento da ordinária eclesiástica ou ordenados, e das fôlhas de pagamento da Provedoria Mor da Bahia, registradas pelo Escrivão da Fazenda Real. Com um esboço de índice no começo).
- Roma e Nunciatura. (Cartas e Ordens Régias e Avisos, ao Papa e a várias autoridades, sobre assuntos eclesiásticos) 1809-1817
- Audiência dos Governadores. (Correspondência entre o Patriarca e Monsenhor Horta) 1819
- Pará. Inventário dos bens seqüestrados aos extintos Religiosos Mercenários, no Pará 1794-1795
- Documentos Oficiais, encontrados entre os particulares, retirados dos palácios de D. Pedro II, ex-Imperador. Relação do *Diário Oficial*, de 18 de setembro de 1891, (16 livros guardados nas caixas 1.117 e 1.118).
- 17.º — Mapa do Bispado de São Paulo 1824
- Consciência e Ordens (Arquivo do Tribunal da Mesa de). Índices diversos. 3 volumes.
- 1.º volume — Ordens militares. Provedoria de bens de Defuntos e Ausentes. Serventias de Offícios. Empregados do Tribunal. Recursos. Catedrais. Vigararias. Registro de Consultas (Livros 1 a 13).
- Provedoria da Fazenda. (Registro original da...). Volumes 5.º a 45.º 1645-1788
- Com um índice geral.
- Livro 12.º* — Registro original de Provisões, Alvarás, Cartas e Ordens Régias que não levam verbas; Mandados do Provedor-Mor da Fazenda Real e do Governador; Licenças de navios; Patentes Régias; Alvarás do Governador; Numbramentos; Têrmos de posse; Provisões do Vigário Geral do Bispado; Condições de contratos, etc. 1685-1689
- Desembargo do Paço (Mesa do) e Consciência e Ordens. Índices. 4 volumes.
- Volume 4.º* — Recolhimentos, Casas Pias, Irmandades, Ordens Terceiras e Compromissos, Vínculos e Capelas. Doações. Cadeiras de Instrução Pública, primária e secundária. Objetos gerais. Empregados do Tribunal do Desembargo do Paço e Consciência e Ordens. Representações. Licenças para vários objetos.

ARQUIVO PÚBLICO NACIONAL

ASSUNTOS ECLESIASTICOS

Encontram-se esparsos numerosos documentos da história eclesiástica no período Colonial e Imperial nas coleções abaixo especificadas constantes do catálogo dos códices da Seção Histórica, in vol. XIII das Publicações — Ano 1913

Ordens Régias (Casa Imperial). 265 volumes.	
CASA DAS OBRAS E PAÇOS IMPERIAIS (Ordens Régias e do Vice-Rei sobre a...). Livro 1.º (Livro 393 antigo) ..	1808-1841
Ordens Régias (Colônia). 95 volumes.	
REGISTRO DE PROVISÕES, CARTAS, PATENTES E PETIÇÕES VICE-REINADO. (Ato relativo à Colônia). (Provisões Régias e pelo Conselho Ultramarino do Vice-Rei, e do Governador da Colônia; Ordens Régias e pelo Conselho Ultramarino ao Governador; Ordens do Vice-Rei e do Governador; Decretos; Leis; Patentes Régias e do Governador; Data de terras; Bandos, Numbramentos; Cartas do Vice-Rei e Governadores, e respostas às mesmas; Petições; Formulários; Autos de arrematação; Convênios; Públicas-formas). 1 volume	1763-1775
Correspondência dos Governadores do Rio de Janeiro. Ns. 77, 78, 79, 80, 82, 83, 43 e 87.	
GOVERNADORES DO RIO DE JANEIRO. (REGISTROS ANTIGOS E VELHOS DE ORDENS RÉGIAS). 20 vols.	1680-1719
Livro 12.º — (Livro de Registro de Cartas e Ordens Régias, e respostas de Cartas do Governador do Rio de Janeiro) ..	1702-1704
Livros 13.º e 13.º-A — (Livro de Registro de Cartas do Governador do Rio de Janeiro para a Corte e Estado do Brasil)	1702-1706
ORDENS RÉGIAS (REGISTROS ANTIGO E VELHO DE...). 21 volumes em pastas.	
8 — Registro de Cartas e Ordens Régias, e respostas das Cartas do Governador do Rio de Janeiro	1702-1704
9 — Registro das Cartas do Governador do Rio de Janeiro para a Corte e para o Estado do Brasil	1702-1706
VICE-REI, CARTAS DO... AO GOVERNADOR DO RIO DE JANEIRO MATHIAS COELHO DE SOUZA	1738-1749
GOVERNADORES DO RIO DE JANEIRO. CORRESPONDÊNCIA ativa e passiva dos... com a Corte (Registro original da). 10 volumes	1718-1763
GOVERNADORES DO RIO DE JANEIRO. CORRESPONDÊNCIA DE... PARA A CÔRTE. 1 volume	1722-1738
GOVERNADORES DO RIO DE JANEIRO. CORRESPONDÊNCIA DOS... Com diversas Autoridades. 14 vols.	1718-1763
GOVERNADORES DO RIO DE JANEIRO. CORRESPONDÊNCIA DOS... Com diversas autoridades. (Cópia do Registro original). Índice no fim de cada volume, e Índice geral impresso no volume 8.º, das Publicações. 15 volumes	1718-1763

CARTAS, PROVISÕES E ORDENS RÉGIAS E ALVARÁS (Registro de...); ao GOVERNADOR DO RIO DE JANEIRO, Provedor e Juiz da Alfândega, e Provedor da Fazenda Real. Portarias do Governador do Rio de Janeiro sobre a Fazenda Real. navegação e comércio, e Alfândega do Rio de Janeiro. Termos e Assentos feitos na Câmara do Rio de Janeiro. Contratos, Petições ao Juiz da Alfândega e Governador do Rio de Janeiro	1715-1724
GOVERNO GERAL DO BRASIL E GOVERNO DO RIO DE JANEIRO. (ORDENS RÉGIAS, PELO...). Atos do Governador do Rio de Janeiro e do Vice-Rei; Patentes, Sesmarias, Numbramentos, Provisões, etc.). Índice em alguns dos volumes, e índice geral de Sesmarias, serventias de ofícios, e outros, incompletos. 75 volumes	1718-1808
GOVERNADORES DO RIO DE JANEIRO, ORDENS, BANDOS, PORTARIAS E PETIÇÕES. (Registro original). (Ordens, Bandos, Portarias e Cartas dos Governadores do Rio de Janeiro; Correspondência destes com outros e com diversas pessoas). 19 volumes	1725-1763
Livro 1.º — Ordens, Bandos, Portarias, Petições, Cartas do Governador. V. o 2.º volume	1725-1726
Livro 3.º — Cartas do Governador a diversas autoridades ...	1725-1727
Livro 4.º — Ordens e Correspondência ativa e passiva dos Governadores com diversas autoridades. De fls. 1-55 corresponde ao vol. 2.º de fls. 188 a 237	1727-1728
Livro 9.º — De fls. 3-20, Registro de Ordens, etc., de julho a outubro de 1732; de fls. 22-246 é Registro de Cartas do Governador, de agosto de 1741 a março de 1757	1732-1757
Livros 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17 e 18 — Ordens, Cartas, etc., do Governador do Rio de Janeiro	1733-1744
Livro 19 — Ordens Cartas, etc., do Governador do Rio de Janeiro, com alguns atos de 1761	1762-1763
Conselho de Estado. F. 18 e Ns. 48, 49, 50, 51, 52, 53, 139, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291 292, 293, 294, 304 e 305.	
Chancelaria Mor do Brasil, Registro de Leis, Cartas e Alvarás, 4 volumes	1808-1830
Conselho de Estado. Seção dos Negócios do Império. Registro de Pareceres. 4 volumes	1842-1853
Conselho de Estado. Correspondência dos Ministros com o Conselho. 6 volumes	1841-1861
Conselho de Estado. Consultas (Seção dos Negócios do Império). 13 volumes	1842-1868
Conselho de Estado. Livros do Tombo (Consultas). 3 vols. ..	1846-1860
Conselho de Estado. (Registro dos papéis remetidos ao). 1 volume	1861-1864
Chancelaria Mor — (Registro de Provisões, Cartas e Alvarás da). Com índice n.º 124. 69 volumes	1808-1830
Conselho do Estado Pleno. Registro de Consultas do	1851-1856

Conselho de Estado. Livro de Juramentos dos Conselheiros de Estado	1842-1889
Conselho de Estado. (Protocolo Geral do). Livro 1.º	1882-1888
Conselho de Estado (Secretaria do). Correspondência com o Governo. Livro 1.º	1886-1889
Conselho de Estado (Secretaria do). Correspondência com diversos. Livro 1.º	1886-1889
Conselho de Estado. Atas do.	
Livro	1828-1834
Livro 5.º	1867-1868
Conselho de Estado. Registro de Ordens Imperiais dirigidas ao	1842-1860
Conselho de Estado. Registro de Pareceres e Consultas do	1842-1844
Conselho de Estado. Protocolos de Consultas, do Visconde do Bom Retiro. 3 volumes	1877-1879
Conselho de Estado. Protocolo do	1879-1885
Conselho de Estado. Recibos do expediente entregue	1886-1888
Conselho de Estado. Protocolo da entrega do expediente	1887-1839
Conselho de Estado. Registro de Atas do	1842-1850
Conselho de Estado (Seção de Justiça do). Avisos expedidos à	1867-1868
Conselho de Estado (Seção de Marinha e Guerra do). Livros de Atas da. 2 volumes	1842-1852
Conselho de Estado. (Seção de Marinha e Guerra do). Negócios da Guerra. Pareceres e Consultas. 1 volume	1842-1860
Conselho de Estado. (Seção de Marinha e Guerra do). Ordens Imperiais dirigidas à. 2 volumes	1842-1865
Conselho de Estado. (Seção de Marinha e Guerra do). Consultas. 2 volumes	1843-1875
Conselho de Estado Pleno. Atas do.	
Livro 11.º	1884-1889
Livro 12.º	1889
Na Biblioteca	
Conselho de Estado. Atas do	1881-1884
Na Biblioteca.	

ARQUIVO PÚBLICO NACIONAL

ASSUNTOS ECLESIASTICOS

Índice da 2ª parte do Catálogo

	Volumes
1 — Batizados, Família Imperial	492
2 — Beneplicitos. Ns. 506, 508, 509, 510 e	511
3 — Bispos	f. 13
4 — Bispos de São Paulo	455
5 — Bispo (Provisões do)	457
6 — Breves. F. 13 e Ns. 506, 508, 509, 510 e	511
7 — Bula da Cruzada (Junta da)	f. 19
8 — Bulas. F. 13 e Ns. 506, 508, 509, 510 e	511
9 — Caixa Jesuítica. São Paulo	484

10 — Capela Imperial. Ns. 500 e	523
11 — Catedrais	501
12 — Colégio dos Jesuítas em São Paulo	482
13 — Cônegos	501
14 — Constituições Eclesiásticas	f. 13
15 — Dioceses	512
16 — Eclesiásticas (Constituições)	f. 13
17 — Eclesiásticos (Ministros). Correspondência com a Polícia. 491, 438 a	329
18 — Eclesiásticos (Negócios). Ns. 462, 500, 501, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 511, 512, 513, 514 e	524
19 — Eclesiásticos (São Paulo) Ns. 452, 453, 455 e	457
20 — Honras de Cônegos	501
21 — Impetra de Beneplácitos, Breves e Bulas. Ns. 510 e	511
22 — Irmandade dos Lázaros	513
23 — Jesuitas. São Paulo. Ns. 479, 480, 481, 482, 483, 484 e	491
24 — Nomeações de Ministros, Conselheiros, Arcebispos, Bispos, Se- nadores, Presidentes, etc.	f. 12
25 — Nunciatura. Ns. 506, 507 e	511
26 — Padres. Ns. 500, 505, 506, 507 e	524
27 — Padres (Apresentações, Nomeações, Renúncias, Permutas, etc.)	507
28 — Prelazias	f. 13
29 — Provisões de Sacerdotes	524
30 — Provisões Eclesiásticas (São Paulo)	462
31 — Religiosa (Evolução)	f. 10
32 — Roma e Nunciatura. Ns. 506 e	511
33 — Sacerdotes Ns. 500, 505, 506, 507 e	524
34 — Seminários episcopais	514
35 — Vigários	512

ARQUIVO PÚBLICO NACIONAL

ASSUNTOS ECLESIASTICOS

2ª parte do Catálogo

	Datas
Familia Imperial. Registro de Casamentos e Batizados. (Autos de Batismos, Avisos, do Ministério do Império, etc.) Livro II	1845
Roma e Nunciatura : Registro de Avisos, Cartas Imperiais, etc., relativos a Assuntos Eclesiásticos, e Beneplácitos. (V. Classe IX). Livro I	1843-1888
Registro de Beneplácitos a Breves. 3 volumes	1822-1859
Registro de Bulas, Breves e Beneplácitos	1858-1889
Registro de Decretos de licença para impetra de Breves, e Beneplácitos. Livro I	1859-1872
Roma e Nunciatura : Índice de Decretos de licenças para impetra de Breves e Bulas, Avisos sobre assuntos eclesiásticos, etc. Livro II	—
Alvarás e Provisões Régias, do Conselho Ultramarino e Mesa de Consciência e Ordens, Provisão do Bispo de São Paulo, etc., sobre assuntos eclesiásticos quase tôdas; à Provedorja da Fazenda Real de Capitania de Santos. Registro, Livro X	1739-1765

Provisões eclesiásticas e seculares. (Provisões Régias, e do Governador e do Bispo de São Paulo, Avisos do Secretário d'Estado, etc.; à Provedoria de São Paulo). Registro. Livro I, incompleto	1773-1798
Roma e Nunciatura: Índice de Decretos de Licenças para impetra de Breves e Bulas, Avisos sobre assuntos eclesiásticos, etc. Livro II	—
Roma e Nunciatura; Índice de Decretos de Licenças para impetra de Breves e Bulas, Avisos sobre assuntos eclesiásticos, etc. Livro II	—
Receita e Despesa de Bens confiscados a jesuítas na Capitania de São Paulo. Livro I	1776-1784
Idem. (Caixa Jesuítica). Livro III	1819-1826
Capela Imperial. Registro de Cartas Imperiais de Nomeações para a Capela Imperial, ou de Concessão de Honras. Ministérios da Justiça. (Classe VII, Série C. Vide Classes VIII e XVII). Com índice alfabético	1843-1889
Registro das Ordens expedidas à Capela Imperial. (Avisos do Ministério da Justiça). Livro I, com índice alfabético	1843-1850
Idem. Livro II	1850-1861
Registro de Cartas Imperiais de Concessão de Honras de Cônegos das Catedrais. (Classe VII, Série C). Livro I...	1871-1889
Bens confiscados aos Jesuítas na Capitania de São Paulo, Inventário do Colégio de São Paulo, do Colégio de Araguari-guama, etc. (Maço)	1771-1782
Registro de Cartas Imperiais de Concessão de Honras de Cônegos das Catedrais. (Classe VII, Série C). Livro I	1871-1889
Livro de Assentamentos de Vigários de Freguesias, e Datas de Criação das mesmas. Dioceses de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro	1829-1872
Idem. Dioceses de Diamantina, Goiás e Cuiabá	1821-1866
Idem. Dioceses de São Paulo, Rio Grande do Sul e Mariana ..	1821-1865
Idem. Dioceses de Goiás	1855-1859
Registro de Offícios e Ordens expedidos pela Intendência Geral da Polícia aos Ministros Criminaes dos Bairros, e mais Ministros da Côrte, Comarca e Câmaras, e Ministros Eclesiásticos. Livro I	1811-1812
Idem. Livro II	1812-1815
Idem. Livros III e IV	1815-1818
Registro de Offícios expedidos aos Ministros da Côrte e Capitania do Rio de Janeiro. (Ouvidores, Juizes de Fora e Ordinários, etc.) e aos Ministros Eclesiásticos, Livro I	1818-1824
Índice de Provisões de Sacerdotes estrangeiros nas Freguesias das Dioceses do Brasil	1863-1873
Provisões eclesiásticas e seculares. (Provisões Régias, e do Governador e do Bispo de São Paulo. Avisos do Secretário d'Estado, etc.; a Provedoria de São Paulo). Registro. Livro I, incompleto	1773-1798
Idem. Livro II, incompleto	1798-1810
Registro de Cartas Imperiais de Concessão de Honras de Cônegos das Catedrais. (Classe VII, Série C.) Livro I	1871-1889

Roma e Nunciatura : Índice de Decretos de Licenças para impetra de Breves e Bulas, Avisos sobre assuntos eclesiásticos, etc. Livro II	—
Registro da Receita e Despesa da Irmandade e Hospital dos Lázaros de São Cristóvão. (Classe XI, Série D). Livro I	1763-1779
Idem. Livro II	1779-1795
Vários documentos relativos à Família Schetz de Grobbendoncq e aos Jesuítas de São Vicente. Reproduzidos no volume XIV das «Publicações do Arquivo»	1591-1603
Roma e Nunciatura : Índice de Decretos de Licenças para impetra de Breves e Bulas, Avisos sobre assuntos eclesiásticos, etc. Livro II	—
Índice de Provisões de Sacerdotes estrangeiros nas Freguesias das Dioceses do Brasil	1863-1873
Registro de Decretos sobre Negócios Eclesiásticos : Apresentações, Nomeações, Renúncias, permutas de Padres, etc. (Classe VIII, Série B). Livro I	1859-1875
Índice de Provisões de Sacerdotes estrangeiros nas Freguesias das Dioceses do Brasil	1863-1873
Registro de Títulos de Nomeação, Decretos e Avisos do Ministério da Justiça, e Provisões Eclesiásticas. Livro da Tesouraria da Fazenda de São Paulo. Livros I, II, III, IV, VI e X	1842-1866
Roma e Nunciatura : Índice de Decretos de Licenças para impetra de Breves e Bulas, Avisos sobre assuntos eclesiásticos, etc. Livro II	—
Roma e Nunciatura : Registro de Avisos, Cartas Imperiais, etc., relativas a Assuntos Eclesiásticos, e Beneplácitos, Livro I	1843-1888
Índice de Provisões de Sacerdotes estrangeiros nas Freguesias Dioceses do Brasil	1863-1873
Registro do Pessoal dos Seminários Episcopais. Com índice alfabético. (Classe XI, Série D)	1859
Livro de Assentamentos de Vigários de Freguesias e Datas de Criação das mesmas. Dioceses de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro	1829-1872
Idem, Dioceses de Diamantina, Goiás e Cuiabá	1821-1866
Idem. Dioceses de São Paulo, Rio Grande do Sul e Mariana	1821-1865
Idem. Diocese de Goiás	1855-1859

b) ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Poucas repartições públicas tiveram vida tão acidentada como o Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fundado em 1721, como dependência da Secretaria do Governo da Capitania, acompanhou as numerosas mudanças do «Palácio do Capitão General», até 1759, quando o Governo da Capitania se estabilizou no antigo convento dos jesuítas.

A primeira dispersão de documentos realizou-se em 1748, quando a Capitania de São Paulo foi anexada à do Rio de Ja-

neiro. É que para o vice-rei foram enviados todos os processos em andamento e muitos outros documentos.

Só em 1765, quando D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão assumiu o Governo da Capitania, novamente criada, é que foram reunidos os livros, papéis e documentos e reorganizado o Arquivo Público.

Em 1842 a Assembléia Provincial criou o Arquivo Público, mas a lei não foi executada. Em 1854 o Presidente da Província, Conselheiro Saraiva, expediu o Regulamento para o Arquivo.

Na segunda metade do século XIX foram nomeadas várias comissões para o estudo da reorganização do Arquivo Público. Assim, em 1855, na presidência João Alfredo; em 1874, no Governo João Teodoro; em 1879, na administração do Dr. Laurindo de Brito; em 1885, na presidência do Conselheiro João Alfredo.

Embora essas comissões quase tôdas fôsem constituídas por homens de valor, delas disse o Dr. Antônio de Toledo Piza: «Nenhuma das diversas comissões de reorganização do Arquivo nomeadas pelo Governo provincial lavrou atas dos seus trabalhos, constando, entretanto, que do mesmo saiu grande número de carroças cheias de papéis, sem o necessário exame e julgados pelas mesmas inúteis, para serem incinerados».

No regime republicano, logo em 1892, o Dr. Cerqueira César criou por decreto de 10 de março, a Repartição de Estatística e Arquivo do Estado. O regime das comissões de reorganizadores continuou. Em 1906 foi nomeada uma comissão, composta aliás, de historiadores de nomeada: Adolfo Botelho de Abreu Sampaio, Eugênio Egas, Anselmo de Carvalho e Antônio Egídio Martins. Em 1927 nova comissão e também composta de dois valores: Djalma Forjaz e Antônio Paulino de Almeida.

É de recordar que mal instalado e dispondo de verbas muito insuficientes, o Arquivo Público de São Paulo tornou-se uma instituição modelar no gênero, graças aos notáveis diretores que teve. Um dos mais ilustres dêles foi o Dr. Antônio de Toledo Piza (1893-1905), que publicou o 1º Anuário e 43 volumes dos *Documentos interessantes*. Em seguida, dirigiu o Arquivo, o Dr. Adolfo Botelho de Abreu Sampaio, em cuja administração foram publicados os volumes 44, 45 e 46 da coleção dos *Documentos interessantes*, os 1º e 2º volumes da *Sesmaria* e 27 volumes da coleção *Inventários e Testamentos*. Substituiu o Dr. Adolfo Sampaio, o historiador Dr. Djalma Forjaz que, inteligente e operoso, movimentou bastante a secular repartição, publicando os volumes 47 a 54 dos *Documentos interessantes*, e muitas outras publicações entre as quais: *Ensaio de desenvol-*

vimento dos Municípios, Ensaio de desenvolvimento das Comarcas, Divisão judiciária e administrativa do Estado de São Paulo, Divisas dos Municípios e outros.

O Dr. Djalma Forjaz iniciou a fichagem e a restauração dos documentos históricos e adotou os números índices nas publicações estatísticas.

Publicou : *Anuários Estatísticos, Fundação do Rio Negro (Centenário), Fundação de Santa Isabel e Fundação de Vila Bela.*

Foi na sua administração que ficou esclarecido o caso Francisco José das Chagas, o Chaguinhas, publicando a certidão de seu enforcamento e com a qual se verificou não ter sido ele a causa da «bernarda» de Francisco Inácio, em 1822.

Fêz estudos sobre registros paroquiais, cartas patentes e sesmarias.

Em 1934 foi nomeado Diretor do Arquivo o Dr. Francisco Azzi, que publicou os volumes 55 a 63 dos *Documentos interessantes*, o volume 3º das *Sesmarias* e os volumes 28 e 29 de *Inventários e Testamentos*.

O Dr. João Lelis Vieira dirigiu o Arquivo de 1938 a 1947, publicando os volumes 64 a 71 dos *Documentos interessantes*, os volumes 2 bis, 3 bis e 4 de *Sesmarias* e os volumes 30, 31 e 32 de *Inventários e Testamentos*. Publicou ainda Lelis Vieira sete volumes de um Boletim. De 1947 até 1951 passou o Arquivo Público o pior de sua vida. Assim o descreve o próprio Diretor Dr. Ubirajara Dolácio Mendes :

«O Arquivo sofre o mais terrível dos golpes: teve de mudar-se, repentinamente, a 26 de novembro de 1949, do prédio que até então vinha ocupando na rua Visconde do Rio Branco. O prédio fôra desapropriado para alargamento da rua. E a mais antiga Repartição do Estado, não tendo local para estabelecer-se, foi obrigada a trasladar o seu acervo para três depósitos, em três locais diferentes e distantes. O Arquivo deixou de ter vida efetiva. Amontoados em seus três depósitos, nenhuma pesquisa podia ser feita, nenhum trabalho ter continuação».

Felizmente a direção do Arquivo Público caiu nas mãos hábeis do Dr. Ubirajara Dolácio Mendes, que auxiliado por Alberto Robbes, Antônio Paulino de Almeida, Moacir Reis, Maria Consuelo Lôbo Americano do Brasil e outros abnegados funcionários, está conseguindo heróicamente reorganizar o esplêndido manancial que é o Arquivo Público de São Paulo.

Sôbre o histórico do Arquivo Público poderão ser consultados:

História do Arquivo Público de São Paulo — Catálogo de Livros Manuscritos. São Paulo, Duprat, 1908.

Dr. Adolfo Botelho de Abreu Sampaio — *Resumo Histórico do Arquivo Público* — São Paulo, 1908.

Resumo Histórico do Arquivo Público do Estado de São Paulo — Publicação nº XXXVI do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1939.

Dr. Ubirajara Dolácio Mendes — *Breve Histórico do Arquivo*.

Antônio Paulino de Almeida — *O Arquivo Público do Estado e sua contribuição à história de São Paulo*, junho de 1948.

O volume XXXVI da Publicação do Arquivo Nacional, já sob a direção do Dr. Eugênio Vilhena de Moraes, publicou o Catálogo da Seção Histórica do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Gracas à boa vontade do Dr. Ubirajara Mendes publicamos em seguida uma lista de documentos referentes à Igreja, existentes no Arquivo do Estado de São Paulo.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DOCUMENTOS INÉDITOS

Vigário Capitular e Vigários, ano 1873, com 52 páginas, nº 927 do nosso Códice.

Vigário Capitular e Vigários, ano 1872, com 61 páginas, nº 926 do nosso Códice.

Vigário Capitular e Vigários, anos 1870-1871, com 62 páginas, nº 925 do nosso Códice.

Vigário Capitular e Vigários, anos 1869-1870, com 53 páginas, nº 924 do nosso Códice.

Negócios Eclesiásticos, ano 1883, com 8 páginas, nº 923 do nosso Códice.

Negócios Eclesiásticos, ano 1882, com 17 páginas, nº 922 do nosso Códice.

Negócios Eclesiásticos, ano 1881, com 18 páginas, nº 921 do nosso Códice.

Bispo e Negócios Eclesiásticos, ano 1880, com 22 páginas, nº 920 do nosso Códice.

Negócios Eclesiásticos, ano 1879, com 16 páginas, nº 919 do nosso Códice.

Negócios Eclesiásticos, ano 1878, com 36 páginas, nº 918 do nosso Códice.

Negócios Eclesiásticos, ano 1877, com 24 páginas, nº 917 do nosso Códice.

Negócios Eclesiásticos, ano 1876, com 27 páginas, nº 916 do nosso Códice.

Governo do Bispado, ano 1876, com 7 páginas, nº 915 do nosso Códice.

Bispo e Vigários, ano 1875, com 34 páginas, nº 914 do nosso Códice.

Bispos e Vigários, ano 1874, com 43 páginas, nº 913 do nosso Códice.

Correspondência do Bispo, anos 1856-68, com 206 páginas, nº 912, do nosso Códice.

Cartas e compromissos da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Cidade de Itapetininga, anos 1882-1889, com 514 páginas, nº 911 do nosso Códice.

Compromissos de várias irmandades, anos 1864 a 1883, com 300 páginas, nº 910.

Cópia dos Estatutos da Sê Catedral de São Paulo, ano de 1837, com 37 páginas, nº 909.

Estatutos da Catedral de São Paulo no ano de 1794, com 40 páginas nº 908 do nosso Códice.

Bispos, Vigários Capitulares, Párocos, Conventos e Recolhimentos, Papéis Diversos, Esmolas para a Santa Cruzada. 1697-1822. Maço 3. Parte já publicada no volume I de documentos avulsos, constantes das pastas 1, 2 e 3, o resto inédito.

Da Pasta 4, com 40 documentos, 1798-1808.

Da Pasta 5, com 35 documentos, 1808-1820.

Da Pasta 6, com 47 documentos, 1821-1836.

Inventário dos bens dos religiosos e confrarias, constantes do Maço 22 dêste Departamento, das seguintes localidades :

Antonina, com 2 documentos do ano de 1835.

Atibaia e Freg. de Nazaré, com 7 documentos do ano de 1835.

Apiiaí, com 5 documentos do ano de 1836.

Bragança, com 4 documentos do ano de 1835.

Capital, com 48 documentos dos anos de 1833 a 1836.

Cananéia, com 12 documentos do ano de 1835.

Cunha, com 10 documentos do ano de 1835.

Curitiba e N. S. da Conceição de Tamanduá, com 8 documentos do ano de 1835.

Castro, com 3 documentos do ano de 1836.

Iguape-Xiririca-Juquiá, com 18 documentos do ano de 1835.

Itanhaen, com 32 documentos dos anos de 1833-1836.

Itapetininga, com 2 documentos do ano de 1835.

Itapeva da Faxina, com 3 documentos do ano de 1835.

Itu, com 27 documentos dos anos de 1833-1835.

Lorena, com 22 documentos do ano de 1835.

Mogi das Cruzes, com 6 documentos dos anos de 1833-1835.

Mogi-Mirim, com 2 documentos do ano de 1835.

Paranaguá, com 9 documentos do ano de 1835.

Parnaíba, com 21 documentos do ano de 1835.

Santana da Parnaíba, com 6 documentos dos anos de 1833-1835.

Pindamonhangaba, com 6 documentos do ano de 1835.

Pôrto Feliz, com 1 documento do ano de 1835.

Sorocaba, com 17 documentos dos anos de 1833-1835.

Santos, com 16 documentos dos anos de 1833

São Carlos, com 18 documentos do ano de 1835.

São Luís do Garatuba, com 4 documentos do ano de 1835.

São Roque, com 6 documentos e 2 grandes cadernos do ano de 1835.

São Sebastião, com 6 documentos do ano de 1835.

Taubaté, com 15 documentos do ano de 1835.

Tremembé, com 2 documentos do ano de 1835.

Caçapava, com 4 documentos do ano de 1835.

Vila Bela da Princesa, com 3 documentos do ano de 1836.

Ubatuba, com 2 documentos do ano de 1835.

- Colocação da Imagem de N. Senhora dos Prazeres na capela da fortaleza de Paranaguá. Maço 29. Pasta 2. Doc. 73.
- Construção da nova Igreja de São Sebastião. Maço 93. Pasta 3. Doc. 7.
- Data da ereção da Igreja de Itu. Maço 8. Pasta 6. Doc. 15.
- Paranaguá, informações sobre as Igrejas de Antonina e Paranaguá. Maço 29. Pasta 1. Doc. 66.
- Colégio dos Jesuítas, livro 1.020, fôlhas 30 em diante.
- Fundação da Capela de São Luiz do Paraitinga. Maço 59. Pasta 2. Doc. 12.
- Colégio dos Jesuítas passa para o Governo. Maço 16. Pasta 1. Doc. 29.
- Nova Matriz de Iguape. Maço 76. Pasta 1. Doc. 33.
- Igreja Matriz de Xiririca. Maço 80. Pasta 2. Doc. 5.
- Abaixo assinado pedindo a elevação do Brás a categoria de Freguesia desmembrada da Sé. Maço 93. Pasta 2. Doc. 1.
- São Bernardo sobre o local para edificação da Igreja. Maço 93. Pasta 2. Doc. 36.
- Colocação da Imagem de N. S. dos Prazeres, na Fortaleza de Paranaguá. Maço 29. Pasta 2. Doc. 74.
- Assembléia Paroquial da Igreja de Pirapora dos anos de 1842-1844, com 24 páginas do livro de Pôrto Feliz nº 92.
- Bula da Santa Cruzada, 1745. Livro 8 de Parnaíba.
- Cartas da Imperatriz D. Teresa Cristina, a vários Cardeais, do ano de 1885. Maços diversos.
- Carta de D. Pedro ao Rev. Cardeal L. Bonaparte, do ano de 1885.
- Livro de lançamento das Igrejas de Parnaíba, do ano de 1724-1728. Livro nº 72.
- Livro das despesas das festas de Nossa Senhora do Carmo de Parnaíba, do ano de 1832-1845, nº 45.
- Livro de registro de óbitos da Igreja de Nossa Senhora de França de Araçariguama. De 1720-1744, livro nº 5.
- Livro de registro, provisões, capelas, confrarias e irmandades de Parnaíba. Livro nº 115, ano de 1769.
- Livro de registros dos legados para as festas das igrejas, despesas das mesmas, nº 118.
- Livro do Tombo de Xiririca, com 279 páginas.
- Memórias da Vila de Iguape, dos anos de 1785-1827, com 86 páginas.

DOCUMENTOS QUE INTERESSAM A HISTÓRIA DA IGREJA
CATÓLICA NO BRASIL JÁ PUBLICADOS NOS
«DOCUMENTOS INTERESSANTES»

ÍNDICE DO VOLUME III

Atestado do vigário, provando o aumento da população e sua capacidade para os cargos públicos	7
Certidão de casamento, passada pelo padre Calosa em São Vicente ..	53
Requerimento do padre Gaspar de Freitas Trancoso, pedindo as faculdades de dispensar votos, benzer imagens, etc.	54

Cópia de um plano que formara Manuel Ferraz de Sampaio, para a catequização dos gentios habitantes das margens do rio Paraná ..	132
Carta de Miguel Antônio de Azevedo, pedindo ao governador que o informe das medidas que acha justas para a catequização dos gentios das margens do Paraná	137
Carta de João Vicente da Fonseca, pedindo cópia do plano do vigário de Pôrto Feliz e emitindo o seu parecer sôbre o que lhe consta	140
Parecer de João da Costa Ferreira sôbre o plano do padre Manuel Ferraz de Sampaio para a Catequização dos índios das margens do Paraná	145
Carta do Padre Manuel Ferraz de Sampaio, dando noticias ao governador de sua expedição entre os índios Caiapós	153
○ Capitão Mor, Francisco Correia de Moraes Leite responde conforme a ordem do governador, informando êste da expedição do padre Manuel Ferraz	159
Carta de Miguel Antônio de Azevedo Veiga ao governador, informando do resultado da expedição do padre Ferraz	165
Carta do padre Ferraz ao ouvidor Miguel Antônio, informando a êste do resultado de sua expedição	167
Carta do padre Manuel Ferraz, remetendo incluso o seu plano de catequização ao Sr. Miguel Antônio de Azevedo Veiga	178
Idéia geral do plano, com que os índios querem abraçar a nossa religião e render vassalagem ao Augusto Soberano de Portugal	179
Pessoal, petrechos, etc., do da expedição, segundo o plano do padre Manuel Ferraz	191
Carta do padre Manuel Ferraz, descrevendo sua viagem ao Paraná e costumes dos índios Caiapós	191

INDICE DO VOLUME IV

Outra carta de Pedro Taques, a frei Gaspar da Madre de Deus	21
Parecer sôbre a obra Fundação da Capitania de São Vicente Frei Gaspar	25
Carta de André Dias de Almeida ao Rev. Gaspar de Freitas Trancoso	127
Carta de Vicente Taques ao Rev. Gaspar de Freitas Trancoso	128

INDICE DO VOLUME V

Portaria ao mesmo provedor ordenando que apronte 4 livros com a rubrica eclesiástica que devem servir na paróquia de Iguatemi ..	112
Ao guardião de Itu, pedindo-lhe um religioso para acompanhar a expedição	141
Ao ajudante Afonso Botelho, recomendando que adiante as povoações de Guaratuba, etc., e comunicando ter pedido licença ao bispo do Rio, para fundar igrejas, nomear párocos, etc.	162
Ao mesmo ajudante comunicando-lhe ter sido nomeado pároco de Guaratuba, o padre Bento Gonçalves e passando-lhe várias ordens	162
Carta ao abade do mosteiro de São Bento, pedindo-lhe o religioso Frei Antônio de Santa Teresa, para acompanhar a expedição ..	171
Ao mesmo ajudante, comunicando ter obtido para capelão com as licenças necessárias, frei Antônio de Santa Teresa	172

INDICE DO VOLUME VI

Carta do vigário capitular do bispado, concedendo licença ao Rev. Mauricio de Ramos, para celebrar missa, confessar, etc.	3
Carta para o mesmo, remetendo as provisões pedidas para os padres Mauricio Ramos e Bento Gonçalves	32
Portaria determinando as faculdades que tem os padres Mauricio e Bento Gonçalves, em virtude das respectivas provisões	33
Carta para o mesmo ajudante, remetendo os 3 ornamentos pedidos e recomendando na conclusão das obras da Igreja de Guaratuba, etc.	35
Carta ao Comissário do Provincial do Carmo, pedindo sua aprovação para ser nomeado Frei Bento Rodrigues de Santo Ângelo, para capelão do sertão	61
Carta do mesmo ajudante, comunicando ter feito partir o padre Bento Rodrigues, capelão das expedições, etc.	82
Ordem do vigário capitular confirmando a divisão feita da freguesia de Sabaúna	83
Ordem do dito vigário, para que se observe na forma representada a demarcação dos limites da freguesia de Ararapira, 1776	84
Ordem do mesmo, declarando que a nova freguesia do Santo Antônio do Registro tenha o seu distrito até partir com a freguesia das Lages, 1770	84
Ordem do mesmo vigário, fixando os limites do distrito da Freguesia de São Luís	84
Ordem do vigário capitular, determinando os limites da Freguesia de Santana do Iapó	85
Ordem do mesmo, concedendo licença, por um ano, para dizer missas e confessar, ao religioso, que fôr designado para capelão de Paranaguá	86
Ordem do Provedor da Fazenda Real, para mandar garantir o pagamento de uma provisão passada, para se levantar capela e freguesia na nossa povoação da barra do rio Piracicaba	112
Carta a Antônio Correia Barbosa, remetendo-lhe a provisão para se levantar capela naquela povoação, licença para o padre Ângelo dizer missa, etc.	113
Carta para o comissário do provincial do Carmo, pedindo seu consentimento para nomear Capelão ao Frei Inácio Alves, ir administrar os sacramentos as pessoas que vão examinar as vertentes da Serra Capivarucu, etc.	119
Carta para o mesmo, pedindo-lhe que mande aprontar o padre Antônio de Santana para ir substituir um dos capelães de Iguatemi, etc.	120
Carta para o padre Antônio de Santa Teresa, declarando-lhe aguardar com satisfação a sua chegada e pedindo-lhe que quando vier, procure ocultar as noticias menos alegres do Tibagi, etc.	123
Carta para o Capitão André Dias, dizendo que é aqui esperado o padre Antônio de Santa Teresa e recomendando que ambos contribuam para não se espalharem as más noticias	124
Carta para o Comissário do Carmo, pedindo-lhe consentimento para nomear o Frade João Monteiro para ir administrar os sacramentos aos bandeirantes que vão descobrir as vertentes da serra de Capivarucu	125

Carta para o Capitão André Dias, dizendo que para ali segue um soldado, conduzindo as licenças do vigário capitular, para o rev. frei Antônio poder confessar, pregar, etc.	147
Participando estar instalado no colégio dos extintos Jesuitas. Volume XXIX	90
Carta ao Secretário do Estado, enviando um mapa geral de todos os conventos e hospícios existentes na Capitania de São Paulo. Volume XXIX	59
Carta ao Secretário do Estado, sobre a ordem que recebeu para remeter um mapa de todos os officios e empregos eclesiásticos e civis. Volume XXIX	157
Carta ao Secretário do Estado, sobre estabelecer-se ordenado ao padre João Amaro, professor de gramática latina. Volume XXIX	161
Carta ao Secretário do Estado, remetendo cópias de vários requerimentos que lhe fizeram sobre a opressão feita aos habitantes, pelo Presidente do Convento do Carmo da Vila de Itu, Volume XXIX ..	202
Carta para a Mesa da Consciência sobre a compra dos ornamentos para as igrejas paroquiais das vilas de Castro e Nova Bragança. Volume XXX	12
Carta para a Mesa da Consciência sobre informar o General com o seu parecer as representações da Câmara e o povo da Vila de Taubaté, em que pediam a S. A. R. fôsse servido apresentar naquela igreja para o pároco dela, o padre Joaquim José Pereira. Volume XXX	13
Sobre a volta do Secretário do Bispado. Volume XXX	52
Para o Conselho Ultramarino — Sobre o número das corporações religiosas da Capitania. Volume XXX	136
Sobre a cõgrua do Bispo D. Miguel da Madre de Deus. Volume XXX	223
Sobre não consentir a ida de Religiosos ao Reino, sem licença dos respectivos Prelados. Volume XXX	224
Carta do Vice-Rei, comunicando a passagem por São Paulo do Bispo eleito, de Guamanga, em viagem para o Rio da Prata, Volume XXXI	7
Carta do Bispo do Rio de Janeiro, sobre reformas de ordem religiosa do Carmo. Volume XXXI	47
Para José Joaquim Justiniano de Mascarenhas e Vasconcelos, sobre os bens do Convento do Carmo. Volume XXXI	87
Para o Vice-Rei do Estado sobre a remessa dos livros do Convento do Carmo. Volume XXXI	89
Participando que o cabo Francisco Xavier Ferreira, passou a Buenos Aires e com documentos falsos, recebeu ordens sacras, e está prêso à ordem de S. Majestade. Volume XXXI	128
Sobre o colégio que foi dos Jesuitas. Volume XXXI	148
Mapa geral dos conventos e hospícios de religiosos que existem nessa Capitania de São Paulo, com o número dos escravos que possuem. Volume XXXI	158
Ordem de São Bento. Volume XXXI	158
Ordem do Carmo. Volume XXXI	159
Ordem de São Francisco. Volume XXXI	160
Ordem de São Bento. Volume XXXI	161

Ordem de N. S. do Carmo. Volume XXXI	167
Ordem de São Francisco. Volume XXXI	177
Mapa dos escravos de tôdas as fazendas que foram dos ex-Jesuítas dos colégios da Capitania de São Paulo. Volume XXXI	181
Sôbre os bens de raiz das religiões desta Capitania. Volume XXXII ..	33
Sôbre a indisciplina do Clero na Capitania. Volume XXXII	37
Sôbre a necessidade de um convento de freiras em São Paulo. Volume XXXII	39
Sôbre a preferência que devem ter os filhos da Capitania para os cargos eclesiásticos. Volume XXXII	40
Sôbre a nomeação de um capelão para a fortaleza de Santos. Volume XXXII	46
Sôbre a conveniência de se proverem as igrejas com párocos que conheçam a língua dos indios. Volume XXXII	73
Sôbre o convento de religiosas desta cidade. Volume XXXII	90
Sôbre saírem da Capitania os frades que a ela não pertenciam. Volume XXXII	96
Sôbre as desuniões dos religiosos capuchos. Volume XXXII	147
Sôbre os enterros dos irmãos. Volume XXXII	212
Memória do Convento do Carmo de Mogi para se remeter às academias reais de Lisboa. Volume XXXII	248
Offício do Frei Caetano da Purificação, da ordem de São Francisco, sôbre desordens na vila de São Sebastião. Volume XXXII	250
Ordem para que haja em cada nova povoação um livro para registro das esmolas para obras das igrejas. Volume XXXIII	28
Ordem de pagamento a vários párocos. Volume XXXIII	33
Ordem de prisão de um indivíduo que gastou sem licença dinheiro do vigário de Paranaguá. Volume XXXIII	45
Portaria mandando dar pólvora para salvas no dia da posse do bispo Diocesano. Volume XXXIII	61
Carta para o capitão André Dias, dizendo que para ali segue um soldado conduzindo as licenças do vigário capitular, para o rev. frei Antônio poder confessar, pregar, etc.	147
Carta para o sargento mor D. José, em Ararituaba, resolvendo dúvidas sôbre a licença concedida a frei Antônio de Santa Teresa e mandando repreender o tenente Manuel Martins, por mau comportamento, etc.	149
Carta para o tenente-coronel regente, João Martins Barros, enviando a petição inclusa, despachada pelo vigário particular, etc.	153
Petição dos moradores da nova povoação de Iguatemi, dirigida ao vigário capitular pedindo licença, para erigirem ali uma igreja matriz, sendo favorável o despacho	153
Carta para o mesmo, dando-lhe instruções e dizendo que estima que a igreja de Santana do Iapó esteja concluída, etc.	163
Carta para o mesmo, mostrando estar satisfeito com a conclusão da matriz da freguesia de Guaratuba, mandando levantar vila, etc. e remetendo a provisão do rev. frei Bento Cordeiro, para ser ali vigário, etc.	164

Carta para o guardião do convento de São Francisco, da Vila de Itulamentando que se ache recolhido àquele convento, gravemente enfêrmo, o religioso que foi na expedição de Iguatemi, etc.	188
Carta para o rev. frei Atanázio do Rosário, fazendo votos para o seu restabelecimento e oferecendo-se para tudo o que lhe possa ser útil, etc.	188
Carta para o padre Pascoal Correia Leite, pároco da povoação de Iguatemi, censurando-o fortemente, por exigir ali pesados emolumentos, e excomungar os que não podem satisfazê-lo, etc. ..	189

INDICE DO VOLUME VII

Carta ao religioso beneditino, que se acha na dita praça, incumbindo-o de ir, com outro religioso, estabelecer uma vila, etc.	11
Carta para o mesmo, acusando o recebimento de um mapa dos sertões que foi por este remetido, e pedindo mais esclarecimentos para completá-lo, etc.	106
Carta para o mesmo, dizendo que permite a mudança de frei Bento para o Tibagi, com sua família e outras, etc.	105
Ordem ao tesoureiro da Real Fazenda, para assistir com 6\$400, ao frei Antônio de Santa Teresa, etc.	132
Ordem à dita junta para mandar adiantar 30\$000 ao rev. padre dr. Ângelo do Sacramento, que segue como capelão de Iguatemi, etc.	150
Carta para o rev. D. Abade desta cidade, pedindo-lhe permissão para ser nomeado coadjutor da freguesia de Iguatemi, o rev. frei Ângelo do Sacramento, etc.	153
Carta para o rev. provincial, no mesmo sentido, etc.	154
Carta para o rev. ex-provincial, idem, idem	154
Ordem para serem tirados da igreja do Colégio e remetidos para a freguesia de Iguatemi, os objetos constantes da relação junta ..	186
Relação dos objetos que são tirados da dita igreja, a fim de irem para a expedição	186

INDICE DO VOLUME VIII

Carta ao rev. padre Caetano Soares, que vai à Iguatemi, desejando-lhe boa viagem e recomendando-lhe certas festas	12
Carta ao ajudante Antônio Lopes, recomendando pressa na partida da expedição, remetendo-lhe algumas coisas necessárias à expedição e visitando o capelão frei Ângelo	35
Carta ao ajudante Antônio Lopes, acompanhando a remessa de uma imagem de Nossa Senhora do Carmo, cujas virtudes descreve a carta	37
Ordem à dita junta, para entregar ao coronel Afonso Botelho, as côngruas dos vigários de São José, Sabaúna e Guaratuba	46
Carta ao mesmo coronel, pedindo informações sôbre uns 10.000 cruzados que foram dos padres jesuítas	59
Requerimento que fizeram os moradores de Iguatemi ao rev. dr. provisor dêste Bispoado	65

Carta ao vigário de Iguatemi sôbre ter-se êle acomodado com a decisão sôbre emolumentos paroquiais	113
Carta ao rev. padre frei Ângelo do Sacramento, dando-lhe pêsames pela morte de frei Antônio de Santa Teresa	93
Nomeação de capelão feita ao padre João Nepomuceno Ferreira Lustosa, para acompanhar o brigadeiro José Custódio a Iguatemi ..	164

ÍNDICE DO VOLUME IX

Instrução necessária para a execução de ordens anteriores e sôbre a desnaturalização dos jesuitas	40
Requerimento do padre Antônio Ramos Barbas e Louzada, pedindo a Sua Majestade que o mande relaxar da prisão em que está encerrado há 17 anos, como responsável pela capitulação da praça de Iguatemi	160
Capitulações que fazem o vigário Antônio Ramos Barbas e Louzada e o tenente Jerônimo da Costa Tavares, regentes da praça de Iguatemi, com o exmo. Sr. D. Agostinho Fernandes de Penedo, governador do Paraguai, para se lhe fazer entrega da referida praça debaixo das cláusulas e condições seguintes	162

ÍNDICE DO VOLUME XI

Certidão sôbre os vigários paulistas em Santa Ana do Sapucaí	38
Certidão de posse das cinco igrejas ao Sul do Rio Grande, 1747, 1766	185
Carta do Padre João Roiz, de Amorim ao rev. dr. Gaspar de Sousa Leal, vigário da Vara da Comarca de Guaratinguetá, 1747	186
Certidão de Posse da igreja de Itajubá, 1766	188
Carta do bispo de Mariana ao de São Paulo, 1757	189
Carta do bispo de Mariana ao de São Paulo, 1759	190
Carta do Cabido de São Paulo ao de Mariana, 1764	191
Carta do governador de São Paulo ao bispo de São Paulo, 1772 ..	199
Suposto diálogo entre o exmo. e rev. Sr. Bispo do Rio de Janeiro D. Fr. Antônio do Desterro, Pastor vigilantissimo, e os RR. PP. MM. seus consultores sôbre a Questão das cinco Igrejas, sitas além do Rio Grande, com o exmo. rev. Bispo de São Paulo, dr. Bernardo Rodrigues Nogueira, tendo um mapa e o Motu Próprio a vista	201
Certidão do vigário de Pindamonhangaba, 1814	568
Informação do vigário de Pindamonhangaba, 1823	662

ÍNDICE DO VOLUME XII

Registro de um bando ordenando que as companhias de ordenanças e auxiliares entrem de guarda às portas da igreja pelas endoenças	28
Registro de um bando ordenando que entrem de guarda às portas das igrejas as companhias de ordenanças e auxiliares	85
Em 1823 foi dado um seguro real a Sebastião Sotil, para acompanhar o padre Frutuoso na descoberta de Aracuara	90

INDICE DO VOLUME XIV

Provisão de S. Majestade, que declara as suspensões com que o vigário de Paracatu procurou inibir o juiz de órfãos	50
Carta do mesmo a D. Luís, prometendo executar infalivelmente a remessa dos padres José de Jesus e Caetano de S. Inez	59
Carta do conde a D. Luís, recomendando-lhe que faça tōda a diligência em descobrir os clérigos que se transportam a esta capitania sem passaporte	84
Carta do conde, em que torna a remeter a D. Luís, passaportes dos clérigos com ordem para soltá-los	92
Cópia do passaporte do padre Teodósio José de Freitas	92
Ordem do conde para se prender um leigo da companhia dos Jesuítas	99
Carta do conde da Cunha a D. Luís, em que se torna a recomendar a prisão do leigo jesuíta	101
Carta do conde a D. Luís, agradecendo-lhe a prisão do leigo jesuíta	105
Carta do conde a D. Luís, comunicando-lhe ter remetido pelo padre Francisco Xavier, três cartas, etc.	123
Cópia do decreto real, pelo qual foram expulsos os jesuítas da Espanha	147
Carta referindo-se aos motins que excitaram os jesuítas na cōrte de Madrid	185
Recibo que passou o mestre de Sumaca Nossa Senhora da Conceição e Pôrto Salvo	312

INDICE DO VOLUME XV

Têrmo da junta que se fêz na presença de D. Luís Antônio, sôbre a providência que se devia dar sôbre as discórdias que existiam entre os religiosos de Nossa Senhora do Monte do Carmo da vila de Santos e o prior e mais irmãos da ordem terceira do mesmo convento. Seguem-se 4 documentos a respeito	33
Edital que manda executar, em virtude da ordem de S. Majestade o Breve apostólico do S. S. Padre Clemente XIV, que extinguiu totalmente a companhia de Jesus, 1774	99

INDICE DO VOLUME XVI

Cópia da carta de S. Majestade, ordenando que sejam remetidos para o reino os bispos, religiosos e clérigos estrangeiros que passaram as conquistas sem ordem real, 1694	22
Cópia da carta de S. Majestade, que ordena nenhum dos governadores das capitanias admitam em suas jurisdições, bispos religiosos e clérigos sem ordem real	24
Cópia da carta de S. Majestade dirigida a Luís César de Menezes, na qual manda que não se admita nesta capitania religioso que vier do reino sem licença expressa de S. Majestade, 1709	43
Certidão de um alvará em forma de lei, providenciando aos párocos índios e missionários	55
Cópia de uma provisão real que ordena a todos os religiosos possuidores de terra, paguem os dízimos dō mesmo modo que os seculares, 1711	59

Carta régia ao governador de Santos, aprovando as despesas feitas com os soldados que vieram de São Paulo socorrer aquela praça contra o inimigo francês	64
Carta régia ao governador de Santos, comunicando ter ordenado a Pedro Taques de Almeida, administrador dos índios, e ao reitor do colégio de São Paulo, que dêem todos os índios necessários para os trabalhos das fortificações de Santos	65
Carta régia ao governador de Santos, aprovando os atos praticados em relação a questões suscitadas entre o provincial de São Francisco e os terceiros da mesma ordem	67
Carta de Vasco César de Menezes a Rodrigo César de Menezes, comunicando-lhe ter recebido de S. Majestade uma ordem para se remeter memórias a Academia para se escrever a história eclesiástica de São Paulo, digo, secular do reino e suas conquistas, 1722	83
Carta recomendando ao governador que dê todo auxilio possível a dois padres que vêm ao Brasil para fazerem a demarcação das capitanias	95
Ordem do ministro ao governador de São Paulo, para se respeitar o bispo, ajoelhando-se durante sua passagem, etc.	161
Carta do ministro, comunicando ao govêrno de São Paulo as ordens reais que deviam ser observadas sôbre o respeito devido ao bispo	162
Registro de um bando mandado lançar pelo governador desta capitania para o tratamento que se deve dar ao bispo de São Paulo	163
Carta régia annunciando a criação do bispado de São Paulo	164
Licença concedida aos carmelitas para tirarem esmolas para conclusão do hospício	165
Questões entre irmandades religiosas de Santos, com carta régia, petição, certidões e traslado de pedido	173

ÍNDICE DO VOLUME XVII

Carta de D. Antônio de Noronha a Martin Lopes, reforçando o pedido anteriormente feito, sôbre contratos de estradas, passaportes, etc. e remetendo o padre Manuel das Chagas, que andava em Minas, sem ordem real	160
Cópia da carta, na qual o Juiz de Fora fêz denúncia do dito padre ..	161
Cópia da carta do comissário franciscano, sôbre a entrega do dito padre ..	161
Carta pedindo 3 sacerdotes que saibam a língua guarani, para officiarem em duas povoações recentemente fundadas no Rio Grande	301

ÍNDICE DO VOLUME XVIII

Representação dos irmãos Carmelitas de Itu, no mesmo sentido	21
Carta Régia sôbre a tapagem de caminhos, para impedir invasões estrangeiras em São Paulo e expulsão de estrangeiros e frades	51
Carta Régia sôbre a nomeação de capelão para a guarnição de Santos e número de soldados ali existentes	53
Requerimento do padre Antônio Pinheiro Machado, pedindo para ser confirmado capelão da praça de Santos	54
Carta Régia exigindo a relação dos bens de raiz das igrejas desta capitania	62

Carta Régia pedindo informações sobre a fundação de um convento de freiras em São Paulo	87
Carta Régia ordenando que se auxiliem aos frades da ordem de São Francisco	127
Carta Régia comunicando as providências tomadas sobre a contenda religiosa	131
Carta Régia proibindo a intervenção do vigário da vara e do da matriz de Santos na casa de misericórdia daquela vila	173
Carta Régia sobre discórdias entre frades	183
Carta Régia sobre repressão das discórdias entre frades	186
Carta Régia proibindo que religiosos vaguem pela capitania de São Paulo sem licença e mandando recolher prêso o frade João de S. Domingos	235
Carta Régia sobre a prestação de auxílio para o restabelecimento da ordem e da obediência entre capuchinhos	239
Carta Régia ordenando que se dê ajuda contra os frades do convento de S. Clara de Taubaté	245
Carta Régia declarando nulas as doações de terras feitas a ordens religiosas	267
Carta Régia censurando o vigário da vara de São Paulo por usurpar atribuições do poder civil	269
Carta Régia pedindo informações sobre a irmandade de misericórdia de São Paulo	271
Carta Régia ordenando, digo participando a vinda dos padres jesuítas Diogo Soares e Domingos Capaci, matemáticos, para levantarem plantas e mapas constantes de um certo alvará	281

ÍNDICE DO VOLUME XIX

Carta expondo a necessidade da demarcação das freguesias desta capitania e pedindo autorização para juntamente com o vigário capitular tratarem dêste assunto como entenderem	3
Carta tratando do conflito de jurisdições eclesiásticas entre o vigário de Viamão e os religiosos de Lages	4

ÍNDICE DO VOLUME XX

Registro de uma carta que se escreveu aos missionários das aldeias desta capitania, exigindo lista dos índios, etc.	17
Cópia da carta que se escreveu aos ditos missionários, para não darem índios sem licença do general	18
Registro da carta que se escreveu ao dito provedor, sobre proibição da passagem de religiosos para as novas minas de Guiabá	66
Registro de uma carta escrita ao padre Francisco Justo, pedindo-lhe a remessa de certos papéis trazidos das minas de Cuiabá	96
Registro do parecer que deram os padres do colégio desta cidade sobre a ida do tesoureiro dos defuntos e ausentes para as minas de Cuiabá	166
Registro de uma carta de Frei João de Capistrano, pedindo a ajuda do braço secular	214

Registro das ordens que se passaram aos capitães mores, etc., ordenando-lhes que dêem tódia a ajuda e favor ao dito Frei Capistrano	216
Registro de uma carta escrita ao ouvidor geral, referindo-se a desarmonias do mesmo com o vigário da vara, etc.	256
Portaria mandando dar ao Bispo o auxílio do braço secular	144
Portaria para a junta mandar reconstruir os edificios da Vila de Santos, pertencentes a Sua Majestade e cuidar dos escravos que foram dos Jesuítas	93
Nomeação passada ao padre frei Francisco do Amparo, de capelão da fazenda que foi dos padres Jesuítas	106
Portaria para o Capitão Martinho Alves de Figueiredo aprontar canoas no Rio Grande do caminho de Santos para o transporte do bispo Diocesano	142
Carta expondo as dúvidas que existem em saber a quem pertence a jurisdição eclesiástica da nova vila de Guaratuba	9
Lista das despesas que se fazem anualmente nesta provedoria com eclesiásticos, etc.	75
Carta ao bispo do Rio de Janeiro, agradecendo-lhe o favor concedido ao Reverendo Padre João Pereira Couto	172
Carta ao mesmo, participando ter recebido a provisão para se averiguar as igrejas coladas que existem nesta capitania	188
Relação das igrejas coladas existentes, no bispado da capitania de São Paulo	190
Carta ao bispo do Rio, pedindo licença para se fundar igreja, etc., na vila de São Luis de Guaratuba	249
Carta ao mesmo, dando noticias da prisão do Reverendo Padre Francisco Xavier Garcia, acusado de amotinador	251
Carta ao vice-rei, dissertando longamente sôbre o seqüestro jesuítico	252

ÍNDICES DOS VOLUMES XXIII E XXIV

Construção de uma capela na Barra da Bertioga	207
Cópia da carta do Conde de Oeyras sôbre a fundação da vila de Guaratuba	207
Representação do povo de Taubaté sôbre a reconstrução da Igreja Matriz daquela Vila, com informação do Capitão General e vários outros documentos sôbre a matéria	284
Representação do Cabido de São Paulo, sôbre a reconstrução do frontespício da Igreja da Sé, com informação do Capitão General e mais documentos	286
Carta ao Senhor Bispo do Rio de Janeiro, sôbre a jurisdição dos Campos das Lages	309
Carta do Vigário Capitular de São Paulo ao Bispo do Rio de Janeiro, sôbre a jurisdição eclesiástica da vila de Lages, com 5 documentos. Volume XXIII	312
Sôbre a conspiração do Padre Francisco Xavier Garcia e a revolta dos criados. Volume XXIII	332
Resumo dos depoimentos das testemunhas que depuseram na conspiração do Padre X. Garcia. Volume XXIII	336

Carta ao Arcebispo de Braga agradecendo êste favor feito a casa do Morgado de Mateus. Volume XXIII	368
Carta sobre a desnaturalização de jesuítas. Volume XXIII	370
Carta sobre missas cantadas e cêra para a Igreja Matriz de São Paulo. Volume XXIV	27
Sobre não se consentir que os clêricos sejam portadores de papéis para os juizes. Volume XXIV	17
Sobre o convento do Carmo de Santos açoitár soldados desertores. Volume XXIV	20
Sobre a necessidade de um vigário na ilha de Santa Catarina. Volume XXIV	21
Sobre a proibição dos Jesuítas de fundarem um novo estabelecimento em Pindamonhangaba. Volume XXIV	36
Sobre o lugar que compete aos vereadores e ouvidor nas igrejas. Volume XXIV	39
Sobre a necessidade de um vigário na vila da Laguna. Volume XXIV	65
Sobre a fundação de um convento de frades mendicantes em Itu. Volume XXIV	81
Ordenando que os Jesuítas façam o caminho do Rio de Janeiro as fronteiras de São Paulo, em suas terras. Volume XXIV	94
Sobre os religiosos deverem consertar os caminhos nas testadas de suas terras. Volume XXIV	96
Ida do Padre Miguel Mascarenhas a Cuiabá. Volume XXIV	116
Sobre os crimes de dois clêrigos nas Minas de Goiás. Volume XXIV	160
Jesuítas sobre a catequese dos Parisis. Volume XXIV	172
Comunica a nomeação de capelão para a Praça de Santos. Volume XXIV	242
Carta Régia sobre bens de ausentes, capelas e resíduos em Santos. Volume XXV	124
Ofício do Ministro Luiz Pinto de Souza, ordenando que seja posto em liberdade o ex-vigário de Iguatemi, padre Ramos Louzada. Volume XXV	140
Carta de Dom Luiz Antônio ao Sr. Bispo. Volume XXV	141
Ordem para se dar pólvora para as salvas na entrada do bispo nesta cidade	142
Licença que deu o bispo Diocesano para os soldados que vão para o Rio Grande se desobrigarem na quaresma nas mesmas embarcações	154
Ordem para o Dr. Provedor da Fazenda Real mandar dar pólvora para salvas no dia da entrada do Bispo na cidade	156
Portaria ao Bispo Diocesano, mandando um capelão para a aldeia de Itapecerica	157
Portaria para se dar mantimento aos escravos que trabalham no preparo do Colégio para moradia do Bispo	159

ÍNDICE DO VOLUME XXXVI

Sobre a viagem do Bispo Capelão Mor a São Francisco	16
Sobre o pedido de um hábito de Cristo, feito por José Matias Ferreira de Abreu	21

Participando ter o Padre Francisco Moreira da Costa sido condecorado com o hábito de Cristo	30
Agraciando João Caetano da Silva com o hábito de Cristo, por ter descoberto novas vias de comunicação entre São Paulo e Goiás	45
Manda informar em requerimento sobre arrecadação das esmolas para a Casa Real e Igreja de Santo Antônio de Lisboa	72
Requerimento sobre a arrecadação das esmolas para a Real Casa e Igreja de Santo Antônio de Lisboa	72
Manda informar um requerimento em que o Padre Francisco das Chagas Dima pede auxilio para a conclusão da Matriz de Belém, nos Campos de Guarapuava	79
Carta Régia ordenando a construção da Matriz nos Campos de Guarapuava	82
Carta Régia criando em São Paulo uma cadeira de Escritura Sagrada e nomeando o Padre Antônio Paes de Camargo	86
Manda informar se Antônio da Silva tem os requisitos para receber o hábito de Cristo	90
Manda recolher à Caixa dos Descontos de São Paulo os dinheiros de Órfãos e irmandades em Curitiba	119
Manda informar um requerimento em que o Padre Elias do Monte Carmelo pede licença para fundar uma Congregação religiosa ..	126
Sobre a catequese dos índios do Paraná	170
Dita para o Dr. Vigário geral dêste Bispado, Padre Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade. Volume XXXVII	28

ÍNDICE DO VOLUME XXXVII

Dita para o Sr. Bispo	160
Dita para o Sr. Padre Mestre Francisco de Paula Oliveira	174
Dita para o Vigário Geral	195
Dita para o Vigário Geral	200
Dita para o Vigário Geral	202
Dita para o Vigário Geral	208
Dita para o Vigário Geral	209
Dita para o Vigário Geral	210
Dita para o Vigário Geral	217
Dita para o Vigário Geral	223
Dita para o Dr. Vigário Geral e Prior do Carmo	256
Dita para o Vigário Geral	269
Dita para o Vigário Geral	271
Dita para o Prior do Carmo e Guardião de São Francisco	272
Dita para o Vigário de Santa Efigênia	273
Dita para o Vigário Geral	279
Dita para o Vigário Geral	284
Dita para o Vigário Geral	317
Dita para o Sr. Deputado na Côrte, Padre Diogo Antônio Feijó	369

ÍNDICE DO VOLUME XXXVIII

Carta de data de terras ao padre Lourenço Leite Penteado	190
Provisão sobre os privilégios dos Síndicos dos Religiosos de São Francisco	228

Provisão de Vigário de São Paulo ao padre Mateus Lourenço de Carvalho	236
Dita sobre congruas e fornecimento dos gêneros ao padre Francisco Barbosa, Vigário de Santos	237
Dita do vigário de Santos ao padre Francisco Barbosa	238
Dita concedendo licença por 3 anos ao Reverendo Frei Leopoldo de Santa Teresa, para pedir esmolas a favor do Hospício de São João Nepomuceno, de Lisboa	365

ÍNDICE DO VOLUME XXXIX

Dita ao Reverendo Sr. Bispo Diocesano sobre a nomeação de um capelão para a povoação de Piracicaba	7
Carta ao Bispo Diocesano requisitando a prisão do furriel Cláudio Joaquim Monteiro, que tomara ordens sacras sem a necessária licença do Governo	10
Dita ao Bispo Diocesano remetendo cópia de um officio sobre uma pretensão de André da Silva Gomes	16
Dita ao Bispo Diocesano sobre a expulsão do vigário de Taubaté ..	13
Dita ao Bispo Diocesano sobre a nomeação do Padre Antônio Ribeiro de Siqueira para Pastor da Aldeia dos Pinheiros	21
Carta ao Bispo Diocesano sobre a conservação do Padre João Pereira da Costa na paróquia de Cunha	24
Carta ao mesmo sobre a remessa de uma relação circunstanciada dos clérigos existentes no Bispado	25
Dita ao Bispo Diocesano sobre aldeamento dos índios	29
Carta do Bispo Diocesano sobre negócios do Juízo Eclesiástico	52
Dita ao Bispo Diocesano sobre o serviço da instrução pública	56
Carta ao mesmo Bispo Diocesano comunicando ter S. A. R. resolvido confiar a inspeção do ensino ao governador da Capitania ..	59
Dita ao mesmo sobre negócios eclesiásticos, referentes a paróquia de Taubaté	65
Dita ao mesmo reiterando um pedido anterior sobre uma relação circunstanciada de todos os clérigos existentes no Bispado	65
Dita ao Bispo Diocesano sobre o serviço militar e o ensino da lingua grega em São Paulo	100
Carta ao Bispo Diocesano remetendo outra do Conselho Ultramarino agradecendo a atenção dispensada a um pedido feito anteriormente	111
Dita ao Bispo Diocesano sobre a conclusão da paz celebrada entre as Côrtes de Portugal e Espanha	115
Dita ao Bispo Diocesano comunicando a conclusão da paz entre Portugal e França	126
Dita ao Bispo Diocesano sobre negócios eclesiásticos	149
Dita ao Bispo Diocesano sobre o atentado de que foi vítima o Padre Manuel Francisco de Andrade, vigário da paróquia de Taubaté	164

ÍNDICE DO VOLUME XL

Informando sobre o pretenso padre Manuel Rodrigues Mascarenhas	92
Sobre a criação de uma vigararia em Cuiabá	112
Sobre a existência de clérigos imorais e desordeiros em Goiás	124

ÍNDICE DO VOLUME XLI

Carta ao Vigário de Nazaré pedindo a lista dos índios existentes naquela freguesia	27
Dita ao Bispo do Rio de Janeiro, sobre a nomeação de mais um vigário para as minas de Goiás	162
Carta ao Dr. Gregório Dias da Silva, superintendente das minas de Goiás, sobre desordens, arrecadação da Fazenda Real, expulsão de frades e manutenção de posse das ditas minas	259
Carta ao Bispo do Rio de Janeiro sobre o procedimento irregular de alguns padres nas minas de Goiás	333

ÍNDICE DO VOLUME XLII

Para o Vice-Rei sobre a alforria de escravos do convento do Carmo de Santos	125
Para o Bispo de São Paulo, pedindo providências contra os atos reprováveis do vigário de Mogi das Cruzes	147
Para o mesmo Bispo denunciando o mal proceder do vigário de Mogi das Cruzes	148
Para o Brigadeiro José Marcelino, sobre a falta de clérigos para capelães de índios em aldeias fundadas no Rio Grande do Sul	294

ÍNDICE DO VOLUME XLIII

Cópia da carta dirigida ao Bispo de São Paulo, sobre a relação dos habitantes da Capitania	66
Carta de Martinho de Melo e Castro sobre o auxilio a prestar ao Bispo no preparo da relação das igrejas deste Bispado	73
Carta de Melo e Castro, sobre o pagamento de cinquenta mil réis aos capelães e meninos do côro da Sé	170
Carta de Martinho de Melo e Castro a favor dos religiosos franciscanos	184
Cópia das ordens de S. Majestade a favor dos religiosos de São Francisco	186
Para o Exmo. Bispo de São Paulo, D. Frei Manuel da Ressurreição, sobre o direito de nomear professor de gramática	204
Para o Governador de Minas Gerais, sobre um clérigo de má conduta, vindo daquela Capitania	224
Oficio informando sobre o estado da Igreja Matriz de Taubaté ..	230
Para o Secretário de Estado, Martinho de Melo e Castro, sobre os negócios eclesiásticos da Capitania	251
Para o mesmo Secretário de Estado, sobre as desordens existentes na Igreja desta Capitania	253
Oficio informando sobre algumas irregularidades praticadas pelo Bispo Diocesano	266
Para o Bispo sobre a expulsão de São Paulo do Padre Antônio José de Abreu	268
Queixa dada contra o Padre Antônio José de Abreu	270
Sobre a arrematação da renda da fazenda Araçariguama, que foi dos Jesuítas	272

Carta de Martinho de Melo e Castro, sobre o vigário de Vila de Itu, e prepotências dos Ferrazes	283
Para o Bispo Diocesano, sobre a má conduta do vigário de Mogi-Guaçu	307
Ofício queixando-se da corrupção do clero paulista	308
Para o Bispo D. Frei Manuel da Ressurreição, sobre o mau proceder de um ordenando de Minas Gerais	315
Ofício contendo novas queixas contra o bispo da Diocese de São Paulo	317
Para o bispo Diocesano, sobre as desordens de clérigos empregados na Sé de São Paulo	331
Sobre a incapacidade do Padre Francisco Xavier de Passos, para ensinar retórica	334
Sobre a incapacidade científica do padre Roque Soares de Campos ..	335
Sobre a conveniência dos Frades regulares ensinarem ao público ..	337
Sobre a falta de pagamento dos Párocos das aldeias dos índios	341
Nova informação sobre o pagamento dos Párocos das aldeias dos índios	346
Sobre violências de que estava sendo vítima o vigário da vila de Itu ..	350
Ofício de queixa contra o vigário de Mogi Mirim	372
Ofício de queixa sobre desordens de alguns frades Franciscanos, patrocinados pelo Bispo	373
Ofício pedindo um sucessor, por estar velho e cansado e não querer mais questões com o Bispo Diocesano	375
Sobre a falta de atenção com que o Capitão General foi tratado pelo Bispo da Sé de São Paulo	375
Ofício contendo novas queixas contra o padre Ivo José Gordiano e contra o vigário de Mogi Mirim	388

ÍNDICE DO VOLUME XLIV

Limites da Diocese do Pará com os Bispados vizinhos — Relatório ..	99
Relação dos bens apreendidos e confiscados aos Jesuítas da Capitania de São Paulo, como consequência da expulsão dos Jesuítas do Brasil em 1759	339

ÍNDICE DO VOLUME XLVII

Carta de Gomes Freire de Andrade ao governador de Santa Catarina, na qual refere pertencer esta Capitania, no espiritual a jurisdição do bispo de São Paulo	146
---	-----

ÍNDICE DO VOLUME XLVIII

Alvará Régio pelo qual foram dados a Igreja de São Vicente 3\$000 de esmola, para a compra de cêra, vinho e farinha, necessários ao referido Templo	25
Alvará Régio determinando a forma de pagamento ao vigário e beneficiados da Igreja de São Vicente, Capitania de Martin Afonso de Souza, de 28 de novembro de 1552	27

Alvará Régio mandando fundar na Capitania de São Vicente um colégio da Sociedade de Jesus, destinado a cinquenta religiosos, e determinando a forma de sustentação do mesmo pela Fazenda Real de 11 de fevereiro de 1568	39
Nota do registro do pagamento da quantia de 400\$000 aos padres do colégio de São Vicente, de 1.º de dezembro de 1584	45
Alvará Régio mandando pagar 1:000\$000 cada ano ao colégio dos padres da Sociedade de Jesus, estabelecido na Capitania de São Vicente	47

ÍNDICE DO VOLUME XLIX

Carta régia ordenando que o governador da Capitania do Rio de Janeiro desse informações sobre a fundação de um colégio de Jesuítas em Paranaguá, 7 de novembro de 1712	88
Provisão régia mandando dar 100\$000 anuais, durante um triênio, para a reedificação da capela mor da igreja de Itanhaem, 11 de fevereiro de 1714	140
Provisão régia sobre os clérigos e estudantes eclesiásticos domiciliados nas Minas	212
Provisão régia sobre o pedido de uma ordinária anual para o convento de N. S. da Conceição do termo da vila de Santos (acompanhada da resposta do governador do Rio de Janeiro, de 5 de março de 1718)	216

ÍNDICE DO VOLUME L

Provisão régia mandando observar infalivelmente as ordens anteriores que proibam passagem as Minas quaisquer religiosos, nem ainda para tirarem esmolas, a fim de se evitar, além de grave escândalo o descaminho do ouro dos quintos	31
Provisão régia sobre licença ao padre Manuel dos Reis, por tempo de um ano, para ir às Minas efetuar cobranças	116
Carta do governador da Capitania do Rio de Janeiro ao Rei, comunicando-lhe que mandara dar 50\$000 de ajuda de custo ao padre Fr. Agostinho da Trindade e prestando informações sobre o sul do país, especialmente sobre as aldeias Jesuíticas do Rio Grande	120
Carta do governador da Capitania do Rio de Janeiro ao Rei, dando informações sobre a provisão régia de 30 de janeiro de 1728, pela qual os capuchos haviam reclamado contra a fundação de um convento de Carmelitas na vila de Itu	135
Carta do governador da Capitania do Rio de Janeiro ao Rei, sobre as providências que tomara quanto a certa quantidade de ouro remetida pelo ouvidor geral de São Paulo, por um religioso da ordem de São Bruno, contendo referências a Sebastião Fernandes do Rego	137
Carta do governador da Capitania do Rio de Janeiro ao Rei, dando conta dos obstáculos opostos pelos padres da Companhia de Jesus, à continuação da abertura do caminho entre São Paulo e o Rio de Janeiro	171
Carta do governador da Capitania do Rio de Janeiro ao de São Paulo, tratando do descôro do fundidor da Casa da Moeda, do	

que aconteceu ao ensaiador numa viagem marítima e de uma Societas Sceleris, para desencaminhar e furtar os quintos do ouro, da qual fazia parte o padre Manuel Carneiro	220
Carta do governador da Capitania do Rio de Janeiro ao da Colônia do Sacramento, tratando além de outros assuntos dos padres Diogo Soares e Domingos Capasi, da falsificação da moeda e do caminho entre São Paulo e Laguna	241
Provisão régia permitindo que os padres da Companhia de Jesus concluíssem o caminho, já por elles principiado, em continuação do aberto pelos paulistas entre as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro	245
Provisão régia mandando que se concluísse o caminho entre a Capitania de São Paulo e a cidade do Rio de Janeiro, do qual se haviam encarregado os padres da Companhia de Jesus, ainda mesmo à revelia e a custa destes	267

INDICE DO VOLUME LI

Carta Régia ao governador da Capitania do Rio de Janeiro, sôbre o número de religiosos que devem ir as Minas (acompanhando a resposta de D. Alvaro da Silveira de Albuquerque)	61
Carta Régia a D. Alvaro da Silveira de Albuquerque, sôbre as ordens religiosas e a assistência espiritual nas Minas	167
Carta de D. Alvaro da Silveira de Albuquerque ao Rei, dando-lhe conta da maneira singular por que Bento Correia Coutinho deixou o pôsto de capitão da Infantaria paga do Rio de Janeiro, tomando ordem eclesiástica e dizendo-se para isso obrigado do espirito	247
Carta Régia ao superintendente das minas de São Paulo, proibindo a assistência de religiosos nos distritos auríferos	308

INDICE DO VOLUME LII

Carta Régia a D. Fernando Martins Mascarenhas de Lancastro, sôbre a construção de edificios para o pólvora e para a alfândega na vila de Santos, assim como sôbre obras da igreja matriz e cadeia da mesma localidade e da cadeia da vila de São Paulo ..	21
Carta Régia a D. Fernando Martins Mascarenhas de Lancastro, declarando-lhe haver proibido a saída de religiosos do reino para a Capitania do Rio de Janeiro e mandando expulsar das Minas ainda que fôsse preciso a ajuda do braço secular os frades que persistissem em continuar lá, sem licença do governador ou do Bispo	44
Carta Régia a D. Francisco Martins Mascarenhas de Lancastro, mandando retirar das Minas os religiosos que lá estivessem e cumprir inviolavelmente as ordens anteriores relativas aos frades ..	126
Carta Régia a Francisco de Castro Morais, ordenando que tanto êste como Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho providenciassem no sentido de ser retirado das Minas e embarcado para o reino religioso trinitário Frei Francisco de Menezes	207

ÍNDICE DO VOLUME LIII

Sôbre o que escrevem os oficiais da Câmara da Capitania de São Vicente acêrca do descobrimento das Minas de Paranaguá e assistência dos religiosos — Barbados estrangeiros	9
Sôbre o que escrevem os oficiais da Câmara da Vila de São João da Cananéia, acêrca dos casais dos índios, que pretendem continuação para a obra da Igreja Matriz e alívio do donativo de Inglaterra e paz de Holanda, e vai o papel que se acusa	23
Sôbre a despesa que fêz o provedor da Fazenda do Rio de Janeiro com o Padre Frei Pedro de Souza, que foi averiguar as minas de Dom Francisco de Souza	34
Sôbre o que escreve Luiz Lopes de Carvalho acêrca do que resultou das experiências, que fez o Padre Frei Pedro de Souza, nas minas de prata que tinha descoberto	36
Sôbre a conta que dão os oficiais da Câmara do Rio de Janeiro acêrca do Bispo daquela Capitania assistir em São Paulo	37
Frei Gabriel do Destêrro, abade de São Bento do Rio de Janeiro, responde à ordem que teve para mandar fazer missões, e ensinar a doutrina e administrar os sacramentos às pessoas que vivem no sertão daquela cidade e vai a carta que se acusa	58
Sôbre os frades e clérigos nas Minas	83
O Bispo do Rio de Janeiro responde à ordem que teve, para não dar licença aos clérigos e frades para irem às Minas e para não cometer aos frades a cura das almas, senão aos clérigos bem procedidos; e vai a carta que se acusa	96

ÍNDICE DO VOLUME LV

Para o Capitão Francisco Franco da Rocha, comandante da povoação de Piracicaba, exonerando o sargento mor da vila, Carlos Bartolomeu de Arruda, nomeando em seu lugar o Capitão Francisco Franco da Rocha e recomendando a construção de uma nova Igreja	26
Cartas para alguns Capitães Mores e Comandantes de algumas vilas que abaixo se declaram, sôbre as atenções que devem ter para com o prelado da Diocese, em visita as igrejas da Capitania ..	76
Para a Câmara da vila de Lages, sôbre o pagamento dos serviços prestados pelo pároco	145
Para o Padre Superior da Aldeia da Escada, autorizando o abandonar a aldeia em vista da impossibilidade em que se acham os habitantes de auxiliá-lo	168
Para o Sargento Mor Comandante da vila de São José, Inácio de Araújo Ferraz, sôbre as desordens cometidas pelo vigário	251
Para a Câmara da vila de Itapeva, sugerindo um auxilio espontâneo dos habitantes ao pároco da Freguesia, por ser insuficiente o que percebe da Fazenda	317

ÍNDICE DO VOLUME LVI

Para o Sargento Mor Comandante de Itapeva, sôbre o desrespeito aos sacerdotes	55
---	----

Ao vigário da vila de Paranaguá, solicitando informações sôbre o custo dos serviços religiosos	66
Para o Capitão Mor de Cananéia, ordenando não se darem passaportes durante a quaresma, a quem não tiver satisfeito os deveres religiosos	67
Carta ao Capitão Antônio Inácio de Mesquita, sôbre a devolução dos ornamentos e alfaiaes pertencentes à capela de Nossa Senhora da Ajuda	103
Carta a Câmara da vila de Sorocaba, sôbre a conservação do Frei Vicente Ferreira na presidência do hospício da vila	103
Carta ao vigário da Freguesia de Curitiba, solicitando remeter prova de já haver contribuído para o donativo da S. A. R.	129
Carta à Câmara de Jacareí, pedindo informações sôbre a importância das conhecenças recebidas pelo pároco da Freguesia	177
Carta a Joaquim Pinto Filho, ordenando a abertura de inquérito sôbre os legados dos Jesuítas	180
Carta ao Capitão Mor de Cananéia, sôbre a observância dos preceitos religiosos durante a quaresma	195
Carta Circular a todas as Câmaras, sôbre não se pagarem conhecenças aos vigários que recebam cõgruas	199
Para a Câmara de Jacareí, sôbre a cobrança de conhecenças pelo vigário	206
Para a Câmara da vila de Jacareí, sôbre a reparação da Igreja Matriz	263
Carta ao Comandante da vila de Jacareí, autorizando-o a iniciar as obras da Igreja Matriz	266
Carta ao Tenente Comandante da vila de Jacareí, Antônio Coutinho da Silva Xavier, remetendo cartas e instruções a respeito do vigário da vila	306
Carta ao Vigário de Pindamonhangaba, sôbre o mesmo assunto abaixo	329
Carta ao Capitão Mor Inácio Marcondes do Amaral, sôbre o respeito a que tem direito o pároco da Freguesia	328

INDICE DO VOLUME LVII

Para o Abade de São Bento, conservação do culto público na Capela de São Bernardo	38
Para o Ajudante de Ordens, representação dos moradores de São Bernardo sôbre o culto na capela	39
Para o Diretor da Freguesia de São João de Queluz, criação de nova Igreja	49
Para o Comandante da vila de Curitiba, remessa de prêso da capela de Tamanduá	90
Para o Juiz Ordinário da vila de Itu, louvando a dedicação do padre Antônio Pacheco	129

INDICE DO VOLUME LVIII

Para o padre Euzébio, remetendo documentos	23
Para o padre Francisco das Chagas Lima, nomeando-o para a catequização dos índios de Guarapuava	139

Para o padre Francisco Pedro Nolasca, sôbre a ida de sacerdotes para Guarapuava	139
Para o Vigário da vila de Pôrto Feliz, sôbre a catequese dos índios Caiapós	286
Para o Vigário da freguesia de Pôrto Feliz, sôbre a catequese dos índios Caiapós	287
A Câmara e Capitão Mor da vila de Castro, sôbre a recusa do povo em aceitar o vigário colado	328

ÍNDICE DO VOLUME LIX

Para o Abade do Mosteiro de São Bento, remetendo prêso	46
Carta ao Capitão Mor de Pôrto Feliz, sôbre índios livres que o padre Ferraz conserva como escravos	129
Para o Padre Vigário da vila de Taubaté, pedindo informar sôbre a queixa relativa à fatura das estradas	104

ÍNDICE DO VOLUME LX

Provisão sôbre licenças de casamentos e razões do embargo que o bispo pretende opor à sua execução	16
Nomeação dos professôres pelos governadores, capitães gerais e bispo	23
Pedido de informação a um requerimento do padre Antônio José de Santana Pinto sôbre o aumento da cônica que percebe, por não estar cobrando conhecença	31
Petição do arcediogo e dos cônegos cabidos da Sé de São Paulo em prol do aumento de suas cônica	34
Remessa à Mesa da Consciência das cópias das ordens régias dos párocos da Capitania	42
Excomunhão de milicianos que auxiliaram a prisão de um padre ..	136
Aumento das cônica	178
Fundação de um seminário de educandas em Santos	200
Aumento das cônica do bispo de São Paulo	222

ÍNDICE DO VOLUME LXI

Banda de música para a Igreja	139
-------------------------------------	-----

ÍNDICES DOS VOLUMES LXII e LXIV

Para o guardião do Convento de São Francisco desta cidade	9
Para o pároco da Aldeia da Ajuda	58
Resposta que o Padre guardião deu à carta acima	10
Para um religioso irmão do Tenente-Coronel Regente da Praça de Guatemi	63
Carta para o Ouvidor Geral da Comarca proceder contra o Eclesiástico que deu asilo aos desertores da praça do Rio de Janeiro na forma que requereu o Exmo. Sr. Vice-Rei por Carta de 24 de outubro dêste presente ano de 1772	88

Para o guardião do Convento de Santa Clara de Taubaté	149
Para o Rev. Padre Joaquim Pedroso, morador no bairro da Penha ..	262
Para o guardião do Convento de São Francisco da Vila de Itu	212
Para o Rev. Padre Joaquim Pedroso, morador no bairro da Penha ..	267

ÍNDICE DO VOLUME LXV

Ordem para o Juiz de Fora desta Vila fazer arrecadar as dívidas que se devam a Salvador Gomes Ferrei e a fazer rematar os bens a êle pertencentes	37
Ordem ao Juiz de Fora desta Vila para inquerir o que fôr a bem do sequestro dos padres Jesuítas	38
Ordem para o Tenente Antônio José de Carvalho, que é inspetor das Fazendas dos Padres da Companhia do Colégio de Santos o ser também da Fazenda do Cubatão, sem embargo de pertencer ao Colégio desta cidade	121
Ordem para se dar auxílio ao Tenente Antônio José de Carvalho, para que êste consiga a boa administração das Fazendas dos bens que foram da Companhia de que está encarregado	123
Ordem para que no Hospital se curem os escravos que adoecerem pertencentes as Fazendas que foram dos Padres Jesuítas do Colégio de Santos	124
Portaria para o Provedor da Fazenda Real mandar assistir com doze mil e oitocentos para sustentação do capelão da nova Povoação de Sabaúna, o Padre Frei Francisco da Piedade	155
Ordem que se deu ao Provedor da Fazenda Real, estando para ir para Santos para ver como se vai administrando o que pertence aos padres da Companhia	172
Ordem para o Dr. Juiz de Fora de Santos poder ir tôdas as vêzes que julgar nece, digo preciso falar ao Padre Francisco Xavier Garcia, que se acha prêso na Fortaleza da Barra Grande	192
Bando para que tôda a pessoa que fôr Irmão de qualquer Confraria ou Irmandade erecta debaixo da Administração dos Padres Jesuítas se denunciem dentro de três dias nesta Secretaria	217
Ordem para se dar Auxílio aos Officiais da provedoria que vão a uma diligência importante ao Real Serviço	219
Bando que se lançou nesta cidade para serem expulsos todos os que foram Padres da Companhia e irem para o Reino	224
Ordem para o official da sala fazer conduzir um hermafrodito que se acha nesta cidade, à presença do vigário capitular, para se fazerem os exames precisos	228
Ordem para ser diretor dos administrados da Capela da Senhora da Conceição da Vila de Parnaíba, o alferes Antônio Manuel da Rocha	230
Portaria para o Provedor mandar satisfazer a despesa das licenças que se tiraram para as novas Igrejas das povoações de Paranaguá	236
Para se dar cônica aos párocos da nova povoação de Sabaúna e de Ararapira	236
Portaria para se tirar do cofre dois cálices de prata e seus pertences para se dar para as igrejas das novas povoações da Marinha	240

Porquanto se faz preciso tirar devassa contra as pessoas que correram para a fuga do padre Francisco Xavier Garcia, que por ordem do seu Prelado foi recolhido à Fortaleza de Barra de Santos	241
Nomeação do padre Luis José dos Reis para capelão da Irmandade Militar	247
Ordem ao Dr. Juiz de Fora de Santos, José Gomes Pinto de Moraes, que finda a devassa a que se está procedendo faça perguntas a pessoas que mandei prender para averiguação da dita fugida do padre Francisco Xavier Garcia	255
Por ordem do Sr. Juiz de Fora da Vila de Santos foram postos em liberdade os presos implicados na fuga do padre Francisco Xavier Garcia	258
Ordem ao comandante da praça faça transportar a Irmandade dos Militares da praça de Santos para a Igreja do colégio da Vila de Santos	270
Ordem para se fazer a dita capela ao glorioso Santo Antônio em Mogi Guaçu	291
Ordem ao Almoxarife e ao Comandante da praça de Santos para que dê a pólvora necessária para as salvas de Mosquetaria e Artilharia na festa do Rev. Padre Visitador do Carmo	298
Ordem para que as tropas dêem descarga de três tiros por ocasião da chegada de Nossa Senhora do Carmo	298
Ordem ao Almoxarife entregue ao secretário d'este govêrno Tomás Pinto da Silva, trinta e nove libras e meia de pólvora para as salvas que se hão de dar no dia do Santo Antônio Coronel	314
Para assistir a vila de Santos com a pólvora que fôr precisa para a festa que se celebra na Igreja do Colégio da dita vila	325
Ordem para entregar ao tenente-coronel Afonso Botelho de S. Paio e Souza, quatrocentos mil réis para o gasto do orçamento das capelas mores das Igrejas das novas povoações	337
Estatutos que servem de compromisso da Irmandade Militar da Praça de Santos	346
Ordem para se reparar na capela da Fortaleza os estragos feitos pelo mar	354
Ordem para se refazer os estragos na capela e para que continui a dizer missas o mesmo capelão	355
Foi nomeado o Rev. Padre Fr. Antônio de Santa Tereza Xavier, para exercer a occupação de capelão da Fazenda de N. Senhora da Conceição de Arassariguama	357
Ordem ao Administrador da dita Fazenda para que reconheça o Rev. Padre Fr. Antônio de Santa Tereza Xavier como capelão da Fazenda de N. S. da Conceição de Arassariguama	358
Foi nomeado o Rev. Padre Fr. Torcato Teixeira de Santa Ana Reis, para capelão da Fortaleza da Bertioga	358

INDICE DO VOLUME LXVI

Carta para o Revmo. Bispo do Rio de Janeiro	82
Carta para o Vigário da Vara	96
Carta para o Revmo. Bispo do Rio de Janeiro	97

Carta para o Exmo. Bispo de São Paulo	177
Registro de um bando que mandou lançar o Governador desta Capitania para o tratamento que se deve dar ao Revmo. Bispo de São Paulo	258

ÍNDICE DO VOLUME LXVII

Para o Padre José Cardoso de Almeida, Mor em Cabo Verde	53
Para o Padre Fr. Francisco da Piedade, superior da D. ^a Aldeá	72
Para o Tenente Antônio José de Carvalho, inspetor geral da Fazenda dos P. P. Jesuítas da vila de Santos e do Cubatão	73
Para Fr. Francisco da Piedade	106
Para Fr. Manuel da Natividade Teixeira	124
Para o Padre Fr. Francisco da Piedade	161

ÍNDICE DO VOLUME LXVIII

Para o Rev. Capitular dêste Bispado	32
Para o Tenente Antônio José de Carvalho, administrador geral das Fazendas dos P. P. Jesuítas de Santos	37
Para o Padre Superior da Aldeia de São Miguel	39
Carta circular para todos os Capitães mores desta Capitania, a respeito dos Padres Jesuítas	57
Para o Vigário da Freg. de São Roque, Francisco Bicudo Siqueira	76

ÍNDICE DO VOLUME LXIX

Carta para o Bispo de São Paulo, D. Manuel da Ressurreição	268
Para o mesmo Reverendo Senhor	269

ÍNDICE DO VOLUME LXX

Para o Reverendo Fr. João da Madre de Deus Espinheiro, na Aldeia de Nossa Senhora da Escada	16
Para o Reverendo Padre Fr. João da Madre Espinheiro, na Aldeia da Escada	40
Para o Reverendo Dom Fr. Gaspar da Soledade Matos	108
Para o Reverendo Dom Fr. Gaspar da Soledade Matos	114
Para o Padre Frei Antônio de Santa Ana, Religioso do Carmo	159
Para o Vigário de Campo Alegre, Henrique José de Carvalho	172

c) ARQUIVO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Notícia histórica

Os papéis antigos do Arquivo Municipal de São Paulo andaram por ceca e meca durante quase quatro séculos.

Nuto Sant'Ana, o "Vieira Fazenda paulista", e que tão habilmente tem dirigido a Divisão de Documentação Histórica do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, conta em seu livro *São Paulo Histórico* as numerosas mudanças do arquivo municipal desde o século XVI. (*São Paulo Histórico*, São Paulo, 1937, vol. I, pág. 7).

E' conhecido o interêsse do Prefeito historiador Washington Luís pela publicação dos papéis antigos.

Depois de publicar 61 volumes de Atas da Câmara da cidade de São Paulo, 38 volumes do Registro Geral e 20 volumes das Cartas de datas de terras, o Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo está publicando uma excelente "Coleção" onde são encontrados elementos de valor para a história eclesiástica.

Quando Prefeito de São Paulo o ilustre Dr. Antônio Carlos de Assunção, teve início a publicação da *Revista do Arquivo Municipal*, que prestigiado pelos Prefeitos Fábio Prado, Prestes Maia, Abrahão Ribeiro e outros, conta hoje mais de cento e cinquenta volumes e é um precioso manancial para a história da Igreja Católica no Brasil.

ARQUIVO PÚBLICO DA PREFEITURA DE SÃO PAULO

75 volumes de Atas de 1562 a 1902 — Padres, 305 fichas

Igrejas, 295 fichas — Jesuítas, 41 fichas, festas, 225 fichas.

Total: 867 fichas

ATAS

PADRE

Atas — Vol. I, pág. 162

Procuração do frei Gaspar angariando dinheiro para a Ordem do S. Sacramento.

PADRE

Atas — Vol. I, págs. 345 e 352

Ofício da Câmara para construirem uma capela com vigário coadjutor e todos os ornamentos necessários.

PADRE

Atas — Vol. I, pág. 411

Tópico de uma carta solicitando um padre para a futura casa de Deus.

PADRE

Atas — Vol. I, pág. 415

Tópico de uma carta do Sr. Jorge Rodrigues ao padre vigário.

PADRE

Atas — Vol. I, pág. 426

Nomeação do padre Lourenço Dias Machado para vigário.

PADRE

Atas — Vol. I, pág. 444

Solicitação do frei Antônio da Ordem do Carmo de uma casa nesta vila.

PADRE

Atas — Vol. I, pág. 454

Compareceu a reunião da Câmara o padre Lourenço Dias Machado.

PADRE

Atas — Vol. I, págs. 471 e 474

Pedindo a opinião do padre vigário sobre como dar combate aos índios.

PADRE

Atas — Vol. I, pág. 474

Do padre Lourenço Dias Machado pedindo um substituto por motivo de viagem.

PADRE

Atas — Vol. I, pág. 491

Sobre a viagem do padre Lourenço Dias Machado.

PADRES

Atas — Vol. II, pág. 70

Dos vereadores acatando a opinião dos reverendos padres sobre a questão dos índios.

PADRES

Atas — Vol. II, pág. 243

Pedindo ao padre vigário João Pimentel esperar a volta do administrador sobre a excomunhão dos que vão ao sertão em busca dos índios.

PADRES

Atas — Vol. II, pág. 295

Ofício ao vigário da vila para pôr fim ao domínio dos padres nas aldeias.

PADRES

Atas — Vol. II, págs. 323 e 407

Pedindo a interferência do governador sobre o domínio dos padres nas aldeias.

PADRE

Atas — Vol. II, pág. 413

Os oficiais da Câmara resolveram não admitir o frei Tomé o descobridor das Pedras (iecohaigeibira) até segunda ordem.

PADRES

Atas — Vol. II, pág. 457

Os padres da Ordem do Carmo reclamando sobre a decisão dos vereadores sobre um caminho.

PADRES

Atas — Vol. III, pág. 29

Forasteiros passam por São Paulo, em trajes de frades e frades em trajes de leigos, a caminho de Vila Rica.

PADRES

Atas — Vol. III, pág. 225

Terras dadas aos padres da Companhia.

PADRE

Atas — Vol. III, pág. 238

Catequese de índios, ouvindo-se o rev. padre Almeida.

PADRE

Atas — Vol. III, pág. 257

Contra um despacho que o vigário deu contra as pessoas que foram ao sertão.

PADRES

Atas — Vol. III, pág. 305

Determinação do ouvidor sobre a jurisdição eclesiástica.

PADRE

Atas — Vol. IV, pág. 46

Chega a esta Vila, frei João Pimentel, frade de São Bento, com título de visitador, por ordem do frei Máximo.

PADRE

Atas — Vol. IV, pág. 48

Chamado à Câmara desta Vila, o vigário, padre João Alves.

PADRE

Atas — Vol. IV, pág. 170

Requerimento pedindo um clérigo para as aldeias.

PADRE

Atas — Vol. IV, pág. 245

Intromissão do prelado Lourenço de Mendonça, na jurisdição real.

PADRE

Atas — Vol. IV, pág. 288

Pedido de devolução do sino da Câmara, emprestado ao padre vigário Manuel Nunes.

PADRE

Atas — Vol. IV, pág. 451

Datas de terras concedidas aos frades de Santo Antônio.

PADRE

Atas — Vol. V, pág. 39

Convite ao padre Tomás Coutinho para ser capelão da aldeia.

PADRE

Atas — Vol. V, págs. 40 e 41

Requerimento ao padre Manuel Nunes, vigário e ouvidor da vara para saber a autoridade que têm sobre os bens dos jesuítas.

PADRE

Atas — Vol. V, pág. 42

Traslado de uma procuração dos padres da Companhia de Jesus ao reverendo vigário Manuel Nunes.

PADRE

Atas — Vol. V, págs. 97 e 98

Requerimento ao padre Manuel Nunes, embargando todos os seus bens.

PADRE

Atas — Vol. V, págs. 107 e 108

Pedido para a ida do vigário para aldeia, batizar e dar os sacramentos para os cristãos.

PADRES

Atas — Vol. V, pág. 113

Declaração de sacerdotes e religiosos de não ter dado nenhuma certidão ou testemunho contra o povo.

PADRES

Atas — Vol. V, págs. 121 e 122

Impedida pelo povo a vinda do padre Lima, por trazer excomunhão a esta terra.

PADRES

Atas — Vol. V, págs. 121 e 122

Notificação ao padre vigário Marcos Mendes, de Pero Leme do Prado.

PADRES

Atas — Vol. V, pág. 122

Declaração do padre Salvador de Lima, de não trazer excomunhão.

PADRES

Atas — Vol. V, págs. 197 e 198

Pedido de clérigo para a aldeia de Maroeri.

PADRE

Atas — Vol. V, págs. 214 e 215

Pedindo a retirada do padre João Caldas; e a vinda do padre Tomás Coutinho para a aldeia de Maroeri.

PADRES

Atas — Vol. V, págs. 216 e 217

Requerimento ao Dr. Francisco Pais Ferreira, vigário da Igreja Matriz, para extinguir a jurisdição dada ao padre João de Caldas Telas (ou Belo).

PADRES

Atas — Vol. V, pág. 217

Notificação ao padre Pero Gonçalves Bousas, para se retirar da aldeia dos Guaramimis, com pena de excomunhão.

PADRES

Atas — Vol. V, págs. 273 e 274

Pedido do padre vigário Domingos Gomes Albernás, para o afastamento do mestre de capela Manuel Pais Linhares, por não ser capaz.

PADRES

Atas — Vol. V, pág. 283

Requerimento do padre Domingos Gomes Albernás, desfazendo as injurias contra êle levantadas.

PADRE

Atas — Vol. V, pág. 386

Requerimento ao padre Domingos Gomes Albernás, para que não recebesse indio algum da aldeia de São Miguel.

PADRES

Atas — Vol. V, pág. 444

Interpelando o vigário Domingos Gomes Albernás, por não dar licença aos cristãos receberem os sacramentos sem pagarem.

PADRE

Atas — Vol. VI, pág. 123

Protesto público contra o vigário da aldeia, padre Domingos Gomes Albernás, e sua conseqüente expulsão.

PADRE

Atas — Vol. VI, págs. 123 e 124

Entrega das chaves da Igreja Matriz ao coadjutor da mesma, para Anacleto Lobo.

PADRE

Atas — Vol. VI, págs. 125 e 126

Imposição feita ao padre Anacleto Lobo, para reconhecer as ordens do vigário Domingos Gomes Albernás, por estar êste expulso da vila.

PADRE

Atas — Vol. VI, pág. 130

O povo não quer aceitar clérigo por vigário, até a vinda do prelado.

PADRE

Atas — Vol. VI, págs. 161, 162 e 165

Pedem ao Capuchinho frei Gabriel, em Atabaia, que não consinta lá os índios Guarulhos.

PADRE

Atas — Vol. VI, pág. 323

Entrega de chaves do cofre da Câmara, ao Reitor do Colégio.

PADRE

Atas — Vol. VI, pág. 381

Proibição real aos prelados, visitadores, vigários e demais pessoas de assistirem as sessões da Câmara.

PADRE

Atas — Vol. VI, pág. 382

Regulamentando a situação dos religiosos numa possível acareação judiciária.

PADRE

Atas — Vol. VI, págs. 447 e 448

Pedindo parecer aos Prelados dos Conventos e vigários da Vila, sobre o meio de evitar a libertação do gentio.

PADRE

Atas — Vol. VII, pág. 32

Carta da Câmara ao Prior e mais religiosos do Carmo.

PADRE

Atas — Vol. VII, pág. 34

Térmo de reclamação que a Câmara faz sobre uma data de terra dada ao rev. vigário Domingos Albernás.

PADRE

Atas — Vol. VII, págs. 129 e 130

Cartas enviadas pelo rev. frei Pedro de Souza, do governador do Rio de Janeiro.

PADRE

Atas — Vol. VII, pág. 135

Requerimento do rev. padre João Leite da Silva e Sua Alteza, sobre as minas das esmeraldas que Dom Rodrigo apoderou-se.

Atas — Vol. VII, págs. 219, 222, 224, 226 e 230

Requerimento dos vereadores da Câmara, ao vigário Domingos Gomes Albernás, para que não ficasse com o sítio do Rocío.

PADRE

Atas — Vol. VII, pág. 231

Reverendo frei Luiz dos Anjos, prior do Convento de Nossa Senhora do Monte do Carmo, sobre uma discussão com Antônio Ribeiro de Lima, sobre uns valores que tinha aberto os Religiosos.

PADRE

Atas — Vol. VII, págs. 275, 276, 277, 447, 449, 450 e 455

Térmo e declaração da Câmara que consultou o rev. padre Alexandre de Gusmão, sobre o gentio.

PADRE

Atas — Vol. VII, pág. 310

Ofício da Câmara que o Sr. Bispo cobrava o impôsto de duas patacas, para os homens que vinham do sertão.

PADRE

Atas — Vol. VII, pág. 346

Sobre a construção da ponte de Pinheiros entre os oficiais da Câmara e o padre Reitor do Colégio.

PADRE

Atas — Vol. VII, págs. 390, 391 e 433
Dinheiro dos Prelados e Religiosos.

PADRE

Atas — Vol. VII, pág. 395

Dinheiro entregue ao provedor da Fazenda Timóteo Correia de Góis, por ordem que apresentou do Sr. Arcebispo.

PADRE

Atas — Vol. VII, pág. 475

Requerimento do procurador, para eleição de vigário da Igreja Matriz ao padre Antônio Lopes Cardoso.

PADRE

Atas — Vol. VII, pág. 476

Sobre o pagamento dos casamentos, por ordem do Sr. Bispo.

PADRE

Atas — Vol. VIII, pág. 17

Pedindo sacerdotes para a aldeia de São Miguel.

PADRE

Atas — Vol. VIII, pág. 439

Carta para o reverendo vigário, comunicando a decisão dos vereadores.

PADRE

Atas — Vol. IX, pág. 54

Carta ao rev. vigário da Matriz.

PADRE

Atas — Vol. IX, págs. 66 e 67

Carta ao rev. padre José de Lima, sobre os índios da aldeia de Maruiuri.

PADRE

Atas — Vol. IX, pág. 64
Rogatória ao Prior do Carmo.

PADRE

Atas — Vol. IX, pág. 69
Padre Superior da Aldeia de São Miguel, a respeito dos índios.

PADRE

Atas — Vol. IX, pág. 251
Para não se registrarem as fôlhas 206 contra o rev. vigário, por não haver provas.

PADRE

Atas — Vol. IX, pág. 262
Datas de terra ao padre José Machado Fagundes de Oliveira.

PADRE

Atas — Vol. IX, pág. 276
Cartas aos párocos para que enviem o rol das pessoas de suas freguesias.

PADRE

Atas — Vol. IX, pág. 412
Carta ao rev. padre João de Pontes para dispensar o padre Manuel Lopes de Siqueira por se achar com bexiga.

PADRE

Atas — Vol. IX, pág. 434
Carta para o rev. Bispo do Rio de Janeiro.

PADRE

Atas — Vol. IX, pág. 581
Requerimento contra o rev. vigário da Matriz, por cobrar desobriga da quaresma.

PADRE

Atas — Vol. X, pág. 146
Carta ao Bispo do Rio de Janeiro, pedindo o envio de um missionário a esta Capitania.

PADRE

Atas — Vol. X, pág. 194
Embargada a obra do reverendo guardião de São Francisco.

PADRES

Atas — Vol. X, pág. 204
Os religiosos de São Francisco pagam as custas de uma causa.

PADRE

Atas — Vol. X, pág. 256
Pedindo opiniões públicas sobre o requerimento do reverendo padre Guardião.

PADRES

Atas — Vol. X, págs. 250, 254, 257 e 271

Pedido de: vistoria, rol dos moradores e destruição das senzalas próximas do Convento de São Francisco.

PADRES

Atas — Vol. X, págs. 362 e 386
Avaliação feita pelo reverendo padre José de Moura, sobre o custo de uma ponte, e posterior verificação legal na mesma.

PADRES

Atas — Vol. X, pág. 483
Ordem de pagamento aos reverendos padres de Jerusalém.

PADRES

Atas — Vol. XI, pág. 121
Datas de terras aos reverendos padre Gregório de Souza e padre João Gago de Oliveira.

PADRES

Atas — Vol. XI, pág. 151
Carta ao rev. Reitor do Colégio, para fazer o seu quartel junto a serra.

PADRES

Atas — Vol. XI, pág. 338

Procurando o bronze que se achava em poder do vigário da Matriz desta cidade.

PADRES

Atas — Vol. XI, pág. 452

Sôbre as despesas da festa de Corpus Christi.

PADRES

Atas — Vol. XII, págs. 41 e 43

Votação entre o frei Antônio da Madre de Deus e frei Francisco das Chagas, para o sermão da festa do Corpo de Deus.

PADRE

Atas — Vol. XII, págs. 57 e 58

Carta do exmo. e rev. Bispo sôbre os salários do rev. vigário, mandados para pagarem os gastos da festa do Corpo de Deus.

PADRE

Atas — Vol. XII, pág. 100

Títulos de posse do reverendo padre reitor da Companhia de Jesus.

PADRE

Atas — Vol. XII, pág. 138

Carta do missionário da Capitania, o padre Angelo de Siqueira.

PADRE

Atas — Vol. XII, pág. 145

Demanda do rev. padre reitor da Companhia sôbre terras.

PADRES

Atas — Vol. XII, pág. 152

Cartas ao rev. padre prior do Carmo e ao rev. padre vigário da Matriz, para assistirem à procissão do Corpo de Deus.

PADRE

Atas — Vol. XII, pág. 158

Carta ao rev. padre vigário, para assistir à festa do Anjo Custódio.

PADRE

Atas — Vol. XII, pág. 261

Notificação de duas escravas do rev. padre Francisco Alves.

PADRE

Atas — Vol. XII, pág. 269

Carta ao padre vigário do Carmo, para assistir a festa do Corpo de Deus.

PADRE

Atas — Vol. XII, pág. 285

Cartas sôbre a vinda do Sr. Bispo, e outra da posse do Dr. Vigário da vara para o Senado.

PADRE

Atas — Vol. XII, págs. 287 e 288

Vindo do exmo. e rev. Sr. Bispo.

PADRE

Atas — Vol. XII, pág. 295 e 297

Resposta do reverendo padre Matias Alves da Costa, sôbre a notificação a regente do Convento de Santa Te-reza.

PADRE

Atas — Vol. XII, pág. 310

Ação de graça do exmo. reverendo Sr. Bispo.

PADRES

Atas — Vol. XII, págs. 352 e 353

Petição do reverendo padre Francisco Alves Calheiros.

PADRES

Atas — Vol. XII, pág. 369

Térmo de contrato de fornecimento de carne aos reverendíssimos sacerdotes.

PADRE

Atas — Vol. XII, pág. 391

Aforamento de chãos que comprou o reverendo padre Euzébio Barros.

PADRE

Atas — Vol. XII, pág. 519

Informações da carta do exmo. e rev. Sr. Bispo

PADRES

Atas — Vol. XIII, pág. 113

Pedindo aos religiosos do Carmo para pagar os foros.

PADRE

Atas — Vol. XXIII, pág. 179

Falecimento do rev. Bispo Dom Mateus de Abreu Pereira.

PADRES

Atas — Vol. XIII, pág. 417

Notificação aos padres do Convento do Carmo.

PADRES

Atas — Vol. XI, pág. 20

Demanda contra os religiosos do Carmo.

PADRES

Atas — Vol. XIV, págs. 106 e 107

Demanda contra os padres de São Bento a respeito das terras do Convento das Ursulinas.

PADRES

Atas — Vol. XIV, pág. 113

Concedendo ex-vi para os religiosos de São Bento.

PADRE

Atas — Vol. XIV, pág. 125

Fatura do novo estandarte apresentada pelo padre Manuel Veloso.

PADRES

Atas — Vol. XIV, pág. 126.

Proibindo aos eclesiásticos e as casas religiosas o corte de carne.

PADRES

Atas — Vol. XIV, pág. 166

Concedendo terras aos religiosos de São Francisco.

PADRE

Atas — Vol. XV, págs. 9 e 10

Concedido ao padre prior do Convento, água, para as recolhidas de Santa Tereza.

PADRE

Atas — Vol. XV, pág. 28

Foi dada a petição para o concerto do Palácio do Sr. Bispo, e o caminho do Carmo.

PADRE

Atas — Vol. XV, págs. 32 e 33

Pedem ao Senado as providências para consêrto do Colégio e o Palácio dos Srs. Bispos do antigo Colégio dos Jesuítas.

PADRE

Atas — Vol. XV, págs. 263, 264, 268, 269, 270, 271, 272 e 273

Terras e casas dos religiosos de São Bento.

PADRE

Atas — Vol. XV, págs. 260 e 291

Carta do Sr. Bispo do Rio de Janeiro.

PADRE

Atas — Vol. XV, pág. 399

O padre de São Francisco, escusando-se de fazer o sermão para a festa de São Sebastião.

PADRE

Atas — Vol. XVI, pág. 173

Sermão de São Sebastião, em São Bento, encomendado pela Câmara ao rev. padre frei Fernando da Madre de Deus.

PADRE

Atas — Vol. XVI, pág. 224

Carta do Sr. Bispo registrada nos livros do Senado.

PADRE

Atas — Vol. XVI, págs. 307, 308, 309 e 310

Preparativos para a chegada do Sr. Bispo, que se acha em Santos e uma carta do mesmo senhor à Câmara.

PADRE

Atas — Vol. XVII, pág. 362

Uma carta dos oficiais da Câmara ao Dr. João Pereira de Oliveira, cônego da Sé.

PADRE

Atas — Vol. XVII, pág. 488

O rev. padre Manuel Pinheiro de Santa Teresa Ribas apresentou uma procuração que trazia do seu Convento de Nossa Senhora do Monte do Carmo.

PADRES

Atas — Vol. XVII, pág. 490

Registro da procuração dos reverendos de Nossa Senhora do Monte do Carmo que é.

PADRE

Atas — Vol. XVIII, pág. 137

Prejuízo que o rev. abade do Mosteiro de São Bento, fez com a tapagem de um muro sobre o rio Tamanduateí.

PADRE

Atas — Vol. XVIII, págs. 141 e 143

Abertura de uma rua, que vai do Convento da luz, ao mosteiro.

PADRE

Atas — Vol. XVIII, págs. 211 e 292

Encomendado sermão para a festa de São Sebastião do ano de 1786, ao rev. padre Domingos José Coelho.

PADRE

Atas — Vol. XVIII, pág. 255

Carta do reverendíssimo Bispo dom frei Manuel da Ressurreição.

PADRES

Atas — Vol. XIX, pág. 94

Ordem do reverendo padre Antônio Ribeiro Cerqueira, para fazer as pontes, aterrados e caminhos de suas testadas.

PADRES

Atas — Vol. XIX, pág. 110

Falecimento do Bispo, dom frei Manuel da Ressurreição.

PADRES

Atas — Vol. XIX, pág. 144

Carta ao cônego Antônio José de Abreu.

PADRES

Atas — Vol. XIX, págs. 273 e 274

Presença de reverendo Roque Soares de Campos na Câmara.

PADRES

Atas — Vol. XIX, pág. 284

Despesas pagas ao vigário capitular.

PADRES

Atas — Vol. XIX, pág. 544

Padre Joaquim da Cunha Lobo.

PADRES

Atas — Vol. XIX, págs. 563 e 564

Posse do reverendo Dom Mateus de Abreu Pereira, pelo procurador, reverendo vigário Paulo de Souza Rocha.

PADRES

Atas — Vol. XIX, pág. 588

Padre Inácio de Azevedo.

PADRE

Atas — Vol. XX, pág. 54

Requerimento sobre as custas nas provisões de casamento na Câmara Eclesiástica governado pelo prelado dèste Bispado.

PADRE

Atas — Vol. XX, pág. 234

Atestado ao frei Tomé sobre a infração da Ordenação.

PADRE

Atas — Vol. XX, pág. 352

Carta ao rev. senhor Bispo pela paz geral.

PADRE

Atas — Vol. XXI, pág. 26

Convite ao exmo. e rev. senhor Bispo, para a festividade de São Sebastião.

PADRE

Atas — Vol. XXI, pág. 97

Officio do exmo. senhor Bispo.

PADRE

Atas — Vol. XXI, pág. 99

Convite do exmo. senhor Bispo, para assistir as preces à Sé Catedral, pela prisão do Novo Santissimo Padre Pio Sétimo.

PADRE

Atas — Vol. XXI, pág. 158

Officio do exmo. e rev. Bispo Diocesano.

PADRE

Atas — Vol. XXI, pág. 160

Requerimento do vigário do Ó.

PADRE

Atas — Vol. XXI, pág. 169

Representação feita pelo exmo. Bispo.

PADRE

Atas — Vol. XXI, pág. 258

Officio ao exmo. e rev. Bispo Diocesano, agradecendo a festa da Igreja.

PADRE

Atas — Vol. XXI, pág. 260

Sermão e missa cantada pelo exmo. e rev. Bispo Diocesano.

PADRE

Atas — Vol. XXI, pág. 267

Officio do exmo. e rev. Bispo Diocesano.

PADRE

Atas — Vol. XXI, pág. 382

Vistoria na propriedade do reverendo cônego Joaquim Carlos.

PADRE

Atas — Vol. XXI, pág. 425

Convite do rev. Bispo para assistir às festividades de São Sebastião.

PADRE

Atas — Vol. XXI, pág. 499

Convite ao ilmo. e exmo. Bispo Diocesano.

PADRE

Atas — Vol. XXII, pág. 170

Convite do Sr. Bispo ao general João Carlos, para assistir ao Te Deum Laudamus, pelo aniversário do Principe Real.

PADRE

Atas — Vol. XXIV, pág. 27

Carta do Sr. Bispo, para collocarem luminárias.

PADRE

Atas — Vol. XXIV, págs. 119, 121 e 261

Officio do Sr. Bispo.

PADRE

Atas — Vol. XXIV, pág. 139

Prestou juramento a Constituição do Império o padre Tomás Inocêncio Lustosa.

PADRE

Atas — Vol. XXIV, pág. 144

Prestou juramento a Constituição do Império o padre José Antônio dos Reis.

PADRE

Atas — Vol. XXIV, págs. 161, 163 e 164

Ofício ao Sr. Bispo, pedindo um capelão para celebrar missas nos domingos e dias santos no Oratório da cadeia.

PADRE

Atas — Vol. XXIV, pág. 234

Para servir de suplemento o vigário João Gonçalves Lima.

PADRE

Atas — Vol. XXIV, pág. 245

Cartas de datas dos reverendos vigários, do Brás, Joaquim José Rodrigues e Higino Francisco Teixeira.

PADRE

Atas — Vol. XXIV, pág. 265

Ofício ao Sr. Bispo, participando o Te Deum em ação de graça a apuração do Conselho Geral.

PADRE

Atas — Vol. XXIV, pág. 279

Um dos membros da comissão destinada a visitar as prisões e estabelecimentos de caridade foi o padre Manuel Joaquim Leite Penteado.

PADRE

Atas — Vol. XXIV, pág. 283

Terras que foram dos religiosos Franciscanos.

PADRE

Atas — Vol. XXIV, pág. 286

O padre Joaquim José da Silva Lisboa, pede isenção de suplente de Juiz.

PADRE

Atas — Vol. XXIV, págs. 281, 314, 315 e 345

Foi eleito fiscal o reverendo José Antônio dos Reis.

PADRE

Atas — Vol. XXIV, pág. 290

Ofício do padre Joaquim Antônio Fernandes Saldanha, participando aceitar o cargo de membro da comissão.

PADRE

Atas — Vol. XXIV, pág. 331 e 340

Ofício da Câmara ao Bispo para que celebre na Catedral da Sé o solene Te Deum.

PADRE

Atas — Vol. XXIV, págs. 366 e 394

Nomeado para fiscal o padre mestre Ildefonso Xavier Ferreira.

PADRE

Atas — Vol. XXIV, pág. 450

Terras dos religiosos Franciscanos.

PADRE

Atas — Vol. XXIV, pág. 463 e 469

Ofício da Câmara ao reverendo prior, para tratarem de assuntos sobre a obra projetada.

PADRE

Atas — Vol. XXIV, pág. 482

Foram nomeados para revista das prisões o padre mestre José Antônio dos Reis, Manuel Joaquim do Amaral Gurgel e o cônego Manuel da Costa e Almeida.

PADRE

Atas — Vol. XXIV, pág. 496
Ofício do padre mestre Manuel Joaquim do Amaral Gurgel.

PADRE

Atas — Vol. XXV, págs. 40 e 47
Pedindo o parecer do rev. Bispo Diocesano, sobre os limites de Itapecerica e MBoy.

PADRE

Atas — Vol. XXV, pág. 107
Padre Joaquim Pereira de Barros, accusando o recebimento de diploma de conselheiro suplente do conselho geral.

PADRE

Atas — Vol. XXV, págs. 110, 113, 114, 117, 123, 164 e 216
Ofício do Prior do Carmo, pedindo providências sobre a obra do morro do Convento.

PADRE

Atas — Vol. XXV, págs. 122, 128, 143, 162, 220, 250 e 264
Queixa contra o vigário de São Bernardo.

PADRE

Atas — Vol. XXV, pág. 177
Pedindo capelão para os presos.

PADRE

Atas — Vol. XXVI, pág. 9.
Requerimento do padre Bento Antônio de Barros, de que não consta queixa contra êle, para pagar seu ordenado.

PADRE

Atas — Vol. XXVI, pág. 10
Requerimento do padre Diogo Antônio Feijó.

PADRE

Atas — Vol. XXVI, pág. 54
Da Câmara de São Carlos, accusando a recepção ao exmo. rev. Bispo Diocesano.

PADRE

Atas — Vol. XXVI, pág. 96
Requerimento do padre Diogo Antônio Feijó sobre a criação da Guarda Nacional.

PADRE

Atas — Vol. XXVI, pág. 117
Sobre a nomeação do juiz de paz ao rev. Joaquim José de Almeida Ramos.

PADRE

Atas — Vol. XXVI, págs. 115 e 131
Requerimento do Abade do Mosteiro de São Bento a fim de acautelar os prejuizos com a abertura que se mandou fazer no Barreiro.

PADRE

Atas — Vol. XXVI, pág. 150
Sobre o terreno do extinto Convento de São Francisco.

PADRE

Atas — Vol. XXVI, págs. 137 e 156
Sobre o Seminário da Glória.

PADRE

Atas — Vol. XXVI, págs. 191 e 197
Sobre os diplomas do Conselho do Governo aos padres Ildefonso Xavier Ferreira e Manuel Francisco de Paula e Oliveira, José Joaquim Leite Penteado.

PADRE

Atas — Vol. XXVI, pág. 204
Do padre Tomás Inocêncio Lustosa, pedindo autorização para receber o ordenado de professor.

PADRE

Atas — Vol. XXVI, pág. 261

Nomeado o cônego Leão José de Sena, em substituição ao rev. Joaquim Gomes Monteiro, para a comissão de visitas de prisões.

PADRE

Atas — Vol. XXVI, pág. 295

Requerimento do padre José Damaso Cândido sôbre o encanamento do correto do Moriguinho.

PADRE

Atas — Vol. XXVI, pág. 313

Ofício do Bispo de Cuiabá, pedindo e acusa do cargo de Juiz de Paz da Sé.

PADRE

Atas — Vol. XXVI, pág. 324

Do padre Antônio de Pina de Vasconcelos, pedindo terras.

PADRE

Atas — Vol. XXVI, págs. 344, 382 e 398

Pedindo o reverendo André Joaquim da Silva Juiz de Paz para MBoy.

PADRE

Atas — Vol. XXVII, pág. 27

Procederem às necessárias indagações ao Dom Abade do Mosteiro de São Bento, aforado a particulares terrenos daquele Mosteiro.

PADRE

Atas — Vol. XXVII, pág. 112

Terreno pertencente aos religiosos do Carmo.

PADRE

Atas — Vol. XXVII, pág. 114

Ofício do vigário de Santo Amaro.

PADRE

Atas — Vol. XXVII, pág. 229

Ofício do padre José Damaso Cândido, por motivo de alinhamento de um seu terreno.

PADRE

Atas — Vol. XXVIII, pág. ...

Pareceres da Comissão permanente: cônego Curo Manuel da Costa e Almeida.

PADRE

Atas — Vol. XXVIII, pág. 42

Ofício de São Bernardo Frei Manuel da Natividade.

PADRE

Atas — Vol. XXVIII, pág. 48

Aviso do Secretário da Assembléia Legislativa Provincial. Cônego Leão.

PADRE

Atas — Vol. XXVIII, pág. 49

Ofício do Bispo de Cuiabá D. José Antônio.

PADRE

Atas — Vol. XXVIII, pág. 67

Ofício do cônego Leão José de Sena, pelo seu emprêgo na Sé.

PADRE

Atas — Vol. XXVIII, pág. 79

Representação ao exmo. Bispo Diocesano.

PADRE

Atas — Vol. XXVIII, pág. 86

Carta de naturalização do padre Joaquim Melo G. de Andre.

PADRE

Atas — Vol. XXVIII, pág. 100

Ofício do cônego Leão José de Sena, participando não poder aceitar o cargo de vereador.

PADRE

Atas — Vol. XXVIII, pág. 129

Requerimento do reverendo João Joaquim de Carvo, pedindo um terreno na Freguesia do Brás.

PADRE

Atas — Vol. XXVIII, pág. 136

Ofício do reverendo Joaquim J. da Silva Lisboa, pedindo escusa do cargo de Juiz de Paz de Santa Ifigênia.

PADRE

Atas — Vol. XXVIII, pág. 146

Ofício do cônego Leão José de Sena, pedindo escusa do cargo de vereador.

PADRE

Atas — Vol. XXVIII, pág. 148

Aberta a Sessão para estar exempto o cônego Leão.

PADRE

Atas — Vol. XXVIII, pág. 171

Requerimento do reverendo João Joaquim de Carvalho e Mateus F. Cantinho, pedindo informar ao Sub-Prefeito.

PADRE

Atas — Vol. XXIX, pág. 33

Nomeação do padre Pedro Gomes Camargo.

PADRE

Atas — Vol. XXIX, págs. 47 e 99

Representação de um projeto ao Bispo de Cuiabá.

PADRE

Atas — Vol. XXIX, pág. 129

Consentimento ao padre Antônio Joaquim de Araújo, para fechar os terrenos de sua propriedade.

PADRES

Atas — Vol. XXX, págs. 136 e 137

Requerimento do reverendo Prior do Convento do Carmo, pedindo um pequeno pátio.

PADRES

Atas — Vol. XXX, pág. 152

Requerimento do reverendo vigário da Freguesia de Santa Ifigênia, pedindo ser desonerado de responsabilidade.

PADRES

Atas — Vol. XXX, pág. 166

Ofício do exmo. Bispo Diocesano, acusando recebimento de seu Diploma.

PADRE

Atas — Vol. XXXI, pág. 107

Atestado de boa conduta do rev. vigário da Freguesia de Santa Ifigênia.

PADRE

Atas — Vol. XXXI, págs. 83 e 129

Autorização do Bispo Diocesano, para a Câmara servir-se a Sala de Cabido.

PADRE

Atas — Vol. XXXI, pág. 131

Do vigário da Freguesia da Conceição dos Guarulhos ao tenente Antônio Rodrigues de Miranda, para o Fábriqueiro da sua igreja.

PADRE

Atas — Vol. XXXII, pág. 24

Introduzidos os párocos do Municipal, para proceder a apuração.

PADRE

Atas — Vol. XXXII, pág. 26

Concluída a apuração, foram despedidos os reverendos Párocos.

Atas — Vol. XXXII, pág. 38

Nomeado para a comissão o rev. Mel. Joaquim Leite.

PADRE

Atas — Vol. XXXII, pág. 39

Indenizada pelo rev. vigário, a despesa da Igreja de Santa Ifigênia.

PADRE

Atas — Vol. XXXII, pág. 71
Pedido de licença do rev. José Custódio de Siqueira, para a festa do Espírito Santo.

PADRE

Atas — Vol. XXXII, pág. 83
Recusa do rev. Prior do Convento do Carmo.

PADRE

Atas — Vol. XXXII, pág. 92
Ofício ao reverendo vigário de MBoy, André Joaquim de Sá.

PADRE

Atas — Vol. XXXII, pág. 106
Despesas do exmo. Prelado Diocesano, para a Missa do Espírito Santo.

PADRE

Atas — Vol. XXXII, pág. 132
Resposta do exmo. Bispo Diocesano para o Te Deum.

PADRE

Atas — Vol. XXXIII, pág. 59
Sobre as eleições paroquiais.

PADRE

Atas — Vol. XXXIII, pág. 182
Carta do rev. vigário de Santa Ifigênia, com a relação pedida de seus paroquianos.

PADRES

Atas — Vol. XXXIV, pág. 23
Sobre as casas pertencentes a Ordem 3.^a do Carmo na rua da Boa Morte.

PADRE

Atas — Vol. XXXIV, pág. 27
Foram recebidos os exmos. Párcos.

PADRES

Atas — Vol. XXXIV, pág. 116
Da Ordem 3.^a do Carmo e de São Bento, oferecendo as salas de seus conventos para as seções da Câmara.

PADRES

Atas — Vol. XXXIV, pág. 124
Sobre os consertos da Ladeira do Carmo, embaraçadas pelo Prior do Convento.

PADRE

Atas — Vol. XXXIV, pág. 139
Do padre Antônio Joaquim de Siqueira, pedindo atestado de boa conduta.

PADRES

Atas — Vol. XXXVI, pág. 58
Convite do exmo. Bispo para assistir as exéquias pela morte de Sua Santidade Gregório.

PADRE

Atas — Vol. XXXVII, pág. 247
Do cônego Joaquim Anselmo de Oliveira, pedindo datas de terras.

PADRE

Atas — Vol. XXXVIII, pág. 147
Comunicação do vigário do Brás, e informação do vigário da Conceição dos Guarulhos.

PADRE

Atas — Vol. XXXVIII, pág. 157
Do frei João de Santo Aleixo, doando uma parte do terreno do Convento das religiosas da Luz.

PADRES

Atas — Vol. XXXIX, pág. 124
Convite do exmo. Bispo para as celebrações religiosas.

PADRE

Atas — Vol. XLI, pág. 6

Auxílio do rev. Gabriel José Rodrigues dos Santos e de todos os moradores no conserto da rua que segue da Matriz ao largo do Rosário.

PADRE

Atas — Vol. XLII, págs. 57, 69 e 79

Do padre Luís Antônio de Alvarenga, oferecendo-se para fiscal das obras do cemitério.

PADRE

Atas — Vol. XLII, pág. 62

Padre Luiz Antônio Joaquim de Sant'Anna, pedindo para ser nomeado administrador do cemitério da Consolação.

PADRE

Atas — Vol. XLIII, pág. 26

Do prior do Carmo, sobre o conserto do paredão do Carmo.

PADRE

Atas — Vol. XLIII, pág. 29

Do rev. Bispo, santificando o dia de São Paulo.

PADRE

Atas — Vol. XLIII, pág. 42

Resposta do vigário do Juqueri, dizendo não haver na sua paróquia monumento nem inscrição alguma.

PADRE

Atas — Vol. XLIII, pág. 58

Do vigário da Penha, dizendo que em sua paróquia não existe inscrição alguma, com exceção a da porta principal da igreja da extinta freguesia de São Miguel.

PADRES

Atas — Vol. XLIII, pág. 122

Terrenos reconhecidos como propriedade do Mosteiro de São Bento.

PADRE

Atas — Vol. XLIII, pág. 117 e 137

Donativo do Prior do Convento do Carmo, para o conserto do buraco em frente do Convento.

PADRE

Atas — Vol. XLIII, págs. 167, 173 e 174

Tratar com Abade de São Bento o alargamento do Largo.

PADRE

Atas — Vol. XLIV, pág. 7

Pedindo auxilio para a continuação da obra do buracão.

PADRE

Atas — Vol. XLIV, pág. 96

Ofício do vigário geral, para a Câmara entender-se diretamente com o exmo. Bispo a respeito da casa pertencente a Sé.

PADRE

Atas — Vol. XLIV, págs. 101, 106, 108 e 112

Do rev. vigário capitular, pedindo a vinda da milagrosa Imagem da Senhora da Penha, para que ela nos livre da bexiga.

PADRE

Atas — Vol. XLIV, págs. 84, 120, 121, 129, 130 e 147

Sobre o alargamento do largo do Mosteiro de São Bento.

PADRE

Atas — Vol. XLIV, pág. 105

Ante a impossibilidade de dispor a Casa dos Cônegos para a Câmara, pede-se tratar o aluguel do prédio do cônego Monte Carmelo.

PADRE

Atas — Vol. XLIV, págs. 105 e 108

Ofício ao vigário capitular para dar ordens para benzer o cemitério.

PADRES

Atas — Vol. XLVII, pág. 28

Entendimento do presidente da Câmara com o abade do Mosteiro de São Bento, sobre cessão de terreno.

PADRES

Atas — Vol. XLVII, pág. 66

Ofícios: do senhor vigário capitular do Bispado, cônego Joaquim M. G. de Andrade e vigário da freguesia do Senhor Bom Jesus do Brás, pedindo permissão para sepultamento no antigo cemitério anexo à Matriz.

PADRES

Atas — Vol. XVII, pág. 66

Exmo. rev. cônego Andrade, como vigário capitular.

PADRES

Atas — Vol. XLVII, pág. 68

Missa solene em homenagem ao falecido Bispo, Dom Antônio Joaquim de Melo.

PADRES

Atas — Vol. XLVII, pág. 86

O vereador padre Fortunato.

PADRES

Atas — Vol. XLVII, págs. 86 e 90

Concessão de terrenos ao público, pelo abade do Mosteiro de São Bento.

PADRES

Atas — Vol. XLVI, pág. 166

Réplica do abade do Mosteiro de São Bento, sobre questão de alinhamento.

PADRES

Atas — Vol. XLVII, pág. 173

Pedido de auxílio ao vigário capitular e demais párocos, para fundação de um hospital de morféuticos.

PADRES

Atas — Vol. XLVII, pág. 173

Bispo eleito, Monsenhor Sebastião Pinto do Rêgo, fazendo parte da comissão.

PADRES

Atas — Vol. XLVII, págs. 204 e 232

Solenidade póstumas ao reverendo cônego capitular.

PADRE

Atas — Vol. XLVIII, págs. 50, 59, 63 e 64

Ofício do exmo. dr. Vigário Capitular do Bispado, pedindo que fôsse o Seminário Episcopal aliviado da multa.

PADRE

Atas — Vol. XLVIII, págs. 90 e 91

Ofício do exmo. e rev. sr. Governador do Bispado.

PADRES

Atas — Vol. XLVIII, pág. 150

Requerimento do cônego José Custódio de Siqueira, pedindo os títulos de seus terrenos.

PADRE

Atas — Vol. XLVIII, pág. 215

Ofício ao D. Abade do Mosteiro de São Bento, pedindo a devolução de um título de aforamento.

PADRE

Atas — Vol. XLVIII, págs. 230, 236 e 240

Ofício ao rev. sr. Governador do Bispado, pedindo autorização para colocar degraus na porta do Seminário.

PADRE

Atas — Vol. XLIX, págs. 80 e 90

Convite ao povo para a recepção do exmo. sr. Bispo Diocesano.

PADRE

Atas — Vol. XLIX, págs. 106 e 107

Agradecimentos ao exmo. Bispo Diocesano D. Sebastião Pinto do Rêgo, pelas demonstrações de apreço.

PADRE

Atas — Vol. XLIX, pág. 163

Ofício do exmo. sr. Bispo Diocesano, pedindo a trasladação da Sagrada Imagem de N. S. da Penha de sua Igreja para a Catedral, e pedindo ao rev. pároco para promover os preparativos da trasladação da mesma imagem, que deve ser conduzida da igreja do Brás até a Catedral.

PADRE

Atas — Vol. XLIX, págs. 207 e 212

Requerimento do D. Abade do Mosteiro de São Bento, frei João de São Bento, pedindo para fechar os quintais de sua propriedade.

PADRE

Atas — Vol. XLIX, págs. 277, 284, 285 e 286

Do frei Vicente Ferreira Alves do Rosário, do Convento do Carmo, pedindo para trasladar do cemitério público para o mesmo Convento, os restos mortais de frei Antônio Inácio do Coração de Jesus.

PADRE

Atas — Vol. XLIX, pág. 282

Requerimento de frei Vicente Ferreira Alves do Rosário, vigário Prior do Carmo, pedindo para cercar os terrenos do Convento.

PADRE

Atas — Vol. XLIX, pág. 82

Convite do exmo. sr. Governador do Bispado, para comparecer na Igreja dos Remédios.

PADRE

Atas — Vol. L, pág. 25

Ofício do sr. Bispo.

PADRE

Atas — Vol. L, pág. 31

O Prior do Carmo, frei Vicente Ferreira Alves do Rosário, pede permissão para trasladar os ossos do finado frei Antônio Inácio do Coração de Jesus e Melo para o jazigo do Convento.

PADRE

Atas — Vol. LI, pág. 108

Multado o abade de São Bento.

PADRE

Atas — Vol. LI, pág. 152

Ofício do cônego dr. Joaquim do Monte Carmelo, pelo qual o Santíssimo Padre Pio IX, para privilegiar perpétuamente o Altar da Capela do Cemitério Municipal.

PADRES

Atas — Vol. LIII, pág. 136

Do Prior da Ordem Terceira de N. S. do Carmo, pedindo um lugar no Cemitério Municipal.

PADRES

Atas — Vol. LIV, pág. 138

Do Prior da Ordem Terceira do Carmo, participando da bênção no seu cemitério.

PADRE

Atas — Vol. LVI, págs. 64 e 67

Ofício ao exmo. sr. Vigário Capitular do Bispado, pedindo para iluminar as igrejas.

PADRE

Atas — Vol. LVI, pág. 66

Ofício do rev. Reitor do Seminário Episcopal ao rev. Vigário Capitular.

PADRE

Atas — Vol. LVI, pág. 94

Pedido ao Reitor do Seminário para fazer um jardim para gozo do público.

PADRE

Atas — Vol. LVI, págs. 80, 150 e 166
Ofício do Reitor do Seminário Episcopal, pedindo para estabelecer um cemitério.

PADRE

Atas — Vol. LVI, págs. 161 e 165
Ao vigário João Vicente Valadão, para colocar uma cruz no cemitério da Conceição de Guarulhos.

PADRE

Atas — Vol. LX, pág. 74
Cônego Claro Francisco de Vasconcelos.

PADRES

Atas — Vol. LX, pág. 77
Pedido de ordem para a exumação e transladação dos restos mortais, do reverendo José Joaquim Cardoso, do Cemitério Municipal para a Ordem 3^o do Carmo.

PADRE

Atas — Vol. LXIV, pág. 30
Ofício ao vigário da Consolação remetendo a portaria do Bispo.

PADRE

Atas — Vol. LXIV, pág. 38
Convida a Câmara para assistir a solenidade da Sagração do exmo. sr. Bispo do Maranhão na Sé Catedral.

PADRE

Atas — Vol. LXVI, pág. 97
Ofício do Procurador da Confraria de N. Senhora dos Remédios, pedindo alinhamento no terreno que possui no Largo Sete de Setembro.

PADRE

Atas — Vol. LXVII, pág. 212
Ofício do exmo. Bispo Diocesano, em resposta ao que lhe dirigiu o rev. Arapresta da Catedral.

PADRE

Atas — Vol. LXIX, pág. 138
Nomear uma Comissão para cumprir o exmo. D. Antônio Cândido de Alvarenga, Bispo do Maranhão.

PADRE

Atas — Vol. LXIX, pág. 185
Convite do Capelão do Recolhimento de Santa Teresa, para assistir ao ato da entrega das cartas de liberdade a todos os escravos daquele recolhimento.

PADRE

Atas — Vol. LXX, págs. 147 e 160
Convite ao vigário da Consolação, para benzer o fecho do acréscimo do cemitério.

PADRE

Atas — 1887 — pág. 337
Do Reitor do Seminário Episcopal cônego João Alves Coelho Guimarães, sobre a remoção de um quiosque.

FESTAS RELIGIOSAS

FESTAS

Atas — Vol. I, pág. 263
Pedindo ao povo para limparem as ruas por se achar próxima a Semana Santa.

FESTAS

Atas — Vol. I, pág. 296
Festividade de São Sebastião. Multa por não terem comparecido na dita festa.

FESTAS

Atas — Vol. I, pág. 348

Pedindo ao povo para limparem as ruas para passarem as procissões.

FESTAS

Atas — Vol. I, pág. 472

Pedindo para não dar combate aos índios por se achar próximo o Natal,

FESTAS

Atas — Vol. II, pág. 76

Deliberaram em reunião que passando a festa do Espírito Santo para iniciarem a construção da igreja.

FESTAS

Atas — Vol. II, pág. 97

Pedindo ao povo para limparem as ruas por se achar próxima a festa de Nossa Senhora da Conceição.

FESTAS

Atas — Vol. III, pág. 43

Procissão de Reis.

FESTAS

Atas — Vol. IV, pág. 125

Multa aos moradores desta Vila que não compareceram às festividades do «Corpo de Deus».

FESTAS

Atas — Vol. V, pág. 39

Procissão do anjo não realizada por escrúpulo do vigário.

FESTAS

Atas — Vol. V, pág. 374

Multas contra os moradores que não assistiram a procissão de Reis.

FESTAS

Atas — Vol. V, pág. 449.

Festividades de N. S. da Conceição.

FESTAS

Atas — Vol. VI, pág. 243

Os capitães devem comparecer na porta da igreja, na 5ª feira de Endoenças.

FESTAS

Atas — Vol. VI, pág. 380

Regulamentando despesas com procissões e Igreja, e fixando somente três procissões anuais — Corpo de Deus, Visitação de Nossa Senhora e Anjo da Guarda.

FESTAS

Atas — Vol. VII, págs. 376 e 501

Festividades de Corpus Christi.

FESTAS

Atas — Vol. VIII, págs. 171, 439 e 477

Festividades do Corpo de Deus.

FESTAS

Atas — Vol. VIII, pág. 312

Festividades do Anjo Custódio.

FESTAS

Atas — Vol. VIII, pág. 447

A Câmara dando ordens de pagamentos às festas de São Benedito, Corpus Christi e Santa Isabel.

FESTAS

Atas — Vol. IX, pág. 24

Festas de Corpus Christi.

FESTAS

Atas — Vol. IX, págs. 122, 129, 138 e 144

Festa de São Sebastião.

FESTAS

Atas — Vol. IX, pág. 540

Cêra para a festa de Corpus Christi.

FESTAS

Atas — Vol. IX, pág. 571

Têrmo de desculpa de um vereador por não ter comparecido à chegada do rev. Bispo por não ter roupa de coresão.

FESTA

Atas — Vol. IX, págs. 576 e 577

Condenação ao povo por não terem assistido a festa de São Sebastião.

FESTAS

Atas — Vol. X, pág. 39

Donativos reais, para a festa do Corpo de Deus.

FESTAS

Atas — Vol. X, pág. 45

Reclamando pagamento dos reverendos vigário Diácono, subdiácono e sacristão, pelas missas cantadas nas festas reais.

FESTAS

Atas — Vol. X, pág. 125

Mandados para pagamento de propinas e efetuação da festa do Corpo de Deus.

FESTAS

Atas — Vol. X, pág. 183

Proibição de dansas, no dia da festa de Corpo de Deus.

FESTAS

Atas — Vol. X, págs. 224 e 235

Propina para a festa de São Sebastião.

FESTAS

Atas — Vol. X, pág. 342

Multas aos que faltassem à procissão no dia da festa do Corpo de Deus.

FESTAS

Atas — Vol. X, pág. 415

Missa cantada e Te Déum em louvor ao nascimento da serenissima Princesa.

FESTA

Atas — Vol. X, pág. 451

Ordem para a realização da festa do mártir São Sebastião.

FESTAS

Atas — Vol. XI, págs. 128 e 417

Para cair as casas e porem cortinas para as festividades de Corpus Christi.

FESTAS

Atas — Vol. XI, pág. 182

Festividades de São Sebastião.

FESTAS

Atas — Vol. XI, págs. 204, 286 e 480

Procissão de Corpus Christi.

FESTA

Atas — Vol. XI, pág. 211

Festividades do Anjo Custódio.

FESTA

Atas — Vol. XI, págs. 271 e 275

Festividades de Corpus Christi.

FESTAS

Atas — Vol. XI, págs. 490 e 276

Festividades de Santa Isabel.

FESTA

Atas — Vol. XII, pág. 45

Sermão feito pelo padre frei Antônio da Madre de Deus, em homenagem ao Corpo de Deus.

FESTA

Atas — Vol. XII, pág. 49

Edital para a festa do Corpo de Deus.

FESTA

Atas — Vol. XII, pág. 52

Mandados para o preparo da festa do Corpo de Deus.

FESTA

Atas — Vol. XII, págs. 64 e 65

Carta ao rev. padre vigário para assis-
tir à festa do Anjo Custódio.

FESTA

Atas — Vol. XII, págs. 120

Festividades de São Sebastião.

FESTA

Atas — Vol. XII, pág. 144

Festividades do Corpo de Deus.

FESTA

Atas — Vol. XII, págs. 262

Festividades do Corpo de Deus.

FESTA

Atas — Vol. XII, pág. 276

Festa de Santa Isabel.

FESTA

Atas — Vol. XII, pág. 280

Festividades do Anjo Custódio.

FESTA

Atas — Vol. XII, pág. 361

Festividades do Corpo de Deus.

FESTA

Atas — Vol. XII, págs. 370, 374 e
433

Editai para a festa do Corpo de Deus.

FESTA

Atas — Vol. XII, pág. 374

Festividades de São Sebastião.

FESTA

Atas — Vol. XII, pág. 390

Festividades do Anjo Custódio.

FESTA

Atas — Vol. XII, pág. 439

Festividades do Corpus Christi.

FESTA

Atas — Vol. XII, pág. 522

Festividades do Corpo de Deus.

FESTA

Atas — Vol. XII, pág. 528

Festividades religiosas.

FESTA

Atas — Vol. XII, pág. 533

Festividades do Anjo Custódio.

FESTAS

Atas — Vol. XIII, págs. 13 e 15

Festividades de São Sebastião.

FESTAS

Atas — Vol. XIII, pág. 18

Procissão da Bulla da Cruzada.

FESTAS

Atas — Vol. XIII, págs. 53 e 56

Festividades do Corpo de Deus.

FESTAS

Atas — Vol. XIII, pág. 61

Festividades de Nossa Senhora.

FESTAS

Atas — Vol. XIII, pág. 62

Festividades do Anjo Custódio.

FESTAS

Atas — Vol. XIII, pág. 129

Festividades de São Sebastião.

FESTAS

Atas — Vol. XIII, pág. 164

Festividades do Corpo de Deus.

FESTAS

Atas — Vol. XIII, pág. 264

Festividades do Corpo de Deus.

FESTAS

Atas — Vol. XIII, pág. 339

Procissão do Corpo de Deus.

FESTAS

Atas — Vol. XIII, pág. 342
Procissão do Corpo de Deus.

FESTAS

Atas — Vol. XIII, pág. 345
Festividades de São Pedro.

FESTAS

Atas — Vol. XIII, pág. 397
Festividades de São Sebastião.

FESTAS

Atas — Vol. XIII, pág. 435
Festividades do Corpo de Deus.

FESTAS

Atas — Vol. XIII, pág. 440
Festividades do Anjo Custódio.

FESTAS

Atas — Vol. XIII, pág. 483
Procissão de São Sebastião.

FESTAS

Atas — Vol. XIII, pág. 560
Festividades de Corpus Christi.

FESTAS

Atas — Vol. XIV, pág. 11
Estandarte para as festividades do
Corpo de Deus.

FESTAS

Atas — Vol. XIV, pág. 41
Procissão de Corpus Christi.

FESTAS

Atas — Vol. XIV, pág. 49
Festividades do Anjo Custódio.

FESTAS

Atas — Vol. XIV, pág. 94
Festividades de São Sebastião.

FESTAS

Atas — Vol. XIV, pág. 174
Pedindo o concerto das calçadas para
a passagem da procissão.

FESTAS

Atas — Vol. XIV, pág. 188
Pedindo a prisão do escrívão por não
ter comparecido a procissão de Cor-
pus Christi.

FESTAS

Atas — Vol. XIV, págs. 264, 366 e
314
Condenação de várias pessoas por não
terem acedido à nomeação para pega-
rem no pátio nas festividades do Pa-
trocinio de Nossa Senhora.

FESTAS

Atas — Vol. XIV, pág. 294
Preparar as ruas para as festividades
de Corpus Christi.

FESTAS

Atas — Vol. XIV, pág. 320
Te Deum em ação de graças pelo ca-
samento do Infante D. Pedro.

FESTAS

Atas — Vol. XIV, pág. 350
Preparar as ruas para os festejos de
Corpus Christi.

FESTAS

Atas — Vol. XIV, págs. 404 e 406
Festividades do Corpo de Deus.

FESTAS

Atas — Vol. XIV, pág. 432
Festividades do Patrocinio de Nossa
Senhora.

FESTAS

Atas — Vol. XIV, pág. 450
Procissão da Bula da Santa Cruzada.

FESTAS

Atas — Vol. XIV, pág. 456
Festividades de São Sebastião.

FESTAS

Atas — Vol. XIV, pág. 483
Festividades do Corpo de Deus.

FESTAS

Atas — Vol. XIV, pág. 497
Cêra para as festividades de Santa Isabel.

FESTAS

Atas — Vol. XIV, pág. 500
Festa do Anjo Custódio.

FESTAS

Atas — Vol. XIV, págs. 580 e 594
Edital para a festa de Corpus Christi.

FESTAS

Atas — Vol. XIV, pág. 553
Festa de São Sebastião.

FESTAS

Atas — Vol. XIV, pág. 615
Encomenda do sermão ao frei Manuel Mendes, para a festa de São Sebastião.

FESTAS

Atas — Vol. XV, págs. 45 e 157
Festividade do Corpo de Deus.

FESTAS

Atas — Vol. XV, págs. 133 e 220
Festa de São Sebastião.

FESTAS

Atas — Vol. XV, págs. 197, 395 e 548
Sermão para a festa de São Sebastião.

FESTAS

Atas — Vol. XV, pág. 276
Preparar as ruas para a procissão do Corpo de Deus.

FESTAS

Atas — Vol. XV, pág. 589
Pagamento dos gastos da festa do Corpo de Deus.

FESTAS

Atas — Vol. XV, pág. 599
Festa de Sant'Ana.

FESTAS

Atas — Vol. XV, pág. 611
Festa de São Francisco.

FESTA

Atas — Vol. XVI, págs. 14 e 19
Festa do Mártir São Sebastião, às custas do Conselho.

FESTAS

Atas — Vol. XVI, págs. 41 e 43
Edital da Câmara para que se fizesse a procissão do Corpo de Deus.

FESTAS

Atas — Vol. XVI, pág. 49
Sobre despesas feitas com as festas de São Sebastião e Corpo de Deus.

FESTAS

Atas — Vol. XVI, pág. 184
Propina aos republicanos que levassem o estandarte real de São Sebastião, do Corpo de Deus, Santa Isabel e Anjo Custódio.

FESTAS

Atas — Vol. XVI, pág. 282
Proibição do pagamento de propinas aos que conduzissem os reis estandartes nas procissões.

FESTAS

Atas — Vol. XVI, pág. 298
Compra de cêra para a festa de São Sebastião.

FESTAS

Atas — Vol. XVI, pág. 418
Festividades do Corpo de Deus.

FESTAS

Atas — Vol. XVI, pág. 450
Encomenda do sermão de São Sebastião.

FESTAS

Atas — Vol. XVI, pág. 471
Festividades do Corpo de Deus.

FESTA

Atas — Vol. XVII, págs. 13, 79, 163 e 235
Prontificada tôda cêra necessária para a festa de São Sebastião.

FESTAS

Atas — Vol. XVII, págs. 77 e 165
Encomendou o sermão para a festa de São Sebastião.

FESTAS

Atas — Vol. XVII, págs. 99, 180, 267, 346 e 448
Se fez um edital para a procissão da real festa do Corpo de Deus.

FESTAS

Atas — Vol. XVII, págs. 165 e 258
Encomendou sermão do glorioso São Sebastião ao rev. frei Manuel de Santa Teresa Ribas, religioso de Nossa Senhora do Carmo.

FESTAS

Atas — Vol. XVIII, págs. 35, 309, 310, 312, 313 e 501
Festividades do Corpo de Deus.

FESTAS

Atas — Vol. XVIII, págs. 90, 101 e 279
Compra de cêra para a festa de São Sebastião.

FESTAS

Atas — Vol. XVIII, págs. 121 e 414
Preparar as ruas para a festa do Corpo de Deus.

FESTAS

Atas — Vol. XVIII, págs. 129, 223 e 427
Festividades da visitação de Nossa Senhora a Santa Isabel.

FESTAS

Atas — Vol. XVIII, págs. 153, 283 e 377
Sermão para a festa de São Sebastião.

FESTAS

Atas — Vol. XVIII, pág. 204
Edital para a festa do Corpo de Deus.

FESTAS

Atas — Vol. XVIII, págs. 249 e 443
Festa de São Francisco de Borgia na Catedral da Sé.

FESTAS

Atas — Vol. XVIII, págs. 254, 350 e 453
Real festa do Patrocinio de Nossa Senhora na Catedral da Sé.

FESTAS

Atas — Vol. XIX, págs. 6, 7, 92, 163, 227, 303, 393, 457, 458, 510, 532 e 588

Convite à Câmara para assistirem a festa real do Anjo Custódio.

FESTAS

Atas — Vol. XIX, págs. 12, 13, 78, 153, 216, 292, 448, 499, 512, 514, 515, 516 e 574

Celebração do Te Deum na Sé Catedral em ação de graças aos felizes anos do príncipe.

FESTAS

Atas — Vol. XIX, pág. 16
Procissão da Sagrada Imagem de Nosso Senhor dos Passos.

FESTAS

Atas — Vol. XIX, págs. 19, 20, 108, 173, 174, 239, 240, 313, 402, 464, 521, 599 e 600

Festa de São Francisco de Borgia.

FESTA

Atas — Vol. XIX, págs. 26, 115, 178, 242, 244, 318, 408, 466, 525, 605 e 606

Festa do Patrocínio de N. Senhora.

FESTAS

Atas — Vol. XIX, págs. 34, 121, 184, 251, 337, 417, 470, 530 e 612

Te Deum, celebrado na Sé Catedral, em ação de graças aos felizes anos da rainha.

FESTAS

Atas — Vol. XIX, págs. 46, 49, 136, 199, 201, 202, 203, 266, 267, 349, 252, 253, 427, 429, 472, 482, 484, 543 e 545

Festa de São Sebastião.

FESTAS

Atas — Vol. XIX, págs. 53, 140, 207, 208, 271, 357, 433, 487, 543 e 546

Procissão da publicação da Bula da Santa Cruzada.

FESTAS

Atas — Vol. XIX, pág. 60

Exéquias de Dom José, príncipe do Brasil, celebradas na Sé Catedral.

FESTAS

Atas — Vol. XIX, págs. 82, 83, 219, 222, 226, 291, 295, 296, 369, 378, 381, 448, 450, 452, 453, 500, 501, 532, 573 e 578

Festa real do Corpo de Deus.

FESTAS

Atas — Vol. XIX, págs. 86, 161, 224 e 302

Festa da visitação de Nossa Senhora à Santa Isabel.

FESTAS

Atas — Vol. XIX, págs. 113 e 220
São Jorge, na festa real do Corpo de Deus.

FESTAS

Atas — Vol. XIX, págs. 137, 204, 269, 430, 486, 547 e 548

Festa do padroeiro São Paulo.

FESTAS

Atas — Vol. XIX, págs. 150, 151, 152, 156 e 157

Procissão de Corpus Christi.

FESTAS

Atas — Vol. XIX, págs. 160, 226, 388, 455, 456, 507, 532 e 583

Festa de Santa Isabel.

FESTAS

Atas — Vol. XIX, págs. 256, 343, 422, 476, 534 e 189

Te Deum em ação de graças ao último dia do ano.

FESTAS

Atas — Vol. XIX, págs. 333 e 471

Despesa com o cavalo de São Jorge.

FESTAS

Atas — Vol. XIX, págs. 413, 414, 415, 419 e 445

Tríduo em ação de graças ao nascimento da princesa de Aveiro.

FESTAS

Atas — Vol. XX, págs. 13, 52, 85, 86, 158, 212, 214, 389, 463 e 464

Festividades de São Sebastião.

FESTAS

Atas — Vol. XX, págs. 36 e 37

Procissão e festividades para receber o bispo Dom Mateus de Abreu Pereira.

FESTAS

Atas — Vol. XX, págs. 39, 40, 108, 111, 112, 166, 169, 170, 242, 244, 245, 308, 311, 349, 356, 357 e 422

Festividades do Corpo de Deus.

FESTAS

Atas — Vol. XX, págs. 42, 117, 250, 313, 358 e 425

Festividades de Santa Isabel.

FESTAS

Atas — Vol. XX, págs. 43, 44, 181, 252, 315, 361 e 427

Festividades do Anjo Custódio.

FESTAS

Atas — Vol. XX, págs. 59, 60, 130, 189, 319, 375, 437 e 438

Festividades de São Francisco de Borgia.

FESTAS

Atas — Vol. XX, pág. 63

Térmo de convite do rev. Bispo Mateus de Abreu Pereira para o Senado assistir na Sé a ação de graça pelo nascimento da infanta.

FESTAS

Atas — Vol. XX, págs. 65, 66, 136, 192, 193, 324 e 440

Festividades de Nossa Senhora.

FESTAS

Atas — Vol. XX, págs. 73 e 75

Festejos em ação de graças na Sé Catedral.

FESTAS

Atas — Vol. XX, págs. 87, 215, 298, 336, 337, 383 e 466

Festividades do Senhor São Paulo.

FESTAS

Atas — Vol. XX, pág. 218

Procissão da Bula da Cruzada.

FESTAS

Atas — Vol. XX, págs. 255 e 363

Festividades religiosas de Corpo de Deus, Santa Isabel e Anjo Custódio.

FESTAS

Atas — Vol. XX, págs. 263, 265, 266 e 267

Festividades na igreja de São Francisco, em ação de graças pelo nascimento da infanta.

FESTAS

Atas — Vol. XX, pág. 271

Festividades na Sé a São Francisco de Borgia.

FESTAS

Atas — Vol. XX, pág. 275

Festividades na Sé a Nossa Senhora.

FESTAS

Atas — Vol. XX, pág. 297

Festividades de São Sebastião na Sé Catedral.

FESTAS

Atas — Vol. XX, pág. 301

Procissão das Bulas na igreja de Santo Antônio.

FESTAS

Atas — Vol. XX, pág. 335

Festividades de São Sebastião na Catedral da Sé.

FESTAS

Atas — Vol. XX, págs. 355 e 356

Festas reais no Convento de São Francisco.

FESTAS

Atas — Vol. XX, pág. 428

Festividades de Santa Isabel e Anjo Custódio.

FESTAS

Atas — Vol. XXI, págs. 25, 27, 29, 124, 130, 209, 210, 214, 217, 294, 295, 300, 381, 384, 446, 451, 494, 495, 496, 498 e 499

Festividades do Corpo de Deus.

FESTAS

Atas — Vol. XXI, págs. 38, 136, 137, 222, 226, 308, 311, 313, 317, 388, 391 e 453

Festividades do Anjo Custódio.

FESTAS

Atas — Vol. XXI, págs. 47, 132, 133, 134, 397, 398, 482 e 483

Festividades religiosas.

FESTAS

Atas — Vol. XXI, págs. 52, 156, 244, 245, 331 e 403

Festividades de São Francisco de Borgia.

FESTAS

Atas — Vol. XXI, págs. 56, 161, 249, 334, 336, 409, 467 e 468

Festividades de Nossa Senhora do Patrocínio.

FESTAS

Atas — Vol. XXI, págs. 90, 183, 272, 362 e 428

Festividades do padroeiro São Paulo.

FESTAS

Atas — Vol. XXI, págs. 137, 219, 220, 221, 386, 387, 303 e 304

Festividades da Visitação de Nossa Senhora a Santa Isabel.

FESTA

Atas — Vol. XXI, pág. 430

Procissão da Santa Cruzada.

FESTA

Atas — Vol. XXI, pág. 450

Festividades de São Jorge.

FESTA

Atas — Vol. XXI, pág. 500

Festividades de São Jorge.

FESTAS

Atas — Vol. XXII, págs. 11, 205, 209, 210, 211, 275, 276, 459 e 468

Festividades do Corpo de Deus, procissão da Catedral da Sé.

FESTAS

Atas — Vol. XXII, págs. 14, 383, 385 e 481

Festividades da visitação de Nossa Senhora e Santa Isabel.

FESTAS

Atas — Vol. XII, págs. 20, 159, 283, 284, 387, 392 e 618

Pagamento das despesas das festividades do Anjo Custódio.

FESTAS

Atas — Vol. XXII, pág. 36

Propinas para as festas de São Paulo, São Sebastião, Corpo de Deus, visitação e Anjo Custódio.

FESTAS

Atas — Vol. XXII, págs. 42, 112, 173 e 532

Festividades do patrocínio de Nossa Senhora na Catedral da Sé.

FESTAS

Atas — Vol. XXII, págs. 60, 127, 187, 247, 431, 432 e 553

Festividades na Catedral da Sé, do glorioso São Sebastião.

FESTAS

Atas — Vol. XII, pág. 63

Festividades do glorioso São Paulo, na Catedral da Sé.

FESTAS

Atas — Vol. XXII, págs. 88, 273, 374, 379, 481 e 583

Festa de Corpus Christi, e procissão na Catedral da Sé.

FESTA

Atas — Vol. XXII, pág. 92

Festividades da Visitação de Nossa Senhora, na Igreja da Misericórdia.

FESTAS

Atas — Vol. XXII, págs. 108, 230 e 522

Festividades de São Francisco de Borja, na Catedral da Sé.

FESTAS

Atas — Vol. XXII, págs. 185 e 551

Cêra para as festividades de São Sebastião.

FESTAS

Atas — Vol. XXII, págs. 253 e 344

Propinas para as festividades do Patrocínio e Procissão da Bula.

FESTAS

Atas — Vol. XXII, pág. 387

Despesas para as festividades da visitação de Nossa Senhora.

FESTA

Atas — Vol. XXIII, págs. 9, 13, 28, 442 e 443

Festa de São Sebastião.

FESTAS

Atas — Vol. XXIII, págs. 15 e 446

Festa do padroeiro São Paulo.

FESTAS

Atas — Vol. XXIII, pág. 21

Procissão da Bula de Santa Cruzada.

FESTAS

Atas — Vol. XXIII, págs. 48, 51, 55, 57, 344, 349 e 490

Festa de Corpus Christi.

FESTAS

Atas — Vol. XXIII, págs. 66, 205, 241, 354, 348, 510 e 512

Procissão de Santa Isabel.

FESTA

Atas — Vol. XXIII, págs. 71, 209, 241, 359 e 318

Festa do Anjo Custódio.

FESTAS

Atas — Vol. XXIII, pág. 222

Propinas para diversas festas religiosas.

FESTAS

Atas — Vol. XXIII, pág. 238

Festividades na Sé em regosijo ao aniversário de S. M. I.

FESTAS

Atas — Vol. XXIII, págs. 342 e 497

Festividades de São Jorge.

FESTAS

Atas — Vol. XXIV, pág. 24

Pede-se officiar ao Bispo solicitando o Pálio para a recepção de Sua Magestade.

FESTAS

Atas — Vol. XXIV, págs. 46, 50, 51, 138 e 143

Despesas para a festa de São Sebastião.

FESTAS

Atas — Vol. XXIV, pág. 68

Te Deum e cortejos do costume, por ser o dia da festa nacional.

FESTAS

Atas — Vol. XXIV, págs. 70, 82, 85, 175, 176 e 262

Compra de cêra para a festa de Corpus Christi.

FESTAS

Atas — Vol. XXIV, pág. 89

Festividades de Nossa Senhora e Santa Isabel.

FESTAS

Atas — Vol. XXIV, págs. 93, 94, 191 e 192

Festividades do Anjo Custódio.

FESTAS

Atas — Vol. XXIV, pág. 95

Despesas feitas, para as festividades de Corpo de Deus e Santa Isabel.

FESTAS

Atas — Vol. XXIV, pág. 169

Festividades do aniversário da abertura da Assembléia, na Catedral da Sé.

FESTAS

Atas — Vol. XXIV, pág. 185

Festividades da visitação de Nossa Senhora a Santa Isabel.

FESTAS

Atas — Vol. XXVI, pág. 75

Negando licença para tirar esmolas para o Espírito Santo.

FESTAS

Atas — Vol. XXVIII, pág. 56

Festividades do Espírito Santo.

FESTA

Atas — Vol. XXIX, pág. 96

Festividades religiosas.

FESTAS

Atas — Vol. XXX, pág. 7

Festa na Sé Catedral — ao Te Deum.

FESTAS

Atas — Vol. XXX, pág. 150

Festa do Te Deum, que deve ser cantada na Catedral.

FESTAS

Atas — Vol. XXXIII, págs. 157 e 158

Festas do Divino Espírito Santo.

FESTAS

Atas — Vol. XXXIV, págs. 43, 48 e 195

Requerimento de Antônio Benedito de Mendonça, pedindo licença para tirar esmolas para a festa do Divino.

FESTAS

Atas — Vol. XXXIV, pág. 49

Ofício do exmo. Bispo, convidando a Câmara para os festejos de Nossa Senhora da Penha.

FESTAS

Atas — Vol. XXXVI, pág. 35

Posturas aos festeiros do Espírito Santo.

FESTA

Atas — Vol. XXXVIII, pág. 35

Festividades religiosas.

FESTA

Atas — Vol. XXXVIII, pág. 133

Festividades de Corpus Christi.

FESTA

Atas — Vol. XXXVIII, pág. 140

Festividades do Divino Espírito Santo.

FESTA

Atas — Vol. XLIV, pág. 191

Convidando para as festas de Nossa Senhora da Penha.

FESTAS

Atas — Vol. XLV, págs. 65 e 199

Atas — Vol. XLVI, pág. 73

Atas — Vol. XLVII, pág. 172

Te Deum em louvor à efigie do Imperador.

FESTAS

Atas — Vol. XLVII, págs. 171 e 172

Te Deum em ação de graças pelo aniversário da independência do Império.

FESTAS

Atas — Vol. LV, pág. 263

Festejos por ocasião da saída de Nossa Senhora da Penha para a sua Freguesia.

FESTAS

Atas — Vol. LVII, págs. 57, 141 e 143
Propinas para as festividades de São Paulo.

FESTA

Atas — Vol. LVIII, págs. 161

Festividades religiosas.

FESTAS

Atas — Vol. LIX, pág. 32

Convite à Câmara, para assistirem a festa do padroeiro da província.

FESTAS

Atas — Vol. LIX, pág. 172

Atas — Vol. LX, pág. 26

Te Deum comemorativo à criação de um Tribunal de Relação nesta Capital.

FESTAS

Atas — Vol. LIX, pág. 195

Te Deum celebrado em ação de graças na Catedral, pelo aniversário da Independência e do Império.

FESTAS

Atas — Vol. LIX, pág. 240

Te Deum celebrado na Sé Catedral, pelo natalício do Imperador.

FESTA

Atas — Vol. LXI, págs. 109 e 110

Trasladação da Imagem de Nossa Senhora da Penha para a Igreja do Brás e trazê-la em procissão até a Sé.

FESTA

Atas — Vol. LXIV, pág. 61

Esmolas para a festa do Divino Espírito Santo.

FESTA

Atas — 1901 — pág. 155

Festividades da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Catedral.

IGREJA

IGREJA

Atas — Vol. I, págs. 155, 161, 244, 262 e 265

Apregoadas em frente a igreja as posturas.

IGREJA

Atas — Vol. I, págs. 345, 352, 370, 410, 426 e 454

Sobre a construção da nova igreja.

IGREJA

Atas — Vol. I, pág. 415

Devida a guerra com os índios, os vereadores resolveram que as mulheres e crianças se reunissem nas igrejas para maior segurança.

IGREJA

Atas — Vol. II, págs. 42, 43, 76, 78, 79, 96, 106, 107, 249, 258, 259, 272, 276, 277, 287 e 297

Sobre a construção da nova matriz.

IGREJA

Atas — Vol. II, pág. 48

Sobre a transferência da força do «Ourteiro de Tabatinguera» por prejudicar o Mosteiro.

IGREJA

Atas — Vol. II, pág. 220

Devassa para descobrir quem tinha escrito «palavras» na porta do Mosteiro de São Paulo para receber o merecido castigo.

IGREJAS

Atas — Vol. II, págs. 221 e 286

Sobre pregões na porta das Igrejas.

IGREJA

Atas — Vol. III, pág. 114

Barto'omeu Gonçalves e Aleixo Jorge foram notificados para cuidar e limpar os adros do colégio, da Santa Misericórdia, da Matriz e de Nossa Senhora do Carmo.

IGREJA

Atas — Vol. III, pág. 144

Foram notificados os donos dos gados que andam pela vila danificando as igrejas.

IGREJA

Atas — Vol. III, pág. 175

Foi dito que Diogo Muniz da Costa desistia da vara da igreja.

IGREJA

Atas — Vol. III, pág. 190

Diante do Mosteiro, de joelhos, chamava a que o Rei o favorecesse com justiça.

IGREJA

Atas — Vol. IV, pág. 183

Devassa sobre a reabertura, contra Rei, da Igreja da aldeia de Maruí.

IGREJA

Atas — Vol. IV, pág. 184

Protesto dos oficiais da Câmara, contra a reabertura ilegal da igreja da aldeia de Maruí.

IGREJAS

Atas — Vol. V, párs. 97 e 98

Pedindo a declaração dos bens da Igreja Matriz de São Paulo.

IGREJA

Atas — Vol. V, pág. 126

Notificação para tapar um buraco junto a igreja.

IGREJA

Atas — Vol. V, pág. 240

Retirada do sino da igreja matriz para a casa do procurador do Conselho.

IGREJA

Atas — Vol. V, pág. 434

Pedindo para consertar os muros da igreja e colégio dos padres da Companhia.

IGREJAS

Atas — Vol. VI, pág. 28

Os índios na defesa dos templos, igrejas e mosteiros.

IGREJA

Atas — Vol. VI, pág. 144

Fedem interessados, que o abade de São Bento aceite as chaves da igreja matriz.

IGREJA

Atas — Vol. VI, pág. 154

Igrejas das aldeias.

IGREJA

Atas — Vol. VII, pág. 521

Para dourar o Retavolo e tribuna da Igreja Matriz.

IGREJA

Atas — Vol. IX, pág. 249
Cêra para o Santissimo Sacramento.

IGREJA

Atas — Vol. X, pág. 68
Afixação de edital, na igreja da Penha.

IGREJAS

Atas — Vol. X, pág. 257
Igreja da Freguesia de Nazaré.

IGREJA

Atas — Vol. XI, pág. 184
Sôbre o feitiço de 4 arcos, um na misericórdia, outro acima da Matriz e outro no Colégio.

IGREJAS

Atas — Vol. XIII, pág. 24
Festividades na Sé para a posse do Bispo.

IGREJA

Atas — Vol. XVII, pág. 34.
Fervorosos atos de católica resignação ao augustissimo Rei Dom José.

IGREJA

Atas — Vol. XIII, pág. 40
Falando sôbre o meirinho da igreja Thomas José de Oliveira.

IGREJAS

Atas — Vol. XIII, pág. 94
Sôbre as casas que ficavam atrás da igreja de Nossa Senhora do Rosário.

IGREJA

Atas — Vol. XIV, pág. 49
Cêra para os altares da Sé.

IGREJAS

Atas — Vol. XIV, pág. 65
Pedindo ajuda do povo para reedificação dos templos, arruinados pelo terremoto.

IGREJA

Atas — Vol. XIV, pág. 481
Obras da capela de São Gonçalo

IGREJA

Atas — Vol. XV, pág. 34
Pedem providências para o consêrto, de um buraco que vai do beco para a Igreja do Colégio.

IGREJA

Atas — Vol. XV, pág. 39.
Despacharam a petição para fazer o caminho, que começa na Capela do Senhor Bom Jesus, até a Freguesia de Juqueri.

IGREJA

Atas — Vol. XV, pág. 262
Petição despachada pela Câmara, dando ordem para fazer o caminho de São Miguel.

IGREJA

Atas — Vol. XV, pág. 262
Petição despachada pela Câmara, dando ordem para fazer o caminho de São Miguel até a Capela de Nossa Senhora da Penha.

IGREJA

Atas — Vol. XV, pág. 348
Procissão de Nossa Senhora da Penha de Franca.

IGREJA

Atas — Vol. XV, pág. 525
Água do Convento de São Francisco para o povo.

IGREJA

Atas — Vol. XVI, pág. 120
Consêrto de uma ponte que foi derubada pelo gado do Convento de São Francisco.

IGREJA

Atas — Vol. XVI, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355 e 356

Reforma da capela de Nossa Senhora dos Prazeres, na Luz, para fundação do Recolhimento das devotas da Divina Providência.

IGREJA

Atas — Vol. XVI, págs. 350 e 355

Recolhimento de Santa Tereza.

IGREJA

Atas — Vol. XVI, pág. 363

Igreja da Misericórdia.

IGREJA

Atas — Vol. XVI, pág. 363

Igreja do Rosário.

IGREJA

Atas — Vol. XVI, pág. 408

Te Deum pelo aniversário de Sua Majestade.

IGREJA

Atas — Vol. XVII, págs. 472 e 475

Uma petição por parte do Juiz e da Irmandade de Nossa Senhora do Remédio.

IGREJA

Atas — Vol. XVII, pág. 473

Solicitam conceder-lhes a capelinha de São Vicente Ferreira, para nela recolherem e collocarem a imagem de Nossa Senhora.

IGREJA

Atas — Vol. XVIII, págs. 138, 237, 266, 325, 337, 359, 435 e 463

Te Deum Laudamus em ação de graças. na Catedral da Sé.

IGREJA

Atas — Vol. XVIII, pág. 291

Triduo em ação de graças na Santa Sé Catedral, pelos casamentos dos infantes de Portugal.

IGREJA

Atas — Vol. XVIII, pág. 386

Para assistir, na Catedral da Sé, as exéquias do Rei Dom Pedro.

IGREJA

Atas — Vol. XVIII, pág. 429

Festividades na Catedral da Sé, para assistir a festa do Anjo Custódio.

IGREJA

Atas — Vol. XVIII, pág. 484

Festividades do padroeiro São Paulo, na Catedral da Sé.

IGREJAS

Atas — Vol. XIX, pág. 149

Convento dos Carmelitas.

IGREJAS

Atas — Vol. XIX, pág. 281

Alfaias do oratório.

IGREJAS

Atas — Vol. XIX, pág. 297

Preces na catedral, pela conservação de Sua Majestade.

IGREJAS

Atas — Vol. XIX, pág. 571

Igrejas dos Terceiros de São Francisco.

IGREJA

Atas — Vol. XX, pág. 278

Celebrações pelo falecimento do pontífice Pio VI na Sé Catedral.

IGREJA

Atas — Vol. XX, pág. 281

Preces pelo bispo que fêz celebrar na Sé Catedral.

IGREJA

Atas — Vol. XX, págs. 34, 144, 151, 173, 174, 199, 202, 237, 239, 240, 260, 261, 283, 284, 309, 327, 334, 343, 350, 385, 391, 392, 395, 397, 398, 404, 409, 411, 414, 443, 444, 445, 450, 451, 453, 469 e 471

Te Deum na Sé Catedral.

IGREJA

Atas — Vol. XX, pág. 338

Procissão das Bulas na Igreja de Santo Antônio.

IGREJA

Atas — Vol. XXI, págs. 3, 26, 71, 101, 120, 128, 129, 166, 167, 171, 210, 251, 252, 262, 274, 275, 290, 291, 344, 379, 416, 418, 447, 472, 473, 474 e 498

Convite para assistirem o Te Deum na Sé.

IGREJA

Atas — Vol. XXI, pág. 50.

Sobre as terras da Irmandade de Santa Ifigênia e de São Elesbão.

IGREJA

Atas — Vol. XXI, pág. 273

Convite para irem à igreja do Rosário dos Pretos.

IGREJA

Atas — XXI, págs. 288 e 289

Festividade na Catedral da Sé, que fez o exmo. e rev. Bispo Diocesano.

IGREJA

Atas — Vol. XXI, pág. 319

Convite para irem à Catedral da Sé assistir o ofício.

IGREJA

Atas — Vol. XXI, pág. 321

Convite para irem à Catedral da Sé assistir o funeral.

IGREJA

Atas — Vol. XXI, pág. 367

Convite para irem à Igreja do Rosário dos Pretos.

IGREJA

Atas — Vol. XXII, págs. 50, 52, 81, 84, 109, 142, 146, 170, 206, 207, 231, 238, 267, 268, 308, 332, 407, 462, 553, 584, 372, 523 e 579

Te Deum Laudamus, em ação de graças.

IGREJA

Atas — Vol. XXII, págs. 66, 67, 251 e 559

Procissão e sermão da Bula.

IGREJA

Atas — Vol. XXII, págs. 89, 152, 277 e 577

Propinas para a festa do Corpo de Deus.

IGREJA

Atas — Vol. XXII, pág. 91

Convite do Sr. Bispo para assistir as exéquias e missa da Rainha D. Maria I.

IGREJA

Atas — Vol. XXII, pág. 129

Festividades e procissão do glorioso apóstolo São Paulo.

IGREJA

Atas — Vol. XXII, pág. 143

Triduo na Catedral da Sé, pela aclamação de El-Rei.

IGREJA

Atas — Vol. XXII, pág. 153

Te Deum Laudamus, em ação de graças pela conclusão do contrato matrimonial do Príncipe D. Pedro com a Arquiduquesa da Áustria.

IGREJA

Atas — Vol. XXII, pág. 156

Te Deum Laudamus, em ação de graças, pela restauração de Pernambuco.

IGREJA

Atas — Vol. XXII, pág. 186

Procissão da Catedral da Sé, para a igreja de Santo Antônio.

IGREJA

Atas — Vol. XXII, pág. 252

Calçar o pé de taipas novas defronte o Palácio Episcopal.

IGREJA

Atas — Vol. XXII, págs. 285 e 289
Acompanhar a imagem de Nossa Senhora da Penha para a Matriz de M:tosinhos.

IGREJA

Atas — Vol. XXII, pág. 529
Mandar encarnar a imagem do Senhor Crucificado, e a imagem de São Vicente Ferreira.

IGREJA

Atas — Vol. XXII, pág. 561
Triduo em ação de graças, pela deliberação do Príncipe Regente de ficar no Brasil.

IGREJA

Atas — Vol. XXII, pág. 571
Te Deum Laudamus em ação de graças pelo nascimento de um infante, filha do Príncipe Regente.

IGREJA

Atas — Vol. XXII, pág. 664
Assistir ao pontifical e sermão em ação de graças, pela Aciamação do Primeiro Imperador do Brasil.

IGREJA

Atas — Vol. XXIII, págs. 27, 38, 82, 90, 92, 114, 219, 251, 274, 278, 382, 393, 418, 429, 480 e 484
Te Deum na Sé.

IGREJA

Atas — Vol. XXIII, pág. 47
Requerimento dos Irmãos do Rosário, pedindo espera para calçarem a frente da Igreja.

IGREJA

Atas — XXIII, pág. 466
Capela que se pretende erigir a Nossa Senhora de Belém.

IGREJA

Atas — Vol. XXIII, pág. 521
Exéquias feitas ao S. Rei D. João VI na Catedral da Sé.

IGREJA

Atas — Vol. XXIV, pág. 5
Vistoria, no Convento de Santa Theresa.

IGREJA

Atas — Vol. XXIV, pág. 13
Te Deum Laudamus, em ação de graças na Catedral da Sé, que Sua Majestade Imperial faz ao reverendo vigário Manoel Joaquim de Andrade.

IGREJA

Atas — Vol. XXIV, pág. 21
Missa e procissão com o andor de Nossa Senhora.

IGREJA

Atas — Vol. XXIV, pág. 29
Preces feitas por intenção de Sua Magestade o Imperador, na Catedral da Sé.

IGREJA

Atas — Vol. XXIV, págs. 38 e 39
Te Deum Laudamus, na Catedral da Sé, em honra ao glorioso São Silvestre.

IGREJA

Atas — Vol. XXIV, pág. 53.
Solenidades feitas ao glorioso São Paulo, na Catedral da Sé.

IGREJA

Atas — Vol. XXIV, pág. 74, 75, 103, 111, 220 e 342
Te Deum, na Catedral da Sé.

IGREJA

Atas — Vol. XXIV, pág. 87
Missa em intenção da alma de S. M. Imperatriz.

IGREJA

Atas — Vol. XXIV, págs. 126 e 128
Solenidades feitas à chegada do rev-
sr. Bispo Dom Manoel Joaquim Gon-
çalves de Andrade.

IGREJA

Atas — Vol. XXIV, págs. 128, 129
e 138
Te Deum em louvor de São Silvestre.

IGREJA

Atas — Vol. XXIV, pág. 157
Te Deum e solenidades celebradas por
ocasião do juramento que Sua Ma-
jestade prestou a Constituição do Im-
pério.

IGREJA

Atas — Vol. XXIV, pág. 179
Missa e procissão.

IGREJA

Atas — Vol. XXIV, pág. 214 e 215
Para receber a imagem de Nossa Se-
nhora da Penha e suas jóias.

IGREJA

Atas — Vol. XXIV — pág. 256
Te Deum Laudamus e solenidades ce-
lebradas em ação de graças pela de-
liberação que Sua Majestade Im-
perador tomou de ficar no Brasil.

IGREJA

Atas — Vol. XXIV, págs. 298, 321
e 325
Projeto de obras do convento dos re-
ligiosos Carmelitas.

IGREJA

Atas — Vol. XXIV, pág. 501
Despesas de cêra para o Te Deum.

IGREJA

Atas — Vol. XXV, pág. 273
Que as ações da Câmara sejam trans-
feridas para o Mosteiro de São
Bento.

IGREJA

Atas — Vol. XXVI, págs. 35 e 189
Sobre o oferecimento da parte do Con-
vento de São Bento para as sessões
da Câmara.

IGREJA

Atas — Vol. XXVI, pág. 163
Sobre um requerimento da Ordem 3ª
do Carmo sobre a Capela da Boa
Morte.

IGREJA

Atas — Vol. XXVI, pág. 321
Água para as Recolhidas de Santa Te-
resa.

IGREJA

Atas — Vol. XXVII, pág. 469
Dirigiu-se a Câmara a Sé Catedral para
assistir ao solene Te Deum em ação
de graças.

IGREJA

Atas — Vol. XXVII, pág. 479
Edital para assistirem uma festividade
de missa cantada e orada na Sé Ca-
tedral.

IGREJA

Atas — Vol. XXVIII, págs. 82 e 83
Ofício do Juiz de Paz do Distrito de
Cutia, informando sobre a Capela de
Itapeirica.

IGREJA

Atas — Vol. XXVIII, pág. 119
Retirada pela Comissão Permanente um
Parecer sobre a capela de MBoy.

IGREJA

Atas — Vol. XXIX, pág. 69
Ofício para a abertura de ruas no
terreno do Convento de São Fran-
cisco.

IGREJA

Atas — Vol. XXIX, pág. 104
Requerimento da Irmandade de Nossa
Senhora da Boa Morte, pedindo prazo
para consêrto da igreja.

IGREJA

Atas — Vol. XXXI, pág. 32
Informação do Bispo Diocesano, sobre
a Capela MBoy.

IGREJA

Atas — Vol. XXXI, págs. 45, 51,
61 e 115
Te Deum na Sé Catedral.

IGREJA

Atas — Vol. XXXI, pág. 81
Sobre os reparos da Igreja Matriz.

IGREJA

Atas — Vol. XXXI, pág. 85
Reparos para a igreja de Santa Ifigênia.

IGREJA

Atas — Vol. XXXI, pág. 147
Do Fabriqueiro, enviando relatório dos
Bens da igreja da Penha.

IGREJA

Atas — Vol. XXXII, pág. 13
Reparos na igreja de Nossa Senhora
do Ó.

IGREJA

Atas — Vol. XXXII, pág. 30
Orçamentos dos reparos da Igreja de
Santa Ifigênia.

IGREJA

Atas — Vol. XXXII, pág. 17
Contas apresentadas da Matriz de Santa
Ifigênia.

IGREJA

Atas — Vol. XXXII, pág. 69
Reparos da Igreja de Santa Ifigênia.

IGREJA

Atas — Vol. XXXII, pág. 89
Autorização para fazer a despesa da
Igreja de Santa Ifigênia.

IGREJA

Atas — Vol. XXXII, pág. 92
Despesas da Matriz da Cutia.

IGREJA

Atas — Vol. XXXII, pág. 93
Doações feitas à Igreja de Santa Ifi-
gênia.

IGREJA

Atas — Vol. XXXII, pág. 98
Contas da igreja de São Bernardo.

IGREJA

Atas — Vol. XXXII, pág. 104
Autorização para a obra da torre da
igreja da Penha.

IGREJA

Atas — Vol. XXXII, pág. 125
Conta da Matriz de Santa Ifigênia.

IGREJA

Atas — Vol. XXXII, pág. 131
Convite do exmo. Bispo Diocesano
para assistirem ao Te Deum na Ca-
tedral da Sé.

IGREJA

Atas — Vol. XXXII, pág. 138
Reparos da igreja do Brás.

IGREJA

Atas — Vol. XXXII, pág. 146
Editais convidando o povo para o Te
Deum.

IGREJA

Atas — Vol. XXXIII, págs. 31, 45,
146, 166, 168, 171
Fabriqueiros das Igrejas.

IGREJA

Atas — Vol. XXXIII, págs. 46 e 53
Capela de Bom Jesus de Arujá.

IGREJA

Atas — Vol. XXXIII, págs. 51, 148
e 174
Te Deum.

IGREJA

Atas — Vol. XXXIII, pág. 162
Reparos na igreja da Conceição.

IGREJAS

Atas — Vol. XXXIII, pág. 165
Dos reverendos vigários de várias igre-
jas, pedindo reparos para as respec-
tivas.

IGREJA

Atas — Vol. XXXIV, págs. 9, 89,
121, 139, 193 e 235
Te Deum na Catedral.

IGREJA

Atas — Vol. XXXIV, pág. 65
Dos Irmãos da Irmandade das Dores
pedindo data de terra.

IGREJA

Atas — Vol. XXXIV, pág. 77
Do Fabriqueiro, enviando relatório dos
bens da Igreja de Santa Ifigênia.

IGREJA

Atas — Vol. XXXIV, pág. 107
Dos párocos, enviando os resultados das
eleições paroquiais.

IGREJA

Atas — Vol. XXXIV, pág. 111
Do vigário da Freguesia do Ó, pedindo
várias coisas necessárias a sua igreja.

IGREJAS

Atas — Vol. XXXIV, pág. 133
Do Fabriqueiro da Igreja de Santa Ifi-
gênia, remetendo a conta inclusa da
igreja de N. S. da Conceição.

IGREJA

Atas — Vol. XXXV, págs. 88 e 194
Te Deum na Sé.

IGREJA

Atas — Vol. XXXVI, págs. 10 e 88
Do Fabriqueiro das Igrejas.

IGREJA

Atas — Vol. XXXVI, págs. 70,
78 e 113

Requerimento da Irmandade de Nossa
Senhora das Dores, pedindo conti-
nuação do alinhamento.

IGREJA

Atas — Vol. XXXVI, págs. 72, 140
e 148
Assistir ao Te Deum.

IGREJAS

Atas — Vol. XXXVII, págs. 37,
179, 183, 191, 201, 205, 227, 230
e 239.

Sobre os fabriqueiros das igrejas.

IGREJAS

Atas — Vol. XXXVII, pág. 173
Sobre os ornatos religiosos para as
celebrações doadas pela Câmara.

IGREJA

Atas — Vol. XXXVIII, pág. 17
Convite para assistirem ao Te Deum
na igreja do Colégio.

IGREJA

Atas — Vol. XXXVIII, pág. 40
Ofício ao vigário capitular, que mande
fazer preces para a cessação do fla-
gelo epidêmico.

IGREJA

Atas — Vol. XXXVIII, pág. 74
Convite para assistir ao Te Deum.

IGREJA

Atas — Vol. XXXVIII, pág. 92
Convite para assistir ao Te Deum.

IGREJA

Atas — Vol. XXXVIII, pág. 110
Reclamação do vigário da Igreja Ma-
triz do Brás.

IGREJA

Atas — Vol. XXXVIII, págs. 228
e 229

Terreno pertencente ao Mosteiro de
São Bento.

IGREJAS

Atas — Vol. XXXIX, págs. 24 e 64
Assistirem ao Te Deum.

IGREJAS

Atas — Vol. XXXIX, págs. 24, 71
e 90

Do fabriheiro das igrejas.

IGREJAS

Atas — Vol. XXXIX, pág. 31
Vários ornatos pertencentes ao Altar
da Cadeia foram recolhidos às igrejas
de São Gonçalo e dos Remédios.

IGREJAS

Atas — Vol. XXXIX, pág. 34
Pedindo as igrejas em caso de incêndio
perto dar o sinal combinado.

IGREJAS

Atas — Vol. XXXIX, pág. 126
Sobre os concertos da Igreja Matriz.

IGREJAS

Atas — Vol. XL, págs. 34, 93, 116,
118, 151, 186 e 216
Assistirem ao Te Deum.

IGREJAS

Atas — Vol XL, págs. 64, 131, 154,
165, 167 e 177
Do fabriheiro das igrejas.

IGREJAS

Atas — Vol. XLI, pág. 7

Pedindo a volta das Imagens pertencentes a Câmara, da igreja de São
Gonçalo para a Capela dos presos.

IGREJAS

Atas — Vol. XLI, págs. 8 e 21

Do fabriheiro das igrejas.

IGREJAS

Atas — Vol. XLI, págs. 167, 177,
180 e 206

Sobre enterros nas igrejas.

IGREJAS

Atas — Vol. XLII, pág. 70

Comunicando as Ordens 3^a, Confrarias,
Irmandades da capital, que trans-
firam seus jazigos para o cemitério
da Consolação.

IGREJA

Atas — Vol. XLIII, pág. 30
Oferta da sra. Marquesa de Santos da
capela do cemitério.

IGREJAS

Atas — Vol. XLIII, pág. 57

Irmandades e Confrarias para tratarem
de seus jazigos no cemitério Muni-
cipal.

IGREJA

Atas — Vol. XLIII, pág. 108
Te Deum, convite para o mesmo.

IGREJA

Atas — Vol. XLIV, pág. 35
Sobre os dobres de sinos nas igrejas.

IGREJA

Atas — Vol. XLIV, pág. 122
Sobre os concertos da Igreja do Rosá-
rio dos Homens Pretos.

IGREJA

Atas — Vol. XLIV, pág. 135

Ofício do vigário José Joaquim Barbosa, acusando o recebimento do ofício sobre a proibição dos enterros nas Igrejas.

IGREJA

Atas — Vol. XLIV, págs. 151 e 217

Convite para assistir o Te Deum.

IGREJAS

Atas — Vol. XLV, pág. 65

Larços: do Carmo, Misericórdia, São Bento, São Francisco, São Gonçalo.

IGREJAS

Atas — Vol. XLV, pág. 125

Obras do paredão do Carmo.

IGREJAS

Atas — Vol. XLVI, pág. 22.

Igreja da Freguesia do Brás.

IGREJAS

Atas — Vol. XLVI, págs. 86, 142, 146 e 155

Igreja do Remédio.

IGREJAS

Atas — Vol. XLVI, pág. 156

Regulamentando os dobres de sinos nas freguesias: Sé, Santa Ifigênia, conventos e demais igrejas.

IGREJAS

Atas — Vol. XLVI, pág. 207

Celebração de missas na capela do cemitério.

IGREJAS

Atas — Vol. XLVII, pág. 22

Eleição na freguesia da Sé.

IGREJAS

Atas — Vol. XLVII, págs. 80 e 81

Convento da Luz.

IGREJAS

Atas — Vol. XLVII, pág. 233

Irmandade de São Francisco de Assis.

IGREJAS

Atas — Vol. XLVII, pág. 23

Convento de São Bento.

IGREJAS

Atas — Vol. XLVII, págs. 57 e 128

Parecer da comissão, sobre a eleição municipal da paróquia de Santa Ifigênia.

IGREJAS

Atas — Vol. XLVII, pág. 137

Pedido de marcação de prazo, para a construção da capela de Santa Cecília.

IGREJA

Atas — Vol. XLVIII, pág. 49

Convite para assistir ao Te Deum na Catedral da Sé.

IGREJA

Atas — Vol. XLVIII, págs. 71, 72, 79, 80 e 221

Ofício proibindo o enterramento dos religiosos no recinto das igrejas.

IGREJA

Atas — Vol. XLVIII, pág. 118

Orçamento para as obras da Igreja Matriz da Freguesia do Ó.

IGREJA

Atas — Vol. XLVIII, págs. 131 e 132

Orçamento para as obras da Igreja Matriz de Santa Ifigênia.

IGREJA

Atas — Vol. XLVIII, págs. 142, 213 e 269

Te Deum na Catedral da Sé.

IGREJA

Atas — Vol. XLVIII, pág. 162

Reclamação contra o Seminário Episcopal.

IGREJA

Atas — Vol. XLVIII, pág. 169

Orçamento para os reparos da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Ó.

IGREJA

Atas — Vol. XLVIII, pág. 171

Cedido ao govêrno, um tanque que pertencia ao Convento de Santa Theresa.

IGREJA

Atas — Vol. XLVIII, pág. 234

Ofício pedindo para celebrar missas e mais atos religiosos na Capela do Cemitério da Consolação.

IGREJA

Atas — Vol. XLIX, pág. 15

Obras da Igreja Matriz de Santa Efigênia.

Atas — Vol. XLIX, págs. 63, 72, 80, 81, 96, 219, 220 e 240

Representação da Irmandade de N.S. da Conceição de São Gonçalo sôbre a desapropriação de um terreno junto à Igreja.

IGREJA

Atas — Vol. XLIX, pág. 88

Autorização para pagar as despesas da paróquia da Sé.

IGREJA

Atas — Vol. XLIX, pág. 116

Nomeação de um substituto para encaregar das obras da Matriz de Santa Ifigênia.

IGREJA

Atas — Vol. XLIX, pág. 256

Conta das despesas da Capela do Cemitério Público.

IGREJA

Atas — Vol. XLIX, pág. 256

Conta da despesa da Igreja da Freguesia de Nossa Senhora do Ó.

IGREJA

Atas — Vol. L, pág. 51

O procurador da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição e São Gonçalo, pede que se verifique o alinhamento dado a respectiva igreja.

IGREJA

Atas — Vol. L, pág. 78

Obras da Matriz de Santa Ifigênia.

IGREJA

Atas — Vol. L, pág. 113

Missa na Capela do Cemitério, em intenção às almas.

IGREJA

Atas — Vol. L, pág. 163

Te Deum em ação de graças.

IGREJA

Atas — Vol. LI, pág. 190

Demoliu o muro do antigo Convento de São Francisco.

IGREJA

Atas — Vol. LI, pág. 199

Irmandade de Nossa Senhora de Boa Morte.

IGREJA

Atas — Vol. LI, pág. 222

Solenidades religiosas.

FESTA

Atas — Vol. LII, pág. 142

Convidada a Câmara para assistir a solenidade religiosa na Sé.

IGREJA

Atas — Vol. LIII, págs. 17, 21, 46, 47 e 65

Sôbre a prosperidade do Mosteiro de São Bento.

IGREJA

Atas — Vol. LIII, págs. 68 e 141

Celebração de Te Deum.

IGREJA

Atas — Vol. LIV, págs. 41, 42 e 63
Celebração do Te Deum.

IGREJA

Atas — Vol. LIV, pág. 78
Compra de terrenos para edificação da
igreja.

IGREJA

Atas — Vol. LV, pág. 217
Pedindo a vinda da Sagrada Imagem
de Nossa Senhora da Penha, por
causa da seca:

IGREJA

Atas — Vol. LV, pág. 249
Assistir o Te Deum

IGREJA

Atas — Vol. LVI, pág. 45
Paróquia da Sé.

IGREJA

Atas — Vol. LVI, pág. 59
Igreja do Brás.

IGREJA

Atas — Vol. LVI, págs. 67, 130,
181 e 182
Convite para assistir ao Te Deum na
Catedral da Sé.

IGREJA

Atas — Vol. LVI, pág. 72
Proposta para desapropriar o terreno
pertencente ao Convento de São
Bento.

IGREJA

Atas — Vol. LVI, pág. 127
Indicação para fazer um altar para a
imagem do Senhor, existente na Ca-
pela do Cemitério.

IGREJA

Atas — Vol. LVI, pág. 151
Igreja da Consolação.

IGREJA

Atas — Vol. LVI, pág. 161
Proposta para dizer missa de finados
no Cemitério Público.

IGREJA

Atas — Vol. LVI, pág. 192
Fundação de uma Capela no bairro de
Pinheiros.

IGREJA

Atas — Vol. LVII, pág. 21
Conta para a missa de finados.

IGREJA

Atas — Vol. LVII, págs. 46 e 111
Convite para assistir ao Te Deum na
Catedral da Sé.

IGREJA

Atas — Vol. LVII, pág. 71
Proposta para fazer um altar para a
imagem da Capela do Cemitério.

IGREJA

Atas — Vol. LVII, pág. 107
Convite para acompanhar a Procissão
da Sagrada Imagem de N. Senhora
do Monte-Serrat.

IGREJA

Atas — Vol. LVII, pág. 124
Paróquias de Nossa Senhora da Conso-
lação e de Santa Ifigênia.

IGREJA

Atas — Vol. LVII, págs. 127, 128,
131, 138 e 145
Desapropriação de um terreno junto a
Igreja da Boa Morte.

IGREJA

Atas — Vol. LVIII, págs. 34 e 99
Desapropriação dos terrenos que per-
tencem a Irmandade do Rosário.

IGREJA

Atas — Vol. LVIII, págs. 67 e 68
Desapropriação do terreno da Igreja da Boa Morte.

IGREJA

Atas — Vol. LVIII, pág. 73
Representação dos moradores da Paróquia da Consolação e de Santa Ifigênia.

IGREJA

Atas — Vol. LVIII, págs. 82 e 83
Pedido para construir uma Capela dedicada a Santa Cruz do Redentor, no bairro do Caguaçu.

IGREJA

Atas — Vol. LVIII, pág. 106
Enviado da Soc. Missas Catolicas da Filadelfia, nos Estados Unidos, pedindo licença para exposição de fotografias, da Terra Santa.

IGREJA

Atas — Vol. LVIII, pág. 149
Paróquia de Nossa Senhora do Ó.

IGREJA

Atas — Vol. LVIII, pág. 155
Desapropriação do terreno junto a Igreja da Boa Morte.

IGREJA

Atas — Vol. LIX, pág. 12
Igreja dos Remédios.

IGREJA

Atas — Vol. LIX, pág. 26
Consérto no muro da igreja da Irmandade dos Remédios.

IGREJA

Atas — Vol. LIX, pág. 146
Pedindo à Câmara que compareça na Igreja de São Bento, a fim de conduzir as varas do pátio na entrada solene do Bispo desta Diocese, daquella igreja à Catedral.

Atas — Vol. LIX, pág. 141
Desapropriação do terreno da Igreja da Boa Morte.

IGREJA

Atas — Vol. LIX, pág. 69
Loterias benéficas à Igreja de São Gonçalo.

IGREJA

Atas — Vol. LIX, pág. 232
Pedindo prolongação da iluminação a gás da igreja da Consolação ao cemitério municipal, devido a grande epidemia das bexigas.

IGREJA

Atas — Vol. LX, págs. 72 e 74
Igreja de São Gonçalo.

IGREJA

Atas — Vol. LX, págs. 72 e 74
Mosteiro de São Bento.

IGREJA

Atas — Vol. LX, pág. 26
Circular do governo, pedindo informação sobre as Ordens 3^a das irmandades e associações.

IGREJA

Atas — Vol. LX, pág. 27
Pedido de gratificação pelo sineiro da Igreja do Colégio.

IGREJA

Atas — Vol. LX, pág. 150
Pedido de relação dos cidadãos de cada paróquia.

IGREJA

Atas — Vol. LXI, págs. 119, 197, 224, 247, 249 e 250
Pedido público para a trasladação da Santissima Virgem Serhora da Penha de sua igreja para a Catedral.

IGREJA

Atas — Vol. LXI, pág. 109

Convidando à Câmara para assistir ao Te Deum.

IGREJA

Atas — Vol. LXII, pág. 9

Imagem cedida a capela do Cemitério.

IGREJA

Atas — Vol. LXII, pág. 23

Procissão da Imagem de Nossa Senhora da Penha a sua Freguesia, devendo sair da Sé até a igreja do Brás.

IGREJA

Atas — Vol. LXII, págs. 23 e 29

Uma comissão dos festejos recessários a volta da Sagrada Imagem.

IGREJA

Atas — Vol. LXII, pág. 35

Nomeada uma comissão para promover os festejos a Nossa Senhora da Penha.

IGREJA

Atas — Vol. LXIII, pág. 181

Convidada à Câmara para assistir ao Te Deum.

IGREJA

Atas — Vol. LXIV, pág. 59

Ofício do exmo. sr. Bispo Diocesano, convidando a Câmara para assistir as Exéquias que na Sé se tem de solenizar pelo S. S. Padre Pio IX.

IGREJA

Atas — Vol. LXV, pág. 36

Incêndio da Igreja da Sé.

IGREJA

Atas — Vol. LXV, pág. 41

Concluídas as mudanças de encanamentos que abastece de água o Recolhimento de Santa Teresa, a igreja da Sé e o chafariz do Carmo.

IGREJA

Atas — Vol. LXV, pág. 62

Junta de qualificação de votantes da Paróquia de Nossa Senhora do Ó.

IGREJA

Atas — Vol. LXVI, pág. 148

Convite para assistir as Exéquias a celebrar-se na igreja da Sé.

IGREJA

Atas — Vol. LXVIII, pág. 58

Ofício para levantar um muro junto a igreja da Sé.

IGREJA

Atas — Vol. LXIX, pág. 74

Isenção de impostos para as Igrejas.

IGREJA

Atas — Vol. LXIX, págs. 267 e 268

Sobre a missa de finados na capela do Cemitério.

IGREJA

Atas — Vol. LXX, pág. 23

Remover o quiosque da Sé para o laço da capela do Sacramento.

IGREJA

Atas — Vol. LXX, pág. 109

Pede-se remover as terras depositadas onde funciona a escola da Confraria de N. S. dos Remédios, para não prejudicar o edificio.

IGREJA

Atas — Vol. LXX, págs. 184 e 194

Do vigário da Matriz do Brás, pedindo para mudar as salas de eleição para as escolas por não achar muito regular esta prática.

IGREJA

Atas — Vol. 1887, pág. 246

Pedindo os titulos dos terrenos pertencentes a capela das Perdizes.

IGREJA

Atas — Vol. 1887, pág. 319

Doação da Marquesa de Santos para a Capela do Cemitério.

IGREJA

Atas — Vol. 1892, pág. 174

Intimada a Comissão da Igreja Inglesa para mandar limpar, aterrar e cercar o largo pertencente a mesma.

IGREJA

Atas — Vol. 1900, pag. 43

Projeto de uma capela no Cemitério do Araçá.

IGREJA

Atas — Vol. 1900, pág. 43

Projeto de uma capela no Cemitério do Araçá.

IGREJA

Atas — Vol. 1901, págs. 62 e 85

Desapropriação da Igreja do Rosário.

IGREJA

Atas — Vol. 1901, págs. 202 e 203

Proibida a colocação de panos mortuários nas portas das casas e igrejas.

IGREJA

Atas — Vol. 1902, pág. 27

Perda de uma faixa de terreno pertencente ao Mosteiro de São Bento.

JESUITAS

JESUITAS

Atas — Vol. I, pág. 42

Prover as fortalezas para proteção ao povo e aos jesuítas.

JESUITAS

Atas — Vol. I, pág. 44

Sobre a catequização dos índios pelos jesuítas.

JESUITAS

Atas — Vol. I, pág. 276

Solicitação do povo de São Vicente, pedindo guerra com os índios, por eles terem mortos 150 homens e alguns jesuítas.

JESUITAS

Atas — Vol. I, pág. 313

Sobre os rumores contra o domínio dos jesuítas nas aldeias.

JESUITAS

Atas — Vol. I, pág. 446

Reunião para resolverem a entrega de uma aldeia de índios para os jesuítas.

JESUITAS

Atas — Vol. I, pág. 471

Os padres jesuítas são contra o comércio aos índios.

JESUITAS

Atas — Vol. II, págs. 295, 323 e 407

Sobre os domínios dos padres nas aldeias.

JESUITAS

Atas — Vol. II, pág. 384

Negou-se Baltazar de Seixas a servir como capitão ouvidor da capitania de São Vicente, por ser procurador dos padres jesuítas.

JESUITAS

Atas — Vol. II, pág. 434

Negou-se a tomar posse do cargo de Juiz, o Sr. Bartolomeu Gonçalves, por ser procurador dos jesuítas.

JESUÍTAS

Atas — Vol. IV, págs. 62 e 63

Chegam de Santos a esta Vila os padres, Simão Maseta e Justo Manselha, da Companhia de Jesus.

JESUÍTAS

Atas — Vol. IV, pág. 122

Excomunhão dos padres da Companhia aos lavradores.

JESUÍTAS

Atas — Vol. IV, pág. 160

Retiram-se índios da aldeia, por ordem dos jesuítas.

JESUÍTAS

Atas — Vol. IV, pág. 171

Medida contra os padres da Companhia que pretendiam usurpar terras e não consentir no cultivo das mesmas.

JESUÍTAS

Atas — Vol. IV, págs. 171 e 173

Pedido de expulsão aos padres da Companhia de Jesus, por conservarem nas aldeias os forasteiros clérigos castelhanos.

JESUÍTAS

Atas — Vol. IV, pág. 174

Os padres da Companhia declararam estar na aldeia, por ordem de seu provincial.

JESUÍTAS

Atas — Vol. IV, pág. 176

Os padres da Companhia retiram índios da aldeia.

JESUÍTAS

Atas — Vol. IV, pág. 178

Cumprimento da lei na aldeia de Marui, porquanto os padres da Companhia tinham se apoderado da referida aldeia.

JESUÍTAS

Atas — Vol. V, pág. 25

Notificação ao padre reitor Nicolau Botelho, para que se retirem desta vila ao Rio de Janeiro, em segurança contra o levantamento dos índios.

JESUÍTAS

Atas — Vol. V, pág. 31

Requerimento para a retirada dos padres desta Vila.

JESUÍTAS

Atas — Vol. V, págs. 32 e 33

Notificação ao padre Antônio Ferreira, para a retirada desta vila dos padres da Companhia.

JESUÍTAS

Atas — Vol. V, pág. 35

Notificação para a retirada dos padres da Companhia de Jesus.

JESUÍTAS

Atas — Vol. V, pág. 38

Requerimento para a retirada dos padres da Companhia de Jesus.

JESUÍTAS

Atas — Vol. V, pág. 40

Cobro na fazenda e bens dos jesuítas.

JESUÍTAS

Atas — Vol. V, págs. 43 a 47

Sobre a expulsão dos padres da Companhia de Jesus.

JESUÍTAS

Atas — Vol. V, pág. 67

Sobre os bens dos padres da Companhia.

JESUÍTAS

Atas — Vol. V, págs. 88 a 91

Requerimento sobre a volta dos padres jesuítas.

JESUÍTAS

Atas — Vol. V, págs. 108 a 109

Sobre a vinda de soldados a fim de manter os padres jesuítas.

JESUÍTAS

Atas — Vol. V, págs. 264 e 265

Requerimento para a Câmara de São Vicente, sobre a matéria dos padres da Companhia, sobre a razão como foram aceitos na vila de Santos.

JESUÍTAS

Atas — Vol. V, pág. 492

Lida para o povo a resposta dos padres da Companhia.

JESUÍTAS

Atas — Vol. VI, pág. 14

Submissão dos padres da Companhia as ordens reais.

JESUÍTAS

Atas — Vol. VI, págs. 24, 25 e 26

Retorno dos padres da Companhia ao colégio, sob imposição de várias condições.

JESUÍTAS

Atas — Vol. VI, pág. 107

Volta para a Câmara o cofre dos pelouros, que estava depositado no colégio da Companhia de Jesus.

JESUÍTAS

Atas — Vol. VI, págs. 491 e 492

Retirando os índios das fazendas e sítios dos padres da Companhia do Colégio.

JESUÍTAS

Atas — Vol. VIII, pág. 188

Deliberaram os vereadores que não fôsse vendido o sal mais caro que o «contrato», a qual ordem não estava sendo respeitada, informando

ainda que na fragata dos reverendos padres da Companhia de Jesus, vinha sal em abundância de Pernambuco.

JESUÍTAS

Atas — Vol. IX, págs. 7 e 8

Térmo da abertura do cofre das Pilouras, que se achava no Colégio.

JESUÍTAS

Atas — Vol. XIV, pág. 114

Escritura das terras da Companhia de Jesus, apresentada pelo padre Villares.

JESUÍTAS

Atas — Vol. XIV, págs. 391 e 392

Sobre as terras concedidas aos padres da Companhia das Ursulinas.

JESUÍTAS

Atas — Vol. XV, págs. 32 e 33

Expulsão dos jesuítas.

JESUÍTAS

Atas — Vol. XV, págs. 181, 232 e 235

Sequestraram os bens móveis aos padres jesuítas.

JESUÍTAS

Atas — Vol. XV, pág. 570

Nomeação de três pessoas para tesoureiro do cofre dos padres jesuítas.

JESUÍTAS

Atas — Vol. XVI, págs. 336, 344 e 345

Nomeação de um depositário dos bens dos jesuítas.

JESUÍTAS

Atas — 1891, pág. 85

Sobre o aforamento perpétuo de terras aos índios na administração dos padres da Companhia de Jesus.

REGISTRO GERAL

38 volumes de Registro Geral de 1583 a 1863 — Padres, 231 fichas
— Igrejas, 110 fichas — Jesuitas, 14 fichas — Festas, 51 fichas.
Total: 406 fichas.

PADRE

R.G. — Vol. I, pág. 6

Sua Santidade ordenou a todos os arcebispos e bispos para que façam a publicação do calendário.

PADRE

R.G. — Vol. I; págs. 78 e 79

Frei Mateus da Ascensão, prior da casa de São Bento.

PADRE

R.G. — Vol. I, pág. 195

Nomear 18 pessoas para o hábito da Ordem de Cristo.

PADRE

R.G. — Vol. I, pág. 281

Datas de terra ao padre Manuel Vaz e Paulo da Silva.

PADRE

R.G. — Vol. I, pág. 486

O padre da Companhia de Jesus fez uma petição dando queixa da força e violência que os oficiais fizeram aos padres.

PADRE

R.G. — Vol. II, pág. 139

Datas de terra para o padre Álvaro Ncto Bicudo.

PADRE

R.G. — Vol. II, pág. 393

Térmo de consêrto amigável que fizeram os oficiais da Câmara e religiosos prelados dos mosteiros.

PADRE

R.G. — Vol. II, pág. 433

Carta ao vigário de Santos, Fernão Rodrigues, pedindo crisma e a vinda

dos padres Domingos Gomes Albernás e Pedro Nunes

PADRE

R.G. — Vol. II, págs. 433 e 434

Carta ao prelado Antônio de Mariz Loureiro, pedindo a vinda do padre Pedro Nunes de Siqueira.

PADRE

R.G. — Vol. III, págs. 65, 66 e 67

Registro da provisão do padre vigário Domingos Gomes Albernás, clérigo do hábito de São Pedro.

PADRE

R.G. — Vol. III, pág. 150

Registro de provisão do padre Mateus Nunes Siqueira.

PADRE

R.G. — Vol. III, págs. 165, 166, 226, 227, 228 e 229

Petição dos padres de Nossa Senhora do Carmo, sobre aforamento de terras.

PADRE

R.G. — Vol. III, págs. 338 e 339

Registro de provisão ao padre João Leite de Aguiar, para servir de coadjutor na Vila de São Paulo.

PADRE

R.G. — Vol. III, págs. 364, 365, 366, 373 e 374

Registro da provisão ao rev. padre Pedro Godoy Moreira.

PADRE

R.G. — Vol. III, págs. 216 e 217

Petição do vigário Domingos Gomes Albernás, sobre aforamento de terras.

PADRE

R.G. — Vol. III, págs. 376, 377, 378 e 379

Registro do brazão do rev. padre frei Luiz dos Anjos de Nossa Senhora do Carmo.

PADRE

R.G. — Vol. IV, pág. 37

Pedido para nomear um Bispo para a Catedral da Sé.

PADRE

R.G. — Vol. IV, pág. 50

Pedido do padre Bento Curvello Maciel, para ser vigário da Igreja.

PADRE

R.G. — Vol. IV, pág. 50

Nomeação do padre João Gonçalves da Costa, para vigário.

PADRE

R.G. — Vol. IV, págs. 195, 196, 197 e 198

Registro de provisão por parte do frei Francisco de Santiago, da Ordem de São Francisco.

PADRE

R.G. — Vol. IV, págs. 198 e 199

Permissão ao frei Miguel da Anunciação, frei Antônio do Espírito Santo, frei Pascácio do Sacramento para pedirem esmolos.

PADRE

R.G. — Vol. IV, págs. 295 e 296

Carta do Santo Offício, passada a José Ramos da Silva.

PADRE

R.G. — Vol. IV, pág. 348

Missa de Corpo de Deus.

PADRE

R.G. — Vol. IV, págs. 352, 353, 354 e 355

Registro da resposta da carta do ilmo. sr. Bispo.

PADRE

R.G. — Vol. IV, págs. 439, 440, 441 e 483

Carta contra o procedimento do padre Bento Curvello Maciel.

PADRE

R.G. — Vol. IV, págs. 509, 510 e 511

Petição do rev. padre frei João de São Domingos.

PADRE

R.G. — Vol. V, págs. 244 e 245

Carta dos officiaes da Câmara do exmo. Bispo.

PADRE

R.G. — Vol. V, pág. 299

Carta do sr. Bispo do Rio de Janeiro a esta Câmara.

PADRE

R.G. — Vol. V, pág. 301

Dadas as boas vindas ao vigário Bartolomeu Gomes Pombo.

PADRE

R.G. — Vol. V, pág. 443

Sobre as obras dos padres religiosos do Carmo.

PADRE

R.G. — Vol. VI, págs. 108 e 109

Padre vigário Mateus Lourenço de Carvalho, para a festa do Corpo de Deus.

PADRE

R.G. — Vol. VI, pág. 112

Pedido ao rev. padre superior frei Thomé Bueno, para mandar índios para o serviço de Sua Majestade.

PADRE

R.G. — Vol. VI, págs. 170 e 188

Carta do rev. sr. padre superior frei Pedro de Santa Rosa, sobre a vinda de índios.

ALRE

R.G. — Vol. VI, págs. 173 e 186
Carta ao rev. vigário superior frei João da Natividade, sobre a vinda de 20 índios.

ALRE

R.G. — Vol. VI, pág. 312
Ofício da Câmara, ao rev. sr. Bispo do Rio de Janeiro, em agradecimento de haver nomeado ao rev. padre Angelo de Siqueira, missionário desta Capitania.

ALRE

R.G. — Vol. VI, pág. 342
Ofício da Câmara ao rev. frei João da Cruz, Bispo do Rio de Janeiro.

ALRE

R.G. — Vol. VII, págs. 97 e 98
Traslado da provisão do vigário Paulo Lopes.

ALRE

R.G. — Vol. VII, pág. 215
Certidão do padre Pedro Gonçalves Ribeiro do Valle.

ALRE

R.G. — Vol. VII, pág. 255
Denúncia contra o padre Antônio Nunes.

ALRE

R.G. — Vol. VII, pág. 290
Término de fiança ao rev. padre prior do Convento de Nossa Senhora do Carmo, frei João do Nascimento.

ALRE

R.G. — Vol. VIII, págs. 50, 108 e 110
Carta de frei Antônio da Madre de Deus.

ALRE

R.G. — Vol. VIII, págs. 52 e 53
Registro de cartas de frei Inácio de Santa Teresa.

ALRE

R.G. — Vol. VIII, págs. 144, 145 e 251
Um edital para se porem luminárias com a carta do sr. Bispo.

ALRE

R.G. — Vol. VIII, pág. 269
Registro de uma carta ao padre Mateus, procurador de Santa Teresa.

ALRE

R.G. — Vol. VIII, pág. 270
Registro de uma carta do padre Matias Alves.

ALRE

R.G. — Vol. VIII, pág. 303
Registro de um edital para a entrada do sr. Bispo.

ALRE

R.G. — Vol. VIII, págs. 494, 495, 496 e 497
Jurou fidelidade à Ordem de N.S. Jesus Cristo, o noviço frei Manuel Valente de Azevedo.

ALRE

R.G. — Vol. IX, pág. 58
Terras dos padres do Carmo.

ALRE

R.G. — Vol. IX, pág. 99
Carta do sr. Bispo à Câmara.

ALRE

R.G. — Vol. IX, págs. 188 e 189
Esmolas para o sustento dos religiosos da Terra Santa

ALRE

R.G. — Vol. IX, pág. 205
Carta da Câmara ao reverendo vigário capitular e ao cura da Sé.

PADRE

R.G. — Vol. IX, pág. 429

Carta dos oficiais da Câmara ao padre
Aldré Frazão, da Companhia.

PADRE

R.G. — Vol. IX, pág. 470

Espados que houve no tempo que go-
vernava a Igreja de Deus Inocên-
cio XI.

PADRE

R.G. — Vol. IX, págs. 523 e 524

Ofício da Câmara ao povo para por as
luminárias na posse do sr. Bispo

PADRE

R.G. — Vol. X, págs. 53 e 54

Carta do exmo. rev. sr. Bispo da Ca-
tedral de São Paulo.

PADRE

R.G. — Vol. X, págs. 63, 64, 65
e 66

Carta ao governador do Bispado e re-
ligiosos de Santa Teresa.

PADRE

R.G. — Vol. X, págs. 85, 86 e 156

Carta ao padre Manuel Farina, da
Companhia de Jesus.

PADRE

R.G. — Vol. X, pág. 414 e 418

Carta ao vigário de São João de Ati-
baia.

PADRE

R.G. — Vol. X, págs. 473 e 474

Carta ao exmo. rev. sr. Bispo desta
Diocese.

PADRE

R.G. — Vol. XI, pág. 384

Carta da Câmara ao padre mestre do
Mosteiro de São Bento, acusando os
freis Gaspar da Soledade Mattos e
Felisberto Antônio Lara e Moraes.

PADRE

R.G. — Vol. XI, pág. 527

Carta ao rev. Bispo, pedindo a vinda
para esta cidade de N. S. da Penha,
intercedendo a sua proteção contra
a peste.

PADRE

R.G. — Vol. XI, pág. 567

Carta ao padre prior do Convento do
Carmo, frei Pedro de Moraes Mon-
teiro, pedindo para exterminar um
formigueiro de uma de suas casas.

PADRE

R.G. — Vol. XI, pág. 602

Carta do exmo. rev. Bispo Mateus de
Abreu

PADRE

R.G. — Vol. XII, págs. 14, 15,
16 e 17

Carta do rev. vigário capitular deste
Bispado para a posse do exmo.
e rev. Bispo.

PADRE

R.G. — Vol. XII, págs. 123, 124,
125, 126, 278 e 279

Carta ao exmo. rev. sr. Dom Mateus
de Abreu Pereira, Bispo Diocesano.

PADRE

R.G. — Vol. XII, pág. 173

Convite do exmo. rev. Bispo, para
assistir a ação de graças na Sé.

PADRE

R.G. — Vol. XII, págs. 289, 317,
385, 425 e 428

Carta do exmo. rev. Bispo sobre ca-
samentos de escravos.

PADRE

R.G. — Vol. XII, págs. 330 e 331

Atestado passado ao rev. padre Inácio
José da Anunciação Cintra.

PADRE

R.G. — Vol. XII, págs. 335 e 378
Requerimento do rev. padre Manuel
Alves de Toledo.

PADRE

R.G. — Vol. XII, págs. 450 e 451
Convite ao rev. sr. Bispo, para as-
sistir missa e sermão no Convento
de São Francisco.

PADRE

R.G. — Vol. XII, págs. 471, 472,
473, 474 e 475
Carta ao rev. sr. Bispo.

PADRE

R.G. — Vol. XII, pág. 480 e 481
Carta do rev. sr. Bispo, sobre a
morte do Santíssimo Padre Pio VI.

PADRE

R.G. — Vol. XII, págs. 481, 532
e 533
Carta do exmo. sr. Bispo, mandando
fazer preces pela paz do governo.

PADRE

R.G. — Vol. XII, págs. 482 e 483
Carta do exmo. rev. sr. Bispo, para
a Câmara.

PADRE

R.G. — Vol. XII, págs. 489 e 490
Atestado passado ao rev. padre José
Luís de Brito.

PADRE

R.G. — Vol. XII, págs. 561, 562,
563 e 564
Requerimento do rev. padre Antônio
Benedito, vigário de Santo Amaro.

PADRE

R.G. — Vol. XIII, págs. 24 e 25
Requerimento do vigário da freguesia
da Consolação de Guarulhos.

PADRE

R.G. — Vol. XIII, págs. 26 e 27
Registro de um alvará do capitão fi-
dalgo da casa de S. A. R., pas-
sado ao rev. José Joaquim Monteiro
de Mattos e Mello.

PADRE

R.G. — Vol. XIII, págs. 39 e 316
Ofício dos oficiais da Câmara ao
sr. Bispo Diocesano.

PADRE

R.G. — Vol. XIII, pág. 103
Requerimento que fez o prior do Con-
vento de Nossa Senhora do Carmo,
para vistorias de terras.

PADRE

R.G. — Vol. XIII, págs. 198 e 199
Convite de Sua Alteza ao rev. sr.
Bispo.

PADRE

R.G. — Vol. XIII, pág. 308
Ordem de Sua Alteza Real ao povo-
para que não paguem conhecenças
aos vigários.

PADRE

R.G. — Vol. XIII, págs. 322 e 323
Ofício do rev. sr. Bispo aos oficiais
da Câmara.

PADRE

R.G. — Vol. XIII, pág. 459
Ofício do sr. Bispo ao Senado.

PADRE

R.G. — Vol. XIII, págs. 460, 507,
515 e 516
Convite do sr. Bispo para assistir as
preces pela feliz chegada de S.A.
Real, o Príncipe Regente.

PADRE

R.G. — Vol. XIV, pág. 13
Convidando o clero e o povo para se
reunirem no paço.

PARE

R.G. — Vol. XIV, págs. 256 a 277
Correspondência entre o rev. Bispo Dom Mateus e S.A. Real, sobre a provisão régia a respeito de casamentos.

PADRE

R.G. — Vol. XIV, págs. 298 a 301
Ofício do exmo. sr. Bispo, sobre as terras pertencentes a chácara da Glória.

PADRE

R.G. — Vol. XV, pág. 190
Ofício do sr. Bispo à Câmara, convidando para assistir ao funeral da Rainha Dona Maria I.

PADRE

R.G. — Vol. XVI, págs. 15, 16 e 47
Registro de uma carta de sesmaria passado ao Bispo de São Paulo, sobre o título dos colonos vindos da Ilha dos Açores.

PADRE

R.G. — Vol. XVI, pág. 60
Ofício da Câmara, queixando-se dos párocos da Sé, quando o corpo da Câmara passa nas procissões não o benzem e não repicam os sinos.

PADRE

R.G. — Vol. XVI, pág. 145
Nomeação do Bispo Capelão-Mor para presidente da mesa da Consciência.

PADRE

R.G. — Vol. XVI, pág. 190
Registro de uma atestação da Câmara, passada ao rev. vigário da aldeia de MBoy.

PARE

R.G. — Vol. XVI, págs. 212 e 213
Registro de um ofício que o sr. Bispo dirigiu a Câmara.

PADRE

R.G. — Vol. XVI, pág. 215
Eleito para deputado efetivo o reverendíssimo sr. Diogo Antônio Feijó.

PADRE

R.G. — Vol. XVI, págs. 223 e 225
Dois requerimentos dirigidos à Câmara, pelo cônego José Gomes de Almeida.

PADRE

R.G. — Vol. XVI, pág. 356
Ofício da Câmara, para eleger os procuradores no lugar do reverendo Arcipreste Felisberto Gomes Jardim, por seu falecimento.

PADRE

R.G. — Vol. XVI, pág. 364
Ofício que a Câmara dirigiu aos prelados de todos os conventos, para preparar a frente do Mosteiro, rebocar e caiar, para os festejos da chegada de S.A.R. Príncipe Regente.

PADRE

R.G. — Vol. XVI, págs. 435, 436, 437 e 439
Eleições paroquiais.

PADRE

R.G. — Vol. XVI, pág. 442
Ofício da Câmara ao sr. Bispo para mandar dois eclesiásticos ao Rio de Janeiro para representar a província na chegada de Sua Alteza Real.

PADRE

R.G. — Vol. XVII, págs. 80, 81 e 82
Convite ao exmo. e rev. Bispo, convidando para a festa de São Sebastião.

PADRE

R.G. — Vol. XVII, pág. 94
Nomeado para o 4º deputado suplente o rev. vigário João Chrisostomo de Oliveira Salgado.

PADRE

R.G. — Vol. XVII, págs. 137 e 138
Registro de uma carta dirigida ao
ilmo. e rev. vigário João Gonçalves
Lima.

PADRE

R.G. — Vol. XVII, pág. 260
Carta dirigida ao frei Antônio de Santa
Cecílias, em resposta de um officio.

PADRE

R.G. — Vol. XVII, pág. 266
Carta ao frei Manuel da Natividade
Marques, presidente do Mosteiro de
São Bento, em resposta de um officio.

PADRE

R.G. — Vol. XVII, págs. 487 e 489
Officio aos reverendos para as eleições
paroquiais e missa do Espírito Santo.

PADRE

R.G. — Vol. XVII, págs. 536 e 537
Officio ao rev. Vigário Geral, parti-
cipando o falecimento do exmo. rev.
Dom Mateus de Abreu Pereira, Bispo
Diocesano.

PADRE

R.G. — Vol. XVIII, págs. 286, 506
e 507
Officio do reverendo Vigário Capitular
à Câmara.

PADRE

R.G. — Vol. XVIII, págs. 297 e 298
Officio da Câmara ao reverendo An-
tônio Eleutério Vieira.

PADRE

R.G. — Vol. XVIII, pág. 454
Foi nomeado Senador o sr. Bispo Ca-
pelão mor.

PADRE

R.G. — Vol. XVIII, págs. 482, 483,
491 e 492
Casas do padre João José Vieira Ra-
malho.

PADRE

R.G. — Vol. XVIII, págs. 549 e 550
Officio da Câmara ao Deputado reve-
rendo vigário João Crisostomo de
Oliveira Salgado.

PADRE

R.G. — Vol. XIX, págs. 48, 49,
52 e 53
Officio sobre o alinhamento da casa do
padre João José Vieira de Carvalho.

PADRE

R.G. — Vol. XIX, págs. 76 e 77
Nomeado o rev. vigário João Gonçal-
ves Leme, para conselheiro da Pre-
sidência da Província.

PADRE

R.G. — Vol. XIX, pág. 83
Participação do vigário José Gonçal-
ves Lima, por comparecer ao Con-
selho, por se achar enfermo.

PADRE

R.G. — Vol. XIX, págs. 84, 85 e 86
Registro do officio que acompanhou o
diploma do rev. Diogo Antônio
Feijó.

PADRE

R.G. — Vol. XIX, pág. 89
Officio do Dr. cônego Chantre Antônio
de Abreu Pereira, sobre a nomeação
do Bispo Diocesano.

PADRE

R.G. — Vol. XIX, págs. 143, 144
e 145
Officio ao rev. Bispo Manuel Joaquim
Gonçalves de Andrade.

PADRE

R.G. — Vol. XIX, págs. 152, 153,
e 154
Officio dirigido ao exmo. rev. Bispo
Manuel Joaquim Gonçalves de An-
drade, convidando para o Te Deum
na Sé.

PADRE

R.G. — Vol. XIX, pág. 272

Registro de uma carta do rev. cônego Melchior Fernandes Nunes, sobre uma fonte de água.

PADRE

R.G. — Vol. XIX, pág. 277

Ofício do exmo. Bispo Diocesano.

PADRE

R.G. — Vol. XIX, págs. 294, 295, 296 e 297

Demonstrações de júbilo, pela entrada do exmo. e rev. Bispo nesta cidade.

PADRE

R.G. — Vol. XIX, págs. 339 e 340
Ofício do Procurador da Ordem 3^a de São Francisco, sobre a obra no Pátio da Capela.

PADRE

R.G. — Vol. XIX, págs. 346, 347, 352 e 353

Ofício ao exmo. Bispo Diocesano, sobre a falta de capelão para a Cadeia.

PADRE

R.G. — Vol. XIX, págs. 365 e 366
Ofício do exmo. e rev. Bispo Diocesano, sobre a solenidade de Corpus Christi.

PADRE

R.G. — Vol. XIX, pág. 380
Ofício do exmo. e rev. Bispo Diocesano, sobre a falta de carne.

PADRE

R.G. — Vol. XIX, pág. 381
Ofício ao exmo. e rev. Bispo Diocesano, sobre a construção de uma ponte no rio Tietê.

PADRE

R.G. — Vol. XIX, págs. 399 e 340
Ofício ao reverendo cônego Cura, Manoel José de Almeida.

PADRE

R.G. — Vol. XIX, pág. 398

Ofício ao reverendo vigário do Brás, Joaquim José Rodrigues.

PADRE

R. G. — Vol. XIX, págs. 405 e 498

Ofício ao reverendo vigário de Santa Ifigênia.

PADRE

R. G. — Vol. XIX, pág. 406

Ofício do Cura da Sé.

PADRE

R. G. — Vol. XIX, págs. 406 e 482

Ofício do vigário de Santo Amaro.

PADRE

R. G. — Vol. XIX, pág. 443

Ofício ao Vigário Capitular.

PADRE

R. G. — Vol. XIX, págs. 482, 484 e 499

Ofício ao vigário de São Bernardo.

PADRE

R. G. — Vol. XIX, pág. 484

Ofício ao vigário da Conceição de Guarulhos.

PADRE

R. G. — Vol. XIX, pág. 485

Ofício ao vigário de N. S. Senhora do Ó.

PADRE

R. G. — Vol. XIX, pág. 503

Ofício do vigário das Areias.

PADRE

R. G. — Vol. XIX, pág. 522

Registro de um ofício da mesa Paroquial da Freguesia do Bom Jesus.

PADRE

R. G. — Vol. XIX, págs. 456, 459 e 463

Registro de um assinado do reverendo Cura pelo povo, sobre as pestes e as sêcas.

PADRE

R. G. — Vol. XX, pág. 15

Ofício da Câmara para o vigário da Penha.

PADRE

R. G. — Vol. XX, pág. 39

Ofício do exmo. e rev. Bispo, na sessão de 5 de junho de 1829.

PADRE

R. G. — Vol. XX, págs. 85 e 86

Ofício do Secretário da Câmara ao rev. Prior do Convento do Carmo da cidade.

PADRE

R. G. — Vol. XX, pág. 156

Ofício da Câmara ao padre José Antônio dos Reis.

PADRE

R. G. — Vol. XX, pág. 267

Ofício do Presidente da Província à Câmara, sobre o terreno que forma o cercado do Convento de São Francisco.

PADRE

R. G. — Vol. XX, págs. 285 e 286

Ofício da Câmara ao rev. Prior do Carmo, sobre a obra do morro do dito convento.

PADRE

R. G. — Vol. XX, págs. 290 e 298

Ofício da Câmara ao exmo. Presidente, sobre a conservação do atual Prior do Convento do Carmo, frei Antônio Inácio do Coração de Jesus.

PADRE

R. G. — Vol. XX, págs. 302, 322, 336, 343, 446, 506, 526, 529 e 530

Ofício do secretário ao fiscal de São Bernardo, sobre a queixa contra o vigário Higino Francisco Teixeira.

PADRE

R. G. — Vol. XX, págs. 406 e 542

Ofício da Câmara ao Conselho Geral da Província, a necessidade de um padre para celebrar missa no oratório da capela da cadeia.

PADRE

R. G. — Vol. XX, pág. 418

Ofício da Câmara ao padre Manuel Joaquim do Amaral Gurgel, para substituir o rev. Presidente do Mosteiro de São Paulo.

PADRE

R. G. — Vol. XXI, pág. 43

A Câmara atesta que o rev. Tomaz Inocêncio Lustosa, cumpriu até o último ano com seus deveres, como professor na Freguesia de São Bernardo.

PADRE

R. G. — Vol. XXI, pág. 104

Ofício do Presidente da Câmara ao Bispo Diocesano, para o substituir, quando de sua partida para a Côrte do Rio de Janeiro.

PADRE

R. G. — Vol. XXI, pág. 107

Ofício da Câmara, participando que tomou posse da Câmara de Santos, o exmo. sr. Bispo Diocesano D. Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade.

PADRE

R. G. — Vol. XXI, pág. 257

Ofício do Presidente da Câmara, para que desocupem metade do Convento de São Bento, para as reuniões da Câmara.

PADRE

R. G. — Vol. XXII, pág. 9

Ofício ao vigário da Freguesia da Penha.

PADRE

R. G. — Vol. XXII, pág. 21

Nomeado para membro da Comissão, o cônego Leão José de Sena.

PADRE

R. G. — Vol. XXII, pág. 43

Ofício ao reverendo Joaquim José da Silva Lxa.

PADRE

R. G. — Vol. XXII, págs. 68 e 69

Ofício ao exmo. Bispo de Cuiabá, para exercer o cargo de Juiz de Paz na Sé.

PADRE

R. G. — Vol. XXII, pág. 90

Ofício ao exmo. Bispo, sobre a construção do cemitério público.

PADRE

R. G. — Vol. XXII, pág. 107

Ofício ao exmo. e rev. Bispo de Cuiabá.

PADRE

R. G. — Vol. XXII, pág. 144

Ofício ao cônego Lourenço Justiniano Ferreira.

PADRE

R. G. — Vol. XXII, pág. 150

Ofício ao vigário de Santo Amaro.

PADRE

R. G. — Vol. XXII, pág. 283

Ofício ao reverendo Mel. Joaquim do Amaral Gurgel.

PADRE

R. G. — Vol. XXIII, pág. 9

Ofício da Câmara ao cônego José Gomes de Almeida, para continuar no

exercício de Cônego da Catedral de Sé, deixando o cargo de Vereador.

PADRE

R. G. — Vol. XXIII, pág. 29

Ofício da Câmara ao vigário de Santo Amaro, para que continui no exercício de Inspetor da Escola da Freguesia de Santo Amaro.

PADRE

R. G. — Vol. XXIII, pág. 41

Ofício da Câmara, escolhendo algumas salas do Convento, que foi dos Franciscanos, para as suas reuniões.

PADRE

R. G. — Vol. XXIII, págs. 75, 80, 111, 183, 196 e 215

Ofício da Câmara para eleição de um novo Senador do Império, para substituir o falecido Bispo Capelão Mor Dom José Caetano de Souza Coutinho.

PADRE

R. G. — Vol. XXIII, pág. 87

O Abade Geral dos Beneditinos oferece para as sessões da Câmara o Mosteiro desta cidade, sendo um salão e duas celas.

PADRE

R. G. — Vol. XXIII, pág. 144

Ofício da Câmara, nomeando Senador desta Província o rev. Diogo Antônio Feijó.

PADRE

R. G. — Vol. XXIII, pág. 381

Ofício da Câmara ao sr. Bispo de Cuiabá, D. José Antônio dos Reis, para substituir o Deputado Eleito Francisco de Paula Souza e Melo.

PADRE

R. G. — Vol. XXIV, pág. 48

Ofício ao cônego José Gomes de Almeida.

PADRE

R. G. — Vol. XXIV, pág. 108
Ofício ao exmo. Bispo de Cuiabá, D.
José Antônio dos Reis.

PADRE

R. G. — Vol. XXIV, pág. 128
Ofício ao exmo. Bispo Diocesano.

IGREJA

R. G. — Vol. XXIV, págs. 192, 193
e 194
Convite para assistir ao Te Deum na
Catedral da Sé.

PADRE

R. G. — Vol. XXIV, pág. 201
Ofício ao reverendo José Marciano Go-
mes Batista.

PADRE

R. G. — Vol. XXIV, pág. 249
Ofício ao exmo. e rev. Bispo Dioce-
sano, para dar as providências de-
pois das eleições.

PADRE

R. G. — Vol. XXV, pág. 71
Ofício ao vigário de São Bernardo.

PADRE

R. G. — Vol. XXV, pág. 135
Ofício ao exmo. e rev. Bispo Dioce-
sano, sobre os dobres de sinos.

PADRE

R. G. — Vol. XXV, pág. 164
Multado o padre Joaquim Melo pro-
curador do cônego Melchior.

PADRE

R. G. — Vol. XXV, pág. 191
Ofício ao cônego Leão José de Sena,
chamado para vir servir de suplente.

PADRE

R. G. — Vol. XXVI, págs. 129 e 133
Ofício ao Síndico dos Religiosos Fran-
ciscanos, sobre um terreno.

PADRE

R. G. — Vol. XXVI, págs. 191 e 200
Ofício ao vigário geral do Bispado, sô-
bre a nomeação dos Fabriqueiros.

PADRE

R. G. — Vol. XXVII, pág. 17
Nomeado para Fabriqueiro da Matriz
da Sé o cônego José Gomes de Al-
meida.

PADRE

R. G. — Vol. XXVII, pág. 53
Ofício ao vigário da Conceição de
Guarulhos, sobre o consêrto da Igre-
ja Matriz desta Freguezia.

PADRE

R. G. — Vol. XXVII, pág. 173
Criada uma Capela Curada no bairro
de Cotia, sendo o vigário capelão
André Joaquim da Sa. Macaré.

PADRE

R. G. — Vol. XXVII, pág. 188
Ofício ao exmo. Bispo Diocesano, sô-
bre as eleições.

PADRE

R. G. — Vol. XXVIII, pág. 43
Informações do exmo. Bispo Diocesa-
no, sobre uma Capela.

PADRE

R. G. — Vol. XXVIII, pág. 73
Ofício ao exmo. e rev. Bispo Dio-
cesano, sobre a missa do Espírito
Santo.

PADRE

R. G. — Vol. XXIX, pág. 125
Ofício do Procurador ao Prior do Con-
vento do Carmo, a respeito dos es-
cravos que estiveram na cadeia.

PADRE

R. G. — Vol. XXIX, pág. 135
Ofício da Câmara ao vigário de Mboy,
André Joaquim da Silva Macaré,
sobre a vinda de índios.

PADRE

R. G. — Vol. XXIX, pág. 161

Ofício da Câmara ao Bispo Diocesano, para que sejam feitas as despesas com a missa solene do Espírito Santo.

PADRE

R. G. — Vol. XXIX, págs. 165 e 199
Eleições Paroquiais.

PADRE

R. G. — Vol. XXIX, pág. 200

Ofício da Câmara ao rev. Bispo Diocesano, para a reunião dos Colégios Eleitorais.

PADRE

R. G. — Vol. XXIX, págs. 237 e 239
Ofício da Câmara ao Bispo Diocesano, para o solene Te Deum.

PADRE

R. G. — Vol. XXX, págs. 111 e 112
Ofício da Câmara ao Bispo Diocesano, para que sejam feitas as despesas com a missa solene do Espírito Santo.

PADRE

R. G. — Vol. XXX, pág. 145

Ofício da Câmara ao Bispo Diocesano, para o solene Te Deum, depois das eleições.

PADRE

R. G. — Vol. XXXI, págs. 69 e 70
Ofício da Câmara, ao rev. Bispo Diocesano, para providenciar o regresso da Imagem de Nossa Senhora da Penha de França, a sua Matriz.

PADRE

R. G. — Vol. XXXII, págs. 70 e 76
Ofício ao vigário da Conceição dos Guarulhos, sobre o estado da Igreja.

PADRE

R. G. — Vol. XXXII, págs. 92 e 93
Ofício ao exmo. Bispo Diocesano, sobre o Te Deum.

PADRE

R. G. — Vol. XXXIII, pág. 64

Ofício ao vigário do Brás, pedindo informação do número de alunos.

PADRE

R. G. — Vol. XXXIII, págs. 74 e 75
Sobre a falta de párocos.

PADRE

R. G. — Vol. XXXIII, págs. 91, 122, 132 e 144

Ofício ao vigário do Ó, sobre a nomeação do Fabriqueiro desta Igreja.

PADRE

R. G. — Vol. XXXIII, pág. 112

Nomeação do reverendo Antônio Benedito de Camargo.

PADRE

R. G. — Vol. XXXIII, pág. 148
Ofício ao exmo. Bispo Diocesano, sobre as eleições.

PADRE

R. G. — Vol. XXXIII, pág. 148
Nomeação dos vigários.

PADRE

R. G. — Vol. XXXIII, pág. 149

Ofício ao vigário do Ó, sobre a despesa do aterrado da ponte do Tietê.

PADRE

R. G. — Vol. XXXIV, pág. 17
Atestado de boa conduta do rev. Joaquim do Monte Carmelo.

PADRE

R. G. — Vol. XXXIV, pág. 31

Para ser nomeado um sacerdote, para a Comissão de Inspeção das Escolas.

PADRE

R. G. — Vol. XXXIV, págs. 71, 72, 73, 76 e 77

Ofício da Câmara ao vigário do Brás, sobre os terrenos de sua propriedade.

PADRE

R. G. — Vol. XXXIV, pág. 89
Pedido da Câmara ao rev. cônego José Custódio da Siqueira Bueno, Membro da Comissão Inspetora das Escolas, para prestar juramento.

PADRE

R. G. — Vol. XXXIV, págs. 98 e 173
Ofício da Câmara ao D. Abade de São Bento, pedindo permissão a entrada dos engenheiros, para fazer diversos consêrtos na Torre do Convento.

PADRE

R. G. — Vol. XXXIV, págs. 200 e 204
Ofício da Câmara, convidando o cônego Joaquim Manuel Gonçalves de Andrade, para prestar juramento de 4.º Juiz de Direito.

PADRE

R. G. — Vol. XXXIV, pág. 237
Ofício da Câmara ao Vigário Capitulár, para comunicar que vai nomear diversos vereadores para fundar um cemitério.

PADRE

R. G. — Vol. XXXIV, pags. 284 e 294
Ofício da Câmara ao vigário do Brás, para que nomeie uma pessoa para exercer o cargo de Fabriqueiro da Matriz da Freguesia.

PADRE

R. G. — Vol. XXXV, pág. 50
Ofício do rev. vigário da Freguesia do Brás à Câmara, pedindo que nomeie um Fabriqueiro para a Matriz.

PADRE

R. G. — Vol. XXXVI, pág. 26
Ofício ao exmo. Bispo Diocesano, sobre as eleições.

PADRE

R. G. — Vol. XXXVII, pág. 7
Ofício ao rev. vigário Joaquim José Ruiz, sobre a nomeação do Fabriqueiro.

PADRE

R. G. — Vol. XXXVII, págs. 123 e 124
Ofício ao vigário geral, sobre o Te Deum.

PADRE

R. G. — Vol. XXXVII, págs. 124, 135 a 151 e 159
Ao vigário geral, sobre a construção dos cemitérios.

PADRE

R. G. — Vol. XXXVIII, pág. 9
Ao Bispo, sobre a festa do Padroeiro desta Província.

PADRE

R. G. — Vol. XXXVIII, págs. 20, 30, 38 e 44
Sobre a cooperação do reverendo Prior do Convento do Carmo, para uns melhoramentos.

PADRE

R. G. — Vol. XXXVIII, pág. 11
Ao Cura da Sé, sobre a relação dos túmulos ou sepulturas das Igrejas de sua Paróquia.

PADRE

R. G. — Vol. XXXVIII, págs. 34, 35, 36 e 45
Ao D. Abade do Mosteiro de São Bento, sobre o alargamento da praça do Convento.

PADRE

R. G. — Vol. XXXVIII, págs. 56, 60 e 61
Ao reverendo vigário geral do Bispo, sobre a realização das sessões na Catedral da Sé.

PADRE

R. G. — Vol. XXXVIII, pág. 57

Ao vigário geral, sobre a lei que proíbe os enterramentos dentro das Igrejas.

PADRE

R. G. — Vol. XXXVIII, págs. 72 e 73

Sobre a desinteligência entre o rev. D. Abade do Mosteiro de São Bento, e o empresário da rua do mesmo nome.

PADRE

R. G. — Vol. XXXVIII, pág. 74

Ao rev. cônego Cura, Marcelino Ferreira Bueno, sobre o regulamento do Cemitério.

PADRE

R. G. — Vol. XXXVIII, pág. 142

Aos reverendíssimos srs. cônegos Arcediago e membro do cabido, sobre a notificação do fiscal.

PADRE

R. G. — Vol. XXXVIII, pág. 169

Ao D. Abade do Mosteiro de São Bento, sobre o arrendamento do terreno.

PADRE

R. G. — Vol. XXXVIII, pág. 172

Ao vigário Capitular do Bispado, aprovando provisoriamente o enterramento dos paroquianos do Brás, na respectiva Igreja.

PADRE

R. G. — Vol. XXXVIII, pág. 177

Ao cônego Chantre Ildefonso Xavier Ferreira, agradecendo a oração, e a colocação da Imagem de N. S. Jesus Cristo no Cemitério.

PADRE

R. G. — Vol. XXXVIII, pág. 178

Eleito os conselheiros Bispo Sebastião Pinto do Rego e Antônio José Henrique.

ORDENS RÉGIAS

51 volumes de Revista do Arquivo — Padres, 26 fichas — Igrejas, 6 fichas

— Jesuítas, 4 fichas — Festas, 14 fichas — Religiões, 8 fichas

Total: 58 fichas.

PADRES

PADRE

O. R. — Rev. I, pág. 56

Carta de S. M., sobre se intrometerem os eclesiásticos, digo, sobre estarem sujeitos à correição os oficiais dos Ouvidores da Capitania e o dito Ouvidor à residência.

PADRE

O. R. — Rev. I, pág. 56

Carta de S. M., sobre se intrometerem os eclesiásticos na jurisdição secular.

PADRE

O. R. — Rev. VI, pág. 103

Carta para se pagar ao vigário e mestre da capela as festas reais e para os ministros eclesiásticos suspenderem as censuras e procedimentos.

PADRE

O. R. — Rev. XIII, pág. 77

Petição do frei Sebastião do Rosário, sobre arrecadação de esmolas.

PADRE

O. R. — Rev. XVII, pág. 69

Nomeação de José Soares de Barros, para pedir esmolas na cidade de São Paulo e seu distrito do Bispado do Rio de Janeiro.

PADRE

O. R. — Rev. XIX, pág. 83

Carta do Senado ao reverendo vigário da vara desta cidade, João de Fontes, para que ponha fora de casa o padre Manuel Lopes, por estar com bexigas.

PADRE

O. R. — Rev. XX, pág. 60

Carta de crença que os oficiais da Câmara escreveram ao Reitor.

PADRE

O. R. — Rev. XXII, pág. 388

Carta que o frei Antônio de Guadelupe, Bispo do Rio de Janeiro, escreveu ao Senado desta Câmara.

PADRE

O. R. — Rev. XXIX, pág. 123

Petição do reverendo padre frei João de São Domingos Leite, ao Senado, sobre contribuição de esmolas para as ordens religiosas.

PADRE

O. R. — Rev. XXXI, págs. 161

Petição do capitão Bartolomeu Paes de Abreu, ao Bispo do Rio de Janeiro, sobre a excomunhão que recebeu do vigário da Vara, dr. André Baruel.

PADRE

O. R. — Rev. XXXI, pág. 161

Petição do Capitão Bartolomeu Paes de Abreu ao Bispo do Rio de Janeiro, sobre a excomunhão do dr. André Baruel, pelo vigário da Vara.

PADRE

O. R. — Rev. XXXII, pág. 73

Traslado de uma provisão de S. M. ao Bispo da Diocese, para os seus presos serem enviados às cadeias públicas.

PADRE

O. R. — Rev. XXXVII, pág. 203

Carta do capitão general, escrita aos oficiais da Câmara, sobre o pagamento de missas cantadas ao vigário Bento de Carvalho Maciel, por ocasião das festas religiosas.

PADRE

O. R. — Rev. XLV, pág. 234

Registro de uma carta que o Senado da Câmara escreveu ao vigário D. Mateus, sobre a recepção do Corpo da Câmara à porta da Igreja, por ocasião das festas reais.

PADRE

O. R. — Rev. XLV, pág. 235

Cópia de uns privilégios concedidos aos síndicos dos religiosos capuchos da Província do Rio de Janeiro.

PADRE

O. R. — Rev. XLV, pág. 243

Registro de uma carta do vigário D. Mateus, da Matriz da cidade, negando-se à determinação dos oficiais da Câmara, sobre a recepção que lhes deve ser feita à porta da Igreja, por ocasião das festas reais.

PADRE

O. R. — Rev. LI, pág. 67

Registro de uma petição do Abade de São Bento, sobre a doação de fazenda do Mosteiro de São Bento.

PADRE

O. R. — Rev. LIX, pág. 194

Registro de uma carta dos oficiais da Câmara escrita ao vigário da Matriz, sobre a pragmática religiosa empregada aos oficiais da Câmara, por ocasião das festas reais.

PADRE

O. R. — Rev. LXIV, pág. 152

Registro de um edital dos oficiais da Câmara, proibindo os moradores da cidade, que mandem abrir os seus testamentos pelos vigários e sim pelos juizes ordinários e tabeliães.

PADRE

O. R. — Rev. LXVI, pág. 227

Edital da Câmara, para o bairro de São João de Atibaia, para que todos os moradores que tiverem terras as mandem confirmar pelo Conselho Ultramarino e também que os testamentos não sejam abertos pelo vigário da freguesia, outrossim, que os oficiais de quaisquer officios, se façam examinar pelos respectivos juizes.

PADRE

O. R. — Rev. LXVII, pág. 124

Registro de um mandado dos officiais da Câmara, para se consertar a ponte do Caminho do Mar do Rio Grande e dela se fazer o caminho até a demarcação dos padres Bentos, de que é cabo Bento Pires de Oliveira dos moradores de Santo Amaro.

PADRE

O. R. — 1738 — Rev. LXXIX, pág. 150

Registro de uma carta dos officiais da Câmara escrita ao bispo do Rio de Janeiro, em que pedem alojamento para os padres missionários na Capela de Santo Antônio desta cidade, para poderem cumprir as suas missões.

PADRE

O. R. — 1738 — Rev. LXXIX, pág. 151

Registro de uma carta dos officiais da Câmara desta cidade, escrita ao Bispo sobre o alojamento a ser dado aos padres missionários, na Capela de Santo Antônio.

PADRE

O. R. — Rev. XCII, pág. 119

Um autógrafo de frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, por Frei Fidelis.

PADRE

O. R. — Rev. CXXXIII, pág. 58

Registro de uma provisão de Sua Magestade, sobre o meirinho geral do sr. Bispo ter Vara Branca, em 1746.

PADRE

O. R. — Rev. CXLV, pág. 115

Registro de uma ordem de Sua Magestade não terem lugar as licenças dadas pelos Bispos, para se tirarem pelas ruas mandada aqui registrar pelo dr. Ouvidor Geral.

IGREJA

O. R. — Rev. VII, pág. 75

Carta para informar sobre o custo da Matriz da v'la de Santos, Cadeias e mais despesas do Conselho.

IGREJA

O. R. — Rev. XLI, pág. 229

Registro de uma provisão de S. M. nomeando Manuel da Cruz, para tesoureiro dos defuntos e ausentes, residuos e Capelas, da comarca de São Paulo.

IGREJA

O. R. — Rev. XLI, pág. 228

Registro de uma carta de S. M. sobre os lugares que devem ocupar os officiais da Câmara na Igreja Matriz, por ocasião das festas religiosas.

IGREJA

O. R. — Rev. XLIX, pág. 116

Edital dos officiais da Câmara para os juizes de officio acompanharem a procissão de Corpo de Deus.

IGREJA

O. R. — Rev. LI, pág. 72

Registro de uma carta do Ouvidor Geral, sobre o lugar que deve ter a

bandeira da Câmara nas procissões reais.

IGREJA

O. R. — Rev. LVIII, pág. 167

Registro de uma petição que os devotos da imagem de Nosso Senhor dos Passos fizeram ao ouvidor geral para tirarem esmolos tôdas as sextas-feiras.

JESUÍTAS

O. R. — Rev. V, pág. 57

Traslado da entrega de uma ordem do Desembargador Ouvidor Geral, que foi para a vila de Paranguá, para que os juizes e oficiais da Câmara dela não consentirem que os padres da Companhia fizessem colégio, sem expressa ordem de S. M.

JESUÍTAS

O. R. — Rev. XVII, págs. 61, 63 e 64

Alvará do Rei Felipe II, sobre esmolos para os órfãos do Colégio de Jesus.

JESUÍTAS

O. R. — Rev. XVII, pág. 62

Privilégios a favor dos meninos órfãos do Colégio de Jesus.

JESUÍTAS

O. R. — Rev. XVII, pág. 65

Privilégios de São Gonçalo do Amarante, participados ao sobredito Colégio (de Jesus) — com a mesma força e vigor como se vê dos alvarás e provisões.

FESTAS RELIGIOSAS

FESTA

O. R. — Rev. XXXII, pág. 76

Traslado de uma carta do Desembargador Ouvidor Geral, para que se façam as festas de Santa Isabel e Anjo Custódio.

FESTA

O. R. — Rev. XXXV, pág. 224

Provisão de S. M. sobre o uso de máscaras por ocasião das festas religiosas.

FESTA

O. R. — Rev. XXXII, pág. 201

Carta do Ouvidor Geral, Bernardo Rodrigues do Vale, aos oficiais da Câmara, sobre o fornecimento de cêra por ocasião das festas religiosas.

FESTA

O. R. — Rev. LXVIII, pág. 154

Registro de um mandado dos oficiais da Câmara, para o alcaide notificar os juizes dos officios mecânicos, para fazerem as danças na procissão do Corpo de Deus.

FESTA

O. R. — Rev. LXVIII, pág. 154

Registro de um edital dos officiais da Câmara, para se caiaem as casas e ornamentarem janelas para a procissão de Corpo de Deus.

FESTA

O. R. — Rev. LXVIII, pág. 154

Registro de um edital do Senado, sobre a procissão de Corpo de Deus.

FESTA

O. R. — Rev. XCII, pág. 137

Registro de várias cartas dos officiais da Câmara sobre a festa de São Sebastião.

FESTA

O. R. — Rev. XCVIII, pág. 174

Edital dos officiais do Senado da Câmara, para o efeito da procissão de Corpo de Deus em 1740.

FESTA

O. R. — Rev. XCIX, pág. 90

Cartas dos oficiais da Câmara, sobre a festa do Corpo de Deus, em 1740.

FESTA

O. R. — Rev. CXXII, pág. 175

Ordem sobre a festa do Padroeiro de São Paulo, 1736.

FESTA

O. R. — Rev. CXXXVIII, pág. 106

Registro de S. M., em que manda se observe a ordem de 14 de julho de 1738, sobre o dispender a cêra nas festas reais para a Sé, em 1879.

FESTA

O. R. — Rev. CXL, pág. 40

Registro de uma provisão de Sua Magestade, sobre a Bula da Santa Cruzada, para que os oficiais da Câmara assistam a procissão da publicação com a festa real.

FESTA

O. R. — Rev. CXLI, pág. 55

Registro de uma ordem de Sua Magestade, em que ordena se observe o estilo praticado na mais festa da Sé sobre o que tinham pago da festa de São Sebastião aos Altareiros, em 1750.

FESTA

O. R. — Rev. CXLIV, pág. 449

Registro de uma ordem de Sua Magestade, donde deve ir o Bispo nas Procissões donde fôr Senhor, em 1751.

RELIGIÃO

O. R. — Rev. VI, pág. 85

Edital sobre concessão de terras aos religiosos.

RELIGIÃO

O. R. — Rev. VII, pág. 83

Carta para informar o requerimento que a Câmara fez para se tirar a administração das Aldeias dos Religiosos.

RELIGIÃO

O. R. — Rev. VII, pág. 71

Carta para que se tire a administração das aldeias de Pedro Taques e se dê aos religiosos.

RELIGIÃO

O. R. — Rev. XIII, pág. 78

Provisão do sr. Vasco Fernandes Cesar de Menezes, concedendo privilégio aos religiosos.

RELIGIÃO

O. R. — Rev. XV, pág. 33

Bando do sr. Rodrigo Cesar, sobre os religiosos que andam fora dos seus conventos.

RELIGIÃO

O. R. — Rev. XXIX, pág. 123

Contribuição da Câmara para o sustento das Ordens Religiosas.

RELIGIÃO

O. R. Rev. XLIII, pág. 118

Alvará de S. M. proibindo a saída de mulheres do Brasil, para serem religiosas ou para outro qualquer fim.

CERIMÔNIAS RELIGIOSAS

O. R. — Rev. LI, pág. 70

Carta escrita a S. M., sobre a pragmática adotada em relação ao Senado, por ocasião das cerimônias religiosas.

IGREJAS

R. G. — Vol. II, pág. 488

Para servir de mestre da capela, Manuel Vieira de Barros.

IGREJAS

R. G. — Vol. II, pág. 587

Doação a confraria do Santíssimo Sacramento.

IGREJAS

R. G. — Vol. III, pág. 3

Devido a uma revolta em São Gonçalo, no Rio de Janeiro, os ministros e superiores refugiaram-se no Mosteiro de São Bento.

IGREJAS

R. G. — Vol. V, págs. 473 à 480
Pedindo preces nas igrejas.

IGREJAS

R. G. — Vol. VI, pág. 159

Ofício da Câmara, pedindo a S. M. para providenciar sobre o consêrto da Igreja Matriz.

IGREJA

R. G. — Vol. VI, págs. 161 e 383
Registro de uma carta de S. M., sobre o exorbitante salário dos vigários.

IGREJA

R. G. — Vol. VI, pág. 266

Procissão do Santíssimo Sacramento da Igreja Matriz da Misericórdia.

IGREJAS

R. G. — Vol. VIII, pág. 33

Obras da Igreja.

IGREJA

R. G. — Vol. VIII, pág. 315

Missa Cantada na Igreja de São Bento.

IGREJA

R. G. — Vol. VIII, pág. 328

Registro de 5 cartas aos prelados dos Mosteiros, convidando para a ação de graças.

IGREJA

R. G. — Vol. X, pág. 57

Exéquias na Sé.

IGREJA

R.G. — Vol. XI, pág. 3

Privilégios concedidos às pessoas eleitas para mamposteiros do glorioso Santo Antônio.

IGREJA

R.G. — Vol. XI, pág. 68

Pedindo para acabar com os formigueiros que estão prejudicando os templos sagrados e os ornamentos das igrejas.

IGREJA

R.G. — Vol. XI, pág. 110

Sobre a ameaça do buraco no beco da igreja do Colégio.

IGREJAS

R.G. — Vol. VI, pág. 154

Tríduo, repique de sinos, em tôdas as igrejas em regozijo à chegada do governador.

IGREJAS

R.G. — Vol. XI, págs. 208 e 216

Esmolas para a Terra Santa para o sustento dos religiosos.

IGREJAS

R.G. — Vol. XI, pág. 387

Carta da Câmara, participando haver tomado posse de umas casas pertencentes a Ordem Terceira de São Francisco.

IGREJA

R.G. — Vol. XII, págs. 336, 383, 384 e 385

Te Deum e missa cantada na Igreja do Colégio.

IGREJA

R.G. — Vol. XII, págs. 525 e 527

Convite para assistir ao Te Deum na Sé.

IGREJA

R.G. — Vol. VII, págs. 531

Missa cantada e Te Deum na Sé.

IGREJA

R.G. — Vol. XIII, págs. 44, 45, 339 e 341

Te Deum em ação de graças pelo nascimento do infante.

IGREJA

R.G. — Vol. XIII, pág. 490

Te Deum na Santa Sé.

IGREJA

R.G. — Vol. XIV, pág. 61

Te Deum na Sé.

IGREJA

R.G. — Vol. XIV, págs. 351, 352 e 353

Edital fixado na capela de São Bernardo.

IGREJA

R.G. — Vol. XIV, pág. 401

Te Deum na Sé em ação de graças pelo nascimento do Senhor Infante.

IGREJA

R.G. — Vol. XIV, pág. 418

Exéquias por alma do Marquês de Angela, na Sé.

IGREJA

R.G. — Vol. XIV, págs. 446 e 448

Exéquias por alma do S. Dom Pedro Carlos Infante de Castela, e pela alma do ilmo. Marquês de Lavradio, o moço.

IGREJA

R.G. — Vol. XV, págs. 7 e 8

Procissão da Igreja do Rosário dos Pretos.

IGREJA

R.G. — Vol. XV, págs. 38, 39, 40, 41, 42, 43 e 44

Escritura e atestação do Convento Nossa Senhora da Luz.

IGREJA

R.G. — Vol. XV, págs. 214 e 215

Novena e Nossa Senhora da Penha, em ação de graças.

IGREJA

R.G. — Vol. XV, págs. 234, 236, 237, 239, 270, 278 e 279

Te Deum em ação de graças.

IGREJA

R.G. — Vol. XV, págs. 248, 249 e 251

Te Deum em ação de graças pelo casamento de Sua Alteza Real, o Príncipe D. Pedro com a Sereníssima Arquiduquesa d'Áustria.

IGREJA

R.G. — Vol. XV, págs. 257, 409, 410, 461, 462, 466 e 467

Ofício do Sr. Bispo à Câmara, sobre o regresso de Nossa Senhora da Penha, para a Matriz.

IGREJA

R.G. — Vol. XVI, pág. 51

Procissão de Nossa Senhora da Penha.

IGREJA

R.G. — Vol. XVI, págs. 496 e 499

Ofício da Câmara ao Governo Interino, pelo qual convida para assistirem na Catedral da Sé às festividades em ação de graças, pela feliz aclamação de S. M. Imperial.

IGREJA

R.G. — Vol. XVII, pág. 229

Convite para assistir ao Te Deum na Catedral da Sé.

IGREJA

R.G. — Vol. XVII, pág. 261

Convite para assistir a procissão, e sermão na Igreja de Santo Antônio.

IGREJA

R.G. — Vol. XVII, pág. 291

Te Deum na Catedral da Sé.

IGREJA

R.G. — Vol. XVII, págs. 298, 299, 300 e 301

Portaria do governo sobre as propriedades pertencentes à Irmandade do Santíssimo Sacramento.

IGREJA

R.G. — Vol. XVII, págs. 350 e 351

Convite para assistir ao Te Deum na Catedral da Sé.

IGREJA

R.G. — Vol. XVII, pág. 562

Eleições paroquiais, no Bom Jesus do Brás e na Sé.

IGREJA

R.G. — Vol. XVIII, págs. 32, 33, 35, 41, 457 e 458

Te Deum na Catedral da Sé.

IGREJA

R.G. — Vol. XVIII, pág. 101

Projeto de Constituição deste Império, celebrado na Catedral pelo sr. Bispo Diocesano Dom Mateus de Abreu Pereira.

IGREJA

R.G. — Vol. XVIII, pág. 424

Te Deum em ação de graças pelo nascimento do Príncipe Imperial Dom Pedro de Alcântara.

IGREJA

R.G. — Vol. XVIII, págs. 439 e 440

Preces na Catedral da Sé, com o Santíssimo Sacramento exposto.

IGREJA

R.G. — Vol. XIX, págs. 231, 232, 233, 234, 235 e 236

Convite para assistir ao Te Deum na Sé.

IGREJA

R.G. — Vol. XIX, pág. 262

Exéquias na Sé pela alma da Imperatriz.

IGREJA

R.G. — Vol. XIX, págs. 468 e 469
Te Deum na Sé.

IGREJA

R.G. — Vol. XIX, pág. 518

Eleições na Sé e Santa Ifigênia.

IGREJA

R.G. — Vol. XXII, pág. 247

Eleições nas igrejas Matrizes.

IGREJA

R.G. — Vol. XXIII, págs. 56, 102, 103, 107, 108, 120, 155 e 174

Eleições da Câmara, convidando os Párocos do Município.

IGREJA

R.G. — Vol. XXIII, pág. 202

Ofício da Câmara, pedindo ao Sr. Bispo Diocesano, para que depois da apuração das Eleições para Deputado, celebre o solene Te Deum, na Catedral da Sé.

IGREJA

R.G. — Vol. XXIV, págs. 176 e 178

Convite para assistir ao Te Deum na Catedral da Sé.

IGREJA

R.G. — Vol. XXIV, pág. 185

Te Deum na Catedral da Sé.

IGREJA

R.G. — Vol. XXIV, pág. 249

Te Deum na Catedral da Sé.

IGREJA

R.G. — Vol. XXVI, pág. 70

Ofício sobre o conserto na calçada na Ladeira junto a Igreja da Boa Morte.

IGREJA

R.G. — Vol. XXVI, pág. 189

Eleições na Catedral da Sé.

IGREJA

R.G. — Vol. XXVII, pág. 42

Nomeado o Sr. Carlos Augusto D'Elboux, para Fabriqueiro da Igreja Matriz de Juqueri.

IGREJA

R.G. — Vol. XXVII, pág. 73

Nomeado o Sr. Joaquim Pedroso, para Fabriqueiro da Igreja Matriz de Cotia.

IGREJA

R.G. — Vol. XXVII, pág. 103

Nomeado o Sr. João Batista Leme, para Fabriqueiro da Igreja Matriz da Conceição dos Guarulhos.

IGREJA

R.G. — Vol. XXVII, pág. 189

Convite para assistir ao Te Deum na Catedral da Sé.

IGREJA

R.G. — Vol. XXVIII, págs. 60, 61, 71 e 211

Te Deum na Catedral da Sé.

IGREJA

R.G. — Vol. XXVIII, pág. 86

Orçamento para os reparos da Igreja de Santa Ifigênia.

IGREJA

R.G. — Vol. XXIX, págs. 17, 18 e 19

Fica autorizado o Exmo. Prelado a criar Capelas Curadas, naquelas Igrejas.

IGREJA

R.G. — Vol. XXIX, págs. 56, 59, 69, 206 e 207

Ofício da Câmara ao Fabriqueiro da Matriz de Santa Ifigênia, para que o dinheiro restante seja empregado nos consêrtos da Igreja.

IGREJA

R.G. — Vol. XXX, págs. 123 e 124

Ofício da Câmara ao Bispo Diocesano, para que seja trasladada da Igreja da Penha para a Catedral da Sé, a Sagrada Imagem de Nossa Senhora de França.

IGREJA

R.G. — Vol. XXX, págs. 128 e 130

Ofício da Câmara ao Rev. Vigário de Santa Ifigênia, para melhoramentos da Matriz.

IGREJA

R.G. — Vol. XXX, pág. 167

Ofício da Câmara ao Fabriqueiro da Matriz da Conceição, para que o dinheiro restante seria para os reparos da Igreja Matriz.

IGREJA

R.G. — Vol. XXXI, págs. 9 e 76

Ofício da Câmara ao Fabriqueiro da Conceição, para que apresente os recibos das despesas, sobre os reparos da Igreja Matriz.

IGREJA

R.G. — Vol. XXXI, pág. 95

Para a celebração do Santo Sacrificio da Missa, no acampamento.

IGREJA

R.G. — Vol. XXXI, pág. 117

Solene Te Deum na Catedral da Sé, em comemoração do Aniversário da Independência do Império.

IGREJA

R.G. — Vol. XXXI, pág. 146

Solene Te Deum, depois das Eleições para Deputados.

IGREJA

R.G. — Vol. XXXII, págs. 12, 92 e 99

Te Deum na Catedral da Sé.

IGREJA

R.G. — Vol. XXXIII, págs. 37 e 44
Te Deum na Catedral da Sé, em ação de graças.

IGREJA

R.G. — Vol. XXXIII, pág. 65
Ofício ao Fabriqueiro de Santa Ifigênia, sobre o consêrto da referida Igreja.

IGREJA

R.G. — Vol. XXXIII, págs. 66 e 67
Eleições na Matriz da Sé.

IGREJA

R.G. — Vol. XXXIII, pág. 81
Te Deum na Catedral da Sé.

IGREJA

R.G. — Vol. XXXIII, pág. 115
Ofício ao Fabriqueiro da Penha, sobre a nomeação de um sacristão para a Igreja.

IGREJA

R.G. — Vol. XXXIII, págs. 148 e 149
Convite para assistir ao Te Deum na Igreja de São Pedro.

IGREJA

R.G. — Vol. XXXIV, págs. 32, 165 e 235
Pedido de exoneração do cargo de Fabriqueiro, da Igreja Matriz da Freguesia.

IGREJA

R.G. — Vol. XXXIV, pág. 36
Convite do Rev. Bispo Diocesano à Câmara e os habitantes, para comparecerem e assistir as Exéquias de S. Santidade Gregório XVI.

IGREJA

R.G. — Vol. XXXIV, págs. 41 e 42
Ofício da Câmara ao Rev. Bispo Diocesano, para que seja trasladada da

Igreja da Penha para a do Colégio a Sagrada Imagem de Nossa Senhora da Penha de França.

IGREJA

R.G. — Vol. XXXIV, págs. 47, 62, 145 e 259
Solene Te Deum em ação de graças pelo aniversário de S. M. Imperador D. Pedro II.

IGREJA

R.G. — Vol. XXXIV, pág. 87
Te Deum em ação de graças pelo nascimento de uma Princesa.

IGREJA

R.G. — Vol. XXXIV, págs. 90, 178, 252 e 323
Te Deum Laudamus em ação de graças pelo Aniversário da Aclamação da Independência do Império.

IGREJA

R.G. — Vol. XXXIV, pág. 101
Receita e despesa do Fabriqueiro da Igreja Nossa Senhora do Ó.

IGREJA

R.G. — Vol. XXXIV, págs. 104 e 209
Ofício da Câmara, convidando o Dr. Francisco José de Azevedo, para assistir ao solene Te Deum na Igreja do Colégio, pela sua eleição a Deputado à Assembléia.

IGREJA

R.G. — Vol. XXXIV, pág. 106.
Solene Te Deum Laudamus, pelo aniversário da chegada de Suas Majestades Imperiais.

IGREJA

R.G. — Vol. XXXIV, pág. 131
Solene Te Deum em ação de graças, pelo nascimento de um Príncipe.

IGREJA

R.G. — Vol. XXXIV, pág. 222

Ofício da Câmara ao Vigário Capitular, para que sejam feitas preces, para o término da epidemia na Capital.

IGREJA

R.G. — Vol. XXXIV, pág. 331

Te Deum em ação de graças, pelo aniversário natalício de S. M. Imperial.

IGREJA

R.G. — Vol. XXXV, pág. 14

Te Deum em ação de graças, por ter concluído a apuração das Eleições para Deputados.

IGREJA

R.G. — Vol. XXXV, pág. 54

Solene Te Deum Laudamus, em ação de graças, pela vitória alcançada nos campos de Moron, Buenos Aires, em que fazia parte uma Divisão Brasileira.

IGREJA

R.G. — Vol. XXXV, pág. 63

Te Deum em ação de graças, na Catedral da Sé, pelo aniversário da Constituição Política do Império.

IGREJA

R.G. — Vol. XXXV, págs. 102, 104 e 110

Ofício do Secretário do Bispado, à Câmara para comparecerem nas solenidades para receber o Exmo. Sr. Bispo desta Diocese.

IGREJA

R.G. — Vol. XXXV, pág. 110

Ofício do Governador do Bispado à Câmara para acompanhar o Exmo. Bispo da Igreja do Carmo para a Catedral da Sé.

IGREJA

R.G. — Vol. XXXVI, págs. 26 e 27

Te Deum na Catedral da Sé.

IGREJA

R.G. — Vol. XXXVI, pág. 73

Sobre as contas das Igrejas Matriz de Santa Ifigênia, Brás e Penha.

IGREJA

R.G. — Vol. XXXVI, pág. 86

Mosteiro de São Bento.

IGREJA

R.G. — Vol. XXXVI, pág. 87

Ofício ao Fabriqueiro de São Bernardo, sobre as obras da Matriz.

IGREJA

R.G. — Vol. XXXVI, pág. 129

Nomeação do Fabriqueiro da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Ó.

IGREJA

R.G. — Vol. XXXVI, págs. 141 e 142

Te Deum na Catedral da Sé.

IGREJA

R.G. — Vol. XXXVII, págs. 6 e 7

Nomeação do Fabriqueiro da Igreja Matriz do Brás.

IGREJA

R.G. — Vol. XXXVII, pág. 30

Contas das Igrejas Matriz.

IGREJA

R.G. — Vol. XXXVII, pág. 32

Sobre a desoneração do cargo de Fabriqueiro da Matriz de Santa Ifigênia.

IGREJA

R.G. — Vol. XXXVII, pág. 36

Convite para assistir ao Te Deum na Catedral da Sé.

IGREJA

R.G. — Vol. XXXVIII, pág. 9

Sobre a planta da Capela do Cemitério,

IGREJA

R.G. — Vol. XXXVIII, pág. 56
Sobre a trasladação da Imagem de Nossa Senhora da Penha, para a Catedral da Sé.

IGREJA

R.G. — Vol. XXXVIII, pág. 57
Convite para acompanharem a Sagrada Imagem de Nossa Senhora da Penha.

IGREJA

R.G. — Vol. XXXVIII, pág. 191
Despesas para as obras da Igreja Matriz de Santa Ifigênia.

JESUÍTAS

R.G. — Vol. I, pág. 324
Padre Francisco Pires superior da Companhia de Jesus, passando uma certidão de boa conduta dos jesuítas.

JESUÍTAS

R.G. — Vol. I, pág. 507
Desavença com os padres da Companhia da vila de São Paulo.

JESUÍTAS

R.G. — Vol. II, págs. 371 e 377
A volta dos padres jesuítas.

JESUÍTAS

R.G. — Vol. II, 547 e 550
Tratado de paz e união entre os moradores e os padres da Companhia de Jesus, do Carmo e demais prelados da vila de São Paulo.

JESUÍTAS

R.G. — Vol. III, pág. 39
Petição do padre Manuel Pedroso, reitor da Companhia de Jesus.

JESUÍTAS

R.G. — Vol. III, pág. 159
Deliberação do povo aos padres da Companhia de Jesus e ao padre Heitor Francisco de Moraes.

JESUÍTAS

R.G. — Vol. III, págs. 421 e 423
Requerimento com abaixo assinado do povo, pedindo aos padres jesuítas para não irem embora.

JESUÍTAS

R.G. — Vol. III, págs. 435, 436, 437 e 438
Requerimento ao padre reitor do Colégio Manuel Corrêa, pedindo aos jesuítas para não abandonarem a vila.

JESUÍTAS

R.G. — Vol. VI, págs. 551, 552 e 553
Provisão aos reverendos padres da Companhia de Jesus.

JESUÍTAS

R.G. — Vol. VI, pág. 23
Índios pertencentes às aldeias dos reverendos padres da Companhia de Jesus, saem sem licenças dos reverendos Superiores de suas aldeias.

JESUÍTAS

R.G. — Vol. VI, pág. 217
Para os reverendos padres da Companhia do Colégio, terem prontas as embarcações para o transporte de passageiros.

JESUÍTAS

R.G. — Vol. VII, págs. 92, 93, 94, 95, 96 e 97
Parecer de El-Rei sobre a conversão do gentio do Brasil, pelos religiosos da Companhia de Jesus.

JESUÍTAS

R.G. — Vol. VII, págs. 103, 104, 105 e 106
Privilegio dos padres de Jesus.

JESUÍTAS

R.G. — Vol. VII, págs. 219 a 230
Sobre a rebeldia dos padres Jesuítas.

FESTAS

R.G. — Vol. V, págs. 73, 236, 237, 257, 273, 274, 431, 435, 439, 546 e 547

Festividades do Corpo de Deus.

FESTAS

R.G. — Vol. V, págs. 137, 147, 383 e 389

Festividades de São Sebastião.

FESTAS

R.G. — Vol. V, pág. 276

Festividades de Santo Antônio.

FESTAS

R.G. — Vol. V, págs. 284 e 291

Festividades do Anjo Custódio.

FESTA

R.G. — Vol. V, págs. 455 e 457

Festividades de Santa Isabel.

FESTAS

R.G. — Vol. VI, pág. 10

Pároco Mateus Lourenço de Carvalho, sobre as festas religiosas.

FESTAS

R.G. — Vol. VI, págs. 12, 14, 15, 16, 17, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 262, 263 e 265

Procissão de São Sebastião.

FESTAS

R.G. — Vol. VI, págs. 105, 107, 110, 111, 112, 356, 366, 367, 368, 370, 371, 376 e 377

Procissão do Corpo de Deus.

FESTAS

R.G. — Vol. VI, págs. 119 e 120

Festividades de Corpus Christi.

FESTAS

R.G. — Vol. VI, págs. 132, 134, 135, 136, 137 e 390

Festividades de Santa Isabel.

FESTAS

R.G. — Vol. VI, pág. 138

Ofício da Câmara ao Rev. Vigário Mateus Lourenço de Carvalho, para concorrer a festa do Anjo Custódio.

FESTAS

R.G. — Vol. VI, págs. 139, 140, 141, 142, 143, 349, 350, 354, 361, 390, 391, 393, 394, 395, 396, 397 e 398

Festividades do Anjo Custódio.

FESTAS

R.G. — Vol. VIII, págs. 6, 138, 139, 141, 347, 358 e 400

Festividades de São Sebastião.

FESTAS

R.G. — Vol. VIII, págs. 7, 51, 206, 217, 220, 224, 393 e 394

Festividades de Corpus Christi.

FESTAS

R.G. — Vol. VIII, págs. 49, 59, 60, 61, 62, 229, 241, 242, 268 e 269

Festividades do Anjo Custódio.

FESTAS

R.G. — Vol. VIII, págs. 57, 61 e 234

Festividades de Santa Isabel.

FESTA

R.G. — Vol. VIII, pág. 403

Romaria a Bom Jesus de Pirapora.

FESTAS

R.G. — Vol. IX, págs. 10, 12, 16, 19, 151, 433, 438 e 442

Procissão de São Sebastião.

FESTAS

R.G. — Vol. IX, pág. 111, 112, 113, 117, 123, 131, 132, 306, 307, 308, 309, 312 e 485

Procissão do Corpo de Deus.

FESTAS

R.G. — Vol. IX, págs. 137, 314 e 315

Festa e procissão de Corpus Christi.

FESTAS

R.G. — Vol. IX, págs. 160, 168, 170, 327, 329, 505 e 506

Procissão do Anjo Custódio.

FESTAS

R.G. — Vol. IX, págs. 265, 269, 270, 271 e 272

Festa de São Sebastião.

FESTAS

R.G. — Vol. IX, págs. 322 e 500

Festividades da visitação de Nossa Senhora.

FESTAS

R.G. — Vol. IX, págs. 458 e 459

Procissão da Bula.

FESTA

R.G. — Vol. X, pág. 67

Festividades de São Sebastião.

FESTA

R.G. — Vol. X, págs. 259 e 260

Festividades de Nossa Senhora.

FESTA

R.G. — Vol. X, págs. 261, 262, 263, 264 e 265

Festividades de São Francisco de Borgia.

FESTA

R.G. — Vol. X, pág. 374

Festividades religiosas.

FESTAS

R.G. — Vol. XI, págs. 124, 250, 364, 367, 436, 492 e 551

Festividades do Corpo de Deus.

FESTA

R.G. — Vol. XI, pág. 244

Festividades de Nossa Senhora dos Prazeres.

FESTA

R.G. — Vol. XI, pág. 617

Festividades nas igrejas pelo feliz nascimento do príncipe real.

FESTA

R.G. — Vol. XII, págs. 31, 32, 33 e 203

Festividades do Corpo de Deus.

FESTA

R.G. — Vol. XII, pág. 486

Convite ao Rev. Sr. Bispo para a festividade de São Sebastião.

FESTA

R.G. — Vol. XII, págs. 498, 499, 529 e 530

Festividades do Corpo de Deus.

FESTA

R.G. — Vol. XII, págs. 534 e 536

Festividades religiosas.

FESTAS

R.G. — Vol. XII, pág. 604

Festividades de São Paulo.

FESTAS

R.G. — Vol. XIII, págs. 28, 29, 30, 321 e 528

Festividades do Corpo de Deus.

FESTAS

R.G. — Vol. XIV, pág. 9

Festividade do Patrocínio de Nossa Senhora.

FESTAS

R.G. — Vol. XIV, págs. 18 e 19

Convite do Rev. Bispo Mateus, para as preces na Sé, pela felicidade do Príncipe Regente.

FESTAS

R.G. — Vol. XIV, pág. 55

Procissão da Bula saindo da igreja do Rosário dos Pretos.

FESTAS

R.G. — Vol. XIV, págs. 100, 430 e 504

Festividades de Corpus Christi.

FESTAS

R.G. — Vol. XIV, págs. 410, 413, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 428 e 429

Ofício ao Sr. Bispo, com os planos da festa em regozijo ao feliz nascimento do Infante.

FESTAS

R.G. — Vol. XV, págs. 22, 244, 352, 359 e 435

Festa do Corpo de Deus.

FESTAS

R.G. — Vol. XVI, págs. 16, 199 e 389

Festividades do Corpo de Deus.

FESTAS

R.G. — Vol. XVI, pág. 424

Ofício da Câmara que dirigiu aos republicanos que devem pegar na vara do pãlio, na entrada de S.A.R.

FESTA

R.G. — Vol. XVII, págs. 569 e 570

Festividades de Corpus Christi.

FESTAS

R.G. — Vol. XVIII, pág. 7

Festividades do Corpo de Deus.

FESTAS

R.G. — Vol. XVIII, págs. 210, 224 e 225

Procissão de Corpus Christi.

FESTA

R.G. — Vol. XIX, págs. 199 e 200

Festividades de São Sebastião.

FESTA

R.G. — Vol. XX, pág. 261

Festividades de Corpus Christi.

FESTAS

R.G. — Vol. XXXIV, pág. 291

Procissão de Corpus Christi, com a Imagem de São Jorge.

d) OUTROS ARQUIVOS PÚBLICOS

1) *Departamento de História e Documentação da Prefeitura do Distrito Federal*

O Arquivo Geral da Prefeitura do Distrito Federal abrange dois setores: o Arquivo Administrativo e o Arquivo Histórico.

O ilustre historiador Noronha Santos publicou uma resenha analítica de livros e documentos do Arquivo Geral da Prefeitura do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, 20-1-1949).

Para os assuntos referentes ao Império e à República êsse arquivo tem grande importância, o que se pode aquilatar pelos números da Revista que, com títulos diversos e fases diferentes, tem êsse órgão da Prefeitura publicado.

O velho arquivo tem tido como diretores historiadores ilustres, entre os quais, ultimamente, o Dr. Óton Ferreira de Barros e o Dr. Roberto Macedo.

2) *Arquivo do Castelo d'Eu*

O arquivo particular do Imperador D. Pedro II, que se achava no palácio de Petrópolis, foi em 1902 transferido para a França e depositado no Castelo d'Eu, onde residiam então a princesa D. Isabel e o conde d'Eu.

Em 1940, na sessão de 21 de maio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, um grupo de sócios propôs uma moção, justificada pelo Senhor Cláudio Ganns, aprovada unânimemente, sugerindo ao Chefe da Nação a transferência do arquivo do Castelo d'Eu para o Brasil. A moção e o ofício do presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foram publicados no *Anuário do Museu Imperial* (Petrópolis, 1940, págs. 326 e 328).

Já havia sido êle catalogado por Alberto Rangel e publicado pelo eminente Rodoífo Garcia nos *Anais da Biblioteca Nacional*, em dois volumes, sob o título *Inventário dos Documentos da Casa Imperial do Brasil Existentes no Castelo d'Eu* (*Anais da Biblioteca Nacional*, tomos 54 e 55).

Anuindo a família imperial a fazer doação do importante arquivo ao Museu Imperial, foi êle transferido para Petrópolis, onde se acha à disposição dos pesquisadores. Muitos dos seus documentos já têm sido publicados nos Anuários do Museu Imperial.

Espera-se para breve a publicação da correspondência do Imperador D. Pedro II com a inteligente Condessa de Barral, onde por cerca de quarenta anos se comentaram os fatos do dia. O ilustre e saudoso Alcindo Sodré, diretor do Museu Imperial, preparou notas interressantíssimas sobre tão valiosas missivas.

3) *Arquivo Histórico do Itamarati*

O arquivo criado após a vinda da família real portuguesa para o Rio de Janeiro foi incorporado ao Ministério das Relações Exteriores.

Compreende duas seções: o chamado Arquivo Histórico, ou Arquivo Morto, abrangendo a documentação desde a sua fundação até 1930; e o Arquivo de Movimento de então até hoje.

Quando o dirigia o embaixador Heitor Lira, foi publicado o primeiro volume do índice do Arquivo Histórico (*Arquivo Histórico do Itamarati*, parte I — *Correspondência*, Imprensa Nacional, 1952).

Interessa aos estudiosos da história eclesiástica o que lá se encontra nas páginas 36, 37, 61, 62, 63, 122, 141, 187, 245, 311 e 320.

O arquivo do Barão do Rio Branco acha-se guardado nesse valioso depósito de documentos e já tem sido largamente aproveitado por pesquisadores (José Carlos de Macedo Soares, *Falsos Troféus de Ituzaingó*, São Paulo, 1920; *Obras Completas do Barão do Rio Branco*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1945 a 1948, 9 volumes).

O Itamarati está publicando apreciada coleção de documentos: *Anais do Itamarati* (1930-1934). Já publicou o *Arquivo Histórico e Diplomático da Independência*, Rio de Janeiro, 6 volumes, Imprensa Nacional, 1922, e em coleção à parte deu a lume inúmeros documentos internacionais e tem feito outras publicações.

Os arquivos do Itamarati, mediante permissão do Ministro de Estado, podem ser visitados pelos pesquisadores da história nacional.

O arquivo do Itamarati e a sua biblioteca possuem documentação indispensável para quem deseje escrever a história da Igreja Católica no Brasil.

4. Arquivos Militares

(Ministérios da Guerra, da Marinha e da Aeronáutica)

Os dois antigos ministérios militares da Guerra e da Marinha possuem arquivos bem organizados, onde são encontrados preciosos elementos para a biografia dos nossos mais ilustres militares, inclusive os que pertenceram ao quadro dos capelães do Exército. É que no arquivo se acham as fés de ofício (*Curriculum vitae*) dos nossos militares de terra, mar e ar.

Em nossos arquivos militares encontram-se também os documentos relativos às guerras em que o Brasil tem sido obrigado a empenhar-se.

Pelo Ministério da Guerra está sendo publicada uma coleção, já bastante extensa, de obras que interessam à história e a outros conhecimentos, com a denominação de *Biblioteca Histórica*.

O Ministério da Marinha tem publicado também algumas coletâneas de documentos.

O Ministério da Aeronáutica, mais recente que os outros ministérios militares, já possui um arquivo, que certamente prestará os mesmos serviços que os supramencionados.

5. Arquivo Público Mineiro

O Arquivo Público Mineiro foi criado pela Lei nº 126, de 1 de julho de 1895, assinada pelo Governador Bias Fortes, e regulamentada em 1 de setembro do mesmo ano.

Foi instalado em 4 de maio de 1896, tendo por primeiro diretor o historiador José Pedro Xavier da Veiga. Na direção da concertuada repartição mineira de história passaram grandes vultos da cultura montanhesa, tais como: Augusto de Lima, Carlos Peixoto, Mário de Lima, Aurélio Pires, Feu de Carvalho, Arduino Bolivar e Oscar Bhering.

O grande Capistrano de Abreu disse do Arquivo Público Mineiro que era êle «um tesouro ignoto, de valor incalculável, infelizmente bateado apenas por dois ou três caboclos garimpeiros da heróica história das Gerais».

Geraldo Dutra de Moraes comentando o dito de mestre Capistrano de Abreu disse no Instituto Histórico Mineiro: «Referia-se (Capistrano) maliciosamente, a Xavier da Veiga, Diogo de Vasconcellos e a Pandjã Calógeras, êsses três titãs que abnegadamente desbravaram os caminhos brumosos e pouco acessíveis do passado, e, de pegada em pegada, conseguiram exumar dos códices seculares a palpitante história da nossa formação e de nossas tradições. Esqueceu-se porém, o bom e douto Capistrano de se referir a Olavo Bilac, a Felício dos Santos, a Bernardo Guimarães, a Afonso Arinos, a Augusto de Lima, a Afrânio de Mello Franco e tantos outros também devotados faiscadores que, de grupiara em grupiara, bateram a veneranda poeira acumulada nos infólios amarelcidos... (*Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, vol. II, pág. 27).

Não podemos deixar de juntar à lista tão notável de historiadores mineiros a figura altamente simpática do saudoso Nelson de Senna, que dirigiu por muitos anos o *Anuário de Minas Gerais*.

Além dos papéis antigos dos Cartórios mineiros, dos alfarabios das secretarias do govêrno, especialmente as do Interior e Fazenda e outros, o Arquivo Público Mineiro recebeu a importante livreria do Conde de Linhares, adquirida em Lisboa por iniciativa do Secretário do Interior, Dr. Henrique Diniz. (Elenar G. Queiroga — *Arquivo Público Mineiro*, em *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, vol. II, pág. 38).

É um verdadeiro manancial de documentos interessantes à história da Igreja Católica no Brasil a excelente Coleção da Revista do Arquivo Público Mineiro.

6. Arquivos Públicos da Bahia

A Bahia, que foi sede da primeira administração pública do Brasil, possui dois valiosos arquivos: o Público, do Estado, e o Municipal, da Prefeitura da cidade do Salvador.

O Arquivo Público da Bahia foi fundado aos 16 de janeiro de 1890, na presidência do Dr. Manoel Victorino Pereira. Abrange quatro seções: I — Seção Histórica, onde se encontram preciosas coleções de Cartas e Ordens Régias (150 volumes). Provisões, Alvarás, etc.; II — Seção Legislativa; III — Seção Administrativa; e IV — Seção Judiciária. Anexo ao Arquivo foi inaugurado em 1917 o *Museu do Estado*, que contém quatro seções: I — Seção histórica; II — Seção numismática; III — Seção etnográfica; IV — Pinacoteca.

O Arquivo Público da Bahia, além de várias publicações edita os *Anais*, com farta documentação histórica.

O resumo de 12 volumes (1648-1718) da coleção de Ordens Régias existente no Arquivo Público da Bahia, foi publicado nos respectivos *Anais*, vol. XXXI.

O volume VI de *Publicações do Arquivo de Estado da Bahia* (1948) publicou o tomo dos bens das ordens terceiras, confrarias e irmandades da cidade do Salvador, ricamente ilustrado com vistas das principais igrejas da cidade. (Sílio Bocanera Junior — *Arquivo Público, em Bahia Epigráfica e Iconográfica*, Bahia, 1928, págs. 119 e seguintes).

O *Arquivo da Prefeitura*, por ocasião da comemoração do IV Centenário da fundação da cidade do Salvador, por ordem do prefeito, o ilustre historiador José Wanderley de Araújo Pinho, publicou boa cópia de documentos históricos, muitos de interesse para a história da igreja católica no Brasil, como os dois volumes das *Cartas do Senado*, e os seis tomos das *Atas da Câmara*, organizados pelo Dr. Antônio Loureiro de Souza, ilustre diretor do Arquivo Municipal.

7. Vários outros Arquivos Públicos

Em quase tôdas as capitais dos Estados e em várias cidades do interior existem arquivos públicos, para guarda da documentação administrativa e histórica.

O *Arquivo Público de Pernambuco* além de farta documentação histórica tem publicado reedições de obras raras, como a de Pereira da Costa — *Anais Pernambucanos*, vols. I a III. A Prefeitura Municipal de Recife edita *Arquivos*, iniciada pelo Prefeito Dr. Antônio de Novais Filho, com documentação histórica de valor.

A Secretaria do Governo de Pernambuco editou dois volumes de *Documentos de Arquivo*, onde divulgou a correspondência dos governadores e capitães generais de Pernambuco. Com a criação

do Arquivo Público Estadual começou a ser publicada a *Revista do Arquivo Público*, sob a direção do ilustre diretor, Dr. Jordão Emerenciano. Os dois últimos governadores do Estado de Pernambuco, o saudoso Professor Agamenon Magalhães e o preclaro Dr. Barbosa Lima Sobrinho, inteligentemente incentivaram os diretores do Arquivo e da Biblioteca no sentido de intensificarem as publicações das respectivas instituições.

O Pará possui o *Arquivo Público Paraense* com *Revista* que tem tornado conhecidas as correspondências de seus governadores com a Metrópole, e também muitos documentos importantes para a história religiosa brasileira.

O Estado do Rio Grande do Sul, além do Arquivo Público da Capital, possui o Arquivo Municipal de Porto Alegre e o Arquivo da Cidade do Rio Grande.

Não podemos deixar de mencionar os Arquivos Públicos do Ceará, da Paraíba, de Santa Catarina, Espírito Santo, Mato Grosso, etc.

III — Arquivos eclesiásticos

A) ARQUIVO DA CAMARA ECLESIASTICA DO ARCEBISPADO DO RIO DE JANEIRO

Monsenhor Antônio Alves Ferreira dos Santos, secretário do Arcebispado do Rio de Janeiro, escreveu um livro sobre a *Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro, Tipografia Leuzinger, 1914), no qual publicou um *Inventário dos livros do Arquivo da Câmara Eclesiástica do Arcebispado*. (*Op. cit.*, págs. 42 e seguintes). Publicou ainda o *Inventário dos livros paroquiais recolhidos ao Arquivo da Câmara Eclesiástica*. (*Op. cit.*, págs. 49 e seguintes).

Informou-me o Padre Dr. Maurilio Cesar de Lima, que acaba de pesquisar no Arquivo da Cúria do Rio de Janeiro, que o inventário publicado por Monsenhor Alves, acima aludido, ainda está atualizado, apesar do desaparecimento de alguns documentos. Sua Eminência o Senhor Cardeal D. Jaime Câmara, que é um grande historiador, está estudando a reorganização do Arquivo da Cúria.

Existem no Arquivo eclesiástico do Rio de Janeiro três volumes com o título geral *Bulário da Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro* (nome impróprio porque além de Bulas contém outros documentos) pouco manuseados e que contém elementos preciosos para a história da Igreja Católica no Brasil.

O inteligente Padre Maurilio Cesar de Lima, gentilmente copiou o índice do aludido *Bulário*, e pela sua importância, vou transcrevê-lo em seguida:

BULÁRIO DO ARCEBISPADO DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO DE JANEIRO

ÍNDICE DO 1º VOLUME

(DO BISPADO)

I.	Prelazia do Rio de Janeiro	1
1.	Breve de Criação da Prelazia do Rio de Janeiro	1
II.	Prelados que governaram a Prelazia do Rio de Janeiro	11
III.	Bispado de São Sebastião do Rio de Janeiro	13
2.	Bula de Criação do Bispado de São Sebastião do Rio de Janeiro	13
3.	Bula do Papa Bento XIV, de 6 de dezembro de 1745, desmembrando da Diocese do Rio de Janeiro, as de São Paulo e Mariana, em Minas Gerais, e as Prelazias de Goiás e Cuiabá	21
4.	Alvará por que foi transferida da Igreja de Nossa Senhora do Rosário para a de Nossa Senhora do Carmo e condecorada a Sé Catedral do Rio de Janeiro com o título e dignidade de Capela Real	37
5.	Breve da Nunciatura concedendo privilégios aos monsenhores e cônegos da Catedral e Capela Real do Rio de Janeiro	41
6.	Bula do Santo Padre Leão XII, de 13 de junho de 1826, aprovando a transladação da Catedral de igreja do Rosário para de Nossa Senhora do Carmo	43
7.	Bula do Santo Padre Leão XII, de 18 de junho de 1826, aprovando e confirmando a união da Capela Imperial com a Catedral da diocese do Rio de Janeiro	48
8.	Provisão do Exmo. e Revmo. Bispo do Rio de Janeiro, de 30 de setembro de 1827, dando execução as duas bulas do Papa Leão XII, sobre a Catedral e Capela Imperial	52
9.	Provisão pela qual o Bispo Capelão-mor determinou que a bula <i>Studium Paterni affectus</i> fôsse lida dos religiosos carmelitas	56
10.	Certidão do Secretário do Bispado declarando ter cumprido o que lhe ordenou a provisão supra	57
11.	Decreto nº 697, de 10 de setembro de 1850, reforma da Capela Imperial e Catedral do Rio de Janeiro	58
12.	Tabela a que se refere o Decreto desta data	59

13.	Decreto Consistorial, de 10 de setembro de 1853, permitindo a suspensão de oito benefícios da Capela Imperial na forma do Decreto 687 de 10 de setembro de 1850 ..	60
14.	Beneplácito Imperial ao decreto acima descrito	68
IV.	As Prelazias de Goiás e Cuiabá, etc.	69
15.	Bula do Santo Padre Leão XII, erigindo em dioceses as Prelazias de Goiás e Cuiabá	69
16.	Carta de Lei, de 3 de novembro de 1827	76
17.	Breve, de 11 de junho de 1852, uniformizando os dias santos no Brasil todo	77
V.	Sôbre o patronato de Santana	79
18.	Carta de Dom Frei Antônio do Destêrro, etc.	79
19.	Decreto da S. Congregação dos Ritos, de 13 de janeiro de 1759, pelo qual concede que Santana seja patrona da Cidade e Diocese do Rio de Janeiro, além de São Sebastião	80
20.	Edital de execução do Decreto supra	81
21.	Decreto da S. Congregação dos Ritos, confirmando a eleição de São Pedro de Alcântara, como patrono do Brasil	83
22.	Bula do Papa Pio IX, de 7 de maio de 1848, erigindo em diocese a província do Rio Grande do Sul	84
23.	Decreto da S. Congregação Consistorial, de 2 de maio de 1848, sôbre a diocese do Rio Grande do Sul	93
24.	Decreto da S. Congregação Consistorial, de 25 de maio de 1854, sôbre a paróquia de Lajes, na província de Santa Catarina	102
25.	Decreto Consistorial, de 25 de maio de 1854, desmembrando das dioceses do Rio de Janeiro e de Pernambuco e incorporando à da Bahia, diversas paróquias que se acham nos limites civis da Bahia	107
26.	Beneplácito Imperial	111
27.	Bula do Santo Padre Pio XI, de 6 de junho de 1854, desmembrando das dioceses de Olinda, Bahia e Mariana diferentes paróquias situadas no território de Minas Gerais e nelas erigindo a diocese de Diamantina	112
28.	Beneplácito Imperial	126
29.	Provisão de execução da Bula <i>Ad oves Domínicas</i> da criação do Bispado de São Pedro do Rio Grande do Sul	126
30.	Limites da Diocese do Rio de Janeiro com a de Mariana	128
31.	Testamento do Revmo. Deão da Sé Dr. Francisco da Silveira Dias, falecido no Rio de Janeiro em 16 de março de 1690, feito em 31 de dezembro de 1687	131
32.	Testamento do Sr. Bispo D. Frei Antônio do Destêrro	141
33.	Bulas de confirmação do Sr. Dom Frei Manuel Pereira, 1º Bispo do Rio de Janeiro	151
34.	Bula de confirmação do Sr. Dom José de Barros Alarcão, 2º Bispo do Rio de Janeiro	162
35.	Bula de confirmação do Exmo. Sr. Dom Francisco de São Jerônimo, 3º Bispo do Rio de Janeiro	163

36.	Bulas de confirmação de Dom Frei Antônio de Guadalupe, 4º Bispo do Rio de Janeiro	165
37.	Bulas de confirmação do Exmo. Sr. Dom Frei Antônio do Destêrro, 6º Bispo do Rio de Janeiro	181
38.	As bulas de confirmação do Exmo. Sr. Dom José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castelo Branco, 7º Bispo do Rio de Janeiro	195
39.	Certidão da Sagração do Exmo. e Revmo. Sr. Dom José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castelo Branco	215
40.	Procuração de Dom José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castelo Branco, para a posse do Bispado do Rio de Janeiro	216
41.	Bulas de confirmação do Exmo. e Revmo. Sr. Dom José Caetano da Silva Coutinho, 8º Bispo do Rio de Janeiro	217
42.	Carta de Dom José Caetano da Silva Coutinho ao Cabido da Sé do Rio de Janeiro para a posse do Bispado	231
43.	Teor da procuração de Dom José Caetano da Silva Coutinho, para a posse do Bispado do Rio de Janeiro ..	231
44.	Bulas de confirmação do Exmo. Sr. Dom Manuel do Monte Rodrigues de Araujo, 9º Bispo do Rio de Janeiro	233
45.	Procuração de Dom Manuel do Monte Rodrigues de Araujo, para a posse do Bispado	247
46.	Bulas de confirmação do Exmo. e Revmo. Sr. Dom Pedro Maria de Lacerda, 10º Bispo do Rio de Janeiro ..	249
47.	Atestado da Sagração do Exmo. e Revmo. Sr. Bispo Dom Pedro Maria de Lacerda	260
48.	Procuração de Dom Pedro Maria de Lacerda para a posse do Bispado	262
49.	Breve Apostólico de confirmação do Exmo. e Revmo. Sr. Dom José Pereira da Silva Barros undécimo e último Bispo do Rio de Janeiro	265
50.	Procuração de Dom José Pereira da Silva Barros para a posse do Bispado	267
51.	Ofício de Monsenhor João Pires de Amorim ao Cabido para a posse do Bispado	269
52.	Circular para a recepção de Dom José Pereira da Silva Barros	269
VI.	Bispos do Rio de Janeiro	270
1º	Dom Frei Manuel Pereira	270
2º	Dom José Barros Alarcão	272
3º	Dom Francisco de São Jerônimo	276
4º	Dom Frei Antônio de Guadalupe	281
5º	Dom Frei João da Cruz	301
6º	Dom Frei Antônio do Destêrro	336
7º	Dom José Justiniano Mascarenhas Castelo Branco	351
8º	Dom Vicente da Gama Leal	350
VII.	Vigários Gerais dos Srs. Bispos e do Cabido ou Vigários Capitulares da Antiga Sé do Rio de Janeiro	382

1º Padre Licenciado Sebastião Barreto de Brito	382
2º Padre Licenciado Tomé de Freitas da Fonseca	382
3º Cônego Dr. João Pimenta de Carvalho	383
4º Cônego Manuel Lourenço da Fonseca	383
5º Cônego Clemente Martins de Mattos	384
6º Cônego Dr. Jorge da Silveira Soutomaior	384
7º Cônego Dr. Gaspar Gonçalves de Araujo	384
8º Cônego Gaspar Ribeiro Pereira	387
9º Cônego Dr. Manuel de Andrade Varnek	387
10º Cônego Dr. Henrique Moreira de Carvalho	387
11º Cônego Manuel Freire Batalha	388
12º Cônego Manuel Pereira Corrêa	388
13º Cônego Dr. José de Souza Pereira e Araujo	388
14º Cônego Dr. Luís Borges de Oliveira	389
15º Cônego Antônio José dos Reis Pereira e Castro	389
16º Cônego Francisco Gomes Villasboas	389
17º Cônego Cura Antônio Rodrigues de Miranda	390
18º Cônego José Caetano Ferreira de Aguiar	392

INDICE DO 2º VOLUME DO BULÁRIO

(DO BISPADO)

VIII. Dom José Caetano da Silva Coutinho, 1º Bispo Capelão-mor	1
— Carta Régia de nomeação de Capelão-mor	8
— Criação da Capela-Real	9
— Pauta dos Missionários	15
— Pastoral regulando os estudos dos ordinandos	26
— Ofício para a conversão da Sé Nova em usos profanos	33
— Ofício sobre o pagamento das cõgruas dos párocos	35
— Carta sobre as Ordens Terceiras da Cidade de Campos ..	43
— Defesa dos direitos episcopais sobre as Ordens Terceiras, apresentada ao Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens	45
— Visita pastoral das freguesias do sul do Bispado em 1811 .	49
— Visita pastoral de 1812	49
— Mapa das freguesias visitadas em 1812	52
— Mapa das freguesias visitadas em 1813	58
— Visita pastoral a Santa Catarina e Rio Grande do Sul em 1815	59
— Visita pastoral desde a Bahia até Niterói em 1819 e 1820	68
— Roteiro resumido da visita de 1819 e 1820	92
— Epitáfio sobre o túmulo	96
— Resposta de Dom José Caetano da Silva Coutinho, Bispo Capelão-mor à portaria da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, de 3 de dezembro de 1825, sendo Ministro Clemente Ferreira França	97

— Apontamentos especiais de Dom José Caetano da Silva Coutinho, por êle escritos em um caderno de uso particular	104
— Pastorais de Dom José Caetano da Silva Coutinho	106
— Monsenhor Narciso da Silva Nepomuceno	109
— Portaria determinando o lugar que o Bispo Capelão-mor deve ocupar nas funções do Paço	116
IX. Dom Manuel do Monte Rodrigues de Araujo, Conde de Irajá, 2.º Bispo Capelão-mor	117
— Carta do Santo Padre Gregório XVI, recusando a dedicação da Teologia Moral de Dom Manuel do Monte	137
— Carta do Santo Padre Pio XI, de 2 de agosto de 1853 a Dom Manuel do Monte, dando-lhe algumas advertências	138
— Lista das cartas pastorais de Dom Manuel do Monte Rodrigues Araujo, Conde de Irajá	143
— Compêndio de Teologia Moral para uso do Seminário de Olinda	152
— Elementos de Direito Eclesiástico Público e particular em relação à disciplina geral da Igreja do Brasil	153
— Testamento de Dom Manuel do Monte Rodrigues de Araujo, feito em 14 de abril de 1860, com o qual faleceu em 11 de junho de 1863	154
X. Dom Pedro Maria de Lacerda, Conde de Santa Fé, 3º e último Bispo Capelão-mor	157
— Carta ao Santo Padre Pio IX	162
— Saudação a Pio IX, em 15 de junho de 1877, chefiando a peregrinação brasileira	172
— Carta <i>Gesta tua nono laudantur</i>	188
— Memorandum apresentado por Monsenhor Joaquim Pinto de Campos para a extinção das Ordens Religiosas	198
— Resposta ao Memorandum apresentado por Monsenhor Joaquim Pinto de Campos	202
— Recurso de Dom Pedro Maria de Lacerda, ao braço secular para a manutenção da cláusula do Convento de Nossa Senhora da Ajuda, dirigido ao Imperador Dom Pedro II	223
— Mandado de reparação da Cláusula do Convento d'Ajuda, violada em 2 de março de 1885	226
— Convite sacro de Dom Pedro Maria de Lacerda, para o Jubileu Sacerdotal do Papa Leão XIII, em 1 de janeiro de 1888	227
— Pregação com insignias de cônego	237
— Carta do Santo Padre Pio IX aos Bispos do Brasil, para reforma do clero	255
— Monsenhor Felix de Freitas e Albuquerque	258
— Lista das Pastorais de Dom Pedro Maria de Lacerda, Conde de Santa Fé	259
— Pastoral Coletiva de 19 de março de 1890	270
— Reclamação do Episcopado Brasileiro ao Congresso Constituinte	271

— Conferência de Dom Pedro Maria de Lacerda e Dom Antônio Macedo Costa com o Imperador Dom Pedro II ..	—
— Decoração de Renan	274
— Carta pastoral de Dom Pedro Maria de Lacerda, saudando seus diocesanos	277
— 1ª Saudação aos Sacerdotes	318
— 2ª Saudação aos Religiosos	330
— 3ª Saudação às Religiosas e Irmãs de Caridade de São Vicente de Paula	335
— 4ª Saudação aos Diretores de Colégios	341
— 5ª Saudação aos Escravos	345
— 6ª Saudação aos Herejes	348
— 7ª Saudação aos Selvagens	356
— Carta de Monsenhor Joaquim Pinto de Campos, sobre <i>Memorandum</i> transcrito à página 199, dirigida ao Sr. Dom Luís Antônio dos Santos, Bispo do Ceará	358
— Outra resposta de Dom Pedro Maria de Lacerda ao <i>Memorandum</i> de Monsenhor Joaquim Pinto de Campos, sobre as Ordens Religiosas	359
XI. Dom José Pereira da Silva Barros, Conde de Santo Agostinho, último Bispo do Rio de Janeiro	397
— Aviso de 11 de dezembro de 1891, declarando abolidas as Leis sobre corporações de mão-morta	404
— Portaria de suspensão de Dom Frei Manuel de Santa Catarina Furtado, Abade de São Bento	404
— Lista das Pastorais de Dom José Pereira da Silva Barros	416
— Carta de despedida do Bispo Dom José Pereira da Silva Barros ao clero e ao povo do antigo Bispado de São Sebastião do Rio de Janeiro	417
— Carta do Exmo. Sr. Deputado Federal Dr. Tomás Del-fino pelo Bispo Dom José Pereira da Silva Barros, em 13 de junho de 1895	457
— Monsenhor João Pires de Amorim	463
— Monsenhor Dr. Pedro Peixoto de Abreu Lima	469
— Discursos Diplomáticos de Dom Pedro Maria de Lacerda ..	471
— Pregação Apostólica de Dom Pedro Maria de Lacerda	472
— Os vencimentos dos empregados da Catedral e Capela Imperial eram ridiculos	473
— Carta do Cardeal Rampolla, de 8 de maio de 1890 a Dom Pedro Maria de Lacerda	475

ÍNDICE DO 3º VOLUME DO BULÁRIO

(DO ARCEBISPADO)

— Arcebispado de São Sebastião do Rio de Janeiro	1
I. Criação do Arcebispado	1
II. Extensão Territorial do Arcebispado	2

III.	Limites e Fronteiras do Arcebispado	4
	— Igreja Catedral e Cabido Metropolitano	4
IV.	Catedral primitiva	5
V.	Capela Real	6
VI.	Capela Imperial	7
VII.	Catedral Metropolitana	7
VIII.	Estado atual do Cabido Metropolitano e Rescrito, de 13 de fevereiro de 1905	8
	1. Bulla Sactissirai D. N. Leonis PP. XIII de nova sacra Hierarchia in Brasilia constituenda	11
	2. Decreto executório geral, de 21 de janeiro de 1893	23
	3. Decreto executório especial, de 22 de janeiro de 1893 ..	27
	4. Decreto consistorial, de 15 de novembro de 1893 — Status Spiritus Sactus in Brasilia erectionis in episcopatum	31
	5. Decreto executório, de 29 de janeiro de 1896, do decreto consistorial supra	37
	6. Decreto consistorial, de 16 de julho de 1897 — Nova finium assignatio inter Archidiocesim S. Sebastiani Fluminis Ianuarii et Dioeceses Nichtheroyesem (dein Petropolitanam vocandam) et Marianensem in Brasilia	41
	7. Decreto executório do precedente, dado em 1 de setembro de 1897	45
	8. Dismembrationis et erectionis novi Episcopatus de Pouso Alegre in Brasiliana Republica	49
	9. Internuntiatura Apostólica in Brasilia — Decretum executoriale	55
	10. Decreto consistoriali 25 aprilis 1902 retificando os limites da Diocese de Pouso Alegre	50
	11. Belemen de Pará et Marianen, in Brasiliana Republica evectionis and titulum et dignitatem Archiepiscopalem ...	61
	12. Decretum executorium erectionis novae provinciae ecclesiasticae in parte meridionali territorii Brasiliensis	65
	13. Prelazia do Rio Branco Amazonum in Brasiliana Republica dismembrationis et erectionis in Abbatiam Nullius	67
	14. Decreto executorio do decreto consistorial supra de 15 de agosto de 1907	73
	15. Officio sobre a execução supra	75
	16. Nº 106 — Lugar das Almas — Prelazia do Rio Branco (Abadia Nullis) sufragânea do Rio de Janeiro	76
	17. Curityben. de Paraná et Florianopolitan. in Brasiliana Republica — Dismembrationis et novi Episcopatus erectionis	77
	18. Curityben. de Paraná et Florianopolitan. in Brasiliana Republica dismembrationis et novi episcopatus erectionis decretum executorium	83
	19. Decreto Consistorial, de 7 de junho de 1908, Sancti Pauli in Brasilia — Novae Provinciae Ecclesiasticae Constitutionis — Erectionis ad Dignitatem Archiepiscopalem ac quinque novarum Episcopaliū Sedium erectionis	89

20.	Decreto Executorial, de 18 de setembro de 1908 — Sancti Pauli in Brasilia — Novae Provinciae Ecclesiasticae Constitutionis — Erectionis ad Dignitatem Archiepiscopalem ac quinque novarum Episcopatum Sedium erectionis ..	104
21.	Decretum quo electus fuit administrator novarum quinque Diocesum	131
22.	Bulla erectionis Archidioceseos Buyabensis et novarum Diocesum Corumbensis et S. Ludovici de Caceres et Constitutionis novae provinciae ecclesiasticae Cuyabensis in Brasilia	121
23.	Decreto executório da Bula de criação da Província Ecclesiástica de Cuiabá, acima transcrita fielmente	128
24.	Decretum quo electus fuit administrator duarum novarum Diocesum	131
25.	Bulla erectionis Archidioceseos Portalegrensis et novarium Diocesum Pelotensis, Uruguayensis et Sanctae Mariae, et constitutionis novae Provinciae Ecclesiasticae Portalegrensis in Brasilia	133
26.	Decreto executório da Bula de criação da Província Ecclesiástica de Porto Alegre, acima transcrita	141
27.	Declaratio seu nominatio Administratoris Apostolici novarum Diocesum Pelotensis, Uruguayensis et Sanctae Mariae	144
28.	Constitutio Apostolica — Nichteroyensis — Erectionis Diocesum Barrensis de Pirahy et Camposinae	146
29.	Decretum Executorial Bullae Erectionis Diocesum Barrensis de Pirahy et Camposinae	150
30.	Petropolitana in Brasiliana Republica — Suppressionis Sedis Episcopalis eiusque translationis in Civitate Nichteroy ..	151
31.	Offício sobre a Arquidiocese de São Paulo	155
—	Breve Apostólico de promoção do Exmo. Sr. Dom João Esberard a 1º Arcebispo do Rio de Janeiro	179
—	Breve Apostólico mandando dar o Pálio extra Consistorium ao Exmo. e Revmo. Sr. Dom João Esberard	180
—	Procuração de Dom João Esberard para tomar posse do Arcebispado	182
—	Breve Apostólico de promoção do Exmo. e Revmo. Sr. Dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti a 2º Arcebispo do Rio de Janeiro	185
—	Procuração de Dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti para a posse do Arcebispado	187
—	Atestado da entrega do Pálio feita em Roma ao procurador de S. Excia. Revma. em 11 de setembro de 1897	189

ARCEBISPOS DO RIO DE JANEIRO

—	1º Dom João Esberard	199
—	Mandamento pela paz, etc.	199
—	Elogio de Dom João Esberard feito pelo Sr. Saldanha Marinho, no Senado	279

— Manifestação popular em homenagem a Dom João Esberard pelo povo de Pernambuco, em 5 de junho de 1893	280
— Dom João Esberard, vigário capitular da Diocese de Olinda	288
— Correspondência oficial entre Dom João Esberard e o Cabido de Olinda	289
— Auto-Apologia	297
— Exmo. Sr. Cardeal Dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti	319

B) ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE SÃO PAULO

Foi o grande Arcebispo de São Paulo Dom Duarte Leopoldo e Silva — historiador ilustre, vice-presidente em exercício do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo — quem, por volta de 1918, verificando o desfalque dos arquivos paroquiais e o mau estado dos documentos e livros a eles pertencentes, resolveu criar um Arquivo Geral do Arcebispado, e determinou o recolhimento nêles dos livros paroquiais antigos.

O próprio Dom Duarte escreveu o Regulamento da nova repartição da Cúria Metropolitana, concebido nos seguintes termos:

«Art. 1º O Arquivo Geral é a repartição onde se acham, devidamente catalogados e conservados, todos os livros, papéis e documentos que não estão em andamento.

§ 1º Anexa a esta repartição e sob a dependência imediata do Arquivista, funciona uma oficina de reparação e encadernação, com tantos operários quantos o exigirem as circunstâncias.

§ 2º É proibido ao arquivista dar entrada no Arquivo a qualquer papel ou documento, sem que esteja devidamente desinfectado e em condições de perfeita conservação.

§ 3º Sem licença superior, é absolutamente proibida a entrada no Arquivo a pessoas estranhas ao serviço, bem como ler ou copiar qualquer documento e dêles extrair notas e apontamentos.

§ 4º Nenhum livro ou documento poderá ser retirado do Arquivo, sem licença expressa do arcebispo, que não a concederá, ordinariamente, por mais de três dias.

§ 5º O arquivista cobrará recibo do livro ou documento legitimamente retirado da repartição, reclamando-o no prazo fixado.

Art. 2º No mês de janeiro de cada ano, serão recolhidos ao Arquivo todos os livros, papéis ou documentos existentes na Chancelaria que, por qualquer motivo, deixaram de ter andamento.

Art. 3º Pertence ao arquivista:

§ 1º Catalogar, metódicamente, segundo os processos mais oportunos e as instruções do arcebispo, todos os livros, papéis e documentos recolhidos ao Arquivo.

§ 2º Ordenar e presidir a reparação e encadernação de todos os documentos, tomando precauções para desinfecção e conservação dos mesmos.

§ 3º Coligir e registrar, metódicamente, segundo as instruções do arcebispo, notas e apontamentos para o histórico da Arquidiocese.

§ 4º Extrair cópias e certidões, mediante requerimento das partes e despacho superior, autenticando-as com a sua firma.

§ 5º Admitir ou despedir os operários das oficinas, cujos salários serão fixados de acôrdo com o arcebispo.

§ 6º Organizar a fôlha dos operários e do expediente da Repartição, requisitando o pagamento da Procuradoria da Mitra, depois do visto do arcebispo.

§ 7º Designar o operário encarregado do asseio e limpeza do Arquivo e das oficinas.

Art. 4º Além do Arquivo particular do arcebispo, haverá um Arquivo secreto, para a guarda e conservação dos documentos mais importantes.

§ 1º O Arquivo secreto terá duas chaves, uma das quais se conserva em mãos do arcebispo e outra em poder do chanceler.

§ 2º Nos casos de morte ou impedimento do arcebispo, o procurador da Mitra recolherá, imediatamente a chave que se achava em seu poder, conformando-se escrupulosamente com as disposições do Código, can. 381 e 382.

§ 3º Às mesmas disposições está obrigado o chanceler, quanto à chave que lhe foi confiada.

§ 4º Tanto ao chanceler, como ao procurador da Mitra, é absolutamente proibido ler ou retirar qualquer documento do Arquivo secreto, pois a sua missão limita-se, exclusivamente, à guarda das chaves.»

* * *

O primeiro arquivista da Cúria Metropolitana foi o Comendador Francisco de Sales Collet e Silva, verdadeira vocação para tão árdua missão.

Collet e Silva trabalhou conscienciosamente durante largos anos, organizando primorosamente o notável Arquivo da Cúria

de São Paulo. Salvou Collet e Silva da destruição fatal numerosos livros e documentos, já atingidos pelos insetos bibliófagos e outros males, e que tão úteis serviços vêm prestando aos estudiosos da Genealogia e da História da Igreja. Quando Collet e Silva faleceu, em 1934, estava em pleno funcionamento o Arquivo Geral da Arquidiocese. Sucedeu-lhe o historiador Francisco Nardy Filho. (Carlos da Silveira — *A contribuição do Instituto Genealógico Brasileiro para os estudos históricos em Revista Genealógica*, São Paulo, nº 2, 1950, pág. 67).

Em 1936, Dom Duarte nomeou arquivista da Cúria Metropolitana o Padre Paulo Aurisol Cavalheiro Freire, que foi um excelente continuador de Collet e Silva, ampliando muito o Arquivo e o Museu.

O Padre Paulo A. C. Freire escreveu para a *Revista do Instituto de Estudos Genealógicos* (São Paulo, ano II, ns. 3 e 4, págs. 148 e 162) uma *Relação dos livros de batizados, casamentos e óbitos existentes no Arquivo Geral da Cúria Metropolitana*. Uma separata dêste trabalho foi tirada pela *Revista dos Tribunais*, São Paulo, 1939.

Quando o padre, hoje Monsenhor Paulo Aurisol Cavalheiro Freire foi nomeado capelão da Força Pública do Estado de São Paulo, substituiu-o, sem entusiasmo, o Padre João Kullay, atual arquivista da Cúria Metropolitana.

C) OUTROS ARQUIVOS DIOCESANOS, PARÓQUIAS, MONASTICOS
E PRIVADOS

Por determinação expressa do Código de Direito Canônico tôdas as Dioceses e Paróquias devem possuir dois arquivos: o geral e o secreto.

No Brasil, infelizmente quase todos os arquivos eclesiásticos antigos estão muito desfalcados, e os modernos nem sempre estão em dia.

O Arquivo da Cúria da Bahia, que deveria ser preciosíssimo, pois foi Salvador o primeiro Bispado brasileiro, segundo informações do historiador Bulcão Sobrinho, está com mais de centena de volumes completamente inutilizados.

A *Revista Genealógica Brasileira*, do incansável Coronel Salvador de Moya, publicou no seu ano I, 1º semestre de 1940 (págs. 151 a 153), um quadro indicando os livros de batismo, casamentos e óbitos existentes no Arcebisado da Bahia.

Bem importante é o Arquivo da Câmara Eclesiástica do Arcebisado de Mariana (Minas Gerais), onde o conceituado

historiador Monsenhor Raymundo Trindade tem pesquisado para escrever os seus excelentes trabalhos.

Vários Mosteiros do Rio de Janeiro, Bahia, Recife, São Paulo e outras cidades brasileiras, possuem Arquivos de valor.

A *Revista Genealógica Brasileira*, está divulgando *relações dos livros de batismo, casamentos e óbitos das dioceses brasileiras*. Entre elas já foram publicadas: *Lages*, por Frei Bernardino Bertolotti, pág. 169; o Padre Carlos Borromeu Ebner organizou as de *Belém do Pará*, vol. IV, pág. 21, as das *Prelazias do Rio Xingu*, *Soure*, vol. III, pág. 11 e de *Guamá e Santarém*, vol. IV, pág. 24; *Cura d'Almas e Saneamento*, vol. VIII, pág. 200; o Bispo Dom José Carlos de Aguirre cuidou da Diocese de *Sorocaba*, vol. I, pág. 153; Monsenhor José Maria Lemercier fez a de *São Luís do Maranhão*, vol. II, pág. 285; o Bispo Dom José Tupinambá de Frota a diocese de *Sobral*, vol. VI, pág. 42; o Padre Paulo Aurisol Cavalheiro Freire tratou de *São Paulo*, vol. II, pág. 148; Monsenhor Rui Serra, de *São Carlos*, vol. V, pág. 363; da diocese de *Pouso Alegre*, vol. VI, pág. 459; do Arcebispado da *Bahia*, vol. I, pág. 151; T. de Souza Campos Junior organizou *Campinas*, ano I, pág. 147. Algumas outras relações foram publicadas e muitas ainda inéditas já se acham na redação da *Revista Genealógica Brasileira*.

As pesquisas para o estudo da história da Igreja Católica no Brasil podem ser feitas em inúmeros arquivos privados existentes em mãos de historiadores de assuntos eclesiásticos. Entre eles poderemos citar: Dr. Afonso d'E. Taunay, Cônego Manuel Barata, Monsenhor Raymundo Trindade, Monsenhor Paulo Florencio da Silveira Camargo, Cônego Luiz Castanho de Almeida, Arcebispo Dom Francisco de Paula e Silva, Embaixador Hildebrando Accioly, Embaixador Heitor Lyra, Dr. Pedro Calmon, Dr. Gustavo Barroso, Padre Guilherme Schultz e tantos outros.

Apesar do real interesse de muitos dos senhores arcebispos e bispos brasileiros os arquivos eclesiásticos são muito deficientes. (I Sinodo da Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro — 1949, art. 159, § 1º e seguintes, págs. 96 e seguintes. Dom Jaime Câmara — *Compêndio de Teologia Pastoral*, pág. 292).

IV — Bibliotecas Públicas

A) BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO

O terremoto de Lisboa ocorreu a 1 de novembro de 1755. Bastante prejudicada ficou a Real Biblioteca da Ajuda com o incêndio que, em seguida, se alastrou pela cidade. D. José I

mandou reunir o que sobrou da catástrofe no intuito de reorganizar a biblioteca.

Mas em 1808, D. João VI, então príncipe regente, viu-se na contingência de, com a rainha D. Maria I e toda a corte, abandonar Portugal, por se dispor Napoleão a conquistar-lhe o reino.

Trouxe D. João VI para o Brasil boa parte da Biblioteca da Ajuda, adicionada com a rica livraria cuidadosamente armazenada pelo abade de Santo Adrião de Sever, Diogo Barbosa Machado, que a oferecera a D. José I.

Aqui, foi a livraria alojada nas salas do Hospital da Ordem Terceira do Carmo, na Rua Direita, hoje Primeiro de Março, no ano de 1810, que os historiadores apontam como o da sua fundação.

Em 1811, vêmo-la franqueada ao público, de acôrdo com a ordem expedida pelo Marquês de Aguiar em nome do príncipe regente.

Quando D. João VI voltou a Portugal, deixou na Biblioteca muitas das coleções que de lá trouxera e entre elas a biblioteca de Barbosa Machado. A grande instituição por êle criada já se achava em pleno desenvolvimento, e muito iria aumentar não só com a aquisição de novas obras, mas também com as doações particulares.

Teve a Biblioteca Nacional em D. Pedro II um grande amigo e animador. Na República, também encontrou todo o apoio do governo, sendo digno de nota o que fez por ela o Presidente Rodrigues Alves.

A sua sede atual criou as possibilidades para se tornar o monumento que ela realmente é, embora já deficiente para abrigar os seus dois milhões de volumes.

Hoje em dia podemos considerá-la a maior do continente sulamericano.

Não só é notável pelas edições raras que possui, senão ainda pela variedade e atualidade de suas obras em todos os ramos da atividade intelectual.

Possui também inúmeras coleções de manuscritos de enorme significação para o estudo do desenvolvimento histórico, religioso e literário do país.

A direção da Biblioteca Nacional esteve por muitos anos ligada à cultura dos eclesiásticos. Assim desde a sua fundação pelo Príncipe Regente Dom João até a nomeação de Ramiz Galvão.

Os primeiros diretores foram Frei Gregório José Viegas (bispo eleito de Pernambuco, em abril de 1820) e Frei Joaquim Damaso, da Congregação do Oratório, e que acompanhou D. João VI na volta para Portugal.

D. Pedro I nomeou diretor em outubro de 1822 ao ilustre Frei Antônio de Arrabida, depois Bispo de Anemuria, que teve por ajudante o Padre Felisberto Antônio Pereira Delgado.

Em 1833 foi nomeado diretor o Padre Francisco Vieira Goulart, substituído interinamente pelo Cônego Antônio Fernandes da Silva. Em 1839 foi a livraria entregue ao zêlo do ilustre Cônego Januário da Cunha Barbosa. Em 1853 depois de uma rápida passagem do Dr. José de Assis Muniz Barreto foi feito diretor da Biblioteca o monge beneditino frei Camillo Monserrate, que se manteve no posto até morrer aos 19 de novembro de 1870.

Foi então a Biblioteca Nacional entregue ao Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Barão de Ramiz, talvez o seu mais ilustre diretor.

Como vemos, por mais de sessenta anos, e desde a fundação, a Biblioteca Nacional teve por diretores sacerdotes ilustres. (Dr. Moreira de Azevedo — *O Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1877, vol. II, págs. 119 e seguintes).

Ultimamente a Biblioteca tem tido diretores ilustres e de grande eficiência. O historiador Rodolfo Garcia marcou brilhantemente a sua passagem pela casa de D. João VI. Josué Montello e Eugênio Gomes funcionários e diretores têm favorecido à Biblioteca com o valor de suas inteligências e operosidade.

Além dos *Anais da Biblioteca Nacional*, que já estão em seu vol. 72, a importante instituição publica os *Documentos Históricos*, coleção já com 98 volumes publicados, valiosíssima para as pesquisas dos historiadores da Igreja no Brasil.

A Divisão de Obras Raras e Publicações da Biblioteca Nacional, de que é diretor o Professor José Honório Rodrigues, publicou em 1951 um *Índice dos Anais da Biblioteca Nacional* — 1 a 70.

Graças à boa vontade do Dr. José Honório Rodrigues, diretor da Seção de Obras Raras e do Sr. Octaviano Calazans Rodrigues, diretor da Seção de Manuscritos, vamos em seguida, publicar uma lista inédita dos manuscritos sôbre a Igreja no Brasil, existentes nas coleções da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

BIBLIOTECA NACIONAL

(SEÇÃO DE MANUSCRITOS)

MANUSCRITOS SÔBRE A IGREJA NO BRASIL

- «Arbitrio do Irmão Diogo da Conceição sobre os augmentos espirituais dos vassallos de S.M. nos Estados do Brasil. 1737. 6 f.
Nº 8.680 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.
- «A Igreja do Brasil ou informação para servir de baze à divizão dos Bispados projectada no anno de 1819, com a Statistica da populaçam do Brazil e por Anº Rodrigues Veloso de Oliveira.
Nº 8.689 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.
- «Estatutos da Cathedral da Cidade de Santa Maria de Belem do Gram Para» (por fr. Bartholomeu do Pilar) (1724?) 66 f.
- «Charta pastoral de d. fr. Miguel Bulhões, bispo do Grão Pará, dada em favor da liberdade dos Indios...» S. d. 37 p.
Nº 8.805 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.
- «Informação dada em 1797 pelo padre Joaquim José de Faria sobre o número e estado das ordens monasticas do Pará. 3 f.
Nº 8.818 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.
- (Pastoral de d. Manuel de Almeida, bispo do Grão Pará, de 11 de Maio de 1816).
Nº 8.819 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.
- «Lista das Igrejas que pertencem à Capitania do Rio Negro correndo debaixo para a parte superior com os nomes (Por Lazaro Antº Corteiro de Azevedo)». 1820.
Nº 8.820 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.
- «Memoria historica da fundação da Cathedral de N. S. da Graça do Bispado do Gram Pará». Rio de Janeiro, 1815. 27 p.
Código — I-28, 28, 26.
- «Mapa do estado completo, e actual dos Ministros da S. Sé do Pará anno de 1825».
Nº 8.821 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.
- «Informação a Sua Magestade de todo o estado eccleziastico que comprehende a Capitania, ou Estado do Maranhão». S.d.
Nº 8.857 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.
- «Allegação de direito que faz o Dor. Antonio Alves da Sª carregador da Comca. de Vianna, servindo de Provedor da Mma. Comarca na controversia que houve entre elles, e os visitadores Ecclesiasticos...» Julho de 1752.
Nº 8.884 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.
- «Mapa das Igrejas do bispado de Pernambuco, suas congruas e rëndimentos. 1810».
Nº 8.897 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.
- «Propostas do Cabido de Olinda para o provimento em egrejas vagas, 1829».
Nº 8.898 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.
- «Apontamentos biographicos do bispo de Pernambuco d. Manuel de Medeiros, por seu irmão o dr. Antonio Manuel de Medeiros». 1878.
Nº 8.903 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.

- «Memorial historico sobre o funesto acontecimento do incendio com que se abraçou a Igreja de N. S. do Rosario dos Ômens Pretos que servia de Matriz na Povoação e Freguesia de N. S. do O' de Sam Miguel das Alagoas... 1801». 31 f.
N.º 8.930 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.
- «Autos da medissão, demarcação e Tombo das Terras de Santo Antonio alem do Carmo (da Bahia) pertencentes ao Patrimonio da Capella que instituiu Christovão de Aguiar Daltro... 1743 — 45». 133 f.
N.º 8.982 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.
- «Breve Relação do como teve principio, prosseguimentos os Santos Passos do Monte Santo, e seus Milagres, e Prodigios erigidos pelo R.º Sr Padre M.º Fr. Apollonio de Jodi Missionario Apost.º Italiano Barbadinho nos Certoens altos (de Picoaracá) deste Arcebispedo da Bahia. Auctor O Rmo Sor pe Vig. r.º Antonio Pires de Carvalho... 1786.
N.º 8.983 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.
- «O Recolhimento de S. Raymundo na Bahia, pelo p. F. Bernardino de Souza... (1861)».
N.º 8.984 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.
- «Documentos relativos à creação e a outros objetos do bispado do Rio de Janeiro, 1676 — 1759».
N.º 8.985, do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.
- «Estatutos da Santa Sé do Rio de Janeiro ordenados pello Illustrissimo Senhor D. Frey Antonio de Guadalupe... 1736».
N.º 8.993 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.
- «Charta pastoral de d. frei Antonio do Desterro, bispo do Rio de Janeiro... 1767».
N.º 8.994 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.
- «Cópia authentica do Alvará de 9 de Abril de 1781 da Rainha D. Maria I... ao bispo do Rio de Janeiro, D. José Joaquim Mascarenhas, dando-lhe faculdades...».
N.º 8.997 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.
- «Charta pastoral do bispo do Rio de Janeiro d. José Caetano da Silva Boutinho, concedendo os fieis a se-aproveitarem da missão que auctorizara pela quaresma concedendo-lhes indulgencias e dispensando-os de alguns preceitos quaresmães. 1812».
N.º 9.002 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.
- «Regimt.º Ecclesiastico do Bispado de Marianna (Dado pelo primeiro bispo d. frei Manuel da Cruz a 27 de Nov. de 1749)».
N.º 9.083 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.
- «Regimento novo da Camara Ecclesiastica do Bispado de Mariana. 1751».
N.º 9.084 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.
- «Memorial dirigido pelo conego da egreja Cathedral de Marianna o licenciado em Canones João Ferreira Soares... (ao conde de Aguiar)... 1809».
N.º 9.086 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.
- «Noticia do principio e fundação deste Recolhimento de N. S. da Conceição do Monte Alegre citio de Mocambas, Comarca de Sabará... 1789».
N.º 9.103 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.
- «Cartas dos padres da Companhia de Jesus sobre o Brazil, desde o anno de 1549 até ao de 1568. É o proprio livro de registro».
N.º 9.112 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.

«Breve de Innocencio X, que no permite à los Superiores de la Compañia de Jesus en las Indias, de egerer su largo por mas de tres años... 1848».

Nº 9.125 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.

«Bulla de Paulo III, en q se comete la execucion de la libertad de los Indios al Cardenal Tanera. 1537».

Nº 9.132 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.

«Bulla de Paulo III declaratoria de la libertad de los Indios». 1537.

Nº 9.133 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.

«Cartas do padre Manuel da Nobrega, provincial da Provincia da Comp. de Jesus». Cópias. 32 f.

Nº 9.138 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.

«Da Provincia do Brazil, do numero de casas e pessoas da Companhia que nellas ha». Cópia. 48 p.

Nº 9.145 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.

«Annua do provincial dos Jesuitas (Anchieta)» (1584?).

Nº 9.155 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.

«Cópia de uma carta do padre Pero Rodrigues, Provincial da Provincia do Brasil da Companhia de Jesus, para o padre João Alvares da mesma Companhia, assistente do Padre Geral».

Nº 9.157 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.

«Annua ou Annaes da Provincia do Brazil dos dous Annos de 1624 e de 1625. E sucessos respectivos às Cazas que por esse tempo conservavão naquelle Estado os extinctos Jesuitas... 1626».

Nº 9.158 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.

«Proposta sobre o Breve do SSmo Padre Urbano 8º passado em Roma aos 20 de Abril de 1639 a favor da liberdade dos Indios». 9 f.

Nº 9.160 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.

«Collecção de todas as Cartas do P. Antonio Vieira da extincta Companhia de Jesus ordenadas cronologicamente».

Nº 9.161 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.

«Cartas do Pe Antonio Vieira, escriptas a El-Rei sobre as missões do Maranhão e Pará».

(Cópias de hum Ms q se acha na Bibl. Pública do Rio de Janeiro).

Nº 9.162 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.

«Breve do Summo Pontifice Clemente X a favor do Veneravel Padre Antonio Vieira da Companhia de Jesus; izentando-o de todas as Inquições de Portugal... 1675».

Nº 9.164 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.

«Memorial que o Padre Antonio Vieira deu a El-Rei Dom Pedro segundo no tempo do Principe Regente dos Reinos de Portugal, em que se reffere os seus servissos que offerece por parte de seo Irmão (Bernardo Vieira Ravasco)».

Nº 9.165 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.

«Livro (Este) hade servir do Lº de receita geral dos bens sequestrados aos religiosos da Compª de Jesus pertencente ao governo deste Estado da Bª com o Thesoureiro Manuel de Szª Baptista em o 1º de Janrº de 1760».

Nº 9.169 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.

«Plano sobre a civilização dos Indios do Brazil e principalmente para a Capitania da Bahia, com uma breve noticia da missão que entre os

mesmos Indios foi feita pelos Jesuitas. Por Domingos Alves Braco Moniz Barreto, 1788».

Nº 9.170 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.

«Requerimento dos officiaes da Camara do Pará ao Capm Ignacio do Rego Barretto. 1653. Versa acêrca de objetos relativos aos padres da Companhia de Jesus e aos Indios».

Nº 9.172 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.

«Treslado authentic do Requerimento do Povo do Pará ao Gov^r Ignacio do Rego Barreto, contra os Padres (da Comp. de Jesus) com 1654.

Nº 9.173 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.

«Carta do Padre Antonio Pereira ao rev. padre procurador geral Francisco de Mattos. 12 abr. de 1681».

Nº 9.177 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.

«Charta do padre Bartholomeu Rodrigues ao Provincial Jacintho de Carvalho, datada de Goiacurupa dos Tupinambaranos a 2 de Maio de 1714».

Nº 9.178 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.

«Carta do Padre Provincial Jozeph Vidigal a El Rei, queixando-se do governador Jozeph da Serra. 1734.

Nº 9.190 do Cat. da Exp. da Hist. do Brasil.

«Quêstoens Apologeticas enuciadas, e dirigidas a mostrar, que em nada pecca o Parocho, quem a lingua vulgar dos Indios os instrue espiritalmente, não sabendo elles, nem entendendo a Portugueza... (fins do se. XVIII)».

Nº 9.195 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.

«Cap. solto pertencente a uma Chronica da Companhia no Maranhão. Cap. 13. Noticia dos principios da missão do Maranhão. 1643».

Nº 9.204 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.

«Chronica da Companhia de Jesus da Missão do Maranhão pelo Padre Domingos de Araújo». 1720.

Nº 9.209 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.

«Historia da Companhia de Jesus da Provincia do Maranhão e Pará que as reaes cinzas da Fidelissima Rainha Senhora nossa D. Marianna d'Austria offerece seu autor o Padre José de Moraes, filho da mesma Provincia, anno 1759.

Nº 9.211 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.

«Supozições certas, e como fundamentos do modo com que se possam fazer as Missoens no Estado do Maranhão. S. d.

Nº 9.213 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.

«Da missão do Padre Antonio Vieira ao Maranhão e do que nella passou. (Fragmento de chronica jesuitica)».

Nº 9.226 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.

«Illustre morte que padeceu o veneravel padre João de Villar da nossa Companhia, depois da sua religiosa e santa vida no Estado do Maranhão (Extrahido de um manuscrito). S. d. (posterior a 1719).»

Nº 9.234 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.

«Memorial dos povos do Maranhão contra os Jesuitas...».

Nº 9.248 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.

«Representação que fez a Companhia de Jesus do Estado do Maranhão a El-Rei pelas vexações, e desordens que padecem no mesmo Estado. (séc. XVIII)».

Nº 9.255 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.

«Copia da informação e parecer do desembargador Francisco Duarte dos Santos, que Sua Magestade mandou ao Maranhão em 1734 para se informar do governo temporal dos Indios e queixas contra os missionarios. 1735».

Nº 9.260 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.

«Carta do padre Manuel da Silva ao p. provincial Caetano Ferreira escripta de Pastos Bons a 16 de Julho de 1745».

Nº 9.264 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.

«Breve narração do que tem sucedido na missão das Gamalas... de 1751 até 1753...».

Nº 9.265 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.

«Petição dirigida ao vice rei do estado d. Fernando José de Portugal, depois Marquez de Aguiar, por frei Thomaz de Castello, missionario capuchinho, com o fim de aldeiar indios Coroados... 1801».

«Tantto de la Cartta de Jorge Suarez Mazedo Gov^r Señalado por el principe de Portugal p^a la Poblacion de las ystas de Sn. Gabriel escripta a los Padres misioneros q fueron pr^a comfesar los yndios emviados pr el s^o G^or de Bu^a ays... 1680».

Nº 9.282 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.

«Relacion de todo lo sucedido en estas Doctrinas en orden a las mudanzas de los 7 Pueblos del Uruguay desde S. Borja hasta S. Miguel inclusive, que por el tratado Real, y linea divisoria de los limites entre las dos Coronas, o se avian de entregar a los Portugueses o se avian de mudar a otras parajes. (Por el P. Bernardo Nus do Gfer).»

Nº 9.284 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.

«Declaracion de la verdad contra un Livêlo infamatorio, impreso en Portugueses contra los P. P. Jesuitas Misioneros del Paraguay, e Maranhão (Por Joseph Cardial). S. Borja. 1758».

Nº 9.286 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.

«Refutação da Memoria» onde aprenderão, e quem forão os artistas que fizeram levantar os templos dos Jesuitas em Missões & inserta na Rev. do I. H. G. B. t. 4º abril 842».

Nº 9.288 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.

«Para o Illmº e Revmº Sr. D. Francisco d'Almeida Mascarenhas Principal da Santa Igreja Patriarchal de Lisboa. Carta do p. Joseph Vidigal datada do Collegio do Pará a 7 de outubro de 1739. Versa sobre varios escriptores da Comp. no E. do Maranhão...»

Nº 9.290 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.

«Documentos sobre a expulsão dos Jesuitas no Rio de Janeiro e outros lugares...»

Nº 9.307 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.

«Aviso do visconde de Anadia datado a 28 de Maio de 1804 e dirigido a d. Fernando José de Portugal mandando averiguar si no convento do Rio de Janeiro que foi dos Jesuitas se acham escondidos os cofres de que trata a denuncia inclusa do padre André Gonçalves de Azevedo.»

Nº 9.309 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.

«Fundações das Igrejas e Conventos dos Regulares Padres da Comp^a de Jesus Extinta (sec. XIX)».

Nº 9.310 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.

«Chronica do Mosteiro de Nossa Senhora do Montserat da Parahyba, organizada por Joaquim José da Silva Castro, em face dos documentos

- que lhe forão franqueados pelo D. Abbade... Fr. José da Exaltação Marques. 1857».
- Nº 9.347 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.
- «Dietario das vidas e mortes dos Monges que fallecerão neste Mosteiro de S. Sebastião da Bahia da ordem do Principe dos Patriarchas S. Benro (1591-1815)».
- Nº 9.348 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.
- «Traslado da doação da Igreja de Nossa Senhora da Graça feita a este Convento (de S. Bento) por Catharina Alvares Paraguassú e das terras circumvizinhas, e o mais que dela constará a qual doação foi feita na era de 1586...».
- Nº 9.349 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.
- «Diligencia feita no Mosteiro de S. Bento da cidade da Bahia. 1764».
- Nº 9.350 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.
- «Collecção dos titulos de todos os bens, que possui este Mosteiro de S. Bento da Cidade da Bahia. 1766».
- Nº 9.351 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.
- «Representação que faz o p. fr. Francisco de Sancto Antonio procurador geral da prov. de Sancto Antonio do Brazil sobre a total decadencia e consternação da sua ordem pela grande falta que ha de religiosos... (fins do sec. XVIII)».
- Nº 9. 367 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.
- «Numero, estado e occupaçoens presentes dos Religiosos Sacerdotes em toda a Provincia da Imaculada Conceição do Brazil, q consta de treze conventos (Por Fr. Antonio de S. Ursula Rodovalho) 1810».
- Nº 9.369 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.
- «Dietario das vidas e mortes dos monges que falleceram ou secularizaram no Convento de Sancto Antonio do Rio de Janeiro. Chega até 1850 e tantos».
- Nº 9.371 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.
- «Escrituras de doações de terras, privilegios, cartas, portarias e outros documentos relativos aos religiosos do Convento de Santo Antonio do Rio de Janeiro. 1850-1829».
- Nº 9.372 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.
- «Epitome do que em Breve Suma contem a Stª Provincia de N. Sñar. da Conceição da Cide, do Rio de Janeiro do Estado do Brazil... pelo Fr. Apolinario da Conceição... 1730».
- Nº 9.373 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.
- «Memoria sobre o estabelecimº da Religião dos Carmelitas Calçados no Brasil, e fundação do Convento do Rio de Janeiro...».
- Nº 9.376 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.
- «Carmo do Pará 10 de Frº de 1784. Rellação de todos os Rellg's desta Ordem que actualmente existem em todo o Estado do Gram Pará; e Rio Negro».
- Nº 9.377 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.
- «Copia da Patente que se deo a dous Religiosos (Carmelitas) pº fundadores do Hospicio das Alagoas no anno de 1732. Copia da escriptura da doação que fez o Coronel Fracº de Barros Pimentel da Capella de N. Sra. do Ó, &c». (Séc. XVIII).
- Nº 9.379 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.
- «1ª Memoria Historica do estabelecimento dos Religiosos do Carmo na parte do Brazil, que pertence à Provincia do Rio de Janeiro, seu estado

actual de Disciplina, e Economia, até ao anno de 1815. Por hum Anonimo da mesma Ordem, e Provincia, que posteriormente Egressou della... (Letra de Mor. Pizarro).

Nº 9.380 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.

«Traslado de Chartas de sismarias, escripturas de vendas, de doação, de destructo, entrega e obrigação, autor de posse, & de terras da capitania do Rio de Janeiro, principalmente concernentes aos religiosos do Convento do Carmo. 1566-1748».

Nº 9.381 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.

«Cartas de sismarias pertencentes ao Convento de Nossa Senhora do Monte do Carmo do Rio de Janeiro».

Nº 9.382 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.

«Requerimento do fr. José da Conceição Vigario geral da real congregação dos Agostinhos reformados, dirigido ao principe regente, d. João, pedindo seja servido conceder-lhe licença para que no Hospicio da sua congregação da cid. da Bahia se possa acceitar ao menos seis noviços p^o sacerdotes...»

Nº 9.385 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.

«Termo que assinou na prez^a do Governo (da Bahia) o pe. Frey Jozé do Monte-Celi p^o se transportar a Pernambuco, o dele hir p^o Lix^o e dela p^o se passar ao Est^o do Papa. 9 de out. de 1762».

Nº 9.386 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.

:Notticia da fundação deste Convt^o de N. Snra. das Mercês desta Cide. de St^a Maria de Bellem do Grão Pará ahonde se inclue o descobrimento do Rio das Amazonas, e outras nott^{as} mais das fundações das Aldêas do Rio Negro pelos primeiros Religiosos da Congregação... Anno de 1784». (Viagem do dr. Alex. Rodrigues Ferreira).

Nº 9.389 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.

«Informação Geral da natureza, importancia, utilidade e applicação de que he susceptivel cada huma das Fazendas, ou Propriedades comprehendidas no sequestro geral dos bens pertencentes aos extinctos Religiosos Mercenarios. Pará, 1795.»

Nº 9.390 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.

«Terras que obtiveram os padres Mercenarios do Pará na ilha de Joannes de Marajó, denominadas *fazendas nacionaes* (Pelo dr. Francisco da Ilha Castro)».

Nº 9.391 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.

«Estatutos da Congregação (do Oratorio) de S. Philippe Neri de Pernambuco».

Nº 9.392 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.

«Congregação do Oratorio em Pernambuco (Memoria e estado actual, pelo p. João Dias, Manoel Jozé, Roque Antunes e Maximiano Soares). Pernambuco, 1828».

«Missões Alemães do Brazil. Extracto de uma carta do pe Kluber, da Companhia de Jesús, Missionário no Brazil, e um outro pe da mesma Companhia. 1858».

Nº 19.779 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.

Registro de provimentos seculares e ecclesiasticos da Bahia. 1549-1682.
I-19, 16, 1.

Documentos relativos à Companhia de Jesús. 5 v.
I-15, 2, 44-48.

- Aba Reta; ou traduction en Guarany de la Conquista espiritual par le P. Montoya, imprimé a Madrid en 1639, pour servir aux religieux de la Comp. de Jesús dans les provinces du Paraguay, Paraná, Uruguay et Tapes. 1881. L'abbé J. P. Gay.
História de la Fundacion del Colegio de Parnambuco, hecha en el ano de 1756.
1-12, 2, 17.
- Armorial da Igreja Marahense, por d. Francisco B.M.
I, 12, 1, 10.
- Carta do Arceb. da Bahia D. Romualdo à Joaquim Pinto de Campos. 1853-60.
1-8, 3, 31.
- Resposta do bispo do Rio de Janeiro 1824.
I-8, 1-12.
- História dos Colégios do Brasil.
I-7, 3, 36.
- Pastores e Visitas da Freguezia da Santissima Trindade. 1727-1812.
I-7, 3, 32.
- Estatutos da Sé do Pará que se observão nesta do Maranhão.
I-7, 3, 23.
- Livro de Baptismo. São Francisco de Borja. 1790-1793.
Compromisso da Irmandade de N. S. do Pilar. Rio de Janeiro, 1740.
Recortes de jornais e notas referentes à Questão Religiosa. 1864.
I-7, 1, 11-13.
- Regulamento e leis sôbre as Missões no Maranhão e Pará.
N.º 10.564 do Cat. da Exp. de Hist. do Brasil.
I-6, 2, 34.
- «Jesuitas no Brasil Relacion de lo sucedido en la persecuz, que contra la Comp. de Jesus, se levantó en el Brasil, Dominio de Portugal (S. d.). N.º 1.312 do Cat. J. C. Rodrigues.
I-5, 2, 43.
- Cardiel Relacion veridica de las misiones de la Comp. de Jesus en la Prov. que fue del Paraguay. 1772.
N.º 543 do Cat. J. C. Rodrigues.
I-5, 1, 52.
- Livro do tombo das Escrituras das cousas que pertencem ao Colegio de S. Sebastião da Comp. de Jesus do Rio de Janeiro. Códice.
I-2, 2, 27.
- Studart, Guilherme, *barão de*.
Os Jesuitas e seus Crimes. Fortaleza. Set. 1922. Autógrafo. Defesa apologetica.
I-35, 28, 1.
- Copia do requerimento dirigido ao general Manoel Deodoro da Fonseca sobre o aquartelamento do 7.º batalhão de infantaria do Exército, no Convº de Stº Antonio (Por Fr. João do Amor Divino Costa).
(Completar pelo Cat. velho).
I-33, 5, 29.

Cópia do requerimento dirigido ao Cons^o Francisco Manoel das Chagas
sôbre o Convento de St^o Antonio (Por Fr. João do Amor Divino Costa).
I-33, 5, 29.

Amazonas. Igreja. Mapa das Igrejas pertencentes ao Distrito do Baixo
Amazonas.
I-31, 30, 33.

Amazonas. Igreja. Mapa das Igrejas pertencentes à Província do Rio
Negro no ano de 1825.
I-31, 30, 34.

Ofício de Manuel de Almeida Carvalho bispo do Pará, remetendo um mapa
dos empregos eclesiásticos.
I-31, 27, 16.

Alagoas. Carmelitas. Cópia da Patente que se deo a dois religiosos p^a
fundadores do Hospício de Alagoas.
I-31, 20, 13.

Regimento & leis sobre as Missões do Est. do Maranhão & Pará... 1764.
(Cópia antiga da obra impr. em Lisboa, Ant^o Manescal).
I-5, 2, 42.

LISTA DOS DOCUMENTOS SOBRE A IGREJA NA BAHIA EXISTEN- TES NA SECÇÃO DE MANUSCRITOS DA B. N.

Cópia do Livro 1.^o do Registro de Provimentos seculares e ecclesiasticos da
Cid. da Bahia... 1534-1571. (Docs. Hist. vols. 35-36).
I-19, 16, 1.

Cópia do Livro do Tombo das terras pertencentes à Igreja de Santo Antão
da Comp. de Jesús. Bahia. 1562-1704. (Docs. hist. vol. 63).
I-19, 18, 1.

Livro do Tombo 2.^o da Comp. de Jesus. Bahia. 1727 (docs. Hist.
vols. 63 e 64).
I-19, 18, 2.

Informações prestadas pelo governador da Bahia sôbre o Seminário daquela
cidade. 1569.
I-33, 18, 5 n.^o 2.

Breve notícia histórica das Missões dos Jesuítas no Brasil. Bahia. 1574.
I-8, 3, 3.

Excerto de uma carta de Manuel Gomes da Comp. de Jesús; p^a um padre
da mesma Comp. em Lisboa. 1597.
II-34, 9, 2.

Livro das denunciações que se fizeram na visitação do Santo ofício na
cidade do Salvador da Bahia de todos os Santos. Bahia. 1618.
I-12, 3, 1.

Conta da Capela que instituiu o bispo D. Pedro Leitão e da qual foi admi-
nistrador o Alferes Domingos Gonçalves Ramos. 1668-92.
II-34, 3, 17.

Ordem regia a Alexandre de Souza Freire, Gov. geral da Bahia p^o dar posse ao p. José Ferreira da Costa... mesmo que a isso se opusesse o Cabido da Sé. Lisboa. 1670.

II-33, 25, 58.

Notas sobre a elevação da Catedral a Metrópole e assuntos correlatos, Bahia. 1676.

II-33, 18, 30.

Carta do Conde de Attouguia a S. M. sobre a renda do bispo da Bahia e obras da Sé. Bahia. 1684.

II-33, 34, 13 n.º 1.

Ordem dada ao Padre Provincial da Comp. de Jesús para serem recolhidos os índios que se acharam fora de suas Aldeias. Bahia. 1685.

II-33, 28, 11.

Ordem dada pelo Marquês das Minas para os religiosos Franciscanos que desrespeitavam os Prelados se aquietarem. Bahia. 1685.

II-33, 26, 2.

Carta Régia ao governador da Bahia comunicando que daria mil cruzados por ano para a reforma da Igreja paroquial de S. Paulo. 1691.

II-33, 25, 59.

Ordens régias ao Gov^o do Brasil com relação aos Hospícios e Conventos dos Carmelitas da Cap^a da Bahia. 1692, 1697, 1743 e 1783.

II-33, 27, 20.

Carta Régia ao Governador Geral do Estado do Brasil sobre a utilização da Capela que começara a construir Antônio Cordeiro, para Igreja Matriz de São Pedro... Lisboa. 1694.

II-33, 25, 57.

Ordens Régias e ofícios sobre a administração eclesiástica do Arcebispado da Bahia. Lisboa, Bahia, 1694-1784.

II-34, 5, 60.

Ordens Régias referentes ao Recolhimento que desejavam construir na Bahia os Agostinianos Descalços e o Padre Alexandre de Gusmão. Lisboa. 1696.

II-34, 6, 20.

Carta Régia a D. João de Lencastro, Governador Geral do Estado do Brasil, pedindo informações a respeito da fundação da Igreja Paroquial da Vila de Porto Seguro... Lisboa, 1698.

II-33, 22, 36.

Cópia do livro segundo de Assentamento Eclesiástico. S. d. (Abrange os séculos XVII, XVIII e XIX).

II-33, 26, 8.

Carta Régia do Governador e Capitão General da Bahia, D. João de Lencastro, comunicando ter sido proibido ao Provincial dos Carmelitas da Bahia introduzir um hospício na Capela do Pilar. Lisboa, 1701.

II-33, 27, 21.

Provisões, ofícios e outros documentos referentes à construção da Sé da Bahia. Lisboa, Bahia, 1717-1761.

II-34, 5, 63.

Informações de D. Rodrigo José de Menezes sobre as obras que necessitava a Sé da Bahia... Bahia. 1718-1784.

II-33, 23, 19.

Estatutos da Sé da Cidade da Bahia, ordenados pelo Ilm. e Revmo. Sr. D. Sebastião Monteiro da Vide, Arcebispo daquela cidade, no ano de 1719. Bahia. 1718-1793.

II-34, 9, 24.

Parecer favorável da Mesa de Consciência, a um pedido do Arcebispo da Bahia, D. Sebastião Monteiro da Vide, de aumento das côngruas dos Vigários e outros dignitários eclesiásticos. Bahia. 1719.

II-33, 4, 33.

Carta Régia a Vasco Fernandes César de Menezes, Governador e Capitão General de Mar e Terra do Estado do Brasil, louvando as providências que tomara para sossegar uma disputa entre o Cabido da Bahia e os religiosos do Carmo, com a resposta. Lisboa. 1723.

II-33, 23, 11.

Carta Régia ao Governador e Capitão General do Brasil, negando permissão para se construir na Bahia um hospício de padres na Congregação do Oratório, e a resposta do dito Governador e Capitão General. Lisboa, Bahia. 1723.

II-33, 33, 16.

Ordem Régia a Vasco Fernandes César de Menezes, para que desse sua informação à petição dos Irmãos Terceiros de S. Domingos, que desejavam lhes fôsse dada por esmola a Capela da Barroquinha, isenta da Jurisdição do Ordinário. Lisboa. 1726.

II-33, 27, 65.

Requerimentos e o parecer de Vasco Fernandes César de Menezes, dos Irmãos Terceiros Dominicanos da Bahia, sobre o exercício do culto na sua Igreja da Barroquinha. Bahia. 1726.

II-34, 5, 57.

Ordem Régia sobre as comunicações ilícitas com Mosteiros de Freiras. Lisboa. 1727.

II-33, 34, 9.

Ofício dirigido ao Provincial da Ordem de Nossa Senhora do Carmo, comunicando Ordem Régia de que se faça um termo conforme minuta inclusa a todos que mantiverem correspondências ilícitas com Mosteiros de Freiras. Lisboa. 1727.

II-33, 29, 5.

Provisão concedida ao Tesoureiro da Sé da Bahia, para vencerem o acrescentamento das côngruas, a fábrica e Sacristão, e o sineiro da mesma Sé. Lisboa. 1732.

II-33, 26, 24.

Provisão concedendo licença para se fundar o Convento da Lapa na Bahia; vários documentos referentes ao mesmo convento. Lisboa, Bahia, 1733 a 1802.

II-33, 29, 110.

Ordem Régia ao Conde das Galveas para que informasse sobre a representação do Presidente do Mosteiro de S. Bento da Bahia, que pedia

- proibisse S. M. o Provedor-Mor de impedir a cobrança dos fôros das casas construídas em terrenos do mosteiro... Lisboa. 1739.
II-33, 27, 29.
- Carta Régia ao Vice-Rei e Capitão General do Estado do Brasil concedendo-lhe licença para a construção de um retábulo na Capela-Mor da Igreja de N. S. do Ó de Paripe, cópia da petição do Vigário Colado da dita freguesia... Lisboa, Bahia. 1741.
II-33, 22, 34.
- Ofício do Conde das Galvêas, André de Melo de Castro a Antonio Guedes Pereira sobre o oferecimento do general holandês, comandante da Costa de Unna, de construir ali uma igreja católica romana. Bahia, 1742.
II-34, 5, 43.
- Carta Régia dirigida ao Conde das Galvêas, Vice-Rei do Brasil, comunicando tomar sob sua proteção a fundação já autorizada de um convento das Ursulinas, na Bahia, por D. Ursula Luiza de Monserrate. Lisboa, 1742.
II-33, 29, 112.
- Ordem Régia ao Conde das Galvêas, Vice-Rei e Capitão General do Brasil, para enviar a relação dos religiosos das diversas ordens existentes neste Estado... Lisboa, Bahia. 1743.
II-33, 23, 5.
- Memórias da fundação do Convento das Ursulinas, na Cidade da Bahia, por D. Ursula Luisa de Monserrate, Bahia. 1745.
II-33, 26, 17.
- Cartas Régias e ofícios referentes à disciplina de conventos. fuga de galés para casas religiosas e outros assuntos concernentes à igreja da Bahia. Lisboa, Bahia. 1746-1779.
II-33, 32, 11.
- Provisões de S. M. sobre a consignação de um conto de réis, com que o Real Erário ajudava a construção da Sé da Bahia, e... Bahia. 1748.
II-34, 5, 62.
- Provisão e Carta Régia, representações do juiz e irmãos da Irmandade do SSmo. Sacramento da Freguesia de Sant'Ana da Cidade da Bahia... 1748-1754.
II-33, 22, 40.
- Ordem Régia ao Conde de Attouguia, Vice-Rei e Capitão General do Estado da Bahia, sobre questões de administração de Ordem de São Domingos... Lisboa. 1752-1781.
II-33, 22, 32 n.º 2.
- Ofícios, Cartas Régias e outros documentos relativos à construção do Altar-Mor. Sacristia e Casa da Fábrica da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário da Vila de Cachoeira. Bahia. 1754.
II-33, 27, 26.
- Ofício ao Arcebispo da Bahia, sobre o embargamento pelos Padres do Carmo do Hospício do Pilar por uma sua portaria. Bahia. 1755.
II-34, 5, 71.
- Representações da Câmara da Bahia, pareceres do Governador e Capitão General e outros documentos relativos à construção na Praia daquela

cidade de um hospício dos religiosos do Oratório de S. Felipe Néri. Bahia. 1756.

II-33, 23, 7.

Carta Régia dirigida ao Conde dos Arcos, restituindo aos índios a inteira liberdade de suas pessoas e ordenando que sejam erigidas aldeias para os mesmos, em cujo governo não será permitida ingerência dos religiosos que governam, até então, as ditas aldeias. Belém. 1758.

II-33, 21, 51.

Carta Régia dirigida ao Conde dos Arcos, Vice-Rei do Brasil, ordenando que se intimassem os Prelados de casas e colégios da Companhia de Jesus a apresentar relação de bens de raiz de propriedade da Companhia e que fôsses seqüestrados êstes bens, cuja posse não houvesse sido autorizada por licença régia. Belém. 1758.

II-33, 21, 49.

Carta Régia dirigida ao Arcebispo da Bahia referente à missão que levam alguns Conselheiros do Conselho de Ultramar, de remoção de párocos atuais da Companhia de Jesus que serão substituídos por clérigos seculares. Belém. 1758.

II-33, 21, 52.

Ofício de Tomé Joaquim da Costa Côrte Real ao Conde dos Arcos, dando instruções a respeito da substituição dos Jesuítas pelos clérigos seculares nas aldeias de índios, e recomendando que seja prestado todo o auxílio ao Arcebispo da Bahia, como reformador da ordem dos jesuítas. Belém. 1758.

II-33, 29, 44.

Carta do Governador e Capitão General do Brasil não reconhecendo nenhuma nova província jesuítica, e nenhum novo provincial, sem que primeiro apresente documento inegável sobre a função que vai exercer. Bahia. 1758.

II-33, 18, 5 n.º 1.

Ofício de Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao Conde de Azembuja, Cartas Régias, Ofícios e outros documentos relativos à desnaturalização dos Jesuítas. Belém. 1758-1770.

II-33, 23, 15 n.º 2.

Ofícios referentes à fuga de alguns religiosos Agostinhos, do Hospício da Palma, onde se achavam à espera de transporte que os conduzisse à Ilha de S. Tomé, por ordem dos superiores. Bahia. 1760.

II-34, 5, 69.

Carta Régia ao Arcebispo Eleito da Bahia sobre a recusa por parte dos Monjes Beneditinos do mosteiro daquela cidade, de prestar obediência ao Provincial Eleito. Vila Viçosa. 1763.

II-34, 6, 6 n.º 2

Ofício de Manuel Cardoso de Saldanha ao Provedor-Mor Manuel de Matos Pegado Serpa, sobre a terminação da Matriz de Itabaiana, com vários documentos a respeito. Bahia. 1764.

II-33, 26, 6.

Ordem Régia ao Arcebispo eleito da Bahia e demais Governadores da Capitania sobre um caso de insubordinação do Prior e outros religiosos do

Convento dos Carmelitas Calçados, e do guardião dos religiosos menores reformados do Convento de Vila e Praça de Santos... Salvaterra de Magos, 1765.

II-33, 25, 31.

Parecer de José Ferreira Cardoso da Costa, Desembargador e Provedor Mor da Fazenda, sobre a necessidade do acabamento das obras da Igreja da Conceição da Praia. Bahia. 1767.
Livro do tombo da Bahia. 1772.

II-33, 26, 12.

Parecer do Conde de Povolide a S. M. sobre a questão do Padre Manuel Soares de Azevedo, Vigário Colado na Matriz de Nossa Senhora de Penha de Itapagipe. Bahia. 1773.

II-33, 18, 34.

Carta do Marquês de Pombal a Francisco Antônio Marques Giraldes sobre o provimento da Dignidade de Mestre Escola da Santa Igreja Metropolitana da Bahia. Lisboa. 1775.

II-34, 4, 19 n.º 1.

Ofício de Martinho de Melo e Castro, a Manuel da Cunha e Menezes, comunicando ter sido expedida ao Arcebispo da Bahia, provisão ordenando enviasse relação das igrejas, rendimentos dos Párcos e hierarquia, e ordenando-lhe prestasse o auxílio preciso. Ajuda. 1777.

II-33, 23, 10.

Ofício de Martinho de Melo e Castro, a Manuel da Cunha Menezes, comunicando-lhe uma Ordem Régia a respeito da passagem do Convento da Palma da Congregação dos Agostinhos Descalços para Hospital de soldados e convalescentes... Lisboa. 1778.

II-33, 18, 28.

Ofício de Martinho de Melo e Castro, ao Marquês de Valença, comunicando ter S.M. concedido a D. Frei Antônio Corrêa, nomeado Arcebispo da Bahia, licença para tomar posse deste Arcebispado. Ajuda. 1780.

II-33, 27, 24.

Atestação de Antônio Estanislau Couzie, Escrivão e Deputado da Junta da Real Fazenda da Capitania da Bahia, sobre serem as freguesias do Arcebispado da Bahia, vigararias coladas, com côngruas e ordinárias pagas pela Real Fazenda. Salvador. 1781.

I-7, 4, 10 n.º 28 e 28-A.

Provisão pela qual a Rainha Nossa Senhora autorizou D. Abade do Mosteiro de São Bento a tomar 30 noviços para o serviço litúrgico na Província do Brasil. Queluz. 1781.

II-33, 25, 36.

Certidão do auto de libelo movido pelo D. Abade do Mosteiro de São Bento, contra o Senado da Câmara da Bahia. Bahia. 1782.

II-34, 3, 7 n.º 1.

Ofício de Martinho de Melo e Castro a D. Rodrigo José de Menezes, para que fizesse prender os cabeças da desobediência que no Carmo de Pernambuco se fizera a um breve sobre a eleição dos prelados, por ocasião da reforma da ordem. Ajuda. 1785.

II-33, 27, 23.

Representação dos Juizes, Vereadores e Procuradores da Vila de Ilha Grande a D.M., pedindo obrigasse aos religiosos Beneditinos abandonassem as terras que lhes foram dadas e mais pela dita Câmara, para construção de seu mosteiro. Ilha Grande. 1788.

II-33, 25, 44.

Documentos referentes à igreja da Conceição da Praia da Bahia. Lisboa, Bahia. 1787-1794.

II-34, 3, 5.

Biografias dos Arcebispos da Bahia, de 1702 a 1792. Bahia. 1792.

II-33, 34, 23.

Ofício de D. Rodrigo de Souza Coutinho a D. Fernando José de Portugal, pedindo-lhe enviar informação do número de religiosos da Capitania da Bahia, assim como relação de rendas e bens territoriais pertencentes às ordens religiosas. Queluz. 1796.

II-33, 29, 49.

Livro de várias notícias do Convento do Carmo da Bahia, organizado pelo Frei José Libório de Santa Teresa, e precedida de uma Carta Régia de 1755, sobre a construção de casas Carmelitanas na Bahia. Bahia, 1796.

II-33, 26, 14.

Provisão Régia dirigida a D. Fernando José de Portugal, Governador da Bahia, ordenando-lhe informar a respeito do auxilio que se dá aos Bispos para suas visitas na Diocese, atendendo a representação de D. Mateus de Abreu Pereira, Bispo da Capitania de São Paulo. Lisboa, 1797.

II-33, 29, 53.

Ordem Régia mandando que o Governador e Capitão General da Bahia dê parecer a respeito da petição do Padre Antônio Alves de Araújo, que quer licença para erigir em terras do seu Engenho da Boa Vista, uma Igreja com a invocação de Santo Antônio, para a qual constituiu patrimônio. Lisboa. 1798.

II-33, 21, 19.

Ofícios diversos sobre um crime de usura, imputado ao Abade dos religiosos do mosteiro de São Bento. Bahia. 1798.

II-33, 22, 25.

Representação de Frei Ambrósio de Roca, superior dos Capuchinhos, pedindo licença para aumentar a nave de sua Igreja do Real Hospício de Nossa Senhora da Piedade. 1799-1816.

II-33, 20, 22.

Noticia sobre a Igreja Matriz de Santana, na Cidade da Bahia. (Século XVIII).

II-33, 26, 11.

Requerimento da Abadessa das Religiosas Professas do Convento de Nossa Senhora da Lapa da Cidade da Bahia, pedindo não seja construido como se planeja, um hospital militar fronteiro àquele convento, pelo perigo que essa circunstância pode trazer à honestidade do mesmo. Bahia. (Século XVIII).

II-33, 29, 47.

Representação dos Irmãos Confrades da Igreja de Nossa Senhora do Rosário da Bahia, a El-Rei, sobre o enterramento dos membros da Irmandade na Igreja. s. d. (Século XVIII).

II-34, 5, 9.

Requerimento do juiz e Irmãos da Irmandade Santa Ifigênia dos Homens Pretos da Bahia, pedindo lhes seja concedido esquite perpétuo para que possa a Irmandade dar entêrro digno aos irmãos da mesma. s.d. (Século XVIII).

II-33, 24, 38.

II-3, 21, 98.

Revelação das Fazendas da Administração da Capela que instituiu Domingos Afonso Sertão, conforme a declaração do Padre Francisco de Sampaio. s.d. (Século XVIII).

II-33, 17, 21.

Estatutos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosario dos Homens Pretos, com uma Carta Régia e outro documento referente à dita Irmandade. 1802.

II-33, 22, 44.

Ofício da Câmara da Vila de Maragogipe, remetendo auto sumário de desacato feito a Deus Sacramentado, em cerimônia religiosa, na Igreja Matriz da referida vila, presidida pela dita Câmara"" 1803.

Ordem Régia ao Governador e Capitão General da Capitania da Bahia, ordenando-lhe que informe, com seu parecer, ao requerimento do Juiz e Irmãos da Mesa da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, sobre a confirmação do seu Compromisso. Lisboa. 1803.

II-33, 25, 40.

Carta Régia dirigida a Francisco da Cunha Meneses, Governador e Capitão General da Capitania da Bahia, determinando, em atenção à representação feita pelo Cabido da Cidade da Bahia, que tôdas as festividades realizadas na Catedral devem ser regidas exclusivamente pelo Mestre da Capela. Queluz. 1804.

II-33, 21, 66.

Livro da Fundação do Convento de São Francisco da Bahia, dos Prelados que o governavam, o qual mandou fazer o Frei Sebastião de Jesus e Santa, sendo Ministro Provincial no ano de 1804. Bahia. 1804.

II-34, 3, 4.

Parecer de Luís Tomás Navarro de Campos, apresentando ao Governador e Capitão General a Bahia, a respeito a Confirmação o Compromisso da Irmandade de SSmo. Sacramento, da Igreja Matriz de Jaguaripe. São Francisco, 12 de julho de 1805.

II-33, 20, 39.

Provisão determinando que o Governador da Bahia dê parecer sobre petição dos Juizes e Irmãos da Irmandade de São Benedito dessa cidade, em que os mesmos pedem confirmação do novo compromisso para governo de sua confraria; cópia da petição e pareceres inclusos. Lisboa. 1806.

II-33, 21, 74.

Ordem Régia ao Conde da Ponte. Governador e Capitão General da Capitania da Bahia, para que informe com seu parecer o Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos em Itapige de Baixo... Lisboa. 1806.

II-33, 22, 43.

Petição dos Mesários e mais Irmãos da Irmandade do SSmo. Sacramento da Vila de Jaguaripe, ao Arcebispo da Bahia, pedindo para elles e seus filhos doze sepulturas na Igreja daquela Irmandade. Bahia. 1806.

II-33, 30, 27.

Officio do Doutor Luis Tomas Navarro de Campos, informando sobre o compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Vila de Santo Amaro. 1807.

II-33, 29, 84.

Officio do Visconde de Anadia ao Conde da Ponte, para que este informasse sobre o requerimento anexo, em que a Irmandade do SSmo. Sacramento, da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, na Bahia, pedia esmola a S.M. para restaurar seu Templo. Magra. 1807.

II-33, 32, 32 nº 1.

Parecer do Conde da Ponte, favorável à pretensão requerida pelos Irmãos da Mesa e Criadores da Irmandade de São Benedito ereta na Capela de Nossa Senhora do Rosário de Itapagipe, de que seja confirmado o Compromisso da dita Irmandade. Bahia. 1807.

II-33, 29, 21.

Representação da Mesa da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, a S.A.R., pedindo a confirmação do Padre Francisco de Paula Araujo e Almeida, como Mestre da Capela de sua Igreja. Bahia. 1810.

II-33, 30, 26.

Ordem Régia mandando que o Governador da Bahia dê informações a respeito do requerimento incluso do Juiz e Mesários da Confraria do SSmo. Sacramento da Vila de Valença, Comarca de Ilhéus, que pedem offrenda para conclusão das obras da Igreja Matriz da dita vila. Rio de Janeiro. 1811.

II-33, 21, 27.

Representação da Câmara da Vila da Barra, na Bahia, a S.A.R., pedindo a nomeação do novo pároco para aquela localidade, pelo fato do Padre Manuel Francisco de Paula Negrão estar a oprimir os povos daquela Vila... Barra. 1814.

II-33, 30, 4.

Officio do Marquês de Aguiar, ao Conde dos Arcos, para que fôsse efetuado à Irmandade de Santo Antônio Além do Carmo, a venda de cinco casas para no local a dita Irmandade construir sua Igreja. Rio de Janeiro. 1814.

II-33, 27, 55.

Relatórios de Frei Francisco, Arcebispo eleito da Bahia, a S.A.R., o Principe Regente, sobre o estado das regiões pertencentes a sua Arquidiocese. Bahia. 1814.

II-33, 22, 69.

Representação do Juiz e mais Irmãos de Santo Antônio Além do Carmo, da Bahia, a S.A.R., pedindo a desapropriação de cinco prédios, para construção de sua nova Igreja, pois a antiga havia ruído. Bahia. 1814.

II-33, 30, 17.

Representação dos Cônegos da Sé da Bahia, sobre os inconvenientes de sua transladação para a Igreja do Colégio dos Jesuítas. Bahia. 1815.

II-34, 8, 27.

Officio do Marquês de Aguiar, ao Conde dos Arcos, Governador da Bahia, solicitando parecer sobre requerimento do Juiz e Mesários da Irmandade

do SSmo. Sacramento da Freguesia Santo Antônio Além do Carmo, que pretendem comprar casas contiguas ao terreno da Igreja. Rio de Janeiro. 1816.

II-33, 24, 34.

Representação do Provincial dos Carmelistas Calçados da Bahia, a S.M., pedindo licença para aceitar 30 noviços... Bahia. 1816.

II-3, 30, 11 n° 3.

Representação da Irmandade de Nossa Senhora da Assumpção da Vila de Camamu a S. M., pedindo uma esmola para terminar a sua Igreja. Camamu. 1816.

II-33, 30, 22.

Representação do Cabido da Catedral da Bahia, a S.M., pedindo aumento das Côngruas... (Cêrca 1816-1822).

II-33, 30, 13.

Representação dos moradores nas vizinhanças da Capela de Nossa Senhora da Conceição de Riachão, pedindo a S. M. a graça de elevá-la a Igreja Paroquial, uma vez que a distância que os separava das freguesias mais próximas lh'os impedia de receberem os sacramentos. 1817.

II-34, 8, 7.

Representação da Abadessa do Mosteiro de Santa Clara do Destêrro, na Bahia, a El-Rei, pediindo a criação, na Relação da Bahia, de um Juiz Privativo que julgasse as causas de seu mosteiro, uma vez que as proteções a que estavam sujeitas prejudicavam o seu Patrimônio. Bahia. 1819.

II-33, 30, 11 n° 1.

Documentos relativos à construção, por parte dos habitantes da margem do Rio Jequitinhonha, de uma nova capela, sendo criada uma nova missão para aldeamento dos Botocudos. Inclusive uma provisão do Bispo Capelão-Mor. Belmonte. 1819 e 1838.

II-34, 3, 1 n° 11.

Representações do Padre Prior do Convento do Carmo da Bahia, a S.M., pedindo moratória por dez anos, para que os credores não possam demandar os bens da Ordem, e um Juiz Privativo, para as causas em que fôsse parte. Bahia. 1821.

II-33, 30, 11 n° 22.

Representação do Visitador Geral e mais Religiosos da Província Franciscana de Bahia e Pernambuco, protestando alegria por ver S. M. I. no trono do Brasil. Bahia. 1823.

II-33, 30, 18.

Decreto Imperial anexando a Igreja e Hospício de Nossa Senhora da Palma até então pertencente aos religiosos Agostinianos, ao Seminário da Bahia. Rio de Janeiro. 1824.

II-34, 6, 6 n° 3.

Representações da Câmara Municipal e da Irmandade do SSmo. Sacramento da Vila de Valença, na Bahia, a S. M. I., pedindo uma esmola para a reparação de sua Igreja. Valença. 1824.

II-31, 36, 16.

Representação do Prefeito e mais religiosos Capuchinhos do Hospício de Nossa Senhora da Piedade da Bahia, alegando a sua inocência das acusações que lhes faziam, como provar a devassa e protestando fidelidade a S. M. I. Bahia. 1824.

II-33, 30, 15.

Offício de João Severiano Maciel da Costa, ao Governo da Bahia, a respeito da Representação que a S. M. I. dirigiu o povo da Bahia, pedindo a expulsão dos Frades Terésilos Descalços, italianos, por serem inimigos do país. Rio de Janeiro. (1824?).

Representação do Prior do Convento de Santa Teresa da Bahia, defendendo-se da acusação que lhe imputavam e a seus irmãos de hábito, de terem combatido os brasileiros, e não aceitá-los em sua Ordem. Bahia. 1824.

II-33, 30, 14.

Offício de Francisco Gomes da Silva, ao Visconde de Queluz, para que agradescesse em nome do Imperador, ao Provincial dos Franciscanos, a oferta para Aula de Desenho, de parte do seu Convento. Bahia. 1826.

II-33, 24, 17 nº 2.

Offício de José Manuel d'Almeida, ao Vice-Presidente da Província da Bahia, pedindo deliberação a respeito de pretensão da Irmandade do SSmo. Sacramento da Igreja de Vitória de que o Forte de São Pedro dê salvas quando da passagem da procissão da referida irmandade. Bahia. 1827.

II-33, 19, 1.

Offício do Visconde de São Leopoldo, comunicando ordem de S. M. I., de remeter requerimento do Irmão Joaquim Francisco do Livramento, ao Vice-Presidente da Província da Bahia, para que informe sobre a proposta do requerente de ocupar-se da educação de meninos índios. Rio de Janeiro. 1827.

II-33, 24, 42 nº 1.

Representação das Religiosas Ursulinas da Bahia, encaminhada a S. M. I. por um Offício do Visconde de Camamu, pedindo licença para fazerem dez loterias, a fim de custearem as obras de sua igreja. Bahia. 1829.

II-33, 30, 11 nº 4.

Moção de Congratulações dirigida a S. M. I., por D. Romualdo Antônio de Seixas, Arcebispo da Bahia, em nome da Câmara dos Deputados. (1832?).

II-33, 32, 24 nº 3.

Cartas de diversas pessoas e avisos do Governo, dirigidos a Frei Tomás d'Aquino Ribeiro, Provincial dos Carmelitas Calçados da Bahia. Rio de Janeiro, Olinda, Bahia. 1833-1882.

II-33, 32, 51.

- Documentos referentes à Irmandade de Santo Antônio dos Militares e à de Nossa Senhora do Rosário, fundadas na Capela de Santo Antônio de Mouraria; inventários e papéis referentes a esta Capela. Bahia. 1839 e 1864.
II-33, 19, 57.
- Documentos referentes à catequese e aldeamento das tribus indígenas das margens do rio Mucuri, pelo missionário Frei Caetano de Troina. Caravelas, Vila de Porto Alegre. 1845.
II-34, 3, 10.
- Livros de ingressos, Profissões das noviças e Educandário do Convento da Soledade, na Cidade da Bahia. Bahia. 1851.
II-33, 26, 16.
- Memória e mais papéis pertencentes às Irmandades do SSmo. Sacramento e de Nossa Senhora da Conceição da Praia (1º volume), por João José Lopes Braga. Bahia. 1852.
II-33, 26, 13.
- Cartas de D. Romualdo, Arcebispo da Bahia, a Joaquim Pinto de Campos. Bahia. 1853-1860.
II-8, 3, 31.
- Petições de Salustiano Ferreira Fróis, e atestados do Presidente da Polícia, sobre a ação do peticionário no atentado do povo desenfreado às Irmãs de Caridade do Colégio da Providência. Bahia. 1858.
II-33, 35, 3.
- Descrição da Igreja da Santíssima Trindade da Rua da Praia, na Cidade da Bahia e do Convento do Destêrro. (Posterior a 1860).
II-34, 2, 19.
- Cópia do livro de Registros dos Compromissos das Irmandades do SSmo. Sacramento das Freguesias da Bahia. Bahia. 1863.
II-33, 18, 8.
- Notícia da Fundação e Descrição da Casa Central ou Colégio da Companhia de Jesus na Cidade da Bahia. (Bahia?). 1866.
II-33, 35, 6.
- Crônica da Instalação da Venerável Ordem 3ª de São Francisco da Cidade da Bahia, escrita por João Nepomuceno de Castro, em 6 de abril de 1866. Bahia. 1866.
II-33, 33, 15.
- Carta de Olavo José Roiz Pimenta Castro, dirigida ao Dr. Melo Moraes, dando notícias sobre riquezas ocultas dos padres jesuítas na Bahia. 1866.
II-8, 1, 20.
- Carta de João Nepomuceno de Castro, Secretário da Venerável Ordem 3ª de São Francisco, ao Dr. Alexandre José de Melo Moraes, enviando uma breve sinopse da ereção da dita ordem. 1866.
II-34, 6, 21.

Escripturas de Transações de Terrenos na Bahia em que era parte a Congregação Beneditina daquela Cidade. Cópias autenticadas pelo Secretário da dita Congregação, Frei Domingos da Transfiguração. 1628-1639.

II-34, 2, 33.

Cartas de Frei Raimundo Nonato Pontes e Francisco de Souza Carvalho, ao Dr. Alexandre José de Melo Moraes, enviando informações históricas, sobre a Igreja de Nosso Senhor do Bonfim, na Bahia. 1868.

II-33, 26, 10.

Registro do Compromisso da Venerável Ordem Terceira da Santissima Trindade, contendo dois officios, uma petição justificativa e o relato da Instituição da Ordem. Bahia. 1871.

II-33, 22, 39.

Nótulas a respeito de Igrejas da Bahia, de autoria de Alfredo do Vale Cabral. Bahia. 1886-1888.

II-31, 26, 5.

Descrição do Colégio da Companhia de Jesús na Bahia. (Século XIX).

II-33, 32, 31.

Descrição e História da Fundação do Mosteiro de Nossa Senhora da Graça, da Cidade da Bahia. (Século XIX).

II-33, 35, 1.

Relação de mosteiros, conventos, hospícios, recolhimentos e fortalezas da Bahia, e ainda ruas, edificios públicos da Capital e das Cidades de Cachoeira, Maragogipe, Nazaré e Santo Amaro. (Século XIX).

II-33, 33, 13.

História da Fundação dos Colégios da Companhia de Jesús na Bahia e no Rio de Janeiro, e suas residências. (Em castelhano). S. d.

II-34, 9, 27.

Apontamentos a respeito do histórico e descrição de igrejas da Bahia. S. d.

II-31, 26, 6.

Noticia sobre a Câmara da Bahia, a Cadeia desta Cidade e as igrejas de Nossa Senhora da Ajuda e Nossa Senhora da Vitória, com suas descrições. S. d.

II-34, 9, 1.

História da Igreja de São Francisco de Paulo da Bahia. S. d.

II-33, 22, 38.

Notas de Melo Moraes, sobre o assalto dos índios Aimorés à Capitania de Ilhéus e pretensões do Colégio de Santo Antônio, sobre o Engenho de Sergipe. S. d.

II-34, 9, 18.

LISTA DE DOCUMENTOS SÔBRE PERNAMBUCO, EXISTENTES
NA SECÇÃO DE MANUSCRITOS DA B. N.

- «Relatório do Padre João de Soto-Maior a respeito do Estado de Pernambuco, em que apresenta a S. M. notícias acêrca de vários assuntos, tais como: organização da defesa, ação dos holandeses, situação religiosa da comunidade etc.». Bahia, 1630.
Cópia. 7 p. 32 x 20 cm. Códice.
1-6, 2, 47 nº 9.
- «Ofício de Antônio Felipe Camarão ao Rei, referindo-se, de modo elogioso, à ação de Alexandre do Couto, como sacerdote, junto às tropas em combate». Pernambuco, 29/abril/1648.
Cópia. 2 p. 30,5 x 20,5 cm.
I-35, 15, 9.
- «Portaria para se por verba nos ordenados dos Religiosos de Santo Antônio, de Pernambuco». Bahia, 20/set./1670.
I-4, 1, 43 nº 633.
- «Requerimento do procurador do Convento de N. S. do Carmo de Olinda, Frei João de Nazaré, solicitando certidão de petições, requerimento e cartas referentes à fundação de um Convento de Carmelitas na Vila de Santa Maria Madalena das Alagoas do Sul». Olinda, 2/jan./1720.
Cópia. 16 p. 31 x 21 cm.
II-33, 5, 16.
- «Provisão determinando que nas igrejas de immediata proteção de S. M. não tenham lugar as visitas dos ordinários. A provisão é referente à representação do Bispo de Pernambuco a respeito da visita do mesmo à igreja da Irmandade da Casa de Misericórdia de Olinda». Lisboa, 27/maio/1767.
Cópia. 2 p. 30 x 21,5 cm.
II-33, 6, 6.
- «Relação de todas as Igrejas Paroquias de que... compõem prezentemente. Bispado de Pernambuco... em comarcas, em cujas cabeças se rematão os Dizimos delle.» S. I. (posterior a 1786).
Original (?). 12 p. 21,5 x 31 cm.
II-32, 33, 36.
- «Carta Régia ao Bispo de Pernambuco, dando a devida autorização para que pague, pelo cofre do subsídio literário, aos professores de um seminário na sua diocese e nomeando-o Diretor Geral dos Estados daquela Capitania». Queluz, 13/abril/1798.
Cópia. 2 p. 34,5 x 22 cm.
I-29, 19, 1 nº 1.
- «Carta Régia dirigida ao Bispo de Pernambuco e demais Governadores Interinos da mesma Capitania, concedendo licença à Confraria do SS. Sacramento da Igreja de São Pedro Gonçalves para demolir uma casa de propriedade da Real Fazenda, cuja localização impede a reedificação da mesma igreja». Lisboa, 23/agosto/1799.
Original. 2 p. 33,5 x 22,5 cm.
II-33, 6, 23.

«Parecer sôbre petição da Regente do Recolhimento de Nossa Senhora da Glória, que quer licença para transformar o referido Recolhimento em mosteiro. S. I., século XVIII (?).
Original. 4 p. 34,5 x 21,5 cm.

O parecer é contrário à concessão dessa licença e frisa as inconveniências da existência de muitos mosteiros no Brasil.

II-32, 33, 37.

«Requerimento em que os candidatos ao cargo de vigário da igreja de Santo Antônio do Cabo de Santo Agostinho, no Bispado de Pernambuco, representam a S. A. R. a situação da referida igreja, cujo vigário faleceu há mais de sessenta dias e ainda não foi providenciado concurso para sua sucessão». S.I., 1811 (?).
Original. 1 f. 39,5 x 25 cm.

Anexo: certidão de óbito do vigário da freguesia acima mencionado. Dionizio de Souza Bandeira. Recife, 25/abril/1811.
Original. 1 f. 30 x 18,5 cm.

II-33, 4, 26.

«Ofício do Visconde de Maricá ao Presidente da Província de Pernambuco sôbre aproveitamento do Convento dos Padres de S. Felipe Neri para servir de Alfândega em Pernambuco». Rio de Janeiro, 27/out./1825.
Cópia. 2 p. 31 x 21 cm.

II-32, 34, 32.

«Provisão de João da Purificação Marques Perdigão, Bispo de Pernambuco, designando Manuel Fortunato de Paiva para pregador da Freguesia de N. S. da Glória da Vila de Pôrto das Pedras». Pernambuco, 24/nov./1855.
Original. 1 f. 30,5 x 21,5 cm.

I-33, 9, 142.

«Quatro sermões pregados pelo reverendo Joaquim Pinto de Campos, versando sôbre os seguintes temas: Sagrada Paixão de N. S. Jesus Cristo; A Senhora do Bom Conselho; Menino Deus; O Pecado». Pernambuco, 8/set./1864 (?) — 14/abril/1865 (?).
4 doc. Originais e cópias. 85 p. 27,5 x 21,5 cm. Códice.

II-33, 2, 4.

«Apontamentos biográficos do Bispo de Pernambuco, D. Manuel do Rego Medeiros, por seu irmão, o Dr. Antônio Manoel de Medeiros.» S. I., 16/abril/1878.
Original. 8 p. Formatos diversos.

Inclusa uma cópia do mesmo assunto.
Nº 8.903 C. E. H. B.

I-31, 24, 14.

«Minuta de carta em que o Bispo de Pernambuco delega sua autoridade ao Cabido da Sede Vacante da Cidade da Bahia, para proceder ao ato de degradação dos eclesiásticos que se envolveram na rebelião de Pernambuco». S.I.n.d.
Original. 1 p. 32,5 x 20 cm.

Anexo: documentos sôbre a cerimônia da degradação dos eclesiásticos. S.i.n.d.
Original. 3 p. 34 x 21,5 cm.

II-32, 34, 25.

MANUSCRITO SOBRE O MARANHÃO

- «Informatio de Maranonensis missinis statu anno 1701.» Cópia dactilografada. «Archivio de Propaganda». Scritture Riferite nei Congressi Americana Meridionale, I, 386.
II-36, 20, 74.
- «Regimento e Leis sobre as Missões do Estado do Maranhão e Pará e sobre a liberdade dos Índios. Impresso por ordem d'El-Rey Nosso Senhor... Lisboa Ocidental. A. Menescal, 1724.» 30 docs. Cópias.
I-6, 2, 34.
- «Breve descripçam das grandes recreações do Ryo Muni do Maranham, pelo Padre Joam Tavares, da Companhia de Jezus missionario no dito Estado.» 1724. Cópia nº 192 C. E. H. B.
I-3, 3, 25.
- «Carta de autor não identificado enviada a S. M., acêrca da jurisdição dos missionários no Maranhão. Colégio de Santo Antão, 15/fev./1730.
I-6, 2, 50 nº 3.
- «Carta do Padre provincial Joseph Vidigal a El-Rei, queixando-se do Governador Jozeph da Serra.» Pará, 27/agosto/1734. Cópia.
I-6, 2, 50 nº 6.
- «Pareceres dos membros da Mesa da Consciência sobre várias consultas do Conselho Ultramarino, a respeito das representações dos prelados e procuradores das Missões do Maranhão e Pará. Lisboa, 1732. 5 docs.
II-32, 20, 28.
- «Ofício do Bispo do Maranhão, a S. A. R. remetendo-lhe a relação de todos os empregos, Vigararias, Benefícios e Offícios da Real Apresentação, que recebem cõgrua da Real Fazenda». São Luís do Maranhão, 1809.
II-32, 17, 10.
- «Ofício de D. Luis de Brito Homem ao Conde de Linhares, enviando-lhe a relação das freguesias do bispado do Maranhão como lhe fôra pedido. Maranhão, 1811.
II-32, 17, 55.
- «Representação do Cabido da Igreja Catedral do Maranhão a S. A. R. rogando o exterminio dos abusos e das inovações, porque estava passando, introduzidas pelo governador, Paulo José da Silva Gama, São Luís do Maranhão (1913). Incluso um outro ofício contendo uma atestação e pública-fôrma referente ao assunto. Bahia e Rio de Janeiro, 27/julho/1813 e 12/jan./1814.
II-32, 19, 47.
- «Representação do cabido da Sé de São Luís do Maranhão, a S. M., comunicando-lhe o falecimento do arcediago, Antônio Nicolau de Sousa Pereira Pinto e pedindo a nomeação para a dignidade vaga, do monsenhor João de Bastos de Oliveira, vigário capitular, pelos seus bons

serviços. São Luís do Maranhão, 1816. Anexa outra representação sobre o mesmo assunto, dirigida pelos capelães ao marquês de Aguiar. São Luís do Maranhão, 12/set./1816.

II-32, 19, 32.

«Carta de Frei Joaquim de Nossa Senhora de Nazaré, bispo do Maranhão, a S. M. sobre o estado de sua diocese, a gratidão do povo a El-Rei, procedimento de alguns cargos eclesiásticos. Maranhão, 1820.

II-32, 17, 52.

«Parecer favorável do bispo de Maranhão, Frei Joaquim de Nossa Senhora de Nazaré, dirigido a S. M. sobre as representações inclusas das dignidades, cônegos, beneficiados e ministros da diocese de São Luís do Maranhão, que pediam aumento das congruas, em virtude do excessivo custo de vida. Maranhão, 1820.

II-32, 19, 35.

«Representação de Miguel Inácio dos Santos Freire e Bruce, presidente do Governo Civil da Provincia a S. M. I., contra o bispo D. Frei Joaquim de Nossa Senhora de Nazaré e seu delegado, arcepreste Luís Maria da Luz e Sá, por ocasião da Independência». Maranhão, 1823.

II-32, 17, 25.

«Mapa das Dignidades, Cônegos e Beneficiados de que se compõem a Santa Igreja Catedral do Maranhão». Maranhão, 1824.

II-32, 17, 12.

«Mapa do actual estado do Recolhimento da Annunciação e Remedios da cidade do Maranhão preenchido por José Constantino Gomes de Castro, Vigário Capitular». Maranhão, 1824.

II-32, 17, 11.

«Mapa do actual estado das Freguesias do Bispado do Maranhão, que compreende também a Provincia do Piauí». Maranhão, 1824.

II-32, 17, 33.

«Armorial da Igreja Maranhense, por D. Francisco da Silva, B. M. 1917. Desenhos acompanhados de trechos explicativos, publicado, Vozes de Petropolis». 1917.

I-12, 1, 10.

«Relação de algumas cousas tocantes ao Maranhão, e Gram Pará, escripta pelo Padre Luiz Figueira, da Companhia de Jesus, Superior da residência q os Padres tem no dito Maranhão». Publicado por Serafim Leite Figueira, Lisboa, 1940, 165-166.

B) BIBLIOTECA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Das bibliotecas especializadas para os assuntos históricos, é a do Instituto Histórico a mais importante e talvez hoje a mais bem organizada do Brasil, graças à dedicação de seus bibliotecá-

rios. Dela se ocupou com inexcédível zêlo o eminente sócio T. Alencar Araripe, que organizou os *Catálogos dos manuscritos*, publicados em 1884 e em 1889.

Vieira Fazenda, que como Rodolfo Garcia, foi bibliotecário do Instituto Histórico, preparou o *Catálogo dos livros encadernados doados pelo Protetor do Instituto, o Sr. D. Pedro II, que veio a lume em 1900.*

Vieira Fazenda preparou também o *Catálogo dos Atlas, Cartas, Planos Geográficos, Hidrográficos, Cartas Astronômicas, Mapas históricos, Panorâmicos e Vistas Fotográficas* pertencentes à biblioteca do Imperador por êle doados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 1901.

Nos dias que correm, graças à dedicação inexcédível da Directora da Secretaria, Dona Adelaide Morosini Alba, a biblioteca tem fichários muito bem organizados que facilitam muitíssimo a consulta. A inteligente secretária da Presidência, Dona Maria Carolina Max Fleiuss preparou e a «Revista» está publicando a bio-bibliografia dos sócios do Instituto Histórico, bem como o Catálogo Iconográfico do Sodalício.

Mais de 120.000 volumes e centenas de milhares de manuscritos constituem o acervo valiosíssimo da biblioteca do conceituado sodalício.

C) BIBLIOTECA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

A Biblioteca Pública Municipal de São Paulo é, sem dúvida, uma das instituições mais importantes da vida cultural brasileira.

Há mais de um quarto de século que ela presta inestimáveis serviços à população bandeirante. Prima não só pela riqueza das obras que possui em todos os ramos da actividade intelectual, como também pela esplêndida maneira com que se acha, presentemente, organizada e dirigida por Sérgio Milliet.

Tudo nela obedece a uma orientação segura e eficiente. Tudo é feito de modo simples e prático a fim de facilitar os que amam os livros e dêles realmente necessitam.

Em seus variados aspectos encontram-se sempre em seus funcionários disciplina, a boa vontade e o interêsse de tornar a Biblioteca uma instituição altamente proveitosa.

A sala de revistas e jornais, a seção de livros raros, a seção de mapas, a seção de arte, a seção circulante bem como as demais dependências bastam para atestar o valor da Biblioteca.

Também de grande significação é o Boletim Bibliográfico, bem como a Estatística Geral que mostra a concorrência do público e o seu interesse pela leitura.

À Biblioteca Municipal foi incorporada a famosa coleção de Félix Pacheco.

Damos em seguida uma bibliografia das obras sôbre arte religiosa no Brasil existente na Biblioteca Municipal de São Paulo, e que nos foi fornecida pelo diretor, o Dr. Sérgio Milliet.

ARTE RELIGIOSA NO BRASIL

ABADIA — São Paulo

720 Taunay, Affonso de Escagnolle, 1876.

... Historia antiga da Abbadia de S. Paulo: escripta à vista de avultada documentação inedita, 1598-1772. São Paulo, Ideal, 1927.

ARQUITETURA COLONIAL

720.981 Goodwin, Philip Lippincott, 1885

Brazil builds: architecture new and old, 1652-1942 [ou] Construção brasileira: arquitetura moderna e antiga, 1652-1942... New York, Museum of modern art, 1943.

705 Linguanotto, Daniel.

Casa grande e capela do sitio Santo Antonio. (Em Jornal das artes. n. 2. 1949. p. 14-17).

ARQUITETURA RELIGIOSA

705 Saia, Luiz, 1911.

O alpendre nas capelas brasileiras. (Em Revista do Serviço do patrimônio histórico e artistico nacional. v. 3. 1939. p. [235]-249).

705 Holanda, Sergio Buarque de

Capelas antigas de São Paulo: São Miguel, Carapicuíba, Embú, São Roque, Voturuna. (Em Revista do Serviço do patrimônio histórico e artistico nacional. v. 5. 1941. p. [105]-120).

ARTE — Minas Gerais

709.814 Mattos, Annibal Pinto de, 1886.

A arte nas egrejas de Minas Geraes; Ouro Preto; As egrejas de Ouro Preto; O Palacio dos governadores; Outros edificios e os chafarizes de Ouro Preto; Sabará; São João d'El Rey; Congonhas do Campo; Caeté; Diamantina. (Em seu Arte colonial brasileira. 1936. p. 179-297).

- 910 Mattos, Annibal Pinto de, 1886.
... Monumentos históricos, artísticos e religiosos de Minas Geraes... Belo Horizonte, Apolo, 1935.
- 726.5 Passos, Zoroastro Vianna
... Em torno da historia do Sabará: a Ordem 3ª do Carmo e a sua igreja; obras do Aleijadinho no templo. Rio de Janeiro [Ministério da educação e saúde] 1940.

AZULEJOS — Bahia

- 705 Ott, Carlos F.
Os azulejos do Convento de São Francisco da Bahia. (Em Revista do Serviço do patrimônio histórico e artístico nacional. v. 7. 1943. p. [7]-34).

BARROCO

- 709.814 Cunha, José Mariano Carneiro da (filho) 1881-1946.
... Estudos de arte brasileira... Rio de Janeiro, s. c. p. 1942.
- s724.199 Machado Alexandre R. M.
[Architectura colonial no Brasil: Ouro Preto, Mariana, Rio... S. L. p. c. c. p. s. d.
- 709.814 Mattos, Annibal Pinto de, 1886.
... Arte colonial brasileira... Belo Horizonte, Biblioteca mineira de cultura, 1936.
- a770.981 Rio de Janeiro. Serviço do patrimônio histórico e artístico nacional.
[Fotografias da Bahia, do Rio de Janeiro, Estado do Rio, de Recife e Minas. Rio de Janeiro, Serviço do patrimônio histórico e artístico nacional]) s. d.
- s709.814 Falcão, Edgard de Cerqueira, 1903.
... Relíquias da Terra do ouro... São Paulo, Lanzara, 1946.
- 726.5 Mattos, Annibal Pinto de, 1886.
... As artes nas igrejas de Minas Geraes... Belo Horizonte, Apolo, 1936.

BARROCO (arquitetura)

- 910 Azevedo, Fernando de, 1894.
Arquitetura sacra e o barroco. (Em seu A cultura brasileira. 1943. p. 249-272 e 277-280).
- 709.814 Cunha, José Mariano Carneiro da (filho) 1881-1946.
Expressões regionais da arquitetura tradicional brasileira; O pseudo estilo Barroco-jesuítico e suas relações com a arquitetura tradicional brasileira. (Em seu Estudos de arte brasileira, 1942. p. [129]-158).
- 720.981 Goodwin, Philip Lippincott, 1885.
Brazil builds: architecture new and old, 1652-1942 [ou] Construção brasileira: arquitetura moderna e antiga, 1652-1942... New York, Museum of modern art, 1943.

705 Carvalho, Ayrton

Algumas notas sobre o uso da pedra na arquitetura religiosa do Nordeste. (Em Revista do Serviço do patrimônio histórico e artístico nacional. n. 6. 1942. p. [277]-294).

BARROCO (escultura)

705 Lima, Augusto de (júnior)

Ligeiras notas sobre arte religiosa no Brasil. (Em Revista do Serviço do patrimônio histórico e artístico nacional. v. 2. 1938. p. [101]-139).

BARROCO (pintura)

705 Jardim, Luiz Ignacio de Miranda, 1901.

A pintura decorativa em algumas igrejas antigas de Minas. (Em Revista do Serviço do patrimônio histórico e artístico nacional. v. 3. 1939. p. [63]-102).

705 Cardoso, Joaquim

Notas sobre a antiga pintura religiosa em Pernambuco. (Em Revista do Serviço do patrimônio histórico e artístico nacional. v. 3. 1939. p. [45]-62).

CAPELA DE SANTO ANTONIO — São Paulo

705 Andrade, Mario Raul Moraes de, 1893-1945.

A Capela de Santo Antônio. (Em Revista do Serviço do patrimônio histórico e artístico nacional. v. 1. 1937. p. [119]-125).

CATEDRAL BASÍLICA DO SALVADOR — Bahia

705 Pontual, Maria de Lourdes

A sacristia da catedral da Bahia e a posição da igreja primitiva. (Em Revista do Serviço do patrimônio histórico e artístico nacional. v. 4. 1940. p. [193]-206).

CATEDRAL DE SÃO PAULO

726.6 Catedral de São Paulo: relatório n.º 9 da comissão executiva da Catedral de São Paulo. [São Paulo] Anna Rosa, 1931.

726.6 Pinto, Adolpho Augusto, 1856-1930.

A Catedral de São Paulo. São Paulo, Revista dos tribunais, 1930.

CONVENTO DE SÃO FRANCISCO — Bahia

a770.981 [Convento S. Francisco] (Em Rio de Janeiro, Serviço do patrimônio histórico e artístico nacional. Fotografias da Bahia, etc. s. d. 1 am.1-33; 40-43; 56-57; 60).

726 Sinzig, Pedro, 1876.

... Maravilhas da religião e da arte na Igreja e no Convento de São Francisco da Baía... Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1933.

EMBÚ

705 Holanda, Sergio Buarque de

Capelas antigas de São Paulo: Embú. (Em Revista do Serviço do patrimônio histórico e artístico nacional. v. 5. 1941. p. 113-115).

IGREJAS

270 Alves, Marietta

... História da Venerável Ordem 3ª da penitência do seráfico Pe. São Francisco da Congregação da Bahia. Cidade do Salvador [Mesa administrativa da Venerável Ordem Terceira de São Francisco] 1948.

a770.981 [Ordem III, S. Francisco] (Em Rio de Janeiro. Serviço do patrimônio histórico e artístico nacional. Fotografias da Bahia, etc. s. d. 1 am.46-48).

726.5 Passos, Zoroastro Vianna

... Em torno da história do Sabará... Rio de Janeiro. [Ministério da Educação] 1940, 1942.

a770.981 [Igreja da Sé] (Em Rio de Janeiro. Serviço do patrimônio histórico e artístico nacional. Fotografias da Bahia, etc. s. d. 1 am.46-48).

705 Trindade, Raimundo

A Igreja de São Francisco de Assis de Mariana. (Em Revista do Serviço do patrimônio histórico e artístico nacional. v. 7. 1943 p. [57]-76).

705 Leite, Serafim, 1890.

O Colégio de Santo Alexandre e a Igreja de S. Francisco Xavier, de Belém do Grão-Pará. (Em Revista do Serviço do patrimônio histórico e artístico nacional. n. 6. 1942. p. [221]-240).

705 Nigara, Clemente Maria da Silva

Temas pastorais na arte tradicional brasileira. (Em Revista do Serviço do patrimônio histórico e artístico nacional. v. 8. 1944. p. 359-360 e 1 am.18).

a770.981 [Igreja do Carmo] (Em Rio de Janeiro. Serviço do patrimônio histórico e artístico nacional. Fotografias da Bahia, etc. s. d. 1 am.37).

- a770.981 [Igreja do Carmo] Em Rio de Janeiro. Serviço do patrimônio histórico e artístico nacional. Fotografias da Bahia, etc. s. d. 1 am.118-119, 127).
- a770.981 [Igreja do Rosário] (Em Rio de Janeiro. Serviço do patrimônio histórico e artístico nacional. Fotografias da Bahia, etc. s. d. 1 am.194; 197).
- 705 Sant'Anna, Nuto
A Igreja dos Remédios. (Em Revista do Serviço do patrimônio histórico e artístico nacional. v. 1. 1937. p. [127]-137).
- a770.981 [Igreja matriz, Congonhas do Campo] (Em Rio de Janeiro, Serviço do patrimônio histórico e artístico nacional. Fotografias da Bahia, etc. s. d. 1 am.192-193).
- a770.981 [Igreja matriz, Mariana] (Em Rio de Janeiro. Serviço do patrimônio histórico e artístico nacional. Fotografias da Bahia, etc. s. d. 1 am.126).
- a770.981 [Igreja matriz, Ouro Preto] (Em Rio de Janeiro. Serviço do patrimônio histórico e artístico nacional. Fotografias da Bahia, etc. s. d. 1 am.94-95).
- a770.981 [Igreja matriz, Ouro Preto] (Em Rio de Janeiro. Serviço do patrimônio histórico e artístico nacional. Fotografias da Bahia, etc. s. d. 1 am.94-95).
- a770.981 [Igreja matriz — Sabará] (Em Rio de Janeiro. Serviço do patrimônio histórico e artístico nacional. Fotografias da Bahia, etc. s. d. 1 am.205-214).
- a770.981 [Igreja matriz, São João d'El Rey] (Em Rio de Janeiro. Serviço do patrimônio histórico e artístico nacional. Fotografias da Bahia, etc. s. d. 1 am.142, 144-145).
- a770.981 [Matriz da Conceição, Ouro Preto] (Em Rio de Janeiro. Serviço do patrimônio histórico e artístico nacional. Fotografias da Bahia, etc. s. d. 1 am.108-110).
- a770.981 [Igreja S. Francisco, Sabará] (Em Rio de Janeiro. Serviço do patrimônio histórico e artístico nacional. Fotografias da Bahia, etc. s. d. 1 am.224, 232).
- a770.981 [Igreja S. Francisco de Paula, Ouro Preto] (Em Rio de Janeiro. Serviço do patrimônio histórico e artístico nacional. Fotografias da Bahia, etc. s. d. 1 am.113).
- 709.4 Kelemen, Pál, 1894.
Rococo in Brazil. (Em seu Baroque and Rococo in Latin America. 1951. p. 239-255).
- s724.199 Machado, Alexandre R.
[Architectura colonial no Brasil: Ouro Preto, Mariana, Rio...] S. L. p. s. c. p. s. d.
- 390 Bastide, Roger
Bahia, a mística das pedras e da madeira esculpida. (Em seu Imagens do Nordeste místico. 1945. p. 13-41).

- 709.814 Mattos, Annibal Pinto de, 1886
A arte nas igrejas da Bahia. (Em seu Artes colonial brasileira. 1936, p. 151-164).
- 726.5 Mattos, Annibal Pinto de, 1886.
... As artes nas igrejas de Minas Geraes; edição comemorativa do II Congresso eucarístico nacional... Belo Horizonte, Apolo, 1936.
- 726.5 Vasconcellos, Salomão de
... Marianna e seus templos... Belo Horizonte, Breyner [pref. 1938].
- 709.814 Cunha, José Mariano Carneiro da (filho) 1881-1946.
Considerações acêrca dos templos de Nossa Senhora do Rosário e São Francisco de Assiz de Ouro Preto. (Em seu Estudos de arte brasileira. 1942. p. [101]-107).
- 726.5 Santos, Paulo F.
Subsídios para o estudo da arquitetura religiosa em Ouro Preto... Rio de Janeiro, Eichner, 1951.

LISBOA, Antonio Francisco da Costa, o Aleijadinho

- 735.815 Andrade, Mario Moraes de, 1893-1945.
... O Aleijadinho e Alvares de Azevedo... Rio de Janeiro, R. A., 1935.
- 705 Andrade, Rodrigo Melo Franco de, 1898
Contribuição para o estudo da obra do Aleijadinho. (Em Revista do Serviço do patrimônio histórico e artístico nacional. v. 2. 1938. p. [255]-297).
- 735.815 Casais Santaló, José
... Congonhas do Campo; tradução do texto inédito espanhol por Aires da Matta Machado Filho... Rio de Janeiro, Timon, 1942.
- 735.815 Cunha, José Mariano Carneiro da (filho) 1881-1946.
... Antonio Francisco Lisbôa... Rio de Janeiro [Mendes Júnior] 1945.
- 709.814 Cunha, José Mariano Carneiro da (filho) 1881-1946.
Os mistérios da arte de Antonio Francisco Lisboa; Uma vítima da imaginação popular; Antonio Francisco Lisboa, o estátuário; Os profetas do santuário de Congonhas do Campo; O Aleijadinho não era arquiteto; Da participação artística de Antonio Francisco Lisboa na arquitetura. (Em seu Estudos de arte brasileira. 1942. p. [9]-47).
- 735.815 Freitas, Newton
El Aleijadinho Antonio Francisco Lisboa... Buenos Aires, Nova [1944].
- 735.815 Freudenfelf, Rudolf Armin
Mestre Antonio Francisco, o Aleijadinho... São Paulo [Inteligência] s. d.

- 735.815 Guimarães, Renato Alves
... Antonio Francisco Lisboa, o Aleijadinho... São Paulo, Ferraz, 1931.
- 735.815 Jorge, Fernando Pedro Alves, 1929.
... Notas sobre o Aleijadinho... São Paulo, Brusco [pref. 1949].
- 980 Mattos, Annibal Pinto de, 1886.
Congonhas do Campo. Em seu Monumentos históricos, artísticos e religiosos de Minas Geraes. 1935. p. 403-430).
- 735.815 Passos, Zoroastro Vianna
... Aleijadinho, pintor... Belo Horizonte, Breyner, 1941.
- 726.5 Passos, Zoroastro Vianna
As obras do Aleijadinho na Igreja do Carmo do Sabará; reprodução fotográfica dos documentos referentes ao Aleijadinho. (Em seu Em torno da história do Sabará, 1940. p. [157]-167 e 1 am.).
- 735.815 Pires, Heliodoro, 1888.
O Aleijadinho, gigante da arte no Brasil. São Paulo, Melhoramentos [1942].
- a770.891 [Os Profetas e a Igreja S. Bom Jesus de Mattosinhos]. (Em Rio de Janeiro. Serviço do patrimônio histórico e artístico nacional. Fotografias da Bahia, etc. s. d. 1 am.187, 189-190).
- 705 Reis, José de Sousa
O adro do Santuário de Congonhas: planta e inscrições. (Em Revista do Serviço do patrimônio histórico e artístico nacional. v. 3. 1939. p. 207-226 e 1 am.).

MARIANA

- a770.981 [Mariana] (Em Rio de Janeiro. Serviço do patrimônio histórico e artístico nacional. Fotografias da Bahia, etc. s. d. 1 am.118-127).
- 980 Mattos, Annibal Pinto de, 1886.
A episcopal Marianna; as igrejas e outros monumentos de Marianna. (Em seu Monumentos históricos, artísticos e religiosos de Minas Geraes. 1935. p. 169-241).
- 726.5 Vasconcellos, Salomão de
... Marianna e seus templos... Belo Horizonte, Breyner, [pref. 1938].

MOSTEIRO DE SÃO BENTO — Rio de Janeiro

- 726.7 [Mosteiro de São Bento: abbadia Nullius de Nossa Senhora de Monteserrate. Rio de Janeiro] s. c. p. s. d.

OURO PRETO

- a770.981 [Ouro Preto] (Em Rio de Janeiro. Serviço do patrimônio histórico e artístico nacional. Fotografias da Bahia, etc. s. d. 1 am.94-117).

- 980 Mattos, Annibal Pinto de, 1886.
Ouro Preto; Igrejas de Ouro Preto; Edifícios, chafarizes, pontes e monumentos esculpturaes. (Em seu Monumentos históricos, artísticos e religiosos de Minas Geraes. 1935. p. 259-350).

- 709.814 Mattos, Annibal Pinto de, 1886.
A principal cidade histórica de Minas Geraes; As Igrejas de Ouro Preto; O Palácio dos Governadores; Outros edifícios e chafarizes. (Em seu Arte colonial brasileira. 1936. p. 189-244).

SABARÁ

- a770.981 [Sabará] (Em Rio de Janeiro. Serviço do patrimônio histórico e artístico nacional. Fotografias da Bahia, etc. s. d. 1 am. 201-233).

- 709.814 Mattos, Annibal Pinto de, 1886.
Sabará. (Em seu Arte colonial brasileira. 1936. p. 247-256).

- 980 Mattos, Annibal Pinto de, 1886.
Sabará: Igrejas, chafarizes e architectura particular. (Em seu Monumentos históricos, artísticos e religiosos de Minas Geraes. 1935. p. 353-373).

SILVA, VALENTIM DA FONSECA E, — 1813.

- 709.814 Mattos, Annibal Pinto de, 1886.
Mestre Valentim: na terra dos diamantes. (Em seu Arte colonial brasileira. 1936. p. 107-147).

- 980 Mattos, Annibal Pinto de, 1886.
Valentim da Fonseca. (Em seus Monumentos históricos, artísticos e religiosos de Minas Geraes. 1935. p. 150-152 e 1 am.).

- 704 Silva, Manuel Nogueira da, 1880-1943.
A obra prima do mestre Valentim. (Em seu Pequenos estudos sobre arte. 1926. p. 13-24).

D) OUTRAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS

...

Biblioteca do Itamarati

O Ministério das Relações Exteriores possui uma das melhores bibliotecas do Rio de Janeiro. Não só está muito bem instalada (gestão do ministro de Estado Octavio Mangabeira) como possui livros de grande valor. Para os pesquisadores da história da Igreja Católica é indispensável visitar tão importante livraria.

Há um catálogo impresso dos livros da Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores, publicado em 1919, em 2 volumes e organizado por Juvenal Meirelles Mesquita, auxiliado pelos diplomatas Américo Galvão Bueno Filho e Gaspar de Araujo Monteverde.

É especialmente valiosa a Mapoteca do Itamarati fundada pelo ilustre diplomata Duarte da Ponte Ribeiro, e hoje superiormente dirigida pelo eminente historiador Professor Jayme Cortesão. Contém a mapoteca mais de mil mapas muitos de grande valor como, por exemplo, a carta de Marini, original único e onde pela primeira vez (1512) o nome do Brasil aparece. (Cassius Berl'nk — *A mapoteca do Itamarati* — Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936, pág. 11).

E) BIBLIOTECAS DAS FACULDADES DE DIREITO DE SÃO PAULO E RECIFE

As Faculdades de Direito de São Paulo e de Recife foram criadas pela Lei de 11 de agosto de 1927. Ambas se tornaram centros luminosos da cultura jurídica brasileira.

Uma e outra possuem bibliotecas valiosas. A de São Paulo interessa muito ao pesquisador da história da Igreja Católica no Brasil porque a ela foram anexadas além de outras a biblioteca do erudito Bispo Dom Matheus de Abreu Pereira, a do Brigadeiro Arouche Rendon e a do Desembargador Chichorro da Gama. (T. V. Couto de Magalhães — *Tradições da Academia*, em *Revista Acadêmica*, São Paulo, 1959, nº 4: Antônio Constantino — *O espírito da nacionalidade na fundação dos cursos jurídicos*, São Paulo, 1940).

Existem alguns milhares de livros sobre assuntos eclesiásticos na Biblioteca da Faculdade de Direito de São Paulo; muitos deles, por sua raridade, de grande interesse para o estudioso da história da Igreja Católica no Brasil.

F) OS GABINETES PORTUGUESES DE LEITURA

Rio de Janeiro

O Real Gabinete Português de Leitura conta, presentemente, cento e dezesseis anos, fundado que foi em 14 de maio de 1837. Possui, sem dúvida, uma das livrarias mais importantes do país. Encontram-se nela não só obras raras de inestimável valor, a 1ª edição d'*Os Lusíadas* por exemplo, como também os livros mais significativos que se tem publicado neste último século.

O Gabinete Português de Leitura acha-se instalado em uma bela sede própria, construída especialmente, em estilo manuelino. Constitui, hoje em dia, tanto pelo lado tradicional como também pela atualização, uma das instituições de natureza cultural mais

importantes do Rio de Janeiro. Muito concorreu para o seu êxito a ação de seu primeiro diretor, José Marcelino de Rocha Cabral, que não mediu esforços para dar-lhe o desenvolvimento necessário. Outros dirigentes, tais como Eduardo Lemos, Joaquim da Costa Ramalho Ortigão e Albino Souza Cruz muito fizeram para aumentar o seu prestígio e torná-lo uma instituição melhor.

No Gabinete Português de Leitura encontram-se algumas das coleções mais ricas e mais raras tanto das letras luso-brasileiras como da literatura universal.

É uma casa de bibliógrafos, o que não prejudica, todavia, o seu caráter popular, pois é acessível a tôdas as espécies de leitura.

Daí o fato de ser bastante concorrido o seu esplêndido salão que tanta comodidade oferece.

O Gabinete Português de Leitura continua a enriquecer-se de novas obras e a gozar cada vez mais de maior prestígio no seio dos homens cultos e do povo em geral.

Humberto Taborda escreveu a *História do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro — Primeiro Centenário, 1837*.

O eminente Barão de Ramiz Galvão organizou, segundo o sistema decimal de Dewey, um catálogo, publicado em dois volumes, em 1906.

G) OUTROS GABINETES PORTUGUESES DE LEITURA

Em várias cidades do Brasil existem, fundados pela colônia portuguesa, Gabinetes de Leitura. Assim o Gabinete Português de Leitura em Pernambuco, cujo primeiro catálogo data de 1854, o 2º de 1863 e o 3º de 1882; o Gabinete Português de Leitura na Bahia, com seis catálogos publicados em 1867, 1868, 1871, 1877, 1882 e 1902; o Gabinete Português de Leitura no Maranhão, com dois catálogos, um de 1876 e outro de 1900.

★ ★ ★

Deixo de citar as Bibliotecas Centrais das Universidades e das diferentes Faculdades, bem como as Bibliotecas Públicas dos Estados brasileiros porque, em regra, não oferecem maior interesse para o estudioso da história da Igreja Católica no Brasil.

V — Arquivos e Bibliotecas Privadas

Existem no Brasil inúmeros arquivos e bibliotecas privadas de interesse para os assuntos eclesiásticos.

Entre elas podemos citar as das ordens e congregações religiosas e as dos palácios episcopais, que, todos, as possuem mais ou menos importantes. As das sedes arquiiepiscopais do Rio de Janeiro e de São Paulo são valiosas para os estudos da história da Igreja no Brasil: a do Rio de Janeiro está sendo cuidada pessoalmente por Sua Eminência o Senhor Cardeal D. Jaime de Barros Câmara, que é ilustre historiador; a de São Paulo, já muito antiga, à qual Sua Eminência o Senhor Cardeal D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota tem dedicado tôda a atenção, e os dois ilustres e saudosos arcebispos-historiadores Dom Duarte Leopoldo e Silva e Dom José Gaspar de Afonseca e Silva, enriqueceram largamente.

a) BIBLIOTECA DO SENADOR CÂNDIDO MENDES DE ALMEIDA

Ainda se acha quase intacta a notável biblioteca que pertenceu ao Senador Cândido Mendes de Almeida, o inolvidável autor do *Direito Civil Eclesiástico Brasileiro*, considerado o «Bulário do Brasil».

A livraria do ilustre líder católico foi constituída aos poucos, desde os tempos da mocidade, pelo eminente brasileiro, quando era professor de história e geografia no Liceu de São Luís, do Maranhão. Seguiu-o, aumentando sempre, nas suas diversas residências: no Maranhão, quer em São Luís, quer em Caxias; na «Côrte» onde exerceu diversos cargos administrativos de 1854 a 1860; no Estado do Rio (Paraíba do Sul); no Rio de Janeiro onde se fixou como advogado antes mesmo de ser eleito senador em 1861, e onde morou sucessivamente na rua Sete de Setembro nº 68, na rua do Torres e na rua Evaristo da Veiga, onde faleceu a 1 de março de 1881.

Essa biblioteca foi para o Senador Cândido Mendes um instrumento de trabalho, que tornou possível a composição das suas numerosas obras, das quais só citaremos aqui as principais:

O Direito Civil Eclesiástico Brasileiro.

O Código Filipino.

O Auxiliar Jurídico.

Prefácio aos Princípios de Direito Mercantil, de Silva Lisboa.

Memórias para o extinto Estado do Maranhão.

Atlas do Império do Brasil.

Várias monografias para o *Instituto Histórico* publicadas sobre o título *Notas para a História da Pátria.*

Traduções, sobretudo de obras tratando de questões religiosas, como por exemplo:

A instrução Sinodal de Monsenhor Pio sobre os principais erros do tempo presente.

Discursos numerosos, principalmente o de 21 de fevereiro de 1874 por ocasião do julgamento do bispo de Olinda.

Depois da morte do senador a sua biblioteca ficou entregue à sua viúva D. Rosalina Ribeiro Campos Mendes de Almeida, que a conservou intacta. Morta a viúva do ilustre escritor católico, a sua biblioteca foi condignamente instalada por seu segundo filho, o Conde Cândido Mendes de Almeida, na rua Senador Vergueiro nº 14. Depois da morte do conde (1 de outubro de 1939) a biblioteca foi transportada, em 1945, para a rua Marquês de Paraná nº 42, casa do atual Conde Cândido Mendes de Almeida, onde se mantém até hoje.

Entre os 5.000 volumes ou mais que pertenceram ao senador muitas centenas tratam de assuntos religiosos.

A biblioteca do Senador Cândido Mendes está entregue à dedicação do atual Conde Cândido Mendes e principalmente de sua exma. senhora D. Emilia Mendes de Almeida e de seu filho o inteligente advogado e professor Cândido Antônio Mendes de Almeida.

É realmente um milagre na cidade do Rio de Janeiro, onde pululam os insetos bibliófagos, e é permanente o calor, a umidade, o mofo e outros elementos destruidores dos livros, tenha se mantido intacta a biblioteca que serviu ao eminente Cândido Mendes.

Poderá ela ser visitada por qualquer estudioso graças a fidalguia e à cultura dos atuais defensores de tão valioso patrimônio.

b) BIBLIOTECA DE J. F. DE ALMEIDA PRADO

Existe em São Paulo uma Biblioteca privada que merece especial menção. Trata-se da livraria pacientemente reunida pelo ilustre historiador Jan de Almeida Prado.

É uma das mais ricas brasileiras existentes no país. A consulta a tão importante coleção precisa ser feita (e é facilitada pelo fino trato do seu eminente proprietário) pelos que se interessam pela história da Igreja Católica no Brasil.

c) BIBLIOTECAS DOS JESUÍTAS

Todos sabem que as principais fontes manuscritas em poder dos jesuítas encontram-se no Arquivo Geral da Companhia (*Archivum Societatis Iesu Romanum*).

Lembra o eminente Padre Serafim Leite que «Alguns documentos do seu precioso recheio já estão publicados. A grande maioria está inédita». (Padre Serafim Leite, S.I. — *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Lisboa, 1938, vol. I, pág. XXI.)

O Arquivo da Província Portuguesa da Companhia de Jesus também possui «alguns documentos originais antigos».

No Brasil os arquivos e as bibliotecas dos Jesuítas encontram-se principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo.

A Biblioteca do Colégio São Luís de São Paulo foi organizada quando foi fundado o Colégio em Itu, no ano de 1867.

Os primeiros livros vieram das bibliotecas dos Jesuítas em Portugal e na Itália. Eram em sua maioria compêndios latinos de filosofia, teologia, etc.

Uma das primeiras doações foi feita pelo Dr. Ricardo Gambleton Daunt, médico em Campinas, que ofereceu uma coleção completa da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Em 1873 acresceram a biblioteca os livros do Colégio São Francisco Xavier, de Recife, fechado em consequência da questão religiosa. Esta biblioteca já contava com o excelente acervo dos livros doados pelo Jesuíta baiano Silvestre da Rocha Pinto, o 1º Jesuíta da Companhia de Jesus depois da sua restauração no Brasil.

A Biblioteca do Colégio São Luís conta, atualmente, cerca de 40.000 volumes. Aproximadamente metade desses livros refere-se a assuntos relacionados à religião em geral: teologia, filosofia, história da igreja, patrística, vidas de santos, etc. Possui muitos livros antiquíssimos, dos séculos XVI e XVII.

A Biblioteca do Rio de Janeiro anexa ao Colégio Santo Inácio está muito bem cuidada e é importante para as pesquisas relativas à história da Igreja no Brasil.

d) AS BIBLIOTECAS DOS BENEDITINOS

Os beneditinos sempre cuidaram muito da cultura de seus monges. Daí as excelentes bibliotecas e arquivos de seus conventos. (J. P. Calógeras — *A Ordem de São Bento e a Civilização*, São Paulo, 1927.)

O MOSTEIRO DO RIO DE JANEIRO

Dom Pedro Eggerath, quando Abade, mandou publicar um excelente estudo histórico do Mosteiro de Nossa Senhora do Monte Serrate do Rio de Janeiro, por ocasião da comemoração do primeiro centenário da emancipação da congregação beneditina brasileira.

A Biblioteca do Mosteiro de São Bento, uma das mais bem organizadas do Rio de Janeiro, foi, como o próprio Mosteiro, fundada oficialmente no dia 3 de outubro de 1596.

Devo ao jovem e já ilustre monge Dom Hilário muitas das informações que seguem.

Os abades que mais se distinguiram por prósperas administrações foram, também, os melhores protetores da Biblioteca: Frei Mateus da Incarnação Pina (1687-1764), por exemplo, mandou fazer em 1742 o grande salão com teto em estilo Luís XV, destinado à Biblioteca e onde hoje se acha instalado o refeitório dos alunos do Colégio. Foi também durante o governo dêste prelado que se fizeram alguns dos grandes códices em pergaminho — os mais preciosos tesouros de suas estantes. É ainda o *Dietário* que declara que Frei Lourenço Caetano de Santa Gertrudes (1706-1780) fêz «para o coro hum livro de hymnos» que ainda hoje se encontra entre os livros corais da antiga congregação.

No necrológio de Frei Tomás da Assunção († 1691) — «hum dos melhores Prelados», lê-os «que adqueriu muitas alfaías para a Sacristia e livros para a livraria».

No «Estado Geral» do governo de Frei Lourenço da Expectação Valadares (1731-1797) — sobrinho do monge Frei Antônio de São Bernardo — que muito aumentou o patrimônio do Mosteiro — encontra-se a relação das grandes despesas que o grande administrador teve com a aquisição de luxuosos móveis de jacarandá e numerosos livros para a Biblioteca. Somava a vultosa importância de cinco contos de réis, grande quantia para aquêles tempos.

Dos antigos monges dois são mencionados, no *Dietário*, como bibliotecário: Frei Paulo da Conceição Moura (1785-1851) e Frei Camilo do Monte Serrate Cléau (1818-1870), mais tarde Professor Catedrático do Colégio L. Pedro II e Bibliotecário da Biblioteca Pública, atual Biblioteca Nacional. Frei Camilo, diz Ramiz Galvão, «tendo organizado cientificamente a biblioteca do Mosteiro, começou o seu catálogo com grande esmêro; mas foi distraído dêste trabalho pelas obrigações de lente».

Encontram-se nas estantes da Biblioteca diversos livros com o carimbo do P. Mestre Frei José de Sta. Maria Amaral. Não

sabemos que foi feito dos livros dos monges que habitaram o Mosteiro nos tempos de antanho.

Ao ocupar Frei Gaspar da Madre de Deus o báculo abacial, é que a biblioteca beneditina atingiu ao auge de sua organização e aproveitamento. Dedicando-se já por muito tempo a esta tarefa penosa, entre 1763 e 1766, o ilustre historiador terminou o *Catálogo da Biblioteca do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro*. Êste valioso códice manuscrito, único em seu gênero no Brasil-Colonial, compõe-se de 272 páginas, cada uma de 29 por 20 centímetros de dimensão. É a seguinte a sua distribuição:

Págs. 1 a 45: Índice dos Cognomes e nomes de todos os autores da Livraria — A-Z. (Índice primeiro o nome de família, e depois o do batismo.)

Págs. 47 a 205: Índice de todos os *Autores da Livraria* — A-Z. (Indica o nome de batismo e o de família do autor; o título da obra, e as vêzes, seu lugar na Biblioteca, marcando Letra, Série e Número.)

Págs. 207 a 208: Índice Numérico (das páginas), dos Autores. Sermão todos 1319.

Págs. 209 a 249: Índice de *Algumas Matérias* — A-X.

Págs. 250 a 272, em branco. (D. Clemente Maria da Silva Nigra — «Sôbre a Biblioteca do Mosteiro de S. Bento do Rio de Janeiro» — 1586-1950 — pág. 2.)

Dêste primitivo acervo pouco ainda se encontra nas estantes. Grande parte foi destruída por insetos bibliófagos e outra pelos hóspedes e estudantes que, no tempo da falta de monges e conseqüente decadência, habitavam as celas do Mosteiro. Assim, devido à falta de catálogos antigos e modernos, não podemos verificar quais as obras que vieram dos antigos monges nem as que foram adquiridas pelos novos habitantes do claustro.

D. Gerardo van Caioen, restaurador da vida regular e primeiro abade do Mosteiro após a reforma — homem de estudos e grande idealista, não esqueceu a Biblioteca. Numerosas foram as aquisições por êle feitas na Europa. Dentre estas podemos citar a «Patrologia» de Migne (coleção grega e coleção latina); a coleção de obras monásticas — verdadeira raridade. Com a renúncia de D. Gerardo e a péssima situação financeira que em 1915 sobreveio ao Mosteiro, a Biblioteca foi a primeira a sofrer: as verbas cortadas; o recinto apropriado foi transformado em dormitório dos alunos; os livros foram transferidos para as três alas do claustro superior

e mais tarde reduzidos às duas que atualmente a Biblioteca ocupa. Nada se fez pela encadernação.

Em 1925 conseguiu o bibliotecário, devido ao cargo de prior que exercia, ainda sem verba, montar uma pequena oficina de encadernação, com um oficial de encadernador. Oficina esta que desde então funciona, tendo sofrido um incêndio em 1941 e reaparelhada com máquinas modernas em 1951. Foi feita, no período de 1903 até 1932, uma experiência de catalogação.

Durante o governo do R. Abade Thomaz Keller, foi a Biblioteca mais protegida. Apesar das dificuldades financeiras não a abandonou êle. Novas estantes foram feitas; planos de instalações modernas foram elaborados e iniciados; introdução de novos métodos de desinfecção (caixa hermêticamente fechada a bi-sulfureto de carbono); novo sistema de catalogação baseada no Código da Vaticana combinado com as instruções dadas nos cursos de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional e do D.A.S.P.; classificação decimal; colaboração com o Serviço de Intercâmbio de Catalogação e introdução das fichas impressas.

Além das obras de organização e instalação, não esqueceu êste R. Abade o acervo bibliográfico: numerosas obras avulsas, importantes coleções de obras de referência (Dicionários teológicos, históricos e profanos, bibliografias), revistas, etc., quase a quinta parte do atual acervo foi adquirida pelas vultosas verbas e grande doações por êle conseguidas. Os anos de governo dêsse grande abade foram, talvez, os melhores que a Biblioteca já viveu.

A Biblioteca do Mosteiro de São Bento do Rio conta atualmente (1953) cêrca de 40.000 volumes, divididos em duas grandes classes: obras religiosas e obras profanas. Entre as obras religiosas notam-se: uma preciosa coleção de edições da Santa Regra além de boa coleção de Bíblias; de livros de teologia; os melhores dicionários teológicos; rica coleção de revistas nacionais e estrangeiras; duas coleções do Migne; os Maurinos; a Biblioteca Máxima; o Corpus Berolinense; o Corpus Vinobonense e a Coleção «Texte und Untersuchungen»; várias edições dos Santos Padres, etc.

Sôbre os concílios, além de outras pequenas, possui a *Collectio Regia* (Paris) e a de Mansi, com os Suplementos de Aguirre, e outras obras.

De História Ecclesiástica conta a *Gallia Christiana*, a *Hispania Sacra* de Perez; os *Annales* de Rossi; a *Italia Sacra* e *Rerum Italicarum Scriptores* de Muratori, etc., etc. Sôbre o Brasil e Portugal tem a Biblioteca boa coleção de obras históricas.

Da parte profana, além de grande coleção Bio-bibliográfica sobre o Brasil, Portugal e estrangeiro, possui a Biblioteca regular «Brasileira» com quase todas as coleções completas das revistas dos Institutos e dos Arquivos Brasileiros; grande parte dos Anais do Senado e da Câmara.

A Biblioteca possui um incunábulo da Summa Theologia de Santo Antonino de 1485, em 4 volumes, uma Aldina de Strabo e preciosas raridades bibliográficas.

O monge beneditino Dom Clemente Maria da Silva Nigra, ilustre historiador, publicou em 1950 uma notável história do Convento do Rio de Janeiro, com o título *Construtores e artistas do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro*. O volume I é de texto; o II de documentação; e o III de ilustrações. Bahia, 1950. É obra valiosa e de proveito para os pesquisadores da história da Igreja Católica no Brasil.

Outro beneditino ilustre Dom Joaquim G. de Luna, a propósito do centenário do nascimento de D. Gerardo van Caloen, escreveu a biografia deste eminente sacerdote, e dá interessantes dados sobre a Ordem Beneditina. (Dom Joaquim G. de Luna. O.S.B. — *O Centenário do Nascimento de um Grande Beneditino*; Vozes, janeiro-fevereiro, 1953.)

Dom Luna publicou, em 1947, um esboço histórico que contém apreciável bibliografia sobre os beneditinos. (Dom Joaquim G. de Luna, O.S.B. — *Os Monges beneditinos no Brasil*, Rio de Janeiro, 1947.)

A propósito do cinquentenário da restauração do ofício coral, em 24 de junho de 1903, no último dia de São João (1953) o monge beneditino Dom Basílio Penido, historiou o acontecimento em palavras publicadas pelo eminente escritor Tristão de Athaide (*Fôlha da Manhã*, São Paulo, 5 de julho de 1953.) Neste trabalho, depois de largas pinceladas, tratou a vida do Mosteiro desde 1889. Dom Basílio lembra a crise de 1828, determinada pelo Abade da época, «de muito dinamismo e espírito missionário», que se lançou «a grandes empreendimentos na baixada fluminense e no Alto Rio Branco». «As perturbações monetárias trazidas pela primeira guerra mundial afetaram a fundo a estabilidade econômica da Ordem e levaram os planos de expansão agrícola e missionária por água abaixo». Em seguida, Dom Basílio relata como o novo Abade, em 1828, o belga Dom Crisóstomo Saegher, pelo restabelecimento da vida do côro, da oração coletiva, da «Opus Dei», enfim, conseguiu alcançar a restauração da autoridade, do prestígio e eficiência do Mosteiro de São Bento.

BIBLIOTECAS DO MOSTEIRO DE SÃO BENTO EM SÃO PAULO, RECIFE E BAHIA

A Biblioteca de São Paulo data da fundação do Mosteiro, em 1598. Os primeiros livros foram trazidos de Mosteiros da Congregação, em Portugal, depois de 1812 vieram muitos livros do Mosteiro da Bahia, que era então a Arqui-Abadia da Ordem. A reforma do Mosteiro data de 1900 e desde então os livros passaram a ser adquiridos em São Paulo.

Possui atualmente cerca de 22.000 volumes e muitos manuscritos, entre os quais um de Frei Gaspar da Madre de Deus, contendo notas do curso de filosofia professado no Mosteiro do Rio (2 volumes). Tem aproximadamente 5.000 volumes sobre Religião em geral, incluindo revistas e monografias.

O Abade Dom Plácido Staeb publicou o «Livro velho do Tombo de São Bento da cidade do Salvador». Bahia, 1945.

Por iniciativa do ilustre Abade Dom Bonifácio Jansen foram publicados os documentos mais importantes do arquivo do Mosteiro de Olinda. Assim em 1940 apareceu a crônica escrita por Frei Miguel Arcanjo de Anunciação; em 1941 o «Livro do Tombo da Capela de Nossa Senhora dos Prazeres»; em 1944 as «Notas para a história da Capela dos Prazeres»; em seguida foram editadas outras publicações como a antiga crônica do Mosteiro de São Bento da Paraíba, etc.

Em 1948 a «Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco» (vol. XLII, 1946-1947) publicou o «Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento de Olinda», com prefácio do eminente Afonso D'E. Taunay, do qual existe separata de 400 exemplares. (Recife, 1948).

A «Revista do Arquivo Público», de Pernambuco, publicou em vários números seguidos o «Livro do Tombo do Mosteyro de Sam Bueno da Parahyba».

e) AS BIBLIOTECAS DOS FRANCISCANOS

A Ordem Franciscana possui no Brasil, em quase todos os seus conventos, boas bibliotecas e arquivos.

No convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro, alguns frades ilustres dedicaram-se aos estudos históricos, entre eles o ilustre frei Pedro Sinzig, recentemente falecido, frei Basílio Rower, frei Diogo de Freitas e frei Odulfo. No convento de Petrópolis existe uma bem montada tipografia que imprime várias publicações,

entre as quais a antiga «Vozes», a «Revista Eclesiástica Brasileira» (REB) e outras.

São também escritores conceituados os franciscanos: frei Tomaz Borgmeier, redator da «Revista Eclesiástica Brasileira», frei Bonifácio Mueller, frei Felisberto Gilles, frei Francisco Xavier Bockey, frei Odorico G. Duroex, frei Adalberto Ortmann, frei Boaventura Kloppenburg, Frei Ludovico Gomes de Castro, e tantos outros.

A Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia publicou (nº 69, 1943, págs. I e seguintes) o «Livro dos Guardiães do Convento de São Francisco da Bahia», com o índice dos nomes citados.

f) AS BIBLIOTECAS DOS CARMELITAS

A Ordem dos Religiosos Carmelitanos foi instalada no Brasil na segunda metade do século XVI. Foi El-Rei Cardeal Dom Henrique quem mandou os primeiros frades, logo depois da povoação da Colônia da Paraíba.

Progrediram rapidamente em nosso país os Conventos do Carmo em Olinda, Rio de Janeiro e Santos, todos fundados no século XVI.

O Convento de Santos (São Paulo) instalou-se definitivamente na Capela de Nossa Senhora da Graça, doada por José Adorno, com paramentos, alfaia e mobília para a fundação do convento. Existe neste convento do Carmo de Santos uma biblioteca e arquivo com bom material para o estudo da história da Igreja no Brasil. (Barbosa Serzedelo — «Arquivo Histórico da Venerável Ordem Terceira da Nossa Senhora do Monte do Carmo erecta no Rio de Janeiro», Rio de Janeiro, 1872. Fr. André Prat — «Notas históricas sobre as Missões Carmelitanas no Extremo Norte do Brasil», Recife, 1941).

g) OUTROS ARQUIVOS E BIBLIOTECAS PRIVADOS

Os escritores brasileiros comumente possuem boas bibliotecas e não raro guardam preciosos arquivos de família, às vezes por eles organizados. Entre outros, podemos citar os do marquês do Paraná e do visconde de Cruzeiro guardados pelo descendente de ambos, Dr. Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho; o do visconde de Mauá, em mãos de seu bisneto, o Dr. Cláudio Ganns; o do conselheiro João Alfredo, com o Dr. Pedro Calmon; os do visconde do Uruguai e do conselheiro Paulino, com seu neto e bisneto, Dr. João Antônio Soares de Sousa; o do conselheiro A.J. de Macedo Soares, com seu filho, Dr. Julião de Macedo Soares; do

presidente Epitácio Pessoa, com sua filha, escritora Laurita Pessoa Raja Gabaglia; o do presidente Rodrigues Alves, com seu filho o Dr. Rodrigues Alves Filho; de Joaquim Nabuco, com sua filha, a escritora Carolina Nabuco; do conselheiro Albino de Oliveira, com o Dr. Américo Jacobina Lacombe, e outros.

E' muito valioso o arquivo pertencente ao Sr. Francisco Marques dos Santos, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sobretudo pelos documentos e objetos do regime imperial que êle guarda cuidadosamente.

Possuem excelentes bibliotecas sôbre a história da Igreja Católica no Brasil o Professor J. C. de Ataliba Nogueira e o Dr. Apolônio Nóbrega.

VI — *Museus Eclesiásticos*

a) MUSEU DA CÚRIA METROPOLITANA DE SÃO PAULO

Dom Duarte Leopoldo e Silva, o grande Arcebispo de São Paulo, fundou um pequeno museu, na sala dos fundos do Arquivo Geral da Cúria Metropolitana, que êle havia instalado em prédio feito especialmente para a mais importante repartição eclesiástica. Cresceu tanto a nova dependência da Cúria que o ilustre Arcebispo-historiador resolveu construir ao lado do arquivo um edificio destinado especialmente para guardar as coisas que interessavam à história e à arte cristã. Em quatro pavimentos estão guardados objetos muitos dos quais verdadeiramente preciosos como o crucifixo que os paulistas ofereceram a D. Joaquim Arcoverde, quando bispo de São Paulo, e que contém quatro valiosas esmeraldas e um brilhante central de grande valor.

No museu eclesiástico de São Paulo existe uma importante coleção numismática.

Pena é que não esteja impresso o catálogo do Museu da Cúria Metropolitana de São Paulo para torná-lo mais conhecido como bem o merece.

b) OUTROS MUSEUS ECLESIASTICOS

Outros pequenos museus eclesiásticos existem no Brasil e entre êles :

Museu Diocesano D. Inocência

Na diocese de Campanha (Estado de Minas Gerais) existe um pequeno museu eclesiástico criado pelo bispo Dom Inocência Engelk.

Entre muitos outros objetos de valor encontra-se nesse museu uma imagem do Senhor dos Passos, atribuída ao Aleijadinho.

Junto ao Museu D. Inocêncio funciona pequena biblioteca.

Museu Dom Vital

Na Basílica da Penha, em Recife (Pernambuco) é cultuada de maneira carinhosíssima a memória de Dom Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira. Além do túmulo, de um monumento e de parte de seus escritos, nela foi fundado o Museu Dom Vital. Deve-se principalmente obra de tanto merecimento a Frei Félix de Oliveira.

Museu Eclesiástico de Mariana

Havia em Mariana um pequeno mas valioso museu eclesiástico que foi muito desfalcado quando foi criado o Museu da Independência, de Ouro Preto, para onde foram enviadas quase tôdas as peças de valor.

Museus Religiosos de Cajazeiras e Campina Grande

Segundo informações prestadas pelo eminente Arcebispo da Paraíba, o ilustre Sr. Dom Moisés Sizenando Coelho, existem pequenos museus religiosos nas dioceses de Cajazeiras e Campina Grande.

Museus Eclesiásticos do Brasil

Em abril de 1953

Relação de acôrdo com os dados colhidos pela Diretoria
do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Distrito Federal

1. Museu Sacro da V. Ordem Terceira de São Francisco da Penitência. Largo da Carioca, 5.
2. Museu do Convento de Santo Antônio. Largo da Carioca.
3. Museu da Ordem Terceira do Carmo. Rua Primeiro de Março.
4. Museu da Igreja da Glória do Outeiro. Outeiro da Glória.

Bahia

5. Museu de Arte Sacra. Catedral da Bahia. Salvador.

Ceará

6. Museu Diocesano. Sobral.

Mato Grosso

7. Museu de Arte Sacra. Catedral. Cuiabá.

Minas Gerais

8. Museu Dom Inocêncio. Rua João Luiz Alves, 76, Campanha.

Pernambuco

9. Museu de Arte Sacra da Diocese de Nazareth, em Goiana (Pernambuco) possui catálogo publicado em 1950, organizado por Lauro Raposo.

Rio Grande do Sul

10. Museu da Cúria Metropolitana. Pelotas.

São Paulo

11. Museu de Arte Religiosa da Cúria Metropolitana. Praça Clóvis Beviláqua, 37.

Espírito Santo

12. Museu de Arte Religiosa, instituição oficial do Estado do Espírito Santo, instalada na Igreja de Santa Luzia, em Vitória.

VII — Museus Públicos e Privados

a) MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

O Museu Histórico Nacional, criado pelo Decreto n.º 15.596, de 2 de agosto de 1922, enormemente engrandecido pela inteligência, cultura e operosidade de seu diretor, desde a fundação, com um pequeno intervalo em 1930, o acadêmico Gustavo Barroso, é um repositório de material precioso para quem estuda a história da Igreja Católica no Brasil.

Além do material iconográfico, e de espécimes do mobiliário usado nos diferentes séculos da existência do Brasil, lá se encontram numerosas peças notáveis de imaginários (escultores santeiros) portugueses e brasileiros.

De um trabalho de Gustavo Barroso publicado nos «Anais do Museu Histórico», vamos transcrever alguns dados que demonstram a riqueza daquela instituição para os que se dedicam aos estudos religiosos brasileiros.

Em várias salas do Museu se vêem notáveis exemplares da arte religiosa, desde os móveis, como os oratórios, as estantes do côro, as peanhas, as banquetas de altar e os catres do Senhor Morto, até imagens feitas em barro ou madeira pelos velhos santeiros de Portugal e do Brasil antigo, algumas com unhas de ouro, outras com cabeças de marfim. Apóstolos esculpidos por Mestre Valentim e candelabros que êle riscou. Sacras de prata e castiçais da Capela Imperial. Grupos de biscuit. Rosários e pequeninos oratórios. Jóias de santos. Relíquias de antigos altares. Presépios. Peças de torêutica pintadas ou folheadas de ouro vivo. Retábulos, quadros sacros, custódias, cálices, patenas, painéis de Passos. Tudo isso pode oferecer vasta matéria aos estudiosos.

É verdadeiramente impressionante a coleção «Souza Lima» de crucifixos do Museu Histórico Nacional. Acham-se nela representados todos os tipos de cruzes e de crucificados, na maioria em marfim e muitas obras-primas de autores infelizmente anônimos. A quase totalidade provém do século XVIII; mas existem exemplares notáveis dos séculos XVII e XIX.

Alguns podem ser considerados mais antigos, como um pequenino, de ouro e alabastro, provavelmente do século XVI. Cruzes de madeira, de metal e ornamentadas de prata: egípcias, gregas, latinas, bizantinas, românicas carlovingias, góticas, neo-clássicas, losanguladas, em tronco, de Parma barocas, rococós. Cristos como o de Clermont como o de Fernando Magno, como o dos Olivais, Calvários com Nossa Senhora e São João Evangelista ou com outras figuras da agiografia, a Madalena, as Santas Mulheres e São Longino.

Na «Sala Smith de Vasconcelos» existe grande cópia de imagens.

O Museu Histórico Nacional publica «Anais».

Pelas indicações acima pode-se avaliar da importância das coleções do Museu Histórico Nacional para quem quiser estudar a história da Igreja Católica no Brasil. (Adalberto Mário Ribeiro — *Museu Histórico Nacional, em Instituições Brasileiras de Cultura*, Rio de Janeiro, 1945, págs. 91 a 160).

b) MUSEU PAULISTA

(Do Ipiranga, São Paulo)

O Museu Paulista, iniciado com a coleção do major Sertório, adquirida e doada ao Estado de São Paulo pelo conselheiro Mayrink, em 1890, só foi inaugurado como estabelecimento autônomo em 1894, tendo antes pertencido à Comissão Geográfica e Geológica, como seção anexa.

Em 15 de janeiro de 1894 foi nomeado como primeiro diretor do Museu Paulista o conceituado naturalista Dr. Herman von Ihering. Em maio seguinte, foi instalado o museu no prédio monumental construído para lembrar o local em que foi proclamada a independência do Brasil.

Primitivamente o Museu Paulistano tinha por precipuo escopo o estudo e conservação de objetos relativos à história natural da América do Sul, especialmente do Brasil. Desde o início, havia no estabelecimento uma seção destinada à história nacional. Assim se conservou especializado o museu durante toda a administração (1894-1916) do sábio Ihering, de quem foi auxiliar valiosíssimo seu ilustre filho Rodolfo von Ihering.

Depois da curta direção do Dr. Armando Prado (1916), foi nomeado diretor o eminente professor Afonso d'Escragnole Taunay, que dirigiu o Museu Paulista desde 1918 até 1946.

Sendo Afonso d'E. Taunay dos mais conceituados cultores da história do Brasil, aproveitou habilmente a transferência da seção de botânica para o Instituto Biológico, e a de Zoologia para o Departamento de Zoologia da Secretaria da Agricultura, para ampliar largamente a seção de história, a ponto de ao lado do Museu de Ciências Naturais criar um valioso Museu Histórico, dispondo de pinacoteca especializada com quadros que Taunay mandou fazer para fixar aspectos e fatos históricos, e de importantes coleções numismáticas, etnográficas e arqueológicas.

Quando Taunay foi aposentado, por haver atingido o tempo de serviço como funcionário público, recebeu merecida consagração pelos seus méritos e pelos grandes serviços prestados. O decreto de aposentadoria foi lavrado em altos termos que cristalizaram a gratidão dos poderes públicos a tão emérito servidor do Estado e do Brasil.

Sucedeu a Afonso de Taunay outro brasileiro ilustre, o Dr. Sérgio Buarque de Holanda, que de acôrdo com o seu antecessor tratou logo de atualizar o regulamento do museu, que datava

de 3 de julho de 1925. Para isso, apresentou ao interventor federal um projeto de reforma que foi aprovado e sancionado pelo Decreto n.º 16.565, de 27 de dezembro de 1946, pelo qual foram criadas quatro seções técnico-científicas: I, de História do Brasil, especialmente de São Paulo, tendo como anexo o Museu Republicano, de Itu; II, de Etnografia; III, de Numismática e Medalhística; IV, de documentação linguística; além das seções de Biblioteca, arquivo e publicações.

Nesse mesmo ano, o diretor Sérgio Buarque de Holanda, visitando Cuiabá, conseguiu adquirir para o Museu Paulista a Coleção São José, especialmente rica em peças de arte religiosa do tempo da colônia.

O diretor Ihering publicou em 1895 o primeiro volume da *Revista do Museu Paulista*, que em seus vinte e três tomos foi sempre um excelente repositório de assuntos atinentes à História Pátria, Paleontologia, Arqueologia, Zoologia e Botânica, e adquiriu logo notoriedade no Brasil e no estrangeiro.

Em 1922 o diretor Taunay criou os «Anais» do Museu Paulista, que se apresentaram com feição caracteristicamente histórica.

O ilustre historiador não quis, entretanto, perder a valiosa produção do Museu em matéria de ciências naturais, e por isso publicou ao lado dos «Anais», os «Arquivos de Zoologia do Estado de São Paulo», cujos três primeiros números corresponderam aos volumes XXIV, XXV e XXVI da «Revista».

Os *Anais* do Museu Paulista publicaram importante messe de documentos oriundos do «Archivo General de la India», de Sevilha. Tomo I, 2ª parte, págs. 137 a 454; Tomo II, 2ª parte, págs. 1 a 334; Tomo III, 2ª parte, págs. 7 a 128; Tomo V, 2ª parte, págs. 3 a 320; Tomo XIII, págs. 291 a 612.

O Diretor Sérgio Buarque de Holanda restabeleceu a *Revista do Museu Paulista*, como «nova série», correspondendo o volume I ao volume 27 da antiga coleção. À *Revista* destinou Buarque de Holanda os estudos antropológicos, enquanto os *Anais* de preferência os assuntos históricos.

Uma terceira publicação o *Boletim*, criado pela Diretoria atual, está publicando a obra literária do Padre Anchieta.

(Afonso de E. Taunay — *Comemoração do cinquentenário da solene instituição do Museu Paulista no Palácio do Ipiranga*, em *Anais do Museu Paulista*, tomo duodécimo, 1945, pág. 4. Carlos d'Almeida Braga — *A Seção de História do Museu Paulista*, em *Revista Numismática*, São Paulo, tomo I, nº 2). Mestre Afonso de E. Taunay quando diretor efetivo publicou um ex-

celente *Guia da Seção Histórica do Museu Paulista*, São Paulo, 1937.

Sérgio Buarque de Holanda — *Museu Paulista em Revista* do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 217, págs. 131 e seguintes.

Em seguida, publicamos duas relações de objetos religiosos e de telas religiosas do Museu Paulista, as quais poderão ajudar o historiador da Igreja Católica no Brasil.

Seção de História

RELAÇÃO DE OBJETOS RELIGIOSOS PERTENCENTES AO MUSEU PAULISTA

- 1 — Coluna entalhada de um dos altares da igreja do colégio
- 2 — Mesa de meados do século XVII, que pertenceu ao Colégio da Cia. de Jesus (São Paulo)
- 3 — Mesa de meados do século XVII, que pertenceu ao Colégio da Cia. de Jesus (São Paulo)
- 4 — Florão de madeira, entalhado que pertenceu à mesma igreja
- 5 — Cadeira de braços do século XVII — pertenceu à antiga Matriz de Santo Amaro
- 6 — Cadeira de couro lavrado, espaldar alto, que pertenceu ao Padre Idelfonso Dias, vigário de Mogi das Cruzes
- 7 — Cadeira de couro lavrado, que pertenceu à igreja de Itu.
- 8 — Coluna de madeira, lavrada, retirada de uma igreja da região do Rio Madeira (Amazonas).
- 9 — Tocheiros (3) de madeira entalhada, pertencentes a antigas igrejas de São Paulo
- 10 — Vários oratórios do século XVIII
- 11 — Cruzeiro de pedra de antiga Capela de Santo Amaro, perto de Bertoga
- 12 — Oratório que pertenceu a Igreja de N. S. do Rosário de Cuiabá (Mato Grosso) — erigida na primeira metade do século XVIII
- 13 — Bancos, (2) pintados, de sacristia que pertenceram à mesma igreja
- 14 — Cruzeiro e sinos da igreja da antiga Colônia Militar de Itapura
- 15 — Cartela que pertenceu à antiga Igreja de São Pedro
- 16 — Moldura, branca e dourada, da antiga Sé de São Paulo
- 17 — Cartela que rematava o altar-mor da Igreja de N. S. dos Remédios, erigida em 1723 e demolida em 1943
- 18 — Figuras de anjos (2) que foram retiradas da parte interna do pórtico da mesma igreja e que haviam pertencido ao Recolhimento de Santa Teresa, erigido em 1685 e demolido em 1917
- 19 — Esculturas (duas figuras) provenientes da Capela de Santo Antônio, em São Roque, fundada por Fernão Dias de Barros, no século XVII
- 20 — Pequena imagem de madeira — Senhor dos Passos — Arte popular paulista
- 21 — Imagem de madeira — São João Evangelista — século XVIII

- 22 — Pequenas imagens provenientes da capela erigida em 1622, na Aldeia de São Miguel de Ururai
- 23 — Diadema de imagem de Nossa Senhora — pertenceu à antiga Igreja do Colégio
- 24 — Pequena imagem de São Sebastião — Minas Gerais — século XVIII
- 25 — Rica imagem de marfim — N. S. do Rosário — Coleção D. João VI
- 26 — Imagens de marfim, policromadas, (baianas) Século XVII e XVIII
- 27 — Espelhos de couro, de antiga Igreja de Itu
- 28 — Vara de pálio da antiga Igreja do Colégio — São Paulo

MUSEU PAULISTA

Seção de História

RELAÇÃO DE TELAS RELIGIOSAS, EXISTENTES NO MUSEU PAULISTA

- 1 — Páteo da Sé, em 1862 — Óleo de J. Wasth Rodrigues
- 2 — Igreja da Misericórdia, edificada no 1.º quartel do século XVIII — Óleo de J. Wasth Rodrigues
- 3 — Largo e Mosteiro de São Bento, em 1830 — Óleo de J. Wasth Rodrigues
- 4 — Largo e Igreja de Santa Ifigênia, em 1864 — Óleo de J. Wasth Rodrigues
- 5 — Páteo do Colégio, em 1858 — Óleo de J. Wasth Rodrigues
- 6 — Páteo e Igreja de São Francisco, em 1862 — Óleo de J. Wasth Rodrigues
- 7 — Paço Episcopal de São Paulo, em 1822 — Óleo de A. Figurey
- 8 — Convento de Santa Teresa, demolido no século XIX — Óleo de Alípio Dutra.
- 9 — Igreja de Nossa Senhora da Penha de França, em 1835 (segundo original de Miguel Arcanjo Benício Dutra (Miguelzinho) — Óleo de Adelaide Cavalcanti
- 10 — Igreja do Colégio, em ruínas — 1896 — Óleo de Jonas de Barros
- 11 — Imagem de Nossa Senhora das Dôres — Óleo sem assinatura
- 12 — Caminho do Calvário (Pintura colonial em madeira) — Anônimo
- 13 — Nossa Senhora e Menino Jesus (Pintura colonial) — Anônimo
- 14 — Nossa Senhora da Conceição (Pintura colonial) — Anônimo
- 15 — São Domingos (Pintura colonial) — Anônimo
- 16 — Instituição da Santa Eucaristia, grande tela, século XVIII — Anônimo
- 17 — Nossa Senhora da Conceição, tela de meados do século XVII, outrora pertencente à Matriz de Santo Amaro. É uma das mais velhas pinturas existentes no Estado de São Paulo — Anônimo
- 18 — Nossa Senhora e o Menino Jesus (Pintura sobre zinco) — Anônimo
- 19 — A Virgem Maria, Sant'Ara e São Joaquim — grande tela de meados do século XVIII — Anônimo
- 20 — Igreja dos Remédios, em 1862 — Óleo de Benedito Calixto

- 21 — Matriz Colonial de Santos — Óleo de Benedito Calixto
- 22 — Pátio da Sé e Igreja da Sé e São Pedro, em 1858 — Óleo de J. Wasth Rodrigues
- 23 — Igreja de Santo Antônio — Óleo de J. Wasth Rodrigues
- 24 — Igreja de N. S. dos Remédios — Óleo de Maria C. Pinto Serva
- 25 — Capela-Mor da Catedral de São Paulo — Óleo de Maria C. Pinto Serva
- 26 — Porta da Capela do Santíssimo da mesma igreja — Óleo de Maria C. Pinto Serva
- 27 — Nave central da mesma — Óleo de Maria C. Pinto Serva
- 28 — Côro e Igreja do Pátio do Colégio — Óleo de M. C. Pinto Serva
- 29 — Capela do Santíssimo da mesma igreja — Óleo de M. C. Pinto Serva
- 30 — Nave da mesma igreja — Óleo de M. C. Pinto Serva
- 31 — Padre Diogo Antônio Feijó — Óleo sem assinatura
- 32 — Padre José de Anchieta — Óleo de Benedito Calixto
- 33 — Padre Alexandre de Gusmão (Pintura colonial sobre madeira) — sem assinatura
- 34 — Padre Bartholomeu de Gusmão — Benedito Calixto
- 35 — Interior da Igreja de São Romão, em Toledo — Óleo de Eugênio Latour
- 36 — Igreja de São Romão, em Toledo — H. Manzo
- 37 — Capela de N. S. de Belém (Bahia) — Óleo de H. Manzo
- 38 — Catedral Imperial — Aquarela de Miguel B. Dutra (Miguelzinho)
- 39 — Igreja de São Francisco — Aquarela de Miguel B. Dutra (Miguelzinho)
- 40 — Convento de Santa Teresa — Aquarela de Miguel B. Dutra (Miguelzinho)
- 41 — Igreja e Colégio dos Jesuitas — Aquarela de Miguel B. Dutra (Miguelzinho)
- 42 — Mosteiro de São Bento — Aquarela de Miguel B. Dutra (Miguelzinho)
- 43 — Igreja do Rosário de Casa Branca — Aquarela de Miguel B. Dutra (Miguelzinho)
- 44 — Igreja da Vila de Santo Amaro — Aquarela de Miguel B. Dutra (Miguelzinho)
- 45 — Verônica — Óleo sem assinatura
- 46 — Cabeça de Nazareno — Óleo sem assinatura
- 47 — Conversão de São Paulo — Almeida Júnior
- 48 — Convento de Itanhaem (Côro) — Crayon de Alfredo Olini
- 49 — Anchieta — Óleo de Oscar P. da Silva
- 50 — Igreja da Boa Morte — Óleo de H. Manzo
- 51 — Igreja da Glória, em 1830 — Óleo de Adelaide Cavalcanti
- 52 — Frei Antônio de Sant'Ana Galvão — Óleo de Távola
- 53 — Frei Antônio Santa Úrsula Rodvalho — Óleo de Alípio Dutra
- 54 — Frei Miguel Arcanjo Anunciação Teixeira — Óleo de Rarcília Amaral
- 55 — Convento da Luz — Óleo de Henrique Manzo
- 56 — Padre Ângelo de Sequera — Óleo de Henrique Manzo
- 57 — Antigo Convento de Santa Clara, em Taubaté — Crayon de Paulo Florençano

58 — Igreja do Padre Timoteo de Góis, em Taubaté — Crayon de Paulo Florençano

59 — Ruínas do Convento de Itanhaem — Crayon de J. Wasth Rodrigues.

c) MUSEU IMPERIAL

(Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro)

O Interventor Federal no Estado do Rio de Janeiro, Comandante Hernani do Amaral Peixoto, pelo Decreto nº 684, de 3 de fevereiro de 1939, e Decreto-lei nº 44, de 27 de novembro do mesmo ano, autorizou a aquisição do imóvel denominado «Parque Imperial», onde fôra construído o Palácio Imperial de Petrópolis, única construção feita no Brasil especialmente para residência do Chefe da Nação.

O governo fluminense transferiu o Parque Imperial para a União, e o Chefe do Governo Federal, Dr. Getúlio Vargas, pelo Decreto nº 2.096, de 29 de março de 1940, criou o Museu Imperial, entregando-o à competência, zelo e dedicação do Dr. Alcindo de Azevedo Sodré, que realizou a magistral obra que pode hoje ser admirada por brasileiros e estrangeiros na cidade de Petrópolis.

Entre as finalidades do novo instituto ficara então estabelecido a de «realizar pesquisas, conferências e publicações sobre assuntos da história nacional em geral e, de modo especial, sobre os acontecimentos e as figuras do período imperial». (Alcindo Sodré, prefácio do *Anuário do Museu Imperial*, Petrópolis, 1940, pág. 5).

Além das aquisições feitas por compra ou obtidas por valiosas doações, o Museu Imperial foi logo enriquecido com 81 volumes manuscritos que constituem os *Livros da Mordomia da Casa Imperial*, documentos relativos a atos e à vida social das pessoas da família de Bragança no Brasil, desde 1808 a 1889, preciosa coleção transferida do Arquivo Nacional. (Alcindo Sodré, prefácio do *Anuário do Museu Imperial*, Petrópolis, 1941, pág. 3. Alcindo Sodré, *Museu Imperial*, Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1950).

O catálogo do Museu Imperial mostra a importância das coleções lá existentes, e o seu arquivo está notavelmente enriquecido com o arquivo do Castelo d'Eu, que foi doado pela família imperial.

d) MUSEU NACIONAL

O Museu Nacional é mais antigo do que o Brasil independente. A glória de fundá-lo coube a Luis de Vasconcelos,

então Vice-Rei do Brasil, que governou o nosso povo de 1779 a 1790.

Inicialmente bem modesta foi a vida do museu. Mas o seu dedicado Inspetor Francisco Xavier Cardoso Caldeira, natural de Santa Catarina, o qual era conhecido pela designação de Xavier dos Pássaros, não poupou esforços para a realização do soberbo empreendimento cultural. Graças a êle e aos seus auxiliares é que se adquiriram e se classificaram os primeiros espécimes.

A vinda da côrte portugueza para o Brasil retardou o desenvolvimento da instituição, pois a casa que êle ocupava foi destinada à oficina de lapidaria. Puseram à margem, por algum tempo, a obra de Xavier dos Pássaros. O inspetor que lhe sucedeu após a morte nada pôde fazer em benefício do museu. A coleção já existente foi encaixotada e entregue à ação destruidora do tempo.

Só em 1818 D. Antônio de Vila Nova Portugal resolveu prosseguir a obra iniciada pelo Vice-Rei Luís de Vasconcelos, criando por decreto o Museu Real.

A reorganização do Museu ficou ao encargo de Frei José da Costa Azevedo, que já se tornara famoso não só no Brasil, mas ainda em Portugal, pela sua cultura e erudição.

D. João VI mostrou-se interessado pelos projetos de Frei Costa Azevedo e dispôs-se a prestigiá-lo.

A independência do Brasil só veio trazer benefício ao Museu, em vista do interêsse que êle despertou em José Bonifácio, que, além de homem de estado e de homem de letras, foi um dos maiores mineralogistas que o Brasil já teve.

Um fato de real significação foi a criação da biblioteca do Museu a 11 de junho de 1863.

Essa biblioteca recebeu, inicialmente, como doação 3.000 volumes que pertenceram à Comissão Científica do Ceará e mais 200 volumes preciosos que lhe foram legados pelo Dr. Lacerda, falecido no Maranhão.

O Museu teve em sua direção figuras de reconhecido merecimento e projeção nacional. Além dos já citados Xavier dos Pássaros e Frei José da Costa Azevedo, cumpre mencionar os nomes de Freire Alemão, Ladislau Neto, Manuel Francisco Bordalo e Amaro das Neves Armond. Dignos também de referência elogiosa são os científicos M. Wiener, Carlos Hart, Fritz Müller, defensor das idéias de Darwin, Orville Derby, Fernandes Pena e Rodrigues Peixoto, que, tendo em mão um crânio encontrado por Lund na Lagoa Santa, se dedicou aos estudos de antropologia.

Após a proclamação da República, o Museu Nacional foi alvo de nova reforma, ficando dividido em quatro seções : 1ª, Zoologia, Anatomia e Embriologia comparada; 2ª, Botânica; 3ª, Mineralogia, Geologia e Paleontologia; 4ª, Antropologia, Etnologia e Arqueologia.

Foi eficiente diretor do Museu Nacional o eminente cientista e literato E. Roquete Pinto.

O Museu Nacional, atualmente superiormente dirigido pela Senhora Heloísa Alberto Torres, é uma instituição de grande valor não só pela sua biblioteca especializada, como sobretudo pelas suas valiosas coleções de caráter científico, artístico e histórico.

O seu afamado *Boletim* tem publicado muitos trabalhos de interesse para a história da Igreja Católica no Brasil. O nº 4 do vol. VI publicou um excelente estudo bio-bibliográfico sobre o ilustre historiador Padre Carlos Teschauer, da S. J. (Dr. Ladislau Neto — *Investigações históricas e científicas sobre o Museu Imperial e Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1870). (Notícia Histórica dos Serviços, Instituições e estabelecimento pertencentes a esta repartição [Ministério da Justiça e Negócios Interiores]. Rio de Janeiro, 1898, XXI). (*O Centenário do Museu Nacional*, em *Revista do Museu Paulista*, tomo X, páginas 867 e seguintes).

e) OUTROS MUSEUS HISTÓRICOS

Há no Brasil inúmeros pequenos museus que podem fornecer elementos ao historiador da Igreja Católica. Vamos citar alguns deles, com a preocupação apenas de lembrar que em busca de determinado material o pesquisador poderá nêles encontrar o que necessita.

MUSEU DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

(Rio de Janeiro)

Desde os primeiros anos de sua existência, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro cuidou de reunir objetos históricos, ou curiosos, medalhas e moedas, criando assim um pequeno museu, onde muitas peças de grande valor existem atualmente, como : a espada de guerra do Duque de Caxias; o carrinho e pá de jacarandá da Bahia com incrustações de prata, que serviram ao Imperador Dom Pedro II no primeiro corte na inauguração da

Estrada de Ferro de Petrópolis, a primeira construída no Brasil pelo grande Visconde de Mauá (28-8-1852); o *Mascário*, coleção de máscaras de grandes homens, tais como: José Bonifácio, o Patriarca, Antônio Carlos, Cônego Barbosa França, Monsenhor Marinho, Padre José Mauricio Nunes Garcia, Francisco Manuel da Silva, Napoleão Bonaparte, e outros.

O Dr. Moreira de Azevedo, 1º secretário, organizou em 1885 um catálogo dos objetos do Museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, publicado no tomo 49, 2ª parte, vol. 73, páginas 393 e 419.

Outro catálogo feito pelo sócio Dr. Norival Soares de Freitas ainda está inédito.

IMPERIAL IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA DO OUTEIRO

(Rio de Janeiro)

Por detrás do adro no final da Ladeira da Glória existe num edifício pertencente à Irmandade um museu que é bastante rico pelo valor intrínseco, histórico e artístico das jóias de Nossa Senhora da Glória ofertadas pelos irmãos ou devotos. Nos mostruários e paredes do Museu existem muitos outros objetos em prata, madeira de lei, porcelanas, marfim, etc.

O Museu guarda a cadeira de jacarandá de espaldar alto, estilo D. João V, onde sentava o Imperador D. Pedro II nas festividades da Igreja da Glória. (Yolanda Marcondes Portugal — «Nossa Senhora da Glória do Outeiro», Rio de Janeiro, 1948).

MUSEU MARIANO PROCÓPIO

(Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais)

O Museu Mariano Procópio, de Juiz de Fora, foi criado pelo Dr. Alfredo Lage em lembrança de seu genitor, o ilustre Engenheiro Mariano Procópio Ferreira Lage.

Iniciado com a coleção mineralógica e outras organizadas pelo Dr. Mariano Procópio, e muito ampliado por Alfredo Lage, foi o museu inaugurado em 23 de junho de 1921. Logo no ano seguinte, bem aumentado, foram realizadas grandes festas para a colocação dos bustos da Princesa Isabel e do Conde d'Eu, sendo então orador oficial o Dr. Max Fleiuss, secretário perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o qual pronunciou

notável discurso, em que traçou as biografias da Princesa Isabel e de seu ilustre consorte.

Em 1933, com a presença da Viscondessa de Cavalcanti, foi inaugurada a sala que recebeu o seu nome e que tanto enriqueceu o patrimônio artístico do museu.

Em 1936, o Dr. Alfredo Ferreira Lage e sua mulher fizeram, por escritura pública, doação do museu à cidade de Juiz de Fora.

O Museu Mariano Procópio é formado por várias seções : história, belas artes, autógrafos, medalheiro, cerâmica e ciências naturais.

É riquíssima a pinacoteca de quadros dos maiores pintores nacionais, tais como : Bernardelli, Parreiras, Vitor Meireles, Amoedo, Décio Vilares, Luís de Freitas, Belmiro de Almeida, Batista da Costa, etc.

Enriquecem ainda o museu muitos quadros de artistas portugueses, como Malhõa, Sousa Pinto, Silva Pôrto, Antônio Carneiro; de franceses, como Fragonard, Vinet e outros, e esculturas de Rodolfo Bernardelli, Mercier, David, etc.

A parte histórica interessa ao historiador da Igreja no Brasil. (Max Fleiuss — *Páginas de História*, Rio de Janeiro, 1930, 2ª ed., pág. 437). (*Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, 1937, págs. 165 e seguintes).

MUSEU CORONEL DAVID CARNEIRO

(Curitiba, Estado do Paraná)

O Museu David Carneiro, de iniciativa privada, foi organizado pelo ilustre historiador David Carneiro Filho. Recebeu o nome do pai do fundador : o Coronel David Carneiro.

Abrange coleções de minerais, numismática, interessante apoteca de condecorações e medalhas militares. Instalado em 1926 em pequeno local, hoje ocupa condigna instalação e está sendo constantemente aumentado.

O Museu Coronel David Carneiro tem publicado vários opúsculos e livros. (*Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, 1937, págs. 169 e 170).

MUSEU REGIONAL DE OLINDA

(Pernambuco)

Por ocasião da comemoração do IV centenário da chegada de Duarte Coelho a Pernambuco, por iniciativa do ilustre Dr. José Maria de Albuquerque Melo, Diretor da Biblioteca Pública do

Estado (Recife), foi fundado um museu em apropriado prédio de Olinda, de característica feição setecentista.

«É um museu retrospectivo, reunindo móveis, imagens, painéis e objetos de toda a natureza, em que se manifesta a arte regional». Nêle se encontra o altar que pertenceu à Sé de Olinda e bons exemplares de iconografia religiosa. (*Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, 1937, pág. 162).

MUSEU DE ARTE E HISTÓRIA DE OURO PRETO

(Minas Gerais)

Há na cidade de Ouro Preto, um Museu de Arte e História da Casa de Gonzaga, criado e dirigido com inextinguível dedicação pelo Dr. Vicente Racioppi. Além de relíquias relativas aos inconfidentes, notadamente Tomás Antônio Gonzaga e Marília de Dirceu, conta o Museu de Ouro Preto valiosa documentação sobre arte religiosa antiga.

ARQUIVO E MUSEU DO PALÁCIO GRÃO PARÁ

(Petrópolis)

Dom Pedro de Orleans e Bragança mantém em sua residência em Petrópolis, no Palácio do Grão-Pará, um precioso arquivo-museu com muitos objetos que pertenceram a seus antepassados e valiosos manuscritos inéditos. Guarda ainda, e com carinhoso desvelo, boa parte da indumentária da família imperial.

Há pouco tempo para beneficiar uma casa de caridade Dom Pedro fez uma exposição do vestuário imperial que foi bastante apreciada.

VIII — *Instituições culturais que interessam à História da Igreja Católica no Brasil*

Em muitas instituições públicas e privadas brasileiras poderão os pesquisadores da história da Igreja Católica no Brasil encontrar excelente material para os seus estudos. Entre elas poderemos citar :

a) DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (DPHAN)

O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, criado pelo Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, passou

a constituir a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pelo Decreto-lei nº 8.534, de 2 de janeiro de 1946.

A D.P.H.A.N. tem por finalidade inventariar, classificar, tomba e conservar monumentos, obras, documentos e objetos de valor histórico e artístico existentes no país, competindo-lhe promover :

I — a catalogação sistemática e a proteção dos arquivos estaduais, municipais, eclesiásticos e particulares, cujos acervos interessem à história nacional e à história da arte no Brasil;

II — medidas que tenham por objetivo o enriquecimento do patrimônio artístico nacional;

III — a proteção dos bens tombados na conformidade do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 e, bem assim, a fiscalização sobre os mesmos, extensivas ao comércio de antiguidades de obras de arte tradicional do país, para os fins estabelecidos no citado decreto-lei;

IV — a coordenação e a orientação das atividades dos museus federais que lhe ficam subordinados, prestando assistência técnica aos demais;

V — o estímulo e a orientação no país da organização de museus de arte, história, etnografia quer pela iniciativa particular, quer seja iniciativa pública;

VI — a realização de exposições temporárias de obras de valor histórico e artístico, assim como de publicações e quaisquer empreendimentos que visem difundir, desenvolver e apurar o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional.

A D.P.H.A.N. tem procurado coligir em seu arquivo documentação fotográfica e dados históricos referentes aos principais monumentos de arquitetura civil, rural, religiosa e militar do Brasil. No tocante à história da Igreja, podem ser consultados alguns milhares de fotografias e de textos copiados de arquivos paroquiais, abrangendo os templos inscritos nos Livros do Tombo e os simplesmente inventariados como exemplares interessantes. Anexa ao Arquivo, a Biblioteca reúne por sua vez um acervo de obras especializadas, que se vem ampliando por meio de novas pesquisas e aquisições.

Sob a inteligente e dedicada direção do Dr. Rodrigo Melo Franco de Andrada o D.P.H.A.N. além da *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* tem publicado muitos e valiosos estudos, acompanhados de preciosa documentação fotográfica, sobre monumentos religiosos do Brasil. Entre eles encontra-se o *Seminário de Belém da Cachoeira* (Bahia).

por Godofredo Filho; a *Igreja dos Montes Guararapes* (Pernambuco), por Anibal Fernandes; a *Capela de Santo Antônio* (São Paulo), por Mário de Andrade; a *Igreja dos Remédios* (São Paulo), por Nuto Santana; a *Igreja de São Francisco Xavier*, em Niterói, por Noronha Santos; a *Capela de Nossa Senhora de Sant'Ana* (Minas Gerais); *São Francisco de Assis de Ouro Preto*, de Monsenhor Raimundo Trindade, e muitas outras. (*Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro).

Rodrigo Melo Franco de Andrada publicou no *Brasil* (volume dedicado ao nosso país, da coleção *Monumentos e Arqueológicos da América* do Instituto Panamericano de Geografia e História), uma resenha, até hoje inédita, dos bens que constituem o patrimônio histórico, arqueológico e da arte tradicional do Brasil, sob a proteção especial instituída na legislação brasileira. (Rodrigo Melo Franco de Andrada — *Brasil*, México, D.F., 1952, págs. 107 a 127).

No volume acima aludido Rodrigo Melo Franco publicou (págs. 130 a 165) extensa bibliografia referente ao patrimônio histórico e artístico do Brasil.

À Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional estão subordinados três Museus Federais :

O Museu da Inconfidência, na cidade de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais, criado pelo Decreto-lei nº 965, de 20 de dezembro de 1938, com a finalidade de «Colecionar as coisas de várias naturezas, relacionadas com os fatos históricos da Inconfidência Mineira e com seus protagonistas e bem assim as obras de arte ou de valor histórico que constituam documentos expressivos da formação de Minas Gerais». É seu diretor o ilustre historiador Monsenhor Raimundo Trindade.

O Museu das Missões, em São Miguel, Município de Santo Ângelo, Estado do Rio Grande do Sul, criado pelo Decreto-lei nº 2.077, de 8 de março de 1940, que deverá «reunir e conservar as obras de arte ou de valor histórico relacionadas com os Sete Povos das Missões Orientais, fundados pela Companhia de Jesus naquela região do País».

O Museu do Ouro, criado pelo Decreto-lei nº 7.483, de 23 de abril de 1945, e instalado na cidade de Sabará, Estado de Minas Gerais, na antiga Casa da Intendência do Ouro, com a finalidade de «recolher, classificar, conservar e expor objetos de valor histórico e artístico relacionados com a indústria de mineração no país». É dirigido pelo historiador Dr. Antônio Joaquim de Almeida.

b) INSTITUTOS GENEALÓGICOS E DE NUMISMÁTICA

Todos sabem quão preciosos são os subsídios fornecidos pela Genealogia e pela Numismática aos historiadores da Igreja Católica.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tem-se ocupado sempre com assuntos genealógicos. A *Revista* do tradicional sodalício publicou vários trabalhos valiosíssimos entre os quais: o *Catálogo Genealógico*, do cronista da Província de Santo Antônio, Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão (*Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo LII, parte I, págs. 6 a 497); e a *Nobiliarquia Paulistana*, de Pedro Taques de Almeida Paes Leme (*Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo XXXII, parte I, pág. 175; tomo XXXIII, parte I, pág. 5 e parte II, pág. 27; tomo XXXIV, parte I, pág. 5 e parte II, pág. 129; tomo XXXV, parte I, pág. 5 e parte II, pág. 243; e tomo XXXVI, parte I, pág. 5).

Cabe aqui lembrar alguns ilustres linhagistas brasileiros: Borges da Fonseca (Antônio José Victorino Borges da Fonseca, 1718-1786) que escreveu a *Nobiliarquia Pernambucana*; Silva Leme (Luiz Gonzaga da Silva Leme, 1852-1919) que publicou a *Genealogia Paulistana*; Jorge Godofredo Felizardo, autor de *Genealogia Riograndense*; Arthur de Rezende, que escreveu a *Genealogia Mineira*; Mário Teixeira de Carvalho, que publicou o *Nobiliário Sul-Riograndense*; A. J. de Macedo Soares, que escreveu *Nobiliarquia Fluminense*, publicada por seu filho o ilustre Desembargador Julião de Macedo Soares.

Não devemos esquecer o excelente serviço prestado pelo Dr. Washington Luís Pereira de Sousa, quando prefeito de São Paulo, mandando publicar as Atas da Câmara Municipal de São Paulo e os livros de Registro Civil, nem tão pouco as publicações dos conscienciosos linhagistas Dr. Frederico de Barros Brotero, Adolfo Julio d'Aguiar Melchert, Carlos da Silveira, Afonso d'E. Taunay, Américo de Moura, Cônego Roque Paes Leme, Francisco Kloris Werneck, Cônego Raimundo O. Trindade, Conselheiro Antônio Joaquim de Macedo Soares, João Batista de Campos Aguirre, General Souza Docca, Carvalho Franco, José Augusto Bezerra de Menezes, Jorge Godofredo Felizardo, Arthur de Rezende, Monsenhor Antônio Paes Cintra, General Borges Fortes, Dr. José Pedro Leite Cordeiro, e tantos outros.

O Dr. Carlos da Silveira, braço direito do Coronel Salvador de Moya, em seu apostolado genealogista escreveu para as *Publicações do Instituto de Administração*, da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo.

nº 59, um interessante estudo sobre *A Contribuição do Instituto Genealógico Brasileiro para os estudos históricos*, em que o ilustre autor aborda vários aspectos interessantes da genealogia brasileira.

Modernamente o grande apóstolo da Genealogia no Brasil tem sido o Coronel Salvador de Moya. Idealista desinteressado, com notável capacidade de trabalho, Salvador de Moya pôs sua inteligência e laboriosidade a serviço da Genealogia. Fundou o Instituto Genealógico Brasileiro que editou as notáveis publicações: *Anuário Genealógico Brasileiro*, coleção de 10 anos; *Revista Genealógica Brasileira*, nove anos, com 18 números publicados; *Índices Genealógicos Brasileiros*, nove índices e no prelo o décimo; *Biblioteca Genealógica Brasileira*, com seis volumes. Depois de pertinaz propaganda, conseguiu Salvador de Moya incentivar em todo o Brasil linhagistas estudiosos, e criar Institutos Genealógicos que cobrem hoje quase todo o território (pág. 38), alguns publicando excelentes trabalhos como a *Revista do Instituto Genealógico da Bahia*.

Alargando as suas vistas, iniciou Salvador de Moya árduo trabalho em toda a América Latina. Daí surgiu a Federação dos Institutos Genealógicos Latinos.

Moya transformou a sua *Revista* em *Revista Genealógica Latina* e criou a *Biblioteca Genealógica Latina*.

A *Revista Genealógica Latina* publicou dois estudos do próprio Salvador de Moya sobre *Bispados do Brasil e Bispos que tem tido* (nº 3, 1951, págs. 13 a 21); e *Bispos do Brasil* (nº 4, 1952, págs. 5 a 66). Publicou também vários trabalhos de Benedito Marcondes sobre recenseamentos extraídos de documentos existentes no Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo: Recenseamento de São Paulo em 1765 (*Revista Genealógica Brasileira*, ano VI, 1954, pág. 423; Recenseamento de São Paulo em 1767 (*Revista Genealógica Brasileira*, ano VI, 1945, pág. 470; Recenseamento dos bairros da Penha e São Miguel, de São Paulo, em 1773 (*Revista Genealógica Brasileira*, vol. VI, 1945, pág. 505; Recenseamento de Lages em 1777 (*Revista Genealógica Brasileira*, vol. VI, 1945, págs. 205, e outros).

No IV ano do *Anuário Genealógico Brasileiro* (1942, pág. 13) encontra-se um estudo do Dr. Vasco Smith de Vasconcellos, sobre a Província Eclesiástica do Rio de Janeiro.

O incansável Salvador de Moya publicou na *Revista do Arquivo Municipal*, de São Paulo, ano IV, vol. XXXVIII, págs. 80 a 160, um *Catálogo de autores genealógicos*.

O esforçado linhagista publicou ainda na *Revista Genealógica Brasileira*, uma *Bibliografia Genealógica Regional* (ano VI, 1945,

pág. 337 e ano VIII, pag. 10), em que catalogou, por Estados, quase todos os genealogistas brasileiros.

Sociedades Numismáticas

Existem também no Brasil várias Associações numismáticas, e entre elas a Sociedade Numismática Brasileira, com sede em São Paulo e publica a *Revista Numismática*; a Sociedade Numismática, do Rio de Janeiro; e a Sociedade Numismática de Belo Horizonte, que edita o *Boletim Numismático*.

Armorial Eclesiástico Brasileiro

Monsenhor Antônio Paes Cintra escreveu para o Instituto Genealógico Brasileiro um interessante estudo sobre os escudos eclesiásticos. (*Revista Genealógica Brasileira*, ano IX, 1948, pag. 3, e *Revista Genealógica Latina*, nº 2, 1950, pag. 27).

Neste trabalho Monsenhor Cintra expõe um plano para a elaboração de um *Armorial Eclesiástico Brasileiro*.

Dom Francisco de Paula e Silva, Bispo do Maranhão, publicou um *Armorial da Igreja Maranhense* (Vozes, de Petrópolis).

O Padre João Batista Lehmann, no seu *Brasil Católico*, está publicando brazões eclesiásticos.

O diplomata brasileiro Dr. João Fonseca Hermes está ultimando um *Armorial Eclesiástico Brasileiro*.

Sêlo Eclesiástico

Em tôdas as paróquias deve existir um sêlo (carimbo) para dar caráter oficial aos documentos, certidões, atestados, etc. (Código de Direito Canônico, Canon 470, § 4º).

O Concílio Plenário Brasileiro, 56, § 2º, determinou que tôdas as paróquias tenham o seu sêlo (*Pastoral Coletiva de 1915*, nº 1.200).

c) OUTRAS INSTITUIÇÕES

Serviço de Documentação da Reitoria da Universidade de São Paulo

Possui a Universidade de São Paulo um excelente serviço de documentação que por sua organização está prestando ótimos serviços não só no âmbito universitário, como também em outros círculos culturais de São Paulo, do Brasil e mesmo do estrangeiro.

O Professor Ernesto de Souza Campos, atual presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, escreveu para o seu livro, ainda inédito, *História da Universidade de São Paulo*, bom capítulo sobre o aludido Serviço de Documentação.

Admiravelmente bem aparelhado e notavelmente dirigido pelo Sr. G. Oscar Campiglia, o Serviço de Documentação do Departamento de Cultura e Ação Social da Universidade de São Paulo, compreende:

- a) Seção de Cinema Educativo;
- b) Biblioteca Central, e
- c) Seção de Microfilme.

À Seção de Cinema Educativo compete:

- 1) Organizar filmes documentários sobre as atividades da Universidade de São Paulo;
- 2) Confeccionar filmes de caráter educativo;
- 3) Proceder a ampla divulgação dos mesmos, em colaboração com a Divisão de Difusão Cultural;
- 4) Cooperar com outras entidades de caráter cultural, mantendo e incentivando o intercâmbio de filmes.

A Biblioteca Central da Universidade de São Paulo, que servirá como centro bibliográfico de consulta e colaboração entre todas as bibliotecas universitárias especializadas do Brasil e do Exterior, se encarrega:

I — da localização de livros nas bibliotecas e dos catálogos coletivos de outras instituições bibliográficas;

II — da permuta e empréstimos inter-bibliotecários;

III — do estabelecimento de entradas de fichas para uniformização de seus catálogos coletivos;

IV — do serviço de referência geral, constante de pesquisas bibliográficas, compilação de bibliografias e serviço de informação;

V — das estatísticas biblioteconômicas;

VI — de intercâmbio bibliotecário com outras bibliotecas e instituições congêneres;

VII — da formação e aperfeiçoamento biblioteconômico dos servidores que se destinam ao trabalho de biblioteca ou dos bibliotecários já formados por meio de estágios, cursos e treinamento;

VIII — da compilação do Catálogo Coletivo das bibliotecas da Universidade de São Paulo;

IX — da ampliação do Catálogo de periódicos existentes nos diversos institutos universitários e principais bibliotecas especializadas do Brasil;

X — da organização de coleções especiais indispensáveis ao desenvolvimento dos trabalhos mencionados.

A Seção de Microfilme compete:

I — manter intercâmbio bibliográfico de microfilme e de outros processos de reprodução, com as instituições congêneres nacionais e estrangeiras;

II — fornecer cópias, em microfilme ou em outros processos de reprodução, de trabalhos técnicos científicos e culturais, solicitados por instituições nacionais, estrangeiras, oficiais ou particulares;

III — manter um laboratório de foto-duplicação.

Ao pleno desenvolvimento de suas atividades regimentais, somou o Serviço de Documentação, atividades correlatas objetivando integral aproveitamento da capacidade de produção dos aparelhos destinados, originariamente à produção de microfilmes, fotocópias e ampliações. Entre outros, destaca-se a produção de *diapositivos* destinados a projeções fixas em branco e preto e em cores, precioso elemento auxiliar do ensino contemporâneo, dos trabalhos de divulgação, conferências e cursos especiais.

A produção desse material no exercício de 1952, foi de 18.000 unidades, na maioria, entregues às diversas Cátedras Universitárias e o restante, a colégios, museus de arte, bibliotecas e instituições culturais.

Além dos citados, funcionam outros serviços tais como: formação e aperfeiçoamento de «técnicos de documentação» através de concessões autorizadas pelo Magnífico Reitor para estagiários. Produção de documentação científica e técnica, histórica e artística, assistência técnica, cursos e conferências em bom número.

Os trabalhos de reprodução microfilmada, fora dos limites da Universidade, são feitos mediante pagamento de taxas insignificantes, calculadas na base do custo parcial da produção, havendo, portanto, substancial contribuição financeira por parte da Universidade de São Paulo, no sentido de se criar facilidades aos estudiosos e cientistas.

Para atender aos trabalhos de fornecimento de reprodução de artigos e textos, mantém o Serviço de Documentação acordos de intercâmbio ou adquire microfilmes de Instituições congêneres da maioria dos países americanos e europeus, sendo que, essa

organização, possibilita o fornecimento de 90% de uma dada bibliografia solicitada.

A atividade do Serviço de Documentação não se limita ao serviço de microfilmes geralmente destinados a funções restritas de trabalhos técnicos nas bibliotecas modernas; suas instalações, organização e equipamento, objetivam abranger, como órgão central, os serviços de microfilmes existentes no território nacional, europeu, sul e norte americanos, para os efeitos de cooperação nacional e internacional, no que diz respeito ao intercâmbio e obtenção de publicações fora do alcance do leitor.

Pelo que vimos, o Serviço de Documentação da Universidade de São Paulo está em condições de muito auxiliar os que se dedicam à história da Igreja Católica no Brasil.

Casa de Rui Barbosa

(Rio de Janeiro)

A Casa de Rui Barbosa na rua de São Clemente nº 134, é uma instituição extra-escolar que tem por fim cultivar a memória de Rui Barbosa como figura representativa da nacionalidade.

Foi a última residência do grande brasileiro e compreende todos os móveis, livros e arquivos que lhe pertenceram. É, portanto, verdadeiro museu, cuja visita impressiona pela simplicidade da vida do eminente mestre do civismo, e dá idéia da grandeza intelectual da Águia de Haia.

O arquivo da Casa de Rui Barbosa guarda grande cópia de documentos históricos, originais ou cópias de originais e larga correspondência com os mais notáveis próceres do fim do Império e da República.

Além de numerosas publicações, a Casa de Rui Barbosa está editando as *Obras Completas* do inclito brasileiro, graças à tenacidade do ilustre Dr. Américo Jacobina Lacombe, seu atual diretor. (Adalberto Mário Ribeiro — *Casa de Rui Barbosa*, em *Instituições Brasileiras de Cultura*, Rio de Janeiro, 1945, págs. 33 a 89). «Ministério de Educação e Saúde — Serviço de Documentação» — Folheto nº 27, 1946 — *Casa de Rui Barbosa* — *Realizações*.

Academia Brasileira de Letras

O mais alto sodalício literário brasileiro possui uma excelente biblioteca especializada e um arquivo que está crescendo dia a dia.

A Academia Brasileira de Letras prestou, mercê da iniciativa do saudoso Afrânio Peixoto, o relevante serviço de publicar as

cartas jesuíticas: I — *Cartas do Brasil*, de Manuel da Nóbrega (notas de Vale Cabral e Rodolfo Garcia), 1931. II — *Cartas avulsas de Jesuitas* (1550-1568), (notas de Afrânio Peixoto), 1931. III — *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões do Padre Joseph de Anchieta, S.J.* (1554-1594), (notas de A. de Alcântara Machado), 1933. (José Caeiro, *Jesuitas do Brasil e da Índia*, Bahia, 1936).

Instituto Nacional do Livro

Dirigido desde a sua fundação pelo ilustre Sr. Augusto Meyer, o Instituto Nacional do Livro tem por finalidade principal «incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional».

Desde o seu início o Instituto Nacional do Livro já registrou cerca de 5.300 bibliotecas e distribuiu mais de um milhão de livros. O Instituto Nacional do Livro está também prestando relevante serviço, dando assistência técnica a bibliotecas públicas, semi-públicas e particulares em todo o território nacional.

Editando o reeditando obras raras, o Instituto Nacional do Livro tem já um acervo valioso para o historiador eclesiástico. Basta dizer que o Instituto Nacional do Livro reeditou o importante livro, já muito raro, de Monsenhor Pizarro e Araújo. (*Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, por José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo — Rio de Janeiro, 1.^a volume, 1945 — 9.^o volume, 1948).

O Instituto Nacional do Livro abrange três seções: Enciclopédia e Dicionário; Publicações; e Bibliotecas. (Adalberto Mario Ribeiro — *Instituto Nacional do Livro*, em *Instituições Brasileiras de Cultura*, Rio de Janeiro, 1945, págs. 5 a 52).

IX

CONCLUSÕES

I

Não foi ainda escrita a história da Igreja Católica no Brasil.

II

Tal lacuna é consequência das dificuldades, até hoje insuperáveis, de coleta, nas fontes, do material indispensável para a realização de tão valioso trabalho.

III

É obra imprescindível, precipuamente para que os professores de História tenham elementos para escrever manuais da história da Igreja no Brasil, a fim de facilitar tão importante estudo, em especial nos seminários.

IV

É obra factível, depois que foram abertos por Leão XIII os arquivos e a biblioteca da Santa Sé, e realizada a modernização dos arquivos e bibliotecas de quase todos os países da Europa e da América.

V

A história da Igreja Católica no Brasil deverá orientar-se aêrca da maneira de se enquadrar no ensino da História Eclesiástica, pelas lições de Leão XIII e Pio XII.

VI

Os historiadores nossos contemporâneos farão obra meritória, mas não definitiva, porque existem, assim em Portugal como no Brasil, mais de um milhão de documentos que ainda não foram devidamente relacionados nem, menos ainda, interpretados.

JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

INDICE

	Págs.
ANTELÓQUIO	9
Adenda	15
I — <i>Heurística da História da Igreja Católica no Brasil</i>	22
A lição dos Papas	22
Heurística	24
Fontes da História eclesiástica	26
Os documentos	26
Dificuldades para os que iniciam os seus estudos	27
Testemunho	34
Monumentos	34
II — <i>Fontes no Direito Eclesiástico</i>	36
Direito Divino e Direito Eclesiástico	38
Divisão do Direito Eclesiástico	39
Direito Canônico	40
Os Bulários	44
Direito Litúrgico	47
Direito Público da Igreja	50
Beneplácito	52
Padroado	53
III — <i>Fontes na legislação de Portugal e do Brasil</i>	55
Ordenações do Reino	55
Outros diplomas legais	57
Títulos e assinaturas reais	58
Protocolo episcopal no Brasil colonial e imperial	59
Administração da Colônia	59
Administração no Império	63
Capelães militares	64
Registros paroquiais	65
Os Registros do Vigário	66
IV — <i>Fontes na Santa Sé</i>	69
Notícia histórica da Biblioteca Apostólica Vaticana	70
Notícia histórica do Arquivo Secreto Vaticano	71
Fontes do Arquivo que interessam ao Brasil	72
Abertura dos Arquivos Secretos pelo Papa Leão XIII	75
V — <i>Fontes nos Arquivos e Bibliotecas de Portugal</i>	78
Arquivos de Portugal	80
Arquivo Nacional da Torre do Tombo	81
Arquivo Histórico Ultramarino	83
Biblioteca Nacional de Lisboa	84
Biblioteca da Ajuda	86
Academia das Ciências de Lisboa	87
Sociedade de Geografia de Lisboa	87

	Págs.
Arquivo Histórico Militar	88
Arquivos e Bibliotecas do Porto e de Braga	88
Arquivo e Biblioteca de Évora	89
Arquivo e Biblioteca da Universidade de Coimbra	90
Bibliotecas particulares	91
VI — <i>Fontes nos Arquivos e Bibliotecas da Europa</i>	93
ESPANHA	93
Archivo General de Indias	93
Arquivo de Simancas	93
Arquivo Histórico Nacional	93
Biblioteca Nacional, de Madrid	93
Archivo de la Corona de Aragón	93
INGLATERRA	96
British Museum Library	96
Public Records Office	96
Roman Catholic Diocesis of Westminster	96
Biblioteca do Real Instituto de Arquitectos Ingleses	96
Catálogos La Fignière, Varnhagen e Oliveira Lima	96
HOLANDA	97
Arquivo Real de Haia	97
Antigo Arquivo de Amsterdão	97
Arquivo de Roterdão	97
Biblioteca Real de Haia	98
FRANÇA	98
Biblioteca Nacional de Paris	98
Arquivo Nacional	98
Arquivo do Ministério das Relações Exteriores	98
BÉLGICA	99
ALEMANHA	99
Arquivo do Estado, de Berlim	99
Biblioteca do Estado Prussiano	99
Arquivos Públicos de Berlim, Munique, Hanover, Bremen e Conisberga	99
Biblioteca Latino-Americana	99
ÁUSTRIA	100
Biblioteca Nacional de Viana	100
Arquivo Imperial de Viena	100
ITÁLIA	100
Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores ...	100
Biblioteca Nacional Central, de Roma	100
Biblioteca Angélica, de Roma	101
Istituto di Archeologia e Historia di Arti, de Roma	101
Biblioteca Marciana, de Veneza	101
Biblioteca da Universidade Gregoriana, de Roma	101
Biblioteca Nacional Central, de Florença	101
As Bibliotecas de Florença: Ricardiana, Marceliana e a Mediceo-Laurenziana	101
Archivio di Stato, de Turim	101
Biblioteca Nacional, de Nápoles	101
INSTITUIÇÕES CULTURAIS EUROPEIAS	102
Instituto para Alta Cultura, de Portugal	102
Royal Institute of International Affairs, de Londres	102
Institute of Historical Research, de Londres	102
Royal Commission on Historical Manuscripts, de Londres ..	102

	Págs.
International Institut voon Soziale Geschiedenis, da Holanda	102
Istituto Italiano per gli Studi Storici, de Roma	102
VII — <i>Fontes nos Arquivos e Bibliotecas da América</i>	103
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA DO NORTE	103
Library of Congress, de Washington	104
New York Public Library	104
Harward, Yale, Columbia e Boston Library	104
The Catholic University of America, de Washington	105
The American Catholic Historical Association of Washington	105
The American Catholic Historical Society of Filadelfia	105
CANADÁ	105
Archives Publiques du Canadá	105
Canadian Catholic Historical Association	105
The Canadian Historical Association	105
OUTRA REPÚBLICAS AMERICANAS	106
ARGENTINA	106
Biblioteca Nacional de Buenos Aires	106
Academia Nacional de la História	106
Museu Histórico Nacional	107
Instituto de Investigaciones Históricas	107
Juntas da História de Mendonza, San Juan, La Rioja, Corrientes, Córdoba, etc.	107
MÉXICO	107
Archivo General de la Nación	107
Academia Nacional de la História y Geografia	107
Comité de História del Instituto Panamericano de Geografia y História	108
URUGUAI	108
Archivo General de la Nación	108
Museo Histórico Nacional	108
Biblioteca Nacional, de Montevideo	108
Instituto de Investigaciones Históricas de la Universidad	108
Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay	108
CHILE	108
Academia Chilena de la História	108
Biblioteca Nacional de Chile	109
Museu Histórico Nacional de Chile	109
Biblioteca e Arquivo da Universidade Católica do Chile	109
EQUADOR	109
Academia Nacional de la História	109
Archivo Nacional de História	109
Museu Histórico de la Ciudad de Quito	109
COLOMBIA	109
Academia Colombiana de la História	109
Biblioteca de História Nacional	109
Archivo Histórico Nacional, de Bogotá	110
VENEZUELA	110
Archivo General de la Nación	110
Academia Nacional de la História	110
PERU	110
Biblioteca e Archivo da Pontificia Universidade Católica do Peru	110

	Págs.
Instituto Histórico do Peru	111
PARAGUAY	111
AMÉRICA CENTRAL	112
CUBA	112
Arquivo Nacional	112
Museo Nacional	112
GUATEMALA	112
Sociedad de Geografia y História	112
Arquivo General del Gobierno	112
HONDURAS	112
Arquivo y Biblioteca Nacionales	112
Sociedad de Geografia y História, de Honduras	112
Instituto Hondureño de História	112
COSTA RICA	112
Archivos Nacionales de Costa Rica	112
Academia de Geografia y História de Costa Rica	112
NICARÁGUA	112
Arquivo Nacional	112
Academia de Geografia y História de Nicarágua	112
SÃO SALVADOR	113
Biblioteca Nacional	113
Academia Salvadoreña de la História	113
REPUBLICA DOMINICANA	113
Arquivo General de la Nación	113
Academia Dominicana de la História	113
Porto Rico	113
Museo de Antropologia, História y Arte	113
HAITI	113
Archives Nationales	113
PANAMÁ	113
Academia Panameña de la História	113
Arquivo Nacional	113
CENTROS CULTURAIS DA AMÉRICA	113
VIII — <i>Fontes nos Arquivos, Bibliotecas e Museus Brasileiros</i>	115
I — OS INSTITUTOS HISTÓRICOS	115
a) Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	115
b) Institutos Históricos e Geográficos dos Estados	121
II — ARQUIVOS PÚBLICOS	122
a) Arquivo Nacional dos Estados Unidos do Brasil	122
b) Arquivo Público do Estado de São Paulo	139
c) Arquivo Municipal de São Paulo	167
d) Outros Arquivos Públicos	243
1 — Departamento de História e Documentação da Prefeitura do Distrito Federal	243
2 — Arquivo do Castelo d'Eu	244
3 — Arquivo Histórico do Itamaraty	244
4 — Arquivos Militares da Guerra, da Marinha e da Aeronáutica	245
5 — Arquivo Público Mineiro	245
6 — Os Arquivos Públicos do Estado e do Mu- nicipio da Bahia	246

	Págs.
7 — Arquivo Público de Pernambuco	247
8 — Arquivo Público do Pará	248
9 — Arquivo Público do Rio Grande do Sul ..	248
III — ARQUIVOS ECLESIÁSTICOS	248
a) Arquivo da Câmara Eclesiástica do Arcebispado do Rio de Janeiro	248
b) Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo	257
c) Outros Arquivos Diocesanos e Paroquiais	259
IV — BIBLIOTECAS PÚBLICAS	260
a) A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	260
b) Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	287
c) Biblioteca Municipal de São Paulo	288
d) Biblioteca do Itamaraty	296
e) Bibliotecas das Faculdades de Direito de São Paulo e Recife	297
f) Os Gabinetes Portugueses de Leitura	297
g) Outros Gabinetes Portugueses de Leitura	298
V — ARQUIVOS E BIBLIOTECAS PRIVADOS	298
a) Biblioteca do Senador Cândido Mendes de Almeida	299
b) Biblioteca de J. F. de Almeida Prado	300
c) Bibliotecas dos Jesuítas	301
d) Bibliotecas dos Beneditinos	301
e) Bibliotecas dos Franciscanos	306
f) Bibliotecas dos Carmelitanos	307
g) Outros Arquivos e Bibliotecas Privados	307
VI — MUSEUS ECLESIÁSTICOS	308
a) Museu da Cúria Metropolitana de São Paulo ..	308
b) Outros Museus Eclesiásticos	308
Museu Diocesano D. Inocêncio; Museu Dom Vital; Museu Eclesiástico de Mariana; Museus religiosos de Cajazeiros e Campina Grande ...	308
VII — MUSEUS PÚBLICOS E PRIVADOS	310
a) Museu Histórico Nacional	310
b) Museu Paulista	312
c) Museu Imperial	317
d) Museu Nacional	317
e) Outros Museus Históricos	319
Museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	319
Imperial Irmandade de Nossa Senhora da Glória do Outeiro	320
Museu Mariano Procópio	320
Museu Coronel David Carneiro, de Curitiba	321
Museu Regional de Olinda	321
Museu de Arte e História de Ouro Preto	322
Arquivo e Museu do Palácio do Grão-Pará, em Petrópolis	322

	Págs.
VIII — INSTITUIÇÕES CULTURAIS QUE INTERESSAM À HISTÓRIA DA IGREJA CATÓLICA NO BRASIL	322
a) Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (D.P.H.A.N.)	322
b) Institutos Genealógicos e de Numismática	325
c) Outras Instituições	327
1 — Serviço de Documentação da Reitoria da Universidade de São Paulo	327
2 — Casa de Ruy Barbosa	330
3 — Academia Brasileira de Letras	330
4 — Instituto Nacional do Livro	331
IX — CONCLUSÕES	332

TRABALHOS ORIGINAIS

CARTAS DE JUSTINIANO JOSÉ DA ROCHA AO VISCONDE DO URUGUAI

JOSÉ ANTÔNIO SOARES DE SOUZA

Em *A Vida do Visconde do Uruguai* e, ultimamente, em trabalho que publiquei nesta Revista, *Vasconcelos e as caricaturas*, transcrevi vários passos de cartas de Justiniano José da Rocha a Paulino José Soares de Souza (Visconde do Uruguai). Despertaram, como era natural, a curiosidade, principalmente, a de um jovem amigo, que se tem dedicado à história da imprensa no Brasil. Tenho prometido cópias dessas cartas, não só a este amigo, senão a outros que também m'as solicitaram. Porém, por não me ser fácil tirar cópias à máquina, com que pudesse satisfazer a todos, achei que seria melhor publicá-las nesta Revista, pois, assim, facilitaria a leitura de interessante correspondência, em que se espelham as relações de um chefe de partido político no Império, quer no governo (cartas de 1840 e 1852), quer na oposição (cartas de 1844 e 1857), com o principal jornalista do partido.

Ainda que sejam poucas essas cartas, são típicas, pois nos mostram um Justiniano, como na verdade o foi, cheio de dívidas e de dificuldades, mas que lutou desesperadamente para vencer. Em uma delas, mal feito de uma crise, tentava nova empresa e afirmava, sempre enfeitado pelo jornalismo: «Eu não escrevo mais periodiquinhos de polêmica estéril, quero, ainda sacrificando-me, tentar alguma coisa de grande e estável».

A publicação dessas cartas tem, agora, sua razão de ser, uma vez que a ilustre Comissão Diretora desta Revista resolveu republicar a obra de Justiniano: *Ação, reação e transação*.

Não incluo notas nem faço observações, além de indicar a data daquelas cartas, que o autor não o fez. Acrescento, para melhor compreensão da correspondência, que as relações de Justiniano com Paulino foram de amigos íntimos. E a amizade, que os uniu, datava de São Paulo, onde pertenceram à mesma loja maçônica. De documento, existente no Arquivo do Visconde do

Uruguai, consta o seguinte: «Grande Loja Paulistana — 5.835 — AGL.: do Supr.: Arch.: do Un.: — Aos CCharis.: Iir.: M.º; GGr.: DDignit.: e mais Membros do Gr.: Or.: Brasil.: Nac.: e Independ.: o Gr.: Ord.: Prov.: Paulist.: do mesmo Circulo Saúde, Saúde, Saúde. — Nós o Gr.: M.º: GGr.: DDignit.: e mais membros do Gr.: Or.: Prov.: Paulist.: tendo em consequencia dos Artos. 105, e 107 do Cap. 2º Titulo 5º da Const.: procedido competentemente a eleição dos Delegados junctos ao Gr.: Or.: Brasil.: forão eleitos os CCharis.: Iir.: Paulino José Soares de Souza, Justiniano José da Rocha, e Manuel Alvares Branco: Portanto declaramos que temos conferido aos dictos CCharis.: Iir.: plenos Poderes para que possam em nosso nome representar, contestar, e approvar tudo quanto for em bem geral da nossa Subl.: Ord.: e deste Gr.: Or.: em particular. — Dada e passada na Off.: da Gr.: L.: Prov.: Paulist.: aos 5 do 9º M.: do An.: da Verd.: L.: 5835. — Aristides.: Gr.: M.: 33.: (pela letra se identifica este Aristides com Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva) — Tieté 30.: Gr.: 2º: Vig.: — O Ir.: Themistocles, 33.: — Ir.: Secr.: — Euryalo — 33.: Gr.: Chanc.: — Jackson 33.: Gr.: 1º Vig.: — Aristides 2º — Gr. Orad.: em falta — Aristides 33.: Prof.: Matheus Frz Coutinho Gr.: Sh.: — Diploma pelo qual o Gr.: Or.: Prov.: Paulist.: nomea para seo Delegado juncto ao Gr.: Or.: Brasil.: Nac.: e Indep.: ao Charis.: Ir.: Paulino José Soares de Souza. — Para o Gr.: Or.: Prov.: Paulist.: Ver — O Ir.: Themistocles, 33.: Gr.: Secr.:»

Assim, em setembro de 1835, eram os dois, Paulino e Justiniano, nomeados delegados, pela Grande Loja Paulistana, presidida pelo Grão-Mestre Aristides, ou seja, Antônio Carlos, junto do Grande Oriente do Brasil, e em companhia de Manuel Alves Branco (e não Alvares Branco, como por engano se escreveu no titulo) que, nesse ano de 35, era ministro da Justiça e dos Negócios Estrangeiros e seria o segundo visconde de Caravelas.

Não viveu Justiniano apenas os dias tristes, que se seguiam a uma ou outra tentativa frustrada na carreira que escolheu e amou. Teve também os seus dias bons, não só no jornalismo, mas ainda na própria política. Em três legislaturas representou a província de Minas Gerais na Câmara dos Deputados. Em 1851 era deputado e temos da carta «Ao amigo ausente», de 6 de setembro, uma das últimas escritas por Paranhos (41a., in *Jornal do Comércio*, de 7-9-851), noticia de um baile que deu em sua casa no Catumbi.

«O programa dançante da semana», escreve Paranhos, «foi realmente pomposo. Segunda-feira, sarao em casa do sr. depu-

tado Pereira da Silva: ontem em casa de outro parlamentar, o sr. Justiniano José da Rocha; hoje, no Andaraí Grande, daqui a duas léguas, o baile do sr. José Maxwell...» Depois de descrever a festa de Pereira da Silva, na rua Direita, passa para a da rua do Catumbi: «Foi a semana dos saraos parlamentares; segunda-feira um, ontem outro. Êste foi também brilhante e creio que mais numeroso, porque o novo edificio assim o pedia. Uma reunião em casa de um politico tão extremado e extremoso, em casa de um homem que tomou a si a ardua tarefa de defender pela imprensa as convicções do seu partido, e de repelir os ataques feitos a todos os seus adversários, era de esperar tivesse uma só côr politica, e esta muito carregada. Assim não o aconteceu, graças à tolerância que vai aparecendo, senão em todo o Brasil, ao menos no Rio de Janeiro». Em poucas frases se refere à tolerância existente, que evolveria na conciliação politica; vendo, porém, que se embrenhava em outro caminho, retrocede Paranhos: «Mas voltemos à aprazível reunião do sr. dr. Rocha». E em seguida passa à descrição da festa: «A casa, recentemente construída, com parcimônia e gôsto, decorada com a mesma simplicidade e arte, mostrando por seus quadros e por algumas de suas disposições que o seu proprietário é um homem de letras, que sabe conciliar seu reconhecido amor aos livros com as distrações e gozos do mundo material, a novidade e belo aspecto do edificio dava imenso realce e vida à reunião já em si animadissima e luzida. Talvez seja o primeiro baile que se dá em Catumbi depois que ali se estabeleceram os *Campos Eliseos*. Havia um não sei que de vago e estranho nessa alegria delirante, nesse movimento agitado dos vivos, junto à habitação dos mortos, que dava-lhe uma ilusão tôda nova e particular, e poucas imaginações deixariam de sofrer a sua influência».

Depois da festa fala Paranhos daquele que lhe fôra hostil, ao menos pela imprensa, havia bem pouco ainda: «O dr. Rocha não era ontem o escritor extremoso de uma parcialidade politica, era um cavaleiro igual e risonho para com o politico e o indifferente, para com o amigo e o adversário, para com todos que o obsequiaram e foram por êle obsequiados, correndo à sua reunião, que aliás não foi inspirada por um sentimento de todo extreme das afeições politicas».

É que a festa de Justiniano fôra dada em homenagem à representação mineira na Câmara dos Deputados. Temos, com isso, a descrição do jornalista conservador por quem fôra seu adversário e uma das inteligências mais poderosas do seu tempo, o futuro Visconde do Rio-Branco. Retifico, no entanto, o seguinte erro de redação ou engano do próprio escritor, no trecho em que

diz: «de repelir os ataques feitos a todos os seus adversários». Não deve ser «adversários», mas, sim, «correligionários», o que Paranhos escreveu, porque, do contrário, a frase perderia todo o seu sentido, que era o de focalizar o jornalista, que foi Justiniiano, partidário, defendendo idéias e homens do partido conservador ou saquarema, ao qual se filiou desde o seu aparecimento.

1

«Illmo. Exmo. Sñr. / Tendo de dar resposta a V. Excia. sobre o assumpto de que V. Excia. fez-me / a honra de fallar-me, permitta que eu ponha por escripto / o que pretendo dizer; pois tão acanhado sou quando verbal- / mente tracto desses negocios, que não digo quanto desejo. Depois / de V. Excia ter lido esta ma. carta irei, quando V. Excia. me determi- / nar, receber verbalmente a resposta. / Propoem-me V. Excia. a redacção de um periodico ministerial / e que eu veja se meu amigo Firmino quer ser meu cola- / borador: acceitamos ambos o convite de V. Excia., e nos obrigamos a / montar um periodico, que sahia trez vezes por semana, / prestando-nos V. Excia. um numero de assignantes, ou qualquer / outro auxilio, que nos deixe, pagas as despesas, um lucro ra- / zoavel. Todavia nem Firmino, nem eu nos obrigamos a / mais do que defendermos a politica do ministerio, a politica / que devia ter triumphado em 19 de 7bro. e os actos que della / dimanarem. Isto posto, Exmo. Snr., cumpre que faça / observar a V. Excia. que a posição em que nos achamos, e as re- / lações, que tivemos com o ministerio de 19 de 7bro. nos tornão sum- / mamente tímidos, quando tractamos com os homens polití- / cos do payz. Não temos, Exmo. Sñr., ninguem que nos apadrinhe / para com o poder, e dahy se segue que temos sido constante- / mente abandonados. Na redacção do Chronista, trabalho des- / pezas, tudo sobre nós recahiu, só tivemos do ministério, no ulti- / mo trimestre um diminuto auxilio, que nem cobriu as des- / pezas de impressão da folha nesse periodo, e para maior desgosto, a- / quelles mesmos, por quem nos sacrificavamos, nem se quer nos paga- / vão com sua estima, nem mesmo com simples cortejo, qdo. na rua nos / encontravão. Cahiu esse ministério, a quem mostrámos tanta de- / dicação, e que ficamos sendo? O Firmino cousa nem-huma; eu professor / de geographia e historia do Collegio de Pedro 2º!! Nem supponha V. Exa. / que hé isso um favor que se me tenha feito, hé antes um novo sacri- / ficio que fiz a esse governo em uma de suas mais gloriosas empre- / zas. Por trez horas de aula quotidianas, por muitas outras obrigações / do professorado, que me occupão todas as manhães, tive de ordenado a qtia. / de 500\$ annuaes, elevada

agora a 800\$ com muito maior trabalho, / pois estou encarregado da primeira aula, que no Brasil se tem/aberto, de historia nacional. E demais o que hê uma cadeira n'um / estabelecimto. que ainda não está montado, e que, se quanto antes não / fôr restaurado pelo governo, não chegará talvez ao fim do anno? / Vamos de novo escrever um periodico ministerial, não nos acon- / tecerá ficarmos, como no Chr., prejudicados em nossas algibeiras; mas/n'um payz cuja moralid.^e tudo explica por contractos de compra / e venda, não comprometteremos nós nosso futuro? / A independencia do opposicionista hê sempre paga com / attensões e favores de seu partido, e até do governo: o jornalista mi- / nisterial o que ganha? Dá-se-lhe uma precaria retribuição e disso / seja exemplo o seguinte: em uma das muitas destribuições de / Africanos, que fez o ministerio de 19 de 7bro., pedi eu os serviços / de dous africanos, o redactor de um periodico da opposição pediu / os de quatro; eu não tive nem-hum, elle teve quantos quiz, / e no dia seguinte publicava que o ministro vendia os Afri- // canos a 100\$ rs cada um! / Não nos queixamos porem disso, que entendemos estar na na- / tureza das cousas, e porque espalhando doutrinas, que são nossas, e / que julgamos terem de salvar o payz prestamos-lhe um serviço,/ o que não aconteceria, se especulassemos com nossas conscien- / cias. O que só queremos hê não perdermos de todo o nosso futuro, / hê que as pessoas do ministerio, a quem vamos servir, nos considerem di- / gnos de sua alliança, e não instrumentos comprados com al- / guns mil reis, e no ministerio, ou fóra do ministerio, nos dêm/a consideração, e protecção correspondentes a nossa dedi- cação;/pois para servir-me de uma expressão, que as decepções, que / soffremos com o ministério de 19 de 7bro., puzerão em moda entre / nós, não querermos ser laranjas, de que se aproveita o caldo, e / deita-se fóra a casca. / Perdoe V. Excia. se lhe tenho roubado o tempo com esta car- / ta, e acredite que tenho a honra, de há muito tempo, de / S. Caza 4 de Junho de 1840. / Ser / de V. Excia. / Muito Att^{to} V^{or}; e Obr^o Cr^o. / Justiniano J. da Rocha».

2

«Illmo. Exmo. Sñr. / Remetto inclusos os artigos constitu- cionaes pa. a organização do / Brasil, e em que concordei com o Firmino. A collaboração do / Josino não a pude alcançar defi- nitiva, e só me prometteu que de / vez em qdo. escreveria seu artiguinho. Julgo indispensavel a a- / dopção dessas bases que offereço não só pa. evitar desperdícios / summamente. damnosos, como pa. que seja possivel haver u- / ma folha bem montada. /

Inda uma neccesside. há, sobre a qual tenho de solicitar a' / attenção de V. Ex. hê a de fazer com que a secretaria de extran- / geiros nos remeta todas as folhas francezas, portuguezas, e / Americanas especialmte. das republicas do Uruguay, e Argen- / tina que recebe, e que espalha e inutiliza. Não hé tanto pa- / darmos noticias que queremos essas folhas, como para nel- / las bebermos alguns artigos uteis, e que tenham applica- / ção a nossa terra, e pa- que sua leitura nos suscite ideias / uteis, e para fazer-mos ampla colheta de variedades interes- / santes, e noticias scientificas com q̃. possamos ao mesmo / tempo instruir, e agradar. / Estimarei que V. Excia. ache rasoavel o papel in- / cluso. / De V. Excia. / Mto. obro. Crº e Att.º Vor. / Justiniano J. da Rocha.» (Esta carta é de junho de 1840, escrita dias depois da anterior).

3

Encontram-se anexos os artigos constitucionais de «O Brasil», em uma folha de papel, redigidos pelo próprio Justiniano José da Rocha.

«O periodico «Brasil» será redigido pelos Sñrs. F. F. cada / um dos quaes receberá a gratificação mensal de. / Um delles alternadamte. em cada trimestre será director u- / nico da folha, e como tal exercerá inspecção, e censura so- / bre tudo o que fôr concernente à publicação, nada sendo/impresso no B. sem ter sido primeiro por elle visto e / aprovado. / O director entender-se-á directamte. com a typographia:/nem um original será composto sem q̃. elle primeiro o tenha / visto e aprovado. / Com o director entender-se-á o governo em tudo o q̃. / dicer respeito à folha. / Hé impressor do B. o Snr. I. P. da Costa, e como tal em / tudo o que dicer respeito a folha estará debaixo das or- / dens immediatas do director. / Por ora só tirar-se-ão 600 exemplares do periodico, de- / vendo elevar-se esse numero conforme a acceitação / que fôr merecendo. / Ficão a cargo da typographia a prompta entrega do / periodico aos assigntes. da cid.ª, pelas listas q̃. o director tiver / dado, e a remessa dos exemplares de costume p.ª as lo- / geas que vendem avulsos. / Todas as reclamações, assignaturas, dinheiros, etc. que / forem levados a typog. serão immediatamte. apresen- / tados ao director. / A typographia fará quanto puder p.ª dar prompto / o periodico nos dias aprasados antes de 2 horas, de mo- / do que as 5 ou 6 h. da tarde tenham-o recebido todos os / assignantes da cid.ª / No dia seguinte ao da publicação a typogr. entrega- / rá os exempl. q̃. sobraem ao director p.ª que este faça / a remessa

aos assignantes de fora. / A typog. dará mensal ou semanalnte.
conta do q. . lhe for devido p.^a o director lho mandar abonar. //
Debaixo da inspecção do director haverá um caixeiro / encarregado da escripturação, e arrecadação da fo- / lha. / Terá elle um
livro dos assignantes da cid.^e com a / maior clareza, e individualização escripturado. Delle / extrahir-se-hão as listas para os entregadores. / Terá outro dos assigntes. de fóra, e terá o cuidado / de remetter-lhes os periodicos por todos os correios. / Terá igualnte. um caderno de receita, e despeza, e / deverá entender-se com os cobradores p.^a fazer ef- / fectiva, e prompta a cobrança das assignaturas, / suspendendo a remessa do periodico aos que por / 6 mezes não houverem pago. / Receberá no Correio os periodicos, cartas, e m.^s / papeis que vierem p.^a o Brasil. / Vencerá por ora um subsidio mensal / de ...\$. . . o qual será elevado a proporção que hou- / ver maior numero de assig. e por tanto m.^s / trabalho. / Quando com os assigntes. estiverem cobertas / duas terças partes das despesas da folha, o go- / verno abonará a gratificação precisa p.^a / haver um traductor debaixo das ordens do / director, e por ambos os redactores escolhidos. / Todos os mezes será presente ao ministro / a conta especificada do estado pecuniario da / folha p.^a que possa ser regulada a coadju- / vação do governo.» // «Illmo. Exmo. Sñr / Paulino José Soares de Souza / Ministro e Secretario de Estado / dos negocios da Justiça / de JJRocha» //

4

«Illmo. e Exmo. Sñr / Quem a boa arvore se chega boa sombra o cobre. / Não sei porque motivo as authorides. encarregadas da quali- / ficação da guarda nacional se lembrarão que eu residia / nesta freguezia, sem em mmo. tempo attenderem que era / eu advogado, e professor publico, exempto por esses dous / titulos do serviço activo da mesma guarda; o certo hé q. / depois de me haverem deixado descansar, desde que aqui / estou, mandarão intimar pa. fardar-me, e receber armas; / procurei immediatante. saber como me havião qualifi- / cado e para isso fui a caza do commdte. de meu batalhão, / nunca porém o achei nem mmo. no dia que elle havia / aprazado; escrevi-lhe expondo-lhe que não podia ser chama- / do do senão para serviço de reserva, não me deu resposta, e fi- / quei eu descansado, e tanto mais que não me offerecião de / novo armas. Hontem porem ao voltar de caza de V. Excia. a- / cho um aviso para montar guarda hoje, e em postscrip- / tum ameaça de incommodos, se não obedecer: procurei / de novo o commdte. e não o achei, deixei-lhe um requere- / rimto. elle porem mo despacha de modo

evasivo. Nestas / circunstancias vejo-me obrigado a applicar o proverbio, com / q̃. comecei a ma. carta, já q̃. se não reúnem mais *jurys* / da revista, e a pedir de V. Excia. que se digne ordenar ao Commte./Geral da guarda Nacional que mande que o Commde. da 1a. / companhia, 5º batalhão, freguezia de Sta. Anna, attenda a q̃. / hé o *Suppte.* advogado, e professor, e portanto não pode legal- / mte. ser chamado p.^a serviço activo. / Sinto ter de incommodar a V. Excia. com taes ninharias / porem não tem outro remedio / o de V. Excia. / mto. obrº Crº e Attº Vor. / Justiniano J. da Rocha / S. C. 1 de Julho de 1840.»

5

«Illmo. e Exmo. Sñr. / Esteve no poder o nosso partido trez annos continuos e tão / pouco se occupou com a imprensa que hoje a deixou com- / pletamte. desorganizada: escrevo pois a V. Excia. p.^a vermos se al- / guma cousa se arranja. Nos 4 mezes de que me encarreguei/da administração e direcção tive um prejuizo de 2:200\$ rs / dos quaes descontando 650\$ que V. Excia. me deu fica: 1:550\$. Neste / anno o prejuizo devia diminuir pois me foram tomadas 200 / assignaturas, pago um trimestre adiantado, e prometeu-se-me / arranjar assignantes que pagassem. Nessa esperança augmen- / tei o formato e as despesas da folha, e agora tudo se frustrou: / tiro sim uma edição de 850 exemplares p.^a serem distribuidos, / mas desses 200 não pagam, dos 650 que ficam um terço acha / que a folha lhes deve ir gratuita; ora p.^a sustentar o Brasil / é preciso pelo menos 800 assigntes. que pague. / O Brito está sempre falto de dinheiro, e sempre a pe- / dir-me pagamentos e eu sempre em continua amofina- / ção p.^a lhe arranjar o que elle pede, fazendo dinheiro, p.^a / lançal-o nesse sorvedouro, de tudo quanto posso, até parte / dos meus ordenados nisso se vae, e V. Excia. não sabe como amofina/e afflige não já despender mais do q̃. se tem, porém não / passar dia sem ver q.^m venha pedir dinheiro e q.^m assim traz/a gente n'um cortado. Hontem à tarde, de desesperado, cheguei / a atirar tudo pelos ares; mas «la nuit porte conseil», e esta / manhã vi que arranjar quatro centos assignantes que / paguem não deve ser impossivel aos nossos alliados poli- / ticos, se elles quizerem pôr mão á obra, e por isso es- / crevo a V. Excia.. bem que seja esta a *decima* talvez que a este / respeito lhe escrevo mas peço-lhe mo desculpe attendendo / q̃. nunca o faço senão depois de uma centena de amofinações, / e depois de uma larga sangria na bolsa. V. Excia. que pa- / gou as despesas do Brasil ao Ignacio, no tempo em que elle / tinha mil assignantes,

e depois ao Brito pode fazer ideia / da m.^a posição, quando os assigntes. se persuadem que eu / não careço de ver o seu dinheiro. / Perdoe a V. Excia. a quem é de / S. C. 13 de fevereiro / V. Excia. / Mto. Obr.^o Am.^o Vor. Cr.^o e Comp.^e / Justiniano J. da Rocha. //(Esta carta só pode ser de 1844). // Illmo. e Exmo. Sñr / Conselhr.^o Paulino José Soares de Souza / S. Caza / de J. J. da Rocha».

6

«Illmo e Exmo. Comp.^e Am.^o e Sñr / Depois das mais habeis negociações diplomaticas, o Mercantil/fez pé firme na exigencia de 60 contos de reis. e forçoso foi / desistir de qualquer arranjo. / Corre que o Navarro não tem achado as facilid.^{es} com que con- / tava p.^a realizar o pagmto. a que se comprometteu, e diz-me / o Souto que em lugar delle se apresentão os Amaraes p.^a o/Diario; eu hoje escrevo ao Josino apresentando-me tambem. / Em qto. porém os dias vão passando, cumpre realizar a m.^a /terceira tentativa, a de montar o *Correio do Brasil*. / Hoje fallei ao Sñr Souza Ramos, e elle prometteu-me con- / sultar seus collegas acerca do auxilio q. me seria prestado, / além da entrega do casco do *Correio da Tarde*. / Eu não escrevo m.^a periodiquinhos de polemica esteril, / quero, ainda sacrificando-me, tentar alguma cousa de / grande e estavel, assim pois me dirijo a V. Excia. p.^a que / obtenha dos seus collegas que o auxilio que me prestarem / seja elevado. Se p.^a sustentar o Mercantil me davão / 4 contos da public. official — 2:400\$ da provincial, e 12 de/auxilio, ao todo 18,400\$ rs. p.^a fundar uma folha nova e q. / suppra todas as folhas ministeriaes, não poderá ser sufficiente / uma quantia pequena. / A pacotilha diverte-me em attribuir a V. Excia. phrases / que me deprimem; sem embargo porém não abalão a / confiança q. tenho na amisade de V. Excia. e na justiça que / faz ao meu character e à sincerid.^e com que tenho / a honra de assignar-me / de V. Excia. / S. C. 25 de junho de 1852 / Am.^o velho Comp.^e e obrmo. / Justiniano J. da Rocha.//Illmo. Exmo. Sñr. / Conselhr.^o Paulino José Soares de Souza / D. ministro e secr. de es-/ tado dos negocios estrangeiros, / Senador do Imperio».

7

«Illmo. Exmo. Comp.^e e Sñr / Na conferencia, sempre por mim lembrada, em que fiz / ver que o alcance do Trez de Maio me não deixava/a possibilid.^e de sustenta-lo, pagando aos assigntes. mez /e meio de folha que elles tinham direito de exigir / por

já haverem pago; — assentou-se em dar um / auxilio de 840\$ cabendo 120\$ a cada um dos 7 pre- / sentes, e que o Silvra. da Mota fôsse thezoureiro dessa / contribuição. Como o S. da Mota não fez essa com- / municação a V. Excia. resolvo-me por fim a fazel-a / levado pelo apuro das circunstancias. / A despeza que fiz nesse mez e meio foi de 1,830\$. / Para fazer-lhe frente só tive 97\$ de assigtes. novos/e aquella prestação. Já vê V. Excia. que não teria / podido aguentar-me se não houvesse dispendido / todo o dinhrº desses 97 novos assigtes. que pagaram / até 1 de abril. Tenho porém de lhes dar a folha a / esses, e a outros que já pagaram os 5 mezes de No- / vembro a abril. Os embaraços pois serão consi- / derabilissimos, e eu de certo desatinaria se não / contasse com a realisação infallivel da obrigação q̃. / me foi dada por 36 signatarios./ Sei q̃. V. Excia. tem mto. em q̃. cuidar; por isso me animo / a escrever-lhe pedindo-lhe que se lembre de / mim, e me desculpe. / de V. Excia. / Obrmo. Vor. Comp.º e Amº Att.º / S. C. 3 de 9bro / Justiniano J. da Rocha // Illmo. e Exmo. Sñr / Visconde do Uruguay / Mattacavallos / S. C.»// (Esta carta deve ser de 1857).

DOIS ESCRITOS DE HISTÓRIA POLÍTICA DO CONSELHEIRO JOÃO ALFREDO (*)

I — PRIORIDADE DE PERNAMBUCO NO MOVIMENTO REPUBLICANO

Depois do advento da República, temos visto não só a disputa de indivíduos que pretendem a prioridade das idéias que o Exército e a Armada proclamaram e fizeram efetivas em 15 de novembro, mas também a controvérsia sobre qual das antigas capitanias e províncias primeiro se manifestou pelo atual regime.

Como pernambucano n'isto me honro com a procedência que cabe à minha terra natal nas grandes peijas pela unidade, independência e liberdade da pátria; desvaneço-me com êste juízo de um dos nossos mais notáveis estadistas: «a História do Brasil é em sua maior e mais interessante parte a história de Pernambuco», mas sem querer discutir aqui, no terreno restritamente histórico e superior a forma de governo, quanto mais a convicções partidárias, só descubro lealismo, aferro às instituições que nos vieram com a descoberta, conquista e civilização da terra de Santa Cruz e que os nossos maiores, com constantes e progressivos intuitos liberais desenvolveram, sob os auspícios de D. João VI e D. Pedro I, até fazerem dela, no reinado de D. Pedro II, senão a única, como disse testemunha insuspeita, a melhor república americana e no mundo e no século uma das melhores monarquias constitucionais e representativas.

Para se fazer a verdadeira História, com fiel interpretação dos fatos, é preciso não esquecer o preconceito de Bossuet: deve-se remontar ao passado e observar em épocas sucessivas as disposições e causas que influíram nos acontecimentos ulteriores; tem-se, por êste processo, o conseqüente caracterizado e definido pelo antecedente.

(*) O Dr. Pedro Moniz de Aragão, neto do estadista do Império, oferece à publicação na *Revista* do Instituto as duas páginas políticas.

A revolução pernambucana de 1710, à qual se emprestam agora tendências republicanas, veio pouco mais de meio século depois da guerra contra os holandeses e foi feita pelos nobres herdeiros daqueles varões conspícuos que, abandonados pela metrópole, se arrojavam à tremenda empresa de vencer e expelir o poderoso conquistador. Não se concebe e não registra a História maior esforço nem tão vivo amor à unidade e grandeza da pátria, nem por fim tamanha fidelidade ao rei.

Tudo, menos o valor e a resolução, eram contra êsses heróis: pode-se dizer que lhes faltou até o apoio da fé católica, porque o Padre Antônio Vieira que, em nome dela, tinha excitado a resistência, e, que, com um temerário arroubo de eloquência, do púlpito chamara Deus a contas por consentir na invasão e progresso dos hereges, já aconselhava que se cedesse à Holanda os terrenos por ela conquistados para que com muros de paz se defendessem os vastos domínios restantes à coroa portuguesa, passando-se os pernambucanos à Bahia com os escravos e bens portáteis.

A chamada guerra dos mascates nasceu da rivalidade entre Olinda e Recife, foi a luta dos nobres da velha cidade com o comércio e o povo da nova vila, apoiados pelo governador Sebastião de Castro Caldas. A nobreza, a principio, vitoriosa, fez fugir o governador e passou a deliberar sobre o governo que devia suceder-lhe.

O bravo e ardente Bernardo Vieira de Melo, no atordoamento das circunstâncias, como falou em transferir-se Pernambuco ao domínio do rei de França ou em acastelar-se a fidalguia no célebre coito de Zumbi, onde êle próprio fôra bater os escravos fugidos que lá viviam entrincheirados, com a mesma excitação de ânimo indicou que se adotasse «a forma republicana a instar dos Venezianos», isto é, um governo aristocrático que, se teve glórias e opulência, atravessou crises medonhas, despojou o povo de seus direitos e vexou-o com a espionagem, os julgamentos misteriosos e as execuções cruéis contra esta indicação e mais alguns votos, pronunciou-se a grande maioria do congresso preferindo o governo legítimo que cabia ao bispo como substituto em virtude de ordem régia. Quando mais tarde chegou o novo governador efetivo, Felix José Machado e recebeu o poder das mãos do prelado, Vieira de Mello propôs nava resistência e desta vez partiu só com seu filho André para Palmares em busca de meios de ação que lá também lhe faltaram.

Aqui temos, portanto, dupla manifestação da fidelidade dos pernambucanos, aquela mesma antiga fidelidade dos heróis que expulsaram os holandeses.

Quem hoje atendendo a origem e substância da questão — deixemos de parte os maus atos de Castro Caldas — não dará razão aos progressos do Recife? O tempo resolveu o que não permitia a viação imperfeita e tardia.

Agora pode-se dizer que a capital de Pernambuco é Recife — Olinda como Buda Pesth é a capital do reino da Hungria; Buda, como Olinda, antiga capital, situada para melhor defesa sobre o declive de uma colina em anfiteatro, Pesth, cidade fronteira, do outro lado do Danúbio, como o Recife importante praça comercial, de excelente posição geográfica, assentada numa vasta planície arenosa e de uma animação crescente que contrasta com o aspecto morno da outra, mas completando-se as duas para diversos misteres. Decidindo-se pela pretensão do Recife, o rei deferiu aos melhores e mais numerosos interesses.

Ou isto ou a criação de outra capital em Tamandaré, que seria mais sábia por causa do porto.

A revolução de 1817 rompeu sem preparo, imprevista, pode-se dizer accidental, e desconexamente. A sua feição de motim militar tornou-a odiosa a D. João VI; era natural. Quem sabe, porém, qual teria sido o seu resultado se ela não tivesse mudado os sentimentos com que explodiu?

O séquito do capitão-mor Francisco de Paula, contava o Visconde de Camaragibe, seu filho, que tinha então a idade de 11 anos, partiu do engenho de Suassuna dando vivas ao rei.

«Viva el-rei» era também o grito da massa geral do povo em Recife, quando sem um tiro fugiam os oficiais-generais de S. Magestade», disse Gervásio Pires Ferreira.

Mas os revolucionários entenderam que deviam fortalecer-se com o apoio dos Estados Unidos da América do Norte — uma ilusão que escapou ao Sr. Eduardo Prado — e por isso converteram o movimento de defesa e desagravo ou de aspirações liberais dentro do regime vigente em tentativa republicana.

Desta mudança veio a voluntária reação dos povos fiéis ao legítimo monarca contra o triunfo fácil de 6 de março, acrescentou o mesmo Gervásio.

Em 1821 houve outro movimento de caráter diferente — liberal dentro da lei, resistência armada para defesa de um direito expressamente conferido; movimento do qual é muito sensível a falta de uma história completa.

A resolução das Côrtes Constituintes de Lisboa, sancionada pelo decreto de 24 de abril, tinha determinado «que fôsem havidos como legítimos todos os govêrnos estabelecidos ou que se estabelecessem nos estados portugueses de ultra-mar e ilhas adja-

centes para abraçarem a sagrada causa da regeneração política», declarando beneméritos os que o tivessem premeditado, desenvolvido e executado e responsabilizando pelo sangue derramado e por quaisquer outros males as autoridades e particulares que se lhe opusessem em contrário da vontade popular.

Esta concessão, como ficou evidente à vista de outras providências que vieram depois, era um presente de grego — tinha por fim anular os efeitos da carta régia pela qual D. João VI elevara o Brasil à dignidade e categoria de reino e transferir para Lisboa o centro que existia no Rio de Janeiro, fazendo voltarem a Portugal tôdas as vantagens de diversas ordens que os brasileiros tinham obtido e das quais se aplaudiam com tanta satisfação quanta era a mágua dos portugueses residentes na Metrópole; era enfim a recolonização sistematicamente empreendida e iniciada por um engodo de liberdade e franqueza local, — o direito que cada província adquiria de governar-se a si mesma, mas correspondendo-se diretamente com as Côrtes e sômente a elas devendo contribuição.

Ao êrro comum de que poucos escaparam e entre êles, honra lhe seja, esteve D. Pedro I, quando príncipe regente, por isso cavilosamente acusado de intenções absolutistas, juntava-se da parte dos pernambucanos uma razão especial muito justa e nobre, a saber: — Luís do Rego enviado a Pernambuco para castigar os revolucionários de 1817 e reprimir novas manifestações, incurso na aversão geral e suspeitado de adesão ao partido que desde logo procurava impedir e inutilizar a constituição portuguesa, pretendia continuar no govêrno e como último recurso *ad-hoc* tinha composto no Recife a custa de muita violência uma Junta Governativa por tal modo organizada que êle, e seu presidente, mandaria como d'antes, sofismando a recente disposição legal, isto bastava para que dela se aproveitassem os que de semelhante govêrno, deprimente e odioso, queriam livrar-se. Neste intuito, o povo de Goiana, herdeiro do valor daqueles cem bravos, homens e mulheres, que em 1646 resistiram em Tejucupapo a três investidas dos holandeses em número de 600 combatentes e os derrotaram, formou de acôrdo com outras vilas o Govêrno Constitucional de Pernambuco, organizou o exército e porque Luís do Rego, longe de atender às razões e solicitações que lhe foram dirigidas no sentido de eleger-se livremente outra Junta preparou-se para castigar os rebeldes, pedindo e recebendo auxílio de fora, o exército de Goiana foi atacá-lo na capital e obrigou-o pelas armas a pedir e assinar a convenção de Beberibe, pela qual até chegarem ordens do rei e das côrtes ficou a província dividida em duas partes: Recife-Olinda sob a administração do capitão-

general, o mais sob o govêrno que o tinha vencido. Com a decisão do poder geral completou-se o triunfo, sendo organizada a Junta presidida por Gervásio Pires Ferreira.

Neste movimento, verdadeiramente popular e tão unânime como o que se operou para a expulsão dos holandeses, manifesta a constância da fidelidade dos pernambucanos: caracteriza-o o mais escrupuloso respeito à lei e às autoridades legítimas, a indômita energia com que o povo defendeu o seu direito, a confiança com que o submeteu à final decisão da autoridade superior e enaltece-o a fôrça de que dispunha o vencido, imponente pelo número, pela disciplina e pela superioridade do armamento.

A revolução de 1848 teve causas conhecidas — as mesmas que criaram contra as antigas influências locais a grande reacção popular que se organizou com a denominação de partido praieiro. A bandeira da constituinte que se lhe deu depois dos primeiros combates nada tinha contra a forma do Govêrno. De que não visava intuítos ante-monárquicos, vou citar um testemunho muito competente.

O bravo general Seara, deputado por Pernambuco na legislatura de 1853-856, disse em discurso que em sua província só se conhecia dois republicanos: o Coronel Francisco Honório Bezerra de Menezes e o Dr. Borges da Fonseca. Mas havia alguns outros, por exemplo, o Dr. Barros Falcão, alcunhado de Vulcão, poeta de grande estro, visionário do amor de uma Dulcinéia americana divinamente bela, profundamente sábia, imensamente rica e poderosa que tinha a missão de fundar a República Federativa Universal; era um idiólogo que parecia não pisar na terra, um coração de criança, e um caráter puríssimo nobremente sustentado nas angústias de uma pobreza mendicante, que não pedia, mas recebia auxílios espontâneos dos amigos.

Quando o imperador foi a Pernambuco em 1859, as manifestações populares foram tais, tão expressivas e imponentes, que Borges da Fonseca, escondido e recluso em sua casa declarou-se monarquista pessoal. E o Coronel Honório, ancião venerando, duas vêzes incluído em lista senatorial, ex-vice presidente da província no domínio praieiro, condecorado pelo ministério Paraná com a comenda de Cristo que não aceitou, republicano de nascença, firme até a morte, disse intimamente ao sobrinho, que as repete, estas palavras: «Nada do que vejo me surpreende, porque em 1817 e 1824 verifiquei com outros revolucionários, das mesmas aspirações nutridas por mim, que não se podia contar com o povo contra a monarquia».

«Em 1848, acrescenta êle, Borges da Fonseca e o Capitão Amaral, outro republicano de tôda a vida, sondaram as disposições dos paisanos ignorantes, descalços, mal armados, mal vestidos, e mal alimentados, que tão encarniçadamente se batiam com as tropas regulares do govêrno — unânime era o sentimento dêles: nenhum iria contra o imperador».

Entretanto a essa mesma revolução se pretende dar agora laivos de republicana. Diz-se que Pedro Ivo era republicano, ensina-se até que Nunes Machado, a franqueza irreprimível, a lealdade intemerata, a coragem indômita, tinha profundamente ocultos e cautelosamente dissimulava intuits contrários a monarquia! Como seu parente sei pelas tradições de família que êle, tal como se manifestava em público, era um monarquista inabalável.

Antes de 15 de novembro já havia em Pernambuco moços de talento e membros de famílias importantes que confessadamente queriam a república; mas a força ativa dessa opinião cifrava-se em um clube que o povo, sem razão nem intenção de desdenhosa alcunha, chamava-os 22 violões, comparando-os, por êste gracejo, aos desocupados que no tempo de festas se entregam a toques e descantes debaixo das árvores, à beira do Capiberibe.

Do exposto vê-se que em 1710 houve apenas uma manifestação individual e essa mesma incerta, vária e contraditória, para que se formasse um govêrno semelhante ao de Veneza; manifestação que foi reiteradamente repelida; vê-se mais que em 1817 e 1824 os revolucionários, em desespero de causa, tentaram explorar os sentimentos liberais da província contra o regime vigente, e não acharam apoio; vê-se enfim que em tôdas as revoluções predominou o sentimento de fidelidade às instituições que eram para os brasileiros condição e símbolo da unidade da pátria.

A república dirá, e não é êste o lugar de contestá-la, que tem hoje o apoio unânime, e que fez aqui o seu domicílio perpétuo; estar assim legitimada pelo assentimento *ad posteriori*. O que mais quer?

Por que então se há de revogar a história? Para que presta desmanchar-se todo o nosso passado?

À fantasia jatanciosa de que em terra americana nasce espontâneamente e só pode medrar a república, sacrifica-se o tesouro, muito a zelar, de origens, tradições, progresso e glórias nacionais. Os americanos do norte não andaram a mudar nomes, a suprimir datas, a contrafazer o direito civil, a apagar nos edificios os sinais e as memórias do antigo govêrno, nem a esburacar gradis de ferro para que dêles desaparecessem algumas lembranças do rei da Inglaterra, êles não esquecem de certo que às virtudes

inglêsas, às liberdades transplantadas da metrópole, e ao aprendizado que antes da independência fizeram do governo da nação pela nação, devem o desenvolvimento de suas instituições democráticas e tôda a prosperidade de que gozam.

Os virtuosos e valentes, fautores da grande república tanto pensaram assim que antes de fundá-la muito cogitaram da monarquia.

Se êles tivessem um príncipe como D. Pedro I, e se o rei da Espanha não tivesse sido impedido de passar-se a alguma de suas colônias do novo mundo, como fez D. João VI, outra teria sido a organização política dos povos onde se pretende que a natureza e o ambiente criam e sustentam exclusivamente a democracia pura.

Sejam os antigos monarquistas do Brasil convictos e ardentes republicanos, a ninguém desdoura antes enobrece uma mudança conscienciosa de opinião, mas sejam justos e confessem que o povo brasileiro amou a monarquia, e muito deve a D. João VI pelo modo por que em prejuizo de seus interesses de rei de Portugal, preparou a nossa independência; a D. Pedro I que a fêz e criou o império liberal; a D. Pedro II, o pupilo da nação, criado e educado para manter as instituições e que tão lealmente correspondeu às esperanças da pátria, fazendo dela, pelo desenvolvimento da liberdade, a única república da América do Sul quando êle reinava, não esquecer, finalmente, que a Isabel a Redentora, exemplar de magnanimidade, deve a história um lugar de honra entre os benfeitores da humanidade e o Brasil a gratidão de haver apagado a mancha muitas vêzes secular da escravidão.

II — AS REGÊNCIAS

A aclamação de D. Pedro II para imperador, aos 5 anos, 4 meses e cinco dias de nascido, e a sua exaltação ao trôno aos 15 incompletos, mediante suplemento de idade, imposta pela opinião pública como o único remédio para a salvação do Brasil constituem um caso histórico de singular modalidade e relevos admiráveis, por efeito de um dêsses instintos maravilhosos, digamos desígnios providenciais que tem salvado povos.

Órfão de mãe desde o berço, separado, ainda na infância, do pai, que abdicou a coroa e se partiu para o estrangeiro; dêle orfanado dentro de três anos, privado do tutor que a autoridade paterna lhe dera, sem parente que lhe valesse aqui, êsse menino, que parecia fadado ao infortúnio, ficou só e inteiramente entregue a um povo incerto do futuro na crise aguda de sua formação política. É para admirar, e muito mais para honrar nossa terra e

nossa gente, que os patriotas de 7 de abril de 1831, civis e militares, tão ciosos das liberdades recém-estabelecidas que, ao herói da Independência e fundador do Império, com a liberalíssima constituição de 25 de março de 1824, não puderam perdoar alguns erros na execução dessa lei fundamental em que quase todos ainda tacteavam — erros menos graves que os longamente suportados pela Inglaterra até a perfeição atual de suas instituições exemplares, — tivessem a grandeza moral de abafar ressentimentos pessoais e reprimir as paixões do momento para manter o regime capaz do máximo progresso democrático com tôdas as garantias de paz e ordem, no qual nenhuma república excedeu ainda e poucos terão igualado as boas monarquias constitucionais representativas como a nossa; regime, outrossim, considerado mais próprio para salvaguardar a nossa unidade nacional e a integridade do nosso portentoso território, temos arriscado então do que hoje — caveant consules! — quanto o todo ameaça de desmancho em oligarquias e vistas pessoais e interesseiras e não faltam casos daquela confusão que regia a Polônia, no tempo de sua partilha entre os poderosos societários de tão rica prêsa, nem encarniçadas competições dos que levaram a Itália à divisão em pequenos reinos e principados, tornando o seu glorioso nome em simples expressão geográfica.

Tocando incidentemente neste risco, que seria imprudência não cuidar, e acompanhando de tôda a alma e coração o movimento que se opera para a defesa nacional, declaramos que não esmoreceu a nossa fé em Deus e no futuro dêste grandioso país, assinalado e coberto pelo cruzeiro celeste. Nunca deixaram os nossos maiores que no Brasil vingassem nem ficassem impunes projetos despóticos e fortes tentativas de conquistas estrangeiras. Para reintegrar a nação brasileira no direito primogênio e inalienável de si mesma se governar, pela opinião pública livremente manifestada e para lhe assegurar os limites, reviverá, sobrepujando tôdas as dissidências, o amor da pátria, sentimento sagrado e, segundo as escrituras santas, um dos três mais pronunciados no coração do homem, do qual terão brilhantes provas em nossa história o povo brasileiro, o Exército, a Marinha, tôdas as classes unidas em vontade e ação. Em verdade, nas glórias que o Brasil daquela época, nação nova, de inícios perturbados, embatidas de movimentos revolucionários, correntes de idéias opostas e questões externas, já em diversas partes tocado do ambiente do Novo-Mundo, tivesse fé e perseverança para preferir instituições que eram únicas na América autônoma, mas baseadas nos ensinamentos positivos da política, ciência mais de observação e experiência que de teoria e especulação filosóficas; e admira, encanta

e comove a feição moral dessa honrada gente antiga, caracterizada no estranhável carinho com que amou o imperador menino, seu filho adotivo, na educação aprimorada que lhe deu, e na sua veneração, nobre e digna, que a bem da própria nação, devia ser tributada ao primeiro representante de sua soberania. De outro lado, D. Pedro II por seus dotes superiores de índole, inteligência e coração, tanto correspondia em conhecimentos e juízo às esperanças nacionais, que aos 14 anos e 8 meses incompletos, teve suplemento da idade de 18, exigida pela constituição para o Governo do Império. E era tempo, porque, embora as quatro regências da menoridade, de origem e formas diversas, fôsem exercidas por homens de saber, virtudes e experiência, nenhuma delas foi feliz. O fato positivo, que fez a prova experimental do acêrto com que os patriotas de 1831 mantiveram a constituição vigente, e que de certo modo prenunciou o nosso estado atual, arguido pelos próprios republicanos, era que o Brasil corria grave perigo de dissolução, ou porque dos vizinhos nos viesse o contágio da confusão, motins, rebeliões, irreprimíveis ambições e encarniçados pleitos de primazias; ou porque — e isto é melhor pensado — a regência era a monarquia minguada da ação pessoal do primeiro representante da soberania nacional.

As regências durante a menoridade de D. Pedro II, iamos dizendo, quando cortamos a narrativa, não provaram bem; ao contrário, embora entregues a homens capazes e experimentados, todos se mostraram fracos e ineficazes na difícil governação a que subiram. Das duas primeiras, formadas ao modo da constituição, uma, a provisional em 7 de abril de 1831, e a outra — a permanente em 17 de julho do mesmo ano, basta dizer, para o seu julgamento, que a reforma da constituição, chamada o Ato Adicional, de 12 de agosto de 1834, dispôs que o regente interino fôsse o ministro de Estado do Império, e, na sua falta ou impedimento, o da Justiça e que o regente efetivo — um só por quatro anos, fôsem eleitos pelos mesmos eleitores da respectiva legislatura. Desta origem e forma foram as duas últimas regências, dadas a primeira a Feijó, a maior energia do tempo, e um dos caracteres de que mais se gloria a nação brasileira, e a segunda a Araújo Lima, Marquês de Olinda, estadista de primeira ordem, de quem, apesar de adversário, Feijó fez ministro do Império, para lhe suceder no Govêrno, que renunciou, por não poder fazer êle o bem público e querer que para isto viesse pessoa mais feliz ou mais idônea; grande exemplo em que não se sabe o que mais admirar, se a consciência pura do patriota ou se a sobranceira justiça do homem de partido. Essas regências do último periodo pareciam-se com as nossas presidências de república no feito, nas agitações

e rebeldias, constituindo como que um terremoto permanente na dissidência dos diversos poderes e na crise do meado (?). Foi exatamente no meio de seu quadriênio, nessa quadra de desbotamento a que não escapam os governantes de agora, que o intermerato Feijó teve de deixar o poder, assinalando entre as coisas que a isto o determinaram, «a impossibilidade de obter medidas legislativas adequadas às circunstâncias e a falta do necessário acôrdo entre os poderes políticos». Às mesmas causas sucumbiu Olinda, num combate fulminante das duas câmaras legislativas, congregadas em assembléia geral.

É óbvia a razão dêstes fatos; é que as regências, como eu já disse, governando sob a forma monárquica, eram a monarquia minguada da presença e ação em pessoa do chefe supremo da Nação e seu primeiro representante, chave de tôda a organização política, figura de prestígio, constituída em posição indisputável e com poder privativo para incessantemente velar sôbre a manutenção da independência, equilibrio e harmonia dos mais poderes políticos.

REPATRIAMENTO DOS RESTOS MORTAIS DA PRINCESA ISABEL E DO CONDE D'EU

PEDRO CALMON

Senhores:

Interpretando o sentimento unânime da Nação, deliberou o Congresso, e decidiu o Presidente da República, que fôsem repatriados, com as honras devidas à sua hierarquia histórica, os restos mortais da Princesa Isabel e do seu ilustre consorte o Conde d'Eu.

Mas no civismo desta iniciativa não transparece apenas a homenagem da posteridade, isenta das velhas paixões, à nobre senhora — que teve por três vêzes nas mãos gentis as rédeas do Estado, — e ao príncipe marechal, que à frente das tropas aliadas destacou, na campanha das cordilheiras, o austero perfil de herói sereno. Transcendia da significação oficial o apêlo do povo, que é a vontade do Brasil, para que a generosidade do Poder fôsse buscar ao seu silencioso exílio os sagrados despojos, a fim de os restituir à guarda, ao culto e ao orgulho da terra brasileira.

Não é a imperial personagem que se dignifica com as solenes manifestações do aprêço público numa violação tardia de sossêgo augusto da morte — abertos para isto os mausolêus em que obscuramente jazem os reis destronados, confiadas as reliquias da dinastia extinta à hospitalidade respeitosa de um navio de guerra, reunida para as receber, num dia de patrióticas lembranças, a multidão comovida e desafrontada. Mais do que a sombra da majestade, graciosamente projetada no itinerário do nosso destino, virtuosa rainha fadada, pela lei da sucessão, a dirigir o império, e em três períodos regenciais seu chefe — nessa recuperação prepondera o agradecimento do País: e é diante da *Redentora* que emocionadamente êle se inclina, acolhendo, na sua exultante ternura, a soberana da piedade, a excelsa prin-

cesa da Abolição, a admirável Mulher — que, na canonização dos redimidos, é a Santa-Isabel-dos-escravos !

Nascida aos pés do trono, educada por pais magnânimos para ser a condutora da pátria, moldado o espírito pelo figurino britânico da quadra vitoriana, os estadistas do império crentes que o seu calmo temperamento fôsse brando e plástico como convinha ao sistema e requeria o regime, o que nela surpreendeu foi, antes de tudo, a energia indomável da fé.

Enganaram-se os que a supunham naturalmente tímida na nudez constitucional do seu papel, árbitro neutro do conflito das consciências nas horas graves da luta liberal. Dessa indiferença hábil lhe resultaria por certo a vantagem efêmera de uma coordenação egoísta, a protelar o desfêcho da crise, em cujo caudal, rôtas as barragens da preamar democrática, soçobriariam, na mesma catástrofe, as instituições exaustas e os seus créditos esgotados. Manter-se-ia talvez no govêrno hereditário, a prolongar, para além do jubileu de D. Pedro II, o trânsito da monarquia, sob o seu trêmulo diadema entre os condestáveis civis dessa sobrevivência, os partidos timoratos, e o tumulto crescente da coorte republicana que, juvenil e afoita, de todos os quadrantes do pensamento se atirava à batalha dos comícios e ao prélio das urnas. Daria possivelmente ao partido avançado a federação, que Saraiva, e Ruy pediam, em nome das províncias; despéria a Carta vigente dos apanágios da realeza demissionária; arejaria com as reformas inadiáveis o palácio anacrônico em que ainda ressoavam as fanfarras da tradição; e pagaria os gastos dessa demora — sobreexistindo à passagem inevitável de uma a outra etapa da evolução nacional — com a prudência, a mediocre e sensata prudência que lhe sacrificaria a glória de libertar os negros, em troco da humilhação a de lhes negociar a sorte, transigindo com o cativeiro.

Iludiram-se com a placidez do seu caráter os que lhe ignoravam a firmeza. Imaginaram-na dócil instrumento dos interesses organizados sem lhe conhecer, nas linhas duras da vontade, a rijeza marmórea do espírito. Julgavam que a católica senhora entretida com a sua felicidade no remanso do lar tranqüilo, esposa e mãe, como as outras mães e as outras esposas de uma sociedade que severamente as limitava, jamais se atreveria a vibrar com as trepidações ansiosas do Estado. E recolhida à sua paz interior, na permanente conciliação da crença e da renúncia, de que religiosamente se tece a perfeição cristã, depositasse na tábua dos altares — e devolvesse à sabedoria alheia — as responsabilidades que a esmagavam... Decididamente, não contaram

com ela ! E este erro de cálculo antecipou alguns dos mais belos sucessos da alma boa e justa da Nação.

Em 1781, com esplêndida inquietação, aguardou que o parlamento votasse a lei de «ventre livre», para, de uma penada, sancionando-a, extinguir dos berços brasileiros a maldição das senzalas. Já aí — ao lado do Visconde do Rio Branco — era a libertadora dos cativos na mais radical das suas intervenções, estancando, com a manumissão dos nascituros, a torrente imemorial do infortúnio: dividia em duas épocas incomunicáveis a história social da América. Completou em 1888 a tarefa, que incorporara nas suas convicções, como um voto feito a Deus e uma dívida contraída com os homens: completou-a, com o amável arrebatamento de quem se cansou de esperar, messiânica e autoritária como se tivesse pressa de assumir sôzinha os riscos desse desenlace, surda aos vaticínios de experiência, ela, que a tôdas as vozes da planície preferia as inspirações do alto. Fez enfim o que queria, traduzindo num gesto alegórico a súplica dos desgraçados, longínqua lamentação que em *Vozes d'África* a poesia elevara às alturas da coroa e a sensibilidade das elites transmutava num côro helênico de queixas e clamores. Deixou as contemporizações espertas do Poder esquivo para governar a reivindicação triunfal. Saiu da penumbra do seu recato para o turbilhão das manifestações públicas. Retirou a jornada abolicionista do teatro das intimações revolucionárias para engajá-la nas festas do povo; e arrematou a pugna partidária com as suas «batalhas de flores». Adotou a causa da emancipação incondicional: e pôs-se à testa do movimento começando pelo palácio imperial o exemplo formidável. Abriu-o à onda pressurosa dos pretos forros que iam espantadamente oscular-lhe a orla do manto, em Petrópolis, e nessa radiosa demagogia, de princesa que resolutamente se irmanava com a miséria, para confundir, nas últimas resistências, a inclemência da reação, despontou a auréola do seu holocausto. Destruiu, de antemão, as perspectivas do seu reinado, nessa ruptura com as conveniências, nesse desprezo pelas ponderações dos conselheiros sizudos e pressagos, nessa bendita alucinação em que a mulher superou a rainha, e o anjo a mulher — fascinante de autoridade moral, incensada pelo panegírico da tribuna, abençoada pela veneração das ruas, misticamente instalada no respeito das massas, regente efetiva da vida nacional, dona e senhora do futuro !

13 de maio foi o seu dia, o mais formoso domingo da sua vida de dias quietos e dias pomposos, o mais iluminado, o mais eloqüente, o mais cordial e humano de quantos o Rio de Janeiro viveu na sua história de quatro séculos.

Pois as multidões volvem ao esplendor do sol para a homenagem e a recordação, trazendo a Isabel a oferenda póstuma do seu entusiasmo — é natural que evoquemos, menos pelo contraste do que pela continuação dos ecos, o quadro fulgurante da assinatura da «lei áurea», em cujos tons de delírio cívico resplandeceram tôdas as côres do idealismo brasileiro. Cena pasmosa, os seus pormenores cálidos ainda ressaltam, como os traços reluzentes da tela imortal, na profusão do espetáculo, presidido, dos topos do seu domínio imaterial, pela ditosa dama no seu Paço vetusto. Estendia-se no Senado a discussão dilatada pelos argumentos dramáticos da minoria rebelde. Repletas as galerias, a cidade cheia, o povo desafogado e estridente, convocado para o aplauso, seria absurdo retardar a conclusão daquilo. Ato terminal — finamente civilizado — da obstrução conservadora, foram as palavras irônicas de Paulino, abstando-se de prosseguir, porque, como era notório, a princesa regente descera de Petrópolis para assinar, naquele mesmo dia, a Lei, e — cumpridos os deveres de parlamentar, tinha agora de satisfazer os de cavalheiro, não fazendo esperar mais tempo senhora de tão alta hierarquia... Precipitaram-se para o Paço da Cidade os senadores, os apóstolos da campanha, a turba ufana e esbravajante, com Patrocínio adiante, esgotado de fôrças, rouco de tanto discurso, doido de contentamento, general de bronze da vitória verbal... O oceano popular despejou-se na praça, arremeteu para as entradas do palácio, subiu-lhe tempestuosamente as escadas. Lá estavam os perfis olímpicos da inteligência e da opinião, com a palavra de Nabuco, a popularidade de Dantas, a intrepidez de Ferreira Viana, a importância de João Alfredo, presidente do conselho, o desvario de Patrocínio, que aos pés de Isabel mal pôde dizer as frases desfeitas do seu júbilo. A nação subira de joelhos aquelas escadas; e de joelhos beijava a mão santificada que redimia os escravos. Sua alteza podia reinar! Um torvelinho de loucura feliz agitou a capital empolgando-a num paroxismo de expansões e regozijos que lhe dedilharam as cordas mais sonoras da sensibilidade; e por todo o país o seu nome retumbou, síntese das virtudes femininas que benevolmente choviam sobre o Brasil as graças da alforria. Isabel era a liberdade dos negros, a igualdade dos cidadãos, a concórdia dos brasileiros. Percebe-se que superassem as recompensas do mundo os galardões do seu êxito.

O papa mandou-lhe de Roma — singular coincidência com o velho milagre português das rosas da sua santa onomástica, à outra rainha, esta na vertical da sua ascendência, que em rosas transformara o pão dos infelizes — a «rosa de ouro». Como

a do beato prodígio, não murcharia nos altares — as suas pétalas eternas resistentes à lufada dos séculos, à rotação ingrata do tempo, essa flor metálica em que se concentrava a admiração da igreja, brotada milagrosamente da lágrima e do sangue. A heráldica da bondade humana ganhava galantemente a sua insignia de primavera, e a «flor de altura» da sobranceira feminina e da alma brasileira.

Quando lhe estalou aos pés o vigamento das instituições, e a têmpera da sua coragem foi provada pelos acontecimentos, que a desterraram, enfrentou-os com uma consolidada confiança, de quem cumprira invictamente a sua obrigação, custasse o que custasse. E num gesto irritado, batendo na mesa de ébano, em que assinara a lei de 13 de maio, repetiu — desafiando: Se tudo isso era porque fizera assim... não se arrependia; faria de novo! Em verdade, maior do que o império que perdera, foi o seu título definitivo de «Redentora». Para o exílio conduzia o interminável agradecimento da nação que se honrara com o seu sacrifício e comovidamente o incluía nas suas horas canônicas, nas horas espirituais da sua meditação e da sua prece. O banimento não secou as fontes de patriótica emoção que tantas vêzes lhe reben-tavam nos olhos em aflição e ternura pela sorte da pátria. Quando a esta sobreviveu, em 1892, a era tormentosa das convulsões, fraticidas, a sua palavra chegou do destêrro com a ordem nítida e irrevogável para os que ainda a ouviam: guerra civil, não. Só concebia o retôrno, se êste fôsse possível, consultada a nação num prévio e leal pronunciamento. Senão, não. E desprendendo-se de ilusões nefastas, que seriam os equívocos da conjura nos maus momentos que o país sobressaltadamente atravessava, deu aos brasileiros o modelo da resignação sem perjúrio, da renúncia sem ressentimento, do claro e indulgente juízo sem utopias nem revoltas, rainha exilada de uma pequena côrte familiar e inocente de brasileiros que em Paris — sem discriminações nem preconceitos — tinham como rito obrigatório ir venerá-la na discreção da sua saudade.

O Conde d'Eu valeu-se da lei que lhe reabriu as portas do Brasil, e aqui chegou com o seu vulto acurvado pela idade, de neve o «cavaignac» marcial que é um traço d'oiro na tela heróica de Pedro Américo, mais surdo, procurando, com o seu sentimentalismo de sobreviventes, os últimos companheiros de «Perri-bebue»... Foi visitar o ministério da guerra : e, imprevisamente, topou com o cerimonial. Calógeras, o ministro, mandara formar a tropa: e o clarim anunciou o comandante em chefe... Morreu antes dela, quando vinha novamente aquecer-se ao sol. Ela não pôde, ou não ousou cumprir êsse desejo. Aconchegou na hu-

mildade da sua religião a velhice devota: e finou-se no seu imenso castelo normando, sem estender tão longe a ambição, que cobiçasse a volta às suas flôres de Petrópolis, ao seu palácio das Laranjeiras, ao amor reconhecido do seu povo — mas certa de que este não a esqueceria indefinidamente no frio degrêdo... Quem tanto mereceu do Brasil, não podia desertar-lhe o coração, excluindo-se às efusões do seu culto no fervor da justiça, que é a consciência das nações e a moralidade da História. O Brasil foi buscar aos seus sarcófagos de Dreux, onde jazem os Orléans, a insigne brasileira e o seu bravo espôso. O Brasil quis agazalhar-lhes o derradeiro sono da dignidade do seu afeto, em que os preitos da posteridade constituem a ressonância pálida da aclamação e do louvor das gerações passadas; oferece-lhes o monumento em que repousarão, como se viessem adormecer no regaço amorável da pátria, reclamados por seu vigilante civismo às amarguras da longa ausência para a glória póstuma da volta; e arma à passagem de suas cinzas os arcos triunfais que celebram o honroso valor e majestade piedosa, Isabel a redentora e o marechal das vitórias.

Terá por isto uma unção de reza o carinho nacional popular que alinha, no roteiro dêsses esquifes, as alas contrictas do povo, e em tórno dêles situa a homenagem da República na sua coerência histórica.

Graças a Deus, que se não extinguiu nas reservas dissipáveis da alma popular a exuberância do patriotismo, em que se renova, no transcurso das gerações, o alento hercúleo da Nação. Prediletos da Providência na prodigalidade dos seus bens, os brasileiros amam a Deus sôbre tôdas as cousas, e têm, na espontaneidade dos sentimentos, que as forças da terra e o caráter do povo romantizam com todos os matizes da poesia, a predestinação da fé. Não aprendemos as lições álgidas da insensibilidade coletiva, tendenciosa na disciplina das massas; repudiamos as revisões arbitrárias da tradição e, supremo crime das elites abúlicas, a execução grotesca do hercismo nos patíbulo ideológicos; desprezamos a desmemoriação letal em que se comprazem as filosofias fraticidas, o sentido demolidor dos sistemas intelectuais que abominam as crenças na sua candura e os símbolos na sua pureza; refutamos os sofismas da negação e as insídias do pessimismo em nome das afirmações irrevogáveis. A Deus graças — como graça lhe dá pelo menos uma vez por ano, pública e oficialmente os povos mais severamente instruídos na sua civilização material — pela continuidade dessas tendências na renovação incessante de suas razões, na vivacidade de seus argumentos, na definição dos seus direitos; pela força que restitui

a nacionalidade que se não divorciou jamais do ideal do congratamento fraterno, na pujança hospitaleira dos seus quadros de riqueza e pela resolução que lhe incute, pela vontade que lhe enfiibra, pela ossificação do seu arcabouço, pela fortaleza dos seus músculos, pela saúde do seu pensamento, pela integridade das suas virtudes, pela permanência dos seus anelos, pela independência invulnerável que é a sua conquista de todos os dias; pela união dos homens, pela compreensão das classes, pela simpatia que as aproxima e pelos deveres que as obrigam, que as coordenam, que as dirigem; pela preservação do patrimônio do passado nas valorizações crescentes da cultura, que o evidencia e purifica; pela beleza e pelo esplendor de suas reminiscências, quando significam — na linguagem que não prescreve — a Equidade, acima do privilégio, a liberdade, inspiração da lei, a Humanidade, sôbre as restrições mesquinhas do interesse, o amor do próximo, sôbre tôdas as malignas contingências do espaço e do tempo na evolução fatal das sociedades. Graças a Deus por tudo isto, que nos conforta e fortalece, enchendo de confiança o Brasil: e também, senão principalmente, por tôdas as soluções felizes que através dos séculos nos deram o país que aí temos, o povo que o possui, a soberania que o protege, as lutas que a consolidaram, e as suas irredutíveis conseqüências. Graças a Deus pela abolição da escravatura, pela comunhão patriótica, pela democracia social, pelo destino cristão do Brasil. Graças a Deus por esta hora reparadora em que as raízes da rosa mística encontram o sangue generoso de uma raça e do reconhecimento nacional florescem, nas mãos da Santa-Isabel-dos-negros-do-Brasil, tôdas as rosas do seu culto, e do seu milagre. Graças a Deus por ela, a redentora — e por elas, por essas fôrças mágicas da nação, que de joelhos a recebe no repatriamento necessário, para que se cumprisse a profecia do oráculo dos escravos, e pudesse reinar, — a que «depois de morta foi rainha», — não nos tronos que tombam ao sôpro das insurreições, porém no que as sobreleva, inabalável, como, nos altares do Senhor, os pedestais da santidade — o trono em que a Pátria e a Liberdade coroaram a Princesa. Feliz senhora! É um desfile da coroação, êsse cortejo iluminado pelo lampejo da arma nas galas e na música da apoteose final, que entre dois túmulos ostenta a majestade da misericórdia carregada aos ombros leais do povo que vai sepultá-la no coração do Brasil».

CRÍTICA DE LIVROS

William J. Coleman, *The first apostolic delegation in Rio de Janeiro and its influence in Spanish America. A study in papal policy, 1830-1940*. The Catholic University of America Press, Washington, D.C., 1950, 468 p.

Esta dissertação apresentada à Universidade Católica estuda a política papal e a Igreja hispano-americana (1814-1830), a formação da nunciatura no Brasil e a nunciatura do Rio de Janeiro em relação à Argentina, ao Império, ao Chile, ao Peru e à Bolívia, a Missão Mobile e a internunciatura de Bogotá. Trata ainda da atividade final da Delegação e da influência do Abade Scipione Domenico Talbrini, Encarregado de Negócios que substituiu, em 1832, Monsenhor Pietro Ostini.

O presente estudo, feito com o espírito norte-americano de dar uma unidade às repúblicas hispano-americanas — o autor usa mesmo a expressão *Spanish* que retira de imediato o Brasil de qualquer agrupamento histórico, procura escrever a história da primeira delegação apostólica à América latina ou hispânica, inaugurada no Rio de Janeiro em 1830, quando o Arcebispo Pietro Ostini aí chegou como primeiro núncio apostólico junto à Corte Imperial e delegado apostólico na América do Sul e Província do México. O autor divide a política papal em três fases, sendo a segunda a dos anos de 1820 a 1823, com o triunfo liberal na Espanha e a emancipação gradual nas colônias, e a terceira a que se desenvolve nos anos de 1824-25, graças à restauração do neo-absolutismo na Espanha.

O Sr. Embaixador Hildebrando Acioly, no seu recente estudo sobre *Os Primeiros Núncios no Brasil* estudou, no capítulo IV do livro III, a jurisdição eclesiástica do Núncio Ostini sobre as antigas colônias espanholas. O trabalho de W. J. Coleman examina a política papal a partir da chegada de Ostini, que trans-

forma a sede do Rio em nunciatura para a América do Sul e a missão de Fabrini, que continua sua obra. Baseado em pesquisas realizadas no Arquivo do Vaticano, esta dissertação constitui um subsidio para a história da Igreja, a história diplomática e a história americana, e serve como complemento à excelente monografia do Embaixador Hildebrando Acioly.

José Honório Rodrigues

Waldemar Mattos — Palácio da Associação Comercial da Bahia (Antiga Praça do Comércio). Edição comemorativa do IV Centenário da Fundação da Cidade do Salvador e do I de Nascimento de Rui Barbosa. Salvador, Tipografia Beneditina Ltda., 1950; VIII-320 p., 58 ils.

Participando das comemorações do quarto centenário da fundação da cidade do Salvador e do primeiro do nascimento de Rui Barbosa, deliberou a Associação Comercial da Bahia, por intermédio de seu presidente, Sr. Miguel Calmon du Pin e Almeida Sobrinho, confiar a elaboração da história de sua sede ao Senhor Waldemar Mattos, jovem escritor que já se havia recomendado pela autoria de outras obras do gênero.

O resultado dessa incumbência é o maior livro até agora dedicado, entre nós, ao histórico de um edificio mais que secular. O *Palácio da Associação Comercial da Bahia* (antiga Praça do Comércio) constitui obra minuciosa e erudita, na qual acompanhamos toda a história da Bahia, desde os tempos do Governador e Capitão-General Conde dos Arcos, D. Marcos de Noronha e Brito, até os nossos dias. A construção e sua arquitetura, as modificações havidas, a formação da valiosa Pinacoteca, antecedem a narrativa dos fatos memoráveis ali registrados, tais como festas, recepções e banquetes, de 1817 a 1926. Também não foram esquecidos os serviços à coletividade prestados pela instituição, inclusive durante a Guerra do Paraguai. Documentos e ilustrações enriquecem o volume, que sem dúvida pode servir de modelo a outros por ventura dedicados aos edificios históricos do país.

Helio Vianna

Herman Lima — *Ruy e a Caricatura*. Rio de Janeiro. Casa de Ruy Barbosa, 1949, 1950; XXX-110 p., ils.

Em boa hora foi resolvida a inclusão, entre as obras comemorativas do centenário de nascimento de Ruy Barbosa, de uma dedicada à repercussão de sua carreira política no lápis dos caricaturistas. Fazendo-o, soube apresentar interessante material, datado de 1879 a 1949, o Sr. Herman Lima. Comentou-o, também, com agudeza e propósito, inclusive colocando Ruy entre os nossos grandes caricaturistas da pena, dos que não desenham mas sabem indicar, aos que o fazem, os traços marcantes e ridículos das personalidades que criticam. Na seleção contida em *Ruy e a Caricatura*, pode ser acompanhada tôda a agitada trajetória do jovem deputado liberal ao Ministro da Fazenda e duas vezes candidato à presidência da República, até sua última campanha política e mesmo posteriormente. Constitui, assim, uma das mais interessantes contribuições ao estudo do grande vulto histórico.

Helio Vianna

NOTICIÁRIO

OS DESPOJOS DA PRINCESA ISABEL E DO CONDE D'EU

Para recebimento dos despojos mortuários da Princesa Isabel e do Conde d'Eu, a Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro resolveu organizar uma grande comissão de sócios composta dos Srs. : José Carlos de Macedo Soares, Presidente; Ministro Augusto Tavares de Lira, Vice-Presidente; Ministro Alfredo Valadão; Dr. Pedro Calmon, Orador Oficial; Dr. Virgílio Corrêa Filho, 1º Secretário; Dr. Feijó Bittencourt, 2º Secretário; Almirante Carlos Carneiro, Tesoureiro; Dr. Barbosa Lima Sobrinho, Ministro Rubem Rosa, Embaixador Hildebrando Acioly, Dr. Gustavo Barroso, Dr. Afonso de Taunay, Ministro Anibal Freire, Dr. Leão Teixeira Filho, Dr. Rodrigo Otávio Filho, General de Exército Estêvão Leitão de Carvalho, Dr. Múcio Leão, Almirante Álvaro de Vasconcelos, Dr. Elmano Cardim, Dr. Cláudio Ganns, Coronel João Batista de Magalhães, Dr. Edgard Riquette Pinto, Dr. Luís Viana Filho, Dr. Artur Reis, Dr. José Honório Rodrigues, Dr. Xavier Pedrosa, Dr. Afonso Costa, Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas, Dr. Cristóvão Leite de Castro e Professor Mozart Monteiro.

EDIÇÃO DE PUBLICAÇÕES ESGOTADAS (*)

Anotações — Já o historiador francês Michelet tinha intercalado na sua História de França o famoso quadro em que assinala as divisões dos tempos feudais a corresponderem às divisões físicas e naturais do solo francês, tornando êle a descrição que fêz das localidades uma das mais belas páginas literárias.

O estilo consagrou o historiador como um dos maiores escritores de páginas lidas, relidas e tão citadas. Mas lhes falta às vêzes a traça histórica, que Martius ensina como esboçar.

A *História de França* de Michelet recai nas questões políticas gerais da Europa a interessarem a França e dá o traçado do movimento dos povos europeus. A *Geografia do Homem*, livro com que Ratzel, pode-se dizer que criou a geografia humana, faz o mesmo, para que se diga que há apenas coincidência entre um autor e outro.

A história do Brasil retomou pois o assunto por duas vêzes. Uma tratando das grandes navegações e das primeiras expedições que representam datas de expansão dos povos da Europa no mundo; e a outra será a história dos caminhos de povoamento do Brasil. Capistrano de Abreu tratou dos dois separadamente, em épocas diferentes da sua vida.

A história de cada povo tem assim as suas questões e entre elas a da vida local de expressão própria, vida essa que vai desde o contacto do europeu com o selvagem até a radicação dêsse europeu ao solo, o que importa na questão econômica, da exploração da terra, com o capítulo da escravidão.

O quadro histórico, sob o ponto de vista administrativo, econômico e social toma então especial importância devendo-se ver que a história de cada povo vem a ter assuntos próprios.

Diversos mentores da maneira de escrever-se a história do Brasil já prestaram atenção aos diversos aspectos dela. Se a

(*) Por não ter saído comentário à reedição de — *Como se deve escrever a história do Brasil*, pelo Dr. Carlos Frederico Th. Martius — vai êle incluso no presente número.

maneira do país se povoar é um, a maneira de êle se desenvolver é outro. E cada região revela assim modalidades suas.

É um tema de sociologia e de história da administração. A história que caminha por êle, que podem se tornar paralelos, os tem como relacionados. Podem citar-se os conselheiros que o Brasil tem e teve para escrever a sua história. Cunha Mattos foi um como se vê no que êle escreveu e se publica no tomo 26 da Revista do Instituto sob o título *Dissertação acêrca do sistema de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil*. Inspirado pela experiência de administrador que conhece a vida local é êle que vem afirmar faltarem «muitos elementos provinciais» para se escrever a história do Brasil.

Compare-se o que êle diz com o que escreveu Martius, o inspirador de Varnhagen. Compare-se o que êle apontou com a história local das diversas provincias do Brasil, historiadas por Handelman e de novo historiadas por João Ribeiro. A questão é pois classificar os assuntos para que se procure na classificação que se dá a êles hoje se veja nesses nomes já citados o traçado outrora apresentado bem como a maneira de o completar se isso fôr possível.

FEIJÓ BITTENCOURT

SÓCIOS FALECIDOS

Dr. Cincinato Braga — O Instituto Histórico perdeu, no dia 13-8-53, o seu sócio honorário, Dr. Cincinato César da Silva Braga, que era atualmente o seu sócio mais antigo. Entrara para o Instituto, como sócio correspondente, em 28-5-1895.

O Dr. Cincinato Braga nasceu em Piracicaba (São Paulo) a 7-7-1864.

Filho do Major Domingos José da Silva Braga e de Dona Bárbara Augusta de Matos Braga.

Cursou o pequeno colégio do finado Padre Antônio José de Castro, na Fazenda Graciosa, Descalvado; em seguida estudou os preparatórios no Colégio Culto à Ciência, Campinas; e acabados os estudos secundários matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, recebendo o grau de bacharel a 6 de março de 1886.

Em abril do mesmo ano tomou posse do cargo de Promotor Público da comarca de São Carlos do Pinhal, em 1887 demitiu-se desse cargo para dedicar-se inteiramente à profissão de advogado.

Proclamada a República em 1889, realizou-se a 30 de abril de 1891 a eleição de membros do Congresso Constituinte de São Paulo, sendo o Dr. Cincinato Braga eleito deputado a essa Assembléia, tomando posse a 6 de junho de 1891. Em 1892, foi eleito deputado ao Congresso Nacional, sendo reeleito em várias legislaturas seguintes. No Congresso Nacional foi eleito membro da Comissão de Diplomacia e Tratados, da Comissão de Constituição e Justiça e por último, e em diversas legislaturas da Comissão de Finanças. Bateu-se sempre nas discussões pelo desenvolvimento das rodovias e ferrovias do norte ao sul do Brasil, pelo problema das secas do nordeste, pelo melhoramento e aumento da pecuária nacional, pela fundação da Siderurgia Nacional, pela emissão de dinheiro papel sobre lastro-ouro, etc.

Como sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, passou em 4-12-1936 para sócio honorário, em virtude de proposta apresentada em 14-11-1936. Pertencia à Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, ao Instituto Histórico de São Paulo. Representou o Brasil na Liga das Nações, em Genebra, Suíça, em 1921. Exerceu a Presidência do Banco do Brasil de 1924 a 1926.

Foi Presidente do Banco de Comércio, na Capital Federal.
São de sua autoria os seguintes trabalhos :

Histórico da Cidade de São Carlos, São Paulo, Tipografia da Cidade de São Carlos, 1890.

O Câmbio. Tipografia Vanorden — São Paulo — 1910.

Questões Econômico-Financeiras. Tipografia Duprat & Cia. São Paulo — 1915.

Intensificação Econômica no Brasil — Tipografia do Estado de São Paulo — 1918.

Emissão de Papel Moeda — Caixa de Conversão, Indústria Pastoral. Tipografia Duprat & Cia. — São Paulo — 1915.

Sêcas do Nordeste — Tipografia da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro — 1919.

Ensino Industrial, Siderurgia. Tipografia da Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1919.

Magños Problemas Econômicos de São Paulo. Tipografia do Estado de São Paulo — 1921.

O Brasil de Hontem, de Hoje e de Amanhã. Tipografia da Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1921.

O Brasil Novo — 4 volumes — os dois primeiros impressos na Tipografia da Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1930; os dois últimos na Tipografia da Empresa Gráfica Editora, São Paulo, 1931.

Trabalhos na Constituição de 1934 — Tipografia da Empresa Gráfica Editora — São Paulo, 1935.

Situação da Lavoura de Café. Situação Financeira do Brasil. Tipografia do Correio Paulistano — São Paulo, 1935.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

OBRAS RECEBIDAS

Em julho de 1953

- S. Francisco Xavier* (Esbôço histórico) — n.º 24. A. B. de Bragança Pereira — Imprensa Nacional. Gôa. 1952.
- Gôa Portuguesa* n.º 23 — A. B. de Bragança Pereira — Imprensa Nacional. Gôa — 1952.
- O Instituto do Açúcar e do Alcool* — em 1951 (Relatório) — Gileno di Carli — Edit. *A Noite*. Rio de Janeiro, 1952.
- Catálogo dos Documentos sobre São Paulo existentes no Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* — João Bentivegna — São Paulo, 1953.
- Os mais antigos roteiros da Guiné* — Damião Peres — João Pinto Ltda. — Lisboa, 1952.
- Relação da Viagem da Fragata «Nossa Senhora da Estrella» a Bissau em 1753*. Antônio José da Costa Araújo — João Pinto Ltda. Lisboa, 1953.
- A Economia Tupinambá* (Separata do Arquivo n.º CXXII — Florestan Fernandes — Departamento de Cultura — São Paulo, 1949.
- O Romance Cearense* — Abelardo F. Montenegro — Tipografia Royal — Ceará, 1953.
- Fardas do Reino Unido e do Império* (Separata do Museu Imperial) — 1950 — J. W. Rodrigues — Ministério da Educação e Saúde — Petrópolis, 1953.
- Notícia Geral de tôda esta Capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759* — José Antônio Caldas — Tipografia Beneditina Ltda. Bahia, 1951.
- Novos documentos sobre Francisco Dias, mestre de obras de São Roque em Lisboa, arquiteto da Companhia de Jesus no Brasil*. Extratum e vol. XXII — 1953. Padre Serafim Leite S. I. Institutum Historicum S. I. 1953. Roma.
- El Joropo* (Baile Nacional de Venezuela) — Luís Felipe Ramon y Rivera — Edic. Minist.º Educacion — Caracas — 1953.

Em agosto de 1953

- Tese apresentada ao 1.º Congresso dos Tribunais de Contas de Havana* — Ernesto Claudino de O. Cruz — Editor Borsoi — Rio de Janeiro, 1953.
- Origins* — Hannah M. Wormington — Edimex, S. de R. L. — Tacubaya, D.F. 1953.
- Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República* — Álvaro de Sousa Lima — Rio de Janeiro, 1953.

- Mitre* — Bartolomé Galindez — Talleres Castro Barrera & Cia. Buenos Aires, 1953.
- O Republicanismo de Joaquim Nabuco* — Péricles da Silva Pinheiro — Gráfica da Prefeitura — São Paulo, 1952.
- O Plano de Fomento* — Princípios e Pressupostos — O Pensamento de Salazar (Discurso proferido por Sua Excia. o Presidente do Conselho, no Palácio Foz em 28 de maio de 1953 no ato inaugural do ciclo de conferências ministeriais e da exposição do Plano de Fomento — S.N.I.), Lisboa, 1953.
- Leis, Decretos e Atos* — Janeiro e março de 1953. Professor Engenheiro Ildo Meneghetti. Gráfica Santa Teresinha Ltda. — Porto Alegre, 1953.
- Notícia Histórica do Monumento ao Furriel Ângelo Vieira de Sousa* — Dr. Jarbas Sertório de Carvalho — Oficina Gráfica do *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 1950.
- A cura pelo sol e o seu alcance médico e social* — Dr. Jarbas Sertório de Carvalho. Tipografia Besnard Frères. Rio de Janeiro, 1925.
- Dipteros Hematophagos do Municipio de Ponte Nova* — Dr. Jarbas Sertório de Carvalho — Tipografia Besnard Frères — Rio de Janeiro, 1929.
- Escorpionídeos da Zona da Mata Mineira* — Dr. Jarbas Sertório de Carvalho — Estabelecimento Gráfico Canton & Reile — Rio de Janeiro, 1932.
- Acidentes mortais pela picada de Scorpião* — Dr. Jarbas de Sertório de Carvalho — Estabelecimento Gráfico Apolo — Rio de Janeiro, 1935.
- Prophylaxia do Ophidismo* — Estabelecimento Gráfico «Gutenberg» — Ponte Nova.
- Memorial apresentado ao Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais em 16 de março de 1948* — Dr. Jarbas Sertório de Carvalho — Oficina Gráfica do *Jornal do Brasil* — Belo Horizonte, 1948.
- A Causa de Beatificação do Ven. Padre José de Anchieta* — Padre Hélio Abranches Viotti S. Y. — Gráfica Barbero, S.A. Rio de Janeiro, 1953.
- Euclides*, 1952 (Cinquentenário de Os Sertões — Dr. Osvaldo Galloti — Tipografia da *Gazeta do Rio Pardo*, São José do Rio Pardo, 1952.
- Os Xavantes e a Civilização* (Ensaio Histórico) — Lincoln de Sousa — I.B.G.E. 1953. Rio de Janeiro.
- Os Problemas Políticos e o próximo ato eleitoral* (Discurso) — S.N.I. — Lisboa, 1953.

Em setembro de 1953

- São Francisco do Sul. Evolução Cultural* — Thiago (Arnaldo S.) Imprensa Oficial — Santa Catarina — 1947.
- Eu vi o Amazonas*. Publicação n.º 109 — Prado (Eduardo Barros) Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1952.
- Memórias de um Franciscano* — Thiago (Arnaldo S.) Florianópolis — 1953.
- Cartas Políticas* — Marti (José) Imprensa Mundial S. A. — Habana — 1953.
- Cartas Familiares* — Marti (José) Imprensa Mundial S.A. — Habana — 1953.
- Misiones Chilenas en los Archivos Europeos* — Cardenas (Alejandro Soto) Gráfica Panamericana — México — 1953.

- A Revolta na Esquadra Brasileira em novembro e dezembro de 1910.* (Separata da Rev. Brasileira — 10-11-12-949) — Cunha (Cte. H. Pereira da) — Imprensa Naval — Rio de Janeiro — 1953.
- La Enseñanza de la Historia en Puerto Rico* — Rivera (Antônio) — Comision de Historia — Mexico — 1953.
- Anais do Museu «Antônio Parreiras»* — vol. I — Serviço de Difusão Cultural — Gráfica Olimpia Editora — Rio de Janeiro — 1953.
- Jesuítas e Bandeirantes no Itatim (1596-1760)* — Cortesão (Jaime) — Biblioteca Nacional — Rio de Janeiro — 1952.
- United States and Canada* — Griffin (James B.) — Comision de Historia — Tacubaya, D. F. — 1953.
- Altiplano Andino* — Valcárcel (Luís E.) — Comision de Historia — Tacubaya, D.F. — 1953.
- Discursos* (O Pôrto de Santarém — Exploração de Petróleo — Acôrdo Militar — Omnibus Nigra Umbra) — Meira (Augusto) — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1953.
- A Princesa e Petrópolis* — Auler (Guilherme) — Petrópolis — 1953.
- Anuário Estatístico do Brasil* — ano XIII — 1952 — I.B.G.E. — Serviço Gráfico — Rio de Janeiro — 1953.
- História das Bandeiras Paulistas* — Tomos I e II — Taunay (Affonso de E.) — Edições Melhoramentos — São Paulo — 1951.
- Os primeiros Núncios no Brasil* — Accioly (Hildebrando) — Inst.º Progresso Editorial S.A. — São Paulo — 1949.
- Manual de Direito Internacional Público* — 2ª edição — Accioly (Hildebrando) — Edição Saraiva — São Paulo — 1953.
- Raízes ou Causas Históricas do Panamericanismo* — Accioly (Hildebrando) — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1953.
- Chateaubriand Diplomata* — Accioly (Hildebrando) — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1948.
- Oração de paranimfo, por ocasião da entrega dos diplomas* — Accioly (Hildebrando) — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1948.
- A paz mundial e a organização das nações unidas* — Accioly (Hildebrando) — Gráfica Siqueira — São Paulo — 1946.
- O Ensino de Português na Argentina* — Camargo (Christovam de) — Edição do I.A.B.C. — Buenos Aires — 1953.
- História da Indústria Açucareira no Nordeste* — Maranhão (João de Albuquerque) — *Jornal do Comércio* — Rio de Janeiro — 1949.
- A Revolta na Esquadra Brasileira em novembro e dezembro de 1910.* (Separata da Revista Marítima Brasileira — 12 — 1949 — Cunha (Cte. H. Pereira da) — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1953.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

Em julho de 1953

- Endeavour* — volume XII — número 46 — 1953 abril. Londres.
- A Polônia de Hoje* — N.º 5 — maio de 1953 — ano VII. Rio de Janeiro.
- Legislacion Arqueológica Peruana* — 1953. Peru.
- Correio de Uberlândia* — 16 e 21 de junho de 1953 — n.º 3.685 — 3.689 — ano XVI. Minas Gerais.

- Trabalho, Previdência Social, Indústria e Comércio, Imigração* (Bibliografia) — separata do Boletim do M.T.I.C. ano II — ns. 1 e 2. Rio de Janeiro, 1952.
- Boletim Bibliográfico* — 2.º semestre de 1951 e 1.º semestre de 1952. Rio de Janeiro.
- Revista Histórica* — año XLVII (2ª época) t. XVIII — febrero de 1953 — ns. 52-54. Montevideo.
- Boletín de la Academia Nacional de la Historia* — julio-setiembre-octubre-diciembre de 1952 e enero-marzo de 1953 — ns. 139-140-141 — XXXV-XXXVI. Caracas. Venezuela.
- Anales de la Universidad Central de Venezuela* — Tomo XXXII — enero de 1953. Caracas — Venezuela.
- A Verdade*. Rio de Janeiro.
- Boletín Informativo de las Publicaciones Recibidas* — enero-marzo 1953. Caracas.
- Anuário do Museu Imperial* — 1950. Petrópolis.
- Revista Nacional* — tomo LVI — año XV — diciembre de 1952. N.º 168. Uruguai.
- Triângulo* — 20 de mayo de 1953 — año III — n.º 9. La Habana.
- Brasil Açucareiro* — março 1953 — n.º 3 — ano XXI — vol. XLI. Rio de Janeiro.
- Nação Brasileira* — junho de 1953 — n.º 358 — ano XXX. Rio de Janeiro.
- Catálogo* n.º 734. London, 1953.
- Boletín Indigenista* — marzo 1953 — n.º 1 — vol. XIII. México.
- América Indígena* — abril 1953 — n.º 2 — vol. XIII. México.
- Revista do Clube de Engenharia* — abril de 1953 — n.º 200 — vol. XXVI. Rio de Janeiro.
- Notas e Informaciones* (Ciencias Sociales) febrero-abril de 1953 — vol. IV — ns. 19-20. Washington.
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* — vol. XLVIII — XLIX — 1949-1952. São Paulo.
- Exposição cem anos de atividades (1853-1953)* Rio de Janeiro.
- Boletim do Colégio Brasileiro de Cirurgiões* — n.º 5 — vol. XXV — dezembro de 1952. Rio de Janeiro.
- Revista del Instituto de Historia del Derecho* — n.º 4. Buenos Aires.
- Boletim E.N.B.A.* — janeiro-fevereiro-março de 1953 — n.º 1 — ano II. Rio de Janeiro.
- Catálogo* — Revistas, 1953. Madrid.
- Temas Economicos* — año III — marzo-abril 1953 — n.º 27-28. Caracas.
- Boletim do Clube Naval* — ano XXXI — 4.º trimestre de 1951 — n.º 128. Rio de Janeiro.
- Boletim mensal das observações meteorológicas feitas nas estações da Província* — outubro-novembro-dezembro de 1952 — ns. 10-11-12 — ano XIX. Lourenço Marques.
- Temas Economicos* — mayo 1953 — ano III — n.º 29. Caracas.
- Escuela Rural* — mayo-junio de 1953 — n.º 7 — ano I. La Habana.
- Revista de Historia* — abril-junho de 1953 — n.º 14 — ano IV. São Paulo.
- Engenharia* — ano XI — vol. XI — abril de 1953 — n.º 128. São Paulo.
- Arquitectura* — mayo de 1953 — n.º 238 — año XXI. La Habana.

- Boletim do Instituto Brasil-Estados Unidos* — n.º 121 — ano XI — junho de 1953. Rio de Janeiro.
- Correio de Uberlândia* — 7 de julho de 1953 — n.º 3.700 — ano XVI. Minas Gerais.
- Companheiro* — n.º 1 — maio 1953. São Paulo.
- Correio de Uberlândia* — de 2 a 30 de junho de 1953 — ano XVI. Minas Gerais.
- Bulletin of the New York Public Library* — june, 1953 — number 6 — volume 57 — New York.
- Bolletino Civico Istitvio Colombiano* — Gennaio-marzo 1953 — num. 1 — ano I. Genova.
- Boletin Cultural Mexicano* — mayo 1953 — n.º 13. México.
- Archivo de Don Bernardo O'Higgins* — tomo XII. Santiago de Chile.
- Belgique Amerique Latine* — 20 juin 1953 — n.º 93. Bruxelles.
- Estatistica del Salário* — mayo 1950 — ns. 1 e 2 — vol. VI — mayo 1951 — n.º 1. vol. VII. Ciudad Trujillo.
- Estatistica de los Accidentes de Transito Terrestre* 1951 — n.º 16. Ciudad Trujillo.
- Tercer Censo Nacional Poblacion* 1950 — vol. I. Trujillo.
- Revista de la Academia Colombiana de Ciencias Exactas, Fisicas y Naturales* — mayo 1953 — vol. IX — ns. 33 y 34. Colombia — Bogotá.
- Anales de la Universidad Central de Venezuela* — tomo XXXII — enero 1953. Caracas. Venezuela.
- A Polônia de Hoje* — ano VII — junho 1953 — n.º 6. Rio de Janeiro.
- Revista Nacional de Cultura* — marzo-abril 1953 — n.º 97 — año XIV. Caracas.
- Revista do Serviço Público* — ano XVI — vol. I — n.º 3 — março de 1953. Rio de Janeiro.
- Catalogue of Books on Various Subjects* — n.º 707. Holland.
- Saúde* — agosto 1953 — n.º 68 — ano VI. Rio de Janeiro.
- Boletim do Instituto do Ceará* — janeiro e março-maio e julho de 1952 — ns. 11-12 — 13-14 — ano II — Ceará.

Em agosto de 1953

- Nação Brasileira* — ano XXX — n.º 359 — julho de 1953. Rio de Janeiro.
- Catálogo* — New Books Macmillan — january-june, 1953. New York.
- Boletim Informativo da Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo* — junho, 1953 — n.º 2. São Paulo.
- A Polônia de Hoje* — 22 de julho de 1953 — n.º 7 — ano VII. Rio de Janeiro.
- Boletin Bibliográfico del Consejo Superior de Investigaciones Científicas* — ano IX — n.º 69 — 1953. Madrid.
- Informação Bibliográfica* — julho, 1953. Rio de Janeiro.
- Catálogo de Libros antiguos y modernos nacionales y extranjeros* — n.º 3 — 1953. Sevilla.
- Geographical Review* — july, 1953 — number 3 — vol. XLIII. New York.
- Revista Nacional* — tomo LVII — año XVI — febrero de 1953 — n.º 170. Montevideo.

- Boletim do Club Naval* — 1.º semestre de 1952 — ns. 129 e 130 — ano XXXII. Rio de Janeiro.
- The Geographical Journal* — june 1953 — vol. CXIX — parte 2. New York.
- O Puritano* — 10 de julho de 1953 — n.º 2035 — ano LV. Rio de Janeiro.
- Boletim Mensal dos Oficiais dos Corpos e Quadros da Armada* — setembro de 1948 — junho e novembro de 1949. Rio de Janeiro.
- Military Review* — outubro-novembro-dezembro de 1948 — janeiro-fevereiro de 1949 — ns. de 7 a 11 — ano XXVIII. Rio de Janeiro.
- Bulletin of The New York Public Library* — july 1953 — number 7 — vol. 57. New York.
- Boletim Cultural Mexicano* — mayo de 1953 — n.º 13. México.
- Brasil Açucareiro* — abril, 1953 — n.º 4 — vol. XLI — ano XXI. Rio de Janeiro.
- Rodovia* — dezembro, 1952 — n.º 154 — ano XIV — Rio de Janeiro.
- Em Marcha* — n.º 10 — vol. II. Rio de Janeiro.
- Revista de História da Economia Brasileira* — junho de 1953 — ano I — n.º 1. São Paulo.
- Boletim Shell* — vol. 4 — maio-junho 1948 — n.º 43. Rio de Janeiro.
- Revista do Serviço Público* — ano XVI — vol. I — n.º 2 — fevereiro de 1953. Rio de Janeiro.
- Roteiro — Brasil — Marinha do Brasil — Hidrografia*. Correto até 31 de março de 1943. Rio de Janeiro.
- Engenharia* — ano XI — vol. XI — maio de 1953 — n.º 129. São Paulo.
- Notas e Informaciones Ciencias Sociales* — febrero 1953 — n.º 19 — vol. IV. c/suplemento. Washington.
- Boletim de Informaciones Científicas Sociales* — ns. 53 e 54 — marzo, abril y maio de 1953 — vol. V. Quito.
- Catálogo — Schulbricher und padagogische Werke* freihjahr 1953. Stuttgart.
- The Milbank Memorial Fund Quarterly* — july 1953 — n.º 3 — vol. XXXI. New York.
- Letras del Ecuador* — ns. 80 e 81 — octubre-noviembre e diciembre de 1952 — año VII — Quito.
- Saúde* — julho, 1953 — n.º 67 — ano VI. Rio de Janeiro.
- Unesco Bulletin for Libraries* — vol. VII — n.º 7 — july 1953. Paris.
- Da Índia Distante* — 15 de julho de 1953 — Boletim n.º 62.
- Carta de Informacion Hispanica* n.º 6-30 de mayo de 1953. Madrid.
- I.B.E.C.C.* — novembro de 1952 — n.º 4 — ano I. Rio de Janeiro.
- União Cultural Brasil-Estados Unidos* — Catálogo Bibliográfico 30-4-52. Rio de Janeiro.
- Canning House Bulletin* — octubre 1951 — ns. 4, 6, 21 — vol. 5. London.
- Touring* — maio e junho de 1953 — ano XXI — ns. 236 e 237. Rio de Janeiro.
- Revista de Estudios Musicales* — diciembre. 1950 — abril 1951 — ns. 5-6 — año II — Mendoza — Argentina.
- Relatório n.º 104 da Diretoria da Companhia Paulista de Estradas de Ferro para a Assembléia Geral Ordinária em 15 de abril de 1953* — exercício de 1952. São Paulo.

- Anales de la Universidad Central de Venezuela* — tomo XXXII. enero de 1953. Caracas.
- Justitia* — julho-agosto-setembro de 1952 — vol. XII — ano VIII. São Paulo.
- Boletin del Archivo General de la Nacion* — ns. 1 e 2 — tomo XXIV — Mexico.
- Temas Economicos* — junio 1953 — n.º 30 — año III. Caracas.
- Revista Militar Brasileira* (sesquicentenário de nascimento: 1803 — 25 de agosto 1953 — Duque de Caxias) — vol. LIX — ano XLI. Edição especial. Rio de Janeiro.
- América Indígena* — julio, 1953 — n.º 3 — vol. XIII. México, D.F.
- Boletín Indigenista* — junio, 1953 — n.º 2 — vol. XIII. México, D.F.
- Boletim Mexicano* — julho-agosto, 1953 — ns. 138-139 — ano XI. México.
- Engenharia* — junho, 1953 — n.º 130 — vol. XI — ano XI. São Paulo.
- Douro Litoral* — quinta série — V-VI, 1953. Porto.
- Flan* — de 9 a 13 — 16 a 22 — 23 a 29 de agosto e 30 a 5 de setembro de 1953. Rio de Janeiro.
- Américas* — vol. V — n.º 9 — setembro de 1953. Rio de Janeiro.
- Brazilia Esperantist* — março — abril 1953 — ns. 468-469 — 471 Jaro.
- Revista do Professor* — agosto, 1953 — n.º 17 — ano XI. São Paulo.
- A Estante* — Boletim Bibliografico — Lisboa.
- Flan* — de 19 a 25 de julho de 1953 — ano I — n.º 15. Rio de Janeiro.
- Tapejara* — maio de 1953 — n.º 10 — ano III. Ponta Grossa.
- Boletim Informativo da Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo* — junho de 1953 — n.º 2. São Paulo.

Em setembro de 1953

- Boletim do Departamento de Imigração e Colonização* — dezembro de 1952. n.º 7. São Paulo.
- A Estrêla Polar* — 5 de abril de 1953 — n.º 13 — ano LI. Diamantina.
- Tábuas para o cálculo de Altura e Azimute* HO n.º 214 — Do United States Navy Department — Hydrographic Office. Rio de Janeiro.
- Boletim mensal das observações meteorológicas feitas nas estações da Província* — ano XX — janeiro, fevereiro, março de 1953 — ns. 1, 2 e 3. Lourenço Marques.
- Américas* — vol. V — n.º 7 — julho de 1953. São Paulo.
- Revista do Clube de Engenharia* — março, 1953 — n.º 199 — vol. XXVI, segunda fase. Rio de Janeiro.
- Em Marcha* — volume 1 — n.º 6. Rio de Janeiro.
- Bulletin of The New York Public Library* — august, 1953 — number 8 — volume 57. New York.
- Da Índia Distante* — 1.º de setembro de 1953 — Boletim n.º 65. Rio de Janeiro.
- Boletín de la Unesco para las Bibliotecas* — vol. VII — ns. 8-9 agosto-setiembre de 1953. México.
- Américas* — vol. IV — n.º 9 — setembro de 1952. São Paulo.
- Catalogue n.º 735* — 1953 — Books of All Ages. London.

- Catálogo* — Boletín Bibliográfico del Consejo Superior de Investigaciones Científicas — n.º 67 — año VIII — 1952. Madrid.
- Conjuntura Econômica* — março e abril de 1950 — ns. 3 e 4 — ano IV. Rio de Janeiro.
- Regimento interno para a Escola de Guerra Naval* (Anexo ao Boletim n.º 13, do Ministério da Marinha, de 1 de abril de 1949). Rio de Janeiro.
- Kriterion* — janeiro a junho de 1953 — 23-24. Minas Gerais.
- Revista do Museu Julio de Castilhos e Arquivo Historico do Rio Grande do Sul* — n.º 3 — ano 2 — janeiro de 1953. Pôrto Alegre.
- Correio de Uberlândia* — de 2 a 30 (22 exemplares) ano XVI. Minas Gerais.
- Cincoentenário dos aspirantes de marinha de 1899* — 1899-1949. Rio de Janeiro.
- Programas da Escola Naval* — Rio de Janeiro. 1949.
- Reivindicação de Direitos dos Oficiais Inativos das Forças Armadas*. 1949. Rio de Janeiro.
- Cobrança e Fiscalização do Impôsto de Renda* — 1943. Rio de Janeiro.
- Almanaque para 1945* — vol. LXXXI. Imprensa Naval. Rio de Janeiro.
- Rodovia* — janeiro, 1953 — n.º 155 — ano XIV. São Paulo.
- Boletim da Comissão Organizadora e Executiva das Comemorações do Tricentenário da Restauração Pernambucana* — julho-agosto, 1953 — Pernambuco.
- Boletín del Centro de Investigaciones Historicas* — tomo IX — ns. XXI — XXII — año de 1952. Ecuador.
- Moçambique* — março, 1953 — n.º 73. Lourenço Marques.
- Revista Geográfica do Instituto Panamericano de Geografía e História* — ns. 31 a 36 — tomos XI-XII. Rio de Janeiro.
- Boletín de Historia y Antigüedades* — junio, julio y agosto de 1952 — Números 452 a 454 — volumen XXXIX. Bogotá.
- Servicio Meteorológico del Uruguay* — Boletín mensual — enero, febrero, marzo, abril, mayo, junio de 1953. Montevideo.
- Notas e Informaciones Ciencias Sociales* — abril de 1953 — número 20 — volumen IV. Washington.
- Flan* — ns. 22 a 25 — setembro e outubro de 1953 — ano I. Rio e São Paulo.
- Diário Oficial do Estado de São Paulo* de 201 a 222 — 1953 — setembro-outubro — ano 63.º — São Paulo.
- Boletín de la Real Sociedad Geográfica* — tomo LXXXIX — números 4 a 6 — abril-junio de 1953. Madrid.
- Revista Marítima Brasileira* — ano LXXII — outubro, novembro e dezembro de 1952 — ns. 4, 5 e 6. Rio de Janeiro.
- Agronomia* — julho, 1952, dezembro — ns. 3-4 — vol. II. Rio de Janeiro.
- Santa Catarina Filatélica* — setembro de 1952 — março de 1953 — números 12-14. ano III. Santa Catarina.
- Catálogo de Libros antiguos y modernos nacionales y extranjeros* — n.º 3 — 1953. Sevilla.
- Military Review* — março-abril-maio-julho-setembro, 1949 — ns. 12-1-2-4-6. ano XXVIII-XXIX. Rio de Janeiro. c/índice de abril 1948 — março 1949 — vol. XXVIII.
- Índice Cultural Espanhol* — n.º 85 — 1.º de febrero de 1953. Madrid.

- Saúde* — setembro, 1953 — n.º 69 — ano VI. Rio de Janeiro.
- O Puritano* — 10 de agosto de 1953 — n.º 2.037 — Ano LV. Rio de Janeiro.
- Catalogue* — Trade List of Best Sellers. London.
- Acción Indigenista* — Boletín Mensual del Instituto Nacional Indigenista julio, 1953 — n.º 1. México.
- Correio de Uberlândia* — 18 de agosto de 1953 — n.º 3.730 — ano XVI, Minas Gerais.
- Revista Geográfica de Chile* — n.º 9 — 1953, junio — ano VI. Santiago.
- Anales de la Sociedad de Geografía e Historia de Guatemala* — junio de 1952 — n.º 2 — tomo XXVI. Guatemala.
- Papers of the Michigan Academy of Science Arts and Letters* — volume XXXVIII — Ann Arbor.
- A Polônia de Hoje* — agosto de 1953 — n.º 8 — ano VII. Rio de Janeiro.
- Revista Nacional* — tomo LVII — ano XVI — marzo de 1953 — n.º 171. Uruguay.
- Boletín del Archivo General de la Nación* — tomo XXIII — n.º 4 — Mexico — 1952.
- Boletín de la Sociedad Mexicana de Geografía y Estadística* — ns. 1-3 — tomo LXXIII — enero-junio de 1952. Mexico, D.F.
- Educación* — año XIV — Etapa II n.º 66 — mayo, 1953. Caracas.

ESTATÍSTICA DO INSTITUTO HISTÓRICO

1953

Trimestre	Julho	Agosto	Setembro	Total
Obras oferecidas	13	18	25	56
Revistas nacionais e estrangeiras	59	50	56	165
Catálogos recebidos	2	3	4	9
Documentos recebidos	6	—	—	6
Jornais recebidos	22	9	52	83
Mapas oferecidos	4	3	10	17
Arquivo				
Documentos consultados	2.696	2.794	2.935	8.425
Museu				
Visitantes	28	43	55	126
Sala Pública de Leitura				
Consultas:				
Obras	5.344	5.668	6.298	17.310
Jornais	2.058	3.110	4.234	9.402
Revistas	3.980	3.149	4.563	11.692
Mapas	1.954	1.987	1.859	5.800
Secretaria				
Ofícios, cartas, telegramas, re- cebidos	182	210	310	702
Ofícios, cartas, telegramas, ex- pedidos	375	435	560	1.370

ÍNDICE

JULHO A SETEMBRO DE 1953

	Págs.
I — <i>Imploração do Instituto à sua Santidade o Papa Pio XII</i>	
1 — Fontes da História da Igreja Católica no Brasil	7
II — <i>Trabalhos originais</i>	
2 — Cartas de Justiniano José da Rocha ao Visconde do Uruguai (inéditos) por José Antônio Soares de Souza ..	339
Dois escritos de História Política (inéditos) do Conselheiro João Alfredo	349
III — <i>Repatriamento dos restos mortais da Princesa Isabel e do Conde d'Eu</i>	
4 — Oração do Magnífico Reitor Pedro Calmon	359
IV — <i>Crítica de Livros</i>	
5 — William Cohman. The first Apostolic Delegation in Rio de Janeiro and its influence in Spanish American. A Study in papal policy. 1830-1840 por José Honório Rodrigues	366
6 — Waldemar Mattos — Palácio da Associação Comercial da Bahia (antiga Praça do Comércio). Edição comemorativa do IV Centenário da Fundação da Cidade do Salvador e do I de nascimento de Rui Barbosa, por Hélio Viana	367
7 — Herman Lima. Rui e a Caricatura — Hélio Viana	368
V — <i>Edição de publicações esgotadas</i>	
8 — Anotações	369
VI — <i>Noticiário</i>	
9 — Os despojos da Princesa Isabel e do Conde d'Eu	370
— Sócios falecidos	372
— Livros recebidos	374
— Estatística	385